

O URBANISMO DOS ARQUITETOS

GENEALOGIA DE UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO

BRUNO CESAR EUPHRASIO DE MELLO





Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS)
Rua Dona Laura, 320 | Bairro Rio Branco | Porto Alegre/RS | (51) 3094.9800
www.cau.gov.br

Conselho Editorial do CAU/RS

André Huyer
Carlos Eduardo Mesquita Pedone
Célia Ferraz de Souza
Luiz Antônio Machado Veríssimo

Assessoria Técnica do CAU/RS

Gabriela Belnhak Moraes
Marcele Danni Acosta
Tales Völker

Capa

Domitila Carolino e Maria Carolina Freitas
Arte-final: Juliano Dall'Agnol

Projeto gráfico e diagramação

Domitila Carolino, Maria Carolina Freitas, Roseli Menzen

Supervisão editorial

Roger Kessler Gomes

Editor

Astomiro Romaís

ESTE EXEMPLAR NÃO PODE SER COMERCIALIZADO

Edital de Chamada Pública nº 01/2016

Permite-se a reprodução PARCIAL desta publicação sem fins comerciais e desde que citada a fonte. Ressalta-se que a violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M527u Mello, Bruno Cesar Euphrasio de.
O urbanismo dos arquitetos: genealogia de uma experiência de ensino / Bruno
Cesar Euphrasio de Mello. – Canoas: Ed. da ULBRA, 2019
384p. : il.

1. Urbanismo. 2. Ensino. 3. História. 4. Faculdade de Arquitetura. 5. Porto Alegre
(RS). I. Título.

CDU 711(816.51)

Setor de Processamento Técnico da Biblioteca Martinho Lutero – ULBRA/Canoas

ISBN: 978-85-7528-576-3

Formato: 16x23cm | Fontes: Bookman Old Style e Flama



*Dedico este trabalho
a meus pais, Marisa e João;
a meus irmãos, Tiago e Lucas;
a Juliana e aos pequenos Elis e Dante, meus amores.*

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa é trabalho impossível de ser realizado sem a ajuda de muitas pessoas. Dirijo meu profundo agradecimento a vocês que contribuíram demais com esta modesta trajetória.

Meu eterno sentimento de gratidão ao querido professor João Farias Rovati. Obrigado pela permanente disponibilidade, dedicação e amizade com que acompanhou a experiência de doutorado que agora vira livro. Nesta vida, passamos por muitos professores, contudo bem poucos são realmente decisivos em nossa formação (não só profissional, mas humana). E você certamente é um deles.

Aos colegas do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão *Cidade em Projeto*; a Luciana Marson Fonseca, colega de travessia pelos mares agitados do doutorado; a Inês Martina Lersch, pela gentileza da cessão de material sobre a Escola de Engenharia e pelo otimismo em relação ao meu trabalho; a Cícero Alvarez, que me cedeu material sobre a Faculdade de Arquitetura; a Medianeira Goulart, responsável pelo arquivo do Instituto de Artes da UFRGS; à diretora da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Maria Cristina Dias Lay, e a todos os seus funcionários, que tão gentilmente sempre me receberam e abriram as portas dos arquivos; à coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Daniela Cidade, e aos funcionários da coordenação; a Silvia Rossi, funcionária da biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS; aos membros da banca de doutorado, Briane Panitz Bicca (*in memoriam*), Geisa Bugs, Inês Martina Lersch, Leandro Marino Andrade, Maria Soares de Almeida, pela generosidade dos comentários e das sugestões; aos funcionários do PROPUR, e a tantos outros. Sintam-se abraçados!

Por fim, agradeço ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul pela oportunidade de publicar este livro.



SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE	11
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – ARQUITETURA, “RAMO” DA ENGENHARIA.....	39
1.1 Primeiros anos da Escola de Engenharia: Arquitetura como “ramo”	39
1.2 Reforma de 1910/1911 e anos 1920: supressão do ensino de Arquitetura (será mesmo?) e os traçados da cidade	47
1.3 Nota sobre Arquitetura-Urbanismo na revista <i>Egatea</i> – 1914/1934	54
1.4 A federalização e a década de 1930	57
1.5 O curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia: 1945-1950.....	60
CAPÍTULO 2 – ARQUITETURA, “SECÇÃO” DA ARTE. URBANISMO, “MODALIDADE” DA ARQUITETURA.....	75
2.1 Os primeiros anos do Instituto Livre de Bellas Artes.....	75
2.2 O curso Técnico de Arquitetura.....	80

2.3 O curso de Arquitetura do IBA de 1945.....	85
2.4 O curso de Urbanismo do IBA.....	100
2.5 Doze dias que abalaram o Urbanismo no RS? O curso de Cravotto no IBA.....	118
 CAPÍTULO 3 – CHOQUE DE CONCEPÇÕES: FUNDIR PARA CRIAR	 135
3.1 Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia e IBA: balanço	135
3.2 A polêmica sobre a “fusão” dos cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA.....	137
3.3 O debate além das fronteiras da universidade	145
3.4 A propósito das dicotomias arte-técnica, análise-síntese	152
3.5 Por Uma Faculdade de Arquitetura (PUFA)	157
3.6 Fim da contenda: a Faculdade de Arquitetura como pôde ser... 164	
 CAPÍTULO 4 – A FACULDADE DE ARQUITETURA POSSÍVEL: NEM VITÓRIA NEM DERROTA, MAS UMA ACOMODAÇÃO	 167
4.1 O período de implantação da Faculdade de Arquitetura	167
4.2 O curso de Arquitetura	172
4.3 O curso de Urbanismo	197
 CAPÍTULO 5 – MUDAR PARA FICAR IGUAL.....	 217
5.1 A década de 1960: tempos difíceis.....	217
5.2 O curso de Arquitetura: propostas de reformas que não reformam e o ensino como farsa.....	221
5.3 O curso de Urbanismo	258
5.4 O curso de Urbanismo (1961): cadeiras e conteúdos	275
 CAPÍTULO 6 – EXTINGUIR, CRIAR, MIGRAR	 287
6.1 A década de 1970	287

6.2 A extinção do curso de Urbanismo	288
6.3 Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR).....	292
6.4 O curso de Paisagismo, fugaz, e o de especialização em Planejamento Urbano, só proposto.....	318
6.5 Migração do curso de Urbanismo para a graduação em Arquitetura.....	322
6.6 O seminário de ensino de 1978, seus desdobramentos e breve nota sobre os anos seguintes	342
CONSIDERAÇÕES FINAIS	349
CORPUS DOCUMENTAL	361
REFERÊNCIAS.....	379

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) apresenta um conjunto de publicações de autoria de arquitetos e urbanistas do Estado selecionadas a partir de edital público. O objetivo é registrar e divulgar amplamente a relevante produção dos profissionais e pesquisadores gaúchos a partir de seus trabalhos de investigação e produção técnica.

As publicações são resultado de uma parceria do CAU/RS com a Câmara Rio-Grandense do Livro (CRL), entidade responsável pela Feira do Livro de Porto Alegre, e com a Editora da ULBRA, igualmente escolhida através de processo público para realizar a produção e a impressão dos trabalhos selecionados. Aos parceiros agradecemos, assim como aos colegas que trabalharam na Comissão de Seleção das publicações e a todos os funcionários do CAU/RS que se envolveram direta ou indiretamente neste projeto.

Com esta iniciativa, o CAU/RS acredita estar contribuindo para cumprir com sua obrigação de promover e valorizar a profissão oferecendo para toda a sociedade publicações de qualidade, utilizando de forma adequada parte dos recursos arrecadados de todos os arquitetos e urbanistas do Estado, aos quais também agradecemos, além de estar informando e formando profissionais para a construção de cidades mais justas e belas.

Tiago Holzmann da Silva
Arquiteto e urbanista
Presidente do CAU/RS
Gestão 2018-2020

PREFÁCIO

No Brasil, todo *arquiteto* é também *urbanista*. Ao contrário do que muitos pensam, essa é uma particularidade brasileira. Mas nem sempre foi assim. Como disciplina e domínio profissional, por décadas o Urbanismo foi objeto de disputas no país, particularmente entre arquitetos e engenheiros.

Voltemos então um pouco ao tempo em que o arquiteto não era “necessariamente” urbanista. Para tanto, retomarei a seguir os termos de um artigo que escrevi em 2014, todo ele inspirado numa das muitas conversas que mantive com Bruno César Euphrasio de Mello durante a orientação do doutorado que originou o livro que agora prefacio. Esta é também uma forma de homenageá-lo – por tantas razões e também para ressaltar que orientadores aprendem muito com seus orientados.

Em 1927, Alfred Agache (1875-1959), hoje apresentado por seus biógrafos, succinctamente, como *urbanista francês*, proferiu uma série de conferências no Rio de Janeiro. Essas conferências, reunidas no livro *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento*, foram publicadas em 1930, em francês e português. Numa delas, Agache sugere que ele mesmo teria criado o neologismo *urbanisme*.

Tive a honra de ter sido aluno de Françoise Choay. De fato, segundo ela, a palavra *urbanisme* teria sido pronunciada pela primeira vez na primeira década do século XX, provavelmente por algum integrante do Museu Social – uma associação de livres-pensadores, fundada em 1894, da qual participava Agache. Já em 1911, por iniciativa de membros do Museu Social, fundou-se em Paris a *Société Française des Urbanistes* (SFU). Nascia ali uma das primeiras instituições criadas na Europa para reunir “urbanistas”.

Ao iniciar suas conferências, Agache apresentava-se e dizia estar no Rio de Janeiro a convite do prefeito Antônio Prado Júnior, porque este “desejou que um técnico expusesse diante dele e diante do grande público o programa do urbanismo”, e como esse programa “deveria ser especialmente considerado na capital do Brasil”. Ao procurá-lo, portanto, uma importante autoridade política brasileira reconhecia, a um só tempo, a importância do urbanismo e a competência de Agache na matéria.

Mas, afinal, “O que é o urbanismo?”, pergunta-se imediatamente Agache. Poucos saberiam – e ele seria um desses poucos. Posicionava-se, pois, não apenas como alguém que domina a matéria, mas como protagonista de um novo conhecimento.

Entretanto, em 1925, antes da chegada de Agache ao Brasil, Benno Hoffmann (1892-1957) publicava artigo em Porto Alegre onde evocava os ensinamentos de seu colega engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864-1929), por ele considerado um dos pioneiros da “nova ciência” – *urbanisme ou town planning*, conforme especificou. O artigo foi publicado pela *Egatéa*, memorável revista da Escola de Engenharia.

Em sua primeira conferência, Agache refere-se ainda ao “papel do urbanista”, ao qual atribui um alcance desmedido: na “civilização moderna, franca e crescentemente urbana”, o urbanista seria “o regente da orquestra, ao qual cumprirá confiar a direção da sinfonia urbana, na qual harmonizará todos os elementos”.

Para Agache, o urbanismo era ciência, arte e filosofia social. Localizava a face científica do urbanismo na abordagem analítica da cidade: para agir sobre ela, era preciso, antes, compreendê-la.

A expressão artística do urbanismo estaria na “interpretação das observações científicas e das necessidades técnicas”, feita com base nas capacidades de “sentir como um artista” e de “exteriorizar, plasticamente, o quadro onde todos os efeitos sociais da vida se manifestam em imediata coordenação”. No plano filosófico, o urbanismo participaria da construção social da “*urbanidade*”.

A segunda conferência de Agache abriu-se com novo questionamento: quem poderia tornar-se um urbanista?

Sua resposta foi ziguezagueante: “Para ser urbanista”, disse inicialmente, “não há absoluta necessidade de ser engenheiro ou arquiteto” (o emprego da palavra “absoluta”, no caso – veremos a seguir –, não foi casualidade). “O urbanista nasce urbanista; é um dom inato, que, evidentemente, cumpre cultivar e desenvolver”. O urbanismo corresponderia, portanto, a uma vocação.

Posssegue Agache:

A experiência tem demonstrado que essa vocação não se encontra tão somente entre engenheiros e geômetras; podem também ser urbanistas, especialmente, o arquiteto, o sociólogo, o geólogo, o médico, o arqueólogo, o historiador e mesmo o jornalista. Este vocábulo faz-vos sorrir; mas certos jornalistas, pelo menos em meu país, especializaram-se nessas questões, e o estudo das cidades tem interessado muitos deles. [...] Na Escócia, podemos apontar um etnógrafo célebre, o Sr. Patrick Geddes que, sem se ter jamais servido de uma trena ou de um esquadro, pode, contudo, ser citado entre os urbanistas.

Assim, segundo Agache, a vocação para o urbanismo poderia ser encontrada em diferentes disciplinas.

Mas é assim mesmo?

Após referir-se a Patrick Geddes, explica:

Se vos citei esse exemplo foi somente para fazer-vos conhecer as origens do urbanismo. Não existe somente a técnica; além do arquiteto ou do engenheiro urbanista, há lugar para os leigos, isto é, para os que, sem saberem precisamente desenhar, têm posto em ação a perspicácia no estudo das cidades.

Sublinhe-se que, nessa definição, leigos eram todos aqueles que não sabiam desenhar. Como Geddes, por exemplo, que jamais teria manuseado um esquadro. Um vago “senso econômico e social” e “tudo o que se pode chamar cultura social” aparecem, aos olhos de Agache, “como essenciais a todos os que desejam consagrar-se a essa arte”.

Ora, diante de um quadro tão aberto, pergunta-se Agache: “a quem deverá caber o trabalho de um plano de organização e extensão de uma cidade?”.

Sua resposta é instigante: “Se médicos, biologistas, historiadores e sociólogos podem dar interessantes conselhos na matéria, é evidente que uma planta de cidade pode ser unicamente confiada a um arquiteto ou a um engenheiro”. Há aí um problema de tradução – *plan* foi traduzido por *planta*. De fato, no original, escrito em francês, diz Agache que o *plano* de uma cidade era um *desenho*. Daí ser “evidente” que ela somente poderia ser confiada a um arquiteto ou a um engenheiro.

Estreita-se, pois, o caminho que conduz ao exercício do urbanismo. Quase todos podem dar conselhos com relação à matéria, mas poucos teriam autoridade (científica, técnica, artística, filosófica) para elaborar (desenhar) o plano de uma cidade.

“Escolheremos o arquiteto ou o engenheiro?”, pergunta-se Agache finalmente. Eis sua resposta (e desculpo-me por mais uma longa citação):

Essas duas profissões têm qualidades diversas; e para chegarem a idêntico fim, empregam métodos de trabalho inteiramente opostos. O engenheiro é, antes de tudo, minucioso, preciso; parte do particular para chegar ao geral, é o homem do detalhe e da análise; o arquiteto, ao contrário, habituado aos panoramas de conjunto, percebe a obra no seu conjunto antes de vê-la nas suas particularidades; vai, como dissemos, do geral para o particular. É a personificação da síntese. Ora, um plano de cidade é, antes do mais, uma composição sintética. [...] O arquiteto, pelo menos em França, parece-me, pela sua formação, devidamente preparado para esse gênero de trabalho; isso não significa que o engenheiro não possa intervir no domínio do urbanismo. Não. Assim como as linhas gerais de um plano são traçadas pelo arquiteto urbanista, o engenheiro urbanista deve prestar-lhe o seu concurso; é a ele que cabe estudar uma série de questões práticas e precisas, tais como o encaminhamento das águas nas suas fontes, a saída das matérias inúteis, as questões de transporte, e, antes destas, as que dizem respeito à geodesia, à topografia, aos cálculos estatísticos, etc.

Na visão de Agache, engenheiros e arquitetos deviam trabalhar juntos. Porém, caberia ao arquiteto (a quem o engenheiro deveria “prestar concurso”) traçar as linhas gerais de um plano.

Em resumo, para Agache, “qualquer um” poderia ser urbanista, mesmo o jornalista (*sic*) e até mesmo leigos. Mas, nesses casos, o urbanista ficaria limitado à “observação da cidade”. A elaboração do plano, afinal, seria da competência do arquiteto e do engenheiro – e, mais precisamente, no que se refere à sua concepção (desenho) – do arquiteto. Porque o plano, “antes do mais”, era uma “composição sintética”. Porque o arquiteto, por formação, era o profissional “devidamente preparado para esse gênero de trabalho”.

O engenheiro e qualquer outro profissional poderiam “intervir no domínio do urbanismo”, mas apenas até o momento da síntese, isto é, do desenho do plano. Enfim, o urbanismo era uma vocação cultivada por diferentes formações profissionais e mesmo por leigos. No entanto,

o conhecimento protagonista no urbanismo pertenceria ao arquiteto e ao domínio da arquitetura.

O debate proposto por Agache há quase um século parece-me ainda muito atual, como mostra o trabalho de Bruno Mello com invulgar pertinência e competência. Seu estudo trata de uma experiência particular, centrada no ensino praticado na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O alcance de seu trabalho, entretanto, não se limita a essa instituição. O atual curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, originado da fusão de cursos criados nos anos 1940 pelo Instituto de Belas Artes e pela Escola de Engenharia, é um dos mais antigos do Brasil. Ele espelha, portanto, um debate que marcou gerações e muitas instituições de ensino da área, em Porto Alegre e alhures. Mas deixo agora para o leitor a descoberta do “urbanismo dos arquitetos” descontinuado pelo autor.

Acompanho a trajetória de Bruno Mello já há alguns anos. Eu o conheci quando era estudante de graduação na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Ele veio de Niterói/RJ, sua cidade natal, onde era aluno do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

O que o trouxe a Porto Alegre? A paixão. E esse mesmo sentimento parece ter guiado sua pesquisa. Para alguém que não é da cidade, sua incansável busca documental é simplesmente exemplar, sobretudo se considerarmos a precariedade de nossos arquivos. Espero que seu trabalho, por seu rigor e amplitude, por suas virtudes e também por suas lacunas, inspire novos estudos.

Bruno Mello é muito jovem, porém não é um marinheiro de primeira viagem. Professor e pesquisador, seu envolvimento engajado com a investigação já deu origem a outros três livros, dos quais recomendo a leitura: *Porto Alegre, 1820 a 1890: aspectos urbanísticos através do olhar dos viajantes estrangeiros* (Armazém Digital, 2011), produto da pesquisa que realizou para sua dissertação de mestrado; *Diários messiânicos: cotidiano de uma experiência de extensão universitária* (PROREXT/UFRGS, 2015), um dos três volumes da belíssima trilogia *Inscritos no lixo*, fruto de projeto de extensão coordenado por Fernando Fuão, do qual participou; *Sindicato dos arquitetos no Rio Grande do Sul: memórias de quatro décadas – 1973-2013* (Livraria do Arquiteto, 2014), inspirado por sua militância sindical.

Em todos esses trabalhos, a cidade e a urbanidade ocupam o centro da cena. Nesses seus livros, embora tão diversos, Bruno parece enviar-

nos sempre a mesma mensagem: a cidade brasileira, pelas esperanças e conflitos que abriga, características de um país marcado pela exuberância e por perversa desigualdade social, convoca-nos à reflexão e à ação. Que sua convocação anime outros jovens pesquisadores. Esses são os meus votos.

João Farias Rovati

Professor titular do Departamento de Urbanismo
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INTRODUÇÃO¹

Ora, se a cidade é, na opinião dos filósofos, uma casa em ponto grande, e, inversamente, a casa é uma cidade em ponto pequeno, por que não se há de dizer que as partes mais pequenas da casa são habitações em ponto pequeno?

Leon Battista Alberti

A Lei 12.378, sancionada em 2010, estabeleceu de maneira definitiva o vínculo entre o exercício da Arquitetura e do Urbanismo ao criar o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) (BRASIL, 2010). Essa perspectiva foi reafirmada quando, em julho de 2013, o CAU aprovou a Resolução nº 51 (CAU, 2013). Segundo ela, o *projeto* de urbanismo e a coordenação de equipes de planejamento urbano são, entre outras, atividades privativas da profissão.

Assim, do ponto de vista da regulamentação – e, consequentemente, da instrução –, hoje, no Brasil, todo arquiteto é urbanista. E mais: ninguém, além dos profissionais registrados no CAU, pode elaborar *projetos* ou coordenar equipes de planejamento urbano.

A busca por reforçar essa “personalidade” – a do *arquiteto e urbanista* – alcança inclusive a percepção sobre o passado. O volume X da coleção *Trajetória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia* (CONFEA, 2010), dedicado à história do ensino

¹ Procurou-se manter, ao longo do texto, a grafia original das palavras transcritas durante a pesquisa.

em Arquitetura e Urbanismo, é exemplar nesse sentido. Essa obra, logo no início, numa nota de rodapé, informa:

Por uma questão de consolidação de uma identidade profissional e uniformização de texto, adotaremos sempre a nomenclatura arquitetura e urbanismo *independente do período histórico estudado* [grifo nosso]. (CONFEA, 2010, p.31)

Emprega-se uma titulação acadêmica e profissional do presente – e especificamente brasileira² – para denominar até mesmo atividades exercidas em épocas distantes. Assim, Imhotep, Vitruvius e Alberti, no livro editado pelo CONFEA, tornaram-se todos *arquitetos e urbanistas*. Altera-se, enfim, o olhar sobre o passado por uma necessidade “sentida” no presente: consolidar uma identidade. Mesmo que para isso seja necessário fazer tábula rasa na variedade de significados, formas de atuação e contextos em que o trabalho de construção de edifícios e cidades foi realizado.

No Brasil, o Urbanismo nem sempre foi uma atividade exclusiva dos arquitetos. Tampouco a denominação do título profissional conferido pelas escolas de Arquitetura foi sempre a mesma. Deve-se, mesmo que brevemente, percorrer a disputa corporativa por seu controle e o movimento de legitimação da prática profissional da Arquitetura e do Urbanismo como atividades indissociáveis para se perceber a aproximação entre ambos.

Leme (1999) tratou desse processo histórico ao analisar a trajetória de urbanistas de destaque entre 1895 e 1965. Ela os agrupou em três gerações.

A primeira, dos pioneiros, atuou na virada do século XIX para o XX. Foi constituída fundamentalmente por engenheiros civis e militares. Nomes importantes são, por exemplo, os dos engenheiros Francisco Pereira Passos, Francisco de Paula Bicalho, Aarão Leal de Carvalho Reis, Francisco Saturnino de Britto, entre outros.

A segunda geração atuou até meados do século XX. Foi integrada por engenheiros civis e engenheiros-arquitetos. Entre eles, Leme (1999) cita os engenheiros Américo Furtado de Simas, João Florence de Ulhôa Cintra, Benno Hoffman, e os engenheiros-arquitetos Luiz Ignácio Anhaia

² Até os anos 1990, a maior parte dos cursos brasileiros dessa área conferia a seus diplomados o título de “arquiteto”. O mesmo acontece em muitos outros países como, por exemplo, a Argentina e a França.

Mello, Francisco Prestes Maia, Atílio Corrêa Lima e Lucio Costa, por exemplo.

A terceira geração, que trabalhou no terceiro quarto do século XX, estendeu o urbanismo para um campo profissional mais amplo, envolvendo, além de engenheiros civis e engenheiros-arquitetos, arquitetos, sociólogos e geógrafos. A presença de engenheiros nessa geração, entretanto, ainda é muito relevante. Leme (1999) refere-se, por exemplo, aos engenheiros civis Luiz Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva, e aos engenheiros-arquitetos Luís Saia, Affonso Eduardo Reidy, Roberto Cerqueira, entre outros.

A rápida passagem por esses nomes, referências no exercício do Urbanismo do país, retrata como ocorreu a aproximação entre Arquitetura e Urbanismo: de um primeiro momento, quando, sobretudo os engenheiros o praticaram, ao paulatino movimento de aproximação e até a hegemonia dos arquitetos.

Reforça essa ideia o percurso de legitimação legal da profissão de arquiteto e urbanista. Vejamos alguns momentos importantes deste processo.

No país, a regulamentação da profissão de arquiteto – bem como de engenheiro e de agrimensor – deu-se em 1933, pelo Decreto Federal nº 23.569. Até então, apesar de existir ensino formal, seu exercício era permitido a diplomados e leigos. Com a intenção de impedir que “a profissão fosse exercida impunemente por indivíduos desprovidos das credenciais necessárias e que vinham competindo ilegalmente com os que concluíam seus cursos superiores” (PEREIRA, 2008, p.32), engenheiros e arquitetos mobilizaram-se para regulamentar a profissão.

Através do decreto de 1933, essas profissões passaram a ser exclusividade de diplomados. Os artigos que tratam das competências e atribuições do engenheiro civil, do arquiteto e do engenheiro-arquiteto concedem a eles a prerrogativa de exercerem o “projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo” em condição de igualdade.

Diante da obsolescência dessa lei, foi sancionada uma nova regulando as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agronomo: a Lei nº 5.194, de 1966 (BRASIL, 1966). Ela estabeleceu que, entre as atribuições próprias do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agronomo, está o “planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária”. Note-se que, nesse caso, a palavra urbanismo não é sequer mencionada, embora estejam presentes termos como regiões e cidades. Como no decreto de 1933, o planejamento e o projeto de cidades continuaram sob

responsabilidade dos mesmos profissionais. Não há, na lei, qualquer menção ao título arquiteto e urbanista.

Anos depois, em 1973, dada a dificuldade em delimitar o campo de atuação das profissões abrigadas no sistema CONFEA/CREA, é publicada a Resolução nº 218 (CONFEA, 1973). Ela procura dar precisão às atividades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Determinava que ao arquiteto (ou engenheiro-arquiteto) caberiam as atividades referentes a “edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores, planejamento físico, local, urbano e regional, seus serviços afins correlatos” (CONFEA, 1973). Que aos engenheiros civis competiriam atividades alusivas às edificações, estradas, portos, pontes, entre outros, inexistindo qualquer menção ao Urbanismo ou planejamento de cidades. E referia-se ainda especificamente às competências do *urbanista*, agora como profissional desvinculado da Arquitetura ou da Engenharia. A ele eram reservados o “desenvolvimento urbano e regional, paisagismo e trânsito” (CONFEA, 1973). Percebe-se que, apesar de expostas autonomamente, as atividades do urbanista se assemelham, em parte, às do arquiteto.

O reconhecimento da titulação arquiteto e urbanista só veio em 1990. Naquele ano, provocado pelo Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS), o plenário do Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação aprovou o Parecer nº 714/90 (BRASIL, 1990), relativo à regularização da habilitação “Arquiteto Urbanista”.

Dali em diante, essa titulação deveria ser facultada a todos os portadores de diplomas de arquiteto, de engenheiro-arquiteto e aos profissionais que se formassem nos cursos de Arquitetura e Arquitetura e Urbanismo do país. A iniciativa pretendia evitar que, no futuro, “os profissionais dessa área sofram limitações no exercício da profissão” (BRASIL, 1990). O fundamento da decisão supunha, portanto, que o Urbanismo já era ensinado aos arquitetos; e que todo e qualquer egresso da carreira estava habilitado a praticá-lo.

Faltava apenas consagrar o título no âmbito do Conselho para fins de fiscalização. Isso ocorreu mais de uma década depois, em 2005, quando o CONFEA publicou a Resolução nº 1.010. Essa resolução estabeleceu que “as profissões inseridas no Sistema CONFEA/CREA são as de engenheiro, de *arquiteto e urbanista* [grifo nosso], de engenheiro-agronomo, de geólogo, de geógrafo, de meteorologista, de tecnólogo e de técnico” (CONFEA, 2005). O âmbito do Sistema CONFEA/CREA passou a admitir, a partir de então, o par *arquiteto e urbanista*.

Em 2010, como já referido, foi sancionada a Lei nº 12.378, que criou o CAU. As atribuições profissionais, antes discutidas em resoluções, ficaram agora estabelecidas em lei. Ganhou respaldo legal a mencionada trajetória de aproximação entre Arquitetura e Urbanismo.

As descrições anteriores testemunham dois processos: i) a paulatina aproximação do Urbanismo ao rol de atribuições dos arquitetos; ii) o esforço realizado pelos arquitetos, no âmbito da regulamentação profissional, em assumi-lo como domínio privativo. Ambos deixam claro que essa titulação “casada”, e a exclusividade do exercício do Urbanismo, são condições impostas pelo presente. Nem sempre foi assim.

A compreensão desse processo impõe uma interrogação: como a aproximação entre Arquitetura e Urbanismo se expressa na formação? E, mais particularmente, no ensino gaúcho?

A Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

No Brasil, a oferta de ensino autônomo de Arquitetura – desvinculado das escolas politécnicas e das belas artes – iniciou nos anos 1930/1940 (FICHER, 2005; OLIVEIRA; PERPÉTUO, 2005; STOCKLER E BREIA, 2007; FÁVERO, 2009). Nesse mesmo período ocorreram iniciativas pioneiras de formação em Urbanismo no país (PEREIRA, 2003; SIMON, 2003). A Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA-UFRGS) participou, como veremos ao longo dos capítulos deste livro, do amplo movimento de autonomia do ensino de Arquitetura, da oferta de formação em Urbanismo e da busca do domínio desse último por parte dos arquitetos.

A trajetória da FA-UFRGS é, assim, representativa desses processos. Sua história acompanha e confunde-se com a do ensino de Arquitetura e Urbanismo nacional. Observar seu percurso, posições e polêmicas não circunscreve a reflexão à experiência gaúcha. Retrata também a experiência brasileira sobre o tema.

Seu curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo há anos figura entre os melhores do país³. Conta com três programas de pós-

³ Por exemplo, entre 2013 e 2016 o curso de Arquitetura e Urbanismo da FA-UFRGS figurou entre os três melhores cursos brasileiros segundo o Ranking Universitário Folha (2013, 2014, 2015 e 2016) das melhores instituições em qualidade de ensino do país. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2016/rankingdecurso/arquiteturaeurbanismo/>. Acesso em: 19 set. 2016.

graduação: em Arquitetura (PROPAR), em Desgin (PgDesign) e em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), todos bem-conceituados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É ainda uma instituição que tem longa tradição no ensino do Urbanismo. Desde a década de 1940 o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul (uma das instituições que a originou) já contava com um curso de Urbanismo. Seu curso de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, criado em 1970, é o mais antigo do país nesta área. Apesar disso, a presença do Urbanismo é pouco expressiva na graduação do arquiteto e urbanista. Os dados abaixo assim o demonstram.

Hoje, a carga horária total de disciplinas obrigatórias do curso é de 4.260 horas. É distribuída entre os três departamentos que integram a Faculdade – (i) Arquitetura, (ii) Urbanismo e (iii) Design e Expressão Gráfica –, além de outros departamentos da Universidade.

O trabalho de conclusão do curso (TCC), ao qual são destinadas 360 horas/aula, é a única atividade de ensino não vinculada a um desses departamentos. As demais 3.900 horas estão distribuídas pelos departamentos, nas 54 disciplinas obrigatórias do curso, da seguinte maneira⁴:

- Departamento de Arquitetura: 2.160 horas (55,4% do total) – 26 disciplinas⁵.
- Departamento de Urbanismo: 705 horas (18,1% do total) – 9 disciplinas⁶.

⁴ Os dados se referem ao período letivo 2016/02. Disponível em: http://www.UFRGS.br/UFRGS/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=300. Acesso em: 17 set. 2016.

⁵ São as seguintes disciplinas: Arq01001 – História da Arquitetura e da Arte 1; Arq01044 – Introdução ao Projeto Arquitetônico 1; Arq01046 – Linguagens Gráficas I; Arq01045 – Maquetes; Arq01003 – História da Arquitetura e da Arte II; Arq01049 – Introdução ao Projeto Arquitetônico II; Arq01047 – Linguagens Gráficas II; Arq01075 – Representação Gráfica I; Arq01005 – Arquitetura no Brasil; Arq01004 – História da Arquitetura e da Arte III; Arq01007 – Projeto Arquitetônico I; Arq01076 – Representação Gráfica II; Arq01006 – Teoria e Estética da Arquitetura I; Arq01053 – Desenho Arquitetônico III; Arq01008 – Projeto Arquitetônico II; Arq01010 – Habitabilidade das Edificações; Arq01009 – Projeto Arquitetônico III; Arq01011 – Projeto Arquitetônico IV; Arq01073 – Economia e Gestão da Edificação; Arq01013 – Projeto Arquitetônico V; Arq01012 – Teoria e Estética da Arquitetura II; Arq01017 – Legislação e Exercício Profissional na Arquitetura; Arq01074 – Práticas em Obra; Arq01016 – Projeto Arquitetônico VI; Arq01020 – Projeto Arquitetônico VII; Arq01018 – Técnicas Retrospectivas.

⁶ São as seguintes disciplinas: Arq02020 – Práticas Sociais na Arquitetura e no Urbanismo; Arq02201 – Evolução Urbana; Arq02001 – Teorias do Espaço Urbano; Arq02002 – Urbanismo I; Arq02213 – Morfologia e Infraestrutura Urbana; Arq02003 – Urbanismo II; Arq02004 – Urbanismo III; Arq02006 – Urbanismo IV.

- Departamento de Design e Expressão Gráfica: 105 horas (2,7% do total) – 2 disciplinas⁷.
- Outros departamentos: 930 horas (23,8% do total) – 17 disciplinas⁸

Percebe-se que, correspondendo a menos de 20% da carga horária obrigatória do curso, o Urbanismo é conteúdo secundário nesse programa de ensino. Há outros exemplos que reforçam essa afirmação. Por exemplo: a grade curricular do curso, claramente centrado no ensino do projeto (13 disciplinas, totalizando 1.725 horas/aula, ou 44,2% da carga horária obrigatória do curso), dá muito mais importância ao “projeto arquitetônico” (edificação) do que ao “projeto urbanístico”. Ao primeiro são destinadas 1.320 horas/aula (33,8% da carga horária obrigatória do curso, 76,5% daquela destinada especificamente ao ensino do projeto). Ao segundo, 405 horas (10,5% da carga horária obrigatória do curso, 23,5% daquela destinada especificamente ao ensino do projeto). Além disso, enquanto aos ateliês de projeto arquitetônico são destinadas 9 a 10 horas/aulas (distribuídas em três encontros semanais), aos de projeto urbanístico são destinadas entre 6 e 7 horas (distribuídas em dois encontros semanais).

Para além dessas evidências de natureza quantitativa, essa distribuição de cargas horárias parece supor uma distinção de natureza qualitativa: para a formação do arquiteto e urbanista, o aprendizado do projeto na escala do edifício, além de mais importante, demandaria “mais tempo” do que o destinado ao aprendizado do projeto na escala do urbano.

Esse sumário levantamento provoca muitas interrogações. Qual a origem dessa assimetria entre as disciplinas dos departamentos? E entre as disciplinas voltadas ao aprendizado do projeto? O conteúdo destinado especificamente ao Urbanismo e ao aprendizado do projeto na escala urbana sempre foi assim, secundário? Como o presente “chegou” a ser o que é? A abordagem historiográfica permite responder.

⁷ São as seguintes disciplinas: Arq03004 – Geometria Descritiva Aplicada à Arquitetura; Arq03006 – Técnicas de Representação Arquitetônica.

⁸ São as seguintes disciplinas: Mat01339 – Cálculo e Geometria Analítica para Arquitetos; Eng01139 – Mecânica para Arquitetos; Geo05501 – Topografia I; IPH02045 – Instalações Hidráulicas Prediais A; IPH 02046 – Instalações Hidráulicas Prediais B; Eng01169 – Resistência dos Materiais para Arquitetos; Eng01171 – Técnicas de Edificação A; Eng01129 – Análise dos Sistemas Estruturais; Eng01170 – Estabilidade das Edificações; Eng01172 – Técnicas de Edificações B; Eng01173 – Estruturas de Aço e de Madeira A; Eng04482 – Instalações Elétricas Prediais A; Eng01176 – Técnicas de Edificação C; Eng03015 – Acústica Aplicada; Eng01174 – Estrutura de Concreto Armado A; Eng01175 – Estrutura de Concreto Armado B; Eng03016 – Climatização Artificial – Arquitetura.

A pesquisa

As páginas precedentes expuseram situações aparentemente contraditórias: de um lado, o Urbanismo foi “conquistado” pelos arquitetos como campo profissional. De outro, até hoje comparece secundariamente na formação acadêmica – ao menos na Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

É necessário, portanto, dedicar-lhe atenção. Mas, para avaliá-lo de forma adequada, não se pode tomá-lo anacronicamente – como o faz a publicação do CONFEA, que projeta a titulação do presente, arquiteto e urbanista, ao passado. É preciso reconhecer que seus sentidos são contingentes. Por isso, situá-los historicamente é imperioso, já que “os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário” (BLOCH, 2001, p.59). Só no tempo podemos apreender o significado das palavras que utilizamos.

Este trabalho, portanto, toma o *Urbanismo*⁹ como conceito¹⁰ cujos significados só podem ser descortinados no tempo de sua formulação.

Para Koselleck, um conceito é sempre “único” e somente pode ser compreendido a partir da “situação histórica” que o engendra e o torna “inteligível” (KOSELLECK, 1992, p.140). Estabelece-se, portanto, um vínculo estreito e incontornável entre os processos de alteração dos sentidos dos conceitos e o contexto social que os tornam comprehensíveis. Assim, a abordagem proposta pela história conceitual dá a conhecê-los como produtos de seu tempo. A historiografia propõe também a interpretação da realidade a partir de um movimento do hoje para o ontem.

A “incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH, 2001, p.65). Para Bloch, o que motiva a busca da temporalidade dos fenômenos são interrogações pertinentes à atualidade. Ao contrário disso, “ao proceder, mecanicamente, de trás para frente, corre-se sempre o risco de perder tempo na busca das origens ou das causas dos fenômenos que, à luz da experiência, irão revelar-se, talvez, imaginários” (KOSELLECK, 1992, p.67).

⁹ Não aprofundaremos esse tema, mas cabe observar que os neologismos *urbanismo* e *urbanista* foram criados na França, no início do século XX (CHOAY, 1992, p.2).

¹⁰ Um conceito é, segundo Japiassu (1996, p.48), uma “noção abstrata ou ideia geral designando seja um objeto suposto único [...], seja uma classe de objetos”. Um conceito, como resume Bunge (2012, p.65), é uma “unidade de significado”. Caracteriza-se por sua compreensão (os atributos que o constituem) e por sua extensão (o número de elementos aos quais se estende). Compreensão e extensão “se encontram numa relação inversa: quanto maior for a compreensão, menor será a extensão; quanto menor for a compreensão, maior será a extensão” (JAPIASSU, 1996, p.49).

Esse movimento presente-passado, realizado neste trabalho, não busca uma explicação do tipo causa-efeito. Pretende, na realidade, interpretar os processos que levaram o presente a ser o que é. Essa é a base teórico-metodológica que orienta esta busca por melhor compreender o percurso do *Urbanismo dos arquitetos*.

Ainda segundo Bloch, “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p.75). E isso só se dá à medida que novas questões são colocadas, novas fontes são buscadas, novas interpretações são realizadas.

As fontes documentais buscadas para a elaboração deste trabalho, de caráter historiográfico, foram relativas ao ensino. Ele foi eleito como momento chave do processo de conceptualização do Urbanismo. Nele, os iniciantes são transformados em praticantes do ofício. E esse processo acontece através da apresentação/incorporação de saberes, práticas, de um repertório de objetos, temas e métodos. O ensino é a ocasião em que esses pressupostos devem ser apresentados clara e explicitamente. Logo, se pretendemos compreender os sentidos do Urbanismo dos arquitetos, o ensino é um meio adequado para fazê-lo.

Como se pretende aqui capturar os sentidos do Urbanismo, seu emprego será, preliminarmente, polissêmico¹¹. Sua definição (ou indefinição), nesse caso, é consequência das fontes e objetivos da pesquisa. Reconhece-se, simplesmente, que tal palavra abriga significados diversos sempre associados a diferentes formas de ação sobre a cidade. Como outros, esse vocábulo abriga significados historicamente engendrados e sofre alterações de sentido a cada época. Portanto, dada a perspectiva historiográfica do trabalho, estabelecê-lo aprioristicamente limitaria sua compreensão no tempo.

Todavia, cabe uma breve referência à palavra Urbanismo. *Urbs*, em latim, se refere à cidade. Foi Ildefonso Cerdá que, em 1867, retomou esse termo por meio do neologismo *urbanización*, em sua *Teoría general de la urbanización y aplicación de sus principios y doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona*. Por inaugurar uma disciplina nova e autônoma,

¹¹ É notório o dissenso sobre o sentido da palavra urbanismo, confundida constantemente com termos correlatos como planejamento urbano e desenho urbano. Essa dificuldade em estabelecer, com precisão, as fronteiras do urbanismo é identificada, por exemplo, por Rovati (2013). Seu artigo *Urbanismo versus Planejamento Urbano?* examina a forma ambígua como esses termos são empregados por programas de pós-graduação das áreas da CAPES de “Arquitetura, Urbanismo e Design” e de “Planejamento Urbano e Regional e Demografia”. Ele observa que mesmo no campo da pesquisa científica, lugar onde os conceitos são objeto de rigorosa investigação, há enorme imprecisão no uso dos termos urbanismo e planejamento urbano.

diferente das artes urbanas anteriores e com pretensões científicas, Cerdá teve de introduzir termos novos até então.

E foi a partir de sua *teoria* que um derivado mais simples do termo *urbs* passou a ser utilizado: urbanismo. Conforme Gaston Bardet (1990, p.8), a “ciência da organização das massas sobre o solo” foi batizada na França, por volta de 1910, de urbanismo. E, segundo Choay (1992), ele só passou a ser ensinado na Escola de Belas Artes de Paris em 1953, por A. Gutton.

Percebe-se a partir desses poucos dados que o emprego da palavra urbanismo para designar a abordagem “científica” sobre a cidade tem aproximadamente um século e meio. E que seu ensino é relativamente recente.

Outra distinção necessária é entre *projeto* e *planejamento*, termos frequentemente associados ao Urbanismo. Não se pretende esgotá-la aqui, mas apenas delineá-la, já que esses termos aparecem recorrentemente neste trabalho.

O *projeto* é uma proposta de solução para um problema que só pode ser resolvido construtivamente. Não é a solução em si, já que só a obra, e não o projeto, é capaz de satisfazer as necessidades do usuário. O projeto, logo, é uma representação *precisa* que *antecipa* e *dirige* a construção (de um artefato, de um edifício, de uma cidade). E o projeto se materializa por meio de desenhos técnicos (plantas, cortes, fachadas, perspectivas).

O *planejamento*, por sua vez, é compreendido aqui como uma tentativa de antever, simular e dirigir desdobramentos de processos e práticas sociais complexas. Tem como objetivo prever-se de problemas ou tirar partido de benefícios futuros. Planejar é, por isso, o contrário de deixar acontecer. O planejamento urbano tem relevante dimensão política, já que remete a cenários futuros da coletividade. A condução (ou o acompanhamento) dos processos socioespaciais, dada sua complexidade, jamais é plenamente previsível, razão pela qual o inesperado deve ser reconhecido como um dado dos processos de planejamento. Como refere Souza (2008, p.52), no planejamento “o espontâneo e o planejado interagem o tempo todo”.

Será possível perceber, ao longo do livro, que os personagens da Faculdade de Arquitetura adotaram, ao longo do tempo, outros sentidos aos termos *projeto* e *planejamento*. Essa indefinição também interessa a este trabalho.

O objetivo principal deste trabalho foi situar historicamente, no plano conceitual e epistêmico, o Urbanismo ensinado na Faculdade de

Arquitetura da UFRGS (instituição exemplar da trajetória brasileira em relação ao tema). Para isso, aborda a trajetória de ensino de Arquitetura e Urbanismo nas instituições que lhe deram origem e percorre suas três primeiras décadas de existência.

Foi dito anteriormente que, como este trabalho pretende capturar os sentidos do *Urbanismo*, o emprego desse vocábulo seria polissêmico. Sua definição (ou indefinição), portanto, seria buscada nas fontes consultadas pela pesquisa. Admite-se simplesmente que tal palavra abriga significados diversos sempre associados a diferentes formas de ação sobre a cidade ou o urbano. Será realizado movimento semelhante no que se refere aos sentidos da *Arquitetura*, nesse caso admitindo simplesmente que tal palavra abriga significados diversos *sempre associados a diferentes formas de ação sobre a edificação*.

Mas *edificação* e *cidade* não seriam, ambas, “artefatos” arquitetônicos apenas diferenciados pela *escala*? Respostas a essa questão igualmente foram buscadas nas fontes. Contudo, sejam quais forem as respostas, assumiremos desde logo que, na FA-UFRGS, o *Urbanismo* foi-se fazendo como busca de resposta à pergunta formulada por Alberti no Renascimento: “Ora, se a cidade é, na opinião dos filósofos, uma casa em ponto grande e, inversamente, a casa é uma cidade em ponto pequeno, por que não se há de dizer que as partes mais pequenas da casa são habitações em ponto pequeno?” (ALBERTI, 2011, p.170)¹².

No presente, são inúmeras as evidências empíricas que o *architéctus* albertiano – esse intelectual da construção que, por seu saber projetual, deveria comandar os demais atores envolvidos na produção edilícia – de fato e por muitas razões raras vezes ocupa esse lugar (ROVATI, 2014). A construção de edifícios e cidades, hoje, está submetida a lógicas de poder e divisão social do trabalho em que o *architéctus*, contrariando o que essa palavra supõe por sua etimologia (*arkhi*, o primeiro, o que está na frente; e *tektonikos*, da construção), muitas vezes ocupa o lugar de *desenhista/projetista subalterno*.

Não se pretende enfrentar tais questões. Elas, aqui, comparecem no sentido de esclarecer pressupostos da pesquisa. Contudo, o esforço deste trabalho, de propósitos bem mais modestos, parece relevante em outras direções.

¹² O tratado de Alberti não será analisado nesta tese. Mas cabe sublinhar que, no trecho citado, ele faz uma pergunta. Ela muitas vezes é tomada, na interpretação de sua obra, como assertiva, segundo a qual o projeto da “casa” e da “cidade” teria a mesma natureza epistêmica. Essa é uma interpretação contestada, por exemplo, por Mario Gandelsonas (2009).

O Brasil, hoje um país urbano, abriga vastas áreas metropolitanas. A sanção do Estatuto das Cidades, em 2001, e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, foram motivadas, entre outras razões, pelos problemas advindos da urbanização acelerada ocorrida durante a segunda metade do século XX. A demanda por reflexão e atuação profissional relacionada à urbanização tomou grande impulso a partir de então.

Hoje, o número de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo no país é expressivo. Em 2015, segundo a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), o país contava com 466 cursos¹³. Quase metade deles (220) se localizam em quatro Estados da Federação: São Paulo (133 cursos), Minas Gerais (50), Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ambos com 37).

O grande número de cursos, bem como as diversas demandas resultantes da urbanização, torna necessárias reflexões sobre os rumos do ensino nessa área. Este livro quer contribuir para o exame da formação desse crescente contingente profissional que atuará em ambientes urbanos plenos de dilemas e desafios. Tornará possível, quem sabe, que os profissionais se posicionem com maior propriedade quanto aos rumos de sua instrução e atuação.

De outro modo, como será demonstrado adiante, existe uma lacuna em relação ao tema. Dissertações e teses raramente abordam o ensino do Urbanismo nas instituições nacionais. Em geral, buscam compreender o ensino da Arquitetura e os procedimentos pedagógicos vinculados ao projeto.

Este estudo dialoga ainda com a historiografia do Urbanismo produzida no Brasil nas últimas décadas. Essas pesquisas partem, geralmente, de planos, projetos e biografias de personagens destacados. O trabalho participa do esforço em tornar mais completo o entendimento sobre o Urbanismo como campo de saberes e práticas através de fontes pouco usuais, ligadas à formação acadêmica. Por fim, pretende-se, modestamente, que este livro produza maior inteligibilidade acerca dos caminhos atuais do Urbanismo no país, explicitando as decisões adotadas ao longo do tempo e descortinando novos horizontes: o debate sobre as competências dos profissionais que têm como objeto a cidade evidentemente extrapola as fronteiras acadêmicas e corporativas.

¹³ Dados do site da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: http://www.abea.org.br/?page_id=11. Acesso em: 20 set. 2016.

Método e fontes

Quem busca a história não pode viver os fenômenos que estuda, a não ser por meio de testemunhos. É um conhecimento que se dá indiretamente. Como declara Bloch (2001, p.73), “o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser [...] um conhecimento através de vestígios”.

Os vestígios do passado que interessaram a esta pesquisa se relacionam à formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e das instituições que lhe deram origem – a Escola de Engenharia e o Instituto de Belas Artes. Integraram esse *corpus*, portanto, documentos relativos ao ensino: informações das disciplinas da grade curricular (ementa, objetivos, conteúdo programático, programa de aprendizagem, estratégias de ensino), provas, exames, exercícios ministrados em aula. Eles revelaram o sentido de Urbanismo e as habilidades subjacentes ao processo de formação acadêmica.

Há ainda outras fontes escritas que contribuíram para este estudo, mesmo não estando diretamente relacionados às disciplinas. Foram regimentos internos, atas departamentais e de reuniões colegiadas, anais e relatórios de seminários sobre o ensino, debates sobre o tema na imprensa.

Os principais arquivos de onde foram obtidos os documentos do nosso *corpus* foram os seguintes: i) Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS; ii) Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS; iii) Arquivo da coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS; iv) Arquivo da Direção da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Para que esses documentos – vinculados à formação acadêmica – se articulassem ao momento que os torna inteligíveis, fez-se necessário buscar fontes externas ao *corpus*. Contudo, essas fontes (chamaremos contextuais) foram buscadas à medida que o *corpus* a elas se referiu. Foram elas: o material de outros cursos de Arquitetura e Urbanismo do país que, paralelamente ao do Rio Grande do Sul, formavam arquitetos e urbanistas; a biografia de alguns importantes personagens; e o debate corporativo sobre o domínio e a autonomia da Arquitetura e do Urbanismo.

O que se buscou, ao longo do tempo, a partir das fontes levantadas, foram as permanências e alterações no sentido do Urbanismo subjacentes à instrução acadêmica. Seguiu-se, assim, preceito defendido por

Koselleck: a história dos conceitos trabalha “sob a premissa teórica da obrigatoriedade de confrontar e medir permanências e alterações, tendo esta como referência daquela” (KOSELLECK, 2006, p.115). Como já foi apontado, esse foi o método que orientou o trabalho.

Por fim, cabe fazer duas considerações. A primeira, de cunho pessoal. Como arquiteto e urbanista egresso da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, tenho empatia com a instituição. Isso trouxe riscos à pesquisa, pois, como argumenta Bachelard, “o primeiro obstáculo [à pesquisa] é a experiência primeira, a experiência colocada antes e acima da crítica” (BACHELARD, 1996, p.29). Busquei, por isso, atitude de vigilância, estranhamento e polêmica próprios da investigação científica, para ultrapassar esse obstáculo epistemológico.

A segunda trata da razão de pesquisar o passado. Para Bloch, “por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar” (BLOCH, 2001, p.54-55). O intuito da investigação histórica é, além de compreender como o presente chegou a ser o que é, entender os homens (e as mulheres, obviamente) em seu tempo. São, enfim, eles e seu pensamento que se buscou capturar.

“Estado da arte” sobre a pesquisa do ensino de Arquitetura e Urbanismo

Pesquisas não partem nem começam do zero. Pelo contrário, tomam por base os conhecimentos acumulados. Por essa razão é necessário situar aqui a bibliografia existente sobre o tema do livro. A apresentação desse “estado da arte” pode contribuir com pesquisadores que, no futuro, pretendam percorrer caminho semelhante. Foram buscadas pesquisas – principalmente teses e dissertações, mas não exclusivamente – com recortes temáticos semelhantes ao proposto aqui.

No estudo sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo é hegemônica a preocupação com a habilitação para o projeto arquitetônico (CARSALADE, 2007; ALMEIDA, 2001; BAROSSI, 2005; NARUTO, 2006; DOMSCHKE, 2007; RODRIGUEZ, 2008; MACIEL, 2009; NOGUEIRA, 2009; VIDIGAL, 2010; GÓES, 2010; ARCIPRESTE, 2012; BARROS, 2013). Foram encontradas ainda pesquisas que abordam o processo de projeto a partir de recortes temáticos muito específicos como, por exemplo, a cor (ARAÚJO, 2007), a sustentabilidade (VILLELA, 2007), o trabalho

colaborativo (KOLLN, 2009), a questão de gênero (SÁ, 2010), a relação professor-aluno (MARQUES, 2010), a dimensão técnica/estrutural (SARAMAGO, 2011), o uso de modelos tridimensionais (COSTA, 2013), a matemática (SILVA, 2013). Esses exemplos, embora não resultem de pesquisa exaustiva, retratam a recorrência da investigação sobre o ensino de projeto em suas variadas dimensões.

Outra abordagem, menos comum, mas ainda expressiva, relaciona ensino de Arquitetura à prática profissional (NETO, 2007; MONTEIRO, 2007; FARAH, 2012; VIDOTTO, 2014). Pode-se citar ainda um conjunto de obras que tratam da formação em Arquitetura e Urbanismo *stricto sensu* – estrutura curricular, organização institucional, história das faculdades e escolas de Arquitetura e Urbanismo brasileiras (ROVATI, PADÃO, 2002; SANTOS, 2002; TEIXEIRA, 2005; FICHER, 2005; PRONSATO, 2008; FÁVERO, 2009; CONFEA, 2010; GUTIERREZ, 2013).

Percebe-se, a partir dessas listas, a recorrência de temas vinculados à Arquitetura e, particularmente, ao *projeto*. Especificamente nesse âmbito, alguns trabalhos consultados são de difícil classificação, como é o caso da tese de doutorado de Leandro Andrade (2011), *Construção e abertura: diálogos Alexander-Piaget* – a qual, nas palavras do autor, “examina a construção do conhecimento no campo da Arquitetura e do Urbanismo” (ANDRADE, 2011, p.III). No que se refere ao projeto, como mostra Andrade, as fronteiras entre Arquitetura e Urbanismo se embaralham. Por essa e outras razões, a revisão bibliográfica acima resumida não deve levar à conclusão de que pesquisas voltadas para o ensino do projeto urbanístico não existam.

Mas vejamos a seguir que aspectos abordam alguns trabalhos que lidam explicitamente com o Urbanismo. Inicialmente, é necessário apontar que, em geral, as pesquisas atentas ao Urbanismo estão, sobretudo, preocupadas em analisar sua constituição como campo profissional e científico. Esses trabalhos tomam como fonte os planos, projetos e a trajetória profissional de personagens expoentes.

Podemos citar, como exemplo de obra de abrangência nacional, a publicação *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*, coordenada por Maria Cristina da Silva Leme (1999), trabalho que reúne textos de diversos pesquisadores, muitos deles resultados de dissertações e teses. É material que debate ideias, realizações e a formação do campo de atuação e de conhecimento do Urbanismo. Apresenta ainda a trajetória de profissionais urbanistas que atuaram no Brasil no período. Outro exemplo é a tese de Sônia Marques (1996), *Les professions de l'urbanisme au Brésil*, que examina as estratégias profissionais de urbanistas e planejadores urbanos brasileiros comparando-as à profissão em outros países. Explicita o que acredita ser um paradoxo: de um lado, o

reconhecimento da atividade do urbanista como profissão “progressista” e, de outro, seu exercício recorrente sob regimes autoritários. Reflete, enfim, sobre a profissão de urbanista, não sobre sua formação.

Esse tema – Urbanismo como campo profissional e científico – também é objeto de estudo no Estado do Rio Grande do Sul. Podemos citar como exemplos: a tese de João Farias Rovati (2001), *La modernite est Ailleurs: “ordre et progres” dans l’urbanisme D’Edvaldo Pereira Paiva – 1911-1981*, que estuda a trajetória e atuação profissional de Edvaldo Pereira Paiva; a tese de Célia Ferraz de Souza (2004), *O Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: da concepção às permanências*, que trata da elaboração do plano geral de melhoramentos para a Capital, da participação de João Moreira Maciel em sua equipe de preparação e da permanência dessas propostas ao longo do século XX; a tese de Maria Soares de Almeida (2004), *Transformações urbanas: atas, normas, decretos, leis na administração da cidade – Porto Alegre 1937-1961*, que analisa as relações entre ideias/práticas urbanísticas e os dispositivos legais de ordenamento e controle do espaço urbano, tudo no âmbito da administração municipal da Capital gaúcha. Esse trabalho, apesar de não concentrar atenção no ensino do urbanismo, trata da atuação de profissionais urbanistas em Porto Alegre como, por exemplo, Arnaldo Gladosh, Luiz Arthur Ubatuba de Faria, do uruguaio Mauricio Cravotto; a tese de Silvio Belmonte de Abreu (2006), *Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre*, que avalia os planos e projetos urbanos para a Capital gaúcha ao longo do século XX relacionando-os aos paradigmas urbanísticos hegemônicos em seu tempo.

Há trabalhos que tratam mais especificamente da formação em Planejamento Urbano como, por exemplo: a tese de concurso para provimento de cátedra na FAU-USP de Lauro Bastos Birkholz (1967), *O ensino do planejamento territorial*, que aborda a evolução do conceito de planejamento territorial relacionando-o aos conceitos de urbanismo, planejamento urbano. Esse trabalho reflete acerca do ensino do planejamento territorial em países da América Latina e Europa, além do Brasil. Esse autor finaliza sua obra apontando diretrizes para o ensino do tema no Estado de São Paulo; o livro de Célon Ferrari (1977), *Curso de Planejamento Municipal Integrado – Urbanismo*, que não debate o ensino de planejamento da cidade, mas é, ele próprio, um curso. A obra está dividida em quatro partes. Na primeira parte, Ferrari apresenta definições, conceitos e métodos próprios ao planejamento integrado; na segunda, uma síntese histórica da forma urbana e das propostas de intervenção na cidade; na terceira, destaca formas de uso e ocupação do solo; e na quarta e última parte, cálculos de dimensionamento do uso do solo urbano para áreas residenciais, comerciais, industriais,

institucionais e viárias; o artigo de Ana Clara Torres Ribeiro (2002), *O ensino de Planejamento Urbano e Regional. Proposta à ANPUR*, que trata do ensino de Planejamento Urbano; o artigo de Rosélia Périssé da Silva e Ana Clara Torres Ribeiro (2008), *Tempos, ideias e lugares. O Ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil*, também sobre o ensino de Planejamento Urbano no país; e o trabalho de Tiago Cargini Gonçalves e Maria Helena Lenzi (2012), *O ensino de planejamento urbano e regional: uma revisão de literatura no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, que identifica a escassez de debate acerca do ensino de Planejamento Urbano nos seminários de História da Cidade e do Urbanismo.

Como resumo dos parágrafos precedentes, relativos ao ensino de Arquitetura e Urbanismo, pode-se afirmar:

- é hegemonic a preocupação com o ensino das habilidades para o *projeto*, o *desenho* e a *composição*, quase sempre de Arquitetura, sendo esta, por sua vez, compreendida como edificação (ou *ponto pequeno*), inclusive em temas específicos desse processo como, por exemplo, a cor, a sustentabilidade, o trabalho colaborativo, a questão de gênero, a relação professor-aluno, a dimensão técnica/estrutural, o uso de modelos tridimensionais, a matemática;
- há ainda trabalhos que abordam outros aspectos, como a relação entre ensino de Arquitetura e prática profissional, a formação e as faculdades de Arquitetura e Urbanismo *stricto sensu* – estrutura curricular, organização e história das instituições de ensino;
- em geral, as pesquisas que concentram atenção no tema Urbanismo o fazem preocupadas com sua constituição como campo profissional e científico, tomando como fonte os planos, projetos e a trajetória de personagens expoentes;
- poucos são os trabalhos que abordam especificamente a formação em Urbanismo ou Planejamento Urbano.

Resta-nos, enfim, identificar a produção sobre o ensino de Arquitetura e de Urbanismo sul-rio-grandenses. Como a FA-UFRGS – e as instituições que lhe dão origem – foram estudadas por pesquisadores locais?

Gunter Weimer (1989), em sua tese *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*, trata da produção dos arquitetos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul durante a República Velha. O capítulo sexto de sua tese trata mais especificamente do ensino de Arquitetura na Escola de Engenharia, instituição fundada no fim do século XIX. Nele, Weimer trata das concepções de Arquitetura e Urbanismo manifestas

pela Escola, de sua pedagogia, professores. Apesar disso, o ensino não é o tema central de sua investigação. Tampouco o autor investe mais profundamente nos conteúdos das disciplinas – projetos pedagógicos, exercícios, bibliografia.

Renato Holmer Fiori (1992), em sua dissertação *Arquitetura Moderna e Ensino de Arquitetura: os cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951*, por sua vez, estuda os dois cursos de Arquitetura surgidos em 1945 em Porto Alegre – o do Instituto de Belas Artes e o da Escola de Engenharia. Para ele, a criação desses cursos foi uma etapa fundamental da afirmação e difusão da Arquitetura Moderna local. O centro do debate realizado por Fiori é circunscrito à formação em Arquitetura, mais especificamente no ensino dos preceitos da Arquitetura Moderna, em curto período temporal. Não há debate acerca do ensino do Urbanismo, lacuna deixada propositalmente por Fiori pelo recorte escolhido.

Círio Simon (2003), em sua tese *Origens do Instituto de Artes da UFRGS: etapas entre 1908-1962 e contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema de artes visuais do Rio Grande do Sul*, realiza uma história do Instituto de Belas Artes da UFRGS centrando sua atenção nas artes visuais. Simon trata da criação do curso, de sua organização institucional, de seus diversos currículos, enfim, de suas transformações. Aborda apenas brevemente, no capítulo IV, a criação e a instalação do curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes. Faz referência ao currículo dos cursos de Arquitetura (graduação) e Urbanismo (pós-graduação). Contudo, trata-os como apenas um momento passageiro dentro da trajetória do Instituto de Belas Artes, sem dar maior atenção ao assunto.

Elena Salvatori (2005), em sua tese *De la originalidad a la competencia: la enseñanza de Arquitectura en la UFRGS, Porto Alegre, Brazil – 1962 a 1994*, estuda a relação entre o ensino da Arquitetura e a constituição do campo profissional do arquiteto no contexto local. Reflete sobre a relação formação-profissão concentrando atenção aos exercícios acadêmicos do trabalho final de graduação.

Inês Martina Lersch (2014), em sua tese *A busca de um ideário urbanístico no início do séc. XX*, reflete sobre o papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre como lugar da introdução e difusão de ideias, autores e obras acadêmicas/científicas germânicas sobre construção de cidades. Adota como recorte temporal o período da República Velha. Sua pesquisa discute as principais reflexões germânicas sobre cidades e o intercâmbio entre Alemanha e Escola de Engenharia gaúcha.

Paula Mello Oliveira Alquati (2014), em sua dissertação *A vanguarda europeia e o ensino no Rio Grande do Sul: repercuções de escolas centro-europeias de Arquitetura no Sul do país entre 1945 e 1951*, lida com a transferência de ideários das vanguardas artística e arquitetônica

europeias ao Rio Grande do Sul. Aborda, para isso, as novas linguagens da Escola de Artes e Ofícios de Viena e da Bauhaus e sua repercussão no contexto de formação em Arquitetura do Estado.

Esse trabalho – Weimer (1989), Fiori (1992), Simon (2003), Salvatori (2005), Lersch (2014) e Alquati (2014) – tangenciam o tema tratado nessa tese. Uns lidam com o ensino de projeto de Arquitetura, outros com a formação em geral, outros ainda com recortes temáticos/temporais mais restritos – seja o período da República Velha, o intervalo entre as décadas de 1960 e 1990, a circulação de ideias germânicas sobre a construção de cidades ou os trabalhos de conclusão de curso. Em momento algum tomam o ensino de Urbanismo como centro de sua preocupação desde uma perspectiva temporal.

Compreendida, nos seus contornos gerais, a literatura existente, é possível afirmar que reside aí a contribuição que este livro pretende dar: propor o debate sobre o ensino do Urbanismo utilizando como fontes os documentos ligados à formação em Arquitetura e Urbanismo, articulando historicamente seus significados às conjunturas. Preencherá, assim, uma lacuna claramente identificável na pesquisa científica.

A genealogia

A genealogia – diagrama que representa origens e ramificações – do ensino de urbanismo presente na FA-UFRGS é apresentada na figura 1. Assim, é oferecido ao leitor um panorama prévio do caminho que percorrerá ao ler o livro. Além disso, permitirá sua consulta ao longo da leitura, possibilitando que, sempre que necessário, se posicione em relação a toda a história do ensino do Urbanismo na FA-UFRGS.

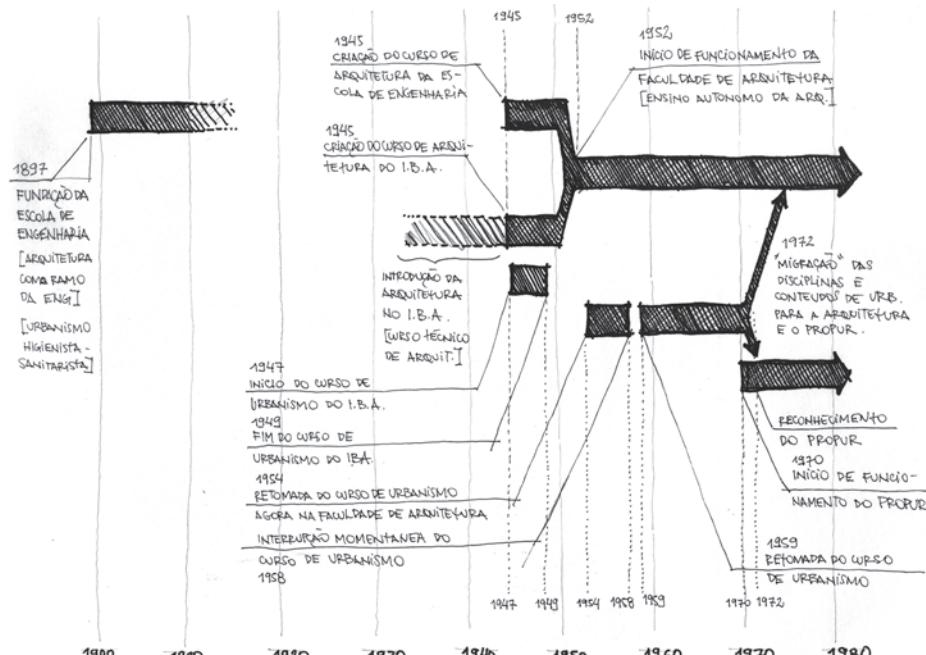
A genealogia é revelada não só graficamente (figura 1), mas também textualmente. A intenção é que o texto conduza a interpretação da imagem. Ambas as informações são sintéticas, mas suficientes para sua compreensão.

O percurso inicia-se com a criação da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1987). Nela, a Arquitetura era um dos cinco “ramos” próprios de sua formação (juntamente com Agrimensura, Estradas, Hidráulica e Eletrotécnica). No início da década de 1910 foi criado o curso de Engenharia Civil, que “absorveu” esses ramos. Ao longo da década de 1930 o Instituto de Belas Artes, criado em 1908, incorporou aos cursos da instituição o ensino de Arquitetura por meio de um curso técnico. Para essa instituição, a Arquitetura era uma “seção” das artes. Em 1945 foram iniciados os cursos de Engenheiro-Arquiteto da Escola de Engenharia e de Arquitetura do Instituto de Belas Artes. Em 1947, passou a funcionar o curso de Urbanismo no Instituto, experiência

breve, que durou até 1949 e diplomou poucos profissionais. Em 1952, após intenso embate, foi criada a Faculdade de Arquitetura por meio da “fusão” dos cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes. Saiu vitoriosa a tese defendida pelo Instituto de que deveria ser criada uma Faculdade onde o ensino da Arquitetura fosse autônomo. Em 1954 foi retomado o ensino de Urbanismo (curso desvinculado da graduação em Arquitetura). Ele foi interrompido em 1958 e retomado no ano seguinte, 1959, sob bases alteradas. Na década de 1960 ocorreram debates e propostas de alteração do ensino da Faculdade de Arquitetura. Todavia, nenhum deles o modificou significativamente. O curso de Urbanismo foi extinto na década seguinte, em 1972. Parte de seus conteúdos migrou para o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), criado em 1970. Outros conteúdos migraram para a graduação em Arquitetura.

Necessário salientar, por fim, que as referências do trabalho foram organizadas da seguinte forma: livros, teses e artigos foram citados no sistema autor/data, no corpo do texto. As referências ao *corpus* documental, pela sua extensão e variedade, foram citadas nas notas de rodapé.

Figura 1 - Genealogia do ensino de Urbanismo presente na FA-UFRGS.



Fonte: elaborado pelo autor.

CAPÍTULO 1

ARQUITETURA, “RAMO” DA ENGENHARIA

1.1 Primeiros anos da Escola de Engenharia: Arquitetura como “ramo”

Quando a Escola de Engenharia de Porto Alegre foi fundada, a República havia sido proclamada há menos de uma década. O governo sul-rio-grandense, estabilizado após a Revolução Federalista, era monopolizado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). O chefe do executivo, Júlio de Castilhos, comandava o Estado sob a égide do positivismo, buscando conciliar progresso com a manutenção da ordem social (PESAVENTO, 2002; FAUSTO, 2004).

Em Porto Alegre, o cargo de intendente era exercido interinamente pelo major Querubim da Costa, seguido, logo após, por José Montaury de Aguiar. A Capital contava com uma população próxima a 70 mil habitantes ocupando não só seu centro, mas também os arrabaldes de Navegantes, São Manoel, São Miguel e Menino Deus (MULLER; SOUZA, 2007; MONTEIRO, 2012).

Nessa cidade, em agosto de 1896, um pequeno grupo de engenheiros militares, professores da Escola Militar de Porto Alegre, “reuniram-

se na casa de rezidencia do Sr. Dr. Meira, à Rua Duque de Caxias nº 252, n'esta capital, e resolveram iniciar a fundação de uma Escola de Agrimensura, como primeiro passo para a realização de uma Escola de Engenharia em Porto Alegre”¹⁴. Contudo, já em setembro do mesmo ano, resolveram “fundar desde logo uma escola de engenharia com programmas diferentes dos do ensino oficial, pelos moldes dos institutos ingleses e americanos, isto é, uma escola technica-profissional”¹⁵.

Em 1º de janeiro de 1897 a escola foi solenemente inaugurada. A Escola pretendia “[...] crear apenas engenheiros, verdadeiros profesionaes, aos ques, se fornecerá o cabedal theorico tão somente indispensável á boa comprehensão do estudo pratico correspondente”¹⁶. Faria isso “dividindo a vasta sciencia do engenheiro em cursos especializados”, formando assim “professionaes especialistas, mais habilitados, portanto, em algum dos ramos da engenharia”¹⁷.

O ensino estava dividido em “cinco cursos independentes: os de agrimensura, de estradas, de hydraulica, de architectura e de eletro technica”¹⁸. Esses “cursos independentes” tinham três anos de duração, cada um com suas *aulas* (disciplinas, diríamos hoje).

Mas por que uma Escola de Engenharia não criaria um curso de Engenharia no ato de sua fundação? Pode-se responder a essa pergunta da seguinte forma: a proposta da instituição era formar profissionais nas diversas especialidades em que a engenharia se compartia. Esses ramos não eram autônomos, mas estavam contidos em campo que associava diferentes saberes e formas de atuação. Logo, estudar em um dos cinco cursos significava tornar-se apto a exercer um dos ramos da Engenharia.

Weimer (1989) comprehende essa relação de maneira distinta. Para ele, “é difícil entender por que na documentação oficial da Escola todos os arquitetos que ela formou até 1910 tenham *arbitrariamente* [grifo nosso] sido declarados como sendo engenheiros civis” (WEIMER, 1989, p.Q.97).

Ainda para esse autor, os diplomas expedidos para fins de registro profissional no CREA apresentavam a “qualificação de engenheiro civil ainda que a documentação primária não possa deixar qualquer dúvida

¹⁴ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1887*. Porto Alegre, Typographia de Cesar Reinhardt, 1898, p.5.

¹⁵ *Ibid.*, loc. cit.

¹⁶ *Ibid.*, p.26-27.

¹⁷ *Ibid.*, loc. cit.

¹⁸ *Ibid.*, p.28.

sobre o verdadeiro conteúdo de arquitetura dos cursos realizados” (WEIMER, 1989, p.Q.97).

Não parece haver arbitrariedade na titulação oferecida pela Escola de Engenharia, como refere Weimer. Ao contrário. À época, a Arquitetura era ramo da Engenharia. Por isso seria impossível diplomar arquitetos, mas apenas engenheiros com ênfase em algum de seus campos de atuação. É preciso, como se percebe, inserir o termo em seu tempo para compreender-lhe o sentido. Retomando a trajetória da escola, Weimer (1989) aponta que, segundo o estatuto de 1896, os três anos do curso de Arquitetura eram compostos pelas aulas apresentadas no quadro 1¹⁹. As aulas do 1º ano eram as mesmas para todos os cursos, espécie de ciclo básico de formação. A partir daí os cursos iam, paulatinamente, ganhando contornos distintos. Para Weimer (1989, p.Q.92), “as disciplinas específicas de Arquitetura são as das 2ªs, 3ªs e 4ªs aulas além da prática fora da escola”. Para não realizar uma leitura anacrônica da documentação, é necessário destacar: saberes “específicos” de um dos ramos da Engenharia, a Arquitetura. Além disso, podemos afirmar, a partir do exposto no quadro 1, que a preocupação com aspectos das cidades estava ausente do curso de Arquitetura, ao menos no nome das disciplinas.

Quadro 1 - Aulas do curso de Architectura da Escola de Engenharia do ano de 1896.

CURSO DE ARCHITECTURA	
1º ano	
1ª aula	Matemática – <i>Aritmética</i> : explicação da prática das operações fundamentais. Progressão aritmética; <i>Álgebra</i> : objeto da álgebra. Explicação dos cinco pares de formação elementares que entram na construção das equações. Resolução das equações de 1º grau. Transformações algébricas, incluindo o binômio de Newton. Extração das raízes de qualquer grau. Resolução das equações de 2º grau. Progressão geométrica. Explicação dos logaritmos. Uso das tábua respectivas; <i>Geometria</i> : teoria da reta, do plano e do círculo. Quadraturas das arcas planas e circulares. Cubata dos poliedros. Medidas dos três corpos redondos, cilindro, cone e esfera. <i>Trigonometria</i> : linhas trigonométricas; tábua trigonométricas; resolução dos triângulos retilíneos e esféricos. <i>Reações algébricas de geometria</i> : construção gráfica das fórmulas algébricas. Construção da equação de 2º grau.

¹⁹ Não foi possível, ao longo do período de pesquisa, acessar o estatuto da Escola de Engenharia de 1896. Parte da documentação da instituição esteve indisponível para consulta. Alguns documentos só foram utilizados nesta pesquisa pela generosa contribuição da professora Inês Martina Lersch, que cedeu as imagens digitais de documentos e relatórios reunidas para sua tese de doutorado.

CURSO DE ARCHITECTURA	
1º ano	
2ª aula	Ciências naturais: suprimida
3ª aula	Desenho: desenho linear.
4ª aula	Estudo dos terrenos, minerais e vegetais.
	Aprendizagem fora da escola
2º ano – Estudos na escola	
1ª aula	Matemática: noções de cálculo infinitesimal. Mecânica geral.
2ª aula	Física: barologia. Termologia.
3ª aula	Topografia.
4ª aula	Desenho: Geometria Descritiva. Desenho de plantas e perfis.
	Aprendizagem fora da escola: levantamentos e nivelamentos. Observações nas oficinas de fundição de ferro.
3º ano	
1ª aula	Fórmulas de resistência. Máquinas.
2ª aula	Construção em geral. Estabilidade e higiene das construções.
3ª aula	Arquitetura: histórico e princípios gerais; composição e estética dos edifícios.
4ª aula	Desenho arquitetônico e de obras de arte.
	Aprendizagem fora da escola. Manipulação dos materiais de construção. Observação de obras em construção. Projetos de edifícios, pontes e parques.

Fonte: Weimer (1989).

Poucos anos após, em março de 1900, o estatuto da escola, reformado, substituiu o curso de Eletrotécnica pelo de Agrimensura. Isso correspondeu “às necessidades de nosso Estado, cujo progresso depende do desenvolvimento das indústrias pastoril e agrícola [...]. Além disso o curso de Eletro-technica constitue uma especialidade que não pode ainda ter grande aplicação entre nós”²⁰.

Paralelamente, as aulas do curso de Arquitetura sofreram uma pequena alteração. O artigo 3º do novo estatuto determinava que as aulas do 1º ano do curso de Arquitetura seriam as mesmas do de Agrimensura; as aulas do 2º ano, as mesmas do curso de Estradas; e as do 3º ano, as seguintes: 1ª aula – *Formulas de resistência. Machinas. Desenho de machinas*; 2ª aula – *Construcção em geral. Estabilidade e Hygiene das construcções*; 3ª aula – *Architectura: Historico e principios geraes; composição e esthetica dos edificios. Desenho de architectura e*

²⁰ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1898*. Porto Alegre: Typographia e Livraria de Franco & Irmão, 1899.

de obras de arte; 4^a aula – Chimica. Applicações de electricidade. E uma atividade listada, mas não como aula – Aprendisagem fora da Escola. Technologia das profissões elementares. Manipulação dos materiaes de construcção. Observação das obras em construcção. Projectos de edificios, pontes e parques²¹.

Essa nova seriação de disciplinas está exposta no quadro 2:

Quadro 2 – Aulas do curso de Architectura da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

CURSO DE ARCHITECTURA	
1º anno – Estudo na Escola (o mesmo do curso de Agrimensura)	
1 ^a aula	Mathemática: Geometria algébrica. Geometria Diferencial e integral.
2 ^a aula	Desenho; Geometria descriptiva e suas aplicações.
	Aprendisagem fora da Escola. Estudo dos terrenos, mineraes e vegetaes.
2º anno – Estudos na Escola (o mesmo do curso de Estradas)	
1 ^a aula	Mathemática: Mecânica racional.
2 ^a aula	Astronomia. Geodesia.
3 ^a aula	Physica.
4 ^a aula	Topographia.
	Aprendizagem fora da Escola: Levantamentos e nivelamentos com todos os instrumentos. Levantamentos geodésicos. Desenhos respectivos. Determinação de longitudes e latitudes.
3º anno (próprio do curso de Architectura)	
1 ^a aula	Fórmulas de resistência. Machinas. Desenho de Machinas.
2 ^a aula	Construcção em geral. Estabilidade e Hygiene das construccões.
3 ^a aula	Architectura: Historico e princípios geraes; composição e esthetica dos edificios. Desenho de architectura e de obras de arte.
4 ^a aula	Chimica. Applicações de electricidade.
	Aprendisagem fora da Escola. Technologia das profissões elementares. Manipulação dos materiaes de construcção. Observação das obras em construcção. Projectos de edificios, pontes e parques.

Fonte: ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1901. Porto Alegre: Officinas a vapor da Livraria do Commercio, 1902.

²¹ ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1901. Porto Alegre: officinas a vapor da Livraria do Commercio, 1902, p.76.

As alterações introduzidas foram pequenas: remanejamento, supressão e inclusão de conteúdos. Nada significativo²². E, como se nota, permaneceram ausentes, no nome das disciplinas, referências às cidades.

Elas não estavam presentes no curso de Arquitetura, mas no de hidráulica. São as de *Hydraulica. Navegação interior. Portos de mar. Saneamento de cidades e Aprendisagem fora da Escola [...] Levantamentos hydrograficos, projectos de melhoramentos de rios e portos e saneamento de cidades*²³. Este conteúdo, saneamento de cidades, é similar à preocupação higienista-sanitarista do período dos engenheiros civis e militares que pioneiramente se ocupavam do tema no Brasil na virada do século de XIX para o XX (LEME, 1999)²⁴.

É impossível identificar como a cidade foi tratada nas disciplinas citadas, já que não foram encontrados seu programa, exercícios de aula ou conteúdos ministrados. O que se pode é supô-los a partir de sua nomenclatura.

Ainda sobre o estatuto reformulado de 1900, seu art. 10 referia que, “ao alumno aprovado nos cursos de estradas, hydraulica e architectura a Escola conferirá o diploma de engenheiro civil”²⁵. Percebe-se que a Arquitetura comparece, aqui, como uma subárea da Engenharia Civil – juntamente com Estradas e Hidráulica. Logo, em que pese a inexistência, até o momento, de curso de Engenharia Civil, a conclusão destes três ramos habilitava o egresso a ostentar o título de engenheiro civil.

Anos após, em 1907, nova reorganização do ensino reduziu o número de cursos. Está assinalado no relatório sobre este ano: “entre

²² As alterações no quadro de aulas do 1º ano do curso de Arquitetura foram: i) a redução do número de aulas de 5 para 3, incluindo aprendizagem fora da escola; ii) a exclusão das aulas de Ciências Naturais e da aula de Estudo dos Terrenos, Minerais e Vegetais, que passou para aprendizagem fora da escola; iii) a entrada do conteúdo geometria diferencial e integral na aula de Matemática; iv) o conteúdo da disciplina de Desenho (antes Desenho Linear, agora Geometria Descritiva, que sai do 2º ano e vai para o 1º). As alterações ocorridas no 2º ano foram: i) a retirada do conteúdo de cálculo infinitesimal da aula de Matemática; ii) a transferência do conteúdo de geometria descritiva para o 1º ano; iii) a exclusão do conteúdo de desenho de plantas e perfis; iv) a inclusão da aula de Astronomia – Geodesia. As ocorridas no 3º ano foram: i) a incorporação do conteúdo de desenho arquitetônico e de obras de arte à terceira aula; ii) a inclusão da 4ª aula, Chimica – Aplicações de Electricidade.

²³ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1901*. Porto Alegre: officinas a vapor da Livraria do Commercio, 1902, p.76.

²⁴ Leme (1999) estabeleceu três gerações de urbanistas que atuaram no Brasil. A primeira, dos pioneiros, atuantes na virada do século XIX para o XX, constituída fundamentalmente de engenheiros civis e militares, tendo como nomes de relevo Francisco Pereira Passos e Saturnino de Britto, por exemplo.

²⁵ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Op. cit.*, p.78.

as reformas [...] assignala-se a suppressão dos cursos especiaes de estradas, hydraulica e architectura”²⁶. O Instituto de Engenharia – criado a partir de nova organização institucional – passaria a acolher então apenas dois cursos: o de Engenharia Civil e o de engenheiros agrônomos e Veterinários. Os três anteriormente citados foram paulatinamente extintos, à medida da diplomação dos estudantes, dando a eles breve sobrevida.

O relatório sobre o ano de 1908 confirma estas alterações, ao citar que a Escola de Engenharia “sofreu notável modificação, tendo a reforma affectado não só os seus programmas de estudo, como a sua organisação”²⁷. A instituição passou a contar, à ocasião, com os Institutos de Engenharia, Electro-Technica²⁸, Technico-Profissional²⁹, Astronomico e Meteorologico³⁰, Gymnasial Julio de Castilhos³¹. Esta reforma, “reforçou o caráter do ensino prático da Escola” (HASSEN, 1996, p.27).

O mesmo relatório, ao tratar das aulas do 3º ano do curso de Arquitetura, fazia referência a apenas três delas: I) *Construcção em geral, etc, e II) Aprendisagem de construcção. Projetos etc.*, ambas ministradas pelo professor Dr. Rodolpho Ahrons; III) *Architectura, etc*, ministrada pelo professor Dr. Henrique Pereira Netto. Não há menção às aulas: *Fórmulas de resistência. Machinas. Desenho de Machinas; Chimica. Applicações de electricidade.*

No relatório sobre o ano seguinte, 1909, são referidas cinco aulas, não mais três. As disciplinas do 3º ano eram: I) *Resistência dos materiaes*, ministrada por João Ferlini; II) *Machinas e desenhos de machinas*, ministrada pelo professor Dr. Conrado Bertinasco; III) *Contrução em geral Estabilidade e hygiene das construcções*, ministrada pelo professor Dr. Rodolpho Ahrons; IV) *Architectura: histórico e princípios geraes, composição e esthetica dos edifícios. Desenho de architectura e de obras*

²⁶ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1907*. Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1908, p.13.

²⁷ *Ibid.*, p.3.

²⁸ “Destinado a formar engenheiros mecânicos eletricistas, foi criado em 1908 o Instituto de Eletrotécnica. Primeiro estabelecimento do gênero no Brasil, desenvolvia nas suas diversas seções todos os ramos de mecânica e eletricidade existentes então” (HASSEN, 1996, p.72).

²⁹ O Instituto Technico-Profissional foi criado em 1906 para ensinar gratuitamente filhos de operários e meninos pobres, preparando-os para ser contramestres de oficinas. Em 1917 o Instituto foi rebatizado, passando a Instituto Parobé (HASSEN, 1996).

³⁰ O Instituto Astronomico e Meteorologico foi criado no ano de 1908. Nele, os “serviços mais constantes eram o ensino prático de Astronomia e Geodésia aos alunos do Instituto de Engenharia e o sinal de hora” (HASSEN, 1996, p.70).

³¹ Identificando deficiências no ensino de seus jovens ingressantes, a Escola de Engenharia criou já no início de seu funcionamento seu próprio curso preparatório. Como refere Hassen (1996, p.59), “em 1900, tal curso foi desanexado dos cursos superiores e ganhou vida autônoma”. Em 1908 recebeu o nome de Gymnasial Julio de Castilhos.

de arte, ministrada pelo professor Dr. Manoel Itaqui; e V) *Aprendizagem fora da Escola. Manipulação dos materiaes de construção, etc.*, ministrada pelo professor Dr. Rodolpho Ahrons³².

Os relatórios sobre os anos de 1908 e 1909 demonstram que as “aulas” ministradas se alteravam constantemente, dependendo da demanda de estudantes; e que a extinção dos três cursos – entre eles o de Arquitetura – não se realizou imediatamente.

O quadro 3 apresenta o número de concluintes dos diversos cursos da Escola de Engenharia entre sua fundação e a reforma de 1908. O curso de Estradas foi cursado pela maioria dos egressos. Em segundo lugar estão os cursos de Arquitetura e Hidráulica. Muito menos expressivo é o número de concluintes dos cursos de Agrimensura e Agronomia.

Quadro 3 - Número de alunos que concluíram cursos no Instituto de Engenharia da Escola de Engenharia entre sua fundação e o ano de 1908.

CURSOS	ANNOS LECTIVOS		TOTAL
	1897-1907	1908	
Agrimensura	4	-	4
Agronomia	2	-	2
Estradas	66	5	71
Hydraulica	32	6	38
Architectura	32	7	39

Fonte: ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1908. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1909, p.134.

Logo após apresentar o dado acima, o relatório sobre 1908 expõe a relação nominal dos egressos do Instituto de Engenharia. Nela, a maioria de diplomados é engenheiro civil (38 pessoas), mesmo não havendo curso de Engenharia Civil³³. Apenas um arquiteto é citado – Francisco Telles de Miranda, diplomado em 1908. São mencionados ainda graduados em Estradas (33 pessoas), engenheiros agrônomos (2 pessoas) e Agrimensores (4 pessoas)³⁴.

³² ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1909. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1910.

³³ ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1908. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1909, p.134-137.

³⁴ Ibid., loc. cit.

Em 1910 havia a expectativa de que os cursos de Estradas, Hidráulica e Arquitetura fossem “extintos no fim do corrente anno com a última turma de engenheiros civis que ainda estuda pelos antigos Estatutos”³⁵. Com a supressão do curso de Arquitetura do Instituto de Engenharia da Escola de Engenharia, o que ocorreria com seus conteúdos? Seriam abandonados? Deixariam de fazer parte do campo de interesse da Engenharia? A reforma do ensino de 1910/1911 responde a essas perguntas.

1.2 Reforma de 1910/1911 e anos 1920: supressão do ensino de Arquitetura (será mesmo?) e os traçados da cidade

A campanha pela presidência da nação de 1909/1910 foi a primeira disputa eleitoral efetiva da República. Num momento de cisão das oligarquias que comandavam o país, o marechal Hermes da Fonseca saiu candidato com o apoio do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e dos militares. Rui Barbosa, como oposição, teve o apoio de São Paulo e Bahia. Hermes da Fonseca venceu a disputa, e, com ele, o Rio Grande do Sul protegeu os interesses de sua elite econômica e de sua produção voltada ao mercado interno (PESAVENTO, 2002; FAUSTO, 2004). Carlos Barbosa Gonçalves, do PRR, chefiava o executivo estadual. José Montaury permanecia à frente da Intendência Municipal de Porto Alegre (MONTEIRO, 2012).

Na Escola de Engenharia, uma “reorganização” do ensino extinguiu a pluralidade de cursos do Instituto de Engenharia. Manteve-se o curso de preparação, criado poucos anos antes, e foi criado o curso de Engenharia Civil. Os outros cinco, extintos, acabam assimilados por ele (HASSEN, 1996, p.57; WEIMER, 1989, p.Q.93).

Além disso, para Weimer (1989), essa reestruturação de 1910/1911 desprezou a Arquitetura. Afirma esse autor que o grande retrocesso da Arquitetura na Escola de Engenharia “está situado na reforma de 1911, com a criação do curso de Engenharia Civil. A junção de quatro cursos eminentemente técnicos com o de Arquitetura se processou com o sacrifício do último. A decadência posterior é apenas um reflexo daquela reforma” (WEIMER, 1989, p.F.8). O relatório sobre o ano de

³⁵ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1909*. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1910, p.53.

1912³⁶ apresenta o quadro de aulas do curso de Engenharia Civil, atualizado em relação ao de 1911³⁷. E ele permaneceu o mesmo nos anos subsequentes. Tratamos, por isso de o tomarmos como fonte. As aulas, os professores, dias da semana e horários estão expostos no quadro 4.

A aula que se refere explicitamente à Arquitetura é a de *Architectura, desenho de Architectura*, no 1º ano do curso³⁸. Por outro lado, a única que aborda a cidade, dentro do viés higienista-sanitarista, é de *Abastecimento de aguas, exgottos e saneamento de cidades*, do 3º ano.

O professor de *Architectura...* foi, em 1911, Manoel Itaquy, substituído em agosto de 1912 por Sylvio Barbedo. A de *Abastecimento de agua...* não foi ministrada em 1911. Mas em 1912 o foi por Benito Elejalde. Itaquy já havia lecionado aula semelhante do extinto currículo do curso de Arquitetura. Elejalde também, mas no de Hidráulica.

Quadro 4 - Aulas, professores, dias da semana e horários do curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia.

CURSO DE ENGENHARIA – pela modificação de 1911.			
1º ANNO			
AULAS	PROFESSORES	DIAS	HORÁRIO
Resistencia dos materiaes	Dr. Hanz E. Goetze	2as, 4as e 6as	9-10
Grapho-statica	Dr. Sylvio Barbedo	3as, 5as e sab	8-9
Construcção de alvenaria e madeira	Dr. Sylvio Barbedo	3as, 5as e sab	9-10
Estradas de rodagem	Dr. H. Pereira Netto	2as, 4as e 6as	4-5
Machinas, desenhos de machinas	Dr. Fernando M. P. Souza	3as, 5as e Sab.	10-11
Architectura, desenho de Architectura.	Dr. Sylvio Barbedo	3as, 5as e Sab.	11-12
Mineralogia e geologia	Dr. Luiz Englert	3as, 5as e 6as	8-9

³⁶ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1912*. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913.

³⁷ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1911*. Porto Alegre: Officinas Graphicas do Instituto de Electro-Technica da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1912.

³⁸ Há algumas aulas que poderiam ser definidas, na concepção de hoje, como tendo conteúdos compartilhados entre Arquitetura e Engenharia Civil. Entre elas se podem citar: “Resistencia dos materiaes; Grapho-statica, Construcção de alvenaria e madeira; Estudo e experiência de resistência de materiaes para construcção; e Construcção de ferro em geral e emprego do cimento armado”.

CURSO DE ENGENHARIA – pela modificação de 1911.			
1º ANNO			
AULAS	PROFESSORES	DIAS	HORÁRIO
Estudo e experiência de resistência dos materiaes para construção	Dr. Hans E. Goetze	2as, 4as e 6as	2-3
Pratica: aprendizagem no Instituto Technico-Profissional	Dr. Hans E. Goetze	3as e 5as	2-5
2º ANNO			
Grapho-statica, applicada às construções	Dr. Sylvio Barbedo	2as, 4as e 6as	9-10
Pontes	Dr. Sylvio Barbedo	2as, 4as e 6as	2-3
Estradas de ferro	Dr. H. Pereira Netto	2as, 4as e 6as	10-11
Hydraulica. Motores Hydraulicos	Dr. Benito Elejalde	3as, 5as e Sab	8-9
Construcção de ferro em geral e emprego do cimento armado	Dr. Sylvio Barbedo	2as, 4as e 6as	8-9
Electro-technica	Dr. H Rees	2as, 4as e 6as	11-12
Pratica: Aprendizagem no Instituto Technico-Profissional	Dr. Hanz E. Goetze	3as e 5as	2-5
3º ANNO			
AULAS	PROFESSORES	DIAS	HORÁRIO
Abastecimento de aguas, exgottos e saneamento de cidades	Dr. Benito Elejalde	2as, 4as e 6as	8-9
Navegação interior [sai do 2º ano e vem para o 3º ano]	Dr. J. da Costa Gama	3as, 5as e sab	9-10
Obras marítimas. Portos de mar. Pharoes	Dr. J. da Costa Gama	3as, 5as e sab	9-10
Chimica industrial. Metalurgia	Dr. Luiz Englert	5as e sab	4-5
Finanças, precedida de Economia Politica. Administração. Technica commercial.	Dr. J. da Costa Gama	3as, 5as e sab	8-9
Pratica: Aprendizagem no Instituto Technico-Profissional.	Dr. Hans E. Goetze	3as e 5as	2-5

Fonte: ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1912. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913.

As alterações curriculares do período pretendiam realizar algo “de acordo com a índole do nosso curso de Engenharia Civil” dando “à parte prática o maior desenvolvimento possível”³⁹.

Apesar de já não mais existir o curso de Arquitetura, os trabalhos finais de diplomação do curso de Engenharia Civil apresentavam, entre outros, trabalhos de infraestrutura urbana – dentro da perspectiva higienista-sanitarista – e projetos arquitetônicos. É possível citar como exemplos, retirados do relatório sobre o ano de 1913, os seguintes:

O trabalho do aluno Godolphim Ramos – “Projectar uma rête de exgottos sanitários do systema separador parcial, typo inglez, para a cidade de Jaguarão, neste Estado, devendo observar como condições technicas as seguintes velocidades minimas no calculo dos collectores”⁴⁰.

O trabalho do aluno Nelson Silveira – “Projecto de uma rede de exgottos, systema separador absoluto para a cidade de D. Pedrito”⁴¹.

O trabalho do aluno Theophilo Borges Barros – “Projecto de um edificio para escola de Bellas Artes, no interior de uma cidade moderna”. Nele eram solicitados os seguintes itens de entrega: “Memoria descriptiva do projecto”, “fachadas na escala 1:50”, “plantas baixas de todos os pavimentos na escala 1:100”, e “todos os cortes necessários para a construcçāo, bem como os detalhes principaes na escala de 1:20”. Além destes itens, eram solicitados “serviços completos de aguas, exgottos, illuminação e aguas de chuva”, “calculo completo de tesouras e vigas em geral” e “orçamento por unidade de obra”⁴².

Como se percebe, são inerentes à Engenharia Civil as práticas e os saberes ligados ao que hoje chamamos infraestrutura urbana e projeto arquitetônico. E essa relação permaneceu a mesma nos anos subsequentes. Basta verificar os trabalhos finais para obtenção de diploma dos anos seguintes.

O relatório sobre o ano de 1914 anota, por exemplo, os seguintes trabalhos finais:

Aluno João Fagundes de Mello – “Projecto de abastecimento de agua potável à cidade de S. Leopoldo”⁴³;

³⁹ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1912*. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913: VIII.

⁴⁰ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1913*. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1914, p.30.

⁴¹ *Ibid.*, loc. cit.

⁴² *Ibid.*, loc. cit.

⁴³ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1914*. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1915, p.28.

Aluno Ivo Pinto Ribeiro – “Projecto de um edifício para uma biblioteca que deverá conter 40.000 volumes”. Os itens da entrega eram: “Plantas baixas na escala 1:100”, “Fachadas e cortes na escala 1:50” e “detalhes necessários para a construção em escala de 1:10”⁴⁴;

Aluno João Evangelista Teixeira – “Estudo de uma rede de exgottos reguladores, sistema separador absoluto, para a cidade de S. Leopoldo” (RELATÓRIO, 1914, p.29);

Aluno Heitor Wagner – “Projecto de uma estação de passagem (2^a classe) em Gravatahy”. Os itens a serem entregues eram: “Projecto detalhado da estação de passagem” além de “plantas baixas na escala de 1:100”, “cortes e fachadas na escala de 1:50”, “detalhes na escala de 1:10” e “memoria justificativa com respectivos cálculos”⁴⁵.

O relatório sobre o ano seguinte, 1915, apresentava, por exemplo, os seguintes trabalhos finais:

Aluno Affonso Goetze Junior – “Projecto de um museu para o Estado do Rio Grande do Sul”. “O projecto a ser executado deverá ser um museu público, contendo as secções de numismática, filatélica, escultura, pintura, gravura, zoologia, botânica, mineralogia e geologia, historia, laboratório de pesquisas, bibliotheca, etc.”. “Parte do terreno que mede 200 m. de frente por 1.200 m. de fundo (de nível) deverá ser reservado para o horto botânico”. “O terreno resistente acha-se a 0,80 m. de profundidade”. “Deverá acompanhar o projecto um memorial descriptivo com cálculos completos e detalhes constructivos”⁴⁶.

Aluno Antônio Azambuja Villanova Netto – “Projecto de um edifício para a municipalidade de Conceição do Arroio”. “Condições Technicas: 1º) O prédio terá dois pavimentos, aproveitando-se o superior para a administração e o térreo para o corpo da guarda; 2º) O terreno destinado à construção mede 30 m. de frente por 50 m. de fundo (conforme planta junta); 3º) O terreno resistente acha-se a 1,10 m. de profundidade e suporta 2,50 K., por cm². 4º) Memorial justificativo, cálculos completos e detalhes construtivos.”⁴⁷

Alunos Antônio Klinger Filho e Lincoln Proença Borralho – “Projecto de uma rede de exgottos sanitários, sistema separador absoluto, respectivamente para as cidades de Cachoeira e As. João do Montenegro”⁴⁸.

⁴⁴ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1914*. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1915, p.29.

⁴⁵ *Ibid.*, p.31.

⁴⁶ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1915*. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1916, p.28.

⁴⁷ *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁸ *Ibid.*, loc. cit.

Nota-se, a partir dessa pequena lista, a recorrência das formas de abordar a cidade e a edificação presentes na Escola de Engenharia.

As posteriores reformas no ensino foram pequenas. Em 1917, a posição na seriação e a denominação de algumas aulas foram alteradas (WEIMER, 1989, p.Q.93). Em 1922, nova reforma redefiniu a Escola de Engenharia como Universidade Técnica. Assim, cada instituto passou a ter caráter de faculdade. “Na realidade, os estatutos [...] apenas sacramentaram o que já acontecia desde a concepção desta Escola”, refere Hassen (1996, p.99).

Todavia, pouco depois, em 1929, a lista de cadeiras e professores do curso de Engenharia Civil trouxe uma novidade que merece destaque. É a presença da cadeira *Architectura – traçado de cidades*, ministrada por João Baptista Pianca⁴⁹. Segundo o quadro de resultados dos exames finais, ela foi ministrada no 5º ano⁵⁰.

Como refere Lersch (2014), João Baptista Pianca⁵¹ substitui Adolpho Stern na cadeira de Arquitetura, em 1928. No ano seguinte o termo “traçado de cidades” foi incorporado ao seu nome. Essa inclusão faz com que passasse a fazer parte das preocupações do curso uma nova questão sobre as cidades, não mais vinculada à higiene-saneamento, mas a seu traçado. Infelizmente, é impossível descrever-lhe os conteúdos trabalhados, já que não foi encontrado o programa da disciplina⁵².

A citação a esta cadeira acontece quatro anos após a *Egatea* (revista da Escola de Engenharia de Porto Alegre) publicar o artigo *Notas sobre o arruamento das cidades*, de Benno Hofmann (1925), engenheiro que não era professor da Escola.

⁴⁹ ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre*. 1929 (extractos). Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1930, p.28.

⁵⁰ Importante referir que o relatório de 1929 apresenta o curso distribuído em seis anos. Como refere o relatório, os três primeiros anos eram “dedicados ao ensino dos conhecimentos básicos de sciencias abstractas, experimentaes e auxiliares, indispensáveis ao Engenheiro Civil, dando-se especial atenção a resolução pratica dos problemas referentes à Astronomia, Geodesia e Topographia”. Os três últimos anos eram “consagrados, mais propriamente, à applicação das disciplinas estudadas, nos três primeiros, à Scienzia e à Arte do Engenheiro Civil”. ESCOLA DE ENGENHARIA. *Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre*. 1929 (extractos). Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1930.

⁵¹ Lersch (2014) faz as seguintes referências a João Baptista Pianca: “Em 1919, Pianca trabalhava na Diretoria de Obras Públicas, enquanto, no periodo de 1924 a 1928, ocupou o cargo de intendente de Bento Gonçalves” (LERSCH, 2014, p.190).

⁵² Possivelmente o emprego do termo traçado de cidades tenha relação com a obra de Saturnino de Brito, *Notes sur le Trace Sanitaire des Villes*, publicada em Paris, em 1916, e amplamente conhecida pelos professores da Escola de Engenharia.

Segundo Lersch (2014), Hofmann, natural de São Leopoldo/RS, cursou Engenharia Civil na Alemanha. Ele trouxe de lá “conceitos que estão em pauta nos discursos urbanísticos do ambiente germânico” (LERSCH, 2014, p.279). Foi, assim, um difusor desses princípios no país⁵³.

Este artigo sobre o arruamento das cidades, destacado por diversos autores por seu pioneirismo (LEME, 1999; ROVATI, 2001; WEIMER, 2004; ABREU, 2006; LERSCH, 2014), refere-se às “exigências modernas da ciencia ou arte de construção de cidades. (Urbanisme, Town Planning)”⁵⁴.

Hofmann faz, nesse artigo, uma breve citação ao ensino desse conteúdo.

Apezar de ter ella [a ciência ou arte de construção de cidades] na nossa pátria, já há annos, um valoroso defensor e propagandista, o eminente engenheiro Dr. F. Saturnino Rodrigues de Brito, apesar de termos o principio de sua aplicação na remodelação da cidade do Rio de Janeiro e na construcção da cidade de Bello Horizonte, até hoje, segundo me consta, ainda não temos no Brasil Escola de Engenharia que incluisse em seu programma uma cadeira sobre esta matéria, o que é de deplorar⁵⁵.

Nota-se que Hofmann expõe o que, para ele, parecia uma contradição. Por um lado, havia personagens e realizações de destaque sobre o tema no país. De outro, inexistia seu ensino nas escolas de Engenharia brasileiras. Essa lacuna é superada, ao menos em Porto Alegre, quatro anos após a publicação do artigo de Hofmann, quando Pianca ministra *Architectura – traçado de cidades*.

Não se quer afirmar, com isso, que Hofmann tenha influenciado a incorporação desse conteúdo ao ensino da Escola. Mas é importante notar a sucessão de fatos: em 1925, a identificação de uma omissão no ensino; em 1929, a incorporação do conteúdo traçado de cidades à cadeira de Arquitetura.

Além disso, esse exemplo representa fenômeno já identificado por Lersch (2014): o da penetração do ideário germânico sobre a construção

⁵³ Para uma análise profunda sobre Benno Hofmann e seu artigo *Notas sobre o arruamento de cidades*, ver Lersch (2014, p.260-286).

⁵⁴ HOFMANN, Benno. Notas sobre o arruamento das cidades. *Egatea*, Porto Alegre, v.X, n.1, p.1-7, jan.-fev. 1925, p.1.

⁵⁵ *Ibid.*, p.2.

de cidades na Escola de Engenharia por meio de livros de referência, atividades acadêmicas, trânsito de profissionais entre Brasil e Alemanha.

Mas a presença dessa novidade foi fugaz. Nos relatórios sobre os anos posteriores – 1930, 1932 e 1933 –, a referência a “traçado de cidades” desapareceu do nome da cadeira, mantendo-se apenas a Arquitetura.

Cabe destacar, por fim, dois aspectos. O primeiro, que o traçado de cidades, quando incorporado ao ensino da Escola de Engenharia, foi associado à Arquitetura. Esse indício faz supor que ambos – Arquitetura e traçado de cidades – eram interpretados pela instituição como temas próximos ou assemelhados. Mas semelhantes em quê? Não é possível afirmar, já que não foram encontrados os programas da cadeira ministrada por Pianca. O segundo, é que os termos “urbanisme” e “town planning” –, usados em 1925 por Hofmann – não foram incorporados ao vocabulário utilizado na Escola. Preferiu-se utilizar, no nome da cadeira, o termo “traçado de cidades” a qualquer um deles.

Por sua importância, a revista *Egatea*, referida anteriormente, será tratada a seguir.

1.3 Nota sobre Arquitetura-Urbanismo na revista *Egatea* – 1914/1934

A *Egatea*⁵⁶ foi uma revista especializada produzida pela Escola de Engenharia e publicada entre os anos de 1914 e 1934⁵⁷. Foi considerada, no período, uma das melhores revistas técnicas do país (HASSEN, 1996), responsável por difundir a produção técnico-científica do Estado não só à comunidade acadêmica, mas também ao público em geral⁵⁸.

⁵⁶ “Seu nome, que sugeria a muitos tratar-se de palavra grega ou hebraica, era formado pelas iniciais dos institutos da Escola, do seguinte modo: E Engenharia; G Gymnasial Julio de Castilhos; A Astronomico e Meteorologico; T Técnico-Profissional; E Eletrotécnica; A Agronomia e Veterinária” (HASSEN, 1996, p.91).

⁵⁷ Posteriormente, na década de 1990, a revista foi reeditada. Contudo, a iniciativa não foi adiante.

⁵⁸ O primeiro número da revista refere: “não se infira dahi que esta publicação se destine a ser uma revista de carácter puramente polytechnico, envolta na rigidez hispida das formulas mathematicas, accessivel apenas a um limitado numero de profissionais, hieroglyphica para o publico em geral”. EGATEA, Porto Alegre, v.1, n.1, jul.-ago. 1914, p.1.

A revista pretendia-se “um expositor e registro dos trabalhos executados por aquelles que colaboram nesta officina intelectual que é a Escola de Engenharia e um divulgador das modernas ideias em matéria de sciencia e indústria”⁵⁹. Os temas tratados nela representavam as preocupações da Escola de Engenharia – e, por extensão, de seus engenheiros – com o “progresso” do Estado do Rio Grande do Sul. A revista foi, enfim, um veículo de divulgação das ideais e trabalhos produzidos na Escola.

Um tema recorrente na publicação era, conforme já identificado por Pesavento (1999), o olhar dos engenheiros sobre a *urbs* (cidade/urbanismo). Há um número expressivo de artigos que tratam de dimensões variadas da cidade: sua infraestrutura, seus melhoramentos, sua regulamentação, seu arruamento.

Podemos citar como exemplos os artigos de: João Moreira Maciel, *Melhoramentos de Porto Alegre*⁶⁰; Benito Elizalde, *Saneamento de cidades*⁶¹; Egydio Hervé, *Municipalização dos serviços: empréstimos municipaes*⁶²; Florisbelo Leivas, *Saneamento de Rio Grande*⁶³; Vivaldo Vivaldi Coaracy⁶⁴, *A energia no Rio Grande do Sul*; João Fagundes de Mello, *As edificações do Rio Grande e a sua regulamentação*⁶⁵; Saturnino Rodrigues de Brito, *Saneamento de Rio Grande*⁶⁶; Benno Hofmann, *Considerações gerais sobre a água, suas propriedades*⁶⁷ e *Notas sobre o arruamento das cidades*.

Há ainda uma série de artigos que apresentam temas vinculados ao projeto de edificações. São projetos de construção⁶⁸, de casas

⁵⁹ EGATEA, Porto Alegre, v.I, n.1, jul.-ago. 1914, p.2.

⁶⁰ MACIEL, João Moreira. Melhoramentos de Porto Alegre. *Egatea*, Porto Alegre, v.I, n.3, p.124-128, nov.-dez. 1914.

⁶¹ ELEJALDE, Benito. Saneamento de cidades. *Egatea*, Porto Alegre, v.2, n.1., p.1-4, jul.-ago. 1915.

⁶² HERVÉ, Egydio. Municipalização dos serviços: empréstimos municipaes. *Egatea*, Porto Alegre, v.III, n.3, p.144-147, nov.-dez. 1916.

⁶³ LEIVAS, Florisbelo. Saneamento do Rio Grande: Instruções para locação dos collectores de exgottos. *Egatea*, Porto Alegre, v.III, n.4, p.276-277, jan.-fev. 1917.

⁶⁴ COARACY, V. de Vivaldi. A energia no Rio Grande do Sul. *Egatea*, Porto Alegre, v.III, n.6, p.249-256, maio-jun. 1917.

⁶⁵ MELLO, J. Fagundes de. Edificação do Rio Grande e sua regulamentação. *Egatea*, Porto Alegre, v.IV, n.1, p.254-261, jul.-ago. 1917.

⁶⁶ BRITO, Saturnino Rodrigues de. Saneamento de Rio Grande. *Egatea*, Porto Alegre, v.V, n.1, junho, 1919.

⁶⁷ HOFMANN, Benno. Considerações geraes sobre a agua, suas propriedades e sua utilização para o abastecimento de cidades. *Egatea*, Porto Alegre, v.IV, n.1, p.34-40 jul.-ago. 1917.

⁶⁸ BARBEDO, Sylvio. Projecto de Construcção. *Egatea*, Porto Alegre, v.I, n.6, p.290-291, maio-jun. 1915.

econômicas para veranear⁶⁹, de construções pitorescas⁷⁰, de vilas⁷¹, de teatro⁷², de bangalô⁷³, de villino⁷⁴. Todos eles apresentam programa de necessidades, desenhos de fachadas, plantas baixas. O projeto de tipos variados de edificação era, na revista, tema próprio ao universo de interesse de engenheiros.

Entre os diversos artigos presentes na revista, um se destaca por discutir as atividades profissionais da Engenharia. Ele é assinado por Waddell e Harrington⁷⁵, sócios de uma empresa americana de Engenharia. Traduzido para a revista, não representa formalmente o pensamento dos professores da Escola. Contudo, ao ser traduzido e incorporado à revista, pode-se suspeitar que manifesta ponto de vista reconhecido como importante.

O artigo faz “uma tentativa para formular uma lista tão completa quanto é praticável dos principaes typos de construcção e actividades que pertencem aos diferentes ramos da profissão”⁷⁶. Os autores apresentam algumas definições para Engenharia, entre as quais: “A engenharia é uma combinação de *sciencia e arte* [grifo nosso] pela qual todas as produccções estrictamente materiaes que envolvem, directa ou indirectamente, construcção e que são uteis à espécie humana, são concebidas, projectadas e materializadas [grifo nosso]”⁷⁷.

A essa definição segue-se uma nota do tradutor que traz definição similar. Afirma a nota: “Parece-me que a seguinte definição é concisa, exacta e tão completa quanto se pode desejar, tratando-se de tão vasto objeto: ‘A engenharia é o conjunto de *sciencias e artes* [grifo nosso] que tem por fim melhorar as condições physicas de habitabilidade do planeta’”⁷⁸.

⁶⁹ BARBEDO, Sylvio. Construções econômicas: casa para veranear. *Egatea*, Porto Alegre, v.III, n.2, p.97-100, set.-out. 1915.

⁷⁰ RIBEIRO, Ivo Pinto. Construções pitorescas. *Egatea*, Porto Alegre, v.II, n.3, p.123-126, nov.-dez. 1915.

⁷¹ BARBEDO, Sylvio. Projecto de Villa. *Egatea*, Porto Alegre, v.III, n.2., set.-out. 1916. p.91; HOOGNSTRAATEN, Chrétien. Projecto de Villa. *Egatea*, Porto Alegre, v.VI, n.3, p.122-123, maio-jun. 1921.

⁷² SILVA, Ennio P. da. Projecto de um theatro para a cidade de Santa Maria. *Egatea*, Porto Alegre, v.VI, n.5, p.256-257, set.-out. 1921.

⁷³ HOOGENSTRAATEN, Chrétien. Projecto de um “Bungalow”. *Egatea*, Porto Alegre, v.XII, n.1/6, p.246-249, jan.-dez. 1927.

⁷⁴ HOOGENSTRAATEN, Chrétien. Projecto de um villino. *Egatea*, Porto Alegre, v.XII, n.1/6, p.6-9, jan.-dez. 1927.

⁷⁵ Waddell & Harrington foi uma empresa americana de engenharia que funcionou entre 1907 e 1915. Foi criada a partir da parceria de John Alexander Low Waddell e John Lyle Harrington. A empresa era especializada em projetar e construir pontes. Fonte: <http://www.caddolakedrawbridge.com/Frames/Engineers.htm>. Acesso em: 6 fev. 2015.

⁷⁶ WADDEL & HARRINGTON. A engenharia como profissão. *Egatea*, Porto Alegre, v.II, n.3, p.141-143, nov.-dez. 1915, p.141.

⁷⁷ *Ibid.*, loc. cit.

⁷⁸ *Ibid.*, loc. cit.

Ambas as definições – de Waddell e Harrington e do tradutor – apontam para a combinação ciência-arte e para a intervenção física-material para benefício do homem e do planeta. A de Waddell e Harrington incorpora ainda a concepção, o projeto e a materialização dessa produção. São definições amplas demais, que podem incorporar atividades variadas.

Ainda segundo o artigo, as duas divisões da Engenharia – Civil e Militar – já não correspondiam à realidade de seu tempo. A Engenharia Civil fora subdividida em quatro grupos: Engenharia Civil, Mecânica, Eletrotécnica e de Minas. Eram ramos que, como a definição de Engenharia que propõem, ampliavam o rol de atividades entendidas como próprias do engenheiro.

Mais adiante o texto lista uma série de atividades da Engenharia Civil: toda espécie de levantamentos – da agrimensura a hidrografia; o projeto e construção de pontes e de fundações; tuneis, viadutos, diques, cais, portos; trabalhos de saneamento, filtragem, esgoto; entre outros. E completa, adiante: “Si esta lista não é suficiente, accrescente-se que o engenheiro está começando a monopolizar parte do trabalho do architecto [grifo nosso] e do chimico, tal como se pode ver no projecto e construcçao de grandes edificios e no terreno da chimica industrial”⁷⁹.

Essa última afirmação, mesmo não indicando exatamente que “parte do trabalho do architecto” a Engenharia começava a monopolizar, evidencia a fluidez da relação entre as competências e atribuições profissionais de engenheiros civis e arquitetos. Essa perspectiva acompanha a concepção apresentada já na fundação da Escola de Engenharia: a da sobreposição de conhecimentos e formas de atuação, inexistindo autonomia da Arquitetura em relação à Engenharia. Essa perspectiva é reforçada pela diversidade de conteúdos apresentados na revista *Egatea*.

1.4 A federalização e a década de 1930

Diversos fatos ocorridos no início dos anos 1930 impactaram a Escola de Engenharia. A República Velha sofreu progressivo desgaste ao longo da década de 1920. O movimento tenentista, ocorrido nessa década, forte contestador do governo da República, prenunciava as mudanças que ocorreriam nos anos vindouros (FAUSTO, 2004).

⁷⁹ WADDEL & HARRINGTON. A engenharia como profissão. *Egatea*, Porto Alegre, v.II, n.3, p.141-143, nov.-dez. 1915, p.142

O rompimento da aliança entre as elites dos Estados de São Paulo e Minas Gerais abriu espaço para a candidatura de oposição, que pretendia suceder a Washington Luís. O antagonismo foi representado pela candidatura de Getúlio Vargas, como presidente, e João Pessoa, seu vice, a partir da articulação entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Essas eleições foram vencidas por Júlio Prestes, candidato da situação. Contudo, a Revolução de 1930 impediu sua posse (FAUSTO, 2004). A chegada de Vargas ao poder marcou o fim da República Velha. Ele permaneceria no poder pelos próximos 15 anos.

Os acontecimentos da Revolução de 1930 não pouparam a Escola de Engenharia. Para Hassen (1996, p.104), “esse período trouxe sua mais grave crise política e financeira. Getúlio Vargas, desafeto de João Simplicio [diretor da instituição entre 1915 e 1932], cortou todos os recursos destinados à Escola”.

Por meio do Decreto Federal nº 20.272, de agosto de 1931, a Escola de Engenharia de Porto Alegre passou a ser Universidade Técnica do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1931). Já em fevereiro de 1932, pelo Decreto Estadual 4.929 (RIO GRANDE DO SUL, 1932), a Universidade Técnica passou à instituição oficial do Estado. Por fim, em novembro de 1934, “no intuito de dar uma organização uniforme e racional ao ensino superior no Estado, elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e concorrer eficientemente para aperfeiçoar a educação do indivíduo e da sociedade”, foi criada, pelo Decreto Estadual 5.758, a Universidade de Porto Alegre (RIO GRANDE DO SUL, 1934). “O interventor do Rio Grande do Sul era então Flores da Cunha, que, contrariando uma antiga convicção de se opor ao ensino universitário, oficializou a Universidade de Porto Alegre, encampando a Universidade Técnica”, refere Hassen (1996, p.105-106).

As finalidades da Universidade de Porto Alegre estavam expressas no art. 1º do Decreto Estadual 5.758. Eram elas: formar especialistas e técnicos em todas as profissões científicas e artísticas; aperfeiçoar a educação intelectual, moral e física das novas gerações e ministrar conhecimentos culturais e práticos que preparam cidadãos uteis à nação e à humanidade; estimular a investigação científica; promover a vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, difusão pelo rádio, por filmes e outros processos adequados (RIO GRANDE DO SUL, 1934).

Já o art. 2º indicava que a Universidade de Porto Alegre seria constituída pelos seguintes estabelecimentos: Faculdade de Medicina, com escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Escola de Engenharia; Escola de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Educação Ciências e Letras; Instituto de Belas Artes.

Apesar de todas essas alterações legais-institucionais, as mudanças no ensino do curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia foram mínimas. Segundo Weimer (1989), em 1932 houve reformulação do programa de ensino com alteração da posição da disciplina de Arquitetura no quadro geral e de carga horária⁸⁰. Pouco depois, em 1938, foi feita nova reforma. Nela o ensino de Arquitetura “passou a se resumir numa disciplina denominada ‘Construção Civil e Arquitetura’ resultante da fusão das antigas disciplinas de ‘Construções de Alvenaria e Madeira’ com as de ‘Arquitetura’” (WEIMER, 1989: Q.95).

Para Weimer, o ensino de Arquitetura só não foi abolido integralmente “por interesses de atribuições profissionais que começaram a ser regulamentadas” (WEIMER, 1989, p.F.8). No país, a regulação da profissão de arquiteto aconteceu em 1933 pelo Decreto Federal 23.596, que também tratava do exercício da Engenharia e Agrimensura. A partir de então o exercício dessas profissões passou a ser exclusividade dos diplomados nessas áreas⁸¹.

⁸⁰ Segundo Weimer (1989, Q.94-Q.95), “houve nova reformulação do programa quando a disciplina de Arquitetura deixou de ser dada no 5º ano, restringindo-se a um conteúdo informativo de três horas semanais ministrado no 4º ano. O professor João Baptista Pianca limitava-se a dar algumas noções de história e de composição”.

⁸¹ Até a década de 1930 não havia regulamentação das profissões de Engenharia e Arquitetura de abrangência nacional. Apesar de existir o ensino formal nas escolas politécnicas, as atividades de Engenharia e Arquitetura eram permitidas tanto a diplomados quanto a leigos. A Constituição Brasileira de 1891 garantia o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual, industrial. A mesma lei facultava aos Estados poderes para legislar sobre as profissões. A Constituição Rio-Grandense, também de 1891, em seu art. 71, parágrafo 5º, trazia a mesma garantia de liberdade de exercício profissional sem a exigência de diploma. Com a intenção de impedir que “a profissão fosse exercida impunemente por indivíduos desprovidos das credenciais necessárias e que vinham competindo ilegalmente com os que concluíam seus cursos superiores” (PEREIRA, 2008, p.32), os profissionais da Engenharia e Arquitetura mobilizaram-se para tentar levar a cabo a regulamentação da profissão, que veio em 11 de dezembro de 1933 por meio do Decreto Federal nº 23.569.

Os artigos que tratam das competências e atribuições do engenheiro civil, do arquiteto e do engenheiro-arquiteto concediam a eles a prerrogativa de exercerem o “projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo” (BRASIL, 1933) em condição de igualdade, sem distinção.

1.5 O curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia: 1945-1950

A segunda metade da década de 1940 apresentou uma novidade para a Escola de Engenharia: a criação do curso de Engenheiros-Arquitetos. Em 1944 constam, nas atas das reuniões do Conselho Técnico Administrativo (CTA) da instituição, referências à sua criação. O curso entrou em atividade em 1945, antes do Decreto nº 21.221, de 30 de maio de 1946, autorizar seu funcionamento (BRASIL, 1946).

A ata da reunião do CTA de 9 de novembro de 1944 refere-se a ofício da Reitoria “solicitando à Direção da Escola, uma vés ouvido o C.T.A. informação sobre o que necessitaria a Escola para instalação de um curso de Engenheiros-Arquitetos, de conformidade com o Decreto Federal nº 22.897 de 6/7/1933”⁸². O decreto referido alterava as disposições do de nº 19.852, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931), na parte alusiva à organização do ensino artístico ministrado pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) da Universidade do Rio de Janeiro. Ou seja, a demanda da reitoria era de que a Escola de Engenharia avaliasse a possibilidade de instalar um curso de Engenheiros-Arquitetos nos moldes do da ENBA carioca. Nessa mesma reunião de novembro, o CTA aprovou, com ligeiras modificações, seriação elaborada por João Baptista Pianca para o curso. Autorizou ainda o diretor da escola a estudar, juntamente com Pianca, questões orçamentárias para sua concretização.

Contudo, o atendimento à demanda da reitoria não era unanimidade dentro da Escola. Na reunião do CTA de 23 de novembro de 1944, “o prof. Álvaro de Magalhães em longo e fundamentado estudo [sobre a criação e manutenção do curso de Arquitetura], encarando-o sobre

⁸² ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 178^a reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 9 de novembro de 1944. In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre [1945?]. p.177-179.

diferentes aspectos, critica-o com elevadas e judiciosas considerações que provocaram o aplauso de seus pares⁸³.

Pouco mais de um mês depois, em 28 de dezembro, a Congregação da Escola designou uma comissão para opinar sobre a criação do curso de Arquitetura, composta por João Baptista Pianca, Duilio Bernardi e Luiz Faria. Nessa mesma reunião, o professor Irio Lisboa dizia não ser contrário “à criação do Curso de Arquitetura, mas que era de opinião que o Curso de Minas era de mais importância e necessário, no momento, que o de Arquitetura”⁸⁴. Os professores Gabriel Pedro Moacyr e Leovegildo Paiva “manifestaram-se de acordo com o prof. Lisboa, pedindo também que suas opiniões constassem em ata”⁸⁵. Logo, não havia unanimidade em relação à importância da criação do curso de Engenheiros-Arquitetos. O de Minas parecia, para alguns, prioridade.

A reunião da congregação que definiu a comissão que trataria da criação do curso ocorreu três semanas após o CTA receber ofício da reitoria “comunicando a informação dada ao expediente em que o Instituto de Belas Artes solicita auxílio do Governo para instalação do Curso de Arquitetura e remetendo uma cópia do parecer do Sr. Reitor sobre a criação daquele Curso”⁸⁶. O pioneirismo na criação do curso de Arquitetura passaria a ser disputado entre a Escola de Engenharia e o Instituto de Belas Artes.

Para Weimer (1989), o curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia foi criado “para fazer frente” (WEIMER, 1989, p.F.8) ao do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, aprovado em setembro de 1944. Esse ponto de vista é compartilhado por Fiori (1992). Ele acredita que “a Escola de Engenharia só se interessa por um curso de Arquitetura quando percebe que outra instituição está nesse campo e que isso ameaça seu monopólio sobre a área da construção civil no meio local” (FIORI, 1992, p.323).

Em meio ao debate sobre que curso deveria ser criado primeiro – de Arquitetura ou o de Minas – consta que o “prof. Faria justificou então que o assunto sobre a criação do curso de Engenheiros-Arquitetos teve de

⁸³ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 179^a reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 23 de novembro de 1944. In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre [1945?]. p.180-182.

⁸⁴ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 77^a reunião da Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 28 de dezembro de 1944. In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre [1945?]. p.195-202.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 180^a reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 7 de dezembro de 1944. In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre [1945?]. p.183-185.

ser abordado incontinentemente, em virtude da solicitação urgente por parte do Governo do Estado”⁸⁷. Essa é uma indicação da pressão que sofria a Escola de Engenharia pela pronta criação do curso de Engenheiros-Arquitetos.

Todavia, é necessário interpretar essa pressa da Escola à luz de sua trajetória. Para ela, a Arquitetura era um “ramo”. Logo, parecia fora de questão perder seu domínio.

Isso fica evidente na manifestação do Reitor interino da Universidade, Egydio Hervé, professor da Escola de Engenharia, registrada na ata da reunião da congregação ocorrida em 22 de janeiro de 1945. Segundo ele, “à Escola de Engenharia cabia a criação do referido Curso [de Engenheiros-Arquitetos] pois que nenhuma outra Instituição apresentava mais direitos e possibilidades de bom êxito na ministração de ensino daquele ramo que a Escola”⁸⁸. Por fazer parte da Engenharia, na condição de “ramo”, a Escola de Engenharia tinha, portanto, “mais direitos” sobre a Arquitetura e deveria requerer prevalência em seu ensino.

Colocou-se, a partir de então, uma disputa que refletia perspectivas diversas sobre a Arquitetura: uma, manifesta pela Engenharia, e outra, pelo Belas Artes. Mas essa disputa será tratada com mais profundidade no capítulo 3. Por ora, importa apenas apontá-la.

O curso de Engenheiros-Arquitetos da instituição passou a funcionar em 1945. As três disciplinas ministradas em sua primeira turma foram: i) *Cálculo Infinitesimal – Geometria Analítica – Nomografia*; ii) *Física – 1ª parte*; iii) *Geometria Descritiva – Geometria projetiva – Aplicações respectivas*. Eram disciplinas já existentes no 1º ano do curso de Engenharia Civil. Os professores do 1º ano dos cursos de Arquitetura e de Minas foram os mesmos dos cursos já em funcionamento na Escola.

No ano seguinte, 1946, o Decreto nº 2.027, de 25 de julho (RIO GRANDE DO SUL, 1946), oficializou a organização didática da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre. Estabeleceu o curso de Engenheiros-Arquitetos como um dos cinco⁸⁹ mantidos por ela. Definiu ainda que o Instituto de Engenharia, como os demais que faziam parte

⁸⁷ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 78ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, realizada em 4 de janeiro de 1945. In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre [1946?]. p.185-195.

⁸⁸ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 79ª reunião da congregação, realizada em 22 de janeiro de 1945. In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre [1946?].

⁸⁹ Além do curso de Engenheiros-Arquitetos, a Escola de Engenharia mantinha, segundo esse decreto, os seguintes cursos: 1- Engenheiros Civis; 2- Engenheiros Mecânicos-Electricistas; 3- Químicos Industriais; 4- Engenheiros de Minas e Metalurgia.

da Escola, seria constituído de departamentos e respectivos gabinetes e laboratórios.

Entre eles estava o Departamento de Arquitetura, construções e desenho, que compreendia as seguintes cadeiras: i – Desenho; ii- Desenho artístico a) Arquitetônico e esboço do natural – b) Perspectiva; iii- Estética – Composição Geral e Urbanismo; iv- Composição decorativa e modelagem; v- Materiais de construção – Construções; vi- Arquitetura – Construções civis – História da Arquitetura.

Estética, Composição Geral e Urbanismo eram de “importância fundamental para o curso”⁹⁰, conforme a ata da sessão da congregação, de 4 de janeiro de 1945. Por essa razão, deveriam ser “lecionadas por engenheiros-arquitetos especializados”⁹¹. E como não havia quem pudesse “tomar a si essa responsabilidade”⁹², a alternativa seria trazer professores do Rio de Janeiro ou de São Paulo. O professor escolhido para ministrá-las foi Eugênio Steinhof. Adiante trataremos mais sobre ele.

A seriação completa do curso estava exposta no art. 6º do decreto de julho de 1946. O quadro 5 traz a sequência de cadeiras, ano a ano. A lista de professores é a do ano de 1949. Tomamos esse quadro de professores, pois é o que se apresenta mais completo, já que o curso tinha estudantes cursando todas as suas cadeiras.

Quadro 5 - Seriação do curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre.

CURSO DE ENGENHEIROS-ARQUITETOS – 1949		
1º ANO		
Cadeiras	Professores	C.H.
Cálculo Infinitesimal – Geometria Analítica – Nomografia.	Ernesto de Mello Mattos Lassance Ary Nunes Tietbohl	259
Geometria Descritiva – Geometria Projetiva – Aplicações respectivas.	Leseigneur de Faria Telmo Thompson Flores	160
Física – 1ª Parte	João Francisco Simões da	160
Desenho Linear e à Mão Livre.	Sady Domingues Fernandes de Castro ⁹³	86

⁹⁰ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 78^a reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, realizada em 4 de janeiro de 1945. In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre [1946?], p.187.

⁹¹ *Ibid., loc. cit.*

⁹² *Ibid., loc. cit.*

⁹³ Há a referência a ele como professor da cadeira de Desenho Artístico, Arquitetônico e Esboço do Natural, Perspectiva.

CURSO DE ENGENHEIROS-ARQUITETOS – 1949		
2º ANO		
Cadeiras	Professores	C.H.
Mecânica. Cálculo Vetorial	Carlos de Carvalho Schmitt Manoel Luiz da Silva Netto	204
Física – 2ª Parte.	Álvaro Magalhães Rosauro Salles Zambrano	123
Topografia – Desenho Topográfico.	Possivelmente, professores Lelis Espartel e/ou Saul Fernandes Sastre ⁹⁴	227
Cadeiras	Professores	C.H.
Química Geral e Inorgânica.	Bernardo Geisel Alfredo Georg Jaroslow Wieck ⁹⁵ Álvaro Leão Carvalho da Silva ⁹⁶	116
Desenho Arquitetônico e Esboço do Natural.	Sady Domingues Fernandes de Castro Júlio Ribeiro de Castilhos (prof. assistente).	134
3º ANO		
Resistência dos Materiais – Grafostática.	João Ferlini Eladio Gerardo Requião Petrucci	170
Mineralogia, Petrologia e Geologia.	José Rafael Alves de Azambuja Junior Arthur Wentz Schneider	182
Materiais de Construção.	Paulo de Aragão Frederico Werner Hugo Diego Gonzales Blanco	65
Estética e Composição Geral.	Eugenio Steinhof	184
Desenho de Perspectiva.	Sady Domingues Fernandes de Castro	138
Composição Decorativa, Modelagem.	Eugenio Steinhof (?)	100
4º ANO		
Física Técnica.	<i>Não há referência</i>	90
Estabilidade das Construções.	Duilio Bernardi	120
Construções Civis. Higiene das Habitações.	<i>Não há referência.</i>	128
História da Arquitetura.	João Baptista Pianca	59

⁹⁴ Não há nome de professor referido explicitamente para essa disciplina. Contudo, as informações do relatório da Escola de Engenharia nos levam a crer que Lelis Espartel (catedrático) e Saul Fernandes Sastre (assistente), professores da cadeira Topografia Geodesia e Astronomia de campo, do curso de Engenharia Civil, tenham ministrado o mesmo conteúdo para o curso de Engenheiros-Arquitetos.

⁹⁵ Professor assistente da cadeira Química Geral e Inorgânica. Análise Qualitativa.

⁹⁶ Professor assistente das cadeiras Química Geral e Inorgânica. Química Tecnológica e Analítica.

CURSO DE ENGENHEIROS-ARQUITETOS – 1949		
Cadeiras	Professores	C.H.
Composição Geral.	Eugenio Steinhof (?)	188
Composição Modelagem. Decorativa.	Eugenio Steinhof (?)	100
5º ANO		
Concreto Simples e Armado. Teoria e Aplicações Correntes.	Ivo Wolf Eugenio Villanova Castilhos (prof. Assistente)	175
Hidráulica – Hidráulica Urbana e Saneamento.	Nao há referência.	44
Composição Geral e Urbanismo.	Eugenio Steinhof	184
Economia Plítica. Finanças. Estatística.	Alexandre Martins da Rosa Antenor Wieck Brum (prof. Assistente)	122
Administração. Organização. Legislação. Contabilidade Industrial.	Leovegildo Paiva Carlos Henrique Siegmann (prof. Assistente)	102
Composição Decorativa. Modelagem.	Eugenio Steinhof	116

Fonte: ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

A seriação não seguia a solicitação da reitoria de tomar por referência o ensino da ENBA da Universidade do Rio de Janeiro. No curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia, a seriação adotada era a da Escola Politécnica de São Paulo, com duração de cinco anos, conforme descrito na ata da reunião do CTA de 24 de agosto de 1945⁹⁷. Essa decisão vinculava o ensino da Arquitetura às politécnicas, e não às escolas de Arte⁹⁸.

⁹⁷ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 191ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de agosto de 1945. In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre [1946?].

⁹⁸ Segundo Ficher (2005), a seriação do curso de Engenheiros-Arquitetos da Politécnica de São Paulo entre os anos de 1934 e 1947 foi, em que pesem algumas pequenas alterações, a seguinte: 1º ANO – Cadeiras de: I) Cálculo Vetorial; II) Complementos de Geometria Analítica. Elementos de Nomografia. Cálculo Diferencial e Integral; III) Física I; IV) Topografia. Geografia Elementar e Astronomia de Campo; V) Perspectiva. Aplicações Técnicas. Geometria Projetiva e Noções de Cálculo Gráfico. E aulas de: I) Desenho Arquitetônico e Esboço do Natural; II) Desenho Topográfico (só permaneceu até 1934. Em 1939 foi introduzida a aula de Cálculo de Observações e Estatísticas. Cálculo Gráfico e Mecânico, Nomografia I). 2º ANO – Cadeiras de: I) Mecânica Racional; II) Física II; III) Química Geral Inorgânica e Noções de Química Orgânica (Química Geral Tecnológica I de 1939 em diante); IV) “Em 1935 passou a ser oferecida uma quarta cadeira, ‘Aplicações Técnicas de Geometria Descritiva’” (2005, p.257); V) “Em 1939,

Mas no que diferiam os cursos de Engenheiros-Arquitetos e de Engenharia Civil? O quadro 6 compara seus currículos. Assim, é possível medir a distinção ou semelhança entre ambos. Estão assinaladas as disciplinas que só existem num ou outro curso.

Percebe-se que as cadeiras dos dois primeiros anos dos cursos são idênticas. A partir do 3º ano passa a haver diferenças, que vão se tornando, ano a ano, maiores. No 3º ano, três das seis cadeiras do curso de Engenheiros-Arquitetos não encontram correspondentes no de Engenharia Civil. E duas das cinco do curso de Engenheiros Civis não existem no de Engenheiros-Arquitetos. No 4º ano, idem. E no 5º ano, três das seis cadeiras do curso de Engenheiros-Arquitetos não existem no de Engenharia Civil. Por outro lado, três das seis cadeiras do curso de Engenharia Civil não encontram correspondentes no de Engenheiros-Arquitetos.

entrou uma quinta cadeira, ‘Cálculo Diferencial e Integral, Calculo Vetorial II’ (2005, p.258). E as aulas de: I) Desenho de Perspectiva; II) “Em 1935, a aula de ‘Desenho Topográfico’ voltou a ser dada no 2º ano” (2005, p.258). 3º ANO – Cadeiras de: I) Resistência e Estabilidade I (Resistência dos Materiais. Estabilidade das Construções I de 1939 em diante); II) Tecnologia Civil. Materiais de Construções. Fundações (Materiais de Construção depois de 1939); III) Mineralogia Geologia e Petrografia; IV) Composição Geral I (Composição Geral e Estética depois de 1939); V) “Em 1935, veio para esse ano uma quinta cadeira, a primeira parte de ‘Hidráulica. Hidráulica Urbana e Saneamento’” (2005, p.260). E as aulas de: I) Desenho de Perspectiva; II) Desenho de Composição Geral (denominado Composição Decorativa. Modelagem depois de 1939). 4º ANO – Cadeiras de: I) Resistência e Estabilidade II (Resistência dos Materiais. Estabilidade das Construções Civis II de 1939 em diante); II) Composição Geral II; III) “Em 1935, a terceira cadeira, ‘Construções Civis. Higiene das Habitações. Noções de Arquitetura’ foi unificada com ‘História da Arquitetura’, passando a ser denominada ‘Noções de Arquitetura e Construções Civis. Higiene das Habitações e História da Arquitetura I e II’” (2005, p.262); IV) Tecnologia Mecânica. E a aula de: I) Desenho de Composição Geral (denominada Composição Geral. Modelagem de 1939 em diante). 5º ANO – Cadeiras de: I) Composição Geral III e Urbanismo; II) História da Arquitetura (de 1932 a 1934. Em 1939, essa cadeira foi substituída por Concreto Simples e Armado. Teoria, Experiência e Aplicações a Casos Correntes); III) Hidráulica Urbana e Saneamento (a segunda parte de Hidráulica. Hidráulica Urbana e Saneamento); IV) Economia Política. Estatística Aplicada. Organizações Administrativas. E as aulas de: I) Contabilidade Geral e Especial (Contabilidade depois de 1939); II) Desenho de Composição Geral. Modelagem (Composição Decorativa. Modelagem depois de 1939).

Quadro 6 - Comparação dos nomes das disciplinas dos cursos de Engenheiros-Arquitetos e de Engenharia Civil da Escola de Engenharia.

ENGENHEIROS-ARQUITETOS		ENGENHEIROS CIVIS
1º ANO		
Cálculo Infinitesimal – Geometria Analítica – Monografia		Cálculo Infinitesimal – Geometria Analítica – Monografia
Geometria Descritiva – Geometria Projetiva – Aplicações Respectivas.		Geometria Descritiva – Geometria Projetiva – Aplicações Respectivas
Física – 1ª Parte		Física – 1ª Parte
Desenho Linear e Mão Livre.		Desenho
2º ANO		
Mecânica, Cálculo Vetorial.		Mecânica, Cálculo Vetorial
Física – 2ª Parte		Física – 2ª Parte
Topografia – Desenho Topográfico.		Topografia – Geodesia e Astronomia de Campo – 1ª Parte
Química Geral e Inorgânica.		Química Geral e Inorgânica
Desenho Arquitetônico e Esboço do Natural.		Desenho
3º ANO		
Resistência dos Materiais – Grafostática.		Resistência dos Materiais – Grafostática
Mineralogia, Petrologia e Geologia.		Mineralogia e Geologia
Materiais e Construção (*semelhante à disciplina do 4º Ano da Eng. Civil).		Topografia – Geodésia e Astronomia de Campo – 2ª Parte
Estética e Composição Geral		Estradas (de Rodagem e de Ferro) – 1ª Parte
Desenho e Perspectiva		Hidráulica Geral e Aplicada – Saneamento – 1ª Parte
Composição Decorativa, Modelagem		
4º ANO		
Física Técnica		Mecânica Aplicada
Estabilidade das Construções.		Estabilidade das Construções
História da Arquitetura.		Arquitetura
Construções Civis. Higiene das Habitações.		Materiais de Construção – Construções (*semelhante à disciplina do 4º ano de Eng. Arq.)
Composição Geral		Estradas (de Rodagem e de Ferro) – 2ª Parte
Composição Decorativa. Modelagem		

ENGENHEIROS-ARQUITETOS	ENGENHEIROS CIVIS
5º ANO	
Concreto Simples e Armado. Teoria e Aplicações Correspondentes	Portos – Rios e Canais
Hidráulica – Hidráulica Urbana e Saneamento.	Hidráulica Geral e Aplicada – Saneamento – 2ª Parte
Composição Geral e Urbanismo	Pontes – Grandes Estruturas em Ferro e Concreto – Fundações
Economia Política. Finanças. Estatística.	Economia Política. Finanças. Estatística
Administração. Organização. Legislação. Contabilidade Industrial.	Administração. Organização. Legislação. Contabilidade Industrial
Composição Decorativa. Modelagem	Termodinâmica. Máquinas e Motores Térmicos

Fonte: ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

As cadeiras do curso de Engenheiros-Arquitetos que não existem no curso de Engenharia Civil são: *Estética e Composição Geral* (3º ano); *Composição Geral* (4º ano); *Composição Geral e Urbanismo* (5º ano); *Desenho de Perspectiva* (3º ano); três disciplinas de *Composição Decorativa. Modelagem* (nos 3º, 4º e 5º anos); *Física Técnica* (4º ano); *Concreto Simples e Armado. Teoria e Aplicações Correspondentes* (5º ano). São, em geral, disciplinas que pretendem desenvolver habilidades para a composição, o projeto, o desenho. As exceções são Física e Concreto.

As cadeiras do curso de Engenheiros Civis que não existem no de engenheiros-arquitetos são: duas disciplinas de *Topografia. Geodésia e Astronomia de Campo – Partes 1 e 2* (2º e 3º anos), semelhante à única disciplina do curso de Engenheiros-Arquitetos, *Topografia – Desenho Topográfico* (2º ano); *Estradas (de Rodagem e de Ferro) – Partes 1 e 2* (3º ano); *Mecânica Aplicada* (4º ano); *Portos – Rios e Canais* (5º ano); *Pontes – Grandes Estruturas em Ferro e Concreto – Fundações* (5º ano); *Termodinâmica. Máquinas e Motores Térmicos* (5º ano). São, em geral, disciplinas que pretendem desenvolver habilidades para lidar com as grandes obras de engenharia – estradas, portos, rios, canais, pontes.

Sendo assim, pode-se afirmar que a formação de engenheiros-arquitetos e de engenheiros civis da Escola de Engenharia eram, em parte, semelhantes. Como indica Fiori (1992), a Escola de Engenharia “utiliza-se da estrutura já existente para cobrir a maior parte possível das necessidades dos novos cursos. E é exatamente esse fator [...] que torna possível a rápida montagem dos novos cursos na Escola” (FIORI, 1992, p.328).

Para Weimer, “o chamado curso de ‘Engenheiro-Arquiteto’ tendia muito mais para o primeiro que para o segundo” (WEIMER, 1989, p.Q.98). Mas é necessário apontar para o que os distinguiam. E, como visto, a singularidade de cada um residia nos seguintes aspectos: a Arquitetura lidava com a composição, e a Engenharia, com as grandes obras – pontes, estradas, canais, barragens.

1.5.1 A cadeira de planejamento e o curso de extensão de Urbanismo

Antes de passar aos conteúdos das cadeiras do curso de Engenheiros-Arquitetos, cabe realizar breve nota sobre duas experiências que não tiveram desdobramentos na Escola de Engenharia: a incorporação de uma cadeira que se referia a “Planejamento” e o curso de extensão em Urbanismo⁹⁹.

Em 1947, estava em debate uma reestruturação dos cursos da Escola de Engenharia. Num deles, registrado na ata da 87^a reunião da congregação, ocorrida em 13 de junho¹⁰⁰, Álvaro Magalhães sugeriu a criação de nova cadeira que incorporasse os conteúdos Geografia Integral e Geografia Econômica e Humana.

Leovegildo Paiva, tomando parte do diálogo, entendia que a cadeira deveria chamar-se “Planejamento”. Magalhães, por sua vez, sustentava que seu nome deveria ser “Geografia Econômica e Humana”. Infelizmente não há na ata os argumentos utilizados pelos contendores para defender a inclusão ou exclusão da palavra planejamento.

A congregação reconheceu, enfim, “que os estudos de Geografia Econômica e Humana são necessários aos cursos da Escola de Engenharia” e que eles deveriam constituir uma cadeira isolada¹⁰¹. Ela acabou batizada *Geografia Integral – Planejamento*.

Na reunião da congregação seguinte, ocorrida dias após, em 19 de junho de 1947¹⁰², o anteprojeto de reestruturação dos cursos da Escola,

⁹⁹ Essa experiência já havia sido notada por Almeida (1996) em seu artigo *O urbanismo em Porto Alegre no início do século: do ensino e das práticas*. Nele, a autora refere que, em 1947, “a Escola de Engenharia reestrutura seu curso de Arquitetura e cria também um curso de extensão em Urbanismo” (ALMEIDA, 1996, p.100). Todavia, não avança em sua descrição.

¹⁰⁰ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 87^a reunião da Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 13 de junho de 1947. In: *Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1947*. Porto Alegre, 1951.

¹⁰¹ *Ibid.*, p.3.

¹⁰² ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da reunião da 88^a Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 19 de junho de 1947. In: *Escola de Engenharia. Relatório referente ao ano de 1947*. Porto Alegre, 1951.

elaborado com a ajuda de seus departamentos, foi apresentado. Nele, a cadeira *Geografia Integral – Planejamento* está presente na lista de disciplinas dos cursos de Engenharia Civil¹⁰³, de Engenheiros Mecânicos Eletricistas¹⁰⁴, de Engenheiros Mecânicos, de Engenheiros Eletricistas, de Engenheiros Geógrafos, de Engenheiros de Minas e Metalurgia, de Engenheiros-Arquitetos e de Engenheiros-Químicos.

Como não foram encontrados documentos que se referissem aos conteúdos dessa cadeira, pode-se apenas supô-los a partir dos nomes colocados em disputa na 87^a reunião da congregação. A partir deles, pode-se presumir quais temas estavam associados à palavra planejamento.

O fato de a Geografia manter-se no nome leva a crer que se tratasse de cadeira preocupada com a localização territorial de fenômenos diversos – econômicos e humanos, por exemplo. Sendo assim, a palavra planejamento vincular-se-ia à relação entre fenômenos sociais e o seu lugar no mundo. Mas, por conta dos limites impostos pela documentação, é impossível afirmar categoricamente.

Além da inclusão de *Geografia Integral – Planejamento*, a proposta de reforma de 1947 sugeria ainda a criação de um curso de extensão para engenheiros-arquitetos: o curso de Urbanismo. Este teria três cadeiras: I) *História do Urbanismo*; II) *Arquitetura Paisagista*; III) *Composição Urbana*. Mas, pelo que foi apurado junto à documentação, não há referências posteriores a esse curso de Urbanismo¹⁰⁵.

Um mês antes da 87^a reunião da congregação, em 20 de maio, João Baptista Pianca, na reunião do CTA da Escola, sugeriu a criação de “um curso de extensão para arquitetos, o qual poderia ser dado em um ano, ou menos”¹⁰⁶. Não cita explicitamente que esse curso seria de Urbanismo. Mas sua experiência na disciplina *Architectura – traçado de cidades*, em 1929, citada anteriormente, faz supor que a sugestão de criação do curso de extensão tenha sido de Pianca. Contudo, não encontramos documentos posteriores que se referissem ao curso de extensão de Urbanismo. Tudo leva a crer que não passou de uma proposta.

¹⁰³ É a 21^a cadeira do curso. *Ibid.*, p.2.

¹⁰⁴ É a 23^a cadeira do curso. *Ibid.*, p.3.

¹⁰⁵ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da reunião da 88^a Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 19 de junho de 1947. In: *Escola de Engenharia*. Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951, p.8.

¹⁰⁶ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 232^a reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 20 de maio de 1947. In: *Escola de Engenharia*. Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951, p.3.

1.5.2 Curso de Arquitetura: cadeiras e conteúdos

Por fim, serão tratados os conteúdos de parte das disciplinas do curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia conforme o currículo e a lista de professores de 1949, expostos no quadro 5. Eles foram extraídos das questões das cadeiras, conforme o relatório de atividades do mesmo ano.

As cadeiras aqui examinadas são as preocupadas com questões da cidade (*Composição Geral e Urbanismo*¹⁰⁷, *Hidráulica Urbana e Saneamento*) e, brevemente, as que caracterizam a singularidade do curso de Arquitetura – sua relação com a composição-projeto-desenho (*Estética e Composição Geral, Composição Geral*)

Mas, antes de passar aos conteúdos, cabe nota sobre a participação de Eugênio Steinhof no curso. Das cadeiras listadas acima, ele lecionou três – *Composição Geral e Urbanismo, Estética e Composição Geral, Composição Geral*.

Segundo Fiori (1992), a contratação de Steinhof – representante da Arquitetura moderna internacional – pela Escola de Engenharia deve ser entendida no contexto da competição entre ela e o IBA. Na interpretação de Fiori (1992, p.335), “um nome de fama internacional viria aumentar o prestígio da Escola. Sendo estrangeiro, acaba também contrapondo-se a certos aspectos da arquitetura moderna brasileira, de grande penetração no IBA”.

Steinhof desprezava a estrutura do curso e buscava resolver, em seu próprio *atelier*, a “preparação especificamente profissional, arquitetônica, com o treinamento em projeto” (FIORI, 1992, p.327). Sendo assim, trabalhava de maneira relativamente independente em relação às demais cadeiras do curso. Ainda para Fiori (1992, p.417), as disciplinas lecionadas por Steinhof se constituíam no “núcleo fundamental do curso” no que tange à preparação “arquitetônica”.

Mas passemos aos conteúdos das cadeiras.

¹⁰⁷ Os nomes das disciplinas do Departamento de Arquitetura, Construções e Desenhos que constam no art. 4º do Decreto nº 2.027 de 25 de julho de 1946 não são exatamente os mesmos que estão no quadro de disciplinas do Relatório de 1949. Por essa razão buscamos as disciplinas do quadro de 1949 por similaridade com as da lei.

1.5.2.1 Composição Geral e Urbanismo

Nessa cadeira, ministrada no 5º ano pelo professor Eugênio Steinhof, as questões formuladas para as primeiras provas parciais foram: 1ª- Etapas do planejamento de uma cidade; 2ª- Circulações principais externas de um aeroporto; 3ª- Circulações gerais em certos tipos de edifícios à escolha dos alunos.

Já as formuladas para as segundas provas parciais foram: 1ª- O zoneamento; 2ª- Exigências técnicas a atender no planejamento de um cinema; 3ª- Problemas de segurança pública em um cinema.

Aqui, a palavra “planejamento” é dúbia quanto a seu significado. Ela é usada para se referir ao cinema e à cidade. Sendo assim, não trata de processos político-sociais de administração da cidade. Tão pouco está associada, como na proposta de 1947, à geografia ou repercussão territorial de fenômenos socioeconômicos. A palavra é usada como sinônimo de projeto.

Nessa disciplina, que sobrepõe composição e urbanismo, é obscuro se o zoneamento lida com a cidade ou a disposição de ambientes numa edificação. De qualquer forma, nela são tratados projetos de grande porte – aeroporto, cinema – bem como as etapas de “planejamento” (ou projeto) de uma cidade.

O que aproxima cidade e construções grandes? A escala e o fato de ambos serem artefatos passíveis de projeto (ou planejamento). É a aptidão para lidar com o projeto do “grande” que essa disciplina busca formar no estudante.

1.5.2.2 Hidráulica – Hidráulica Urbana e Saneamento

Nessa cadeira, ministrada no 5º ano, sem referência a professor, as questões formuladas para as primeiras provas parciais foram: 1ª- Reflexo da variação diametral e gradiente; 2ª- Sistemas reticulares e condições gerais a serem cumpridas na trama; 3ª- Conductos complexos: Definição e identificação do conducto único, sob as mesmas características técnicas.

Já as questões formuladas para as segundas provas parciais foram: 1ª- Tanques fluxíveis e sua capacidade; 2ª- Como trabalha a trama reticular de esgoto cloacal e quais as fórmulas correntes na sua identificação técnica; 3ª- Generalidades sobre a depuração biológica.

Elas não têm relação com composição. Representam a concepção higienista-sanitarista dos pioneiros da virada do século XIX ao início do XX.

Pode-se afirmar, a partir dos dados coletados, que a preocupação com a cidade é, no ensino de Arquitetura da Escola de Engenharia, pouco representativa – apenas duas disciplinas do total do curso. O saber a ela associado é o da composição (análogo à arquitetura, diferindo apenas na escala) e das técnicas higienistas-sanitaristas.

É necessário, com vistas a melhor caracterização do curso, abordar suas disciplinas de composição – o que o diferencia do curso de Engenharia Civil. Elas são expostas, brevemente, a seguir.

Na cadeira de *Estética e Composição Geral*, ministrada no 3º ano por Eugenio Steinhof, as questões formuladas para as segundas provas parciais foram: 1ª- Requisitos a atender no planejamento de um restaurante; 2ª- Tipos de restaurante; 3ª- Funções do arquiteto.

Não se teve acesso às respostas dos estudantes. Contudo, parece que, na primeira questão, a palavra “planejamento” é tomada, novamente, como sinônimo de projeto. A terceira, por sua vez, é curiosa. Requer do estudante o conhecimento sobre as funções de um arquiteto. Isso no 3º ano do curso. Qual a razão de uma questão como essa nesse momento? A resposta pode estar na percepção de Fiori, que argumenta que Steinhof pretendia resolver toda a formação em Arquitetura em suas disciplinas. Não há, aqui, referência ao Urbanismo ou às funções do urbanista.

Na cadeira *Composição Geral*, ministrada no 3º ano pelo professor Eugenio Steinhof, as questões formuladas para as primeiras provas parciais foram: 1ª- Principais circulações de um edifício; 2ª- Circulações principais num sanatório; 3ª- Elementos componentes de um sanatório.

Já as questões formuladas para as segundas provas parciais foram: 1ª- Problemas de circulação em uma escola; 2ª- Famílias e combinações de cores; 3ª- Meios de expressão arquitetônica.

As questões vão desde a organização das circulações em edifícios diferentes – sanatórios e escolas – a cores e expressão em Arquitetura. A composição lida, então, com as dimensões de organização dos espaços internos das edificações e as maneiras de sua expressão. É, enfim, uma disciplina de projeto. Não há referência ao Urbanismo.

Pôde-se perceber, ao longo deste capítulo, que o urbanismo participou da formação oferecida pela Escola de Engenharia, inicialmente, a partir de uma concepção higienista-sanitarista. Mas ela não foi exclusiva, já que, outros documentos (como a revista *Egatea*, por exemplo) também esteve presente o debate acerca dos melhoramentos ou o arruamento das cidades.

Ao longo dessas primeiras décadas da Escola, o trato com a cidade foi incorporado ao ensino do curso de Engenharia Civil por meio da cadeira de *Architectura – traçado das cidades*, em 1929. Entretanto, esta logo deixou de ser ministrada, e não há notícias posteriores quanto a ela.

Já na segunda metade da década de 1940, com a criação do curso de Engenheiros-Arquitetos, o urbanismo voltou à pauta do ensino a partir de outros princípios. O atelier de *Composição Geral e Urbanismo*, liderado por Steinhof, buscou formar profissionais capazes de lidar com projetos em grande escala (ou na escala urbana).

Após percorrer a experiência do ensino de Arquitetura na Escola de Engenharia, é necessário, para o propósito desta obra, estudar a experiência da instituição que, com ela, no início da década de 1950, deu origem à Faculdade de Arquitetura: o Instituto de Belas Artes. É o que o próximo capítulo apresentará.

CAPÍTULO 2

ARQUITETURA, “SECÇÃO” DA ARTE. URBANISMO, “MODALIDADE” DA ARQUITETURA

2.1 Os primeiros anos do Instituto Livre de Bellas Artes

Pouco mais de dez anos após a fundação da Escola de Engenharia de Porto Alegre, foi criado o Instituto Livre de Bellas Artes do Rio Grande do Sul (ILBA-RS). Em 22 de abril de 1908 a “acta de instalação” registrou a cerimônia que lhe deu início.

Fundado após a Escola Livre de Farmácia e Química Industrial (1895), a Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896), a Faculdade de Farmácia e Medicina de Porto Alegre (1898) e a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (1900) (PESAVENTO, 2004), o Instituto participou do

projeto civilizatório republicano regional de grupos profissionais criarem e manterem instituições de ensino (SIMON, 2003). Primeiro vieram as guiadas pela razão. Era hora de uma instituição guiada pela expressão, poética e estética (SIMON, 2003).

O estatuto do Instituto apresentava, no parágrafo único do artigo 1º, os cursos que realizariam “o ensino theorico e pratico das Bellas Artes”¹⁰⁸. Refere o texto: “Este ensino será feito mediante cursos systematisados, formando dous grupos ou secções distinctas: – a *Escola ou Conservatório de musica* [...]; – a *Escola de artes*, compreendendo a pintura, escultura, a architectura e as artes de applicação industrial”¹⁰⁹. A Arquitetura era, como se percebe, uma das Artes, assim como a Pintura e a Escultura, por exemplo.

Em 1910 o Instituto criou a Escola de Artes do Desenho¹¹⁰, a qual era “destinada ao ensino do desenho e da pintura, da escultura e das artes de applicação industrial, dando assim cumprimento ao disposto no art. 1º dos nossos Estatutos”¹¹¹. Embora referido, o art. 1º não foi contemplado integralmente, já que a Arquitetura estava ausente. Mais tarde, em 1922, novo regulamento foi aprovado. Nele, a referência à Arquitetura desapareceu do parágrafo único, artigo 1º, que reproduz quase integralmente o de 1908.

O estatuto posterior, de 1927¹¹², reincorporou a Arquitetura como conteúdo a ser ensinado pelo Instituto. Apesar disso, ela se manteve apenas como nota, já que nunca compareceu às salas de aula. Em 1934 o estatuto foi novamente alterado. E, mais uma vez, não houve nele qualquer referência à Arquitetura, seja como curso ou como conteúdo a ser ministrado.

¹⁰⁸ ESTATUTOS do Instituto Livre de Bellas Artes do Rio Grande do Sul. A Federação, Porto Alegre, p.2, 22 ago. 1908.

¹⁰⁹ *Ibid.*

¹¹⁰ A criação da Escola de Artes do Desenho está registrada da seguinte maneira na ata da 5ª sessão ordinária da Comissão Central do Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul, realizada em 10 de fevereiro de 1910: “O Sr. Libindo Ferrás propõe a fundação da Escola de Artes do desenho [...]. A ideia é aprovada. O Dr. Vice-presidente convida o Sr. Libindo Ferrás a organizar e dirigir a nova escola, o que este aceita, apresentando então a sua demissão de membro da Comissão Central e da Diretoria”.

¹¹¹ INSTITUTO LIVRE DE BELLAS ARTES. Relatórios de 1909 e 1912 do Instituto de Bellas Artes do Rio Grande do Sul apresentados pelo presidente Dr. Olinto de Oliveira. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Livraria do Globo, 1912, p.31.

¹¹² O Estatuto do Instituto de Bellas Artes de 1927 anota, em seu artigo 1º: “O Instituto de Bellas Artes [...] tem por fim o ensino theorico e pratico das Bellas Artes; § único: Este ensino será feito mediante cursos systematisados, formando dous grupos ou secções distinctas: – a Escola ou Conservatório de musica, [...]; a Escola de artes, compreendendo a pintura, a escultura, a architectura e as artes de applicação industrial”.

Postos em perspectiva, os documentos de 1908, 1922, 1927 e 1934 demonstram a hesitação do Instituto Livre de Bellas Artes em relação ao ensino da Arquitetura. E, mesmo nos momentos em que compareceu, a Arquitetura não foi ensinada.

Em novembro de 1934, “no intuito de dar uma organização uniforme e racional ao ensino superior no Estado, elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e concorrer eficientemente para aperfeiçoar a educação do indivíduo e da sociedade” (RIO GRANDE DO SUL, 1934), foi criada, pelo Decreto Estadual 5.758, a Universidade de Porto Alegre. Seu artigo 2º determinava que seria constituída de uma série de estabelecimentos, entre eles, o Instituto de Belas Artes (IBA). O Instituto deixou de ser instituição autônoma e foi incorporado à universidade.

Tasso Bolívar Dias Corrêa assumiu sua direção em 1936. A partir daí o vínculo da Arquitetura às Belas Artes foi, paulatinamente, ganhando definição. O relatório sobre as atividades do Instituto no ano de 1936¹¹³ evidencia isso. Nele, Corrêa anota “ser o Instituto de Bellas Artes o único no paiz, em que são feitos, conjuntamente, os estudos da música, com os seus diversos cursos, e os de artes plásticas, com as suas diversas secções [grifo nosso]”¹¹⁴. As artes plásticas, em sua concepção, são constituídas de “secções”, entre elas a Arquitetura.

No mesmo documento, o diretor expôs ao reitor sua posição sobre a criação do curso de Arquitetura. Está no relatório: “Suggiro, entretanto, que ainda seja estudada a possibilidade desse curso [de Arquitetura] ficar a cargo deste Instituto, dada a grande importância do indispensável preparo artístico no exercício da profissão de architecto”¹¹⁵.

Ou seja, para o diretor do IBA, a formação de arquitetos deveria ficar sob sua responsabilidade, pois somente o Instituto ofereceria algo indispensável ao exercício da profissão: o preparo artístico. Tasso Correa, assim, resgatava perspectiva que, apesar de hesitante, alicerçava a compreensão do Instituto Livre de Bellas Artes acerca da Arquitetura: ela é um conteúdo atinente às Belas Artes, uma “secção” dela.

Nesse mesmo ano, Tasso Corrêa criou o curso de Artes Plásticas. Em seu currículo¹¹⁶ – que adotou a mesma seriação do curso de Pintura,

¹¹³ INSTITUTO DE BELLAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE. Relatório de 1936 apresentado pelo Director Dr. Tasso Corrêa. Porto Alegre, 1937.

¹¹⁴ *Ibid.*, p.2.

¹¹⁵ *Ibid.*, p.18.

¹¹⁶ O curso de Artes Plásticas está assim referido no relatório sobre o ano de 1936: “A seriação do Curso de Artes Plásticas foi organizada de conformidade com o que está disposto no Decreto nº 22.897, de 6 de julho de 1933, como segue: 1º anno: Geometria descriptiva; Architectura analytica (1ª parte); Anatomia artística (1ª parte); Desenho

Escultura e Gravura da ENBA-RJ – consta, pela primeira vez, a disciplina de *Architectura analytica* (dividida em duas partes, ministradas no 1º e no 2º anos do curso de Artes Plásticas). Para ministrá-la, ele chama, ainda em 1936¹¹⁷, seu irmão, Ernani Dias Corrêa.

Segundo Simon (2003), Ernani Corrêa tornou possível a relação entre o curso de Arquitetura da ENBA-RJ e o IBA, já que se diplomou engenheiro-arquiteto na instituição carioca. Segundo documentação que consta em sua pasta funcional¹¹⁸, “foram seus colegas de turma Atilio Corrêa Lima, autor do plano da cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiaz e Lúcio Costa, planejador de Brasília, capital da República Federativa do Brasil”¹¹⁹.

O irmão de Tasso Corrêa, responsável por introduzir a Arquitetura no IBA, não estimava sua titulação¹²⁰. Texto de sua pasta funcional refere que “a seu contra-gosto Ernani recebeu o título de engenheiro-arquiteto e, assim, foi registrado no Conselho de Engenharia, Arquitetura

de modelo-vivo; Desenho; Modelagem (1ª parte); 2º anno: Perspectiva e sombras; Architectura analytica (2ª parte); Anatomia artística (2ª parte); Desenho do modelo vivo; Modelagem (2ª parte); Pintura, escultura ou gravura; 3º anno: Historia da arte (1ª parte); Arte Decorativa (1ª parte); Desenho do modelo vivo; Pintura, escultura ou gravura; 4º anno: Historia da arte (2ª parte); Arte Decorativa (2ª parte); Desenho do modelo vivo; Pintura, escultura ou gravura” (INSTITUTO DE BELLAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE, 1937, p.6-7).

¹¹⁷ Há certidão que indica que Ernani Dias Corrêa é professor catedrático da cadeira de Arquitetura Analítica e Arte Decorativa do IBA-RS desde 15 de maio de 1936.

¹¹⁸ Este documento, sem data e não assinado, parece ser uma espécie de autobiografia escrita por Ernani Dias Corrêa. Supomos isso porque a documentação apresenta pormenores de sua vida que dificilmente seriam expostos por outra pessoa. Exemplos desses pormenores são a breve biografia de seus pais, a morte prematura de dois de seus irmãos, o início de sua vocação desenhando fachadas de casas e sua dedicação ao futebol.

¹¹⁹ ERNANI Dias Corrêa, nascido em... [Pasta Funcional de Ernani Dias Corrêa. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 196-?], p.3. Contudo, documento da mesma pasta funcional indica que Ernani Dias Corrêa formou-se na ENBA do Rio de Janeiro na turma de 1925. Já Lúcio Costa, por sua vez, segundo informação biográfica da Casa de Lúcio Costa (<http://www.casadeluciocosta.org/>), formou-se na ENBA-RJ em 1924. Ou o dado de que foram colegas de turma está equivocado ou Ernani Dias Correa atrasou o curso em um ano. Essa segunda opção parece-nos a mais plausível, pois em 1919 Ernani Dias Correa “fez o serviço militar como reservista de segunda categoria no Tiro de Guerra nº 5” (ERNANI, 196-?, p.3).

¹²⁰ Um ano antes de Ernani formar-se, o estudante Eduardo Souza Aguiar reivindicou, em vez de somente arquiteto, o título de engenheiro-arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Sua alegação era de que seu currículo também abrangia disciplinas da Engenharia. Por essa razão, a instituição passou a diplomar, a partir de então, engenheiros-arquitetos. Essa explicação é dada, pelo que nos parece, por Ernani Dias Correa em documento que consta em sua pasta funcional (ERNANI, 196-?, p.3-4).

e Agronomia da 8^a Região, em 1934”¹²¹. Foi após sua formatura que a instituição carioca “restabeleceu o *sensato* [grifo nosso] título de arquiteto”¹²². Ou seja, o que incomodava Ernani Dias Corrêa em sua titulação era a referência à Engenharia.

Sua concepção de Arquitetura a distinguia da Engenharia ou da Arquitetura preconizada pelos engenheiros. Isso fica claro em seu relato: “era costume desses engenheiros [da cidade de Porto Alegre] esboçarem a planta baixa e dar para o desenhista passar a limpo com a incumbência de adaptar uma fachada e executar os desenhos dos cortes”¹²³.

Essa prática era definida por ele como uma “ignorância de compor arquitetura”¹²⁴. Preocupado com essa situação, Ernani Corrêa buscou “elucidar a maneira de proceder na arquitetura e na construção, distinguindo a profissão do arquiteto que era tida pelos engenheiros como criador de fachadas, pois, a arquitetura, para eles, era tão somente a fachada do edifício”¹²⁵. Esta forma “ignorante” de compor Arquitetura – como desenhista de fachada submisso às determinações do engenheiro – era a concepção que Ernani Corrêa combateria em sua atuação docente.

Ernani Dias Correa, além disso, foi um militante da autonomia e da organização dos arquitetos. Ele foi o primeiro presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento Rio Grande do Sul (IAB-RS), em 1948. Essa entidade tinha como finalidade “proporcionar aos arquitetos residentes no Estado, meios de coordenar seus esforços na defesa da profissão e desenvolvimento da arquitetura”¹²⁶.

A disciplina de *Architectura analytica* se manteve como parte do curso de Artes Plásticas do IBA durante anos. Ainda constava no currículo da instituição, por exemplo, conforme os relatórios da instituição sobre os anos de 1962-1969.

¹²¹ ERNANI Dias Corrêa, nascido em... [Pasta Funcional de Ernani Dias Corrêa. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 196-?], p.3.

¹²² *Ibid., loc. cit.*

¹²³ ERNANI Dias Corrêa, nascido em... [Pasta Funcional de Ernani Dias Corrêa. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 196-?], p.4.

¹²⁴ *Ibid., loc. cit.*

¹²⁵ *Ibid., loc. cit.*

¹²⁶ INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Estatutos do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil organizados e aprovados pelo Conselho Diretor em sessão realizada aos 7 dias do mês de abril de 1948. Porto Alegre, 1948.

2.2 O curso Técnico de Arquitetura

Em 1939, o Decreto Estadual nº 7.672, de 5 de janeiro, retirou o IBA da Universidade de Porto Alegre (SIMON, 2003; BRITES, 2012). Nesse mesmo ano, em 16 de janeiro, o CTA discutiu e aprovou a proposta de instalação do curso técnico de Arquitetura¹²⁷. Sua seriação é apresentada no quadro 7.

Quadro 7 - Seriação do Curso Técnico de Arquitetura de 1939.

CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA, 1939.	
1º ano	Desenho Figurado (1ª Parte); Modelagem (1ª Parte); História da Arte (1ª Parte); Geometria Descritiva.
2º ano	Desenho Figurado (2ª Parte); Modelagem (2ª Parte); História da Arte (2ª Parte); Perspectiva e Sombras; Arte Decorativa (1ª Parte); Arquitetura Analítica (1ª Parte).
3º ano	Arquitetura Analítica (2ª Parte); Arte Decorativa (2ª Parte); Estruturas de Construção; Composição Clássica e Moderna.

Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da primeira sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Belas Artes, realizada em 16 de janeiro de 1939.

Há, nesse currículo, conforme aponta Fiori (1992), “predominância clara de disciplinas ligadas à área estético-artística, aproveitando a estrutura já existente na instituição” (FIORI, 1992, p.174). Há duas cadeiras que se referem explicitamente à Arquitetura, no 2º e 3º anos. E, no 3º ano, disciplinas de estrutura e composição (projeto).

Fiori crê que a formação de “desenhistas” não se limitou à de executores de trabalhos gráficos. Abriu espaço, também, para “formar profissionais em condições de compor um projeto, pelo menos em seus elementos básicos” (FIORI, 1992, p.177).

¹²⁷ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da primeira sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Belas Artes, realizada em 16 de janeiro de 1939.

Sobre o curso técnico de Arquitetura, Ernani Corrêa comentou, em carta de 1946 dirigida ao presidente do CREA, Lelis Espartel, que, “em 1939, foi criado mais o curso de Desenhistas Técnicos de Arquitetura, destinado a preparar, como indica a denominação do curso, auxiliares técnicos para escritórios de arquitetura”¹²⁸.

Sendo assim, segundo ele, o curso foi criado para formar desenhistas técnicos, auxiliares de escritórios. Aparentemente, responderia à uma demanda do mercado de construção: a de desenhistas de Arquitetura. Desenhistas estes que, quando formados, se colocariam no mercado de trabalho em condição análoga àquela combatida pelo próprio Ernani: como profissionais submissos executando desenhos técnicos. Não era a constituição de um corpo profissional autônomo, mas acessório.

Entretanto, mesmo autorizado pelo CTA em 16 de janeiro, o curso técnico de Arquitetura não foi referido no novo estatuto¹²⁹ e no regulamento¹³⁰ do IBA, aprovados também em 1939. No que tange à Arquitetura, a exceção nesses documentos era, como já dito, a incorporação de *Architectura analytica* no curso de Artes Plásticas¹³¹.

Em 1941 o curso técnico incorporou mais cadeiras. Na reunião do CTA de 14 de março, o diretor do IBA propôs sua reorganização. Era necessário, segundo ele, ampliar “a parte de *caráter técnico* [grifo nosso]”¹³². A nova seriação, aprovada nessa reunião, está exposta no quadro 8.

¹²⁸ CORRÊA, Ernani Dias. [Carta] 23 de agosto de 1946, Porto Alegre, [para] ESPARTEL, Lelis, Porto Alegre. Responde ofício do CREA que solicitava informações sobre o Instituto de Belas Artes. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

¹²⁹ INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Estatutos. Aprovados em sessão da congregação realizada em 23 de janeiro de 1939. Porto Alegre, 1939.

¹³⁰ INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento. Aprovado em sessão da congregação realizada em 24 de março de 1939. Porto Alegre, 1939.

¹³¹ Há o que parece ser um ato falho no regulamento de 1939. O artigo 107 faz referência às cadeiras de Pequenas Composições de Arquitetura, e o artigo 119, ao curso de Arquitetura. Não existiam, no Instituto de Belas Artes, a cadeira ou o curso. A razão desse ato falho parece vir da inspiração – ou cópia literal – do regulamento da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. O artigo 107 do regulamento do Instituto de Belas Artes reproduz boa parte do artigo 18 do Decreto nº 22.897, de 6 de julho de 1933, que altera disposições do Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, na parte referente à organização do ensino artístico ministrado pela Escola Nacional de Belas Artes, e dá outras providências. O artigo 119 do regulamento do Instituto de Belas Artes reproduz boa parte do artigo 30 do mesmo decreto.

¹³² INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 18^a reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 14 de março de 1941.

Quadro 8 - Seriação do Curso Técnico de Arquitetura de 1941.

SERIAÇÃO DO CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA, 1941	
1º ano	Geometria Descritiva; Arquitetura Analítica (1ª Parte); Anatomia Artística (1ª Parte); Desenho; Desenho de Modelo Vivo e Modelagem.
2º ano	Perspectiva e Sombras – Estereotomia; História da Arte (1ª Parte); Arte Decorativa (1ª Parte); Desenho (Molduras, Ornatos, Capiteis Simples, Máscaras, Grifos e Capiteis Ricos).
3º ano	Elementos de Construção – Topografia; Pequenas Composições de Arquitetura; História da Arte (2ª Parte); Arte Decorativa (2ª Parte).
4º ano	Materiais de Construção – Terrenos e Fundações; Sistemas e Detalhes de Construção; Grandes Composições de Arquitetura; Higiene de Habitação – Saneamento de Cidades.

Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 18^a reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 14 de março de 1941.

A alteração de 1941 estendeu o curso em mais um ano. O primeiro passou a ser o mesmo do curso de Artes Plásticas. Por isso, os alunos, se nele aprovados, poderiam “matricular-se no 2º de Artes Plásticas ou no 2º de Técnico de Arquitetura, nesta última hipótese, ficam dispensados de aprovação na cadeira de Anatomia artística 1ª parte”¹³³.

O 2º ano dos cursos são semelhantes. As alterações significativas estão no 3º e 4º anos, em que se pode perceber a ampliação de seu “caráter técnico”.

No 3º, são incorporadas as disciplinas de *Elementos de Construção – Topografia* e *Pequenas Composições de Arquitetura*. No 4º ano, *Materiais de Construção – Terrenos e Fundação*, *Sistemas e Detalhes de Construção*, além de *Grandes Composições de Arquitetura* e *Higiene de Habitação – Saneamento de Cidades*. As disciplinas de composição – ou

¹³³ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 18^a reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 14 de março de 1941.

seja, projeto – passam a ser duas. E há apenas uma que se refere à cidade.

Cabe notar, para além das cadeiras que se referem à construção, as que se dedicavam à composição – pequenas ou grandes. À exceção da disciplina de *Sistemas e Detalhes de Construção*¹³⁴, todas as do último ano dessa reformulação farão parte do futuro curso de Arquitetura do Instituto.

No ano seguinte, em 15 de abril de 1942, a ata da reunião do CTA registra que o diretor do Instituto “explicou as dificuldades que havia em manter o 4º ano do Curso Técnico da Arquitetura, em vista da despesa relativamente grande e o número pequeno de alunos”¹³⁵. Apesar disso, decidem por sua manutenção. E convidam o prof. José Lutzenberger para as novas cadeiras. Decidem ainda que “se reformasse a seriação desse curso, igualando o seu 2º ano à segunda série do Curso de Artes Plásticas, e readaptando o programa das cadeiras do 4º ano”¹³⁶. Todavia, não há referência às “readaptações” implantadas ou às “novas cadeiras”.

Em 1943, é realizada nova reorganização do currículo. Na reunião do CTA, de 2 de março, foi aprovada a “seguinte seriação para esse curso. 1ª e 2ª séries [ou anos] idênticas às do Curso das Artes Plásticas, 3ª série [ou ano] – 1ª cadeira[:] Arte Decorativa, 1ª parte; 2ª cadeira – Materiais de Construção. Terrenos e Fundações. Elementos de Construção. Noções de Topografia; 3ª cadeira. Teoria e Filosofia da Arquitetura. Composição de Arquitetura”¹³⁷.

Para perceber as alterações do curso técnico de Arquitetura desde sua criação até a reorganização de 1943, é necessário estabelecer paralelo entre as três seriações – de 1939, 1941 e 1943. O quadro 9 as coloca lado a lado.

¹³⁴ A disciplina do curso de Arquitetura referente a sistemas e que teria inicio em 1945 era Sistemas Estruturais, do 5º ano.

¹³⁵ INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 25ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 15 de abril de 1942.

¹³⁶ *Ibid.*

¹³⁷ INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 32ª reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 2 de março de 1943.

Quadro 9 - Comparação entre as três seriações do curso técnico de Arquitetura do IBA (1939 - 1941-1943).

COMPARAÇÃO ENTRE AS TRÊS SERIAÇÕES DO CURSO TÉCNICO DE ARQUITETURA DO IBA (1939-1941-1943).			
	1939	1941	1943
1º ano	1. Geometria Descriptiva; 2. Desenho Figurado (1ª Parte); 3. Modelagem (1ª Parte); História da Arte (1ª Parte).	1. Geometria Descritiva; 2. Desenho; 3. Desenho de Modelo Vivo e Modelagem; 4. Arquitetura Analítica (1ª Parte); 5. Anatomia Artística (1ª Parte).	Idêntico ao curso de Artes Plásticas.
2º ano	4. Perspectiva e Sombras; 5. História da Arte (2ª Parte); 6. Arte Decorativa (1ª Parte); 7. Desenho Figurado (2ª Parte); 8. Modelagem (2ª Parte); 9. Arquitetura Analítica (1ª Parte).	6. Perspectiva e Sombras – Estereotomia; 7. História da Arte (1ª Parte); 8. Arte Decorativa (1ª Parte); 9. Desenho (Molduras, Ornatos, Capiteis Simples, Máscaras, Grifos e Capiteis Ricos).	Idêntico ao curso de Artes Plásticas.
3º ano	10. Arquitetura Analítica (2ª Parte); 11. Estruturas de Construção; 12. Composição Clássica e Moderna; 13. Arte Decorativa (2ª Parte).	10. Elementos de Construção – Topografia; 11. Pequenas Composições de Arquitetura; 12. História da Arte (2ª Parte); 13. Arte Decorativa (2ª Parte).	1. Arte Decorativa; 2. Materiais de Construção – Terrenos e Fundações – Elementos de Construção – Noções de Topografia; 3. Teoria e Filosofia da Arquitetura – Composição da Arquitetura.
4º ano		14. Materiais de Construção – Terrenos e Fundações; 15. Sistemas e Detalhes de Construção; 16. Grandes Composições de Arquitetura; 17. Higiene de Habitação – Saneamento de Cidades.	

Fonte: elaborado pelo autor.

Percebe-se que há, de 1939 para 1941, o aumento do número de cadeiras de “caráter técnico” e de composição – grande e pequena. Há, além disso, uma que faz referência à cidade (*Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades*).

De 1941 para 1943, além da sobreposição dos cursos de Artes e Técnico em Arquitetura nos dois primeiros anos, as disciplinas “técnicas” são agrupadas em apenas uma (*Materiais de construção – Terrenos e fundações – Elementos de construção – Noções de topografia*). As de composição, idem (*Teoria e Filosofia da Arquitetura – Composição da Arquitetura*). Essas aglutinações fizeram o curso voltar a ser de três anos. E a cadeira que fazia referência à cidade desaparece em 1943.

O curso técnico permaneceu funcionando mesmo após a criação do curso de Arquitetura, na metade da década de 1940. E, finalmente, em 30 de janeiro de 1946, a ata do CTA menciona a transformação do Curso Técnico de Arquitetura “em Curso Técnico de Desenho e Decoração, providenciando-se sua reorganização numa seriação de três anos”¹³⁸.

Sua importância para o IBA é destacada por Fiori (1992) e Simon (2003). Fiori salienta “o papel deste curso técnico como um passo significativo em direção à criação do curso superior de arquitetura” (FIORI, 1992, p.5). Já Simon afirma que o “Curso Técnico de Arquitetura, que funcionou no IBA-RS, se de um lado foi um estágio na área e um ensaio geral para o seu curso superior, também serviu como porta de entrada de profissionais qualificados de Arquitetura no Instituto” (SIMON, 2003, p.375).

Superada a etapa de incorporação da Arquitetura ao IBA, era hora de criar um curso. É o que será tratado a seguir.

2.3 O curso de Arquitetura do IBA de 1945

O início do processo que culminaria com a criação, em 1945, do curso de Arquitetura do IBA acontece anos antes. Na reunião do CTA, de 27 de maio de 1942, “por indicação do conselheiro Ernani Dias Corrêa, discutiu-se favoravelmente a criação do Curso de Arquitetura. Entretanto, ficou resolvido que se procedesse estudos mais demorados, antes de se decidir em definitivo”¹³⁹.

¹³⁸ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 30 de janeiro de 1946.

¹³⁹ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 26^a reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 27 de maio de 1942.

Poucos anos após, em 1944, duas reuniões registraram sua fundação. A ata da reunião extraordinária do CTA, de 21 de setembro, assinala que sua convocação foi feita “com a finalidade de propor a criação do Curso de Arquitetura, nos moldes do da Escola Nacional de Belas Artes”¹⁴⁰. A aprovação foi unanime.

Dias depois, em 29 de setembro, a congregação reuniu-se em sessão extraordinária. Em pauta, “a criação do Curso de Arquitetura, a aprovação do Regimento Interno, nomeação dos professores do novo Curso, e demais providencias a serem tomadas para a instalação dêsse curso”¹⁴¹. Novamente a sugestão de criação do curso de Arquitetura foi aprovada por todos.

Segundo Fiori (1992), o fato de o IBA criar o curso de Arquitetura nos moldes do da ENBA-RJ é significativo. Sem o mesmo prestígio da Escola de Engenharia, era necessário ao IBA, para ter seu curso reconhecido, “proceder o mais de acordo possível com as normas”, já que “qualquer desvio poderia criar problemas para o Instituto e seu novo curso” (FIORI, 1992, p.193).

Mais de um ano após as decisões do CTA e da congregação, em 26 de novembro de 1945 foi sancionado o Decreto Federal nº 19.991, que autorizou o funcionamento do curso de Arquitetura no IBA (BRASIL, 1945).

Tasso Corrêa, no relatório de atividades de 1951 a 1955, refere-se a essa lei como a que autorizou “o funcionamento do Curso de Arquitetura e *Urbanismo* [grifo nosso] do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul”¹⁴². O Urbanismo fora incorporado livremente por Corrêa. Ele inexiste no texto legal e nas atas que aprovam seu funcionamento. É utilizado, nesse momento, como argumento retórico. Pretendia legitimar a iniciativa de criação do curso do IBA. Vejamos algumas evidências.

O jornal *Correio do Povo*, em 3 de outubro de 1944 – ou seja, publicado pouco após a aprovação do curso de Arquitetura pelo CTA e antes da sanção do decreto 19.991 de 1945 –, noticiava que, para o diretor do IBA, o curso de Arquitetura, quando criado, contribuiria “na solução de um importante problema da administração pública, qual seja o da falta que cada vez mais se faz sentir de engenheiros-arquitetos e *principalmente urbanistas* [grifo nosso], quer nos municípios do interior,

¹⁴⁰ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo realizada em 21 de setembro de 1944.

¹⁴¹ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da sessão extraordinária da congregação, realizada em 29 de setembro de 1944.

¹⁴² INSTITUTO DE BELAS ARTES. Relatório correspondente aos anos de 1951, 1952, 1953, 1954, 1955 e projeto de reforma do ensino. Porto Alegre, 1956, p.4.

quer nas próprias capitais dos Estados do país”¹⁴³. A falta de urbanistas foi usada, aqui, como argumento para seduzir o poder público sobre a importância de um curso dessa natureza.

Dias depois, em 11 de outubro, Tasso Corrêa falava novamente ao *Correio do Povo*. Para ele, o Rio Grande do Sul precisava de urbanistas familiarizados com o seu meio. Manifestava ainda sua compreensão sobre o Urbanismo:

Por esse motivo [a falta de arquitetos e urbanistas], vamos assistindo o crescimento das cidades que, em muitos casos, se nos apresentam verdadeiras aberrações. E por que isso? Pela falta de profissionais técnicos em urbanismo, *que é uma das modalidades da arquitetura* [grifo nosso]¹⁴⁴.

O Urbanismo comparece, no discurso de Corrêa, como modalidade da Arquitetura. E, além disso, como indispensável ao correto crescimento das cidades. Para o diretor do IBA – e possivelmente para seu corpo docente –, a Arquitetura e o Urbanismo relacionavam-se da seguinte forma: o segundo estava contido na primeira. Relação essa, cabe notar, semelhante à da Arquitetura em relação à Engenharia, conforme a Escola de Engenharia.

Noutra ocasião, Tasso Correa, em nova entrevista ao *Correio do Povo*, publicada em 31 de dezembro de 1944, expunha seu ponto de vista sobre as habilidades e os conhecimentos requeridos por um arquiteto. Para ele:

Precisamos de muitos arquitetos, mas arquitetos que tenham bem formada sua educação artística. O arquiteto é metade um técnico, metade um artista. E artista de verdade. Sua formação, pois, deve ser feita num ambiente apropriado onde possa cultivar as qualidades vocacionais no sentido mais elevado das artes. Por isso as escolas de arquitetura funcionam, em todo o mundo, ou em organizações autônomas e especializadas ou como parte integrante das escolas de belas artes. Não sendo um curso puramente técnico, só deverá procurar

¹⁴³ MEMORIAL do Interventor: criação do curso de Engenheiros-Arquitetos do Estado. *Correio do Povo*, 3 out. 1944. In: SALVATORI, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – *Correio do Povo*, 1944. Seleção fac-símile de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

¹⁴⁴ O INSTITUTO de Belas Artes não mais pleiteará sua reincorporação à universidade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out. 1944. In: SALVATORI, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – *Correio do Povo*, 1944. Seleção fac-símile de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

ser arquiteto quem tiver decidida vocação, e essa vocação deve encontrar o meio próprio. Do contrário, nunca teríamos arquitetos na verdadeira acepção do termo e sim engenheiros construtores¹⁴⁵.

Essa fala de Tasso Corrêa recupera e aprofunda a tese defendida por ele desde 1936, da necessidade do preparo artístico ao exercício da Arquitetura. Ou, ainda, a da vinculação entre Arquitetura e Belas Artes.

Não obstante, a última frase do trecho em destaque se assemelha à concepção de Lúcio Costa sobre Arquitetura, manifesta em 1940. Para ele, a diferença fundamental entre Arquitetura concebida como arte e a simples construção residiria na intenção plástica buscada por quem a concebe¹⁴⁶ (COSTA, 1995). Sendo assim, o pensamento de Tasso Corrêa correspondia ao da vanguarda nacional.

Mas o elo entre os cursos carioca e gaúcho não se encerra na referência ao ensino da ENBA-RJ (na ata do CTA de 1944) ou à menção implícita à Lúcio Costa. O regime de ensino de Arquitetura e de Urbanismo da Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro¹⁴⁷ (FNA-RJ), criada em agosto de 1945, também serviu de referência ao IBA.

Por exemplo, o artigo 2º do regimento interno da instituição gaúcha, de 1946, indicava que “o Curso de Arquitetura e Urbanismo

¹⁴⁵ FRUTIFICA o exemplo do Inst. de Belas Artes: a Escola de Engenharia deseja também criar um curso de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 dez. 1944. In: SALVATORI, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – *Correio do Povo*, 1944. Seleção fac-símile de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

¹⁴⁶ Em “Considerações sobre a arte contemporânea”, texto de 1940, Lúcio Costa afirma: “Arquitetura é antes de mais nada construção, mas construção concebida com o propósito primordial de ordenar e organizar o espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção. E nesse processo fundamental de ordenar e expressar-se ela se revela igualmente arte plástica, porquanto nos inumeráveis problemas com que se defronta o arquiteto desde a germinação do projeto até a conclusão efetiva da obra, há sempre, para cada caso específico, certa margem final de opção entre os limites – máximo e mínimo – determinados pelo cálculo, preconizados pela técnica, condicionados pelo meio, reclamados pela função ou impostos pelo programa –, cabendo então ao sentimento individual do arquiteto, no que ele tem de artista, portanto, escolher na escala dos valores contidos entre dois valores extremos, a forma plástica apropriada a cada pormenor em função da unidade última da obra idealizada. [...] A intenção plástica que semelhante escolha subentende é precisamente o que distingue a arquitetura da simples construção”. COSTA, Lúcio. Considerações sobre arte contemporânea (1940). In: COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

¹⁴⁷ A organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, contida na linha genealógica da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945.

compreenderá as disciplinas que constarem do Regulamento da Faculdade Nacional de Arquitetura, nos termos do art. 5º, do Decreto-Lei federal nº 7.918, de 31 de agosto de 1945”¹⁴⁸. Noutro trecho, o art. 10º anotava que os cursos de Arquitetura e Urbanismo seriam feitos “respectivamente em cinco e dois anos, de acordo com o § único, do art. 3º, do Decreto-Lei federal nº 7.918, de 31 de agosto de 1945, e terá seriações que forem estabelecidas pelo Governo Federal, nos termos desse mesmo Decreto-Lei”¹⁴⁹. Ainda segundo o art. 98 desse regimento interno, o IBA conferiria os diplomas de “c) Arquiteto; d) Urbanista”¹⁵⁰ como formações dissociadas.

Resta, por fim, para compreender o ensino de Arquitetura do IBA, estudar seu currículo. O quadro 10 traz a seriação de cadeiras, ano a ano, e a lista de professores do ano de 1949. Ela correspondia, como já dito, à da FNA-RJ. A seguir, serão abordados os conteúdos de parte das cadeiras do curso.

Quadro 10 – Disciplinas do curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, 1949.

CURSO DE ARQUITETURA – 1949	
1ª SÉRIE	
Matemática Superior	Ary Nunes Tietbohl (engenheiro civil e bacharel em matemática)
Geometria Descritiva	Ney Chrysostomo da Costa (engenheiro civil e de minas)
Arquitetura Analítica	Ernani Dias Corrêa (engenheiro-arquiteto)
História da Arte – Estética	Ângelo Guido Gnocchi (artista plástico)
Modelagem	Fernando Corona (artista plástico)
Desenho [Artístico?]	Fernando Corona (artista plástico)
2ª SÉRIE	
Mecânica Racional – Grafoestática	Frederico Werner Hugo Grundig (engenheiro civil)
Composições de Arquitetura	Catedrático Demétrio Ribeiro (arquiteto) e contratado Edgar Albuquerque Graeff (arquiteto)
Sombras – Perspectiva – Estereotomia	José Lutzenberger (engenheiro-arquiteto)

¹⁴⁸ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Regimento Interno. Porto Alegre, 1946.

¹⁴⁹ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Regimento Interno. Porto Alegre, 1946.

¹⁵⁰ *Ibid.*

CURSO DE ARQUITETURA – 1949	
Teoria da Arquitetura	Demétrio Ribeiro (arquiteto) e contratado Edgar Albuquerque Graeff (arquiteto)
Arquitetura Analítica	Ernani Dias Corrêa (engenheiro-arquiteto)
Materiais de Construção – Estudo do Solo	Ney Chrysostomo da Costa (engenheiro civil e de minas)
3ª SÉRIE	
Composições de Arquitetura	Catedrático Demétrio Ribeiro (arquiteto) e contratado Edgar Albuquerque Graeff (arquiteto)
Composição Decorativa	José Lutzenberger (engenheiro-arquiteto)
Física Aplicada	Luiz Arthur Ubatuba de Faria (engenheiro civil e urbanista)
Técnica de Construção – Topografia	João Luderitz (engenheiro civil)
Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções	Frederico Werner Hugo Grundig (engenheiro civil)
4ª SÉRIE	
Legislação – Economia Política	Max Waldemar Lubke (bacharel em direito)
Concreto Armado	Adalberto Rodrigues de Carvalho (engenheiro civil)
Grandes Composições de Arquitetura	Demétrio Ribeiro (arquiteto)
Arquitetura no Brasil	Ernani Dias Corrêa (engenheiro-arquiteto)
Higiene da Habitação – Saneamento da Cidade	Luiz Arthur Ubatuba de Faria (engenheiro civil e urbanista)
5ª SÉRIE	
Grandes Composições de Arquitetura	Demétrio Ribeiro (arquiteto)
Urbanismo – Arquitetura Paisagista	Edvaldo Pereira Paiva (engenheiro civil e urbanista)
Organização do Trabalho – Prática Profissional	Adalberto Rodrigues de Carvalho (engenheiro civil)
Sistemas Estruturais	Fernando de Azevedo Moura (engenheiro civil)

Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de arquitetura - 1949. Porto Alegre, 1949.

2.3.1 Curso de Arquitetura: cadeiras e conteúdos

Serão tratados agora os conteúdos de parte das cadeiras do curso de Arquitetura do IBA conforme o currículo e a lista de professores expostos no quadro 10. Eles foram extraídos dos programas das cadeiras

e das questões formuladas para as provas conforme consta no relatório de 1949¹⁵¹.

As cadeiras aqui examinadas são as preocupadas com questões da cidade (*Higiene da Habitação – Saneamento da Cidade e Urbanismo – Arquitetura Paisagista*) e, brevemente, as que se referem à composição-projeto-desenho (*Arquitetura Analítica, Modelagem, Teoria da Arquitetura, Composições de Arquitetura, Composição Decorativa, Composições de Arquitetura, Grandes Composições de Arquitetura*).

A exceção à regra é a cadeira *Legislação – Economia Política*, pois apresenta em seu programa questões vinculadas a urbanização.

Passemos aos conteúdos das cadeiras.

2.3.1.1 Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades

Nessa cadeira, ministrada na 4^a série pelo professor Luiz Arthur Ubatuba de Faria, o programa trazia como temas as instalações prediais e a infraestrutura urbana. Ia, assim, da higiene do edifício à da cidade. A distinção entre ambas estava apenas na escala. Além disso, os temas de saneamento remetiam à preocupação higienista-sanitarista do início do século, tributária de Saturnino de Brito e outros. A questão da higiene da habitação comparece desde uma perspectiva modernista, de preocupação com a insolação e ventilação.

Além do programa, há registro dos exames da cadeira. Para a prova escrita do primeiro exame parcial, realizada no dia 15 de junho de 1949, a comissão examinadora¹⁵² sorteou as seguintes questões: “a) Humididade – causas e remédios. b) Humidade por capilaridade e condensação. c) Humidade por higroscopia”¹⁵³.

Já a prova escrita do 2º exame parcial, realizada em 21 de novembro de 1949, teve como pontos sorteados: “I B – Reservatórios, algibes e barragens. III B – Lixo – coleta, transporte e destino final. II C – Problema: Calcular a descarga, por segundo, de um conduto de esgôto tendo D=0,30, declividade I=0,010 coeficiente p=0,13 aplicando a fórmula de Bazin”.

Fica claro, a partir dessas questões, que a cadeira trata do edifício e da cidade como artefatos de natureza similar, dando importância aos

¹⁵¹ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

¹⁵² O presidente da comissão examinadora era Luiz Arthur Ubatuba de Faria; o 1º examinador, Demétrio Ribeiro Netto, e o 2º examinador, Edvaldo Pereira Paiva.

¹⁵³ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. cit.*

cálculos de sua infraestrutura. E, no que tange propriamente à cidade, remetem ao Urbanismo higienista-sanitarista.

2.3.1.2 *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*

Nessa cadeira, ministrada na 5^a série pelo professor Edvaldo Pereira Paiva, o programa era extenso e estava dividido em quatro partes, além de Arquitetura Paisagista. A citação é longa, mas necessária. O programa era o seguinte:

1^a PARTE – Princípios gerais. Escolas. Origem e evolução das cidades:
1º- Introdução. Definições. As tarefas do urbanista. 2º- Origem das cidades. As cidades na era primitiva e no mundo antigo. 3º- A cidade feudal e contemporânea. 4º- A cidade do futuro. Panorama histórico. As escolas urbanísticas. 2^a PARTE – Análise urbana. 5º- Traçados urbanos e rurais. Características através dos tempos. 6º- Elementos componentes das cidades. 7º- Espaços construídos. Loteamento. 8º- Espaços viários. Intersecções. 9º- Edifícios públicos e de interesse público. 10º- Agrupações de edifícios. Centros cívicos. Centros caracterizados. 11º- Espaços livres não viários. Relações com o espaço construído. 12º- O verde coletivo. Praças, parques, etc. 13º- Evolução do conceito de jardim. Resenha histórica e plásticas. 14º- Relações da vivenda com o verde coletivo. 15º- A vivenda. 16º- A vivenda proletária. Financiamento. 17º- Unidades vizinhas. Sua função. 18º- Edificações baixa e edificação alta. 19º- Saneamento, insolação, ventilação. 20º- Tipos de cidades modernas – jardins, satélites, lineares, diedlungs. 21º- Sistemas de parcelamento do solo. 22º- Saneamento dos setores urbanos insalubres. 3^a PARTE – Evolução urbana. 23º- As aglomerações na pré-história. 24º- As cidades egípcias. 25º- As cidades assiro-caldenses. 26º- As cidades gregos e macedônicas. 27º- As cidades romanas. 28º- As cidades feudais. 29º- As cidades do Renascimento e do Barroco. 30º- As cidades contemporâneas. 4^a PARTE – Os Planos Diretores. Urbanização parcial e regional. 31º- Princípios diretores da urbanística moderna. Análise dos Planos Diretores. 32º- Trabalhos preparatórios. Levantamentos, censos, etc. 33º- O Expediente Urbano. 34º- O Zoneamento. Definições. Funções e alcance. 35º- As zonas residenciais, comerciais e industriais. Suas características. 36º- Aspectos do planejamento urbano. Aplicações práticas. 37º- Urbanização regional. 38º- Relações da urbanística com a administração municipal.

A parte da Arquitetura Paisagista será dada em 8 lições, assim discriminadas: 1. Florística brasileira. 2. Concepção de espacialidades. 3. Jardins antigos. 4. Jardins e parques modernos. 5. Jardins tropicais. 6. A vivenda e o verde. 7. A cidade e o verde. 8. Composição dos parques e jardins¹⁵⁴.

¹⁵⁴ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

Além disso, o trabalho prático teria “como finalidade desenvolver sua capacidade [do estudante] de concepção e composição”¹⁵⁵.

Os atributos do Urbanismo e as atividades a ele vinculadas são amplos. Já o Paisagismo (a ele associado por também tratar do espaço externo/aberto) é significativamente menor.

Urbanismo, nessa cadeira, referia-se à história da forma das cidades, aos elementos necessários ao seu projeto, à habitação coletiva, à infraestrutura, aos planos diretores e seus instrumentos, à sua relação com a administração municipal, enfim, uma grande variedade de temas. Além disso, como já referido, pretendia desenvolver a capacidade de “concepção e composição” – ou seja, de projetar. Nessa cadeira, Edvaldo Pereira Paiva oferecia aos estudantes do IBA toda a formação necessária ao exercício do urbanismo.

Há ainda o registro dos exames da cadeira. Para a prova escrita do primeiro exame parcial¹⁵⁶, realizada no dia 15 de junho de 1949, foram sorteadas as seguintes questões: “a) Classificação dos elementos componentes das cidades; b) Vantagens do traçado rádio concêntrico; c) Desvantagens do traçado rádio concêntrico”¹⁵⁷.

Já a prova escrita do 2º exame parcial, realizada no dia 16 de novembro de 1949, teve como questões: “II – 2. O papel do palácio real no traçado urbano assírio-babilônico. II – 3. Babilônia, Nínive e Khersabad. III – 1. Origem e evolução da praça cívica”¹⁵⁸.

As questões da prova confirmam essa pluralidade de atributos vinculados ao urbanismo.

Pode-se afirmar, a partir dos dados coletados, que a preocupação com a cidade era, no ensino de Arquitetura do IBA, pouco representativa – apenas duas cadeiras, o que corresponde a apenas 7% do total do curso. O saber a ela associado era o da composição (análogo à Arquitetura, diferindo apenas na escala), das técnicas higienistas-sanitaristas (diferindo em escala ao edifício), além de outros, como os relativos à elaboração de planos diretores e à administração municipal. Contudo, a capacitação para a composição é a norteadora da formação. Além disso, não é possível compreender extamente o significado de Plano Diretor. É um documento que encerra uma imagem física final da cidade (um

¹⁵⁵ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

¹⁵⁶ O presidente da comissão examinadora, Edvaldo Pereira Paiva; o 1º examinador, Luiz Arthur Ubatuba de Faria, e o 2º examinador, Ernani Dias Correa.

¹⁵⁷ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. cit.*

¹⁵⁸ *Ibid.*

projeto) que deve ser perseguida? Reúne normativas que devem conduzir processos socioespaciais, sem estabelecimento de uma forma *a priori*?

É necessário ainda, para melhor caracterizar o curso, abordar suas cadeiras que se referem à composição-projeto-desenho. Passemos a elas, brevemente.

Na cadeira de *Arquitetura Analítica*, ministrada na 1^a e 2^a séries por Ernani Dias Correa, o programa trazia os seguintes temas: Arquitetura egípcia, da antiguidade oriental, grega, romana, latino-bizantina, românica, gótica, muçulmana, renascentista, barroca, do século XVIII, seus elementos e monumentos. Tratava, enfim, da história da Arquitetura – suas edificações características, elementos, formas e processos construtivos.

As questões formuladas para as provas confirmam essa percepção. Para a prova gráfica do 2º exame da cadeira (1^a série), realizada no dia 18 de novembro de 1949, a comissão examinadora¹⁵⁹ organizou e sorteou as seguintes questões: “Arco romano de triunfo. a) planta; b) fachada; c) detalhe do entablamento e do capitel”¹⁶⁰.

Já para a prova oral do exame final de 1^a época da cadeira (2^a série), realizada em 6 de dezembro de 1949, a comissão examinadora organizou a seguinte relação de pontos: 1. Arquitetura Latina. 2. Arquitetura Bizantina. 3. Arquitetura Românica. 4. Arquitetura Gótica. 5. Arquitetura do Renascimento.

Fica claro que é uma cadeira que requer dos estudantes, além do conhecimento histórico, a capacidade de representação dos elementos das épocas estudadas. Segundo Fiori (1992) *Arquitetura Analítica* tinha uma estrutura tradicional e era “herdeira da visão acadêmica de ensino da história da arquitetura” (FIORI, 1992, p.208).

Na cadeira de *Modelagem*, ministrada na 1^a série por Fernando Corona, o programa pretendia ensinar, além de maquetes, os meios plásticos para a composição arquitetônica. Abordava a Arquitetura do passado, as formas e a técnica construtiva contemporânea e, como consequência do estudo do lote e dos edifícios de grande porte, questões relativas às cidades e ao paisagismo – arruamento e ajardinamento, por exemplo.

¹⁵⁹ O presidente da comissão organizadora era Ernani Dias Corrêa; o 1º examinador, José Lutzenberger, e o 2º examinador, Edgar Albuquerque Graeff.

¹⁶⁰ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

Os exames dessa cadeira trazem informações complementares. Para a prova prática do 2º exame parcial, realizada em 16 de novembro de 1949, a comissão examinadora¹⁶¹ sorteou o seguinte ponto:

Ponto nº 2 – Estação de água termais: Construir um plano topográfico em terreno acidentado de 300 x 150 metros e localizar e traçar a estrada geral. Determinar a vertente e o lago. Localizar o hotel com suas dependências e garages. Parque, jardins e casas particulares. O trabalho deverá ser executado em barro e deverão ser caracterizados os edifícios.¹⁶²

É uma questão que abrange muitas dimensões: topográfica/territorial, conexão viária, projeto dos espaços abertos, disposição de volumes com o programa de necessidades especificado. Percebe-se, a partir dela, que essa cadeira não pretendia apresentar ao estudante apenas as técnicas para construção de maquetes. Apontava também para a compreensão das relações entre terreno, programa de necessidades e espaços externos, enfim, os meios necessários ao projeto.

Na cadeira de *Teoria da Arquitetura*, ministrada na 2ª série por Demétrio Ribeiro (catedrático) e Edgar Albuquerque Graeff (contratado), o programa trazia uma lista extensa e complexa. Dava conta da Arquitetura em suas variadas dimensões: compositiva, funcional, material, estrutural. E também de dimensões não propriamente arquitetônicas, como a questão social, geográfica. Abordava ainda questões históricas, já tratadas noutras cadeiras.

E, para apresentar por completo a relação entre Arquitetura e Arte, lidava com temas como pintura, escultura, cerâmica, música, poesia, balé, cinema. Por fim, tratava de uma grande variedade de programas de necessidades para projetos arquitetônicos. A noção de “teoria” dessa disciplina é de reunião de princípios e conhecimentos fundamentais para a composição arquitetônica.

Os exames da cadeira faziam solicitações nesse sentido. Para a prova escrita do 2º exame parcial, realizada em 16 de novembro de 1949, a comissão examinadora¹⁶³ sorteou as seguintes questões: “Arquitetura –

¹⁶¹ O presidente da comissão organizadora era Fernando Corona; o 1º examinador, Ernani Dias Corrêa, e o 2º examinador, José Lutzenberger.

¹⁶² INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

¹⁶³ O presidente da comissão examinadora era Demétrio Ribeiro; o 1º examinador, Edgar Albuquerque Graeff, e o 2º examinador, Ernani Dias Corrêa.

relações com a Engenharia. Habitação – conceito moderno de habitação urbana. Escolas primárias – tipos mais comuns de partidos gerais”¹⁶⁴.

São questões que, como o programa, tratam de temas variados – da relação entre Arquitetura e Engenharia, ao partido arquitetônico para escolas. Parece partir do pressuposto de relativa independência entre os campos – Arquitetura e Engenharia. A cadeira de *Composições de Arquitetura* era ministrada nas 2^a e 3^a séries por Demétrio Ribeiro (catedrático) e Edgar Albuquerque Graeff (contratado). O programa da 2^a série trazia como temas: desenho de Arquitetura; elementos de composição; organização do programa de necessidades; partido geral; desenvolvimento e desenho de planta baixa; estudo de áreas, espaços, volumes e circulação interna de uma habitação; elaboração de desenhos técnicos – cortes, fachadas, perspectivas; temas de projeto – habitação, restaurante rodoviário, escola primária¹⁶⁵.

Já o programa da 3^a série era: temas de projeto – edifício de habitação coletiva, apartamentos, clubes, casa de veraneio, edifícios para trabalho (escritórios), para divertimento (cassino, salão de baile, teatro, auditório), para culto religioso. Em todos eles eram estudados o programa de necessidades, a relação com seu sítio, o estudo de circulações, áreas, volumes, entre outros¹⁶⁶.

Tratava-se de uma disciplina que pretendia capacitar o aluno para a composição/projeto – elaborar desenhos que coordenasse lote, programa de necessidades de temas variados e forma construída.

Os exames da cadeira também representavam as intenções da cadeira. Para a prova prática do primeiro exame parcial, realizada em 25 de junho de 1949, a comissão examinadora sorteou a seguinte questão: “Tema: Residência Arquiteto”¹⁶⁷. O terreno no qual o estudante deveria realizar o projeto era representado apenas como um retângulo acrescido de uma seta no centro, marcando o norte. Não havia qualquer referência ao entorno ou ao contexto. Era um trabalho de composição da obra por ela mesma, sem relação a externalidades.

Para a prova prática do 2º exame parcial, realizada em 18 de novembro de 1949, foi sorteada a seguinte questão:

Projetar uma capela para o culto católico, com capacidade para 200 fieis. Terreno plano. [há um quadrado encimado pelo número 70, com

¹⁶⁴ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. cit.*

¹⁶⁵ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

¹⁶⁶ *Ibid.*

¹⁶⁷ *Ibid.*

uma seta indicando o norte]. Planta geral – 1:200; Planta – 1:100; Cortes – 1:100; Fachadas – 1:100 ou perspectiva geral; Detalhes elucidativos em perspectiva¹⁶⁸.

Era, enfim, uma disciplina de composição de Arquitetura.

Na cadeira de *Composição Decorativa*, ministrada na 3^a série por José Lutzenberger¹⁶⁹, o programa pretendia desenvolver no estudante a capacidade de compor decorativamente belos interiores de programas variados (como teatros, cinemas, cassinos, boates) por meio de materiais diversos (pedra, metal, madeira, cerâmica, vitrias, mosaicos, etc).

A prova prática do 2º exame parcial, realizada em 21 de novembro de 1949, teve como questão: “Canto de uma sala de música. Composição do conjunto – parte de um detalhe – parte ornamental”¹⁷⁰. Já os pontos a serem sorteados para a prova oral do exame final de 1^a época, de 13 de dezembro de 1949, foram os seguintes: “1. Sala com lareira. 2. Vestíbulo para escola superior. 3. Pequeno jardim murado. 4. Entrada para cinema. 5. Entrada de casa comercial (modas). 6. Pavilhões para exposição no interior”¹⁷¹.

Fica claro que é uma cadeira que pretendia desenvolver no estudante a habilidade para a composição arquitetônica da pequena escala interior. Era uma cadeira que, como anota Fiori (1992), “envolve projeção e concepções estéticas” (FIORI, 1992, p.222).

A cadeira de *Grandes Composições de Arquitetura* era ministrada nas 4^a e 5^a séries. Segundo a documentação do IBA, ela deveria estar sob responsabilidade de Jorge Machado Moreira, arquiteto gaúcho radicado no Rio de Janeiro e que participou, em 1936, do projeto do Ministério da Educação e Saúde¹⁷², obra paradigmática da Arquitetura Moderna brasileira. Contudo, ele jamais a assumiu. Conforme Fiori (1992), Moreira encontrou melhores oportunidades no Rio de Janeiro. Assim, “Demétrio Ribeiro acaba também assumindo Grandes Composições, quando a primeira turma do curso chega à 4^a série, em 1948” (FIORI, 1992, p.233).

¹⁶⁸ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

¹⁶⁹ Como anota Fiori (1992), a cadeira começa a funcionar em 1947, com Ernani Dias Corrêa como professor. Em 1949, José Lutzenberger a assume.

¹⁷⁰ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. cit.*

¹⁷¹ *Ibid.*

¹⁷² A equipe que elaborou o projeto do Ministério de Educação e Saúde foi composta por Lúcio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos, Jorge Moreira Machado e Oscar Niemeyer. Le Corbusier vem ao Brasil na qualidade de consultor do projeto.

O programa revela o seguinte: “Os trabalhos consistirão na execução de ante-projetos sobre temas concretos dados pelo Prof. e sob orientação direta deste”¹⁷³. Esses temas seriam “escolhidos e desenvolvidos com a preocupação fundamental de exercitar o aluno na composição de conjuntos espaciais, com especial atenção para conjugação dos espaços exteriores com os esp. interiores”¹⁷⁴.

As etapas de desenvolvimento de cada trabalho eram:

- a) Preleção sobre o tema e discussão do mesmo.
- b) Elaboração do programa detalhado de necessidades, com sugestões dos alunos e discussão em aula.
- c) Análise dos espaços funcionais requeridos pelo programa.
- d) Análise das condições do terreno: acesso, orientação e topografia.
- e) Execução do esboço de conjunto.
- f) Exposição e crítica dos esboços, com discussão na aula.
- g) Execução do ante-projeto¹⁷⁵.

Os temas sobre os quais os estudantes deveriam trabalhar eram:

- 1- Edifícios governamentais: 1) Palácios para Chefes de Nações; 2) Edifícios para representações diplomáticas; [...].
- 2- Edifícios para Educação Física: 1) Ginásios e recintos cobertos para exibições; 2) Praças para esportes atléticos; [...].
- 3- Edifícios para Educação Intelectual: 1) Edifícios para instrução primária; 2) Edifícios para instrução secundária; [...].
- 4- Edifícios religiosos: 1) Igrejas e catedrais; 2) Seminários; [...].
- 5- Edifícios funerários: 1) Túmulos; 2) Cemitérios; [...].
- 6- Edifícios Judiciários: 1) Palácios da Justiça; 2) Penitenciárias.
- 7- Edifícios destinados às Finanças: 1) Edifícios para bancos; 2) Edifícios para organizações financeiras.
- 8- Edifícios para meios de transporte: 1) Gares finais; 2) Gares de passagem; [...].
- 9- Edifícios para Assistência Social e Saúde Pública: 1) Creches; 2) Albergues; [...].
- 10- Edifícios para repouso e divertimento: 1) Edifícios para estação de férias, na montanha; 2) Edifícios para estação de férias, na praia; [...]¹⁷⁶.

Percebe-se que esta era uma disciplina de elaboração de composições de Arquitetura de grande porte e com programas complexos. As questões formuladas para os exames o confirmam. Vejam-se apenas dois exemplos.

¹⁷³ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

¹⁷⁴ *Ibid.*

¹⁷⁵ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

¹⁷⁶ *Ibid.*

A prova prática para o primeiro exame parcial da 4^a série¹⁷⁷, realizada em 21 de junho de 1949, teve como ponto sorteado:

Tema: Sede de uma central sindical, compreendendo – Hall c/ suas dependências; Grande sala de reuniões (3.000 p); 4 salas de reuniões (411 p); 14 locais p. sede de sindicatos. 1 biblioteca. Terreno [retângulo de 70 x 130 metros, sem cidade ou entorno]. Planta principal 1/200; Outras plantas 1/500; Um croqui vista aérea¹⁷⁸.

Já a prova prática do primeiro exame parcial da 5^a série, realizada também em 21 de junho de 1949, teve como ponto sorteado:

Tema: Um conjunto de habitações para 100 famílias, compreendendo. Apartamentos em um ou mais blocos. Local coberto para jogos de crianças. Play-grounds, jardins e acesso veicular. Terreno [retângulo de 60x200, com 5% escrito no centro]. Apresentar planta térrea 1/500 e planta de 1 apartamento a 1/200. Um croquis perspectivo de conjunto¹⁷⁹.

A exceção às cadeiras que se referem à cidade, mas que trazem questões a ela vinculadas, é a de *Legislação – Economia Política*, ministrada por Max Waldemar Lubke. Entre os diversos temas tratados em seu programa, constam dois pontos que merecem destaque. São eles: “18 – Alinhamentos, loteamentos, zoneamentos, planos diretores de urbanização. [...] 24 – Serviços de utilidade pública; execução e exploração. Impostos e taxas incidentes sobre as propriedades urbanas e rurais”¹⁸⁰.

Não é possível identificar exatamente o enfoque dado pelo professor aos temas.

¹⁷⁷ O presidente da comissão examinadora era Demétrio Ribeiro Netto; o 1º examinador, José Lutzenberger, e o 2º examinador, Edgar Albuquerque Graeff.

¹⁷⁸ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Op. cit.*

¹⁷⁹ *Ibid.*

¹⁸⁰ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

2.4 O curso de Urbanismo do IBA

A criação do curso de Urbanismo do IBA foi proposta e aprovada na reunião do CTA de 28 de março de 1947. Nela, outras decisões importantes para o curso foram tomadas.

A ata dessa reunião registra que, “pela nova organização dada aos cursos de Arquitetura, no país, o Curso de Urbanismo passará a constituir um curso à parte, com uma seriação de dois anos”¹⁸¹.

Determinava-se que fosse “observada, para o novo curso, a organização dada ao seu congênero da Faculdade Nacional de Arquitetura, até que seja aprovado pelo Ministério da Educação um regimento próprio”¹⁸². Novamente o curso do Rio de Janeiro servia de referência ao ensino do Instituto gaúcho.

Estabeleceu-se ainda o número de 10 vagas (que jamais seriam preenchidas). Foram convidados “os professores Luiz Arthur Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva para emprestar o seu concurso à iniciativa”¹⁸³.

Por fim, o diretor do Instituto esclarecia, nessa mesma reunião, os motivos de sua criação. Ele:

[...] achava que se poderia abrir-se [o Curso de Urbanismo] ainda este ano, que havia alguns candidatos interessados nesse curso, sendo todos engenheiros do Governo, os quais, estando exercendo funções de urbanistas, solicitavam à Direção, com muito empenho, que se inaugurassem já o novo curso, como medida que viria beneficiar grandemente a própria administração pública¹⁸⁴.

Cabe destacar que, como deixa claro o trecho da ata, quem exercia as “funções de urbanista” na administração pública eram os engenheiros. Não há referência ao interesse ou ao exercício do urbanismo por parte de arquitetos. Mesmo assim, o curso admitiria somente engenheiros e arquitetos diplomados em seu corpo discente¹⁸⁵.

¹⁸¹ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo realizada no dia 28 de março de 1947.

¹⁸² *Ibid.*

¹⁸³ *Ibid.*

¹⁸⁴ *Ibid.*

¹⁸⁵ Como comenta Edvaldo Pereira Paiva, o curso de Urbanismo era “um curso de especialização onde só são admitidos engenheiros e arquitetos devidamente diplomados”. PAIVA, Edvaldo Pereira. *A formação de urbanistas no Rio Grande do*

Além das razões já descritas – atendimento à demanda de profissionais locais e meio de beneficiar a administração pública –, o texto *A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul: iniciativa do Instituto de Belas Artes*, de Edvaldo Pereira Paiva, presumivelmente do ano de 1947, apresentava outras. Está ali referido:

A etapa industrial em que vamos entrar aguçará sobremaneira os atuais problemas de algumas de nossas urbes e o primeiro passo para podermos fazer face a essa situação será a formação imediata de técnicos urbanistas nossos, de muitos técnicos, que se encarreguem de resolver esses problemas e orientar de uma maneira planificada o crescimento de nossas aglomerações¹⁸⁶.

Por fim, Paiva conclui que a criação do curso de Urbanismo preencheria “uma visível lacuna” e teria “ótimos efeitos sobre os futuros trabalhos de urbanização”¹⁸⁷.

Em síntese, segundo a documentação pesquisada, pode-se afirmar que o curso de Urbanismo foi criado pelo menos por três razões: I- pelo interesse de engenheiros da administração pública em qualificar suas ações; II- como forma de contribuir com a administração municipal no enfrentamento dos desafios da urbanização do Estado – argumento já usado por Tasso Corrêa noutra ocasião; III- pela exigência de se enfrentar demandas advindas da industrialização e do crescimento urbano.

Quase um mês após sua aprovação, o curso de Urbanismo voltou à pauta da reunião do CTA. Em 24 de abril de 1947, o diretor do Instituto comunicou que “já se encontrava aberta a inscrição no Concurso de Habilitação ao Curso de Urbanismo, havendo se apresentado quatro candidatos”¹⁸⁸. O curso passou a funcionar nesse ano.

O currículo, seriação e professores do curso estão descritos no quadro 11. Para construí-la foram usadas suas cadernetas de frequência e o relato de Edvaldo Pereira Paiva.

Percebe-se que os professores Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Arthur Ubatuba de Faria, ambos engenheiros, ministriavam quase a totalidade

¹⁸⁶ *Sul: iniciativa do Instituto de Belas Artes*. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?]. 3f.

¹⁸⁶ PAIVA, Edvaldo Pereira. *A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul: iniciativa do Instituto de Belas Artes*. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?]. 3f.

¹⁸⁷ *Ibid.*

¹⁸⁸ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de abril de 1947.

das cadeiras. Waldemar Lubke, bacharel em direito, ministrava apenas uma, vinculada à sua titulação. Cabe nota a total ausência de arquitetos na condição de professores do curso.

Sua orientação era, como afirmava Paiva, “eminente mente prática. Em nossas cadeiras procuramos fazer executar pelos alunos temas não só objetivos como também aplicação prática”¹⁸⁹. A relação entre o ensino e o exercício profissional era bastante estreita.

Quadro 11 - Seriação do Curso de Urbanismo do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

SERIAÇÃO DO CURSO DE URBANISMO DO IBA¹⁹⁰		
Ano	Disciplinas	Professor
1º ano	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades I. 2. Evolução Urbana I. 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística. 4. Técnica Sanitária Urbana – Serviço de utilidade pública.	Edvaldo Pereira Paiva Edvaldo Pereira Paiva Luiz Arthur Ubatuba de Farias Luiz Arthur Ubatuba de Farias
2º ano	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II. 2. Evolução Urbana II. 3. Arquitetura Paisagista. 4. Organização Social das Cidades. 5. Administração Municipal.	Edvaldo Pereira Paiva Edvaldo Pereira Paiva Edvaldo Pereira Paiva Luiz Arthur Ubatuba de Farias Waldemar Lubke

Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo realizada no dia 28 de março de 1947; PAIVA, Edvaldo Pereira. *A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul. Iniciativa do Instituto de Belas Artes. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?].* 3f. INSTITUTO DE BELAS ARTES. Cadernetas de Frequência.

¹⁸⁹ PAIVA, Edvaldo Pereira. *A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul: iniciativa do Instituto de Belas Artes. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?].* 3f.

¹⁹⁰ O nome das disciplinas, sua posição na seriação do curso e o nome de seus professores foram obtidos a partir do cruzamento de três documentos: a ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 23 de maio de 1947; o texto-entrevista *A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul: iniciativa do Instituto de Belas Artes*, presumivelmente de 1947, de Edvaldo Pereira Paiva; e as cadernetas de frequência das disciplinas. Há, em alguns momentos, falta de correspondência entre os nomes das disciplinas apresentadas nesses textos. Optamos por usar os nomes que constam nas cadernetas de frequência.

Os alunos, além de “estudarem um tema interessante e objetivo, que inclui desde a escolha do terreno até o projeto final, terão um estímulo, o de estarem fazendo obra para a coletividade resolvendo problemas de nossa vida urbana, com a certeza de verem o seu trabalho executado”¹⁹¹. Buscava-se que o vínculo entre exercícios didáticos e problemas concretos auxiliasse os poderes públicos e inserisse os estudantes na vida profissional.

Os quatro primeiros estudantes do curso, listados nas cadernetas de frequência do ano de 1947, foram: Carlos Alberto de H. Mendonça, Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins, Sérgio Corrêa. Sobre eles, Edvaldo Pereira Paiva comenta que:

[...] a criação do curso de urbanismo foi tomada em face do interesse demonstrado por alguns de nossos técnicos, os quais em número de quatro, estão atualmente matriculados. Entre esses alunos se encontram três engenheiros formados pela nossa Escola de Engenharia e um arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes. Dessa maneira o Instituto quiz satisfazer a atual necessidade presente de técnicos urbanistas¹⁹².

Dessa primeira turma, Carlos Mendonça suspende o curso temporariamente, retomando-o no ano seguinte, 1948. Os outros três colam grau em 13 de abril de 1949¹⁹³.

O paraninfo dessa primeira turma de formandos foi Oscar Niemeyer. Avesso ao avião, veio a Porto Alegre de taxi desde o Rio de Janeiro¹⁹⁴.

A cerimônia ocorreu no auditório Tasso Corrêa, no IBA. Participaram dela, além dos três estudantes e do paraninfo, os professores Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Arthur Ubatuba de Faria, o diretor do IBA, Tasso Corrêa, o representante do Estado, capitão Carlos Pandolfo, entre outros.

¹⁹¹ PAIVA, Edvaldo Pereira. Op. cit.

¹⁹² PAIVA, Edvaldo Pereira. *A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul: iniciativa do Instituto de Belas Artes*. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?]. 3f.

¹⁹³ COLOU grau, ontem, no IBA da Universidade, a 1ª turma de urbanistas do Brasil. Foi paraninfo o arquiteto Oscar Niemeyer. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano XXIV, n.38, p.7, 14 abr. 1949. In: SIMON, Cirio. *Vestígios de Oscar Niemeyer em Porto Alegre*. [s.l., 2004-2005?]. 33f.

¹⁹⁴ ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo-Arte. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, nº 3, jun. 1949, p.11.

O orador da turma, Francisco Riopardense de Macedo, “proferiu um discurso muito equilibrado e interessante, no qual salientou os principais trabalhos executados pela turma durante o curso”¹⁹⁵. O paraninfo, por sua vez, “deu então uma nota de absoluta originalidade no Estado”¹⁹⁶, fazendo conferência sobre a arquitetura brasileira. A revista *Espaço* fez a seguinte referência à passagem de Niemeyer pela cidade:

Fez duas conferências ilustradas com projeções. Uma mesa redonda na residência do prof. Corona. Mostrou muita coisa bonita e viu muita coisa feia. Deixou conselhos e recomendações aos futuros arquitetos de Porto Alegre, ditadas pela sua experiência de grande arquiteto e de conhecedor profundo de nossa realidade social. Contrastando com as suas ideias revolucionárias na arquitetura, prefere o taxi ao avião e volta ao Rio deixando a “Espaço” a sua amizade¹⁹⁷.

A segunda turma de estudantes do curso de Urbanismo foi composta por Carlos Alberto de H. Mendonça (retomando os estudos), Edgar de Albuquerque Graeff e José Júlio Wite Corrêa. A terceira, ainda menor, contou apenas com Alfredo Leboutte e Mário José Corrêa. Não foram encontrados registros de diplomação de uma segunda turma de urbanistas. A experiência do curso de Urbanismo do IBA teve, assim, apenas oito estudantes.

A seguir (figuras 2 a 5) são apresentadas fotografias de momentos da colação de grau da primeira turma de urbanistas do IBA.

¹⁹⁵ COLOU. *Op. cit.*

¹⁹⁶ *Ibid.*

¹⁹⁷ ESPAÇO. *Op. cit., loc. cit.*

Figura 2 - Cerimônia de colação de grau da primeira turma de formandos do curso de Urbanismo do IBA. Da esquerda para a direita: Edvaldo Pereira Paiva, Luiz Arthur Ubatuba de Faria, Francisco Riopardense de Macedo (do lado: não identificado), Tasso Bolívar Dias Corrêa, Oscar Niemeyer, Capitão Carlos Pandolfo, Sérgio Corrêa, Nelly Peixoto Martins (do lado: não identificado; não identificado).



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Figura 3 - Cerimônia de colação de grau da primeira turma de formandos do curso de Urbanismo do IBA. Francisco Riopardense de Macedo assina documento.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Figura 4 - Cerimônia de colação de grau da primeira turma de formandos do curso de Urbanismo do IBA. Oscar Niemeyer em sua conferência.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Figura 5 – Encontro entre Oscar Niemeyer e integrantes da primeira turma de urbanistas diplomados pelo curso do IBA. Da esquerda para a direita: Nelly Peixoto Martins, Sérgio Corrêa, Francisco Riopardense de Macedo e Oscar Niemeyer.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

2.4.1 Cadeiras e conteúdos do curso de Urbanismo

Serão tratados, agora, os conteúdos das disciplinas do curso de Urbanismo do IBA. Eles foram obtidos, fundamentalmente, nas cadernetas de frequência das disciplinas onde, além do registro das presenças, eram anotados os conteúdos trabalhados em cada dia de aula. Não foi possível abranger todas as disciplinas já que, em alguns casos, os professores não fizeram anotações em suas cadernetas. Além delas, foram buscadas informações complementares em documentos das pastas funcionais dos professores do curso. Eles estarão referenciados após as figuras.

2.4.1.1 Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II

As duas cadeiras foram ministradas por Edvaldo Pereira Paiva. Contudo, o tema prático da 2^a série do ano de 1948 é assinado por ele e por Luiz Arthur Ubatuba de Faria.

Conforme a caderneta de frequência da 1^a série do ano de 1947, os conteúdos foram, resumidamente, os seguintes: origem do urbanismo e da urbanística, dinâmica das cidades, as escolas urbanísticas, a cidade do futuro, relação da urbanística com outras ciências, geografia urbana, forma urbana, determinantes do traçado urbano, traçado xadrez, elementos componentes da cidade, espaços construídos, quarteirões e sua especialização funcional, espaços viários, praças e espaços livres, verde coletivo, edificações públicas e de interesse público, unidades vicinais (bairros autônomos), tipos de cidades modernas (cidades jardim, satélites), entre outros.

O tema do trabalho prático desenvolvido nesse ano foi: “uma cidade satélite, para operários ferroviários junto às futuras oficinas centrais da V.F.R.G.S.” na cidade de Santa Maria. Edvaldo Pereira Paiva se refere a este trabalho ao dizer que:

[...] na cadeira de ‘Teoria e planos de cidades’ os alunos estão atualmente projetando a futura ‘Cidade Ferroviária’ de Santa Maria, a ser construída junto às oficinas do Km 7. Para isso, a direção do Instituto entrou em contato com o Dr. Manuel Pereira, diretor da Viação Férrea, o qual gentilmente nos forneceu as plantas e dados necessários. Terminado o trabalho será entregue à Viação Férrea, como contribuição do Instituto¹⁹⁸.

Em linhas gerais, o trabalho consistia na escolha do lugar de implantação do núcleo, na reunião de dados necessários à proposta e na preparação do projeto. O programa definido para o tema era o seguinte: “a) vivendas – unifamiliares e coletivas; b) edifícios públicos – Administração, abastecimento, centros de transporte, ensino, previsão social, divertimentos; c) espaços viários e livres diferenciados”.

Para esse trabalho, deveriam ser apresentados:

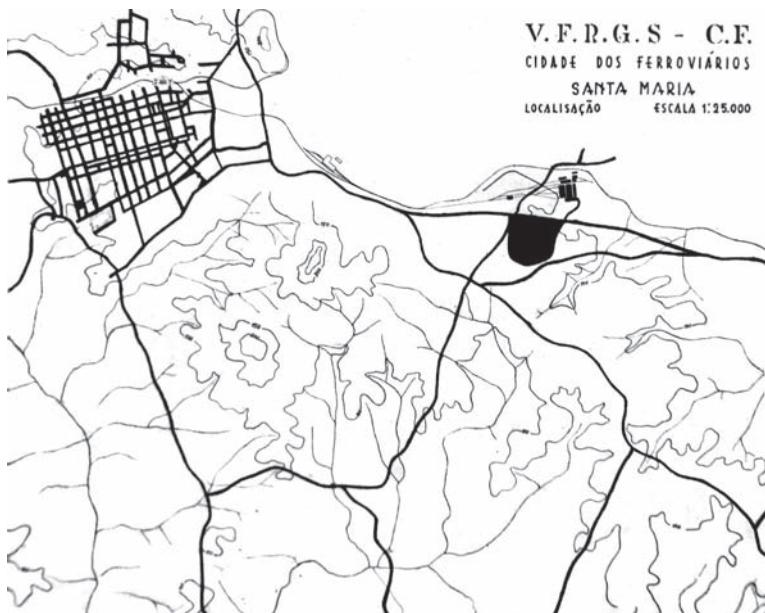
- a) Planta geral, na escala 1:1000; b) Planta do zoneamento e circulação, na escala 1:1000; c) Detalhe do centro caracterizado, na escala 1:250 e perspectiva; d) Tipos de vivendas familiares e coletivas; e) Esboços dos

¹⁹⁸ PAIVA, Edvaldo Pereira. *A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul: iniciativa do Instituto de Belas Artes*. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. S.I. 1947-1948?]. 3f.

principais edifícios públicos em planta e perspectiva; f) Perspectiva do conjunto; g) Dados do inquérito prévio; h) Memória descritiva¹⁹⁹.

Os painéis elaborados por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea são apresentados nas figuras 6 a 10.

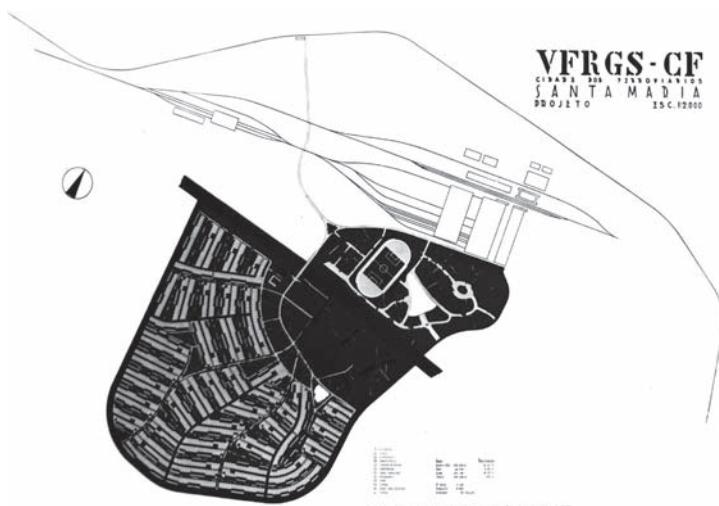
Figura 6 - Exercício da cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

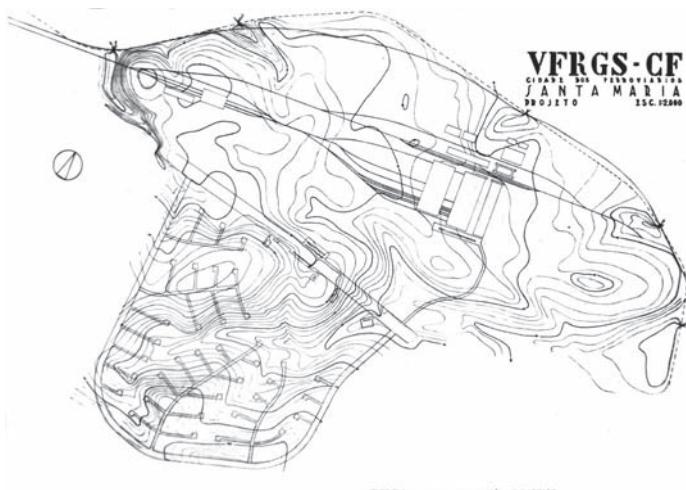
¹⁹⁹ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. 1^a série. Porto Alegre, 1947. 1f.

Figura 7 - Exercício da cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea.



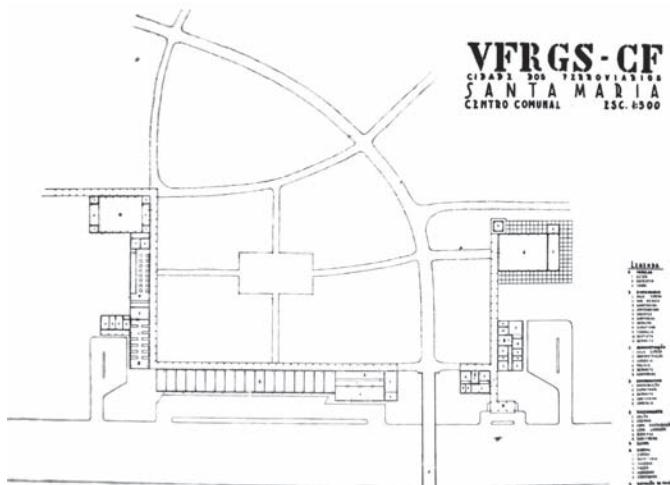
Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Figura 8 - Exercício da cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea.



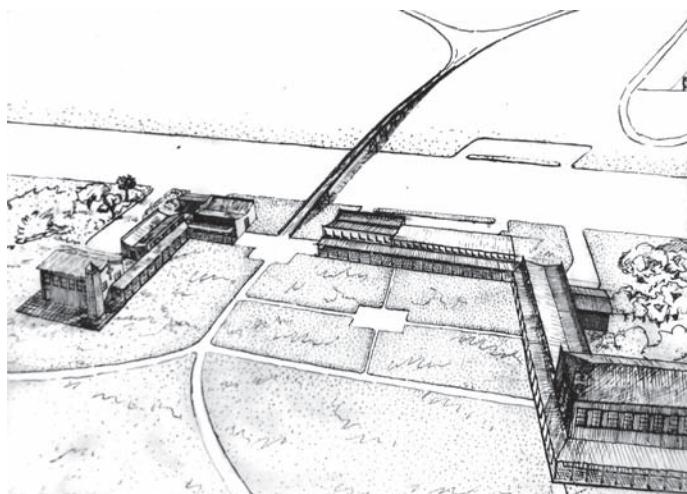
Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Figura 9 - Exercício da cadeira *Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Figura 10 - Exercício da cadeira *Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

No ano seguinte, 1948, a caderneta de frequência da 2^a série registra conteúdos assemelhados. As diferenças são, por exemplo: a cidade moderna (planos locais, regionais e nacionais), cidade moderna (regulamentos de construção), estudo de planos diretores, entre outros. Boa parte dos encontros dessa disciplina foi ocupada pela atividade “tema prático”, que nos parece ser o desenvolvimento da atividade final da disciplina – o projeto. Além disso, há aulas dirigidas à preparação do expediente urbano.

A caderneta de frequência fixava três exercícios. O primeiro tinha como tema a elaboração de uma colônia de trabalhadores agrícolas, caracteristicamente rural, com serviços comunais próprios e organização para o trabalho e o descanso, junto a uma linha férrea. Deveriam ser apresentados croquis da proposta.

O segundo exercício trazia o tema “projeto de um bairro residencial operário a ser construído em uma cidade existente, junto a um matadouro-frigorífico”²⁰⁰, próximo à cidade de Tupanciretã/RS. O projeto deveria prever “um núcleo residencial para 1.500 operários e suas famílias, como todos os órgãos necessários a vida coletiva”²⁰¹. Deveriam ser apresentados: “a) Planta do projeto geral (1:4.000); b) Os detalhes necessários; c) Exposição sobre o partido adotado”²⁰².

O terceiro exercício anotado deveria ser elaborado ao longo dos dois anos da disciplina. Tinha como tema a organização de um pré-plano para a cidade de Rio Grande. Deveriam ser apresentadas “em lâminas pintadas de guaxe, os diferentes aspectos do Expediente prévio e PréPlano”.

As informações deveriam ser as seguintes: situação geográfica e função da cidade; topografia e clima; evolução histórica; a cidade atual: órgãos, sistema viário, distribuição da população, organização econômica, social e administrativa; pré-plano: zoneamento, localização dos órgãos da cidade remodelada, circulação e verde, divertimento e repouso; detalhes: cais e saneamento; centros de interesse, com perspectivas; paisagismo; memória descriptiva com a apresentação do material gráfico e fotográfico.

²⁰⁰ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. 2^a série. Porto Alegre, 1948.

²⁰¹ *Ibid.*

²⁰² INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. 2^a série. Porto Alegre, 1948.

Percebe-se, pelos conteúdos ministrados e pelos trabalhos, que essa era uma disciplina atenta à forma da cidade e que tinha como produto desenhos técnicos. Nela, a cidade é artefato, objeto de projeto.

2.4.1.2 *Evolução Urbana I e II*

As duas cadeiras de *Evolução Urbana* foram ministradas por Edvaldo Pereira Paiva. Na caderneta de frequência da 1^a série do ano de 1947 os conteúdos são, resumidamente, os seguintes: cidades na Pré-História, egípcias, assírio-babilônicas, gregas, romanas, entre outras.

O trabalho prático desenvolvido no 2º semestre de 1947 teve como tema o “estudo analítico da evolução das cidades, desde a pré-história (incluindo as aglomerações dessa etapa), além das cidades egípcias, assírio-babilônicas, gregas, romanas, feudais, do Renascimento, atuais e as previsões para o futuro”²⁰³. Ele deveria ser apresentado “em lâminas que conterão documentação, em forma gráfica, dos elementos, agentes, causas e fatores que atuam pra definir, formar e acentuar o caráter e a fisionomia das aglomerações através dos períodos históricos”²⁰⁴, além de plantas esquemáticas, mapas, desenhos.

As lâminas do trabalho de Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea estão apresentadas nas figuras 11 a 14.

Já a caderneta da 2^a série da mesma disciplina, de 1948, registra os seguintes conteúdos: cidades coloniais romanas, características das cidades medievais, cidades do renascimento, Paris e a reforma de Haussmann, cidades do capitalismo inglês, entre outros.

Percebe-se, pelas anotações da caderneta, que essa é uma disciplina atenta à forma da cidade, relacionando-a ao seu contexto – histórico, cultural, ambiental.

²⁰³ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Evolução Urbana. 1^a série. Porto Alegre, 1947. 1f.

²⁰⁴ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Evolução Urbana. 1^a série. Porto Alegre, 1947. 1f.

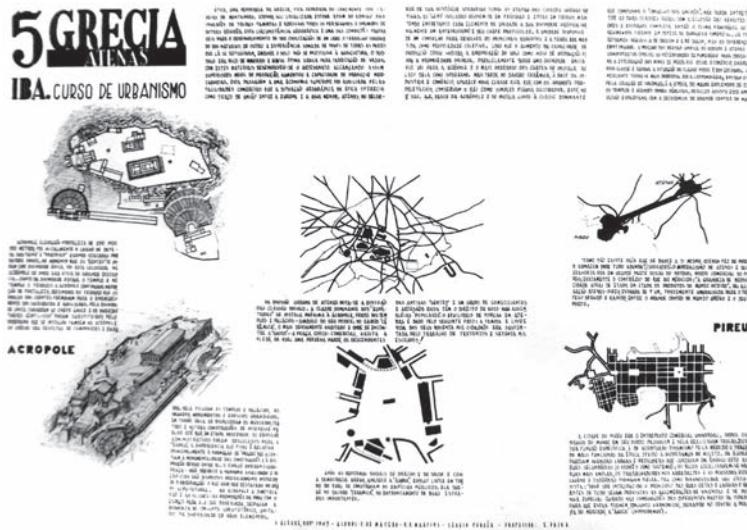
Figura 11 - Exercício da cadeira *Evolução Urbana* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea.

Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Figura 12 - Exercício da cadeira *Evolução Urbana* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea.

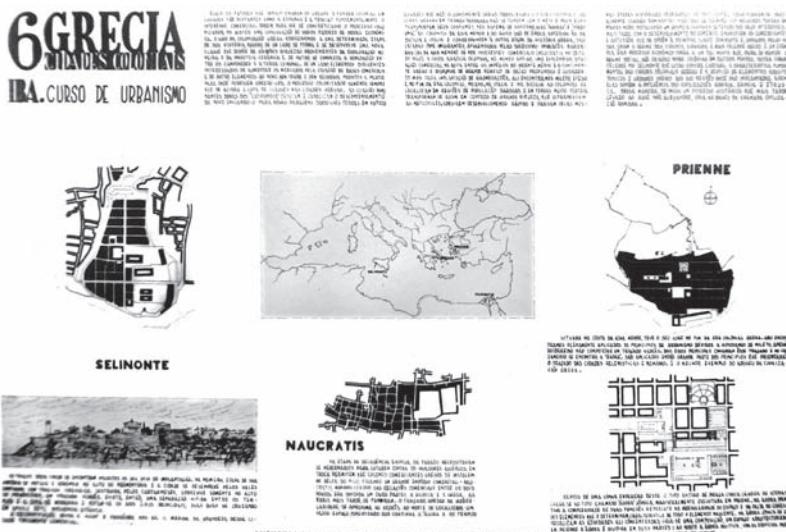
Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UERGS

Figura 13 - Exercício da cadeira *Evolução Urbana* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Figura 14 - Exercício da cadeira *Evolução Urbana* elaborado por Francisco Riopardense de Macedo, Nelly Peixoto Martins e Sérgio Côrrea.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

2.4.1.3 Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística

Essa cadeira foi ministrada por Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Em sua pasta funcional, há uma breve descrição dos conteúdos nela ministrados. São eles:

Fatores geográficos, topográficos, geológicos, fitológicos, meteorológicos, climatéricos e demográficos na formação das cidades. Classificação arquitetônica. Estudo dos valores imobiliários. Estatística urbana. Plantas e documentação fotográfica para reconstituição dos diferentes períodos da história de uma cidade. Fenômenos sociais, políticos, econômicos e religiosos da cidade²⁰⁵.

As cadernetas de frequência trazem mais detalhes. A da 1ª série de 1947 descreve, resumidamente, o seguinte conteúdo: geografia humana (origem e evolução dos núcleos, o homem e o meio, expansão do homem sobre a Terra, limites antropogeográficos), técnica sanitária e estatística, trânsito urbano (variação, densidade, previsão, rede viária), vias públicas, passagens em desnível, praças de trânsito, estacionamento, fórmulas e cálculos de trânsito, transportes coletivos (ônibus, bondes, metropolitanos, aéreos), subdivisão urbana do solo (quarteirões, lotes), zoneamento, nivelamento e fotografias do local, além de várias aulas de trabalho prático. Não foi encontrado o exercício final.

Já a caderneta da 1ª série de 1948 registra conteúdos assemelhados. Alguns poucos são diferentes, como, por exemplo: valores imobiliários, estatística urbana.

Essa é uma cadeira que trata a cidade em aspectos variados – o trânsito, o parcelamento do solo, medidas técnicas de cálculo, zoneamento. Não lida com a forma urbana ou sua composição volumétrica. Ocupa-se, isto sim, de sistemas, redes, técnicas.

2.4.1.4 Técnica Sanitária Urbana – Serviço de Utilidade Pública

Essa disciplina foi ministrada por Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Em sua pasta funcional, há uma breve descrição dos conteúdos nela ministrados. São eles:

Influência da situação geográfica. Fatores metereológicos, geológicos e topográficos. Escoamento das águas pluviais e de esgoto. Abastecimento

²⁰⁵ URBANOLOGIA – Documentação Urbanística. [Pasta Funcional de Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 1947-1948?]. 1f.

dágua e de utilidades econômicas. Resíduos urbanos. Ruidos urbanos. Poluição atmosférica. Serviços de água e esgotos. Luz, força, gás e telefone. Transportes urbanos²⁰⁶.

As cadernetas de frequência trazem mais detalhes. As da 1ª série de 1947 e de 1949 descrevem, resumidamente, os seguintes conteúdos: climatologia, ventos reinantes, correntes marítimas, umidade, sistemas de drenagem, redes de esgoto pluvial, canais, sistemas de esgoto cloacal, tratamento de efluentes, abastecimento de água, decadência dos setores urbanos pela densidade excessiva de população, favelas, mucambos, vivenda insalubre, aspecto higiênico e moral, ordem social, segurança, entre outros.

São conteúdos vinculados, por um lado, à infraestrutura urbana e, de outro, ao enfrentamento do processo de favelização. Destaca-se a perspectiva higienista-sanitarista e moral relacionada à reforma de áreas pobres proposta pela cadeira.

2.4.1.5 Arquitetura Paisagista

A caderneta de frequência dessa cadeira não registra o nome do professor que a ministrou. Contudo, acreditamos que ela tenha sido ministrada por Edvaldo Pereira Paiva, já que a caligrafia das anotações se assemelha à de outras anotadas por ele.

A caderneta da 2ª série de 1948 assinala, resumidamente, o seguinte conteúdo: paisagística e sua importância nos planos urbanos, importância do verde nas condições sanitárias da cidade, distribuição e porcentagem dos espaços verdes nos centros urbanos, praças, jardins, parques, evolução do traçado dos jardins, decoração de parques e jardins (pérgolas, escadas, patamares, obras de arte, efeitos de luz e cor).

É uma disciplina de composição de áreas abertas.

2.4.1.6 Organização Social das Cidades

Essa cadeira foi ministrada por Luiz Arthur Ubatuba de Faria. A caderneta de frequência da 2ª série de 1948 registra, resumidamente, os seguintes conteúdos: organização social das cidades através da história, aspectos humanos da organização social, documentação e

²⁰⁶ TÉCNICA Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública. [Pasta Funcional de Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 1947-1948?]. 1f.

estatística, bairros industriais, comerciais, moradia individual e coletiva, urbanização de bairros de residência (casas coletivas e individuais), habitação (história, dependência do material local, adaptação ao clima, aspectos sociológicos).

É uma disciplina que aborda a dinâmica social da cidade, não sua forma.

2.4.1.7 Administração Municipal

Essa cadeira foi ministrada pelo professor Waldemar Lubke. Na caderneta de frequência dessa cadeira não estão anotados os conteúdos ministrados. Apresenta somente lista de estudantes.

Pode-se dizer, resumidamente, a partir da leitura dos conteúdos das disciplinas, que o curso formava urbanistas capacitados para tratar aspectos variados da cidade. O programa oferecido era extenso e diverso. Lidava com o fenômeno urbano a partir de sua história, das infraestruturas, das relações sociais que encerra, de sua relação com a administração pública.

Essa pluralidade de temas incorporava à formação uma dimensão não apenas profissionalizante (capacitação de quadros técnicos), mas também social e política. O centro dessa formação residia na cadeira *Teoria e Prática dos Planos de Cidades*, momento de articulação entre os diversos conteúdos ministrados nas demais cadeiras. Seu exercício final era, fundamentalmente, de elaboração de um “plano” na grande escala.

2.5 Doze dias que abalaram o Urbanismo no RS? O curso de Cravotto no IBA

A importância de Mauricio Cravotto (figura 15), arquiteto urbanista e professor uruguai, na afirmação do campo²⁰⁷ do Urbanismo no Rio Grande do Sul é fato reconhecido pela literatura (ALMEIDA, 1996; ROVATI, 2007; ALMEIDA, 2009; ALMEIDA; SOUZA, 2010). Sua ligação com profissionais e estudantes gaúchos – seja recebendo-os em

²⁰⁷ Usamos aqui a noção de campo de Bourdieu (2004). Um mundo social relativamente autônomo onde estão inseridos agentes e instituições que produzem, reproduzem ou difundem princípios de verificação sobre o “real”, métodos comuns de validação de teses e hipóteses; espaço de reconhecimento de temas e problemas que fazem parte de seu universo de preocupação.

Montevidéu ou a partir de sua estada em Porto Alegre – contribuiu com a orientação do modo de pensar e fazer urbanismo no Sul do país.

Uma decisiva etapa dessa relação foi sua vinda a Porto Alegre para ministrar um curso de 12 dias aos estudantes dos cursos de Arquitetura e de Urbanismo do IBA. Todavia, a investigação sobre o período de permanência de Cravotto no Sul do Brasil e os conteúdos que ministrou na Capital gaúcha ainda merece dedicado olhar.

Como se deram os primeiros contatos e o convite para sua vinda? Que conteúdo efetivamente trabalhou no curso? Que abordagem apresentou aos estudantes sobre a cidade e o Urbanismo?

O uruguaiu Antonio Mauricio Rodrigo Cravotto Schiavon (1893-1962) diplomou-se arquiteto em 1917 na Faculdade de Arquitetura da Universidade da República do Uruguai, em Montevidéu. Seu currículo²⁰⁸ é extenso e recheado de experiências importantes. Sua destacada trajetória acadêmica o fez receber importantes prêmios: a “Medalla de oro de la Universidad” da República como melhor aluno da instituição; o Grande Prêmio como melhor aluno do curso de Arquitetura; e a “Beca Diplomática de la Universidad por dos años”²⁰⁹, ou seja, bolsa para realizar viagem de estudos por dois anos.

²⁰⁸ O currículo de Cravotto é tratado por Almeida (1996; 2009), Rovati (2007), Almeida e Souza (2010). Além disso, há nos arquivos do Instituto de Belas Artes o “Curriculum Vitae del Profesor Arquitecto Mauricio Cravotto” que, por estar escrito em espanhol, cremos ter sido redigido por ele próprio. Refere este documento: “Graduado en 1917; Medalla de oro de la Universidad; Exoneración de derechos de título; Beca Diplomática de la Universidad por dos años. 1917; Viajó varias veces a los Estados Unidos y Europa; Alumno de Urbanismo y Geografía Huana del Prof. Léon Jaussely. Paris, 1920; Profesor de Arquitectura y de Urbanística en la Facultad de Arquitectura de Montevideo. Ha cumplido 20 años de docencia en 1946; Director del curso de post graduados de arquitectura; Director del Instituto de Urbanismo de la Facultad de Arquitectura desde 1936; Varios años Consejero de la Facultad de Arquitectura; Ex miembro de la Comisión Nacional de Bellas Artes; Socio Honorario de la Sociedad de Arquitectos de Chile. 1940; Socio Correspondiente del Instituto C. de Arquitectos de Brasil. 1937; Distinción (hors concours) en la Exposición de Urbanismo en Buenos Aires. 1935; Gran Premio de Honor en la Exposición Pan-americana de Arquitectura y Urbanística de Montevideo. 1940; Miembro de número del Instituto de Investigaciones Geográficas de la Universidad; Realizó 24 edificios; Se presentó a 19 concursos públicos de arquitectura. Obtuvo 4 primeros premios, 5 segundos premios, 3 terceros premios y varias menciones; Uno de esos primeros premios es el Palacio Municipal de Montevideo actualmente en construcción; Entre las actividades urbanísticas públicas, colaboró en comisiones especializadas: es autor de un anteproyecto de Plan Regulador de Montevideo, 1930. Es autor de un estudio de urbanismo regional del litoral Sur del Uruguay; Consultor del Plan Regulador de la ciudad de Mendoza (Argentina), 1941-1942; Autor de una urbanización en el litoral Sur del Uruguay (en iniciación); Acaba de ser nombrado miembro de la Sociedad Francesa de Urbanistas (Paris) 1947; Es autor de varios escritos urbanísticos y publicaciones profesionales”.

²⁰⁹ CURRICULUM Vitae del Profesor Arquitecto Mauricio Cravotto. [Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. s.l., 1948?]. 1f.

Figura 15 - Mauricio Cravotto.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

No período em que realiza essa viagem, entre 1919-1921, Cravotto conhece diversos países – Argentina, Chile, Peru, Equador, Panamá, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, Bélgica, Itália e França. Em Paris, além de acompanhar o ateliê de Léon Jausselfy, arquiteto urbanista que frequentou a Escola de Belas Artes de Toulouse e a Escola Nacional de Belas Artes de Paris, tem aulas com o historiador Marcel Poete, figura que participa de momentos intelectuais e institucionais relevantes do urbanismo francês como, por exemplo: a fundação do Instituto de História, Geografia e Economia Urbanas da Biblioteca Histórica da Cidade de Paris, em 1916; e a fundação da Escola de Altos Estudos Urbanos, que daria origem ao Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (ROVATI, 2007).

De volta a Montevidéu, Cravotto iniciou, em 1923, sua trajetória docente na Faculdade de Arquitetura. Até 1952 ministrou diversas disciplinas. Foi professor adjunto de *Composição Decorativa*; encarregado do Curso de *Traçado de Cidades e Arquitetura Paisagista*; professor livre de *Projetos de Arquitetura*; professor titular de *Projetos de Arquitetura* – 1º ao 6º semestres –; professor titular do Curso Superior de Composição Decorativa; professor titular de *Projetos de Arquitetura* – 7º ao 10º semestres –; professor titular de *Projetos de Arquitetura* – 4º e 5º anos –; professor do Curso de Grandes Composições; professor diretor do concurso “Gran Premio de la Facultad” no ateliê de Grandes Composições (ELARQA, 1995).

Além da atividade como professor, Cravotto teve importantes obras arquitetônicas no Uruguai. Entre elas se podem citar os projetos do Motevidéo Rowing Club (1923), do Palácio Municipal (1929), do Hotel Rambla (1931) e da Biblioteca Nacional (1939).

Realizou também propostas de urbanismo como o plano regulador de Montevideo (1940) e o plano da cidade de Mendoza (1941). É ainda fundador, nos anos 1930, de um Instituto de Urbanismo na Faculdade de Arquitetura.

Essas últimas atividades, vinculadas aos planos/projetos urbanos e pesquisa sobre as cidades, somadas ao seu contato com Jaussely e Poete, conferem a Cravotto, arquiteto, o reconhecimento como urbanista. Referir-se a ele como arquiteto urbanista é admitir que, para além de sua titulação formal, havia uma trajetória pessoal que o vinculava às questões do urbanismo. Por essa razão, ele é tratado aqui como arquiteto urbanista²¹⁰.

As razões que o fizeram relacionar-se com o IBA são conhecidas. Edvaldo Pereira Paiva, funcionário da prefeitura de Porto Alegre, pretendia conceber e implantar, juntamente com Luiz Arthur Ubatuba de Faria, um plano para a Capital gaúcha. Contudo, esse objetivo foi barrado em 1938, quando o prefeito José Loureiro da Silva contratou Arnaldo Gladosh para elaborar o plano diretor da cidade (ALMEIDA, 1996; ROVATI, 2007; ALMEIDA, 2009).

Como afirma Rovati (2007): “sentindo-se desvalorizado, Paiva parte, em 1941, para Montevideo, a fim de estudar ‘urbanismo’ [...]. No Uruguai, conhece Mauricio Cravotto e Demétrio Ribeiro”. Esse último, que, a partir de 1945, seria professor do curso de Arquitetura do IBA, realizava seu curso superior em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade da República Oriental do Uruguai (MOHR, 2003).

Cravotto vem ao Rio Grande com Sul com *status* de eminente profissional do Cone Sul²¹¹. E, supõe-se, foi convidado por encarnar o modelo de profissional que o IBA se esforçava por formar e afirmar. Era arquiteto urbanista que elaborava com desenvoltura o produto dessas atividades. Tê-lo entre os gaúchos representava ser possível

²¹⁰ A necessidade desse esclarecimento evidencia-se quando nos aproximamos da literatura que trata da relação entre Cravotto e o Rio Grande do Sul. Por exemplo, nos textos de Almeida (1996; 2009); Rovati (2007); Almeida e Souza (2010), Cravotto é referido ora como arquiteto, ora como urbanista, ora como arquiteto urbanista.

²¹¹ Sobre o arquiteto uruguaio, a *Revista Espaço* anota: “O prof. Cravotto, diretor do curso de post-graduados da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Montevideo e eminente Urbanista continental” (ESPAÇO, 1949 b, p.5).

formar profissionais com perfil análogo ao seu, associando ambos os conhecimentos e, principalmente, desvinculando-os da engenharia.

As primeiras referências à vinda do arquiteto uruguai ao Rio Grande do Sul estão registradas na ata do CTA do IBA de 24 de fevereiro de 1948. Nessa reunião o conselho autorizou Tasso Corrêa a adotar providências para contratar professores eminentes, entre eles Mauricio Cravotto. Deixa-o livre ainda para, se necessário, viajar a Montevidéu e tratar pessoalmente com o uruguai sobre sua contratação e vinda a Porto Alegre²¹².

Semanas após essa autorização, em 16 de março de 1948, o diretor do IBA enviou ofício a Cravotto. O documento formaliza contato já feito anteriormente por Edvaldo Pereira Paiva. É o que nos leva a crer trecho do documento: “Estou certo de que o presente convite terá a melhor acolhida, face a vossa manifestação favorável, que, nesse sentido fizeste ao Prof. Edvaldo Paiva”²¹³. Rovati (2007), por sua vez, afirma que foi Demétrio Ribeiro quem, em 1947, convidou Cravotto a ministrar aulas a estudantes do curso de Arquitetura e de Urbanismo do IBA.

Seja como for, Tasso Corrêa convida “o ilustre professor para, no corrente ano, realizar uma série de conferências sobre assuntos de vossa especialidade”²¹⁴. Informa, por fim, que em breve viajaria ao Uruguai, “ocasião em que teremos oportunidade de assentar as condições em que será possível a realização dessas conferências”²¹⁵.

Ele não tarda a responder. Aceitando o convite, anota, em carta de 1º de abril de 1948: “[...] en conocimiento de los deseos y objetivos que persigue su Instituto, me es grato manifestarle que me sento muy honrado por su invitación, que mucho agradesco”²¹⁶. Diz ainda que esperava a visita de Corrêa “para concretar la forma de mi entercencion cultural en su Instituto”²¹⁷. E essa visita efetivamente ocorre.

²¹² INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo realizada em 24 de fevereiro de 1948.

²¹³ CORREA, Tasso [Ofício] 16 de março de 1948, Porto Alegre, [para] CRAVOTTO, Mauricio, Montevidéu. Faz primeiro contato oficial com Mauricio Cravotto com o objetivo de convidá-lo a ministrar curso no Instituto de Belas Artes.

²¹⁴ *Ibid.*

²¹⁵ CORREA, Tasso [Ofício] 16 de março de 1948, Porto Alegre, [para] CRAVOTTO, Mauricio, Montevidéu. Faz primeiro contato oficial com Mauricio Cravotto com o objetivo de convidá-lo a ministrar curso no Instituto de Belas Artes.

²¹⁶ CRAVOTTO, Mauricio. [Carta] 1º de abril de 1948, Montevidéu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

²¹⁷ *Ibid.*

Não há detalhes do encontro no Uruguai, mas em 5 de junho de 1948, em carta, Cravotto registra a passagem de Corrêa por Montevidéu ao lamentar “mucho la víspera de su partida, no encontrarlo de tarde em el hotel y por eso le dejé una esquela en el bureau, pensando siempre tener tempo para despedirlo a su partida en el avión”²¹⁸. Essa carta registra ainda que Cravotto viria a Porto Alegre em julho. Deixa claro também que a ideia da “série de conferências” foi abandonada. Cravotto ministraria um curso de Grandes Composições.

Na mesma data dessa carta – 5 de junho – o CTA aprovou a contratação de Mauricio Cravotto para ministrar o curso intensivo de “Grandes Composições’ aos alunos da 3^a e 4^a e 1^a e 2^a séries, dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, respectivamente durante o mês de julho próximo”²¹⁹. Nessa mesma reunião foi dada notícia da contratação de Ildefonso Aroztegui para ministrar o curso de Grandes Composições de Arquitetura para o curso de Arquitetura.

Cabe notar que as cadeiras de *Grandes Composições de Arquitetura* estavam no 4º e 5º anos do curso de Arquitetura, e não no 3º, conforme referido na ata. Dessa forma, a inclusão do 3º ano seria uma excepcionalidade.

O uruguai chegou à cidade quase um mês depois, em 3 de julho de 1948. O jornal *Correio do Povo*, nessa data, dá notas da iniciativa do IBA em trazer “o eminent arquiteto professor Mauricio Cravotto para realizar, nesta Capital, um curso intensivo de Grandes Composições de Arquitetura e Urbanismo”²²⁰. Conforme a notícia,

O Prof. Cravotto que chegará hoje às 10 horas pelo avião da ‘Varig’ pois fez a viagem de Montevidéu via Pelotas no propósito de melhor conhecer nossa terra e nossa gente dará início a seu trabalho no Instituto de Belas Artes segunda-feira, às 9 horas. O Curso será diário, das 8 às 12 horas, uma parte pela tarde e à noite o Prof. Cravotto fará palestras a que poderão comparecer os profissionais interessados, independente de

²¹⁸ CRAVOTTO, Mauricio. [Carta] 5 de junho de 1948, Montevidéu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

²¹⁹ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo realizada em 5 de junho de 1948.

²²⁰ CHEGA hoje a Porto Alegre o ilustre arquiteto Mauricio Cravotto. Realizará um curso intensivo de Arquitetura e Urbanismo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

qualquer formalidade, a não ser uma mera comunicação à Secretaria do Instituto²²¹.

No dia seguinte, 4 de julho, o mesmo jornal noticia a chegada de Cravotto a Porto Alegre. Segundo a publicação, “logo após sua chegada, s. s. que foi recebida por professores e inúmeros alunos do Instituto, teve a cercá-lo carinhosa recepção e gentileza. Acompanhado de diversos professores realizou ontem à tarde um passeio pela capital”²²². Ele “proporcionou doze dias de aulas intensivas”²²³ e permaneceu em Porto Alegre até aproximadamente 17 de julho, quando o *Correio do Povo* registrou a homenagem realizada “no bar daquele educandário”²²⁴ no dia anterior.

Segundo a publicação, “a mencionada reunião transcorreu em ambiente de cordialidade entre alunos e professores, notando-se entre estes, o dr. Tasso Correa, diretor do Instituto”²²⁵. Ao fim do evento, Cravotto agradeceu a homenagem e alegou “o fato de não ser um literato, e, sim, um urbanista, um homem que fala com algarismos e de maneira diferente”²²⁶. Cabe destacar a autorreferência “urbanista”, que ele se faz.

A figura 16, pela cena que retrata, parece ser do evento de homenagem à Cravotto no bar do IBA.

²²¹ CHEGA hoje a Porto Alegre o ilustre arquiteto Mauricio Cravotto. Realizará um curso intensivo de Arquitetura e Urbanismo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

²²² EM Pôrto Alegre o urbanista Mauricio Cravotto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

²²³ ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo-Arte. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 2, nº 4, dez., 1949, p.5.

²²⁴ HOMENAGEADO o Professor M. Cravotto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

²²⁵ *Ibid.*

²²⁶ *Ibid.*

Figura 16 – Esta imagem, sem referência, parece ser do evento de homenagem final a Mauricio Cravotto “no bar do educandário”. Cravotto, à direita, aperta a mão de Enilda Ribeiro.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Já em 20 de julho de 1948, em carta a Tasso Corrêa, Cravotto dá notícia de seu regresso a Montevidéu²²⁷. Comenta que:

He encontrado a mi regreso una verdadera montaña de trabajo, correspondencia, libros. Ese es el motivo porque no escrivi de inmediato como lo deseaba, pues mi impulso era decirle a Ud. y todos, cuanto es intenso mi agradecimiento por las incontables atencíons y por la permanente fina compañía que Uds. dieran a mi emotividade²²⁸.

²²⁷ Nos meses subsequentes a correspondência de Cravotto a Tasso Corrêa não cessa. É possível encontrar no arquivo do Instituto de Artes da UFRGS cartas manuscritas de 25 de julho, 4 de setembro e 21 de outubro de 1948, além de 15 de dezembro de 1949.

²²⁸ CRAVOTTO, Mauricio. [Carta] 20 de julho de 1948, Montevidéu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

Figura 17 - Mauricio Cravotto (ao centro) recepcionado em Porto Alegre.
À esquerda de Cravotto, Tasso Correa (diretor do IBA); à sua direita,
Edvaldo Pereira Paiva (que foi aluno de Cravotto em Montevideu).



Fonte: ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo-Arte. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 2, nº 4, dez.1949, p.7.

Figura 18 - Carta manuscrita de Mauricio Cravotto datada de 10 de junho de 1948, endereçada a Tasso Correa, Diretor do Instituto de Belas Artes.

Junio 10 1948 4.3.7
L. Director del Instituto de B. A.
Porto Alegre

Prof. Dr. Tasso Correa

Me distinguido amigo prof. Tasso Correa
Reúbi en este momento su tarjeta y le
envío oficial de intenciones formando por
el suyo secretario, don Helmo Lopez.

Mes apresuro a contestarle, agradi-
ciendo ante todo la felicidad - porque hace
dos días fortuitamente hice - Ud. una aerea,
vidualidad esto oficializaciòn que hoy me
lligo para poder obtener el pasaporte -
uniquero "oficial". De modo que con
esta envío de usted guarda todo en orden.

Le ruego transmite al h. Lopez mis
grecias, por el cetero de su resto.
El examen de Proyectos de mis alumnos
parece que será o fin de mes. De
modo que mi partida para esa sera'
al dia siguiente si me es posible.

Traeré de concretar todos mis
trabajos en Montevideo, fare poder
viajar, conviviendo ansiadas 7 albergues
de P. Graciosa de Sul, con alguma calma
y proucho.

Dilevaré a mi amigo M. Paiva, al
libro que me pidió.

Vuelvo a restituír a Ud. y al Consejo
Técnico administrativo del Instituto,
mi agradecimento por todo su
cordialidad.

Repto a Ud. mi particular
estima. M. Cravoto

Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Mas que conteúdo Cravotto apresentou em seu curso intensivo? Necessário destacar, inicialmente, que tanto para o curso de Arquitetura quanto para o de urbanismo o nome da “cadeira” que ele ministraria era a mesma: *Grandes Composições*.

A caderneta de frequência da “cadeira” ministrada por ele no IBA (figura 19) é a única das arquivadas no Instituto de Artes da UFRGS que registra no campo “curso” a designação “Arquitetura e Urbanismo”. Em todas as demais os “cursos” são ou de Arquitetura ou de Urbanismo. Não há, na capa dessa caderneta, como é comum nas demais, referência a série ou ano letivo.

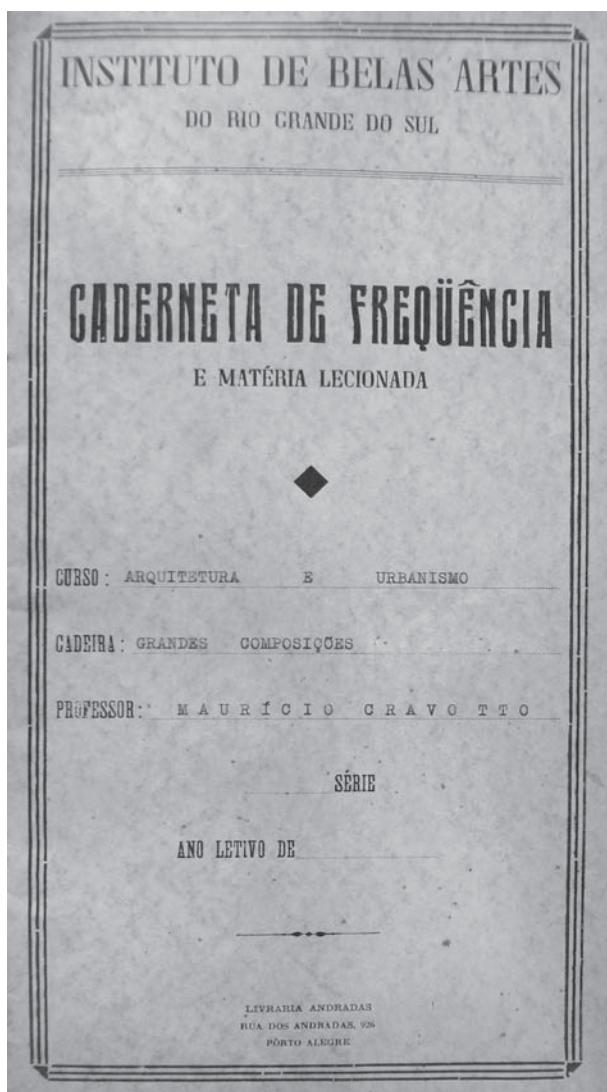
Os alunos que constam na lista de presença da cadeira estavam separados em de “Arquitetura” e de “Urbanismo”. Os alunos de Arquitetura (34) são os dos 3º e 4º anos. Os de Urbanismo (5), do 1º e 2º anos²²⁹.

Infelizmente não há, na caderneta, qualquer anotação em relação ao conteúdo apresentado nas aulas. Podemos supô-lo apenas a partir de seus dois exercícios²³⁰. E, apesar de a cadeira ser a mesma – *Grandes Composições* –, os conteúdos dos exercícios finais são distintos para os estudantes dos cursos de Arquitetura e de Urbanismo.

²²⁹ Constam na lista: Arquitetura: (3º ano) Antonio Magadan; Alfredo Leboutte; Claudio Silva T. de Freitas; Claudio Dytz; Charles René Hugaud; Dirceu Berclaz; Emílio Mabilde Ripoll; Enilda Ribeiro; Fernando Petersen Lunardi; Gino Máximo Pansiera; João Barbosa dos Santos Filho; Jair Amaury Koebe; Jaime Luna dos Santos; Jorge Siritó de Vives; Luiz Lampert Gaertner; Luiz Fernando Corona; Mário José Corrêa; Moaci Zamora; Paulo Vallandro; Tasso Olímpio Pufal. (4º ano) Bruno Felix Rossi; Emil Achutti Bered; Flávio Tarquínio Pufal; Francisco dos Santos Coutinho; Jasson Cavalcente de Albuquerque; João Schmidt Filho; José Lorenzoni Parreira; Kurt Gunther Schmeling; Léo Alfredo Preto de Oliveira; Mauro Guedes de Oliveira; Nelson Camargo Costa; Remo José Irace; Roberto Felix Veronese; Salomão Sibenberg Kruchin. Urbanismo: (1º ano) Carlos Alberto de H. Mandonça; Edgar Albuquerque Graeff; Francisco Riopardense de Macedo; (2º ano) Neli Peixoto Martins; Sérgio Corrêa.

²³⁰ Há ainda dois exercícios redigidos em espanhol que podem ter sido trazidos do Uruguai, muito provavelmente por Mauricio Cravotto. Um deles, da disciplina “Proyectos de Arquitectura, 5 año”, tem como tema “El centro mundial para la intercomprensión de las culturas”. O outro, do curso de “Grandes Composiciones de Arquitectura para egresados, 1948”, tem como tema “Un centro para la Federacion Internacional de Urbanistas (F.I.U.)”. Acreditamos que estes exercícios não foram ministrados aos estudantes do curso de Arquitetura e de Urbanismo por uma série de características: nome da disciplina, data das entregas, ano do curso a que se destina, entre outras.

Figura 19 - Capa da caderneta de frequência da cadeira ministrada por Mauricio Cravotto no IBA.



Fonte: Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

O exercício dirigido aos estudantes do curso de Arquitetura tinha como tema uma Estação Central Rodoviária. Fiori (1992) afirma, em sua dissertação, que “Cravotto desenvolve em aula um exercício em que deveria ser realizado o plano de um campus universitário” (1992, p.269).

Contudo, não encontramos evidências dessa afirmação nos arquivos do Instituto de Artes da UFRGS.

Os três primeiros parágrafos do exercício apresentavam o tema em termos genéricos, afirmando a importância dos meios de comunicação e transporte “para tornar mais fecunda a atividade humana, mais fáceis os intercâmbios de toda a ordem, mais perfeita a associação entre os séres, mais simples e econômicos o aprovisionamento e consumo de produtos”²³¹.

O programa de necessidades desse edifício era composto por: um museu permanente da história dos meios de comunicação, locomoção e transporte (com acesso, *hall*, zona de exposições, salas, saletas, serviços sanitários, vigilância); escritórios (com acesso próprio, 20 escritórios, serviços sanitários e pequena dependência); central do tráfico (com acesso próprio, grandes ambientes com guichês, vitrines, zona para público, funcionários, mapas, guias, locais fechados para comissão de turismo, zona de estacionamento para ônibus, caminhões); e, por fim, um “jardim de descanso para turistas, mas que seja ao mesmo tempo, para uso público, para o habitante da cidade, para escolares”, que podia incorporar “pequenas obras arquitetônicas complementares, como sejam, muros de contenção, pórticos, zonas cobertas de proteção e obras de arte”²³², além de um estacionamento.

Os itens de entrega eram brevemente descritos. Para o esboço inicial, “planta, fachada e corte, a ½ mm p/metro, em um papel de tamanho igual ao do programa”. Para a entrega final, “Planta, fachada e corte, a 4mm p/metro”²³³.

Completa esse exercício o desenho apresentado na figura 20. Trata-se de um lote com cotas planialtimétricas sem referência precisa ao entorno imediato, a não ser as vias e notas sobre os usos próximos. Era, enfim, conteúdo suficiente para elaboração de um projeto de edificação.

Já o exercício dirigido aos estudantes do curso de Urbanismo era dividido em dois: I- “Arquitetura Paisagista – Teórico Prático”, com o tema “Um Parque – Jardim de Recreio, a margem de um rio”; II- “Prático de Urbanística” com o tema “Uma unidade vecinal para carpinteiros de estaleiro e artesarias afins da navegação e vida costeira de um rio”²³⁴.

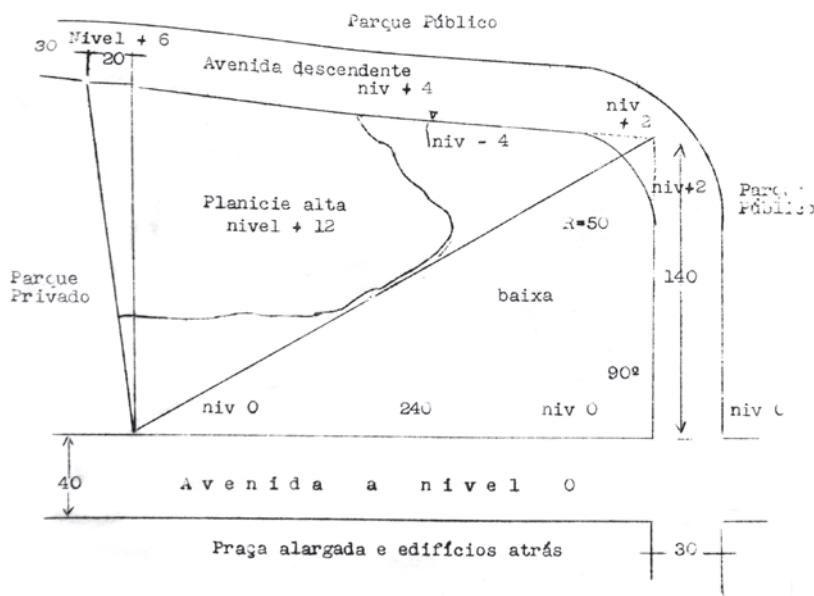
²³¹ CURSO de Arquitetura nº 1 – Ponto sorteado para o 1º Exame Parcial da cadeira de ‘Grandes Composições de Arquitetura’ na 4ª série [anotado à mão]. [s.l., 1948]. 3f.

²³² *Ibid.*

²³³ *Ibid.*

²³⁴ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Trabalho para os alunos do curso de Urbanismo a ser executado sob a direção do professor Mauricio Cravotto. Porto Alegre [1948]. 2f.

Figura 20 - Desenho do exercício da cadeira de *Grandes Composições* ministrada por Mauricio Cravotto ao curso de Arquitetura do IBA.



Fonte: INSTITUTO DE BELAS ARTES. Curso de Arquitetura. N° 1 - Ponto sorteado para o 1º Exame Parcial da cadeira de 'Grandes Composições de Arquitetura' na 4ª série. 3 folhas avulsas. Porto Alegre, [1948].

O detalhamento do exercício de Arquitetura Paisagista apontava que o “parque-jardim recrêio, à margem de um rio, implicará num acondicionamento paisagístico e em certas instalações e edifícios, formando uma composição num terreno”²³⁵.

A proposta deveria contar com espelho d’água artificial, superfícies livres e plantadas, margens facilitando o embarque em botes, zonas naturais arenosas para banhistas, local para jogos infantis, adolescentes e adultos, para piqueniques, sombreadas e ensolaradas, adequadas para repouso, passeio, sesta, instalação de barracas, além de dois ou três edifícios para restaurante, depósito de barcos e administração.

²³⁵ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Trabalho para os alunos do curso de Urbanismo a ser executado sob a direção do professor Mauricio Cravotto. Porto Alegre [1948]. 2f.

O detalhamento do exercício de Prática de Urbanística, por sua vez, indicava que a proposta para unidade vecinal deveria acolher 5.000 habitantes e comportar “a composição de todos os elementos inherentes a uma vida estabilizada, na qual se desenvolve a indústria artesã da carpintaria de barcos e está diretamente vinculada a um parque-jardim de recreio, na margem um rio similar ou igual ao que é especificado no tema de A.P.”²³⁶.

A unidade vicinal responderia aos seguintes pressupostos: contemplar atividades artesãs relacionadas à metalurgia, confecção de velas para embarcações, instrumentos de pesca, fabricação de cestos e tapeçarias; ser acessível por terra e água, o primeiro terminando em um grande estacionamento e o segundo em um pequeno porto; restringir a circulação no interior da unidade a apenas veículos leves.

Seu programa de necessidades era composto por:

[...] vivendas uni, bi e polifamiliares, como também alguma vivenda coletiva, alguns centros de aprovisionamento, um centro cívico ligado ao parque-jardim de recreio, o qual terá uma zona claramente evidenciada para as diversões diárias da população e cerca do qual se localizará a escola pública²³⁷.

A forma de elaboração do trabalho era brevemente relatada. Os estudantes deveriam apresentar “esboço individual de cada um dos temas, debaixo da direção do professor do curso prático, e, em seguida, poderão continuá-lo, individualmente ou formando brigadas, de acordo com o mesmo professor”²³⁸.

Deveriam apresentar, ainda, os dados numéricos referentes à “superfície geográfica total, percentagem de espaços viários e livres, percentagem de solo restante utilizável para a implantação de prédios coletivos ou particulares, devendo-se, além disso, expressar outras percentagens, a serem indicadas pelo professor”²³⁹.

Além dessas informações, os estudantes deveriam expressar sua proposta “em planta, elevação e perspectiva a composição paisagística e U. com um detalhe e dados de algumas das vivendas”²⁴⁰.

²³⁶ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Trabalho para os alunos do curso de Urbanismo a ser executado sob a direção do professor Mauricio Cravotto. Porto Alegre [1948]. 2f.

²³⁷ *Ibid.*

²³⁸ *Ibid.*

²³⁹ *Ibid.*

²⁴⁰ *Ibid.*

Ambos os exercícios do curso de Urbanismo – de Arquitetura Paisagista e de Prática de Urbanística – eram contíguos e complementares. Como indica o edital, os trabalhos “deverão formar uma unidade, de expressão simples, com a inclusão dos dados e resultados paisagísticos e urbanísticos nas mesmas lâminas em que se expressa a composição”²⁴¹.

Comparando os exercícios do curso de Arquitetura e de Urbanismo, é possível destacar algumas semelhanças. A estrutura dos exercícios é similar – breve descrição do tema, exposição do programa de necessidades, relato do sistema de trabalho e entregas. O método didático é o mesmo – ateliê com assessoramento do professor. A forma de expressão dos resultados, idem – conjunto de desenhos técnicos.

A diferença consistia nos temas. O exercício do curso de Arquitetura era, fundamentalmente, um projeto de edificação de grande porte: uma estação rodoviária. Os exercícios dirigidos aos estudantes do curso de Urbanismo eram, por um lado, o projeto para espaços abertos – “parques-jardins” – que incorpora edifícios que devem participar dessa “composição” (Arquitetura Paisagista); e, de outro, o projeto de uma “unidade vecinal” que, por suas características, poderíamos chamar hoje de projeto para um bairro operário (Prática de Urbanística).

Cabe destacar que todos os exercícios de Cravotto estavam inscritos sob a mesma denominação: *Grandes Composições*. Dessa forma, tanto o exercício da estação rodoviária, do parque-jardim e da unidade vecinal tinha algo em comum que lhes possibilitava serem acolhidos sob o mesmo nome. Que fundamento é esse?

Conforme revelam os documentos, edifício e cidade são abordados por Cravotto, ao menos nesses cursos por ele ministrados, como objetos pertencentes ao domínio do projeto/composição. Ou, poderíamos dizer, o Urbanismo ali apresentado é uma forma de intervenção sobre a cidade “arquitetonicamente” conduzida, ou seja, concentrando sua atenção à articulação e à harmonia entre as formas construídas, à composição.

Percebe-se que a concepção de urbanismo que o uruguai manifestou em seu curso era muito semelhante à abordagem já contemplada em uma disciplina dos cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia (Composição Geral e Urbanismo) e do IBA (Urbanismo – Arquitetura Paisagista) e distante da concepção do Urbanismo higienista-sanitarista.

²⁴¹ INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Trabalho para os alunos do curso de Urbanismo a ser executado sob a direção do professor Mauricio Cravotto. Porto Alegre [1948]. 2f.

Por fim, cabe breve nota sobre o ponto de vista dos estudantes sobre o curso. Ele está registrado na *Revista Anteprojeto* de agosto de 1948 da seguinte forma:

Entre o 6º e o 2º aconteceu o Curso de Férias do Prof. Cravotto. Ótimo curso, apesar dos choques entre os alunos (que buscam o futuro) e o mestre (que insiste em ver carruagens brilhantes sobre os trilhos da “Carris”). O Macedo deu pulos, quando o professor afirmou que a vida é a vida dos maloqueiros e o Corona (inho) bufava, quando vinham ataques a Niemeyer e Le Corbusier. Diz que o Kruchinsky desenhou um lago em forma de ameba; o mestre disse que “pode ser, por que não!” mas que aquilo parecia um “bidé”; o herói riscou um lago circular e o Sírito impugnou: “Parece um... vaso noturno.” De fato, Sírito não foi delicado; disse outra palavra e não “vaso noturno”²⁴².

A passagem de Cravotto pela cidade não se deu sem conflitos entre suas concepções e as dos alunos do IBA.

Pôde-se identificar, ao longo deste capítulo, como o Urbanismo foi compreendido como uma “modalidade” da Arquitetura, argumento “social” que justificaria a oferta do curso de Arquitetura à comunidade. Sublinhe-se também relevância e pioneirismo do curso de Urbanismo do IBA de 1947-1949. Esse curso foi o iniciador de seu ensino no Sul do Brasil²⁴³.

Necessário destacar, ainda a propósito do curso de Urbanismo, a extensão de seus conteúdos. O curso do IBA pretendia formar o profissional para o exercício do Urbanismo apresentando-lhe uma ampla gama de conhecimentos – a história, as ferramentas necessárias à coleta de informações para a intervenção na cidade, a infraestrutura urbana, o projeto de paisagismo, os aspectos sociais da organização

²⁴² NETTO, Biriba. Do 1º ao 7º. In: ANTEPROJETO. Arquitetura, Urbanismo e Arte. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do I.B.A., ano 1, n.1, ago. 1948, p.11.

²⁴³ Em que pese seu pioneirismo no Sul do país, o curso de Urbanismo do IBA não foi o primeiro do Brasil. Segundo Pereira (2003, p.79-80), o primeiro curso de Urbanismo do país em nível de pós-graduação foi o da Universidade do Distrito Federal – UDF (à época, o Rio de Janeiro), organizado em 1935. A mesma autora refere ainda que a UDF foi violentamente fechada por Getúlio Vargas, em 1939, o que encerrou a curta experiência do curso de Urbanismo.

das cidades, a administração pública. Contudo, como já ressalvado, o centro da formação residia na teoria e na prática de elaboração de “planos” (palavra utilizada como sinônimo de projeto) para cidades.

O ensino do Urbanismo, na graduação em Arquitetura, por sua vez, era pouco representativo no cômputo geral das cadeiras do currículo – apenas duas delas. Uma delas tratava o saneamento das cidades como uma alteração de escala do projeto de infraestrutura predial. A outra, que associava Urbanismo e Arquitetura Paisagista, apresentava aos estudantes um programa bastante extenso e que pretendia dar conta, mesmo que brevemente, de toda a informação necessária ao exercício do urbanismo.

O curso de Cravotto, finalmente, reforçava a perspectiva já vigente na instituição: de que o projeto urbano difere do de edificação apenas em escala. Eram ambos, edifício e cidade, artefatos projetáveis.

O próximo capítulo trata do processo de fusão dos cursos de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia e do de Arquitetura do IBA para a consequente criação da Faculdade de Arquitetura.

CAPÍTULO 3

CHOQUE DE CONCEPÇÕES: FUNDIR PARA CRIAR

3.1 Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia e IBA: balanço

A Faculdade de Arquitetura, criada no início da década de 1950, é herdeira dos cursos da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes. Antes de passar ao seu processo de constituição, será realizado breve balanço sobre a formação oferecida pelas cadeiras dos cursos que lhe deram origem, ambos criados em 1945.

Para a Escola de Engenharia, a atividade do engenheiro era tão ampla que abarcava dimensões variadas de intervenção na construção civil. Tudo o que dizia respeito a construção, projeto, administração de obra dizia respeito à sua profissão. Na Escola de Engenharia a Arquitetura, desde o início, foi entendida como um “ramo”. Já o Urbanismo acompanhou, inicialmente, o ideal higienista-sanitarista do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX.

O ensino de Arquitetura do curso, iniciado em 1945, tinha em Steinhof um personagem crucial. Como já referimos, ele buscava, em seu *atelier*, dar conta de todos os problemas da formação em Arquitetura. E,

pelo que nos revela a documentação, sua compreensão de Arquitetura e Urbanismo era de que ambos eram domínio da composição – de espaços, volumes, conhecimentos. Pelos dados levantados, é possível dizer ainda que o Urbanismo foi, na Escola de Engenharia, conteúdo marginal e pouco representativo.

No IBA, por sua vez, a Arquitetura foi tomada como conteúdo atinente às artes. Era necessário, para a formação em Arquitetura, o adequado preparo artístico. Já o Urbanismo era reconhecido como modalidade da Arquitetura. As disciplinas do curso criado em 1945 buscavam preparar para a composição sem obliterar a necessária formação técnica. Já o ensino sobre aspectos da cidade, presente em apenas duas disciplinas, dava conta do saneamento das cidades (ou seja, da infraestrutura urbana, conhecimento vinculado à tradição higienista-sanitarista) e dividia espaço com a arquitetura paisagista. Foi possível perceber ainda que na cadeira *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*, buscava-se apresentar um amplo conteúdo, que ia desde a história das cidades até a composição de amplos espaços, passando por loteamentos, planos diretores, traçados etc.

Sobre o ensino desses cursos, Fiori (1992) discute a concepção “de que o curso da Engenharia caracterizar-se-ia por uma visão tecnicista, enquanto o do IBA apresentaria uma visão artística da arquitetura” (FIORI, 1992, p.416). Segundo ele, essa perspectiva é, em parte, verdadeira. Na Escola de Engenharia, “os estudantes de Arquitetura estudam em uma escola eminentemente técnica, convivendo com estudantes de ramos diferentes da engenharia” (FIORI, 1992, p.416). Já no IBA, “o ambiente é precisamente uma escola de artes, onde os estudantes têm contato com cursos de música e artes plásticas” (FIORI, 1992, p.416).

Contudo, Fiori pondera que “há também na Engenharia, através do trabalho de Steinhof, um importante enfoque artístico da arquitetura, com a valorização da criatividade e a capacidade de expressão” (FIORI, 1992, p.417). Para ele, finalmente, a imagem de que o curso da Engenharia seria uma estrutura rígida, conservadora e tecnicista estava “um tanto distante da realidade, ou, pelo menos, da realidade do *atelier* de Steinhof, que se constitui no núcleo fundamental do curso” (FIORI, 1992, p.417).

Contudo, em que pesem as diferenças propostas por Fiori acerca do ensino de Arquitetura oferecido pelas instituições, uma coisa era semelhante em ambos: o Urbanismo era conhecimento secundário, desimportante e pouco representativo no conjunto de disciplinas.

3.2 A polêmica sobre a “fusão” dos cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA

No início da década de 1950 os cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA deram origem a uma única instituição: a Faculdade de Arquitetura. A perspectiva de fusão dos cursos, ocorrida a partir da promulgação, em 1948, da Lei Estadual nº 418, ensejou um confrontamento que revelou as divergentes concepções de Arquitetura e de Urbanismo subjacentes à formação oferecida por eles. O embate transcendeu as fronteiras do ambiente acadêmico. A criação da Faculdade foi discutida na imprensa, envolveu entidades de classe e de estudantes, políticos, instituições de ensino do país.

Embora ocorrida nos anos 1950, a fusão dos cursos já era debatida em 13 de novembro de 1946, na reunião do CTA da Escola de Engenharia. À época, o IBA não fazia parte da universidade²⁴⁴. A Escola de Engenharia, por sua vez, sim.

Está anotado na ata dessa reunião: “Eram [os membros do conselho] de opinião, caso venha a se realizar a re-incorporação [à universidade] do Instituto de Belas Artes, de se crear a Faculdade de Belas Artes com o deslocamento dos cursos de Arquitetura existentes naquele Instituto e na Escola de Engenharia”²⁴⁵. Buscavam, assim, antecipar-se ao provável retorno do IBA à universidade, o que criaria uma situação peculiar: a existência de dois cursos de Arquitetura sediados na mesma universidade.

Dois anos depois, em 3 de dezembro de 1948, a Lei Estadual nº 413 reincorporava o IBA à Universidade do Rio Grande do Sul e determinava,

²⁴⁴ O processo de incorporação, exclusão e reincorporação do Instituto de Belas Artes à Universidade, cheio de idas e vindas, está bem caracterizado na tese de Simon (2003). Incorporado à Universidade de Porto Alegre no ano de 1936, é dela excluída pela primeira vez em 1939. Em janeiro de 1944 o Conselho Universitário aprovou o retorno do IBA à Universidade, mas a desvincula pela segunda vez em dezembro de 1944, por meio do Decreto Estadual nº 736, de 30 de dezembro. Em dezembro do ano seguinte, 1945, o IBA foi novamente reincorporado à universidade por meio do Decreto Estadual nº 976 de 3 de dezembro. Dias depois, em 21 de janeiro de 1946, foi publicado o Decreto Estadual nº 1.058 desanexando novamente o IBA, pela terceira vez. Já a Lei Estadual nº 413 de 3 de novembro de 1948 reintegrou o IBA à Universidade. Contudo, “o Governo do Estado recuou e o Instituto de Belas Artes foi desincorporado pela quarta vez da Universidade” (SIMON, 2003, p.468). Em 1950 houve a quinta inclusão do Instituto à Universidade. No entanto, houve ainda uma quinta e sexta exclusão, segundo Simon.

²⁴⁵ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 218ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 13 de novembro de 1946. In: Universidade de Porto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1946. Porto Alegre [1947?]. p.255-256.

também, que ambos os cursos de Arquitetura agora existentes na mesma universidade – o da Escola de Engenharia e o do IBA, reincorporado – deveriam ser “fundidos”. Está anotado na lei:

Art. 7º – Para evitar a coexistência de dois cursos de Arquitetura na Universidade, os cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes serão fundidos em um só, adotada a organização uniforme e observados os preceitos da legislação federal do ensino superior. (RIO GRANDE DO SUL, 1948)

O texto legal é vago. A palavra “fundir” significa unir em um único curso os dois já existentes. Mas essa unificação aconteceria em que termos? Ambos os cursos desapareceriam para a criação de um terceiro, autônomo? Ou algum deles incorporaria o outro?

O parágrafo único desse artigo buscava, por sua vez, indicar solução a um dos problemas cruciais nessa questão: o que fazer com os professores? Refere ele:

§ único – Os atuais professores dos cursos de Arquitetura do Instituto de Belas Artes e da Escola de Engenharia serão aproveitados, em idênticas situações, no curso que resultar da fusão ora determinada. (RIO GRANDE DO SUL, 1948)

Novamente o texto é impreciso. O que significam “idênticas situações”? Igualdade no número de professores? Nos salários? Nas disciplinas que ministrariam? A lei é vaga e deixa margem à interpretação. Por esse motivo, cada parte interessada no tema a julgará como lhe parecer melhor.

Criada a lei, era necessário oferecer as condições à sua realização. Logo, para estudar essa fusão, foi instituída por Alexandre Martins da Rosa, reitor da universidade, uma comissão composta pelos seguintes professores: representando o IBA, os arquitetos Demétrio Ribeiro, Ernani Dias Corrêa e o engenheiro Fernando de Azevedo Moura; representando a Escola de Engenharia, os engenheiros João Baptista Pianca, Lelis Espartel e Duilio Bernardi. A comissão era presidida por Leovegildo Paiva, professor da Escola de Engenharia²⁴⁶.

²⁴⁶ LANÇAM-SE os alunos do Instituto de Belas Artes na campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 26 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

Em 19 de abril de 1949, a comissão remeteu ao reitor seu parecer. Nele, sugeria a “criação de uma Faculdade de Arquitetura na Universidade do Rio Grande do Sul”²⁴⁷. Apresentava ainda duas recomendações: I- que a fusão dos cursos fosse realizada imediatamente, enquanto se aguardava a criação da Faculdade; II- que o curso dela resultante fosse dirigido e administrado por órgãos provisórios criados e subordinados à reitoria.

Anexo a esse documento, vinha um anteprojeto de decreto que disporia “sobre a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Rio Grande do Sul”²⁴⁸. Na proposta, a Faculdade de Arquitetura teria como finalidade: “a) ministrar o ensino superior de Arquitetura e Urbanismo, visando a preparação de profissionais devidamente habilitados; b) Realizar estudos e pesquisas nos vários domínios científicos, técnicos e artísticos, que constituem o objetivo do seu ensino.”²⁴⁹

São fins semelhantes²⁵⁰ aos que constam no Decreto-Lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945, que dispôs sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (FNA), sediada no Rio de Janeiro (BRASIL, 1945). A experiência carioca era, enfim, tomada novamente como referência ao ensino gaúcho.

O anteprojeto apontava ainda que a Faculdade manteria dois cursos: de Arquitetura e de Urbanismo. O primeiro de cinco anos de duração. O segundo, de dois. Apresentava ainda as cadeiras²⁵¹ e

²⁴⁷ CARTA de 19 de abril de 1949. Ao Exmº Snr. Engº Alexandre da Rosa; D.D. Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l.], 1949. 2f.

²⁴⁸ Há, no arquivo do Instituto de Artes da UFRGS documento intitulado ANTE PROJETO (1949?), sem data e não diretamente vinculado ao parecer da comissão. Por outro lado, o jornal *Correio do Povo* publica, em 19 de novembro de 1949, anteprojeto “como complemento ao memorial entregue ao Reitor da Universidade” apresentado ao Reitor no dia anterior, 18 de novembro de 1948 (SUGERIDA, 1949). Existe, assim, um intervalo de tempo entre o parecer da comissão (abril) e o anteprojeto apresentado ao reitor (novembro). Ambos os documentos são praticamente os mesmos, com alguns acréscimos no segundo que já aparecem referidos no primeiro. Por esta razão, creio que o documento sem data seja a versão preliminar de decreto encaminhada ao reitor com o relatório da comissão.

²⁴⁹ ANTE PROJETO. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l., 1949?]. 6f.

²⁵⁰ As poucas diferenças são as seguintes. No item a, a palavra “devidamente” substitui “altamente”. E no item b, há inclusão da palavra “científicos”.

²⁵¹ ANTE PROJETO. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l., 1949?]. 6f avulsas. “Art. – Os cursos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo compreenderão as seguintes cadeiras: a) Curso de Arquitetura § 1. Matemática Superior; 2. Geometria Descritiva; 3. Desenho Artístico; 4. História da Arte-Estética; 5. Modelagem Composição Decorativa; 6. Arquitetura Analítica – Arquitetura no Brasil; 7. Sombras – Perspectivas – Esterectomia; 8. Mecânica Racional – Grafostática – Resistência dos Materiais – Estabilidade das

seriação²⁵² de cada curso, além da titulação que cada um conferiria: arquiteto, à conclusão do primeiro; urbanista, do segundo. Titulações, notadamente, dissociadas.

Por fim, propunha os termos da “fusão” no que tange à transferência do corpo docente, técnico e administrativo. Mas a proposta não será tratada em detalhes. Os dados apresentados são suficientes para colocar, a seguir, os termos da polêmica criada. Analisaremos, posteriormente, a lei e o regimento interno que efetivamente vigorarão.

A proposta da comissão sofreu oposição da Escola de Engenharia. Na ata de sua reunião da congregação, de 3 de maio de 1949, consta que ela estava ciente de que a comissão criada para estudar a fusão dos cursos propusera a “criação de uma Faculdade de Arquitetura e diversas modificações nas cadeiras dos Cursos”²⁵³.

Mesmo assim, desconsiderando as recomendações do parecer elaborado e pactuado pela comissão, sua congregação aprovou por unanimidade a proposta do Prof. Luiz Faria: criar um Instituto de Arquitetura vinculado à Escola de Engenharia. Segundo ele, era necessário reconhecer que o meio e os recursos do Estado não comportavam uma Faculdade de Arquitetura. O mais indicado seria

Construções; 9. Teoria da Arquitetura – Composições de Arquitetura; 10. Materiais de Construção – Estudos do Solo; 11. Técnica da construção – Topografia; 12. Física Aplicada; 13. Concreto Armado; 14. Grandes Composições de Arquitetura; 15. Legislação – Economia Política; 16. Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades; 17. Sistemas Estruturais; 18. Urbanismo – Arquitetura Paisagista; 19. Organização do Trabalho – Prática Profissional. § b) Curso de Urbanismo § 1. Teoria e prática dos planos de cidades; 2. Evolução urbana; 3. Urbanologia – Estatística – Documentação urbanística; 4. Técnica sanitária urbana – Serviços de Utilidade Pública; 5. Organização social das cidades; 6. Arquitetura paisagista; 7. Administração municipal”.

²⁵² Ibid. “Art. – A seriação do Curso de Arquitetura será a seguinte: § 1º ano: Matemática Superior; Geometria Descritiva; História da Arte – Estética; Desenho Artístico; Arquitetura Analítica; Modelagem; 2º ano: Mecânica Racional – Grafostática; Sombras – Perspectivas – Estereotomia; Materiais de Construção – Estudos do Solo; Teoria da Arquitetura e Composições de Arquitetura; Arquitetura Analítica; 3º ano: Resistência dos Materiais – Est. das Construções; Física Aplicada; Técnica da construção – Topografia; Composição Decorativa [disciplina que não consta na lista de 19 anteriores]; Composições de Arquitetura; 4º ano: Concreto Armado; Legislação – Economia Política; Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades; Arquitetura no Brasil; Grandes Composições de Arquitetura; 5º ano: Sistemas Estruturais; Organização do Trabalho – Prática Profissional; Urbanismo – Arquitetura Paisagista; Grandes Composições de Arquitetura. Art. – A seriação do Curso de Urbanismo será a seguinte: § 1º ano: Teoria e Prática dos Planos de Cidades; Evolução bana; Urbanologia – Estatística – Doc. Urbanística; Técnica Sanitária Urbana – Serviços de Utilidade Pública; 2º ano: Teoria e Prática dos Planos de Cidades; Evolução Urbana; Arquitetura Paisagista; Organização Social das Cidades; Administração Municipal.

²⁵³ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 110ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, realizada em 3 de maio de 1949. In: *Escola de Engenharia*. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

criar um Instituto “no qual fossem ministradas apenas as cadeiras especialisadas, com os necessários ateliers, oficinas, etc.”²⁵⁴.

A razão dessa vinculação está expressa na mesma ata:

Sendo a Escola de Engenharia uma organização composta de diversos Institutos, com seus respectivos Departamentos, entre os quais o de Arquitetura, todos eles perfeitamente organizados, com um professorado dedicado – que ministra um ensino eficiente, timbrando no cumprimento de seus programas, pensamos que no Estado do Rio Grande do Sul não existe, no momento, organização capaz de ministrar o ensino de Arquitetura com mais eficiência que nossa Escola de Engenharia, razão pela qual opinamos que, enquanto não se modificarem as condições anteriormente enunciadas, a verdadeira posição do Instituto de Arquitetura deverá ser na Escola de Engenharia²⁵⁵.

Meses após, em 1º de novembro de 1949, reuniu-se o Conselho de Diretores da Universidade. Nesse momento, conforme os estudantes do IBA, “foi ignorado o parecer da Comissão técnica para a criação da FACULDADE DE ARQUITETURA e aprovada a criação de um Instituto de Arquitetura anexo à Escola de Engenharia e a extinção sumária do Curso de Arquitetura do IBA”²⁵⁶. O Conselho de Diretores, assim, acompanhava a proposta surgida na Escola de Engenharia.

Os professores do IBA, dias depois, manifestaram-se. Em 4 de novembro, encaminharam ao reitor documento²⁵⁷ expressando seu ponto de vista sobre o caso. Segundo eles, a proposição do Conselho “fere de frente a Lei nº 413, de 3/12/1948, e contraria de modo inegável os altos interesses do ensino e da própria formação dos futuros profissionais”²⁵⁸. A argumentação dos professores estava organizada em três tópicos: i) Aspecto legal; ii) Aspecto didático; iii) Solução.

Sobre o aspecto legal, a argumentação centra-se na interpretação da Lei nº 413. Dela, “se infere claramente [grifo nosso] que: a) os dois

²⁵⁴ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 110ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, realizada em 3 de maio de 1949. In: *Escola de Engenharia*. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

²⁵⁵ *Ibid.*

²⁵⁶ LANÇAM-SE os alunos do Instituto de Belas Artes na campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 26 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

²⁵⁷ COSTA, Ney Chrysostomo da; CORRÊA, Ernani Dias; LUTZENBERGER, José; TIETBOHL, Ary Nunes; FARIA, Luiz Arthur Ubatuba de; PAIVA, Edvaldo Pereira; NETTO, Demétrio Ribeiro; GRAEFF, Edgar Albuquerque; CORONA, Fernando; GNOCHI, Angelo Guido; CARVALHO, Adalberto Rodrigues de; MOURA, Fernando de Azevedo; LUBKE, Max Waldemar. [Carta] 4 de novembro de 1949, Porto Alegre, [para] Reitor, Porto Alegre. Manifestação dos professores do IBA sobre a fusão dos cursos de Arquitetura. 5f.

²⁵⁸ *Ibid.*

cursos hão de desaparecer; b) surgindo um terceiro; c) no qual serão aproveitados, em idêntica situação, os professores dos dois cursos de Arquitetura extintos²⁵⁹. Como o texto legal é obscuro, os professores do IBA entenderam “claramente” o que quiseram.

Passavam, então, à crítica da proposta do Conselho Universitário. Ela “extingue somente o Curso de Arquitetos do Instituto de Belas Artes, pois que o da escola de Engenharia continuará a existir, embora sob uma denominação (“Instituto de Arquitetura”)²⁶⁰, afirmava o corpo docente do IBA. Além disso, em vez do surgimento de um terceiro curso a partir dos dois existentes, o que se propunha é “uma verdadeira absorção do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes pelo da Escola de Engenharia”²⁶¹.

No que tange ao aproveitamento dos docentes em “idênticas situações”, os representantes do Instituto concluíam que “o aproveitamento dos professores catedráticos do Curso de Arquitetura do I.B.A. passará [...] ao inteiro arbítrio da Congregação da Escola de Engenharia, a qual, naturalmente, será atribuída a tarefa de redistribuir as novas cadeiras”²⁶². Haveria assim, na percepção deles, “em vez de tratamento igual – inteira submissão”²⁶³.

Ainda no mesmo documento, os professores do Belas Artes afirmavam que a proposta do Conselho não levava em consideração um fato importante: “a orientação didática que se deve imprimir aos programas das ‘cadeiras técnicas’, é consideravelmente diversa, conforme se trate de estudantes de engenharia civil ou de arquitetura”, e que “o mesmo acontece com relação aos estudantes de Artes Plásticas ou de Arquitetura”²⁶⁴. Logo, pela natureza dos cursos, o mesmo conteúdo deveria ser ministrado de formas diferentes, acolhendo as particularidades de cada formação.

Além disso, alicerçavam sua posição no “testemunho insuspeito de grandes estudiosos entendidos no assunto”²⁶⁵. Citam Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Gustavo Capanema. Logo, “não é apenas nossa [a] assertiva de que o critério consagrado pela resolução do Egrégio Conselho Universitário não consulta aos melhores interesses do ensino e da formação profissional dos futuros arquitetos”²⁶⁶.

²⁵⁹ COSTA, Ney Chrysostomo da; CORRÊA, Ernani Dias; LUTZENBERGER, José; TIETBOHL, Ary Nunes; FARIA, Luiz Arthur Ubatuba de; PAIVA, Edvaldo Pereira; NETTO, Demétrio Ribeiro; GRAEFF, Edgar Albuquerque; CORONA, Fernando; GNOCCHI, Angelo Guido; CARVALHO, Adalberto Rodrigues de; MOURA, Fernando de Azevedo; LUBKE, Max Waldemar. [Carta] 4 de novembro de 1949, Porto Alegre, [para] Reitor, Porto Alegre. Manifestação dos professores do IBA sobre a fusão dos cursos de Arquitetura. 5f.

²⁶⁰ *Ibid.*

²⁶¹ *Ibid.*

²⁶² *Ibid.*

²⁶³ *Ibid.*

²⁶⁴ *Ibid.*

²⁶⁵ *Ibid.*

²⁶⁶ *Ibid.*

Sobre a menção a Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde até 1945, é necessário breve comentário. Os professores do IBA citam sua exposição de motivos anexa ao encaminhamento do Decreto-Lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945, que criou a Faculdade Nacional de Arquitetura. Nela o Ministro argumentava que a formação do arquiteto não poderia “resultar de uma soma de estudos independentes, uns de ordem técnica, outros de ordem artística”²⁶⁷. Além disso, deveria “toda ela consistir num constante esforço que leve o aluno a conquistar um saber harmônico, em que a técnica e a arte formem uma natural unidade”²⁶⁸.

Na mesma exposição de motivos, Capanema citava o Urbanismo. Afirmava ele que, à época, não existia ainda, “em nosso sistema educacional, a especial configuração do ensino de urbanismo, lacuna que não pode deixar de ser desde logo preenchida”²⁶⁹. A criação da FNA pretendia dar conta, também, dessa formação. Ainda para o ministro, os diplomados em Urbanismo deveriam fazer “da cidade um conjunto de valores plásticos e de serviços úteis, que tornem possível uma agradável convivência humana”²⁷⁰.

É necessário aludir a essa exposição de motivos só por sua citação no documento encaminhado ao reitor. É importante compreender também o que alicerçou a criação da FNA carioca, instituição que serviu de modelo aos professores sediados no Rio Grande do Sul.

Mas retomemos a linha de raciocínio dos representantes do IBA. A solução proposta por eles, que “não contraria a Lei 413, sob o aspecto de justiça” e “não trará um tratamento desigual para os professores e, principalmente, sob o aspecto didático”²⁷¹, era a criação de uma Faculdade

²⁶⁷ Na manifestação dos professores de 4 de novembro de 1949, a frase é completada com parágrafo do texto do ministro que não está diretamente ligada a ela. A completa exposição de motivos do Ministro pode ser lida no anexo III (documentos relativos à criação da FNA-UB) da tese: FÁVERO, Marcos. *Dos mestres sem escola à escola sem mestres: ensino de Arquitetura no Rio de Janeiro – 1816-1965*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.

²⁶⁸ Exposição de Motivos do Ministro Capanema, que Encaminha o Decreto-Lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945, relativo à criação da Faculdade Nacional de Arquitetura. In: FAVERO, Marcos Osmar. *Dos mestres sem escola à escola sem mestres: ensino de Arquitetura no Rio de Janeiro – 1816-1965*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2009. [Anexo III (Documentos relativos à criação da FNA-UB)].

²⁶⁹ *Ibid.*

²⁷⁰ *Ibid.*

²⁷¹ COSTA, Ney Chrysostomo da; CORRÊA, Ernani Dias; LUTZENBERGER, José; TIETBOHL, Ary Nunes; FARIA, Luiz Arthur Ubatuba de; PAIVA, Edvaldo Pereira; NETTO, Demétrio Ribeiro; GRAEFF, Edgar Albuquerque; CORONA, Fernando; GNOCHI, Angelo Guido; CARVALHO, Adalberto Rodrigues de; MOURA, Fernando de Azevedo; LUBKE, Max Waldemar. [Carta] 4 de novembro de 1949, Porto Alegre, [para] Reitor, Porto Alegre. Manifestação dos professores do IBA sobre a fusão dos cursos de Arquitetura. 5f.

de Arquitetura. Ao propô-la e baseá-la na autoridade de personagens da cena nacional, a criação da Faculdade de Arquitetura, autônoma, alinhava-se ao movimento nacional de tornar o ensino de Arquitetura independente. Para o corpo docente do Belas Artes, era incompreensível que, “no momento em que todos os ‘cursos’ de Arquitetura do Brasil são transformados em faculdades, no Rio Grande se há de regredir, a ponto de contrariar a orientação geral”²⁷².

A formação de cursos de Arquitetura e de Urbanismo autônomos no país – desvinculados das Escolas Politécnicas/de Engenharia e de Belas Artes – teve como primeira experiência a criação da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, em 1930 (OLIVEIRA; PERPÉTUO, 2005). Mais de uma década depois, em 1945, foi criada no Rio de Janeiro a Faculdade Nacional de Arquitetura. Pouco depois, em 1947, foi criada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Mackenzie, desmembrada da Escola de Engenharia (STOCKLER E BREIA, 2007). No ano seguinte, 1948, foi criada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, desmembrada do curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola Politécnica (FICHER, 2005).

Era a esse movimento de emancipação do ensino que se filiava a proposta do IBA. Mas, importante perceber, a proposta de criação da Faculdade de Arquitetura gaúcha é *sui generis*. Até então, apenas escolas de Engenharia ou de Belas Artes davam origem a cursos de Arquitetura autônomos. A trajetória local impunha dupla origem ao ensino independente da Arquitetura. Como mediar essa situação?

Dias após a manifestação dos professores do IBA, na reunião da Congregação da Escola de Engenharia, de 18 de novembro de 1949, o reitor comunicou que tivera entendimento com o governador do Estado sobre a fusão dos cursos. Foram desprezadas as propostas de criação da Faculdade de Arquitetura – sob alegação de exiguidade das finanças do Estado – ou de um Instituto de Arquitetura ligado diretamente à reitoria. A proposta que defendeu, na ocasião, foi do funcionamento do Instituto de Arquitetura na Escola de Engenharia. E o fez com argumentos “justificativos da primazia que tem a Escola

²⁷² COSTA, Ney Chrysostomo da; CORRÊA, Ernani Dias; LUTZENBERGER, José; TIETBOHL, Ary Nunes; FARIA, Luiz Arthur Ubatuba de; PAIVA, Edvaldo Pereira; NETTO, Demétrio Ribeiro; GRAEFF, Edgar Albuquerque; CORONA, Fernando; GNOCHI, Angelo Guido; CARVALHO, Adalberto Rodrigues de; MOURA, Fernando de Azevedo; LUBKE, Max Waldemar. [Carta] 4 de novembro de 1949, Porto Alegre, [para] Reitor, Porto Alegre. Manifestação dos professores do IBA sobre a fusão dos cursos de Arquitetura. 5f.

sobre esse funcionamento sob a sua jurisdição a quaisquer outros estabelecimentos de ensino”²⁷³.

Estava posta a polêmica. Criar um Instituto de Arquitetura, vinculado à Escola de Engenharia, ou uma Faculdade de Arquitetura, autônoma? Subjacente a essas propostas estavam concepções alicerçadas na história de cada instituição. A perspectiva de “fusão” dos cursos impôs, enfim, a delimitação de âmbitos entre Engenharia e Arquitetura, desde o ponto de vista acadêmico até o da atuação profissional.

Para a Escola de Engenharia, a Arquitetura estava a ela ligada na condição de “ramo”, especialidade da profissão. Os engenheiros reivindicavam-na como domínio da técnica, sem obliterar sua dimensão artística – expressa na atuação docente de Steinhof. Não poderia tornar-se autônoma, mas manter-se submissa, como Instituto.

Para o IBA, a arquitetura era “secção” da arte. Os arquitetos reivindicavam-na como domínio da expressão plástica, sem obliterar a dimensão técnica. E aceitavam que sua autonomia se fizesse pelo desligamento da Arte, jamais da Engenharia. A Arquitetura deveria formar uma Faculdade.

A seguir será apresentado o debate realizado publicamente, além das fronteiras da universidade. Os argumentos defendidos por cada parte aprofundam os já até aqui delineados.

3.3 O debate além das fronteiras da universidade

Arquitetos e engenheiros enfrentaram-se, também, fora das fronteiras da universidade. Entidades representativas de profissionais e de estudantes expuseram-se sobre a fusão dos cursos através da imprensa e de periódicos. A seguir, serão expostos os argumentos usados de parte a parte na defesa de suas concepções.

Em 6 de novembro de 1949, o IAB-RS – cujo primeiro presidente foi Ernani Dias Correa e que tinha entre seus diretores, naquele ano, Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff e Edvaldo Pereira Paiva, todos professores

²⁷³ ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 110^a reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, realizada em 3 de maio de 1949. In: *Escola de Engenharia*. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.

do curso de Arquitetura do IBA – publicou, no jornal *Correio do Povo*, manifestação acerca da questão.

Sua posição não surpreende: o departamento gaúcho do Instituto de Arquitetos, “em defesa dos interesses da profissão e do desenvolvimento da arquitetura”²⁷⁴, era favorável à criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul.

Para o IAB-RS a proposta da comissão responsável por estudar a fusão dos cursos concordava com princípios defendidos por: i) entidades que congregam arquitetos; ii) pelo 1º Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia e Arquitetura; iii) pela exposição de motivos do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, para a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura; iv) e por profissionais de maior destaque no contexto nacional, como Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Inseriam, assim, como já referido, a sugestão da comissão num movimento nacional que tornava autônomo o ensino de Arquitetura no país. Servia como referência o processo de criação da Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro, análogo ao que ocorria no Rio Grande do Sul. Ainda para o departamento gaúcho, a proposta de criação de um Instituto vinculado à Escola de Engenharia contrariava “princípios didáticos universalmente aceitos” e representava “um verdadeiro retrocesso no ensino da arquitetura em nosso Estado”²⁷⁵.

No mesmo, ano de 1949, um dos militantes do IAB-RS, Edgar Graeff, expôs sua opinião sobre o tema em encarte intitulado *Criação de uma Faculdade de Arquitetura*²⁷⁶ (figura 21). Nele, sua argumentação parafraseia, em momentos, o texto *Considerações sobre o ensino de Arquitetura*, de Lúcio Costa, também publicado em 1949, na *Revista Espaço*²⁷⁷.

Sua manifestação é importante, pois Graeff explicita os termos da disputa em pauta. Apresenta suas concepções sobre o significado e o método da Arquitetura, bem como sua relação com a Arte e a Engenharia.

²⁷⁴ FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se a respeito o Instituto de Arquitetos do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 6 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

²⁷⁵ FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se a respeito o Instituto de Arquitetos do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 6 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

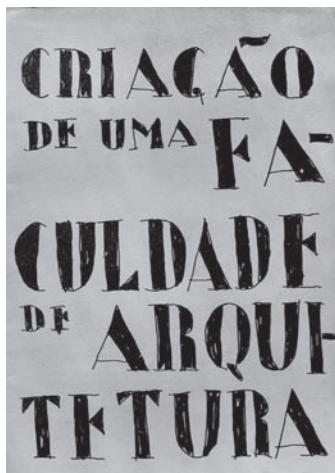
²⁷⁶ GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p.15-22. As organizadoras da obra comemorativa aos 50 anos da UFRGS, sobre o texto de Graeff, anotam que o texto foi originalmente publicado como encarte da *Revista Espaço* de 1949. Não citam, no entanto, em que número o encarte saiu. Há, no ano de 1949, dois números da *Revista Espaço*: n^a 3, de junho; n^a 4, de dezembro.

²⁷⁷ COSTA, Lucio. Considerações sobre o ensino da Arquitetura. In: *Espaço: Revista de Arquitetura-Urbanismo-Arte*. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun. 1949. p.14-15.

Graeff defendia, como o título revela, a criação da Faculdade de Arquitetura. Criticava os alunos do curso de Engenheiros-Arquitetos por insistirem no isolamento do ensino de Arquitetura ao ambiente artístico e por julgarem-na um ramo da Engenharia. Tecia ainda considerações acerca da formação. Compreendia que se pode “simplesmente *educar* o arquiteto, criar condições que incentivem o desenvolvimento de suas *faculdades criadoras*, isto é, de sua *capacidade inata de criar*, do seu *poder de fazer arte*”²⁷⁸.

Assim, para o professor, não era possível formar arquitetos. A profissão era uma vocação. O ensino teria por papel oferecer aos estudantes o pleno desenvolvimento de suas capacidades inatas, não de lhes dar origem. Essa característica é que ligaria o ensino da Arte ao da Arquitetura. Logo, um “ambiente de arte” era fundamental à formação dos arquitetos. Defender o “ambiente de arte” como necessário à formação em Arquitetura se assemelha à posição de Lúcio Costa, para quem “não é desejável, em princípio, a completa separação do ensino de arquitetura do ensino da pintura e da escultura”²⁷⁹.

Figura 21 - Capa do folheto de Edgar Graeff.



Fonte: Simon (2003).

²⁷⁸ GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.15-22, 2002, p.17.

²⁷⁹ COSTA, Lucio. Considerações sobre o ensino da Arquitetura. In: *Espaço: Revista de Arquitetura-Urbanismo-Arte*. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun. 1949. p.14-15.

Logo a seguir, Graeff citava explicitamente Lúcio Costa ao distinguir simples construção e construção arquitetônica: a primeira satisfaria apenas às exigências técnicas e funcionais; a segunda buscara o valor plástico da obra, além de resolver seus problemas técnicos e funcionais.

Continuando em sua argumentação, dizia que o arquiteto deveria ter três características: 1. faculdade criadora; 2. compreensão humana e conhecimento das ciências; 3. conhecimentos técnicos.

Os conhecimentos técnicos seriam baseados nas ciências exatas, “reduzidos a fórmulas, tabelas e ábacos”²⁸⁰. Logo, poderiam ser ensinados num Instituto de Belas Artes, numa Faculdade de Arquitetura ou numa Escola de Engenharia, indistintamente. E, como “*existe uma oposição fundamental entre a estruturação do ensino da arquitetura e o da engenharia*”²⁸¹, esses conteúdos estariam adequadamente contidos numa instituição autônoma.

A oposição a que se refere é delineada quando compara os ensinos da Engenharia e da Arquitetura. O “biênio fundamental dos Cursos de Engenharia é constituído por inúmeras disciplinas teóricas que farão a base do triênio de aplicação”²⁸², comenta. Essa estrutura seria “apresentada por linhas que *divergem* do biênio fundamental para o triênio da aplicação”²⁸³. Já no ensino de Arquitetura, “os conhecimentos teóricos ministrados ao arquiteto *convergem* do primeiro ao 5º ano, para uma aplicação prática – *Composição de Arquitetura*”²⁸⁴. Enfim, conclui Graeff, “Arquitetura é composição”²⁸⁵.

Essa distinção entre o ensino de Engenharia e de Arquitetura é similar ao que faz Costa²⁸⁶. Para este,

Enquanto para os engenheiros o biênio fundamental se constitui logicamente de uma série de disciplinas teóricas indispensáveis e que

²⁸⁰ GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.15-22, 2002, p.18.

²⁸¹ GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.15-22, 2002, p.18.

²⁸² *Ibid., loc. cit.*

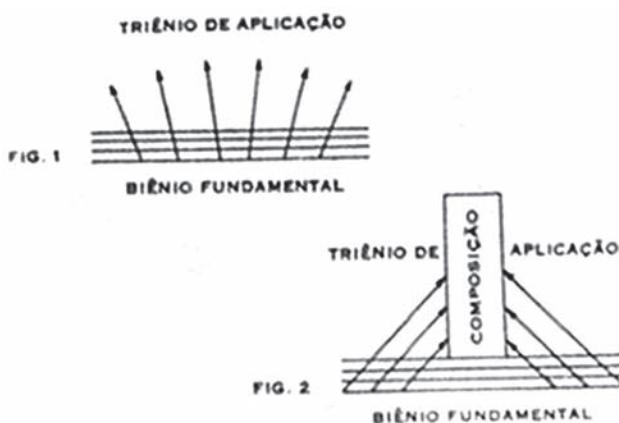
²⁸³ *Ibid.*

²⁸⁴ *Ibid.*

²⁸⁵ *Ibid.*

²⁸⁶ COSTA, Lucio. Considerações sobre o ensino da Arquitetura. In: *Espaço: Revista de Arquitetura-Urbanismo-Arte*. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun. 1949. p.14-15.

Figura 23 - Detalhe dos diagramas que sintetizam exposição de Lucio Costa sobre as diferenças no ensino da Arquitetura e da Engenharia.



Fonte: COSTA, Lucio. Considerações sobre o ensino da Arquitetura. In. ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo- Arte. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun. 1949. p.14-15.

A semelhança entre os argumentos de Graeff e de Costa é explícita: de um lado, a convergência dos conteúdos/conhecimentos da formação em Arquitetura para a “disciplina tronco”, composição; de outro, a divergência dos conteúdos/conhecimentos da formação em Engenharia para os diversos “setores” em que o curso se “espraia”.

Os argumentos de Graeff e Costa reconhecem: i) a composição como núcleo da formação em Arquitetura; ii) a divisão da Engenharia em setores. Contudo, como está manifesto na defesa de Graeff, entre eles não se inclui a Arquitetura.

Ainda segundo Graeff, a segunda característica necessária ao arquiteto (o conhecimento relativo ao ser humano) era fundamental à “organização dos programas de necessidades e nas questões de orientação filosófica da Arquitetura”²⁸⁷. Em sua concepção, a “solução ideal para a sua administração seria, então, numa Faculdade de Arquitetura”²⁸⁸.

Abordando, finalmente, a capacidade criadora, aquela que não pode ser ensinada e na qual “se encontra a varinha mágica da obra

²⁸⁷ GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.15-22, 2002, p.19.

²⁸⁸ *Ibid., loc. cit.*

arquitetônica”²⁸⁹, Graeff argumentava: só o contato com a arte possibilitará, ao arquiteto, “a plena floração da capacidade de emoção e expressão estéticas”²⁹⁰. Apesar de autônoma em relação ao ensino das artes, dela deve alimentar-se.

Ao fim do encarte, esse autor esclarece por que, em sua concepção, a Arquitetura não é ramo da Engenharia e, consequentemente, o ensino de ambas deve ser apartado: a formação mental do arquiteto seria oposta à do engenheiro. Para Graeff, o arquiteto “ataca os problemas do geral para o particular – síntese necessária à ordenação de fatores relativos: históricos, geográficos, materiais, técnicos, humanos e plásticos”²⁹¹. O engenheiro, por sua vez, “ataca os problemas do particular para o geral – análise técnica baseada nas ciências exatas”²⁹².

Essa concepção era semelhante à apresentada por Lucio Costa no texto já parafraseado. Segundo Costa:

[...] enquanto este [o engenheiro], formado no estudo exclusivo das ciências exatas, enfrenta os problemas partindo de preferência do particular para o geral, o arquiteto, por isto mesmo que a arquitetura é arte acima de ciência, parte sempre do conjunto para o pormenor, a fim de, então, num segundo tempo, subir do particular para o geral, de onde torna a descer, prosseguindo assim nesse vaiávém de severa autocrítica até a conclusão do projeto. (COSTA, 1949, p.14)

Logo após, Costa fazia ainda a seguinte referência ao Urbanismo: “É, aliás, essa precedência do espírito de síntese sobre o de análise, característica da técnica de trabalho do arquiteto, que o qualifica para os estudos urbanísticos no conceito moderno” (COSTA, 1949, p.14).

Enfim, é a partir da síntese, expressa pelo eixo convergente dos saberes, a composição, habilidade particularmente requerida pela arte, que se define a Arquitetura. E que o arquiteto reivindica o exercício do Urbanismo. Arquitetura e Urbanismo são objetos do mesmo processo mental: a capacidade de composição (expressão da síntese).

Este é o núcleo do argumento de Graeff, tomado de Lucio Costa: de um lado, a defesa da Arquitetura como Arte. De outro, a centralidade

²⁸⁹ GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.15-22, 2002, p.19.

²⁹⁰ *Ibid., loc. cit.*

²⁹¹ *Ibid., p.21.*

²⁹² *Ibid., loc. cit.*

da composição (expressão da síntese artística, contraposta à análise, própria à ciência), seja no exercício da Arquitetura ou do Urbanismo.

3.4 A propósito das dicotomias arte-técnica, análise-síntese

É notório o vínculo entre a formação oferecida pela Faculdade Nacional de Arquitetura – antiga Escola Nacional de Belas Artes carioca – e o modelo didático-pedagógico da École des Beaux-Arts parisiense. A perenidade do método de ensino da escola francesa, sistematizado por Julien Guadet, para além das fronteiras francesas, idem²⁹³ (FÁVERO, 2005; MACIEL, 2009).

Esse programa, “padrão federal” e referência ao ensino da Arquitetura do IBA, é o que subjaz à argumentação de Graeff. Todavia, para além das ressonâncias *Beaux-Arts* presentes em sua argumentação, é necessário compreender o debate que ele propõe em seus próprios termos. Em resumo, os argumentos centrais colocados são: i) a defesa da Arquitetura como Arte; ii) a oposição análise – síntese; iii) a centralidade da composição.

3.4.1 Defesa da Arquitetura como Arte

Um dos argumentos que sustentam a tese de que a Arquitetura deveria participar de um “ambiente de Arte”, fundamental à formação profissional, está na definição de Arquitetura que Graeff toma emprestada de Costa: aquela que distingue simples construção, ordinária, e construção arquitetônica, que busca valores plásticos para além das soluções técnicas e funcionais.

Propõe, assim, uma polarização entre beleza e “simples” utilidade. É enunciado que se aproxima de afirmação de Le Corbusier, para quem a “arquitetura está além das coisas utilitárias” (CORBUSIER, 2000, p.XXXI).

²⁹³ Favero (2005) cita, por exemplo, que é “incontestável a importância da École des Beaux-Arts, cuja fundação ocorreu no ano de 1806, na produção arquitetônica do século XIX, e o caráter de modelo que assumiu frente ao ensino de Arquitetura em todo o mundo ocidental” (FÁVERO, 2005, p.39).

A proposição do professor do IBA confunde um fenômeno genérico, a Arquitetura, com apenas algumas manifestações particulares desse fenômeno, “especialmente aquelas nas quais se configuraria a excelência” (SILVA, 1994, p.54). Nessa concepção, o vocábulo deixa de ser substantivo e passa a ser empregado como adjetivo.

Esse é um tipo de definição que Silva (1994) chama de enunciados reducionistas: “aqueles que visualizam o fenômeno arquitetônico exclusiva ou preferencialmente sob um único ângulo, desconhecendo a necessária complexidade ontológica apresentada pela arquitetura na condição de manifestação cultural” (SILVA, 1994, p.48). Enunciados reducionistas são utilizados, segundo Silva (1994), por aqueles que tentam legitimar sua própria forma de interpretar o fenômeno arquitetônico ou como forma persuasiva de atrair adeptos à sua concepção.

Para Graeff, apenas uma Faculdade autônoma, próxima ao ambiente da Arte, que permitisse o pleno desenvolvimento das capacidades inatas de criação e expressão estética, poderia oferecer um ensino de Arquitetura também de excelência.

3.4.2 Oposição síntese – análise

Argumento complementar ao anterior, usado por Graeff, é o que afirma a existência de uma oposição entre o ensino de Engenharia e de Arquitetura: no primeiro, a formação seria “divergente” (linhas que se separam do biênio fundamental para o triênio de aplicação); no segundo, a formação seria “convergente” (os conhecimentos ministrados ao longo do curso convergiriam para sua aplicação prática na composição de arquitetura, disciplina tronco, núcleo da formação).

Por conta desse método pedagógico, o engenheiro seria formado mentalmente para realizar *análises* (enfrentando os problemas do particular para o geral), abordagem similar à da técnica e da ciência. O arquiteto, por sua vez, seria formado mentalmente para realizar *sínteses* (enfrentando os problemas do geral para o particular), abordagem similar à da Arte. Paremos por um instante para compreender o significado desses termos.

Análise vincula-se, etimologicamente, a desligar, separar (HOUAISS, 2001). Para Bunge (2012), análise é uma “quebra de um todo em seus componentes e suas mútuas relações” (BUNGE, 2012, p.27). Para Japiassu (1996), “é uma decomposição de um todo ou de um objeto em suas partes” (JAPIASSU, 1996, p.9), ou seja, opõe-se à síntese.

Síntese vincula-se, etimologicamente, à reunião, composição, justaposição (HOUAISS, 2001). Para Bunge (2012), é a “reunião ou combinação, natural ou artificial, de diferentes espécies” (BUNGE, 2012, p.357). Para Japiassu (1996), é o “ato de reunir ou combinar em um todo elementos dados separadamente” (JAPIASSU, 1996, p.249), ou seja, opõe-se à análise.

Percebe-se que Graeff define Engenharia e Arquitetura a partir de uma antítese precisa: de um lado, a capacidade de separar, decompor (a análise); de outro, a capacidade de reunir, compor (a síntese). A primeira aproxima Engenharia à técnica e à ciência. A segunda aproxima Arquitetura à Arte. A propósito dessas distinções – técnica, ciência, arte –, é necessário também um breve esclarecimento.

A ciência corresponde a diferentes práticas ou disciplinas acadêmicas que abordam de maneira sistemática, objetiva, metódica e racional certos tipos de objetos em busca de (ou para a utilização de) padrões nas ideias, na natureza ou na sociedade (CUPANI, 2009; BUNGE, 2012). É básica (ou pura) quando tem por objetivo ampliar o conhecimento na respectiva área, sem um propósito de aplicação. Busca assim, desinteressadamente, o saber. Não a move outra razão que não seja enriquecer o conhecimento (CUPANI, 2009; BUNGE, 2012). E é aplicada quando busca novos conhecimentos científicos empregáveis de forma prática. Está à procura de uma utilidade (CUPANI, 2009; BUNGE, 2012).

A tecnologia (tomada aqui como sinônimo de técnica), por sua vez, consiste na busca de objetivos práticos utilizando o saber. Procura, dessa forma, de maneira interessada, projetar artefatos e processos (CUPANI, 2009; BUNGE, 2012). O saber tecnológico apoia-se na ciência (e em seus métodos) para buscar conhecimentos úteis e resultados de aplicação prática. Como afirma Bunge, “a pesquisa científica se limita a conhecer; a técnica emprega parte do conhecimento científico somado a novo conhecimento para projetar artefatos e planejar linhas de ação que tenham algum valor prático para algum grupo social” (BUNGE, 1980, p.32).

A arte, por sua vez, vincula-se a outros pressupostos. Ela produz coisas reconhecidas como belas (JAPIASSU, 1996). Busca a obtenção de prazer estético, “um prazer diferente dos assim chamados prazeres da carne” (BUNGE, 2012, p.34). Todavia, como afirma Gullar (2003), “qualquer objeto, artístico ou não, pode ser fonte de prazer estético e portanto sujeito à contemplação. Não obstante, a produção de objetos que se querem ‘obras de arte’ resulta de uma opção espiritual e prática, diferente da que produz outros objetos” (GULLAR, 2003, p.22).

Definidos esses termos, é possível relacioná-los à proposição de Graeff.

A Engenharia (próxima à técnica e à ciência) analisaria (ou seja, decomporia) com a finalidade de melhor compreender os fenômenos físicos. Se entendidos, seria possível prevê-los e aplicar de maneira prática esse conhecimento a serviço da construção civil.

A Arquitetura (próxima à Arte), por sua vez, comporia (ou seja, combinaria) com a finalidade de produzir coisas belas (não só utilitariamente construir, mas construir com beleza). A Arquitetura utiliza o conhecimento sobre os fenômenos físicos como recurso viabilizador do objeto composto. Sua finalidade é criar prazer estético. Distancia-se, nesse sentido, da racionalidade técnico-científica que busca saber e utilidade. A arquitetura seria “um fato de arte, um fenômeno de emoção, fora das questões de construção, além delas” (CORBUSIER, 2000, p.10).

Essas concepções podem ser resumidas num trecho de Corbusier, que diz: “a construção é para sustentar; a arquitetura é para emocionar” (CORBUSIER, 2000, p.10).

Todavia, Graeff não coloca análise (técnica/ciência) e síntese (arte) apenas como termos contrários e inconciliáveis. Reconhece-os também como articulados, etapas de um processo em que uma dimensão (a síntese) submete outra (a análise).

3.4.3 A centralidade da composição

“Arquitetura é composição”, afirmava Graeff categoricamente. É a partir da síntese, expressa pelo eixo convergente dos saberes, a composição, habilidade particularmente requerida pela Arte, que a Arquitetura se define.

Mas o que é composição? Segundo Fávero (2009), a composição, “na tradição acadêmica, significa ordenar as partes como elementos de uma sintaxe, para, seguindo regras estabelecidas *a priori*, formar um todo” (FÁVERO, 2009, p.39).

A composição, afirma Silva (1986, p.21), conforme definida por Julien Guadet (o célebre professor de teoria da Arquitetura da École, autor de *Eléments et théorie de l'Architecture*), “consolidava-se num catálogo que englobava os instrumentos e técnicas da arte de desenhar, sistemas de proporções, paredes e suas aberturas, as ordens clássicas, as plantas-tipo, tetos, escadas, cornijas, etc.”. Dessa forma, compor seria “combinar, em determinado projeto, elementos selecionados dentro de um *repertório*

finito e em obediência a regras ou cânones homologados e explícitos, ainda que arbitrários ou convencionais" (SILVA, 1986, p.21). Ela era, enfim, para Guadet, "o ‘artístico’ da arquitetura" (KRUFT, 1990, p.507).

A composição, vinculada à tradição acadêmica, não foi superada integralmente pelo modernismo na Arquitetura. Conforme Silva (1986, p.21-22), esse movimento não se "ocupou da renovação dos procedimentos projetuais, talvez por considerar a ideia da composição como algo permanente e inquestionável". Logo, ela se manteve como diretriz didático-pedagógica em instituições de ensino do século XX como, por exemplo, o IBA.

O tipo de definição de Arquitetura proposto por Graeff na frase "arquitetura é composição", assemelha-se ao que Silva (1994) denomina definição pelo processo de concepção. Ela separa e hierarquiza as etapas de um processo que, na obra arquitetônica, é uno – concepção e construção. Dá, finalmente, relevância ao processo de concepção e não ao produto.

Todavia, a composição a que se refere Graeff não se reduz à seleção e articulação de elementos físicos. É também um processo mental de articulação de campos disciplinares variados que "convergiriam" para a concretização da obra arquitetônica – sejam eles de caráter tectônico, científico, social, espiritual. A composição, para Graeff, enfim, não é só de formas, volumes, planos, mas também um modo particular de articulação entre conhecimentos variados – técnicos, científicos, sociais, culturais, artísticos.

A cadeira composição – e não só o método compositivo – é, por consequência, o centro da formação em Arquitetura. Ela representa o momento em que o estudante exerce as competências necessárias ao domínio operativo da síntese de conhecimentos (não só da articulação de formas, ambientes, elementos). Por isso ela funcionaria como a "espinha dorsal" da formação em Arquitetura²⁹⁴. Essa maneira de dar centralidade à composição (como método e como cadeira) perdurará nas décadas seguintes na Faculdade de Arquitetura.

Toda essa argumentação de Graeff (a defesa da arquitetura como arte, a oposição análise – síntese, a centralidade da composição),

²⁹⁴ Favero (2009) demonstrou em sua tese que as principais instituições de ensino de Arquitetura do Rio de Janeiro no período 1826 a 1965 (a Academia Imperial de Belas Artes [1826-1889], a Escola Nacional de Belas Artes [1890-1945] e a Faculdade Nacional de Arquitetura [1945-1965]) tiveram sempre o *atelier* como a "espinha dorsal" da formação em Arquitetura. Consequentemente, por ser o "padrão federal" que orientou o ensino gaúcho, acaba tendo centralidade também na formação local.

manifesta em meio a uma disputa pelo domínio do campo, aparenta ser explicativa, mas é, de fato, prescritiva.

Sua proposição não se baseia apenas num “espaço de experiências”, mas também num “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006). O presente, tenso e conflituoso, articulava, em Graeff, o passado (vinculado a uma herança) e o futuro (como antecipação de expectativas). Seu folheto queria, assim, não só descrever o ensino e a profissão, mas propor-lhes um programa futuro.

Cabe destacar, por fim, que a capacidade de síntese também é estendida às habilidades requeridas ao exercício do Urbanismo. Como propõe Costa, é a aptidão para a síntese que qualificaria o arquiteto aos estudos urbanos. Essa é outra ideia que repercutirá futuramente na Faculdade de Arquitetura.

3.5 Por Uma Faculdade de Arquitetura (PUFA)

Mas a polêmica sobre a criação da Faculdade de Arquitetura teve outros episódios. Novos argumentos foram publicados na imprensa. Em 1950, o debate se acirrou. Em 26 de março, no *Correio do Povo*, estudantes²⁹⁵ do curso de Arquitetura do IBA lançaram o movimento Por Uma Faculdade de Arquitetura (PUFA).

Essa manifestação²⁹⁶ discutia a lei de 1948, o parecer da comissão nomeada pelo reitor e questionava a proposta de criação do Instituto de Arquitetura ao invés da Faculdade de Arquitetura. Além disso, rechaçava recente declaração do reitor, para quem não existia, no Estado, “clima cultural suficiente” a uma Faculdade de Arquitetura. Como justificar, então, a existência de dois cursos na mesma cidade, cada qual com cerca de 100 estudantes?, perguntavam os estudantes. Esse é um dos argumentos finais do lançamento público da campanha.

O movimento PUFA participou combativamente da criação da Faculdade de Arquitetura. Organizou “passeatas, reuniões, distribuição de cartazes, notas para os jornais, ofícios a todas as faculdades de Arquitetura” (RIBEIRO; CARVALHO, 2002, p.40). Enviou “representantes

²⁹⁵ A comissão era composta pelos seguintes estudantes do Instituto de Belas Artes: Paulo Vallandro, Luiz Radomsky, Ari Mazzini Canarim, Afranio Sanches Loureiro, Enilda Ribeiro, Vera Fabricio, Carlos Maximiliano Fayet, Jerson Hoyer, Adroaldo Guerra, Zeno Maraninchi da Silva.

²⁹⁶ LANÇAM-SE os alunos do Instituto de Belas Artes na campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 26 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

para atuarem junto aos deputados e autoridades no Rio de Janeiro” (RIBEIRO; CARVALHO, 2002, p.40). Recebeu também a solidariedade de diversas entidades que lhe deram respaldo e credibilidade²⁹⁷.

Logo após a manifestação pública de criação do PUFA, a reitoria publicou, em 30 de março de 1950, nos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal do Dia* e *Correio do Povo*²⁹⁸, nota de esclarecimento sobre os temas levantados pelo movimento. Sem trazer novos dados, apenas descreveu o que todos já sabiam: que fora montada uma comissão para propor os termos da fusão dos cursos de Arquitetura; que a proposta de criação de uma faculdade de Arquitetura não fora considerada “oportuna”; que fora sugerida, como alternativa, a criação do Instituto de Arquitetura vinculado à Escola de Engenharia. Aproveitava a oportunidade para, implicitamente, provocar (e – por que não? – ameaçar) o IBA, “cuja incorporação definitiva à Universidade depende igualmente da aprovação, pelo Ministério da Educação e Saúde, de resoluções dos órgãos dirigentes da Universidade”.

Na mesma data, 30 de março, a *Folha da Tarde*²⁹⁹ deu voz ao IAB-RS. Em nome do Instituto, manifestou-se Edgar Graeff, favorável ao movimento dos estudantes. O membro do IAB e professor do IBA expôs à imprensa o que, para ele, distingua a Engenharia – “caracteristicamente uma técnica”³⁰⁰ – e a Arquitetura – “fundamentalmente uma arte”³⁰¹.

²⁹⁷ Entre elas, cita Tasso Corrêa: “Rio de Janeiro – 1. Congregação dos Professores da Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil; 2. Diretório Acadêmico, por todos os estudantes da mesma Faculdade; 3. Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia, representando a totalidade dos seus estudantes; 4. Instituto de Arquitetos do Brasil; 5. União Nacional de Estudantes; 6. Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes; 7. Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito. São Paulo; 8. Departamento do Instituto de Arquitetos; 9. Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura do ‘Mackenzie College’. Minas Gerais; 10. Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da Universidade; 11. Departamento do Instituto de Arquitetos. Rio Grande do Sul; 12. Congregação do Instituto de Belas Artes; 13. União Estadual dos Estudantes; 14. Departamento do Instituto de Arquitetos; 15. Centro Acadêmico do Instituto de Belas Artes”. CORREA, Tasso. [Ofício nº 99/50] Porto Alegre, [para] DORNELLES, Senador Ernesto, Rio de Janeiro. Trata do movimento pela criação da Faculdade de Arquitetura. 2f.

²⁹⁸ A UNIVERSIDADE do Rio Grande do Sul e o I. de Belas Artes. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 30 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS]. ESCLARECIMENTOS da Reitoria sobre a fusão dos cursos de Agricultura (sic). *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 30 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS]. A UNIVERSIDADE decidiu criar o Instituto de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 30 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

²⁹⁹ DEFINE-SE o Instituto de Arquitetos do Brasil favoravelmente à campanha dos universitários. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 30 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

³⁰⁰ *Ibid.*

³⁰¹ *Ibid.*

Conforme Graeff, na construção, a técnica era “um instrumento a serviço de uma intenção plástica determinada pelo sentimento”³⁰². Logo, a Engenharia que se submeteria à Arquitetura, e não o contrário.

Insistindo na distinção, citava que, enquanto a Arquitetura tinha quatro mil anos, a Engenharia, “filha da máquina”³⁰³, havia dado sua primeira contribuição à “arte milenar da construção [...] há menos de um século e meio”³⁰⁴. A Arquitetura, aqui, ganhava autoridade também pela precedência milenar.

A partir da era da máquina, continuava Graeff, a “técnica empírica da construção foi substituída pela técnica científica”³⁰⁵. E, tacitamente, invertia novamente a relação entre Arquitetura e Engenharia quando, logo a seguir, afirmava: “a arquitetura continuou sendo fundamentalmente a mesma: um velho tronco cujas raízes confundem-se com as raízes da história”³⁰⁶.

As “raízes” ligam a Arquitetura à História e lhe dão perenidade. Será que a Engenharia, “filha da máquina”, por sua vez, poderia ser entendida como um de seus galhos (ou “ramos”) recentes? É, como se percebe, uma tentativa de inverter os pressupostos defendidos pela Escola de Engenharia acerca da relação Engenharia-Arquitetura.

Contudo, “a técnica científica lançou a arquitetura num verdadeiro caos”³⁰⁷. Para o representante do IAB, os arquitetos não souberam utilizá-la. Logo, os engenheiros “invadiram os domínios da construção, produzindo essas milhares de obras mediocres, frutos de um ‘tecnicismo’ expressivo. Foi um século de absoluta decadência”, conclui.

A Engenharia, para Graeff, “prestou e presta uma inestimável contribuição à Arquitetura, mas um século de desastres demonstrou que por si só ela não resolve o problema da construção, que é um problema de síntese harmônica entre arte e técnica”³⁰⁸. Novamente o poder de síntese do arquiteto é exaltado.

Apontava ainda, na mesma entrevista, que a criação do Instituto de Arquitetura na Escola de Engenharia seria “uma afirmação oficial de que a Arquitetura é um ramo especializado da Engenharia”³⁰⁹, noção da qual, como já visto, ele discordava. E, finalmente, defendia: “A nossa autonomia profissional, de construtores por excelência, exige a autonomia do ensino da Arquitetura”³¹⁰.

³⁰² DEFINE-SE o Instituto de Arquitetos do Brasil favoravelmente à campanha dos universitários. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 30 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

³⁰³ *Ibid.*

³⁰⁴ *Ibid.*

³⁰⁵ *Ibid.*

³⁰⁶ *Ibid.*

³⁰⁷ *Ibid.*

³⁰⁸ *Ibid.*

³⁰⁹ *Ibid.*

³¹⁰ *Ibid.*

O representante do IAB sustentava a autonomia da Arquitetura, exaltava sua capacidade de síntese, identificava na composição o cerne de sua atividade, acreditava que ela era também arte. No entanto, não queria perder o domínio da construção, reconhecidamente campo da Engenharia.

Mas o debate na imprensa não se encerrou na manifestação de Graeff. Em 2 de abril de 1950, era a vez dos estudantes do curso de Arquitetura da Escola de Engenharia se exporem. Em seu manifesto, publicado no jornal *Correio do Povo*, vinham “cerrar fileiras em torno do Magnífico Reitor da nossa Universidade assim como de seu Conselho Universitário”³¹¹. Pretendiam “desmascarar perante o público as verdadeiras intenções e objetivos daquele movimento”³¹².

Atacavam a campanha PUFA, afirmando que ela “não é uma campanha de universitários, pois oficialmente ainda não foi reconhecida pelo Ministério da Educação a incorporação do Instituto de Belas Artes à Universidade”³¹³. Esse argumento, contudo, é incompleto. Se, por um lado, a reincorporação do IBA à Universidade do Rio Grande do Sul não havia sido reconhecida pelo Ministério da Educação e Saúde, a Lei Estadual nº 413, de 3 de dezembro de 1948, já a determinara. Esse “reconhecimento” poderia tratar-se apenas de formalidade.

Logo após, os estudantes da Escola de Engenharia afirmavam que os argumentos utilizados pelos defensores da criação de uma Faculdade de Arquitetura “demonstram a ignorância que aqueles senhores mantêm sobre duas ordens de fatos”. O primeiro deles, de caráter histórico, era que “os cursos desta matéria [Arquitetura] originaram-se e estiveram sempre ligados ao da Engenharia”³¹⁴ em países da Europa (exceção da Itália e da Beaux-Arts parisiense) e nos Estados Unidos. O segundo, que o ensino de Arquitetura da Escola de Engenharia “não é um simples apêndice do curso de Engenharia e sim um verdadeiro curso de Arquitetura com o necessário ambiente artístico, com o necessário preparo técnico e científico, com os seus ateliers e laboratórios”³¹⁵.

Cabe notar como os estudantes da Escola de Engenharia associavam a “verdade” do ensino de Arquitetura ao ambiente artístico,

³¹¹ A FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se contrário à criação do Instituto de Arquitetura o Instituto de Arquitetos do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 abr. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

³¹² *Ibid.*

³¹³ *Ibid.*

³¹⁴ *Ibid*

³¹⁵ *Ibid.*

técnico e científico. E como reconheciam o ensino que preconizavam como desvinculado ao modelo Beaux-Arts.

Afirmavam ainda que “o responsável pelo ensino artístico do nosso curso é pessoa com credenciais para tanto, possuidor de renome internacional”. A referência é a Eugênio Steinhof.

Os estudantes da Escola de Engenharia supunham que a aspiração dos membros do IBA era dominar dois terços das vagas de professores, logo, a congregação. Assim, “dominariam a nova Faculdade de Arquitetura”³¹⁶. E completavam: “nós, que estamos perfeitamente satisfeitos com o nosso atual Curso e que não somos, em princípio, contra uma Faculdade de Arquitetura, nos batemos contra ‘aquela Faculdade’”³¹⁷. Enfim, eles se negavam a cursar “o curso do Instituto de Belas Artes com o rótulo de uma Faculdade”³¹⁸.

Finalmente, declaravam que a decisão do Conselho Universitário “defende a economia do Estado e protege os altos interesses do ensino superior, não só do Rio Grande do Sul, como de todo o Brasil”, e que “um Curso de Arquitetura pode ser ministrado eficientemente, tanto num Instituto como sob o rótulo de Faculdade”³¹⁹.

Em 9 de abril de 1950, o movimento PUFA retomou o debate pela imprensa. Eles desejavam “uma Faculdade de Arquitetura autônoma, cuja estruturação e orientação não sejam, em nada, inferiores às da Faculdade Nacional de Arquitetura (Rio de Janeiro) e das faculdades de Arquitetura de São Paulo e Minas”³²⁰. Mais uma vez se alinhavam ao movimento brasileiro.

A orientação do ensino que preconizavam vinculava autonomia à doutrina da escola modernista carioca, autorizada pelo destaque no cenário internacional. Dessa maneira, como afirma Fiori, “a arquitetura moderna e a busca da autonomia profissional estão intimamente ligadas em nosso meio” (FIORI, 1992, p.418).

Cunham, nessa mesma publicação, termo até então inédito. Referem-se ao curso de Engenheiro-Arquiteto da Escola de Engenharia como de “engenharia arquitetônica” – um curso que se pretendia de Arquitetura, mas não conseguia sé-lo concretamente.

³¹⁶ A FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se contrário à criação do Instituto de Arquitetura o Instituto de Arquitetos do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 abr. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

³¹⁷ *Ibid.*

³¹⁸ *Ibid.*

³¹⁹ *Ibid.*

³²⁰ AINDA a criação da Faculdade de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 4 abr. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

A seriação desse curso, agora rebatizado pelos membros do PUFA, não tomava

[...] conhecimento de disciplinas fundamentais e indispensáveis para a formação do arquiteto, tais como: Arquitetura Analítica (I e II parte) – Teoria da Arquitetura – História da Arte – Arquitetura no Brasil – Prática Profissional e Organização do Trabalho – Arquitetura Paisagista – Legislação³²¹.

Esse rol de disciplinas eram, para os estudantes engajados no movimento PUFA, indispensáveis à formação do arquiteto. Entre elas não consta referência ao Urbanismo, como está evidente.

Por essa razão, complementavam, a organização de “uma Faculdade de Arquitetura no Rio Grande do Sul necessariamente deverá obedecer, no mínimo, o currículo adotado pela Faculdade Nacional de Arquitetura que, como já vimos, é a Escola Padrão”³²². Essa última referência – a necessidade de se seguir o “padrão” – é recorrente na polêmica. Cabe, por isso, nota de esclarecimento.

Na exposição de motivos de Gustavo Capanema, elaborada a propósito da criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, de 1945, documento já referido anteriormente, o então ministro da Educação e Saúde aludia à organização daquela instituição de ensino como padrão a ser seguido noutras faculdades. Capanema menciona que, “para incentivar a organização de uma grande rede dessas faculdades, e ainda para proporcionar o justo padrão desses dois tipos de ensino universitário, a arquitetura e o urbanismo, é que se apresenta a imperiosa necessidade da organização da Faculdade Nacional de Arquitetura”³²³.

O departamento gaúcho do IAB, em manifestação publicada no jornal *Correio do Povo*³²⁴, já buscava esclarecer a origem da necessidade de atendimento ao padrão federal. Segundo ele:

O 1º Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia e Arquitetura, reunido em Setembro de 1945, no salão nobre da Escola Nacional de

³²¹ AINDA a criação da Faculdade de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 4 abr. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

³²² *Ibid.*

³²³ Exposição de Motivos do Ministro Capanema, que Encaminha o Decreto-Lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945, relativo à criação da Faculdade Nacional de Arquitetura. In: FÁVERO, Marcos Osmar. *Dos mestres sem escola à escola sem mestres: ensino de Arquitetura no Rio de Janeiro – 1816-1965*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2009. [Anexo III (Documentos relativos à criação da FNA-UB)].

³²⁴ FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se a respeito o Instituto de Arquitetos do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 6 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

Engenharia, aprovou a seguinte resolução: § ‘As escolas de arquitetura do país deverão obedecer imediatamente aos moldes que serão estabelecidos para a Faculdade Nacional de Arquitetura recém criada pelo Decreto-Lei nº 7.918 de 31 de Agosto de 1945’³²⁵.

Os estudantes do movimento PUFA, ainda no *Correio do Povo* de 9 de abril de 1950, revelavam outro dado, para além da resolução do Congresso referido. Afirmavam que:

Esse currículo [da Faculdade Nacional de Arquitetura] foi adotado como padrão federal pelas autoridades do ensino superior, como se pode ver no seguinte parecer: § N° 28 565-46 – Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul – Parecer N° 236-46 do C.N.E., cuja conclusão é a seguinte: “Examinando o assunto, julga a comissão que bem andou a D.E.Su. facilitando às Escolas de Arquitetura os meios para a sua pronta adaptação ao novo padrão de ensino que lhes compete, cabendo a essas Escolas remeterem à D.E.Su., para virem ao Exame do Conselho, as modificações que deverão fazer nos seus regimentos a fim de ajustá-los ao regime estabelecido no Decreto-lei número 7.918 de ... 31-8-45. § Homologo, em 4-10-46 – Ernesto de Souza Campos”³²⁶.

Dessa forma, o “padrão federal” de ensino de Arquitetura do país se referia efetivamente ao currículo adotado pela FNA da Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro. A princípio, uma citação feita pelo Ministro da Educação na exposição de motivos; após, uma limitada imposição definida no Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia e Arquitetura; depois, determinação do parecer homologado pelo Ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos.

O atendimento ao padrão federal de ensino e a criação de uma faculdade de arquitetura autônoma permitiriam, enfim, o direito de “ombreamos com os colegas do Rio, São Paulo e Minas Gerais como iguais, como filhos legítimos da Arquitetura e não como filhos espúrios da Engenharia”³²⁷.

A polêmica entre engenheiros e arquitetos suscitada pela determinação da fusão dos cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA impôs uma série de definições sobre o ensino de Arquitetura.

³²⁵ FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se a respeito o Instituto de Arquitetos do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 6 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

³²⁶ AINDA a criação de uma Faculdade de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 abr. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

³²⁷ *Ibid.*

Deveria ser tratado como ramo da engenharia? Ser autônomo? Vincular-se às artes? Às técnicas? Foi o delineamento dos limites de atuação – e ensino – entre ambas as profissões que movimentou os debates.

3.6 Fim da contenda: a Faculdade de Arquitetura como pôde ser

Em 1950, a Lei 1.254, de 4 de dezembro, federalizou a Universidade do Rio Grande do Sul³²⁸. O texto legal deixava, agora, claro: a Universidade “promoverá o desmembramento do curso de Arquitetura, existente na Escola de Engenharia, que passará a constituir, conjuntamente com o curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, a Faculdade de Arquitetura” (BRASIL, 1950).

A criação da Faculdade de Arquitetura foi ato extraordinário, fruto de uma intensa disputa. Venceu a tese de criação de uma Faculdade de Arquitetura, defendida pelo IBA. Foi derrotada a proposta da Escola de Engenharia, ou seja, criar um instituto de Arquitetura vinculado a ela.

Dois anos depois, em 1º de setembro de 1952, ocorreu a primeira reunião da Congregação da Faculdade de Arquitetura. Assina a ata dessa reunião fundadora João Baptista Pianca, responsável provisoriamente pelo expediente da direção.

No mesmo ano, o Decreto nº 30.994, de 17 de junho de 1952, aprovou o Estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul. Nele constava a lista de seus estabelecimentos de ensino, entre eles a Faculdade de Arquitetura. Pouco depois, em 1º de setembro, ocorreu a primeira reunião da Congregação da Faculdade de Arquitetura, ocasião em que João Baptista Pianca foi escolhido seu diretor. Em 5 de setembro aconteceu a primeira reunião do CTA da Faculdade (PADÃO; ROVATTI, 2002, p.25). Estava concluído o processo de fusão dos cursos e a criação da Faculdade de Arquitetura.

³²⁸ Sobre essa lei, Tasso Corrêa referiu-se da seguinte forma na sessão solene em comemoração aos 30 anos do ensino de Arquitetura no Rio Grande do Sul: “Finalmente, não poderia deixar de lembrar nesta ocasião a pessoa do saudoso senador Joaquim Pedro Salgado Filho, eminente homem público que, solicitado, apresentou no Senado Federal a memorável emenda à Lei nº 1.254, redigida por mim [Tasso Corrêa] em colaboração com o seu secretário jornalista Paulo Andrade Job, da qual resultou a fundação desta Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com a fusão dos dois cursos então existentes”. FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da sessão solene da Congregação da Faculdade de Arquitetura, realizada em 2 de outubro de 1974. p.12-14.

No próximo capítulo serão tratadas as especificidades dessa fusão: o início do funcionamento da Faculdade de Arquitetura, as disciplinas de seu currículo, que professores foram a ela incorporados. E, finalmente, o significado e a posição ocupada pelo Urbanismo nela.

CAPÍTULO 4

A FACULDADE DE ARQUITETURA POSSÍVEL: NEM VITÓRIA NEM DERROTA, MAS UMA ACOMODAÇÃO

4.1 O período de implantação da Faculdade de Arquitetura

Como referido no final do capítulo anterior, a primeira reunião da Congregação da Faculdade de Arquitetura foi realizada em 1º de janeiro de 1952. Seu primeiro diretor, João Baptista Pianca, oriundo da Escola

de Engenharia, foi convidado pelo reitor Alexandre Martins da Rosa para ocupar o cargo até que uma lei criasse a função própria³²⁹. As aulas do curso de Arquitetura foram iniciadas em 16 de março. O curso de Urbanismo só iniciou dois anos depois.

Em seus primeiros anos, a Faculdade enfrentou uma série de precariedades. Condições materiais básicas como salas de aula, equipamentos e quadro de funcionários administrativos disponíveis foram insuficiências iniciais a enfrentar.

Sem espaço físico, a Faculdade de Arquitetura “foi instalada no prédio em que funcionou o antigo CIF da Escola de Engenharia e posteriormente o seu curso de Arquitetura, agora ampliado com a construção de mais um andar e cujas obras estavam sendo terminadas”³³⁰. A instalação improvisada, segundo Pianca, carecia de “diversos remates, entre outros, instalação de luz, lixamento de pisos, conclusão de instalação sanitária e parte da pintura”³³¹.

Para adaptá-la às necessidades do ensino, “foram construídas duas paredes de madeira com o que se conseguiu obter cinco salas, sendo quatro para preleções e uma para trabalhos de modelagem”³³². Além desses espaços, a Escola de Engenharia cedeu “algumas de suas salas nos horários em que estavam disponíveis”³³³. E, mesmo assim, como afirma o primeiro diretor da Faculdade, “as salas de que dispomos são insuficientes”³³⁴ para a implantação do curso.

Sem pessoal, a Faculdade recebeu por empréstimo o “secretário da Faculdade de Ciências Econômicas”³³⁵. Contou ainda com o auxílio de funcionários “que já servia no antigo curso de Arquitetura da Escola de Engenharia”, com “um velho contínuo cedido pela Escola de Engenharia”³³⁶ como porteiro, além de um auxiliar que foi acrescido de mais dois no meio do ano.

Além disso, ao ser instalada, a Faculdade de Arquitetura não possuía “material escolar próprio, situação essa que perdurou durante

³²⁹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953, p.1.

³³⁰ *Ibid., loc. cit.*

³³¹ *Ibid., p.2.*

³³² *Ibid., loc. cit.*

³³³ *Ibid., loc. cit.*

³³⁴ *Ibid., loc. cit.*

³³⁵ *Ibid., loc. cit.*

³³⁶ *Ibid., loc. cit.*

todo o primeiro semestre”³³⁷. A Escola de Engenharia cedeu mesas e cadeiras. A Faculdade de Ciências Econômicas, carteiras escolares, “que embora um pouco acanhadas, foram aproveitadas”³³⁸. A situação era tão difícil que “alguns quadros negros nos foram emprestados pelos próprios professores”³³⁹.

Mesmo com a ajuda recebida, a Faculdade continuou em dificuldades nos anos seguintes. Em 1953, as aulas da 1ª série do curso de Arquitetura continuaram sendo ministradas nas instalações da Escola de Engenharia. A Escola Técnica Parobé cedeu salas para aulas de modelagem³⁴⁰. Os funcionários continuaram em número insuficiente³⁴¹.

Como o espaço físico era um grande problema, a partir de 1953 passou a ser debatida a construção de uma sede para a Faculdade de Arquitetura. Nesse ano foi organizada uma comissão “constituída dos professores das cadeiras de Composição e de alunos, para elaborarem o anteprojeto do prédio da Faculdade”³⁴².

Presidida por Demétrio Ribeiro, ela apresentou, em 1953, um primeiro estudo com maquete. Contudo, seu lote de implantação acabou substituído por outro, “mais amplo, no segundo quarteirão universitário, e decorrente da mudança do instituto Tecnológico para outro local”³⁴³.

A congregação aprovou o projeto e resolveu encaminhá-lo à reitoria para que a divisão de obras da Universidade tomasse providências para sua execução³⁴⁴. Contudo, outra proposta foi apresentada, descontentando a comissão designada para elaborá-lo³⁴⁵.

³³⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953, p.3.

³³⁸ *Ibid.*, loc. cit.

³³⁹ *Ibid.*, loc. cit.

³⁴⁰ *Ibid.*, p.1.

³⁴¹ *Ibid.*, p.3-4.

³⁴² *Ibid.*, p.2.

³⁴³ *Ibid.*, loc. cit.

³⁴⁴ Na ata da 21ª reunião da Congregação da Faculdade de Arquitetura, realizada em 27 de maio de 1953, foi aprovada a seguinte resolução: “A Congregação aprova o desenvolvimento do Projeto para o edifício da Faculdade de Arquitetura, na base do Ante-projeto apresentado pela Comissão, com as modificações sugeridas e possíveis”. Em 24 de novembro de 1953, o projeto do prédio para a Faculdade de Arquitetura volta à pauta, na 24ª reunião da Congregação. Nela, após exposição das soluções da Comissão para o prédio, foi aprovada a seguinte resolução: “A Congregação aprova o projeto, em suas linhas gerais, e resolve que seja encaminhado à Reitoria para que a Divisão de Obras da U.R.G.S., sob a orientação da Comissão, promova as providências necessárias para a sua execução” (*sic*).

³⁴⁵ Na ata da 29ª sessão da Congregação da Faculdade de Arquitetura, realizada em 26 de maio de 1954, o projeto do edifício sede da Faculdade foi tratado novamente. Nela,

Todo o processo é concluído em 1958, quando, enfim, se instalou a Faculdade de Arquitetura “em sua nova sede, dotada de todos os recursos e condições favoráveis ao seu labor docente”³⁴⁶, na esquina das Ruas Sarmento Leite e Osvaldo Aranha, em Porto Alegre.

Outra das medidas necessárias ao funcionamento da Faculdade dizia respeito aos corpos docente e discente. Em 1952, quase todas as disciplinas estavam providas de professores titulares. Contudo, nem todas contavam com professores catedráticos, interinos e contratados³⁴⁷.

Apenas duas disciplinas não tinham titulares: *Composição de Arquitetura*, cujo professor, Demétrio Ribeiro, achava-se em viagem pela Europa; e *Grandes Composições*, pela qual respondia Eugenio Steinhof, em férias nos Estados Unidos. Mais adiante, vai-se tratar especificamente sobre as disciplinas e os professores.

O corpo discente da Faculdade foi composto a partir da transferência de 76 alunos do IBA e de 71 da Escola de Engenharia³⁴⁸. Mas a Escola não transferiu todos os seus estudantes. Os alunos da 5ª série preferiram concluir seus cursos no estabelecimento de ensino de origem. Todavia, a estes a Faculdade de Arquitetura teve de oferecer “o ensino das cadeiras que por força da fusão haviam sido extintas, isto é, *Composição Decorativa-Modelagem* e *Composição geral de urbanismo*”³⁴⁹.

A própria titulação oferecida pelo novo curso sofreu contestação. Em 1953, alunos da 5ª série oriundos do IBA manifestaram desejo de receber o título de engenheiro-arquiteto, diferente do conferido pela Faculdade de Arquitetura (de arquiteto). Alegavam estar “encontrando dificuldades nas repartições públicas, onde só existe a categoria de Engenheiros-Arquitetos”³⁵⁰.

o diretor da Faculdade apresenta “estudo feito espontaneamente, pelo Arquiteto Sergio Massinovich, juntamente com uma equipe do D.A.S.P, para a feitura do prédio da Faculdade de Arquitetura” (sic). A congregação resolve, por sua vez, “que o assunto é da competência da Comissão do Projeto do Edifício”. Demétrio Ribeiro, líder da Comissão responsável pelo projeto do edifício da Faculdade de Arquitetura, descontente com a nova proposta, “considera-se desobrigado das funções de Presidente da referida Comissão”.

³⁴⁶ COSTA, Ney Chrysostomo da [Ofício s/nº] 17 de março de 1958, Porto Alegre, [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. Dá informações sobre a Faculdade de Arquitetura. 2f.

³⁴⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953, p.3-4.

³⁴⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953.

³⁴⁹ *Ibid.*, p.5.

³⁵⁰ PIANCA, João Baptista. [Ofício 371/53] 5 de outubro de 1953, Porto Alegre, [para] SILVA, Pery Pinto Diniz, Porto Alegre. Solicita solução ao título profissional dirigido aos seus egressos oriundos da Escola de Engenharia. 1f.

No mesmo ano, o CTA decidiu conceder a alunos vindos do curso da Escola de Engenharia o título de engenheiros-arquitetos. Todavia, ressaltavam: “é parecer deste Conselho que o título conferido, normalmente, numa Faculdade de Arquitetura é o de Arquiteto”³⁵¹.

Apesar do esforço de professores do IBA em tornar o ensino de Arquitetura autônomo em relação à Engenharia, situações corriqueiras – como o reconhecimento da titulação por parte das repartições públicas – acabaram impondo, inclusive aos ex-estudantes do Belas Artes, a flexibilização dessa posição. A titulação acabou, em alguns casos, como demonstram os exemplos referidos, recuperando a vinculação entre Engenharia e Arquitetura.

Outro tema necessário ao funcionamento da Faculdade era relativo às suas normas. Seu regulamento começou a ser debatido na primeira reunião da congregação, em 1º de setembro de 1952³⁵². Nela foi apresentado um projeto de regulamento, acompanhado de exposição de motivos, documento que será discutido com detalhes adiante.

Ao longo do mês de setembro seus artigos foram lidos e debatidos, um a um. Ele foi “aprovado pela Congregação em 13 de outubro de 1952 e depois revisado por uma Comissão, especialmente designada para esse fim”³⁵³. Até que, finalmente, “foi encaminhado à Reitoria em 25 de novembro de 1952 a fim de ser submetido à apreciação e aprovação dos órgãos superiores de ensino”³⁵⁴.

No entanto, o regulamento não teve o encaminhamento esperado. A ata da 25ª reunião do CTA, de 24 de novembro de 1953, registra solicitação à reitoria de regulamento provisório para a Faculdade de Arquitetura³⁵⁵. No ano seguinte, o diretor da Faculdade apresentou trabalho realizado por outra comissão, designada pela congregação, para elaborar projeto de regulamento provisório. E sugeriu a nomeação de uma comissão (mais uma) para organizar o regulamento definitivo. Essa última foi composta pelos professores Ivo Wolf, Leovegildo Paiva, Luiz Leseigneur de Faria, Max Lubke e Ney Chrysostomo da Costa, “para reestudar o assunto coligindo e adotando normas regimentais

³⁵¹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Conselho Técnico Administrativo. Processo 6418/53. Alunos da 5ª série solicitam que lhes seja conferido o título de Engenheiros-Arquitetos. Porto Alegre, 1953. 1f.

³⁵² Consta na ata que entre os pontos em pauta estava a “apreciação do projeto de regulamento apresentado pela Comissão Designada”. FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 1ª reunião de congregação, realizada em 1º de setembro de 1952.

³⁵³ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953, p.7.

³⁵⁴ *Ibid., loc. cit.*

³⁵⁵ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 25ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de novembro de 1953.

de um regulamento já aprovado”³⁵⁶. O regimento só foi definitivamente aprovado pelo Conselho Universitário em 9 de setembro de 1955, colocando um ponto final nessa longa tramitação.

Os fatos até aqui descritos testemunham as dificuldades enfrentadas pela Faculdade de Arquitetura em seus primeiros anos de funcionamento. Só foi “superada essa primeira fase, que podemos chamar de organização de nossa Faculdade de Arquitetura”³⁵⁷, no ano de 1958, com a transferência para sua nova sede.

4.2 O curso de Arquitetura

4.2.1 A exposição de motivos de 1952

Em 1º setembro de 1952, ocorreu a primeira reunião da Congregação da Faculdade de Arquitetura. Nela, Egydio Hervé, professor oriundo da Escola de Engenharia, propôs a leitura da exposição de motivos que orientou a redação do projeto de regulamento. A congregação recusou a sugestão de Hervé.

Esse documento revela as concepções de Arquitetura e Urbanismo subjacentes à formação que o curso pretendia oferecer. E, em alguma medida, recupera pontos já enunciados quando da polêmica sobre a fusão dos cursos da Escola de Engenharia e do IBA. A seguir serão expostos e discutidos pontos desse texto.

Ele principia afirmando que o arquiteto é “um profissional habilitado para organizar o meio natural, onde atua e se desenvolve a sociedade”³⁵⁸. Por essa razão, deveria “dominar a *arte* de conceber e a *técnica* [grifos nossos] de construir, considerando os diversos problemas sociais, econômicos, técnicos e expressivos, inerentes à sua atribuição”³⁵⁹. Assim, seriam imprescindíveis ao arquiteto conhecimentos “que tenham por objeto o homem individual e social”, os de “ordem técnica, teórica e prática, para realização construtiva dos projetos”, e, finalmente, os de “ordem artística, para concepção e expressão da obra arquitetônica”³⁶⁰.

³⁵⁶ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 28ª reunião da congregação, realizada em 22 de abril de 1954.

³⁵⁷ COSTA, Ney Chrysostomo da [Ofício s/nº] 17 de março de 1958, Porto Alegre, [para] PAGLIOLI, Elyseu, reitor da URGS, Porto Alegre. Dá informações sobre a Faculdade de Arquitetura. 2f.

³⁵⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. Comissão de Ensino. Exposição de Motivos. 6f. [s.l., 1952], p.1.

³⁵⁹ *Ibid.*, loc. cit.

³⁶⁰ *Ibid.*, loc. cit.

Nota-se como essa concepção tenta contemporizar polos postos em oposição quando da polêmica acerca da criação da Faculdade de Arquitetura. Nesse momento de fusão eles deveriam ser, mais do que nunca, conciliados.

Os conhecimentos referidos deveriam “se sintetizar, ao invés de se somarem, na obra arquitetônica, exigindo do Arquiteto a faculdade criadora que regerá, desde o início, todo o processo de concepção arquitetônica”³⁶¹. Conhecimentos basilares (sociais, técnicos, artísticos) deveriam ser articulados por meio da síntese (que não é uma mera soma de partes), processo semelhante a “outros processos de criação artística”³⁶². Fica evidente que é outorgado à Arquitetura o estatuto de arte. Percebe-se, também, que a capacidade de síntese, forma de expressão do potencial criador, dirige e submete os demais domínios.

Como afirma o texto, “a finalidade última do curso é a Composição de Arquitetura”³⁶³. Esse argumento, já utilizado por Graeff quando do debate sobre a criação da Faculdade, resume os pressupostos que orientaram a estruturação do processo didático-pedagógico do curso. Era a composição que, esperavam os professores, “levará o estudante a uma formação mental especial, que é a formação característica e indispensável ao arquiteto”³⁶⁴.

O texto cita também a proposta de organização departamental do curso. Indica que as disciplinas deveriam ser distribuídas neles por afinidade. Esse ordenamento acaba não só por organizar, mas também por hierarquizar os conhecimentos.

No departamento de composição estariam as disciplinas que “encerram a finalidade essencial do curso que são as de Composição de Arquitetura I e II”³⁶⁵, tidas como “disciplinas tronco do curso”³⁶⁶. E, reforçando o caráter acessório das demais disciplinas, o documento propunha que para esse departamento convergissem todos os demais.

A leitura desse documento deixa claro que as concepções fundadoras do curso são: a) a necessidade de habilitar o profissional para a síntese entre conhecimentos sociais, técnicos e artísticos; b) a prevalência da composição (método e disciplina); c) a concepção de que as demais disciplinas do curso seriam complementares às de composição de Arquitetura.

³⁶¹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Comissão de Ensino. Exposição de Motivos. 6f. [s.l., 1952], p.1.

³⁶² *Ibid.*, loc. cit.

³⁶³ *Ibid.*, loc. cit.

³⁶⁴ *Ibid.*, loc. cit.

³⁶⁵ *Ibid.*, p.2.

³⁶⁶ *Ibid.*, loc. cit.

Havia ainda, no texto, a proposta de que o departamento de composição abrigasse as disciplinas de *Arquitetura Paisagista* e *Urbanismo*. Posteriormente, elas foram unidas numa única: *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*.

A exposição de motivos recomendava que *Arquitetura Paisagista* fornecesse “uma base concreta e real ao estudo dos espaços exteriores nas composições de arquitetura”³⁶⁷. Quanto a *Urbanismo*, deveria “dar a cultura necessária ao futuro arquiteto para compreender suas composições arquitetônicas dentro do conjunto urbano e de habilitá-lo a resolver os problemas urbanísticos”³⁶⁸.

A composição arquitetônica, assim, precederia e submeteria esses conteúdos. Eles eram subsídios à composição arquitetônica, seja como contribuição ao projeto de espaços exteriores ou para que as composições de arquitetura fossem pensadas como parte do conjunto urbano. Assim, conforme a exposição de motivos, o *Urbanismo* também estava a serviço da composição arquitetônica.

A outra disciplina citada no documento que se refere à cidade era *Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades*. Mas sobre ela não há referências específicas.

A Exposição de Motivos conclui reafirmando que todos os esforços do ensino deveriam convergir ao mesmo fim: “o desenvolvimento da personalidade criadora do futuro arquiteto”³⁶⁹. Mas, como foi dito anteriormente, esse documento não recebeu atenção da Congregação da Faculdade. Todavia, reúne a concepção de ensino que participou da fundação da instituição.

4.2.2 Estrutura do curso (cadeiras, seriação, departamentos) e os professores

O curso de Arquitetura iniciou suas atividades em 1952 com o currículo, cadeiras e professores³⁷⁰ indicados no quadro 12. As

³⁶⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Comissão de Ensino. Exposição de Motivos. 6f. [s.l., 1952], p.1.

³⁶⁸ *Ibid.*, p.3.

³⁶⁹ *Ibid.*, p.6.

³⁷⁰ O quadro foi montado a partir de dois documentos: 1. FACULDADE de Arquitetura. Porto Alegre. *Refere-se ao ano de 1952* [anotado à mão], 2f. 2. FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953.

disciplinas e o currículo (ou seriação, como referiam à época) são as mesmas do “padrão federal” representado pela FNA da Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro.

Quadro 12 - Seriação e professores do curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura em 1952.

ANO	CADEIRA	PROFESSOR
1º ano	Matemática Superior	Ary Nunes Tietboehl (catedrático) Francisco José San Martin (instrutor)
	Geometria Descritiva	Luiz Leseigneur de Faria (catedrático) Ney Chrysostomo da Costa (catedrático)
	Arquitetura Analítica I	Ernani Dias Corrêa (catedrático) Jayme Luna dos Santos (instrutores)
	Desenho Artístico	Arlette Schneider [riscado à mão] Fernando Petersen Lunardi [anotado à mão] (catedrático interino)
	Modelagem	Júlio Ribeiro de Castilhos (catedrático interino)
	História da Arte – Estética	Ângelo Guido (contratado)
2º ano	Mecânica Racional – Grafostática	Carlos de Carvalho Schmitt (catedrático) Antônio Patrício de Mattos (instrutor)
	Arquitetura Analítica II	Ernani Dias Corrêa (catedrático) Jayme Luna dos Santos (instrutores)
	Sombras – Perspectiva – Estereotomia	Emilio Mabilde Ripoll (catedrático interino) Roberto H. Bins [anotado à mão] ³⁷¹
	Materiais de Construção – Estudo do Solo	Diego Gonzales Blanco (catedrático interino) Marcelo Casado de Azevedo (instrutor)
	Teoria da Arquitetura	Edgar Albuquerque Graeff (catedrático interino) Nelson Souza (instrutor)
	Composição de Arquitetura I	Demétrio Ribeiro (catedrático) Emil Bered (assistente)

³⁷¹ Como esse nome não consta em – RELAÇÃO dos professores da Faculdade de Arquitetura. Refere-se à 1952 [anotado à mão]. 2f. -,não é possível estabelecer seu enquadramento.

ANO	CADEIRA	PROFESSOR
3º ano	Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções	Frederico Werner Hugo Grundig (catedrático) Paulo Gomes de Freitas (instrutor)
	Técnica Construtiva ³⁷² - Topografia	Lélis Espartel (catedrático)
	Física Aplicada	Ricardo Cauduro (catedrático)
	Composição de Arquitetura II	Demétrio Ribeiro (catedrático) Emil Bered (assistente)
	Composição Decorativa	Frederico Muller (contratado) Heinz Marquardt (assistente)
4º ano	Grandes Composições de Arquitetura I	Luiz Frederico Mentz (assistente) Plínio de Oliveira Almeida (assistente)
	Concreto Armado	Ivo Wolff (catedrático)
	Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades	Egydio Hervé (catedrático); Luiz Arthur Ubatuba de Faria (catedrático)
	Legislação – Economia Política	Alexandre Martins da Rosa (catedrático) Álvaro Gonçalves Soares (assistente)
	Arquitetura no Brasil	João Baptista Pianca (catedrático) João Caldeira Bastian (instrutor)
5º ano	Grandes Composições de Arquitetura II	Luiz Frederico Mentz (assistente) Plínio de Oliveira Almeida (assistente)
	Sistemas Estruturais	Fernando de Azevedo Moura (catedrático) Achylles Elias Legeren Melloni (instrutor)
	Urbanismo – Arquitetura Paisagista	Edvaldo Pereira Paiva (catedrático) Veronese [anotado à mão] ³⁷³
	Organização do Trabalho – Prática Profissional	Leovegildo Paiva (catedrático)

Fonte: FACULDADE de Arquitetura. Porto Alegre. Refere-se ao ano de 1952 [anotado à mão], 2f; FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório. Apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953.

Como já referido, a maior parte das disciplinas estava provida de professores catedráticos. Havia algumas com dois catedráticos, acomodação necessária, ao menos inicialmente, dada a dupla origem da Faculdade de Arquitetura. Uma delas era *Geometria Descritiva*,

³⁷² Há documentos que se referem a essa disciplina como “Técnica da Construção – Topografia”.

³⁷³ FACULDADE de Arquitetura. Porto Alegre. Refere-se ao ano de 1952 [anotado à mão], 2f.

dirigida por Luiz Leseigneur de Faria, vindo da Escola de Engenharia, e Ney Chrysostomo da Costa, do IBA. A outra era *Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades*. Os professores eram Egydio Hervé, oriundo da Escola de Engenharia e Luiz Arthur Ubatuba de Faria, do IBA.

As disciplinas sem professores catedráticos (interinos ou não) eram: *História da Arte – Estética, Composição Decorativa e Grandes Composições de Arquitetura*.

As disciplinas de *Grandes Composições* não ocorreram em 1952, já que Demétrio Ribeiro estava em viagem. Outro professor contratado, Eugenio Steinhoff, foi referido como professor do novo curso no relatório sobre o ano de 1952, mas seu nome não consta nas listas de professores da Faculdade. Steinhof morreu nesse mesmo ano, nos Estados Unidos, sem dar uma aula sequer na Faculdade de Arquitetura.

Max Waldemar Lubke, catedrático, e Adalberto Rodrigues de Carvalho, catedrático interino, por serem professores exclusivamente do curso de Urbanismo, permanecem inativos aguardando seu início. Por fim, para a disciplina de *Desenho Artístico* foi nomeada como instrutora Arlette Schneider. Contudo, no relatório de 1953 consta que a “cadeira de Desenho Artístico, vaga com a morte do Prof. Sady Fernandes de Castro, foi provida com a nomeação interina do Prof. Fernando Petersen Lunardi”³⁷⁴, na condição de catedrático interino. E menciona ainda que para o cargo “de instrutor da cadeira de Desenho Artístico, vago com o pedido de exoneração da Arquiteta Arlette Schneider, foi indicado o Arquiteto Charles René Hugaud, nomeação essa que ainda não se verificou em virtude de formalidades administrativas”³⁷⁵.

Todas essas cadeiras estavam organizadas em quatro departamentos: I) de História e Cultura; II) de Estática das Construções; III) de Técnica das Construções e; IV) de Composição. Os departamentos e suas respectivas cadeiras estão apresentados no quadro 13.

Foi com essa estrutura didática e com esses professores que a Faculdade começou a formar arquitetos.

³⁷⁴ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953, p.4.

³⁷⁵ *Ibid.*, p.5.

Quadro 13 - Departamentos e suas respectivas cadeiras, 1952.

I – DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E CULTURA
Teoria da Arquitetura
História da Arte – Estética
Arquitetura Analítica
Arquitetura no Brasil
Legislação – Economia Política
Organização do Trabalho – Prática Profissional
II – DEPARTAMENTO DE ESTÁTICA DAS CONSTRUÇÕES
Matemática Superior
Mecânica Racional – Grafostática
Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções
Concreto Armado
Sistemas Estruturais
III – DEPARTAMENTO DE TÉCNICA DAS CONSTRUÇÕES
Técnica da Construção – Topografia
Higiene das Habitações – Saneamento das Cidades
Física Aplicada
Materiais de Construção – Estudo do Solo
IV – DEPARTAMENTO DE COMPOSIÇÃO
Composição de Arquitetura
Urbanismo – Arquitetura Paisagista
Geometria Descritiva
Sombras – Perspectiva – Estereotomia
Grandes Composições de Arquitetura
Composição Decorativa
Desenho Artístico
Modelagem

Fonte: FACULDADE de Arquitetura. Porto Alegre. Refere-se ao ano de 1952 [anotado à mão].

4.2.3 Professores: titulação e origem

Cabe ainda nota sobre a titulação e a origem institucional dos professores do curso da Faculdade de Arquitetura. Em que se diplomaram? De que instituição vinham?

Ofício 266/53, encaminhado por João Baptista Pianca ao Diretor da Divisão de Pessoal da URGs, em 1º de julho de 1953³⁷⁶, descreve a titulação dos professores. O quadro 14 apresenta essa informação conforme consta no ofício citado.

Do total de 39 professores, 23 (59%) são exclusivamente engenheiros, 6 (15,4%) exclusivamente arquitetos e 6 (15,4%) engenheiros e arquitetos (ou engenheiros-arquitetos). Além desses, 2 (10,2%) tem outra titulação: um é exclusivamente advogado – Max Waldemar Lubke – e outro advogado e engenheiro – Álvaro Gonçalves Soares. Há ainda dois professores que não têm titulação referida: Ary Nunes Tietboehl, matemático e Ângelo Guido, artista plástico.

Quadro 14 - Relação de professores da Faculdade de Arquitetura e suas respectivas titulações, 1953.

PROFESSORES CATEDRÁTICOS	Titulação	
	Eng.	Arq.
Alexandre Martins da Rosa	X	–
Ary Nunes Tietboehl	–	–
Carlos de Carvalho Schmitt	X	–
Demétrio Ribeiro	–	X
Edvaldo Pereira Paiva [junto ao título de arquiteto está anotado “Urbanismo e paisagismo”]	X	X
Egydio Hervé	X	–
Ernani Dias Corrêa	X	X
Fernando de Azevedo Moura	X	–
Frederico Werner Hugo Grundig	X	–
Ivo Wolff	X	–
João Baptista Pianca	X	–
Lelis Espartel	X	–

³⁷⁶ PIANCA, João Baptista. [Ofício 266/53] 1º de julho de 1953, Porto Alegre, [para] Diretor da Divisão de Pessoal da U.R.G.S., Porto Alegre. Encaminha relação dos professores lotados na Faculdade de Arquitetura com seus respectivos títulos de engenheiro e arquiteto. A lista apresentada neste documento é diferente da relação de professores da Faculdade de Arquitetura do documento *FACULDADE de Arquitetura*. Porto Alegre. *Refere-se ao ano de 1952 [anotado à mão], 2f.* As duas únicas diferenças nas listas são as seguintes: o nome de Fernando Petersen Lunardi, professor catedrático interino, consta na lista sem data, mas não na do ofício de julho de 1953; e o nome de Arlette Schneider, instrutora, consta na lista de julho de 1953, mas não no documento sem data. Como a diferença é mínima, tomaremos como referência a lista do ofício de julho de 1953. Ela revela qual é “a relação dos professores lotados nesta Faculdade, com títulos de Engenheiro e Arquiteto”.

	Titulação	
PROFESSORES CATEDRÁTICOS	Eng.	Arq.
Leovegildo Paiva	X	—
Luiz Arthur Ubatuba de Faria	X	—
Luiz Leseigneur de Faria	X	—
Max Waldemar Lubke	— Direito	—
Ney Chrysostomo da Costa	X	—
Ricardo Cauduro	X	—
PROFESSORES CATEDRÁTICOS INTERINOS		
Adalberto Rodrigues de Carvalho	X	—
Diego Gonzales Blanco	X	—
Edgar Albuquerque Graeff	—	X
Emilio Mabilde Ripoll	—	X
Julio Ribeiro de Castilhos	X	—
PROFESSORES CONTRATADOS		
Angelo Guido	—	—
Frederico Muller	X	X
ASSISTENTES		
Alvaro Gonçalves Soares	X e Direito	—
Emil Bered	—	X
Heinz Marquardt	X	X
Luiz Frederico Mentz	X	X
Plínio de Oliveira Almeida	X	—
INSTRUTORES		
Antônio Patrício de Mattos	X	—
Arlette Schneider	X	X
Francisco José San Martin	X	—
Jayme Luna dos Santos	—	X
Paulo Gomes de Freitas	X	—
João Caldeira Bastian	X	—
Nelson Souza	—	X
Marcello Casado de Azevedo	X	—
Achylles Legeren Melloni	X	—

Fonte: PIANCA, João Baptista. [Ofício 266/53] 1º de julho de 1953, Porto Alegre, [para] Diretor da Divisão de Pessoal da U.R.G.S., Porto Alegre. Encaminha relação dos professores lotados na Faculdade de Arquitetura com seus respectivos títulos de engenheiro e arquiteto.

É necessário saber, por fim, a origem institucional dos professores catedráticos. Só eles são usados nessa avaliação por duas razões: primeira, eles são os regentes principais das disciplinas; segunda, as demais modalidades de professores (catedráticos interinos, contratados, assistentes e instrutores) foram sendo contratadas ao longo do ano. O quadro 15 revela a origem dos professores.

Quadro 15 – Origem institucional dos professores catedráticos da Faculdade de Arquitetura.

PROFESSORES CATEDRÁTICOS	ORIGEM
Alexandre Martins da Rosa	Escola de Engenharia.
Ary Nunes Tietboehl	Escola de Engenharia e Instituto de Belas Artes
Carlos de Carvalho Schmitt	Escola de Engenharia
Demétrio Ribeiro	Instituto de Belas Artes
Edvaldo Pereira Paiva	Instituto de Belas Artes
Egydio Hervé	Escola de Engenharia
Ernani Dias Corrêa	Instituto de Belas Artes
Fernando de Azevedo Moura	Instituto de Belas Artes
Frederico Werner Hugo Grundig	Escola de Engenharia e Instituto de Belas Artes
Ivo Wolff	Escola de Engenharia
João Baptista Pianca	Escola de Engenharia
Lelis Espartel	Escola de Engenharia
Leovegildo Paiva	Escola de Engenharia
Luiz Arthur Ubatuba de Faria	Instituto de Belas Artes
Luiz Leseigneur de Faria	Escola de Engenharia
Max Waldemar Lubke	Instituto de Belas Artes
Ney Chrysostomo da Costa	Instituto de Belas Artes
Ricardo Cauduro	Escola de Engenharia

Fonte: elaborado pelo autor.

Do total de 18 professores catedráticos, 9 (50%) são oriundos da Escola de Engenharia, 7 do IBA (39%) e 2 têm dupla origem – Escola de Engenharia e Belas Artes (11%). Esses dados – titulação de todos os professores e origem institucional dos catedráticos – revelam uma situação peculiar.

Como visto no capítulo anterior, a criação da Faculdade de Arquitetura foi fruto de intensa disputa. Sagrou-se vitoriosa a tese defendida pelo IBA de que a Arquitetura deveria ser ensinada em instituição autônoma e tomando como orientação o “padrão federal” representado pelo ensino da FNA da Universidade do Brasil. Foi derrotada a proposta da Escola de Engenharia, que sustentava que a Arquitetura, por ser ramo da Engenharia, deveria ser ministrada em Instituto de Arquitetura submisso a ela.

E, de fato, a seriação e as disciplinas da nova Faculdade seguiam o “padrão federal” na íntegra. Mas, na composição do corpo docente, a instituição foi preponderantemente ocupada por engenheiros. Além disso, seus professores catedráticos foram, na maioria, oriundos da Escola de Engenharia.

Logo, a Faculdade de Arquitetura surgiu a partir de uma acomodação entre propostas que, poucos anos antes, estiveram em oposição. E a conciliação possível entre os polos foi, de um lado, tornar a Arquitetura autônoma em relação à Engenharia tomando como referência de ensino o “padrão federal” e, de outro, ocupar a instituição majoritariamente por professores engenheiros e pelos catedráticos oriundos da Escola de Engenharia.

Soma-se a isso, como visto anteriormente, o fato de a Faculdade ter dependido da estrutura da Escola de Engenharia para funcionar em seus primeiros anos. Tudo isso demonstra que a autonomia da Arquitetura, ao menos no que tange à sua estrutura (funcional, locacional, etc.), não foi plena.

4.2.4 O regulamento de 1955

Em 1955, a aprovação definitiva do regulamento³⁷⁷ da Faculdade de Arquitetura pelo Conselho Universitário, em 9 de setembro, explicitou os fundamentos que, oficialmente, passariam a reger a instituição³⁷⁸.

³⁷⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Imprensa Universitária. Porto Alegre, 1955.

³⁷⁸ Encontramos dois documentos com o texto do regulamento da Faculdade de Arquitetura. Um, datilografado, possivelmente a minuta encaminhada pela Faculdade de Arquitetura para o Conselho Universitário. E outro, impresso pela Imprensa Universitária, o texto aprovado pelo Conselho Universitário. Quando comparados, eles apresentam pequenas diferenças, nada substanciais. Como afirma o relatório sobre os anos de 1955-1956, “o Colendíssimo Conselho Universitário, em Sessão realizada em 9 de setembro de 1955, houve por bem aprovar, com ligeiras alterações, o projeto de Regimento desta Faculdade de Arquitetura”. Tomamos aqui como texto do regulamento o da Imprensa Oficial, já que é o definitivamente aprovado pelos órgãos

Conforme esse documento, a Faculdade de Arquitetura passava a ter como finalidades:

- a) ministrar o ensino superior da Arquitetura e Urbanismo, visando a preparação *científica, técnica, artística e social* [grifo nosso] de profissionais altamente habilitados³⁷⁹; b) realizar pesquisas de caráter científico, técnico, artístico e social, nos domínios que constituem o objeto do seu ensino³⁸⁰; c) desenvolver a alta cultura especializada no campo das ciências e das artes cujo ensino ministra³⁸¹; d) concorrer para a obra administrativa da Universidade do Rio Grande do Sul, orientando-se no sentido do engrandecimento da Nação e em consonância com os interesses da Humanidade; e) cooperar na ação da Universidade do Rio Grande do Sul, no domínio da educação moral, fundando-a no respeito à dignidade da pessoa humana e aos seus direitos essenciais.

Destaque-se a referência às dimensões científica, técnica, artística e social no que tange ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento da alta cultura especializada. São a essas dimensões, como já referido no texto da exposição de motivos, que a arquitetura estava vinculada. São essas dimensões que o trabalho de composição deveria “sintetizar”.

O regulamento estabeleceu também as modalidades de cursos que a Faculdade de Arquitetura ofereceria: os cursos de graduação em Arquitetura e em Urbanismo e os extraordinários de pós-graduação e extensão.

O curso de Urbanismo era, como o de Arquitetura, de graduação. Não surgiu na Faculdade como especialização ou pós-graduação. Tanto é que entre as disciplinas definidas no art. 9º como sendo de graduação constam todas as do curso de Urbanismo. Elas serão tratadas mais pormenorizadamente adiante.

O curso de Urbanismo era aberto a qualquer interessado. Os de especialização, por suavez, eram destinados “aos Arquitetos, Engenheiros-Arquitetos, Urbanistas”, com a finalidade de aperfeiçoamento e

superiores da Universidade. Apresentaremos, quando houver, as diferenças entre os textos nas citações apresentadas.

³⁷⁹ O texto datilografado traz o seguinte texto: “a) ministrar o ensino superior das ciências da Arquitetura e Urbanismo, visando a preparação científica, técnica, artística e social de profissionais altamente habilitados”.

³⁸⁰ O texto datilografado traz o texto: “b) realizar pesquisas científicas, artísticas e sociais, nos domínios que constituem o objeto do seu ensino”.

³⁸¹ O texto datilografado traz o texto: “c) desenvolver a alta cultura especializada no campo das ciências cujo ensino ministra”.

especialização de conhecimentos. Note-se que o próprio regimento da Faculdade reconhecia o Urbanismo como uma profissão autônoma.

A seriação e cadeiras do curso de Arquitetura, conforme o art. 10 do regulamento, são as mesmas que já funcionavam provisoriamente, quando ainda estava sendo debatido o regulamento.

O número de departamentos, por outro lado, aumentou. Passou dos provisórios quatro (História e Cultura; Estática das Construções; Técnica das Construções; Composição) para seis (História; Estática das Construções; Técnica das Construções; Expressão Gráfica e Modelagem; Composição; Legislação e Organização). O quadro 16 reúne os departamentos que constam no regulamento da Faculdade de Arquitetura e as respectivas cadeiras que deles faziam parte³⁸².

Foi essa estrutura – seriação, cadeiras, departamentos, quadro docente – que vigorou no curso de Arquitetura da Faculdade em seus primeiros anos. Todavia, apesar de seu curto tempo de vigência, ela logo foi contestada.

Quadro 16 - Departamentos da Faculdade de Arquitetura, 1955.

I- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Arquitetura Analítica
Arquitetura no Brasil
História da Arte – Estética
Evolução Urbana
II- DEPARTAMENTO DE ESTÁTICA DAS CONSTRUÇÕES
Matemática Superior
Mecânica Racional – Grafostática
Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções
Concreto Armado
Sistemas Estruturais
III- DEPARTAMENTO DE TÉCNICA DAS CONSTRUÇÕES
Técnica da Construção – Topografia
Materiais de Construção – Estudo do Solo
Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades
Física Aplicada
Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública

³⁸² Neste ponto, os regulamentos (datilografado e da Imprensa Universitária) trazem organização departamental ligeiramente diferente (tanto nos nomes quanto nas disciplinas). O datilografado traz o mesmo número de departamentos (6) com os seguintes nomes: História e Cultura; Estática das Construções; Técnica das Construções; Composição; Cultura; e Composição Urbanística.

IV- DEPARTAMENTO DE EXPRESSÃO GRÁFICA E MODELAGEM
 Geometria Descritiva
 Desenho Artístico
 Sombras – Perspectiva – Estereotomia
 Modelagem

V- DEPARTAMENTO DE COMPOSIÇÃO
 Teoria da Arquitetura
 Composições de Arquitetura
 Grandes Composições de Arquitetura
 Urbanismo – Arquitetura Paisagista
 Composição Decorativa
 Teoria e Prática dos Planos de Cidades
 Arquitetura Paisagista

VI- DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
 Legislação – Economia Política
 Organização do Trabalho – Prática Profissional
 Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana
 Organização Social das Cidades
 Administração Municipal

Fonte: FACULDADE DE ARQUITETURA. Regimento da Faculdade de Arquitetura.
 Imprensa Universitária. Porto Alegre, 1955.

4.2.5 Proposta de reforma no ensino (1957)

Em 25 de março de 1957, a congregação discutiu, em sua 52^a reunião, a proposta do centro acadêmico, dirigida ao CTA, de que fosse constituída uma comissão responsável por debater e propor reforma do ensino de Arquitetura da Faculdade³⁸³. A comissão teria a seguinte composição: três professores (Ivo Wolff, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff)³⁸⁴, um representante do IAB-RS e três estudantes eleitos pelo centro acadêmico.

Posteriormente, na 54^a reunião da congregação, foram anunciados os nomes dos demais membros: indicado pelo IAB-RS, Irineu Breitman; eleitos pelos estudantes, José Américo Ferreira, Wladyr José Maggi e Miguel Alves Pereira³⁸⁵.

³⁸³ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 52^a reunião da congregação, realizada em 25 de março de 1957, p.8.

³⁸⁴ *Ibid.*, p.9.

³⁸⁵ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 54^a reunião da congregação, realizada em 16 de abril de 1957, p.2-3.

Meses após, em 1º de julho de 1957, a comissão encaminhou ao presidente da congregação, Ney Chrysostomo da Costa, as conclusões de seus trabalhos: um “plano de emergência” acompanhado de uma “exposição de motivos”.

Primeiramente será exposta e discutida a exposição de motivos. Posteriormente, a proposta de reforma emergencial do ensino. Adota-se essa ordem porque, como afirma a abertura da exposição de motivos, a “Comissão, antes de estudar a seriação e os Métodos do Curso, tratou de formular, à luz da experiência mundial no ensino da Arquitetura e tendo em vista as condições do nosso meio, princípios gerais para nortear seu trabalho”³⁸⁶.

Essa exposição de motivos é longa e, por vezes, confusa. Reproduz, em certa medida, argumentos já presentes na de 1952, que orientou a redação do projeto de regulamento provisório, anterior à aprovação do definitivo, em 1955. E, como já visto, a exposição de motivos do início da década reeditava parte dos argumentos já usados no debate sobre a criação da Faculdade de Arquitetura. Logo, como será exposto, essa proposta de reforma do ensino revisita pressupostos que ela pretendia revisar.

O documento de 1957 parte do princípio de que a arquitetura teria “por fim organizar os ambientes necessários à vida humana, em todos os seus aspectos, utilizando para isso os recursos de técnica e da arte”³⁸⁷. Ela consistiria, portanto, numa “aplicação coordenada de conhecimentos dos mais diversos domínios da Ciência, aplicação que pressupõe uma profunda compreensão das necessidades humanas e que se consubstancia em obras de arte”³⁸⁸. A Arquitetura, nesse documento, “supera numerosas especializações” e representa uma forma de “humanização da técnica”³⁸⁹. O arquiteto, consequentemente, conforme o texto, “não é um especialista, é, pelo contrário, [...] aquele que sintetiza e organiza”³⁹⁰.

Cabe notar a importância dada, novamente, à relação entre técnica, ciência, arte e humanidade. E a posição do arquiteto não como especialista, mas como aquele que “sintetiza e organiza”. Por isso, a

³⁸⁶ WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. *Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de Arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos*. 20f. Porto Alegre, 1957, p.1.

³⁸⁷ *Ibid., loc. cit.*

³⁸⁸ *Ibid., loc. cit.*

³⁸⁹ *Ibid., loc. cit.*

³⁹⁰ *Ibid., loc. cit.*

comissão entendia que “o cunho essencialmente artístico e sintético da Arquitetura deve também ser o traço característico de seu ensino”³⁹¹.

A exposição de motivos, após definir a arquitetura e o arquiteto, apresentava quatro princípios norteadores do ensino, vinculados às necessidades da profissão.

O primeiro deles era a composição. Cita o texto: “A natureza da profissão impõe que a formação do futuro arquiteto repouse principalmente no exercício da *composição de projetos* [grifo nosso]”³⁹². Logo, seu exercício prático e orientado seria capaz de desenvolver “aptidões intelectuais da imaginação, da sensibilidade e do bom senso, disposição ao trabalho criador e à coordenação de todos os fatores que intervêm na realização da obra”³⁹³.

O segundo princípio era a cultura. Apontava o documento que as disciplinas culturais – meios e não fins do ensino – deveriam “proporcionar ao aluno os conhecimentos indispensáveis a uma interpretação justa das relações que existem entre a Arquitetura e as atividades vitais e culturais dos homens”³⁹⁴. Esses conteúdos dotariam o estudante da capacidade de agir sobre os problemas de seu tempo.

O terceiro era a técnica. As disciplinas técnicas – também meios e não fins do ensino – deveriam “habilitar o arquiteto a utilizar com acerto os recursos da técnica de aplicação corrente na construção e, quando necessário, ser um orientador eficaz dos especialistas de outros ramos”³⁹⁵. O arquiteto não seria “nem um praticista cego, nem um teórico de gabinete”, mas deveria adquirir “o senso prático da utilização das técnicas, apoiado num conhecimento claro de seus fundamentos”³⁹⁶.

O quarto e último aspecto, o *atelier*. O regime escolar deveria ser liberto de “preconceitos acadêmicos e entraves burocráticos” para que predominasse a atividade criadora e um ambiente de debates e pesquisas no qual “o convívio de alunos e docentes em ATELIERES de trabalho se constitua em meio principal de transmissão de conhecimentos”³⁹⁷.

Novamente a “composição de projetos” comparece como o cerne da formação do arquiteto. Composição essa que, por meio das aptidões

³⁹¹ WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. *Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de Arquitetura* – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. 20f. Porto Alegre, 1957, p.2.

³⁹² *Ibid., loc. cit.*

³⁹³ *Ibid., loc. cit.*

³⁹⁴ *Ibid., p.3.*

³⁹⁵ *Ibid., loc. cit.*

³⁹⁶ *Ibid., loc. cit.*

³⁹⁷ *Ibid., loc. cit.*

intelectuais próprias da profissão (imaginação, sensibilidade estética, bom senso) permitiria o desenvolvimento da capacidade de síntese entre aspectos humanos/culturais, técnicos e artísticos (não apenas a composição de volumes, ambientes, elementos predefinidos). E, para que essas aptidões se desenvolvessem, o *atelier* tinha papel capital como espaço de integração entre os conhecimentos.

Depois de apresentar as bases de sua argumentação, a exposição de motivos passava ao balanço da situação do ensino e da profissão de seu momento. Após contato com diplomados que “realmente conseguiram fazer-se arquitetos”³⁹⁸, a comissão observou que a maior parte deles revelou “verdadeira ojeriza por certos ramos do conhecimento técnico”³⁹⁹. E, para ela, a “contradição intrínseca entre o pensamento humanístico e artístico [de um lado] e o pensamento técnico [de outro] [...] não pode se transformar em conflito a não ser quando inexiste qualquer esforço no sentido de humanização da técnica”⁴⁰⁰.

O curso, ao longo de seus cinco anos, fazia com que “uma verdadeira luta íntima [ocorresse] na alma e na consciência do aluno”⁴⁰¹. Se o estudante se diplomasse arquiteto, é porque vencia “sua vocação humanística ou artística, mas em prejuízo flagrante de sua formação técnica”⁴⁰².

Tão logo concluía o curso, o egresso tratava “de varrer da sua cabeça tudo o que lembre número e fórmulas embora sabendo que isto representa uma distorção profissional”⁴⁰³. Fazia isso como quem “amputa um órgão de grande valia, mas que destila veneno em todo o organismo: corta-se um braço para salvar o corpo”⁴⁰⁴.

Essa argumentação revela que, para a comissão, havia uma distorção no curso: a “ausência de esforços no sentido da integração dos conhecimentos ministrados e da humanização da técnica”⁴⁰⁵. Consequentemente, o que a comissão pretendia com sua proposta era superá-la, conciliando ciência/técnica, homem/cultura/arte.

³⁹⁸ WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. *Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de Arquitetura – Fac. de Arquitetura*. Exposição de motivos. 20f. Porto Alegre, 1957, p.4.

³⁹⁹ *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁰⁰ *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁰¹ *Ibid.*, p.5.

⁴⁰² *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁰³ *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁰⁴ *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁰⁵ *Ibid.*, loc. cit.

A comissão constatava ainda um desequilíbrio na distribuição do tempo das aulas⁴⁰⁶. Às disciplinas vinculadas à cultura eram destinadas 17 horas; às vinculadas à técnica/estática, 63 horas; e aos projetos, 56 horas. Nota-se que o campo técnica/estática representava a maior carga horária do curso. Isso era, para a comissão, um problema.

Continuando sua argumentação, a exposição de motivos afirmava que as disciplinas do grupo composição só alcançariam seus objetivos por meio do “exercitamento” prático do aluno. Tratava-se, “antes, de aprendizado do que de ensino”⁴⁰⁷. Essa separação entre aprendizado e ensino orientará, como veremos, a organização dos conteúdos do curso.

Nas disciplinas de composição o aluno deveria aprender a “dominar e conduzir o diálogo que se estabelece entre a sua consciência – séde do conhecimento, da imaginação, da sensibilidade e da emoção – e a sua mão – instrumento que fixa e, ao mesmo tempo, condiciona as elaborações mentais”⁴⁰⁸.

Já as cadeiras do grupo cultural precisavam “associar ensino e aprendizado – aprendizado, porém, no sentido indutivo, isto é, no sentido inverso de aprendizado na Composição”⁴⁰⁹. Tratava-se de exercitar a capacidade de observação estética.

O estudante deveria aprender “a dominar o diálogo que se estabelece, através do órgão da visão, entre a obra de arte – como projeto – e a sua própria consciência como sujeito do fenômeno estético”⁴¹⁰. As disciplinas do grupo cultural eram, por essa razão, preparatórias à “operação que se processa no exercício da composição”⁴¹¹.

As cadeiras do grupo técnica/estática, por sua vez, com exceção parcial de *Geometria Descritiva*, atingiam “plenamente seus objetivos

⁴⁰⁶ Segundo a exposição de motivos de 1957, a conta foi feita da seguinte forma: “As disciplinas de formação teórico-cultural dispõem aparentemente de 23 horas semanais de aulas. Na realidade, entretanto, devem ser somente computadas 17 horas, pois que Arquitetura Analítica é, atualmente, uma disciplina mixta – história e de exercitamento gráfico e Legislação-Economia Política é técnica na sua primeira parte. As disciplinas de exercitamento gráfico, plástico e de realização de projetos dispõem de 56 horas semanais, computando-se 4 horas de Arquitetura Analítica. As disciplinas técnicas e de estática dispõem de 63 horas semanais, computando-se de 2 de Legislação” (sic) (WOLFF *et al.*, 1957, p.5-6).

⁴⁰⁷ WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. *Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de Arquitetura* – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. 20f. Porto Alegre, 1957, p.6.

⁴⁰⁸ *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁰⁹ *Ibid.*, loc. cit.

⁴¹⁰ *Ibid.*, p.7.

⁴¹¹ *Ibid.*, loc. cit.

no curso sem exigirem longo e demorado aprendizado”⁴¹². Eram conhecimentos “perfeitamente assimiláveis num processo simples de aquisições intelectuais”⁴¹³.

Os dois primeiros grupos – composição e cultura – mereciam, segundo a exposição de motivos, maior tempo “por unidade de conhecimento”. O terceiro grupo – técnica/estática – permitia “assimilação de grande ‘quantidade’ de conhecimento por unidade de tempo”⁴¹⁴. Logo, a carga horária de composição e cultura deveria crescer, e de técnica/estática diminuir.

Essa proposta buscava superar o desequilíbrio na distribuição de tempo entre os conteúdos, destacado anteriormente. Reforçava ainda a personalidade da profissão buscada: vinculada à capacidade de compor projetos de arquitetura, processo de síntese de dimensões diversas (e não só de volumes, elementos).

Outro problema identificado no ensino da Faculdade de Arquitetura, segundo a exposição de motivos, era a desarticulação entre as cadeiras. Conforme argumentava a comissão, “em lugar de uma estruturação orgânica, tendente a superar as contradições entre os diferentes ramos de conhecimento, há somente um paralelismo improvisado”⁴¹⁵. Não havia, enfim, uma “integração harmônica dos conhecimentos”⁴¹⁶.

O plano para o ensino proposto buscava superar esse problema a partir de duas atividades escolares: ensino, como “aula corrente”⁴¹⁷ e aprendizado, como atividade em *atelier*. A partir dessa divisão básica (ensino e aprendizado), a reforma seria desenvolvida em quatro sequências, da 1^a à 5^a série: I) exercícios de *atelier*; II) aulas de técnicas; III) de estética; IV) e de formação cultural. Note-se a nítida separação que é feita entre exercício (prática-aprendizagem) e aula (reflexão-ensino).

Esse esquema pedagógico atacaria, segundo a comissão, um dos “problemas mais complexos que apresenta o ensino da Arquitetura [que] é o correto entrosamento dos diversos conhecimentos, tendo em vista o método específico de trabalho do arquiteto: o método de síntese”⁴¹⁸. Por essa razão, no *atelier* ocorreriam “sínteses de aplicação dos conhecimentos

⁴¹² WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. *Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de Arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos*. 20f. Porto Alegre, 1957, p.6.

⁴¹³ *Ibid., loc. cit.*

⁴¹⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁴¹⁵ *Ibid.*, p.7.

⁴¹⁶ *Ibid., loc. cit.*

⁴¹⁷ *Ibid.*, p.8.

⁴¹⁸ *Ibid., loc. cit.*

que o aluno adquire nas AULAS”, já que “sem isto elas correm o perigo de se verem reduzidas a disciplinas de aprendizado empírico”⁴¹⁹.

Ao fim, eram propostos “quatro ‘CURSOS’ paralelos cobrindo da 1^a a 5^a série”⁴²⁰. Um curso de composição, um de técnica, um de estática e um de formação cultural. O balanço do aprendizado de cada “curso” seria feito ao final, no 2º semestre do 5º ano, quando da preparação dos trabalhos de diplomação⁴²¹. Para a comissão, essa proposta asseguraria “autonomia interna a cada um dos ‘CURSOS’”⁴²² e deixaria a manifestação da síntese entre os conhecimentos para o último momento da formação.

Há, como é perceptível, uma contradição entre a proposta de integração dos conteúdos (que norteava a reforma) e a de cursos paralelos, relativamente autônomos e com uma oportunidade de manifestação de síntese somente ao fim da formação. Ela é reconhecida pela comissão ao afirmar que “a síntese final sobre o trabalho de Diplomação ainda é insuficiente como entrosamento dos conhecimentos”⁴²³. Por isso, seria “preciso assegurar esse entrosamento desde a 1^a à 5^a Série, sob pena dos exercícios de Composição adquirirem um indesejável caráter empírico”⁴²⁴. Para garantir esse entrosamento, seria necessário que os cursos – técnica, estática e cultura – preparamossem uma “SÍNTESE DE APLICAÇÃO dentro dos programas de trabalho de ‘ATELIER’”⁴²⁵.

Toda essa argumentação referia-se ao plano básico, espécie de modelo ideal de ensino que se pretendia implantar num futuro um pouco mais distante. Havia ainda o plano de emergência, “capaz de ser posto em prática já no próximo ano letivo”⁴²⁶. Esse segundo plano propunha fundamentalmente quatro mudanças: a) a redistribuição de horas entre as cadeiras; b) o reposicionamento das cadeiras pela seriação; c) o reagrupamento departamental; d) a sugestão de procedimentos didáticos.

⁴¹⁹ WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. *Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de Arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos*. 20f. Porto Alegre, 1957, p.9.

⁴²⁰ *Ibid., loc. cit.*

⁴²¹ “Estes trabalhos serão momentos de síntese final nos quais o aluno, quase arquiteto, aplica tudo o que aprendeu nos cinco anos de estudo e é assistido por todos os professores do Curso de Arquitetura” (WOLFF *et al.*, 1957, p.10).

⁴²² WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. *Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de Arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos*. 20f. Porto Alegre, 1957, p.10.

⁴²³ *Ibid., loc. cit.*

⁴²⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁴²⁵ *Ibid.*, p.10-11.

⁴²⁶ *Ibid.*, p.13.

A redistribuição de horas foi proposta a partir da verificação de uma distorção no curso – já exposta –, que “se prende não a um excesso de conhecimento técnico e de estética, mas à carência de maiores conhecimentos humanísticos e artísticos”⁴²⁷. Para revertê-la, a comissão propunha aumentar o número de horas-aula semanais de 27 para 30, reduzir o número de aulas de “uma ou outra disciplina de ramos de TÉCNICA e de ESTÁTICA”⁴²⁸ e aumentar as de projeto/cultura. Essa decisão reforçava a identidade do arquiteto como o profissional habilitado para elaboração de projetos.

Em relação ao reposicionamento das cadeiras dentro da seriação, a alteração foi mínima. Não houve exclusão de disciplinas. No máximo, remanejamento de conteúdo⁴²⁹.

O plano de emergência previa ainda mudanças na organização departamental. Os departamentos passariam de seis (História; Estática das Construções; Técnica das Construções; Expressão Gráfica e Modelagem; Composição; Legislação e Organização) para quatro (Cultura⁴³⁰; Projetos⁴³¹; Ciências Aplicadas⁴³²; Estática das Construções⁴³³). Esses departamentos reproduzem, com outro nome, a organização do

⁴²⁷ WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu; FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José. *Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de Arquitetura – Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos*. 20f. Porto Alegre, 1957, p.10.

⁴²⁸ *Ibid.*, p.14

⁴²⁹ “Nos ramos das disciplinas Culturais, História da Arte passou para a Terceira Série, assegurando-se assim, continuidade entre ela e a Arquitetura no Brasil, que permanece na Quarta Série. Teoria da Arquitetura (Teoria da Composição – Teoria dos Edifícios) que atualmente está na segunda série passa, como cadeira preparatória da Composição, a ser ministrada na primeira e na segunda séries. Teoria da Arquitetura (Filosofia da Arquitetura) surge na quinta série como fecho de síntese teórica do Curso todo, em correta continuidade com a História da Arte (História da Arquitetura) e Arquitetura no Brasil. Esta mais eficiente seriação das disciplinas Teóricas e Históricas permite que a Arquitetura Analítica, hoje sobrecarregada de aspectos históricos, se firme na justa orientação que já vem ensaiando e que consiste em limitar-se à análise gráfica dos elementos vivos e atuais da arquitetura. Esta sadias e eficiente simplificação possibilita que a Arquitetura Analítica seja reduzida a um ano de trabalho em ‘ATELIER’” (*sic*) (WOLFF *et al.*, 1957, p.14).

⁴³⁰ Reunindo as cadeiras de: 8- Teoria da Arquitetura; 21- História da Arte Estética; 11- Arquitetura no Brasil; 22- Legislação – Economia Política.

⁴³¹ Reunindo as cadeiras de: 7- Arquitetura Analítica; 20- Modelagem; 18- Desenho Artístico; 9- Composições de Arquitetura; 6- Técnica da Construção – Topografia; 19- Composição Decorativa; 10- Grandes Composições de Arquitetura; 12- Urbanismo – Arquitetura Paisagista.

⁴³² Reunindo as cadeiras de: 3- Geometria Descritiva; 4- Perspectiva – Sombras – Estereotomia; 5- Materiais de Construção – Estudo do Solo; 16- Física Aplicada; 17- Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades; 23- Organização do Trabalho – Prática Profissional.

⁴³³ Reunindo as cadeiras de: 1- Matemática Superior; 2- Mecânica Racional Grafostática; 13- Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções; 14- Concreto Armado; 15- Sistemas Estruturais.

ensino em quatro cursos paralelos: o exercício de *atelier* e as aulas de Cultura, Técnica e Estática.

E, finalmente, o documento sugeria procedimentos didáticos. A síntese de conhecimentos seria feita com base nos seguintes critérios: i) as disciplinas deveriam realizar exercícios práticos baseados no trabalho de composição, quando possível; ii) o Departamento de Projeto deveria estabelecer, em outubro de cada ano, planos de trabalho para o próximo ano letivo explicitando as propostas de síntese de aplicação; iii) os professores estabeleceriam horários para consultas individuais e permaneceriam à disposição dos alunos; iv) as palestras de síntese deveriam ser preparadas, impressas e distribuídas com antecedência; v) as salas de aula, especialmente de *atelier*, permaneceriam abertas à tarde e à noite; entre outros procedimentos.

A proposta, após organizada, foi encaminhada aos departamentos. Todos aprovaram. E na 57^a reunião da congregação, realizada em 24 de setembro de 1957, “foi iniciada a sessão especial, dividida em cinco séries”⁴³⁴ para tratar dela.

Após essas cinco reuniões, a congregação, em 21 de outubro de 1957, encaminhou, “a quem de direito, as alterações, modificações e inserções que julgou bem entender serem úteis e proveitosos aos estudos do Curso de Arquitetura”⁴³⁵. Entre elas estava a alteração de posição de disciplinas na seriação, departamentos, entre outras.

Em 1958 ainda foram realizados alguns estudos sobre o “novo sistema didático para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo”⁴³⁶, mas só em 1959 ele passou a vigorar integralmente. Contudo, todo o esforço em debater uma nova orientação ao ensino da Faculdade não surtiu efeitos imediatos. A reforma realizada foi pequena. Alterações de maior proporção só se realizariam no início da década de 1960.

⁴³⁴ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 57^a reunião da congregação, realizada em 24 de setembro de 1957.

⁴³⁵ COSTA, Ney Chrysostomo. Proposta de alteração, edificação e inserção de artigos de seu regimento que faz a colendíssima Congregação da Faculdade de Arquitetura. 17f. Porto Alegre, 1957, p.1.

⁴³⁶ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1959. 21f. Porto Alegre, 1960, p.7.

As alterações introduzidas no currículo do curso de Arquitetura a partir de 1957 foram⁴³⁷:

- 1957
 - (1^a série) – Modelagem divide-se em duas disciplinas: Modelagem e Maquetaria.
- 1958
 - (1^a série) – Foi incluída a cadeira Teoria da Arquitetura;
 - (2^a série) – Eliminada a cadeira de Arquitetura Analítica;
 - (2^a série) – Incluída a cadeira de Técnica da Construção – Topografia I. Essa disciplina, que existia antes apenas no 3º ano, foi dividida em duas. Técnica... I no 2º ano, e Técnica... II no 3º;
 - (3^a série) – Incluída a cadeira de História da Arte – Estética II. Essa disciplina, que existia antes apenas no 1º ano, foi dividida em duas. História... I no 1º ano, e História... II no terceiro ano;
 - (4^a série) – Incluída a cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista I. Essa disciplina, que existia antes apenas no 5º ano, foi dividida em duas. Urbanismo... I, no 4º ano, e Urbanismo... II, no 5º ano.

Essas disciplinas passaram a vigorar todas juntas apenas em 1959. Percebe-se que foram alterações de impacto menor, já que se referem à subdivisão de disciplinas em dois anos, alteração de nomes, eliminação ou inclusão de uma ou outra disciplina.

A reforma de maior vulto no ensino será tratada no capítulo que abordará a década de 1960, mais adiante.

4.2.6 Curso de Arquitetura: cadeiras e conteúdos

Serão tratados agora os conteúdos das cadeiras do curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura. Foi tomado como referência seu currículo inicial. Não foram incluídas as alterações posteriores.

⁴³⁷ DIRETOR da Faculdade de Arquitetura. [Carta] 21 de janeiro de 1961, Porto Alegre, [para] A. Leão Carvalho Silva, Porto Alegre. Em atenção à circular nº 3/60, de 12 de dezembro, encaminha relação da seriação e disciplinas dos cursos existentes na Faculdade. 4f.

As disciplinas examinadas são apenas as que lidam com a cidade (*Higiene da Habitação – Saneamento da Cidade e Urbanismo – Arquitetura Paisagista*).

Não serão abordadas, aqui, as que se referem a desenho ou a composição arquitetônica, como realizado nos capítulos 1 e 2. A atenção será concentrada exclusivamente naquelas preocupadas com a cidade. Seus conteúdos estão expostos abaixo.

4.2.6.1 Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades

Nessa cadeira, ministrada no 4º ano por Egydio Hervé e Luiz Arthur Ubatuba de Faria, o programa era composto por três conjuntos: o primeiro, de noções gerais de higiene e organismos patogênicos; o segundo, de infraestrutura urbana; e o terceiro, de instalações prediais.

A primeira parte do programa trazia, resumidamente, temas vinculados a noções de higiene e saneamento, saúde e doença; importância higiênica do ar, da água e do solo; bactérias, protozoários, cogumelos, parasitas e insetos; vida microbiana; moléstias. Na segunda parte, os conteúdos relativos a infraestrutura urbana lidavam com o abastecimento de água na cidade (fontes, propriedade físicas da água, composição química, dimensionamento de rede, etc.); esgotamento sanitário (redes, seções, cálculos, fórmulas, etc.); iluminação; arborização; espaços livres, áreas de recreio e parques.

Na terceira parte, os conteúdos sobre instalações prediais eram: instalação de água quente e fria na habitação; de combate à incêndios; tratamento domiciliário da água; esgotos domiciliares; coleta de lixo; iluminação natural e insolação na habitação.

Era uma disciplina que abordava os sistemas de infraestrutura desde o edifício até a cidade (ambos variando apenas em escala). Os temas relativos à urbe remetem à acepção higienista-sanitarista do início do século XX. Esse conteúdo é análogo ao da disciplina de mesmo nome oferecida no curso de Arquitetura do IBA e da Escola de Engenharia.

4.2.6.2 Urbanismo – Arquitetura Paisagista

Nessa cadeira, ministrada no 5º ano por Edvaldo Pereira Paiva, o programa era composto por quatro conjuntos de conteúdos: o primeiro, de princípios gerais (definições e o lugar da cidade na história); o segundo, de “análise urbana”; o terceiro, de “Planos Diretores. Urbanização Regional”; e o quarto, de paisagismo.

O primeiro conjunto trazia, resumidamente, os seguintes temas: origem e evolução das cidades (da Pré-História ao mundo contemporâneo); as escolas urbanísticas; definição das tarefas do urbanista. O segundo tratava de: traçados urbanos e rurais; sistemas de parcelamento do solo; elementos componentes das cidades e suas funções; unidades vicinais e industriais; tipos de cidades modernas; relação entre áreas construídas e espaços viários; áreas para habitação, indústria, comércio, edifícios públicos, semipúblicos; caracterização de ruas e sua relação com as edificações; tratamento das ruas por meio de arborização e vegetação; cruzamentos e pontos de conflito; praças; transportes; entre outros aspectos. O terceiro trazia os seguintes temas: princípios diretores da urbanística; trabalhos preparatórios, levantamentos, censos e expediente urbano; zoneamento; aplicações práticas do planejamento urbano; urbanização regional; relações da urbanística com a administração municipal. E, por fim, o quarto conjunto trazia os seguintes conteúdos: florística; jardins antigos e modernos; praças e parques; relações entre a vivenda, cidade e o verde; composição dos parques e jardins.

Todo o conteúdo é similar ao ministrado na disciplina de mesmo nome no curso de Arquitetura do IBA. E, como na disciplina homônima, o “Urbanismo”, tratado em três quartos do semestre, era amplo e multifacetado. Tratava de temas que iam da história das cidades e do Urbanismo, passando por elementos de projeto urbano, traçados, parcelamento do solo até zoneamento e cidade do futuro. É um curso expedito sobre Urbanismo que buscava dar conta da maior quantidade de aspectos possível.

O paisagismo, tratado no um quarto restante do semestre, ia da florística à composição de parques e jardins.

Pode-se afirmar, a partir dos dados disponíveis, que a preocupação com a cidade era, no ensino da década de 1950 da Faculdade de Arquitetura, pouco representativa – apenas duas cadeiras do total de 26 do curso. A habilidade necessária para manipulá-la era a de síntese, exercitada nos exercícios de composição (análogo à arquitetura, diferindo apenas em escala), além da capacidade de manipular as técnicas higienistas-sanitaristas (sistemas de infraestrutura que diferiam dos do edifício apenas em escala), além de outras.

Contudo, a instrução para a composição norteava a formação. Além disso, como foi possível perceber na exposição de motivos de 1952, a composição arquitetônica precederia e submeteria a Arquitetura Paisagista e o Urbanismo. Ambos deveriam servir-lhe como auxiliares, seja contribuindo ao projeto de espaços exteriores ou fazendo com que as composições de Arquitetura fossem pensadas como parte do conjunto

urbano. O Urbanismo estava, enfim, subordinado à composição arquitetônica.

4.3 O curso de Urbanismo

4.3.1 O processo de instalação

A primeira reunião da Congregação da Faculdade de Arquitetura, ocorrida em 2 de setembro de 1952, aprovou a seguinte redação para o artigo 2º do projeto de regulamento: “A Faculdade manterá os seguintes cursos de graduação: a) de Arquitetura; b) de Urbanismo”.

Apesar de constar nesse documento provisório, o curso de Urbanismo não funcionou no ano de instalação da Faculdade. E não havia perspectivas de que ele entrasse em atividade. Como refere João Baptista Pianca no relatório sobre 1952, se “persistir porém a falta de acomodações não vejo possibilidade do seu funcionamento tão cedo, mesmo porque o corpo docente ainda está incompleto”⁴³⁸.

Nesse 1º ano da Faculdade, Edvaldo Pereira Paiva propôs, na 9ª reunião da congregação, de 17 de setembro de 1952, que se copiasse a criação do curso de Urbanismo da FNA carioca. A proposta foi aprovada, mas o curso ainda tardou a se tornar realidade.

No ano seguinte, 1953, houve mais debates sobre sua criação. Em 25 de setembro, o Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura (CEUA) encaminhou ao diretor da Faculdade proposta de criação do curso de Urbanismo e nominata de interessados. A solicitação não era só de estudantes de Arquitetura, mas também de egressos⁴³⁹.

A proposta do CEUA foi encaminhada, inicialmente, ao CTA, que a apreciou em 14 de outubro de 1953. O conselho julgou “oportuno e necessário o funcionamento do Curso para o próximo ano e encaminha à deliberação da Congregação”⁴⁴⁰.

⁴³⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953, p.5.

⁴³⁹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953, p.6.

⁴⁴⁰ FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentadas

A congregação, por sua vez, aprovou a proposta, em 15 de dezembro do mesmo ano. Autorizado pelos dois órgãos, a sugestão foi encaminhada ao reitor juntamente com “um pedido do diretório acadêmico com 42 assinaturas”⁴⁴¹. Propunha-se que ele fosse noturno. Assim, atenderia “aos interesses, não somente dos alunos como também dos próprios formados, os quais, pelas suas atividades diurnas, somente dispõem da noite”⁴⁴².

No início do ano seguinte, 1954, o diretor da Faculdade realizou audiência com o reitor para debater o funcionamento e a organização do curso de Urbanismo, de acordo com o regulamento da Faculdade. Em 24 de janeiro do mesmo ano, o reitor encaminhou ofício ao diretor da Faculdade solicitando “examinar com os órgãos competentes dessa Faculdade a possibilidade e conveniência de funcionamento, este ano, do Curso de Urbanismo previsto na lei que instituiu a Faculdade Nacional de Arquitetura”⁴⁴³.

Com CTA, congregação e reitoria de acordo, o diretor da Faculdade passou às medidas necessárias à sua instalação. Uma das primeiras iniciativas foi remeter cartas aos diretores de Faculdades de Arquitetura⁴⁴⁴ do país solicitando regulamentos e provas de habilitação. Solicitou também aos professores Ernani Dias Corrêa e Luiz Arthur Ubatuba de Faria que fossem a São Paulo participar do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos em busca de regulamentos, regimentos, programas, monografias e outros documentos que dissessem respeito ao curso.

Pianca buscou ainda informações e indicações necessárias ao funcionamento do curso com Adolfo Morales de Los Rios (professor da FNA), com os dois professores da casa encaminhados a São Paulo, com o diretor da FNA e, através do reitor da URGS, com o reitor da

à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954, p.3.

⁴⁴¹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953, p.6.

⁴⁴² *Ibid.*, p.6-7.

⁴⁴³ FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentadas à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954, p.4.

⁴⁴⁴ Foram encaminhadas cartas aos diretores das seguintes instituições: a) Faculdade Nacional de Arquitetura. b) Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes da Universidade de Bahia. c) Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes de Recife. d) Faculdade de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais. e) Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie. f) Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo.

Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Nada foi solicitado a instituições estrangeiras.

Todas essas informações e indicações, fazia questão de salientar, foram pedidas sem compromisso. O diretor da Faculdade tinha em vista apenas colher dados que pudessem subsidiar futuras decisões da congregação.

O curso de Urbanismo, de graduação, teria dois anos de duração. A série das cadeiras estava estabelecida conforme indicado no quadro 17.

Quadro 17 - Disciplinas do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, 1954.

ANO (OU SÉRIE)	DISCIPLINAS
1º	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades I 2. Evolução Urbana I 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística 4. Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública
2º	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II 2. Evolução Urbana II 3. Arquitetura Paisagista 4. Organização Social das Cidades 5. Administração Municipal

Fonte: FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentadas à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954, p.7-8.

O curso contaria com sete disciplinas (duas delas que se repetiriam) distribuídas em dois anos. O diretor da Faculdade supunha serem necessários sete professores – um por disciplina – para que o curso passasse a funcionar⁴⁴⁵.

Contudo, apenas dois estavam nomeados até aquele momento: Adalberto Rodrigues de Carvalho, para a disciplina de *Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública*, e Max Waldemar Lubke, para a cadeira de *Administração Municipal*. Restavam, então, outros cinco para completar o quadro docente.

⁴⁴⁵ FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentadas à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954, p.8-9.

Com o intuito de facilitar sua instalação, o diretor da Faculdade apresentou uma lista de possíveis professores. Mas, destacava o diretor, os nomes sugeridos

[...] só foram considerados em condições de serem apresentados, depois de criteriosas e discretas palestras com cada um, respectivamente, nas quais apenas foram focalizadas as atitudes que tomariam, si, na colenda Congregação, os seus nomes viessem a ser objeto de cogitação e julgamento⁴⁴⁶.

Os nomes apresentados foram: a) Luiz Arthur Ubatuba de Faria; b) Edvaldo Pereira Paiva; c) Nelly Peixoto Martins; d) Demétrio Ribeiro. Faltava ainda um nome para, juntamente com Adalberto Carvalho e Waldemar Lubke, completar os sete necessários.

Ubatuba de Faria já era professor catedrático de *Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades* na graduação em Arquitetura. Essa disciplina contava com dois catedráticos – além dele, Egydio Hervé, oriundo da Escola de Engenharia – resultado da fusão dos cursos do Belas Artes e da Escola de Engenharia. Além disso, ele já fizera parte do corpo docente do curso de Urbanismo do IBA.

Segundo o diretor da Faculdade, “consultado, o egrégio Professor [Ubatuba de Faria] [...] mostrou preferência pela cátedra de Teoria e Prática dos Planos de Cidades” e condicionou sua aceitação ao cargo à “possibilidade de ser sem prejuízo dos seus direitos de Professor catedrático efetivo da cadeira de Higiene da Habitação – Saneamento”⁴⁴⁷.

Outro professor proposto foi Edvaldo Pereira Paiva. Este, por sua vez, já era professor catedrático de *Urbanismo – Arquitetura Paisagista* na graduação em Arquitetura e também fora professor do curso de Urbanismo do IBA. Paiva demonstrou interesse por *Evolução Urbana*. E condicionou sua aceitação ao cargo à “possibilidade de ser sem prejuízo dos seus direitos de professor catedrático efetivo da cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista”.

Já Nelly Peixoto, egresso da primeira turma do curso de Urbanismo do IBA, era, na ocasião, “Engenheiro da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, na Diretoria de Saneamento e Urbanismo, Seção de Urbanismo, onde exerce o cargo de Engenheiro Urbanista”⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentadas à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954, p.10.

⁴⁴⁷ *Ibid.*, p.12.

⁴⁴⁸ *Ibid.*, p.13.

Sua preferência era por *Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística*.

Por fim, Demétrio Ribeiro era referido pelo diretor da Faculdade como professor catedrático de *Composições de Arquitetura*. Não há, na documentação consultada, referência a interesse por cadeiras, tampouco condições especiais para sua aceitação.

Como os pedidos de envio de programas para concurso de habilitação – feitos às universidades – não foram atendidos, a direção entrou em contato, via telegrama, com o diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais. Pretendia, assim, obter pronto retorno.

E logo vieram, da instituição mineira, os programas e o material do concurso de habilitação. Foi encaminhado também, pela secretaria da FNA, o programa do curso de habilitação. Foram esses documentos que serviram de referência à montagem inicial do curso gaúcho.

Sobre o concurso de habilitação cabe ainda breve nota. A Faculdade de Arquitetura adotou, em seu processo seletivo, o que era solicitado nos demais cursos de Urbanismo do país: provas sobre “duas ciências: a- História da Arte; b- Sociologia”⁴⁴⁹. Essa referência é necessária, pois, no futuro, o curso de habilitação acolherá novo conteúdo que mudará o perfil dos ingressantes.

Em 18 de fevereiro de 1954, o trabalho da direção com vistas ao funcionamento do curso de Urbanismo foi apresentado à congregação e aprovado. Nessa mesma 26ª reunião, a congregação decidiu que a direção tomasse “as providências necessárias para o começo imediato do curso de Urbanismo”⁴⁵⁰.

Pouco tempo depois, em 26 de maio, a congregação tratou novamente do curso. Na ata de sua 29ª reunião está anotado que “o Curso de Urbanismo está em pleno e eficiente funcionamento”⁴⁵¹. Nela o diretor informou ainda que o curso de Urbanismo estava, “provisoriamente, adotando os programas da Faculdade de Arquitetura de Belo Horizonte, até que esta colendíssima Congregação se manifeste sobre o assunto”⁴⁵². A FNA, escola “padrão federal”, acabou não sendo a referência direta aos programas das disciplinas, por uma questão simples: apenas a

⁴⁴⁹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentadas à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. 19f. Porto Alegre, 1954, p.18.

⁴⁵⁰ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 26ª reunião da congregação, realizada em 18 de fevereiro de 1954, p.3.

⁴⁵¹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 29ª reunião da congregação, realizada em 26 de maio de 1954, p.1.

⁴⁵² *Ibid., loc. cit.*

faculdade mineira encaminhou os documentos solicitados pela direção da Faculdade de Arquitetura.

Nesse primeiro ano de funcionamento, o curso teve 14 candidatos. Deles, apenas um foi reprovado⁴⁵³. No mesmo ano, o curso de Arquitetura contou com 131 inscritos no processo seletivo. A diferença entre o número de ambos os cursos foi de quase um para dez⁴⁵⁴. O Urbanismo não movimentou, ao menos incialmente, um expressivo contingente de interessados.

4.3.2 O curso de Urbanismo a partir do regimento de 1955

Em 1955, a aprovação do regimento interno – que já vinha sendo debatido durante os anos precedentes – passou a regrar definitivamente o funcionamento dos cursos da Faculdade de Arquitetura. Como já referido, ele estabeleceu as modalidades de cursos que a Faculdade de Arquitetura ofereceria: os cursos de graduação em Arquitetura e em Urbanismo e os extraordinários de pós-graduação e extensão. As cadeiras e seriação do curso de Urbanismo, definidas pelo art. 11 do regulamento, eram as mesmas já aceitas provisoriamente na Faculdade.

O estatuto de 1955 não manteve a proposta feita na 7^a reunião da congregação, de 1952, de agrupar as cadeiras do curso de Urbanismo em dois departamentos: cultural e de composição⁴⁵⁵. As disciplinas do curso se dispersaram pelos seis departamentos criados.

A cadeira da *Evolução Urbana* estava no departamento de História; a de *Técnica Sanitária Urbana – Serviço de Utilidade Pública*, no de Técnica das Construções; as de *Teoria e Prática dos Planos de Cidades* e *Arquitetura Paisagista*, no de composição; e, no departamento de Legislação e Organização, estavam *Urbanologia – Estatística* –

⁴⁵³ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao egrégio professor doutor Elyseu Paglioli, digníssimo Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor Doutor Ney Chrysostomo da Costa, Diretor da Faculdade de Arquitetura. Relatório do ano letivo de 1955-1956. Porto Alegre, 1956, p.4.

⁴⁵⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁴⁵⁵ No debate sobre o projeto de regulamento da Faculdade, realizado nas reuniões da congregação, fora sugerida organização das disciplinas do curso de Urbanismo em dois departamentos: Cultural e de Composição (FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 7^a reunião da congregação, realizada em 12 de setembro de 1952). A organização proposta era a seguinte: I- DEPARTAMENTO CULTURAL (1. *Evolução Urbana* [2 partes]; 2. *Organização Social das Cidades*; 3. *Urbanologia – Estatística – Documentação*; 4. *Administração Municipal*. II- DEPARTAMENTO DE COMPOSIÇÃO (5. *Teoria e Prática dos Planos de Cidades* [2 partes]; 6. *Arquitetura Paisagista*; 7. *Técnica Sanitária – Serviços de Utilidade pública*).

Documentação Urbana, Organização Social das Cidades e Administração Municipal.

A falta de professores sempre foi um problema. No relatório sobre os anos de 1955-56, consta a afirmação de que no “Curso de Urbanismo, apesar de grande necessidade, ainda não foi possível a criação do corpo de ajudantes do Professor Catedrático”⁴⁵⁶. O quadro 18 apresenta os professores e suas respectivas cadeiras em 1956.

Quadro 18 – Sérieção e professores do curso de Urbanismo, 1956.

CURSO DE URBANISMO	
Primeira Série	
1- Urbanologia – Estatística Documentação Urbanística	Nelly Peixoto Martins
2- Evolução Urbana	Demétrio Ribeiro
3- Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública	Adalberto Pereira [ou Rodrigues?] de Carvalho
4- Teoria e Prática dos Planos de Cidades	Edvaldo Pereira Paiva
Segunda Série	
1- Evolução Urbana	Demétrio Ribeiro
2- Administração Municipal	Max Wlademar Lubke
3- Organização Social das Cidades	Laudelino Teixeira de Medeiros
4- Arquitetura Paisagista	Roberto Júlio Fabian
5- Teoria e Prática dos Planos das Cidades	Edvaldo Pereira Paiva

CORRÊA, Ernani Dias. [Carta] 30 de janeiro de 1956, Porto Alegre, [para] TEIXEIRA, Anísio, Rio de Janeiro. 5f. O diretor substituto da Faculdade de Arquitetura encaminha ao secretário geral da CAPES relações de professores e cadeiras dos cursos de Arquitetura e de Urbanismo, p.5.

Percebe-se que o regulamento de 1955 não alterou substancialmente a formação oferecida inicialmente pelo curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura.

⁴⁵⁶ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao egrégio professor doutor Elyseu Paglioli, digníssimo Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor Doutor Ney Chrysostomo da Costa, Diretor da Faculdade de Arquitetura. Relatório do ano letivo de 1955-1956. Porto Alegre, 1956, p.3.

4.3.3 A extinção do curso de Urbanismo

Em 1956, dois anos após o inicio do curso de Urbanismo, aparece na ata da 49^a reunião da congregação, de 14 de novembro, uma referência à sua extinção. Luiz Leseigneur de Faria afirmou, na ocasião, que “o Curso de Urbanismo é de grande eficiência e não deverá ser extinto”⁴⁵⁷. E, se havia defesa por sua permanência, é porque havia, presumo, rumores de sua extinção.

No início do ano seguinte, em 25 de março de 1957, o tema voltou à pauta. Na 52^a reunião da congregação, Demétrio Ribeiro, preocupado com seu andamento, dizia que “um curso de tanta responsabilidade e importância [...] vem sofrendo todos os anos uma série de restrições que impedem o funcionamento normal do curso, que o mesmo não vem correspondendo em consequência dessas faltas”⁴⁵⁸. Na mesma reunião, sugeriu que a congregação designasse uma comissão para estudar e resolver os problemas do curso. Luiz Leseigneur de Faria, por sua vez, propôs que a congregação aprovasse nomes indicados pelo CTA para compô-la. Todavia, a solução do impasse ficou para depois.

No ano seguinte, 1958, o Grêmio de Urbanistas, “órgão que congrega todos os que se interessam pelos assuntos referentes ao urbanismo”⁴⁵⁹, encaminhou ao reitor Elyseu Paglioli, em 14 de fevereiro, documento protestando “veementemente contra a lamentável iniciativa do ‘Conselho Técnico da Faculdade de Arquitetura da URGS’ que, em recente proposição, solicitou à Congregação da Faculdade de Arquitetura a SUSPENSÃO DO CURSO DE URBANISMO”⁴⁶⁰.

Sabiam que os motivos de suspensão do curso eram “a) dificuldades de constituição do corpo docente e b) frequência reduzida”⁴⁶¹. Apesar disso, buscavam, na carta, “mostrar o lado oposto ao alegado”⁴⁶². Argumentavam que a frequência do curso era muito boa e que as cadeiras tinham sido lecionadas com regularidade, mesmo que por professores de pouca bagagem.

Reconheciam que o curso de Urbanismo, como o de Arquitetura, necessitava de reformas. Mas afirmavam que “entre as correções e a suspensão, vai um enorme intervalo”⁴⁶³. Solicitavam, enfim, que fosse

⁴⁵⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 49^a reunião da congregação, realizada em 14 de novembro de 1956, p.3.

⁴⁵⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 52^a reunião da congregação, realizada em 25 de março de 1957, p.3.

⁴⁵⁹ GAY, Ruben da Silva; BONDER, Leo; TITONN, João Oly; HEIT, Tácito A.; BARCELLOS, Mozart Lopes; ANZANELLO, Natalino; GERALDO, Cezar Coufal; GANDOLFI, Paulo José. [Carta] 14 de fevereiro de 1958, Porto Alegre, [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. 3f. Manifestação do Grêmio de Urbanistas sobre a extinção do curso de Urbanismo, p.1.

⁴⁶⁰ *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁶¹ *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁶² *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁶³ *Ibid.*, p.2.

estudada “a formação de um INSTITUTO DE URBANISMO’ com maior âmbito – o que pode ser precedido sem a injustificável suspensão do curso que é de tal necessidade para o Rio Grande do Sul”⁴⁶⁴. O protesto do Grêmio de Urbanistas, apesar de forte, não mudou o destino do curso, como veremos.

No mês seguinte à carta do Grêmio, em 18 de março de 1958, a congregação retomou o debate sobre a suspensão do curso. Nessa reunião, Luiz Leseigneur de Faria, oriundo da Escola de Engenharia, manifestou sua contrariedade à suspensão do curso, argumentando que o conselho universitário faria de tudo para mantê-lo, já que, por menor que fosse o número de urbanistas, seriam sempre aproveitados em todo o Estado⁴⁶⁵.

Demétrio Ribeiro, oriundo do IBA, via como consumada a suspensão do curso. E como o tema suscitava polêmica, foi eleita comissão para estudar a situação. Foram eleitos Faria (que declarou que não abriria mão de seu ponto de vista), Edgar Graeff e Fernando de Azevedo Moura.

Pouco tempo depois, em 23 de maio de 1958, a congregação pôs o tema em pauta novamente. A comissão apresentou seu parecer sugerindo a manutenção do curso⁴⁶⁶. O centro acadêmico, presente na reunião, se opôs ao parecer. Queria sua suspensão temporária. Alguns professores se manifestaram, mas logo o parecer foi posto em votação e aprovado por unanimidade.

Dias após, em 1º de julho de 1958, a 70ª reunião da congregação retomou o debate. Nela, duas notícias foram dadas: que havia sido publicado edital para contratação de professores para o curso de Urbanismo; e que a comissão designada para estudar o programa de habilitação para o mesmo curso (composta por Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva e Fernando Lunardi) propusera “sua alteração e a inclusão de uma prova de planejamento urbano de caráter eliminatório”⁴⁶⁷.

Todavia, seu caráter eliminatório foi contestado. Demétrio Ribeiro e Edvaldo Paiva recuaram, concordando com a retirada da condição

⁴⁶⁴ GAY, Ruben da Silva; BONDER, Leo; TITONN, João Oly; HEIT, Tácito A.; BARCELLOS, Mozart Lopes; ANZANELO, Natalino; GERALDO, Cezar Coufal; GANDOLFI, Paulo José. [Carta] 14 de fevereiro de 1958, Porto Alegre, [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. 3f. Manifestação do Grêmio de Urbanistas sobre a extinção do curso de Urbanismo, p.2.

⁴⁶⁵ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 65ª reunião da congregação, realizada em 18 de março de 1958, p.6.

⁴⁶⁶ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata 67ª reunião da congregação, realizada em 23 de maio de 1958, p.3.

⁴⁶⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 70ª reunião congregação, realizada em 1º de julho de 1958, p.5.

eliminatória. O concurso de habilitação passaria a ter, então, três conteúdos: História da Arte, Sociologia e Planejamento Urbano.

O debate descrito anteriormente revela que os oriundos da Escola de Engenharia reivindicavam a manutenção do curso. Já os do IBA, por sua vez, pleiteavam sua paralisação e consequente reorganização. O que estava por trás dessas posições? É impossível afirmar categoricamente, já que a documentação não faz menção explícita. Mas, supomos, a chave de interpretação está na proposição da prova de planejamento e em seu caráter eliminatório. O exercício profissional do Urbanismo estava garantido apenas àqueles diplomados no curso, fossem eles engenheiros ou arquitetos. A interrupção e reorganização do curso poderia dificultar o acesso aos engenheiros, limitando-lhes, assim, o exercício dessa atribuição profissional. O que estava posto em disputa, parece-nos, era quem dominaria esse campo de saberes e fazeres.

Apesar dos debates, em dezembro de 1958, João Baptista Pianca, o diretor da Faculdade de Arquitetura, comunicou à reitoria que o curso de Urbanismo estava suspenso. Essa informação é confirmada pelo relatório de atividades do curso do mesmo ano. Nele consta que “funcionou somente o Curso de Arquitetura, tendo sido suspenso o Curso de Urbanismo em virtude de dificuldades em dotá-lo de um corpo docente mais eficiente e também pelo número reduzido de interessados”⁴⁶⁸.

O corpo docente do curso de Urbanismo contava, naquela ocasião, com “um catedrático efetivo, um interino e cinco contratados”⁴⁶⁹. E, para pô-lo novamente em funcionamento, fora “aberto um concurso de títulos com a finalidade de obter uma seleção de valores para o ensino nas cadeiras providas por contrato”⁴⁷⁰.

No ano seguinte, 1959, em 16 de março, o diretor da Faculdade informou o reitor Elyseu Paglioli sobre a reestruturação sofrida pelo curso de Urbanismo, “cujo estudo foi feito pelos Professores indicados

⁴⁶⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1958. Porto Alegre, 1959, p.7.

⁴⁶⁹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1958. Porto Alegre, 1959, p.7.

⁴⁷⁰ *Ibid., loc. cit.*

para regerem as cadeiras do curso e esta Direção”⁴⁷¹. Ela se baseou nos seguintes princípios, aprovados pelo corpo docente e direção da Faculdade:

- a) Redução dos programas teóricos aos elementos estritamente necessários para formação do aluno. Abolição de aspectos secundários, de mera erudição e não aplicáveis à nossa realidade sócio-econômica.
- b) Extinção das repetições dos mesmos assuntos, nas várias cadeiras do Curso. Estabelecimento de mais íntimas relações entre as cadeiras, mesmo no campo teórico.
- c) Estabelecimento de temas práticos que possam ser desenvolvidos com a intervenção de várias ou de todas as cadeiras⁴⁷².

Mas, no que tange à seriação, a reestruturação limitou-se, nesse momento, apenas à posição de algumas disciplinas. As disciplinas e a seriação do curso seriam conforme o exposto no quadro 19.

Quadro 19 - Currículo do curso de Urbanismo - 1959.

ANO	DISCIPLINAS
1º	1- Teoria e Prática dos Planos de Cidades I 2. Evolução Urbana I 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana I 4. Arquitetura Paisagista I 5. Organização Social das Cidades
2º	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II 2. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana II 3. Arquitetura Paisagista II 4. Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública 5. Administração Municipal

Fonte: PIANCA, João Baptista. [Ofício s/nº] 16 de março de 1959, Porto Alegre, [para] PAGLIOLI, Elyseu, Reitor, Porto Alegre. 2f. Reestruturação do curso de Urbanismo.

⁴⁷¹ PIANCA, João Baptista. [Ofício s/nº] 16 de março de 1959, Porto Alegre, [para] PAGLIOLI, Elyseu, Reitor, Porto Alegre. 2f. Reestruturação do curso de Urbanismo, p.1.

⁴⁷² DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.12.

Para perceber as alterações realizadas no curso entre 1954 e 1959, é necessário posicionar os currículos lado a lado. O quadro 20 apresenta essa informação.

Quadro 20 - Comparaçao entre os currículos do curso de Urbanismo de 1954 e 1959.

ANO	CURRÍCULO DE 1954	CURRÍCULO REFORMULAÇÃO DE 1959
1º	1- Teoria e Prática dos Planos de Cidades I 2. Evolução Urbana I 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística 4. Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública	1- Teoria e Prática dos Planos de Cidades I 2. Evolução Urbana I 3. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana I 4. Arquitetura Paisagista I 5. Organização Social das Cidades
2º	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II 2. Evolução Urbana II 3. Arquitetura Paisagista 4. Organização Social das Cidades 5. Administração Municipal	1. Teoria e Prática dos Planos de Cidades II 2. Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana II 3. Arquitetura Paisagista II 4. Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública 5. Administração Municipal

Fonte: elaborado pelo autor.

A disciplina de *Organização Social das Cidades* sai do 2º ano e vai para o 1º. *Arquitetura Paisagista*, que era antes só do 1º ano, passa a ser ministrada também no 2º. *Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana*, antes ministrada só no 1º ano, passa também a ser ministrada no 2º ano. *Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública* vai do 1º ano para o 2º.

Como é possível perceber, não há novas disciplinas. Apenas o desdobramento da mesma disciplina em dois anos, ou o remanejo de algumas de um ano para outro.

Em 1959 o curso de Urbanismo foi reiniciado. Todos os seus 16 matriculados foram arquitetos.

4.3.4 Curso de Urbanismo: cadeiras e conteúdos

Serão tratados, agora, os conteúdos das disciplinas do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura na década de 1950. Essa tarefa foi realizada a partir de documentos de 1955⁴⁷³ que apresentam as disciplinas e seus programas.

As disciplinas, professores e conteúdos estão expostos a seguir.

4.3.4.1 Teoria e Prática dos Planos de Cidades

Essa cadeira foi ministrada no 1º e no 2º anos por Edvaldo Pereira Paiva. O 1º ano trazia, inicialmente, “generalidades”: a natureza e o objetivo do planejamento; seus aspectos físico, social e econômico; suas escalas nacional, regional e local; a relação entre a cidade e sua região; as três funções fundamentais do urbanismo: habitação, trabalho e recreação; seus principais objetivos: ocupação do solo, organização da circulação, legislação; a unidade residencial como unidade social autossuficiente.

Outro tema tratado era o uso da terra: agricultura, matas, minas, piscicultura e horticultura, paisagismo, recreação e esportes; espaços livres, áreas residenciais – densidade de população e construção; relação entre a habitação, os locais de trabalho, as áreas comerciais, industriais, as escolas e os campos de jogos, os locais de culto, os cemitérios, os hospitais e os serviços públicos.

Abordava, nesse mesmo ano, o zoneamento, a circulação viária e a prática de planejamento (formulação de princípios, investigação, levantamento de informações e análise das condições existentes; escolha de local e organização dos elementos constitutivos de plano, sua locação e grupamento; projetos detalhados de conjuntos residenciais, culturais, recreativos, administrativos e outros tipos de planejamento comunal).

No 2º ano a disciplina trazia maior diversidade de temas. Tratava da cidade moderna; correção de erros no planejamento (exemplos); informações básicas para o planejamento (naturais, econômicas, populacionais, topográficas); estações férreas (localização); portos; sistema de transporte local (sistema elevado, metrô, custos); a rua

⁴⁷³ São eles: a) 2141. *Universidade do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre.* 9 páginas [anotado à mão] Porto Alegre, 1955; b) 2142. *Universidade do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre.* 7 páginas [anotado à mão] Porto Alegre, 1955.

modelo, planos retangular, radial, perimetral, parques, ruas, quarteirões, loteamento, zoneamento; estudo do tráfego; parques urbanos; princípios para a localização dos edifícios públicos, centros cívicos e centros comerciais; composição das cidades; favelas (causa e efeitos, moradia econômica); problemas especiais no planejamento (aeroportos); garagens coletivas; descentralização da indústria, cidades industriais, jardins, novos subúrbios; e, por fim, as oportunidades e responsabilidades do engenheiro urbanista no planejamento das cidades.

Era uma disciplina que tratava de aspectos diversos. Buscava dar conta de um amplo conjunto de informações necessárias à elaboração do projeto moderno de cidades (ou de trechos dela).

4.3.4.2 Evolução Urbana

Disciplina ministrada no 1º e 2º anos por Demétrio Ribeiro. O 1º ano era dividido em seis temas: o primeiro, introdutório, tratava da relação entre História, Geografia, Sociologia e Evolução Urbana. O segundo tema, das aglomerações urbanas primitivas. O terceiro, da Antiguidade: cidades na Antiguidade, suas funções e distribuição geográfica, seus sítios e implantação, estrutura das cidades egípcias, gregas e romanas; as teorias sobre a forma urbana na Antiguidade Clássica. O quarto, da cidade medieval: sua função social, sua vida urbana, seus sítios de implantação, seu traçado, sua estrutura. O 5º, das cidades na renascença: função das cidades, suas transformações, as cidades ideais. E o sexto, da relação entre as monarquias absolutistas e a cidade, introduzindo, por fim, os problemas da cidade industrial e as correntes urbanísticas do século XIX.

O 2º ano era dividido em apenas dois temas: o primeiro tratava da cidade norte-americana: origens e colonização, sua função social, sua distribuição pelo território, sua economia, estrutura, problemas e contribuição para o urbanismo moderno. O segundo abordava as cidades da América do Sul: sua colonização, fatores geográficos, as etapas da evolução urbana da América Latina, a colonização espanhola e portuguesa, a estrutura urbana do Brasil colônia, a independência, as cidades do século XIX, comparação da cidade brasileira com a norte americana, a cidade brasileira atual, seus problemas, o urbanismo no Brasil e, finalmente, o alcance prático dos conhecimentos em evolução urbana.

Essa era, fundamentalmente, uma disciplina de história da forma urbana. Importante notar o último tema do 2º ano – “alcance prático dos conhecimentos de planejamento”. Parece ser a tentativa de relacionar

os conhecimentos “teórico/históricos” da disciplina com os “práticos” de projeto.

4.3.4.3 Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística

Essa disciplina foi ministrada por Nelly Peixoto Martins. Seu programa era extenso e divido em três partes, como seu nome já refere: urbanologia, estatística e análise, e documentação urbanística.

A parte de urbanologia tratava, entre outros, dos seguintes temas: sua conceituação, origem e evolução; estatísticas e sua relação com os fenômenos urbanos; o grupo humano, os fatores que influenciam na formação das cidades, as formações espontâneas e dirigidas; o meio físico (geografia, topografia, fitologia, climatologia); a geografia urbana; a região (cidade e sua relação com a região, o conceito de unidade geográfica); o determinismo geográfico, os fatores topográficos; a geologia (solo e subsolo, caracteres físicos, químicos, mineralógicos, econômicos, erosão, assoreamento, tremores de terra, camadas superficial e profunda, e suas funções para agricultura, saneamento, fundações, serviços subterrâneos); o clima e a vida urbana; a vegetação, o verde regional, o cinturão verde, o verde urbano e suas funções higiênicas, sociais, estética, de abrigo; o elemento humano, o povo, a sociedade.

A segunda parte, de estatística, tratava dos seguintes temas: a estatística metodológica e sua aplicação ao urbanismo; a apreciação geral do levantamento dos dados (coleta, fixação, pesquisa e sistematização dos dados estatísticos); o inquérito estatístico; os questionários, sua organização, crítica e apuração dos dados; a apresentação gráfica; os números índices, percentuais, aproximações e arredondamentos; a amostragem, universo e erros.

A última parte da disciplina, de análise e documentação urbana, lidava com os seguintes temas: demografia, recenseamentos e estatísticas demográficas, imigração e emigração, êxodo rural, migração interna de bairro a bairro; densidade demográfica, distribuição da população por zonas; divisão da cidade em zonas – residenciais, comerciais, industriais, portuárias, administrativas, rurais; fenômenos sociais urbanos – dados estatísticos necessários à orientação dos desenvolvimentos urbanísticos, serviços de assistência médica, social e sanitária, hospitais, creches, ambulatórios; fatores religiosos e sua influência sobre o desenvolvimento da cidade; estatísticas referentes à vida moral: crimes e contravenções, polícia; saneamento urbano, escoamento de águas pluviais, rede de esgotos, abastecimento de água; estatísticas culturais, estabelecimentos de ensino, bibliotecas, museus,

teatros, estádios, arquivos, etc.; economia e finanças, apreciações dos fenômenos econômicos de uma cidade; padrão de vida na cidade, nível médio de salários, coeficientes de custo de vida, influência do padrão de vida sobre as condições urbanísticas; documentação relativa a uma cidade e sua estrutura física e social, planta cadastral, técnica da organização cadastral, registro dos valores imobiliários; documentação para a reconstituição das várias fases da vida de uma cidade, patrimônio artístico, histórico e paisagismo da cidade; etapas de uma cidade em crescimento.

A leitura desse programa, amplo e variado, demonstra que ela é uma disciplina que busca preparar o profissional a capturar, organizar e trabalhar com informações sobre a cidade. Busca fazer com que o estudante seja capaz de realizar um diagnóstico que abranja uma gama variada e completa de informações sobre a cidade.

4.3.4.4 Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública

Essa disciplina foi ministrada por Adalberto Rodrigues de Carvalho. Seu programa era dividido em duas etapas (Técnica Sanitária Urbana e Serviços de Utilidade Pública), que, por sua vez, eram organizadas em temas diversos.

A primeira parte, de Técnica Sanitária Urbana, era dividida em sete temas: conhecimentos gerais; abastecimento de utilidade econômica; abastecimento de água; esgotos; ruídos urbanos; poluição da atmosfera; resíduos urbanos. A segunda parte, de Serviços de Utilidade Pública, era dividida em seis temas: conhecimentos gerais; serviço de água; serviço e esgotos; serviço de luz e força; serviços de transportes coletivos; serviços de gás.

Era uma disciplina que pretendia abordar, na sua totalidade, os sistemas e serviços de infraestrutura urbana.

4.3.4.5 Arquitetura Paisagista

Essa disciplina foi ministrada por Roberto Júlio Fabian. Seu programa trazia os seguintes conteúdos: conceito de cor (primárias, secundárias e complementares); relações entre cores e suas combinações; conceito de forma como valor estético; relações e composições de formas e cores; valor cromático da paisagem; espaço interior e exterior e sua relação; espaços abertos e fechados; o verde como integrante do espaço na vivenda e na cidade; elementos do jardim, florística, arborização;

história do jardim (Egito, Babilônia, Pérsia, Grécia, Roma, Renascimento, jardim italiano, árabe, francês, inglês, moderno, realizações no Brasil); fitogeografia brasileira; patrimônio florístico, hileia amazônica, flora extra-amazônica, diferentes zonas das palmeiras, das caatingas, das florestas orientais, dos pinheiros, dos campos e faixa marítima; paisagismo urbanístico; relação entre o verde e a vivenda, entre o verde e o conjunto urbano; arborização das avenidas: praças, parques, jardins privados obrigatórios; o cinturão verde; a paisagem como elemento artístico; sua composição por: forma, cor, espaço, luz e época do ano, visuais, perspectivas.

O programa da disciplina referia ainda que, no 1º semestre do curso, seriam efetuados trabalhos práticos (um por semana), e, no 2º semestre, duas grandes composições. Por fim, havia a seguinte referência no programa: “todo o curso se desenvolverá em forma prática, tendo o mínimo indispensável de aulas teóricas”.

Isso significa que os conteúdos descritos no programa seriam tratados, preferencialmente, no âmbito prático, ou seja, em aula de *atelier* de projeto. Dessa forma, essa disciplina pretendia formar um profissional capacitado para realizar projetos.

4.3.4.6 Organização Social das Cidades

Essa disciplina foi ministrada por Laudelino Teixeira de Medeiros. Seu programa trazia, ao fim, riscado, a referência a “Belo Horizonte, março de 1954” e ao professor e engenheiro Francisco de Assis da Silva Brandão. Fica explícito, aqui, que o programa utilizado era o da Universidade de Minas Gerais, sem ao menos as transcrições para ofício da Faculdade de Arquitetura.

Os conteúdos da disciplina eram, entre outros, os seguintes: a cidade, suas partes distintas e as diferentes atividades que nelas se exercitam; o planejamento indispensável; gênese da cidade; civilizações ruralistas e urbanistas; vila medieval; o maquinismo e as cidades; a volta ao campo e influência metropolitana; conceito moderno da cidade (o espírito de vizinhança, a unidade de vizinhança); planejamento urbano, regional e nacional; a tendência para a descentralização; trânsito, serviços públicos, saúde e segurança pública, a indústria; a descentralização e as lições da guerra; a descentralização e a zona rural; a cidade-organismo vivo; as dimensões e a estrutura social de uma cidade, conforme relatório do “National Council of Social Service” (N.C.S.S.); a função urbana e o zoneamento; ecologia da cidade; as bases sociais da vida urbana; as classes urbanas (mobilidade social, aristocracia,

capitalismo, burguesia, classe média, o proletariado, o sistema norte-americano de classes); núcleos e edifícios industriais, comerciais; habitações individuais e coletivas (a casa moderna, popular, mínima, composição da casa, soluções populares, financiamento e execução); a situação dos alojamentos no Brasil (bairros residenciais, cidade Jardim, núcleos rurais e semirrurais); distribuição demográfica rural e urbana; migração rural e urbana; fatores do desenvolvimento das cidades; a higiene doméstica e seus fundamentos: aeração, água, radiações, os raios ultravioleta, insolação, iluminação natural, isolamento térmico, isolamento acústico; os problemas do lixo, dos esgotos, instalações contra incêndio, etc.; organização da vida urbana (família, bem-estar social, assistência social); creches, lactários, jardins de infância e escolas, policlínicas, maternidades, hospitais, etc.; atividades culturais, religiosas, recreativas, filantrópicas e de assistência social.

É uma disciplina que tratava de temas diversos, boa parte deles abordados noutras disciplinas. Todavia, incorpora questões sociais sobre a cidade.

4.3.4.7 Administração Municipal

Essa disciplina foi ministrada por Max Waldemar Lubke. Seu programa trazia o seguinte conteúdo: origens do Município; o Município como instituição primária dos povos; municípios romano e medieval; origens do Município no Brasil; as câmaras no período colonial, o Município na proclamação da República e nas constituições federais de 1891 e 1937; modernas fontes do direito municipal; o Município brasileiro nas constituições federal e estaduais vigentes; regimes de administração municipal em outros países; sistemas de eficiência; organização municipal no Brasil; lei orgânica dos municípios; sistemas adotados nos diversos estados; criação de municípios; personalidade jurídica; criação de distritos; sua situação jurídica; da competência do Município; o que a ele compete prover e o que lhe é vedado; da organização político-administrativa das municipalidades; órgãos da administração municipal; elegibilidade, inelegibilidade, perda de mandatos; da câmara municipal, instalação e funcionamento; das atribuições e das deliberações da câmara; iniciativa e elaboração das leis; comissão representativa; as atribuições do prefeito e sua substituição; da receita municipal; das taxas; das despesas, orçamento e contabilidade municipais; programa de administração; o urbanista na administração do Município; intervenção nos municípios; execução de obras públicas; serviços de utilidade pública; assistência social e o

Município; a desapropriação por utilidade pública no direito brasileiro; poder de polícia; posturas municipais; código de posturas; código de obras; fiscalização de obras públicas e particulares; centralização administrativa e centralização política (vantagem e desvantagens da centralização e da descentralização administrativa); o urbanismo na legislação brasileira e na legislação de outros países; o ensino do urbanismo no país e no estrangeiro.

É uma disciplina que trata da administração pública. Não lida com projeto, mas com a cidade como *locus* político-administrativo. E, ainda, com o papel dos urbanistas nesse contexto.

Pode-se dizer, resumidamente, a partir da leitura dos conteúdos das disciplinas, que o curso formava urbanistas capacitados para tratar aspectos variados da cidade: o saneamento e a infraestrutura urbana, seus sistemas e redes, sua história e administração. No entanto o centro da formação residia na cidade abordada como artefato, manipulável a partir da composição, momento de síntese de dimensões variadas vinculadas à cidade – política, administrativa, econômica, estrutural, histórica, etc. Contudo, não desconhecia que a cidade estava para além de sua forma.

Ao longo deste capítulo, pôde-se perceber que o Urbanismo, na graduação em Arquitetura, manteve-se como conteúdo pouco representativo no currículo, contemplado por apenas duas disciplinas (*Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades* e *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*), que, em seu programa, se assemelhavam bastante às já ministradas no curso de Arquitetura do IBA. Além disso, o projeto se manteve também como o centro da formação, momento de síntese de conhecimentos variados (científicos, técnicos, artísticos, sociais).

O curso de Urbanismo também seguiu, nas suas linhas gerais, o ensino do curso do IBA extinto em 1947. O currículo abordava aspectos variados da cidade, mas a prática de “planos” de cidade permaneceu como o momento de articulação dos conhecimentos ministrados nas demais cadeiras. Nesse sentido, o ensino de Arquitetura e de Urbanismo se manteve, nessa década, como extensão dos cursos do IBA.

CAPÍTULO 5

MUDAR PARA FICAR IGUAL

5.1 A década de 1960: tempos difíceis

Essa foi uma década cheia tensões. A inauguração de Brasília, em 1960, coroou o processo de repercussão internacional da arquitetura moderna brasileira. Marcou também o fim da associação entre ela e o Brasil desenvolvimentista, iniciada no período getulista e finda no governo de Juscelino Kubitschek.

Em 1961, Jânio Quadros assumiu a presidência. Poucos meses após, renunciou. Ministros militares tentaram impedir a condução de seu vice, João Goulart. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, organizou o movimento pela legalidade e, com o apoio do III Exército, impidiu o golpe.

Pouco depois, em 1964, acirrou-se a dicotomia esquerda-direita. Em comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro, Jango reuniu 300 mil pessoas e propôs reformas de base. Em São Paulo, a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade percorreu as ruas da cidade em resposta à “ameaça comunista”. E, finalmente, em 31 de março, foi deflagrado o golpe civil-militar que depôs o presidente da república. Ele lançou o país em 21 anos de regime ditatorial (FAUSTO, 2004).

Essa radicalização política também repercutiu na Faculdade de Arquitetura. Um exemplo que a prenunciou ocorreu em 1963. O relatório sobre aquele ano cita que fora escolhido como paraninfo da turma “o Presidente dos Estados Unidos John Kennedy, porém em virtude de sua morte foi enviado um representante do governo”⁴⁷⁴. Mas, “uma parte da turma, que discordou de seus colegas quanto ao paraninfo, colou grau posteriormente, nesta Faculdade, na forma regimental”⁴⁷⁵, em clara manifestação de desagravo à escolha de parte da turma.

Ainda no ano de 1963, um grupo de estudantes viajou à Havana, Cuba, para participar do Encontro Internacional de Professores e Estudantes de Arquitetura e do VII Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA). Lá viram de perto os primeiros resultados da revolução liderada por Fidel Castro, assistiram discursos de Ernesto “Che” Guevara, interagiram com estudantes de todo o mundo. De volta a Porto Alegre, alguns foram presos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) por suas atividades “subversivas” e por seu alinhamento político-ideológico (DORFMAN, 2013).

No mesmo ano, 1964, a Lei 4.464/64 (Lei Suplicy de Lacerda) definiu como órgãos de representação estudantil, entre outros, os diretórios acadêmicos. E proibiu que essas entidades realizassem ações, manifestações ou propaganda de caráter político-partidário (BRASIL, Lei 4.464/64, 1964).

Nesse contexto, o Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura (CEUA) mudou de nome. A congregação, em 9 de dezembro de 1963, aprovou sugestão da direção da Faculdade de alterar o regimento interno⁴⁷⁶. Seu art. 188, parágrafo 1º, passou a apontar que a partir de então “a associação [estudantil] [...] deverá eleger um Diretório Acadêmico, que será reconhecido pela Congregação como órgão legítimo de representação [...] do corpo discente da Faculdade”⁴⁷⁷. Foi nesse momento que o CEUA passou a ser Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura (DAFA).

⁴⁷⁴ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1964. Porto Alegre, 1965, p.11.

⁴⁷⁵ *Ibid., loc. cit.*

⁴⁷⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo nº 29. [s.l.], 1964, p.2.

⁴⁷⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963, p.53.

Essa foi a primeira intervenção nos órgãos estudantis. A partir daí houve outras. Ainda em 1964, a portaria nº 950 do reitor autorizou diretores das faculdades a nomear e expulsar dirigentes dos centros acadêmicos (PADÃO; ROVATI, 2002, p.27). A direção da Faculdade de Arquitetura, por exemplo, “manteve todos os membros da Diretoria do Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura por lhe merecerem confiança”⁴⁷⁸. E se eles não fossem “merecedores” de confiança, o que seria feito?

Nesse mesmo ano do golpe, em abril, foi criada a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) da universidade (PADÃO; ROVATI, 2002, p.27). Como resultado das “investigações”, foram exonerados diversos professores. O relatório de atividades da Faculdade de Arquitetura cita, sobre 1964, o afastamento de professores “atingidos pelo Ato Institucional”⁴⁷⁹. Os primeiros expulsos foram Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva, Edgar Graeff, Enilda Ribeiro, Nelson Souza e Luiz Fernando Corona (PADÃO; ROVATI, 2002; AVERBUCK *et al.*, 2008). A partir daí o autoritarismo aprofundou-se.

Em 1965, mais uma mudança foi feita no regimento da Faculdade de Arquitetura. Nele Passou a constar a seguinte redação: “é vedado ao D.A.F.A. qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político, bem como suscitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares, não podendo tais atividades se desenvolver dentro de área universitária”⁴⁸⁰. Limitava-se assim, cada vez mais, a ação da entidade estudantil.

Em 1966, a secretaria da Faculdade encaminhou ao DAFA cópia de resolução remetida pela reitoria. Conforme esse documento, o reitor e diretores de escolas e faculdade da universidade

[...] reprovam energicamente a conduta provocadora de uma pequena minoria de estudantes que, contrariando determinações expressas das autoridades universitárias e de dispositivos legais vigentes, procuram a qualquer preço dificultar a atividade normal da Universidade, criando ambiente de agitação e de desordem, inclusive mediante a introdução

⁴⁷⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1964. Porto Alegre, 1965, p.9.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p.2.

⁴⁸⁰ CORRÊA, Ernani Dias. [Processo 1.243/64] 13 de julho de 1965, Porto Alegre, [para] MILANO, José Carlos Fonseca. 5f. Adaptação de Regimento às disposições da Lei 4.464 na parte relativa à associação dos alunos, p.3.

no recinto da Universidade de pessoas a ela totalmente estranhas e de conduta reconhecidamente subversiva⁴⁸¹.

Os “desordeiros” e “subversivos” deveriam ser afastados da vida universitária.

Pouco depois, em 1968, foi debatida a exigência de atestado ideológico aos candidatos a ingresso no corpo docente. Na reunião da congregação de 5 de julho, seu presidente esclarecia, na ocasião, “que se trata de uma iniciativa da Universidade, em seguimento a orientação aprovada pelo Conselho Universitário com relação ao princípio de cooptação que deverá constar do Estatuto da Universidade”⁴⁸².

Esse foi também o ano da promulgação do Ato Institucional nº 5. O AI-5 não tinha prazo de vigência. Durou até 1979. Ele dava poderes ao presidente da República para fechar o Congresso Nacional, intervir em Estados e municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar servidores públicos. Por meio dele ficou suspensa ainda a garantia de *habeas corpus* aos acusados de crimes contra a segurança nacional. Radicalizava-se a arbitrariedade.

No ano seguinte, 1969, foi sancionado o Decreto-Lei nº 477. Ele definiu as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Estas eram, resumidamente, incitar ou participar de paralisação de atividade escolar, organizar ou participar de movimentos “subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados” (BRASIL, 1969), distribuir material “subversivo” de qualquer natureza ou usar o recinto escolar para “ato contrário à moral ou à ordem pública” (BRASIL, 1969).

Nesse ano, um segundo ciclo repressivo “expurgou” mais professores da instituição. Foram expulsos os professores Emilio Mabilde Ripoll, Ernesto Antônio Paganelli, Ari Mazzini Canarin e Carlos Maximiliano Fayet (PADÃO; ROVATI, 2002; AVERBUCK *et al.*, 2008). Os anos de 1960 foram tempos difíceis para o país e também para a Faculdade de Arquitetura.

⁴⁸¹ ROCHA, Sely de Quadros. [Ofício s/nº] 24 de março de 1966, Porto Alegre, [para] MAGALHÃES, Sérgio Ferraz, Porto Alegre. Encaminha cópia de resolução. 2f.

⁴⁸² FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 5 de julho de 1968.

5.2 O curso de Arquitetura: propostas de reformas que não reformam e o ensino como farsa

No que tange ao ensino de Arquitetura da Faculdade, um novo currículo passou a vigorar em 1959, embora com poucas mudanças em relação ao anterior. A nova seriação e as disciplinas estão apresentadas no quadro 21.

Já em 1960, o sistema de “promoção” (ou seja, aprovação) nas cadeiras de preparação para o projeto – *Grandes Composições de Arquitetura I e II, Urbanismo – Arquitetura Paisagista, Composição de Arquitetura I e II, Composição Decorativa, Modelagem, Arquitetura Analítica e Desenho Artístico* – foi alterado. As provas parciais foram eliminadas. A promoção aconteceria partir dos trabalhos executados durante todo o ano, julgados no fim de cada semestre por uma comissão especial⁴⁸³.

Essa alteração foi realizada para adequar as avaliações às características particulares dos trabalhos práticos de composição. Como refere o relatório sobre o ano de 1960, “as provas parciais, como eram executadas, absorviam grande número de dias e não permitiam que se apurasse devidamente o aproveitamento do aluno”⁴⁸⁴. A composição, por sua vez, “exige calma, serenidade, concentração, inspiração, qualidades essas quase sempre comprometidas pela tensão nervosa de uma prova onde o espírito criador tem que se manifestar sob ameaça de prazo”⁴⁸⁵.

Quadro 21 - Currículo do curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, 1959.

1ª SÉRIE
Arquitetura Analítica
Desenho Artístico
Geometria Descritiva
História da Arte-Estética
Matemática Superior
Modelagem
Teoria da Arquitetura I

⁴⁸³ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1960. Porto Alegre, 1961.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, p.10.

⁴⁸⁵ *Ibid., loc. cit.*

2ª SÉRIE
Composição de Arquitetura I
Materiais de Construção-Estudo do Solo
Mecânica Racional – Grafostática
Perspectiva – Sombras – Estereotomia
Técnica da Construção – Topografia I
Teoria da Arquitetura II
3ª SÉRIE
Composição de Arquitetura II
Composição Decorativa
Física Aplicada
História da Arte – Estética II
Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções
Técnica da Construção – Topografia II
4ª SÉRIE
Arquitetura no Brasil
Concreto Armado
Grandes Composições de Arquitetura I
Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades
Legislação-Economia Política
Urbanismo – Arquitetura Paisagista I
5ª SÉRIE
Grandes Composições de Arquitetura II
Organização do Trabalho – Prática Profissional
Sistemas Estruturais
Teoria da Arquitetura III
Urbanismo – Arquitetura Paisagista II

Fonte: PIANCA, João Baptista. [Carta] 5 de janeiro de 1960, Porto Alegre, [para] FILHO, Celso Ramos, Florianópolis. Diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha ao presidente do CREA da 10ª Região. Informações sobre os cursos de arquitetura e urbanismo. 3f.

No mesmo ano de 1960, continuaram as revisões nos programas das disciplinas. Entre elas, estava sua redistribuição semanal. A ideia era concentrar

[...] o ensino das cadeiras técnicas e culturais nos primeiros dias da semana, de modo a deixar o aluno completamente livre nos demais dias, para assim poder dedicar-se exclusivamente à Composição, com calma,

com serenidade, e sem a preocupação de obrigação ou compromissos para com outras cadeiras⁴⁸⁶.

Assim, o aluno poderia concentrar-se, durante a segunda metade da semana, exclusivamente “numa ideia, num pensamento, que poderá traduzir com maior possibilidade de êxito”⁴⁸⁷ seu trabalho de composição.

A organização didática, enfim, seria desenvolvida a partir do pressuposto – aqui não declarado – da primazia hierárquica da composição em relação aos demais conteúdos. É ela que dirige e submete toda a estrutura do curso. Os outros conteúdos deveriam, por isso, ser trabalhados de maneira a interferir o menos possível no tempo, dedicação e concentração requeridos à composição. O relatório revela que essa ideia, ainda não implantada, deveria ser posta em prática no ano seguinte.

No início dos anos 1960, a instituição contava com cinco departamentos – quatro do curso de Arquitetura e um do de Urbanismo. De Arquitetura eram: departamento de Cultura, de Estética das Construções, de Ciências Aplicadas e de Projetos. De Urbanismo, o departamento de mesmo nome⁴⁸⁸.

Eles não correspondiam aos definidos pelo regulamento da Faculdade de Arquitetura, aprovado em 1955. Nele, os departamentos eram seis – de História, de Estética das Construções, de Técnica das Construções, de Expressão Gráfica e Modelagem, de Composição e de Legislação e Organização. E não havia departamentos do curso de Arquitetura e de Urbanismo. As disciplinas de ambos estavam dispersas por esses seis departamentos. Essa alteração contrariava o regimento.

Em 1961 foi sancionada a Lei 4.024/61 (BRASIL, 1961), que fixou as diretrizes e bases da educação nacional. Ela não impactou o currículo da Faculdade. Contudo, nesse início de década, o currículo que servia de referência às instituições de ensino do país desde 1945 – o “padrão

⁴⁸⁶ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1960. Porto Alegre, 1961, p.10-11.

⁴⁸⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1960. Porto Alegre, 1961, p.11.

⁴⁸⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Dr. Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1962. Porto Alegre, 1963.

federal” da Faculdade Nacional de Arquitetura, do Rio de Janeiro – passou a ser questionado.

5.2.1 Proposta de novo currículo (1962): conservar e reorganizar

No ano seguinte, 1962, foi estudado projeto para currículo da Faculdade. No mesmo período, foi aprovado Parecer nº 336 do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu o currículo mínimo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Será avaliado, inicialmente, o projeto de currículo aprovado na reunião da congregação, de 22 de maio de 1962. Ele é cronologicamente anterior à aprovação do currículo mínimo. O parecer do Conselho Federal será tratado logo após.

A proposta foi publicada em livro pelo CEUA⁴⁸⁹ e assinada por Demétrio Ribeiro, Emilio Mabilde Ripoll e Edvaldo Pereira Paiva, integrantes da comissão que a formulou. O novo modelo de ensino deveria dirigir o ensino já no ano seguinte.

O projeto fora “fruto de incansável trabalho que o Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura vêm desenvolvendo há vários anos com a colaboração da Direção da Escola e de alguns professores”⁴⁹⁰. Nas diversas “oportunidades, congressos, reuniões e encontros promovidos para esse fim, professores, alunos e ex-alunos de nossa Faculdade debateram os problemas do ensino e da sua reforma necessária”⁴⁹¹.

Se aprovado pelo Conselho Federal de Educação, o currículo eliminaria “grande parte de entraves que até o presente momento impossibilitavam uma maior integração dos diferentes processos de ensino postos em prática nas faculdades”⁴⁹². As referências ao Conselho Federal de Educação e às faculdades denotam que essa proposta era extensível, ao menos nas diretrizes, a outros cursos de Arquitetura e de Urbanismo do país.

A sugestão alicerçava-se na compreensão de que a graduação em Arquitetura era “de formação profissional e não [...] científico voltado à pesquisa desinteressada”⁴⁹³. Por essa razão, “todas as parcelas

⁴⁸⁹ CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962.

⁴⁹⁰ *Ibid.*

⁴⁹¹ *Ibid.*, p.1-2.

⁴⁹² *Ibid.*

⁴⁹³ *Ibid.*, p.2.

componentes do currículo terão, necessariamente, um sentido instrumental, serão meios de atingir um objetivo comum, e não finalidades em si”⁴⁹⁴.

Importante notar que, ao se contrapor à ciência pura – desinteressada, que tem por objetivo apenas a ampliação do conhecimento numa respectiva área –, a Arquitetura reforça sua personalidade de atividade não científica, aplicada – ou seja, comprometida com uma utilidade. Por essa razão, seus conteúdos seriam “instrumentais”, ou seja, ferramentas úteis.

Um dos temas fundamentais dessa proposta era a necessidade de integrar “conhecimentos pertencentes às mais diversas esferas”⁴⁹⁵. E essa integração só se daria “através da realização prática de projetos que abranjam o conjunto dos problemas a resolver, pragmáticos, funcionais, técnicos e estéticos, nunca um ou outro separadamente”⁴⁹⁶. Novamente comparece a ideia do projeto como síntese integradora de conhecimentos. E mais, a arquitetura como atividade “prática”, não especulativa. Projeto é algo que se aprende fazendo, e não refletindo. E que tem uma aplicação concreta, útil, nunca desinteressada.

Por essa razão, o ensino de Arquitetura requereria “um ciclo de preparação básico, que proporcione ao aluno a bagagem teórica necessária para situar-se corretamente em face da realidade estrutural e lhe permita, daí em diante, atingir a uma formação propriamente profissional”⁴⁹⁷. Esse ciclo básico preencheria o hiato existente entre o ensino médio e a formação profissional. E corresponderia à fase “de evolução mental do aluno”, ⁴⁹⁸ indispensável à prática da composição. A adoção dessa etapa preparatória se legitimava “pelos mais autorizados pronunciamentos”⁴⁹⁹, como de Walter Gropius, Lúcio Costa e pelo plano de ensino estudado por professores da Faculdade de São Paulo⁵⁰⁰.

Além dessa etapa – ciclo de preparação básico –, o currículo pleno deveria ser organizado em outras duas: o ciclo de formação profissional e o trabalho de tese.

O ciclo de preparação profissional convergiria “para a maior capacidade de abrangência e de síntese do estudante, o qual deverá, como arquiteto, fazer constante uso dessa capacidade para desempenhar

⁴⁹⁴ CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962.

⁴⁹⁵ *Ibid.*, p.3.

⁴⁹⁶ *Ibid.*, p.4-5.

⁴⁹⁷ *Ibid.*, p.6.

⁴⁹⁸ *Ibid.*, loc. cit.

⁴⁹⁹ *Ibid.*, p.7.

⁵⁰⁰ *Ibid.*, loc. cit.

o papel que dele espera a sociedade”⁵⁰¹. E, por fim, o trabalho de tese teria “sentido de síntese final e de transição entre a universidade e a vida prática”⁵⁰².

Esses seriam os três ciclos do ensino de Arquitetura da Faculdade. Vejamos um pouco mais pormenorizadamente cada um deles.

O ciclo de preparação básico, correspondente aos quatro primeiros semestres do curso, estaria organizado em quatro setores: I) Introdução à Arquitetura, II) Expressão e Representação, III) Tecnologia Básica e IV) Mecânica das Estruturas. Cada um deles acolhia um conjunto de disciplinas e/ou conteúdos. Mas tratemos apenas dos ciclos e setores.

O primeiro setor, de Introdução à Arquitetura, teria como finalidade a “orientação básica e preparação metodológica relativa a Composição de Projetos, com vistas ao setor de Prática de Projetos”⁵⁰³. Sua carga horária total era de 480 horas.

O segundo setor, de Expressão e Representação, teria como finalidade “dotar o estudante, pelo domínio do conhecimento e técnicas adequadas, da capacidade de empregar os meios usuais de representação e expressão no exercício da Arquitetura”⁵⁰⁴. Sua carga horária total era de 780 horas.

O terceiro setor, de Tecnologia Básica, teria como finalidade construir uma “base teórica e informações práticas fundamentais concernentes à construção de edifícios e às suas instalações complementares correntes, com o sentido de preparação ao setor de Prática de Projetos e ao setor de Formação Técnica Complementar”⁵⁰⁵. Sua carga horária total era de 360 horas.

O quarto setor, de Mecânica das Estruturas, teria como finalidade dar a conhecer “o cálculo das estruturas correntes, fornecido no grau adequado ao caráter instrumental do mesmo para o arquiteto e orientado no sentido das aplicações no setor da Prática de Projetos”⁵⁰⁶. Sua carga horária total era de 480 horas.

Note-se que, com exceção do setor de Expressão Gráfica, todos os demais se referem à preparação para (ou submissão à) prática de projetos ou à composição arquitetônica. São todos instrumentos/

⁵⁰¹ CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. *Curriculum do curso de Arquitetura e Urbanismo*. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962, p.11-12.

⁵⁰² *Ibid.*, p.12.

⁵⁰³ *Ibid.*, p.21.

⁵⁰⁴ *Ibid.*, p.21-22.

⁵⁰⁵ *Ibid.*, p.22.

⁵⁰⁶ *Ibid.*, p.23.

ferramentas para o exercício da composição. Destaca-se também que o setor de Representação Gráfica correspondia à maior carga horária (aproximadamente 37% do total) desse momento, provavelmente por ser atividade mais próxima à composição arquitetônica.

O segundo ciclo, de preparação profissional, ocorreria entre o 5º e o 9º semestres e teria dois setores: I) Prática de Projetos e II) Formação Complementar. Esse último se dividiria ainda em quatro subsetores: II-a) Teoria da Arquitetura e do Planejamento, II-b) Formação Histórica, II-c) Ciências Sociais Aplicadas e II-d) Formação Técnica Complementar.

O primeiro setor, de Prática de Projetos, teria como finalidade realizar o “aprendizado prático do estudo, composição e detalhamento de projetos, abrangendo todos os setores da competência do Arquiteto”⁵⁰⁷. Seriam eles: “edificação, planejamento urbano, arquitetura paisagista, arquitetura de interiores e desenho de formas para produção industrial”⁵⁰⁸. Note-se que essas cinco atividades são tratadas como expressões da composição e detalhamento de projetos – seja do objeto industrial, passando pelas edificações e seus interiores, até o paisagismo e o “planejamento” da cidade. Além disso, seu aprendizado deveria ser prático. Sua carga horária total era de 1.800 horas.

O segundo setor, de Formação Complementar, era, como dito, compartimentado em quatro subsetores. O primeiro deles, de Teoria, teria como finalidade realizar a “informação teórica complementar necessária à prática de projetos e à formação de uma base cultural do profissional, compatível com sua condição de universitário, com especial atenção às condições do meio brasileiro”⁵⁰⁹. A carga horária total desse subsetor era de 225 horas.

O segundo subsetor, de Formação Histórica, teria como finalidade formar o profissional “no campo de dimensão histórica da arquitetura, com especial preocupação de habilitá-lo intelectualmente a interpretar, por si mesmo, todo o significado de sua participação na cultura nacional”⁵¹⁰. A carga horaria total desse subsetor era de 225 horas.

O terceiro subsetor, de Ciências Sociais Aplicadas, teria como finalidade realizar a “complementação cultural e informação prática fundamental concernentes às relações da atividade dos arquitetos, com

⁵⁰⁷ CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962, p.23-24.

⁵⁰⁸ *Ibid.*, p.24.

⁵⁰⁹ *Ibid.*, p.25.

⁵¹⁰ *Ibid.*, p.26.

disciplinas do campo das ciências sociais”⁵¹¹. A carga horária total desse subsetor era de 150 horas.

O quarto subsetor, de Formação Técnica Complementar, teria como finalidade a “complementação teórica da base técnica do aluno, com sentido de informação atualizada e adaptada às necessidades específicas do Arquiteto”⁵¹². A carga horária total deste subsetor era de 225 horas.

A carga horária total do setor de formação complementar – somadas as cargas horárias de seus subsetores – era de 825 horas. Percebe-se que nesse segundo ciclo (de preparação profissional), o setor de prática de projetos reunia a maior carga horária (aproximadamente 70% do total). Se no ciclo anterior (preparação básico), o projeto era o norteador dos conteúdos dos setores; agora ele é o centro da formação.

Por fim, o último ciclo, de trabalho de tese, tinha por finalidade fazer com que se realizasse a “síntese individual, final, do preparo adquirido pelo aluno e transição entre a vida universitária e a prática independente”⁵¹³. A carga horária total desse ciclo era de 525 horas.

Somadas as cargas horárias dos três ciclos, chega-se ao total de 5.250 horas/aula.

A mesma publicação do CEUA que expõe esse projeto de currículo – dividido em três ciclos (preparação básico, formação profissional e tese) com seus respectivos setores – fazia ainda uma defesa do currículo mínimo para todo o país e apresentava sua proposta. O currículo mínimo, segundo essa publicação, deveria existir para “assegurar a formação de profissionais com um nível de qualificação nunca inferior àquele que é considerado compatível com os fins da Universidade”⁵¹⁴. Um currículo que simplesmente enumerasse disciplinas obrigatórias, “a par de não cumprir a finalidade de fixar um limite inferior de eficiência, viria entravar os esforços das escolas no sentido de elevar constantemente o nível de qualificação dos profissionais que preparam”⁵¹⁵.

Esse currículo deveria pautar-se no reconhecimento de que “a natureza e o caráter específico do curso reside fundamentalmente no estudo prático da composição, como momento de aplicação dos

⁵¹¹ CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. *Curriculum do curso de Arquitetura e Urbanismo*. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962, p.26-27.

⁵¹² *Ibid.*, p.27.

⁵¹³ *Ibid.*, p.28.

⁵¹⁴ *Ibid.*, p.35.

⁵¹⁵ *Ibid.*, p.37-38.

conhecimentos adquiridos”⁵¹⁶. Por essa razão, deveria “exigir-se que nos currículos das diversas escolas, mesmo quando ultrapassado o tempo mínimo estabelecido, dedique-se 50% do tempo total (mínimo + excedente) ao estudo prático da composição”⁵¹⁷.

Fica claro que o conteúdo hierarquicamente superior dos currículos do país deveria ser, segundo a proposta, a composição. Ela é constitutiva da identidade da profissão. É o tronco para onde convergem outros conhecimentos. Nela, os conhecimentos são “aplicados”. Ela os submete à sua lógica. E, por consequência, a ela deve ser oferecido o maior tempo de dedicação.

Ainda segundo esse documento, o currículo mínimo deveria compreender ao menos seis grandes grupos. Eram eles:

- 1- Estudo prático da composição, através da elaboração individual, pelo aluno, de ante-projeto, projetos e detalhes, abrangendo programas relativos a edificações, conjuntos de edificações, planejamento urbano, arquitetura paisagista, arquiteturas de interiores, elementos do mobiliário e equipamento urbano [1500 horas].
- 2- Estudo e prática dos meios de representação que são indispensáveis ao exercício da arquitetura, abrangendo desenho, geometria descritiva, perspectiva e expressão tri-dimensional [400 horas].
- 3- Estudo teórico das disciplinas científicas de aplicação direta nos projetos de estruturas, orientado em sentido instrumental com vistas à aplicação prática da composição, abrangendo matéria concernente à estabilidade das construções e as que lhes são fundamentais [400 horas].
- 4- Estudo dos sistemas e métodos de construção, incluídas as instalações técnicas complementares, abrangendo técnica construtiva, física aplicada, topografia higiene das habitações e materiais de construção [300 horas].
- 5- Estudo das matérias indispensáveis à Interpretação da Arquitetura como fenômeno sócio-cultural e à compreensão das necessidades humanas que informam os programas arquitetônicos, abrangendo economia-política e sociologia aplicadas, história da arquitetura, teoria da arquitetura [300 horas].
- 6- Introdução à atividade profissional e orientação de estágios e atividades extra-escolares, abrangendo legislação, organização do trabalho e ética profissional [100 horas]⁵¹⁸.

⁵¹⁶ CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962, p.40.

⁵¹⁷ *Ibid.*, p.41.

⁵¹⁸ *Ibid.*, p.42-44.

Assim formulado, o currículo mínimo permitiria que cada curso, ao estabelecer seu sistema de ensino, métodos e orientações, adquirisse “personalidade própria, refletindo as particularidades do meio onde se encontra e o pensamento dos seus professores e alunos”⁵¹⁹. A proposta era de que o currículo, correspondendo a cinco anos de formação, tivesse três mil horas, o que deixaria “considerável margem de iniciativa a cada escola, na disposição das horas adicionais”, o que possibilitaria “a diferenciação no ensino, em benefício do enriquecimento da cultura”⁵²⁰.

E, ainda sobre o currículo mínimo, finalizava a publicação:

Ao abrir perspectivas para uma *completa renovação do ensino* [grifo nosso] da arquitetura, o Currículo Mínimo, nos termos propostos não gera qualquer espécie de conflitos com direitos adquiridos, já que nenhuma escola fica obrigada a modificar sua estrutura didática: as modificações estruturais são facultadas pelo novo Currículo, mas não impostas. Cada Congregação fará as modificações de sistema, métodos e orientação como e quando julgar conveniente⁵²¹.

O destaque à “completa renovação do ensino”, no trecho acima, é necessário. Não parece haver, na proposta, uma radical transformação nos alicerces do ensino. A composição seria mantida como o centro da formação. A perspectiva da Arquitetura como saber prático/aplicado, idem, bem como expressão da centralidade da composição, seja na superioridade da carga horária, seja na submissão às outras dimensões do ensino. Essa é uma proposta que, ao menos em relação ao ensino praticado na instituição, não mudava o que estava ocorrendo. Simplesmente adaptava o currículo a uma sequência de ciclos e setores. No quadro que sintetiza a proposta (figura 24), a organização do currículo mínimo é semelhante ao da proposta de novo currículo para o ensino de Arquitetura da Faculdade.

Como se pode perceber, são definidos três ciclos com seus respectivos números de semestres: preparação básica (quatro semestres), preparação profissional (cinco semestres) e tese (um semestre). No primeiro ciclo, como no projeto de novo currículo, a carga horária do setor de expressão gráfica é a maior entre os campos de conhecimento. No segundo, a carga horária destinada à prática de projetos é muito superior aos dos demais

⁵¹⁹ CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962, p.45.

⁵²⁰ *Ibid.*, p.46.

⁵²¹ *Ibid., loc. cit.*

campos. Ou seja, o que a Faculdade de Arquitetura propunha para o país era seu próprio sistema de ensino.

Figura 24 - organização do currículo em três ciclos.

CICLO DE PREPARAÇÃO BÁSICA 1 ^a Sem. 2 ^a Sem. 3 ^a Sem. 4 ^a Sem.	CICLO DE PREPARAÇÃO PROFISSIONAL 5 ^a Sem. 6 ^a Sem. 7 ^a Sem. 8 ^a Sem. 9 ^a Sem. TESE 10 ^a Sem.
INTRODUÇÃO A ARQUITETURA 8 HORAS SEMANALIS	
EXPRESSÃO E REPRESENTAÇÃO 13 HORAS SEMANALIS	PRÁTICA DE PROJETOS 24 HORAS SEMANALIS TRABALHO T E S E 35 HORAS SEMANALIS
TECNOLOGIAS BÁSICAS 6 HORAS SEMANALIS	TEORIA DA ARQUITETURA E DO PIANEJAMENTO 3 HORAS SEMANALIS
MECÂNICA DAS ESTRUTURAS 8 HORAS SEMANALIS	FORMAÇÃO HISTÓRICA 3 HORAS SEMANALIS CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS 2 HORAS SEMANALIS
	FORMAÇÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 3 HORAS SEMANALIS

Fonte: CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA.
Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS.
Porto Alegre: [s.n.], 1962.

5.2.2 O currículo mínimo de 1962

Como referido anteriormente, passemos agora ao outro fato ocorrido em 1962 que também se refere à definição de um currículo mínimo para

os cursos de Arquitetura: a aprovação do Parecer nº 336 do Conselho Federal de Educação. Mas é preciso, antes, contextualizá-lo.

Foi necessária uma campanha de quase uma década até que se formulasse um currículo mínimo nacional, “formalmente apresentado durante o III Encontro de Diretores, Professores e Estudantes de Arquitetura – realizado em São Paulo em 1962” (CONFEA, 2010, p.65). Esse currículo buscava “impedir a ‘fragmentação’ da formação profissional em áreas especializadas e defendeu o aprimoramento e o preparo do arquiteto em setores específicos por meio de atividades complementares” (CONFEA, 2010, p.65).

O currículo foi definido pelo Parecer nº 336 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 17 de novembro de 1962⁵²². A comissão responsável por elaborá-lo manteve os cinco anos letivos. Neles estariam inclusas as “disciplinas de urbanismo, de tal sorte que o arquiteto continuará apto a exercer atividades nesse campo”⁵²³. Não pareceu vantajoso à comissão, “nas condições atuais, destacar um curso especial de urbanismo”⁵²⁴. Todavia, não vedava a possibilidade das escolas criarem sua pós-graduação nesse campo.

As matérias definidas como o mínimo curricular eram: *Cálculo; Física Aplicada; Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções; Desenho e Plástica; Geometria Descritiva; Materiais de Construção; Técnica de Construção; História da Arquitetura e da Arte; Teoria da Arquitetura; Estudos Sociais e Econômicos; Evolução Urbana; Legislação, Prática Profissional e Deontologia; Composição (Arquitetônica, de Interiores e de Exteriores); Planejamento*.

O parecer expunha ainda que a formação profissional deveria centrar-se

[...] na Composição Arquitetônica, da Composição de Interiores, da Composição de exteriores e do Planejamento, com o objetivo de desenvolver as aptidões de imaginação, de sensibilidade, de bom senso e a coordenação de todos os fatores chamados a intervir na realização de obra , recomendando-se que o tempo destinado a essa prática compreenda parte substancial da duração do Curso⁵²⁵.

⁵²² O parecer era assinado por Clóvis Salgado (relator) e Newton Sacupira F. J. Maffei.

⁵²³ CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Currículo mínimo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Parecer nº 336. Aprov. em 17-11-1962. [s.l.], 1962. 2f.

⁵²⁴ *Ibid.*

⁵²⁵ *Ibid.*

Os demais conteúdos teriam finalidades específicas. As disciplinas “culturais” (História da Arte, da Arquitetura, Sociologia, Organização Social, Evolução Urbana, Economia e Política, Estudos Brasileiros) deveriam ser consideradas “como meios e não fins de ensino”⁵²⁶. As técnico-científicas de aplicação direta (Cálculo, Mecânica, Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções, Sistemas Estruturais), os sistemas e métodos de construção (Técnicas e Materiais de Construção, Física, Higiene e Saneamento) e os meios de expressão (Desenho, Plástica, Geometria Descritiva, Perspectiva, Topografia) deveriam ser “orientadas em sentido instrumental com vistas à aplicação da prática das composições e dos planejamentos”⁵²⁷.

Por fim, o parecer indicava que as instituições de ensino poderiam acrescentar outras disciplinas ao currículo. Assim, além de manter a unidade de habilitação da profissão, abria oportunidade para “a incorporação de tradições culturais regionais, adequando os cursos às dimensões e ao desenvolvimento sociocultural do país” (CONFEA, 2010, p.66). O currículo mínimo deveria vigorar a partir de 1963.

Percebe-se que a concepção de ensino que vinha sendo construída desde a década de 1940 é reafirmada nesse currículo. Nada de substancial mudou na proposta em relação ao ensino que a Faculdade já praticava. Mantiveram-se os cinco anos de duração, a centralidade da composição, a submissão dos demais conteúdos – como “meios, não fins” ou com “sentido instrumental” – orientados à aplicação na prática de composição e planejamento, a nomenclatura das disciplinas.

Não há, todavia, menção mais detalhada sobre o Urbanismo.

5.2.3 O novo regimento interno (1963)

Já em 1963, um ano após a publicação do estudo de novo currículo e da aprovação do parecer do currículo mínimo, uma comissão composta pelos professores Emilio Mabilde Ripoll, Demétrio Ribeiro, Max Waldemar Lubke, Álvaro Gonçalves Soares, Manoel José de Carvalho Meira e pelo estudante Erico Weidel apresentou proposta de alteração do regimento interno da Faculdade. Pretendiam incorporar às regras de funcionamento da Faculdade as alterações no ensino acima referidas.

⁵²⁶ CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Currículo mínimo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Parecer nº 336. Aprov. em 17-11-1962. [s.l.], 1962. 2f.

⁵²⁷ *Ibid.*

Na reunião da congregação de 18 de setembro, deu-se início ao debate e à votação. O regimento foi definitivamente aprovado⁵²⁸ na 23^a reunião da congregação, ocorrida em 23 de dezembro daquele ano⁵²⁹. A redação final do documento “coube aos Professores Ernani Dias Corrêa, Amadeu Fagundes da Rocha Freitas e Fernando de Azevedo Moura”⁵³⁰.

O novo regimento⁵³¹ incorporou as alterações curriculares apresentadas na proposta publicada pelo CEUA em 1962, com sutis alterações, já em vigor antes da aprovação do documento⁵³². Os cursos oferecidos pela Faculdade passaram a ser: de graduação, “destinado à formação de arquitetos, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o Ciclo Colegial ou equivalente”⁵³³; de pós-graduação, “destinado à formação de urbanista, aberto à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação em arquitetura ou engenharia civil”⁵³⁴; e de especialização.

A formação em Urbanismo passou a ser, oficialmente, de pós-graduação⁵³⁵. Essa modalidade já vinha sendo praticada extraoficialmente,

⁵²⁸ O regimento já havia sido aprovado na 22^a reunião da congregação, realizada em 28 de novembro de 1963. Todavia, sua redação volta a ser debatida e, após correções, aprovada na 23^a reunião da congregação, realizada em 23 de dezembro de 1963.

⁵²⁹ Mesmo tendo sido aprovado em 1963, o regimento precisava ser remetido ao Conselho Federal de Educação para ser aprovado. E no relatório sobre o ano de 1964, encaminhado ao reitor em janeiro de 1965, consta menção de que a Faculdade ainda aguardava sua aprovação pelo Conselho Federal de Ensino.

⁵³⁰ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Luiz Leseigneur de Faria, Reitor Magnífico, em exercício, da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1963. Porto Alegre, 1964, p.6.

⁵³¹ O novo regimento interno não mudou as finalidades da Faculdade de Arquitetura, já presentes no de 1955: ministrar ensino de Arquitetura e de Urbanismo com vista à formação científica, técnica, artística e social de profissionais altamente qualificados; realizar pesquisas técnicas, artísticas e sociais nos domínios que constituem objeto de seu ensino, entre outros.

⁵³² Mesmo antes do começo dos debates de elaboração do novo regimento, o diretor da Faculdade de Arquitetura, João Baptista Pianca, informava ao reitor, Elyseu Paglioli, em julho de 1963, a adoção de três ciclos – básico, formação profissional e trabalho de diplomação – com seus desdobramentos. PIANCA, João Baptista. [Processo 806/63] 19 de julho de 1963, Porto Alegre, [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. Informa sobre a adoção do currículo mínimo e da nova organização curricular em setores. 4f.

⁵³³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963, p.10.

⁵³⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁵³⁵ O curso, em 1960, era citado como sendo de “post-graduação”. No relatório sobre o ano de 1962, consta extraoficialmente como sendo de pós-graduação. Mas só em 1963, com a aprovação do novo regimento da Faculdade de Arquitetura, ele passa a ser oficialmente de pós-graduação.

mas agora estava gravada de maneira inapelável nas regras da instituição. Trataremos disso com mais detalhes adiante.

As cadeiras listadas no novo regimento, de 1963, eram as mesmas do regimento de 1955. Mas sua forma de apresentação era diferente. Em 1955, o artigo 9º expunha as cadeiras dos cursos de Arquitetura e Urbanismo em lista única, uma após a outra. No novo, de 1963, elas aparecem organizadas em dois grupos: um para cada curso. A quantidade e seus nomes são os mesmos. Por essa razão, elas não serão reapresentadas.

O ensino passaria a ser semestral, mantendo-se a totalidade de cinco anos de formação. A diferença mais marcante em relação ao programa de ensino anterior era a organização por ciclos: o primeiro, “Ciclo de Preparação Básica, proporcionando a fundação teórica e adaptação instrumental”⁵³⁶; o segundo, “Ciclo de Formação Profissional, suplementando os informes de caráter científico, artístico e cultural e correlacionando-os na prática da composição e do planejamento”⁵³⁷; e o terceiro, “Ciclo de Trabalho para Diplomação, consistindo na síntese final de conhecimentos, verificada através da elaboração individual de projeto completo”⁵³⁸.

A lista abaixo sintetiza o currículo apresentado no regimento interno de 1963.

- *Ciclo de preparação básica (do 1º ao 4º semestre)*
 - *Setor 1:* Introdução à Arquitetura (8 horas semanais) – cadeiras de *Teoria da Arquitetura* e *Composição de Arquitetura*.
 - *Setor 2:* Expressão e Representação (13 horas semanais) – cadeiras de *Geometria Descritiva, Perspectiva – Sombras – Estereotomia, Desenho Artístico e Modelagem*.
 - *Setor 3:* Tecnologias Básicas (6 horas semanais) – cadeiras de *Técnica da Construção – Topografia, Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades, Física Aplicada e Materiais de Construção – Estudo do Solo*.
 - *Setor 4:* Mecânica das Estruturas (4 horas semanais no 1º e 2º semestres e 8 horas semanais nos demais) – cadeiras de *Matemática Superior, Mecânica Racional – Grafostática*,

⁵³⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963, p.11.

⁵³⁷ *Ibid., loc. cit.*

⁵³⁸ *Ibid., loc. cit.*

*Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções e
Concreto Armado.*

- *Ciclo de formação profissional* (do 5º ao 9º semestre)
 - Setor 1: Prática de Projetos (19 horas semanais no 5º semestre e 24 horas semanais nos demais) – cadeiras de *Composição de Arquitetura, Grandes Composições de Arquitetura, Composição Decorativa e Urbanismo – Arquitetura Paisagista*.
 - Setor 2: Teoria da Arquitetura e Planejamento (3 horas semanais) – cadeiras de *Teoria da Arquitetura, Urbanismo – Arquitetura Paisagista e Composição Decorativa*.
 - Setor 3: Formação Histórica (3 horas semanais) – cadeiras de *História da Arte-Estética, Arquitetura Analítica e Arquitetura no Brasil*.
 - Setor 4: Ciências Sociais Aplicadas (2 horas semanais) – cadeiras de *Legislação-Economia Política e Organização do Trabalho-Prática Profissional*.
 - Setor 5: Formação Técnica Complementar (8 horas semanais no 5º semestre e 3 horas semanais nos demais) – cadeiras de *Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades, Física Aplicada, Técnica da Construção – Topografia, Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções, Concreto Armado e Sistemas Estruturais*.
- *Ciclo de trabalho de diplomação* (10º semestre).
 - “[...] cadeiras que forem designadas pelo Conselho Departamental”⁵³⁹ (35 horas).

Essa lista reproduz o quadro da proposta publicada pelo CEUA, em 1962. E, como já referido, ela mantém, no geral, o ensino vigente desde a década de 1950, com poucas alterações. O tempo de duração do curso foi mantido, mas sua periodicidade foi alterada – antes anual, agora semestral. A lista de disciplinas manteve-se a mesma, mas estas agora foram organizadas distintamente (Arquitetura e Urbanismo) e em ciclos e setores. Mantiveram-se também os fundamentos que norteavam o ensino, como já citado: a centralidade do projeto na formação e na identidade da profissão; a submissão dos demais conteúdos à composição.

Outra mudança que o currículo introduziu foi o da organização dos departamentos e das disciplinas que os compunham. Anteriormente, no regulamento de 1955, eram seis – departamentos de História, de Estática

⁵³⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963, p.13.

das Construções, de Técnica das Construções, de Expressão Gráfica e Modelagem, de Composição e de Legislação e Organização. Passaram a ser, agora, cinco: 1) Departamento de Cultura⁵⁴⁰; 2) de Técnicas⁵⁴¹; 3) de Expressão⁵⁴²; 4) de Projetos⁵⁴³; 5) de Urbanismo⁵⁴⁴.

Passou a existir oficialmente o Departamento de Urbanismo, até então inexistente, embora já proposto noutros momentos. No ano seguinte à aprovação do novo regimento interno, 1964, o quadro de professores⁵⁴⁵ era o seguinte (quadro 22):

Quadro 22 - Disciplinas e professores do curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, 1964.

CADEIRAS	PROFESSORES
Matemática Superior	Ary Nunes Tietbohl (catedrático) Francisco José San Martin (assistente)
Mecânica Racional – Grafostática	Carlos de Carvalho Schmitt (catedrático) Antônio Patrício de Mattos (instrutor)
Geometria Descritiva	Ney Chrysostomo da Costa (catedrático) Vera Fabrício de Carvalho (instrutora)
Perspectiva – Sombras – Estereotomia	Emílio Mabilde Ripoll (catedrático) Luiz Fernando Corona (instrutor) Roberto Heraldo Dias (instrutor)

⁵⁴⁰ Que contém as seguintes disciplinas: *Arquitetura Analítica; Arquitetura no Brasil; História da Arte-Estética; Legislação-Economia Política; Organização do Trabalho – Prática Profissional.*

⁵⁴¹ Que contém as disciplinas: *Matemática Superior; Mecânica Racional – Grafostática; Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções; Concreto Armado; Sistemas Estruturais; Materiais de Construção – Estudo do Solo; Física Aplicada; Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades; Técnica da Construção – Topografia.*

⁵⁴² Que contém as seguintes disciplinas: *Geometria Descritiva; Perspectiva – Sombra – Estereotomia; Desenho Artístico; Modelagem.*

⁵⁴³ Que contém as seguintes disciplinas: *Teoria da Arquitetura; Composições de Arquitetura; Grandes Composições de Arquitetura; Urbanismo – Arquitetura Paisagista; Composição Decorativa.*

⁵⁴⁴ Que contém as seguintes disciplinas: *Teoria e Prática dos Planos de Cidades; Evolução Urbana; Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana; Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública; Organização Social das Cidades; Arquitetura Paisagista; Administração Municipal.*

⁵⁴⁵ Segundo o artigo 80 do regimento interno de 1963, os graus de atividades do magistério, definido de acordo com a natureza do ensino, eram: a) instrutor de ensino superior; b) assistentes de ensino superior; c) professor adjunto; d) catedrático de ensino superior. Poderiam ainda fazer parte do corpo docente os professores livres, contratados e os graduados que colaborassem no ensino. Estes eram os “níveis” de progressão funcional na carreira docente.

CADEIRAS	PROFESSORES
Materiais de Construção – Estudo do Solo	Diego Gonzales Blanco (catedrático) Marcello Casado de Azevedo (instrutor)
Técnica da Construção – Topografia	Celso Carneiro (instrutor) Fernando Campos de Souza (instrutor) João Carlos Caldeira Bastian (instrutor)
Arquitetura Analítica	Ernani Dias Correa (catedrático)
Teoria da Arquitetura	Nelson Souza (instrutor) Udo Silvio Mohr (instrutor)
Composições de Arquitetura	Demétrio Ribeiro (catedrático) Emil Achutti Bered (assistente) Ari Mazzini Canarim (instrutor) Enilda Ribeiro (instrutora) Miguel Alves Pereira (instrutor)
Grandes Composições de Arquitetura	Luiz Frederico Mentz (assistente) Plínio Oliveira Almeida (assistente) Lincoln Ganzo de Castro (instrutor) Nelson Ivan Petzold (instrutor)
Arquitetura no Brasil	Júlio Nicolau Barros de Curtis (instrutor)
Resistências dos Materiais – Estabilidade das Construções	Frederico W. H. Grundig (catedrático) Paulo Gomes de Freitas (assistente) Walter Strussmann (instrutor)
Urbanismo – Arquitetura Paisagista	Cyrillo Severo Crestani (instrutor) Marcos David Heckman (instrutor) Moacyr Moojen Marques (instrutor) Roberto Felix Veronese (instrutor)
Concreto Armado	Ivo Wolff (catedrático) Paulo Bastos da Silva (instrutor)
Sistemas Estruturais	Fernando de Azevedo Moura (catedrático) Achylles Elias L. Melloni (instrutor)
Física Aplicada	Ricardo Cauduro (catedrático) Enio Cruz da Costa (instrutor)
Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades	Amadeu Fagundes da R. Freitas (professor [sem constar se é adjunto ou contratado]) Alfredo Cestari (instrutor)
Desenho Artístico	Fernando Petersen Lunardi (catedrático) Alberto Gomes Pereira Filho (instrutor) João José Vallandro (instrutor)

CADEIRAS	PROFESSORES
Composição Decorativa	Frederico Michel Muller (professor [sem constar se é adjunto ou contratado]) Jayme Luna dos Santos (assistente) Cláudio Luiz Araújo (instrutor) Erardo Barger (instrutor)
Modelagem	Júlio Ribeiro de Castilhos (catedrático) Arlete Schneider Sauer (instrutora) Ruben Cassal Pilla (instrutor)
História da Arte – Estética	Ângelo Guido Gnocchi (professor [sem constar se é adjunto ou contratado]) Carlos Antônio Mancuso (instrutor)
Legislação – Economia Política	Álvaro Gonçalves Soares (assistente)
Organização do Trabalho – Prática Profissional	Leovegildo Paiva (catedrático) Manoel José de Carvalho Meira (instrutor)

Fonte: PIANCA, João Baptista. [Processo 311/64] 9 de abril de 1964, Porto Alegre, [para] CROCHEMEORE, Paulo, Porto Alegre. Diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha ao presidente da União Estadual de Estudantes respostas aos quesitos contidos na circular de nº 33/12.2. 8f.

Cabe destacar os professores que ministram as disciplinas vinculadas ao Urbanismo. Os responsáveis pela cadeira de *Urbanismo – Arquitetura Paisagista* eram: Cyrillo Severo Crestani (instrutor), Marcos David Heckman (instrutor), Moacyr Moojen Marques (instrutor) e Roberto Felix Veronese (instrutor). Os de *Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades* eram: Amadeu Fagundes da R. Freitas (professor [sem constar se é adjunto ou contratado]) e Alfredo Cestari (instrutor).

A nova estrutura passou a ser criticada ainda em 1963, logo após sua implantação. Como refere o relatório de atividades daquele ano, “o setor de ensino [foi o] que mais preocupou, pois a implantação do novo regime criou uma série de problemas que exigiram muito estudo e deram lugar a muitos debates”⁵⁴⁶.

O novo programa também foi criticado no ano seguinte, 1964. O relatório desse ano citava especialmente o regime de semestralidade. Para o diretor da Faculdade, ele se “afigura complexo e pouco didático” já que “não permite que os conhecimentos adquiridos em aula possam

⁵⁴⁶ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Luiz Leseigneur de Faria, Reitor Magnífico, em exercício, da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1963. Porto Alegre, 1964, p.7.

sedimentar-se e ser assimilados convenientemente”⁵⁴⁷. A anulabilidade do curso “parece-me que permite obter melhores resultados”⁵⁴⁸, referia João Baptista Pianca.

Ele dirigia críticas também à divisão em ciclos. Sem ela, o aluno poderia mover-se entre os setores, “livre de restrição criada para a passagem de um para o outro ciclo, mantidas apenas as prioridades criadas pela seriação”⁵⁴⁹. Sugeria ainda que se mantivesse apenas o trabalho de diplomação. Ele permitiria ao aluno “enfrentar um trabalho completo em seus vários aspectos e mergulhar assim na realidade da vida profissional”⁵⁵⁰. A “reforma” curricular já sofria pressões que pretendiam descaracterizá-la.

Elas acabaram impondo uma avaliação sobre o ensino: a primeira semana de estudos.

5.2.4 Primeira semana de estudos (1966)

Em resposta às críticas à nova organização didática da Faculdade de Arquitetura, foi realizada, em 1966, a primeira semana de estudos sobre o currículo da Faculdade⁵⁵¹. Nela, os departamentos apresentaram balanço das alterações introduzidas pelo novo regime de ensino e sugestões.

Será deixado de fora, neste momento, o Departamento de Urbanismo. Ele será tratado mais adiante. As impressões sobre a implantação do novo currículo aqui tratadas serão dos departamentos de i) Projetos, ii) Expressão e Representação, iii) Cultura e iv) Técnicas.

Duas críticas foram recorrentes na avaliação de todos eles. A primeira, em relação às condições de trabalho oferecidas aos professores; e a segunda, quanto à integração entre os setores e departamentos.

⁵⁴⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1964. Porto Alegre, 1965, p.5.

⁵⁴⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1964. Porto Alegre, 1965, p.5.

⁵⁴⁹ *Ibid., loc. cit.*

⁵⁵⁰ *Ibid.*, p.6.

⁵⁵¹ O ano da primeira semana de estudos do currículo é também o da promulgação da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regulamentou o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo (BRASIL, 1966).

Sobre a primeira, o Departamento de Projetos citava que o exíguo número de professores em *atelier*, insuficiente para atender todos os trabalhos, inviabilizava o diálogo interdepartamental⁵⁵². Havia críticas também à baixa remuneração, o que impossibilitava a dedicação integral dos professores à graduação⁵⁵³. O de Expressão e Representação também censurava a falta de professores e a carga horária⁵⁵⁴. O de Cultura apontava que a Faculdade não dispunha de materiais necessários às atividades docentes⁵⁵⁵. E o de Técnicas reclamava do regime semestral e da indisponibilidade de tempo para pesquisa, consequência da sobrecarga de atividades didáticas ocorrida com a redução do quadro docente⁵⁵⁶.

⁵⁵² O Departamento de Projetos cita que apesar de um início positivo, a reforma regredia “numa tendência, quase obrigatória de isolamento [dos departamentos], pelo evidente e exíguo número de professores para atender os trabalhos de atelier” (FACULDADE DE ARQUITETURA [1966 (a)], p.5-6). Para este departamento, a “origem de todas as falhas reside na absorção quase total dos docentes pelo trabalho de atelier, impossibilitando a realização de reuniões frequentes e indispensáveis para o planejamento dos setores do Departamento” (FACULDADE DE ARQUITETURA [1966 (a)], p.6).

⁵⁵³ O Departamento de Projetos referia que “o tempo necessário ao desenvolvimento de uma programação adequada, em contraste com as condições de equipamento para esse fim, além da má remuneração, levam o profissional, naturalmente, a uma dedicação maior ao seu campo específico de trabalho” (FACULDADE DE ARQUITETURA [1966 (a)], p.8), deixando assim a sala de aula em segundo plano. Esse tema é particularmente impactante para os “professores das cadeiras que desenvolvem seus temas em atelier, onde a natureza do trabalho exige maior tempo de dedicação aos alunos, aproximando-se muitas vezes do tempo integral, sem que a isso corresponda uma compensação de vencimentos” (FACULDADE DE ARQUITETURA [1966 (a)], p.8).

⁵⁵⁴ Segundo o departamento de expressão, “a atividade curricular na atual conjuntura, devido à existência de poucos professores e devido ao caráter prático das cadeiras do setor, não tem sido satisfatória” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b), p.3). Argumenta ainda que “as cadeiras do Departamento de Expressão e Representação lutam com dificuldades pelo insuficiente número de pessoal docente que tem prejudicado sensivelmente o rendimento do professor e o aproveitamento do aluno” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b), p.3). Além destes pontos, destacam que “a carga horária é inadequada, mal distribuída e ineficiente para o cumprimento satisfatório das atividades docentes” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b), p.2).

⁵⁵⁵ Argumenta que “faltam livros, espaços, material didático, funcionários, verbas para publicações, etc., de maneira que o próprio professor interessado perde todo o estímulo inicial caindo na rotina dum ensino acadêmico e sem conteúdo profissional” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b), p.4).

⁵⁵⁶ O departamento de técnicas cita que “a atividade docente curricular foi bastante intensificada pela adoção de dois Cursos de Arquitetura em 1963” (RELATÓRIO do departamento de técnicas..., 1966, p.2) com o regime semestral. Dessa maneira, “com a carga horária duplicada, o Professor dispõe de menos tempo para estudos, pesquisas e consultas bibliográficas” (departamento técnicas, 1966, p.2). Além disso, os professores se sentiam “sobrecarregados com toda a atividade didática em consequência da aposentadoria ou afastamento dos Senhores Professores Catedráticos” (RELATÓRIO do departamento de técnicas..., 1966, p.3).

Quanto à segunda crítica, os departamentos unanimemente identificavam falta de integração entre os setores e departamentos. Por isso, alguns propunham ação do Conselho Departamental para suprir essa necessidade⁵⁵⁷.

Havia ainda impressões dispersas. O Departamento de Projetos, por exemplo, aplaudia o regime semestral, o sistema de aprovação e via o ensino progredir com o novo currículo⁵⁵⁸. Era, assim, um defensor da reforma e dos princípios que a fundamentaram. Apesar disso, reconhecia “a considerável distância que nos separa da adequada concretização [da reforma] em nível satisfatório”⁵⁵⁹. Admitia ainda que as cadeiras não se haviam reestruturado “no espírito proposto pela reforma”⁵⁶⁰. Para o departamento de cultura, o curso carecia de “maior cultura humanística”⁵⁶¹, e o ensino deveria ter sentido mais prático, além de haver maior preocupação com a formação artística do arquiteto, entre outras sugestões.

Dois anos após, em 1968, a situação do ensino ficou insustentável, e uma revisão tornou-se inadiável quando os estudantes publicaram o manifesto “Nosso ensino é uma farsa”.

⁵⁵⁷ O Departamento de Projeto citava que o relacionamento entre setores “não se tem verificado apesar dos esforços isolados” (FACULDADE DE ARQUITETURA [1966 (a)], p.6). Relatava ainda que o “relacionamento entre os Departamentos [...] praticamente inexiste, ou se processa de maneira isolada e superficial, quando professores de outros Departamentos são solicitados em atelier” (FACULDADE DE ARQUITETURA [1966 (a)], p.6). Por essa razão, propunham que “essa vinculação se efetive através do órgão de coordenação e planejamento do ensino” (FACULDADE DE ARQUITETURA [1966 (a)], p.6). O Departamento de Expressão citava que “o real enquadramento dos Setores no Curso se verifica rara e precariamente” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b): 1). Relatava ainda que “não tem havido relacionamento entre o nosso e os demais departamentos do curso, fato motivado pela falta já anteriormente apontada do Conselho Departamental a quem caberia coordenar este relacionamento” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b): 1. O de cultura expunha não ter havido a integração desejada e que os departamentos “continuaram em atividades estanques” (FACULDADE DE ARQUITETURA, 1966 (b), p.2). E o de técnicas que “o relacionamento entre os diversos Departamentos somente poderá ser realizado com eficiência sob a supervisão do Conselho Departamental. A falta deste torna praticamente inexistente tal relacionamento” (RELATÓRIO do departamento de técnicas..., 1966, p.1).

⁵⁵⁸ O Departamento de Projeto citava que “apesar das deficiências adiante apontadas neste trabalho [seu relatório], houve no ensino da Faculdade em geral e nas disciplinas de projeto em particular, saldo positivo e evidente progresso, após a implantação do novo currículo” (FACULDADE DE ARQUITETURA [1966 (a)], p.1).

⁵⁵⁹ FACULDADE DE ARQUITETURA. 1^a semana de estudos proposta pela comissão especial. Relatório do Departamento de Projetos. 8f. [s.l., 1966 (a)], p.2.

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p.6.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p.4.

5.2.5 Nossa ensino é uma farsa

O manifesto “Nossa ensino é uma farsa”, publicado em 12 de agosto de 1968, teve grande impacto na vida acadêmica da Faculdade de Arquitetura. Ele relatava uma situação de grande precarização no ensino. Criticava também duramente o curso. Vamos aos argumentos.

O manifesto afirmava, inicialmente, que fora concluído, naquele momento, “um dos piores semestres da história de nossa escola”⁵⁶². No 1º semestre, “metade da escola [esteve] sem aulas por mais de um mês”⁵⁶³. Após promessas de solução, vieram “a programação impossível de cumprir, o 1º semestre sem professores, as cadeiras e os setores desencontrados do primeiro ao último semestre, as frustrações surgindo nas salas de aula”⁵⁶⁴.

A desaprovação ao ensino estendia-se a vários aspectos: a relação de um professor para cada 60 alunos; os exercícios que finalizavam com a apresentação de apenas uma planta baixa; a exigência de zoneamento de uma cidade após pesquisas “amadorísticas e sem as bases da mais elementar teoria”⁵⁶⁵; os estudantes que não entregavam trabalhos; a diplomação, iniciada “sem que se tivesse conhecimento das normas que o regem, só conseguidas com a intervenção de advogado”⁵⁶⁶; entre outros problemas.

Os estudantes, no início do ano, ao reivindicarem mudanças, achavam que a crise era “passageira ou accidental”⁵⁶⁷. Mas não. Era hora de expor, então, por meio do manifesto, “um estudo inaproveitável para o exercício da Arquitetura no Brasil, um estudo que não nos permitirá nem criar nem mudar nada”⁵⁶⁸.

As mudanças pleiteadas seriam alcançadas, segundo os estudantes:

[...] exigindo um currículo novo, verbas suficientes e bons professores, [...] negando os atestados ideológicos, filtro instituído pelos que querem manter as coisas como estão [...] [e] recusando os professores nomeados por tal critério e denunciando os que, por omissão, garantem sua continuidade⁵⁶⁹.

⁵⁶² NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968, p.1.

⁵⁶³ *Ibid., loc. cit.*

⁵⁶⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁵⁶⁵ NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968, p.1.

⁵⁶⁶ *Ibid., loc. cit.*

⁵⁶⁷ *Ibid., loc. cit.*

⁵⁶⁸ *Ibid., loc. cit.*

⁵⁶⁹ *Ibid., loc. cit.*

Os estudantes afirmavam, duramente: “a nossa universidade é inútil [...] e poderia ser fechada sem prejuízo para a produção nacional”⁵⁷⁰.

Na Faculdade, segundo o manifesto, o processo criador era preferido, depreciado, em detrimento ao pragmatismo⁵⁷¹. Dessa forma, “aprendemos os dimensionamentos específicos de vigas, e parafusos e não recebemos uma informação estrutural das proposições arquitetônicas”⁵⁷². Atacavam o ensino mais “técnico” e reivindicam-no mais “criador”. Criticavam, enfim, a universidade como um instrumento de classe, meio de ascensão social. E propunham uma universidade aberta, acessível a todos, baseada nos conhecimentos tecnológicos.

O texto era, em muitos momentos, dúvida e impreciso. Ora criticam o ensino técnico, ora o exaltam; não definia o que se entendia por cultura humanística, contrapunham-na à atividade criadora; mesclavam crítica social, pedagógica, política, ao Brasil, à Faculdade, sem definição dos limites entre essas dimensões.

Ao fim, faziam cinco exigências. Eram elas:

1º – Paralisação das atividades da Faculdade de Arquitetura, e a efetivação de um seminário de ensino; 2º – Participação dos alunos na reformulação do ensino na Faculdade de Arquitetura, em comissões formadas por alunos e professores em número igual; 3º – Criação de uma comissão de alto nível, formada por arquitetos de reconhecida capacidade, a serem convidados nos centros maiores do país, para colaborarem junto aos alunos e professores no estudo das questões de nosso ensino; 4º – Condições físicas para realização dos debates, mesas-redondas e seminários entre alunos, professores e profissionais convidados; 5º – Anulação imediata e automática do ingresso dos novos professores, mediante atestado ideológico⁵⁷³.

O texto fazia também comentários específicos sobre os diversos setores – de Expressão e Representação, de Formação Histórica, de Prática de Projetos, por exemplo. As críticas abordavam os conteúdos das cadeiras, processos didáticos, etc.

Uma das críticas era dirigida à cadeira de Urbanismo. O manifesto citava que ela “se fossiliza em mãos incapazes”⁵⁷⁴. Necessário esclarecer

⁵⁷⁰ NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968, p.2.

⁵⁷¹ Como cita o manifesto, não “mais se valoriza o processo criador, mas pragmatiza-se nossa formação” (NOSSO, 1968, p.2).

⁵⁷² *Ibid., loc. cit.*

⁵⁷³ NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968, p.5.

⁵⁷⁴ *Ibid.*, p.2.

que, desde 1964, a cadeira de *Urbanismo – Arquitetura Paisagista* estava sob a tutela dos professores Cyrillo Severo Crestani, Marcos David Heckman, Moacyr Moojen Marques e Roberto Felix Veronese.

Esse julgamento foi rebatido pouco tempo depois. Na reunião do Conselho Departamental de 28 de agosto de 1968, os professores repudiavam “os conceitos emitidos contra docentes integrantes da Cadeira de Urbanismo”⁵⁷⁵. A defesa aos professores citava seu “exemplar desempenho [...] nas atividades inerentes ao Departamento de Projetos, [...] [à] sua eficiente e dedicada atuação em todo o setor de Prática de Projetos”⁵⁷⁶, bem como em sua valiosa contribuição nos órgãos colegiados e comissões, nas homenagens, premiações e reconhecimento público de que gozam por suas realizações profissionais.

Todavia, apesar da contestação aos argumentos do manifesto, o impacto das críticas fez com que Roberto Felix Veronese, líder da cadeira, pedisse demissão. Moacyr Moojen Marques, “o segundo na responsabilidade da cadeira, ou a assumia, desprestigiando o Veronese, como se o assunto não fosse comigo, ou também me demitia” (MARQUES, 2002, p.102). Demitiu-se também. E foi acompanhado, pouco depois, por seus colegas de disciplina Cláudio Araújo e Cyrillo Crestani, que, em solidariedade, também abandonaram a universidade (MARQUES, 2002).

O manifesto impôs, enfim, um momento de parada para exame do ensino.

5.2.6 Seminário de Estudos para uma Nova Estrutura de Ensino (1968)

Quatro dias após a publicação do manifesto, a proposta de realização do seminário de ensino foi debatida na 34^a reunião do Conselho Departamental⁵⁷⁷. O presidente do Conselho ponderava, sobre a reivindicação, que já havia sido iniciado estudo de revisão do ensino em maio daquele ano. E que desde 1965 já vinham sendo tomadas providências nesse sentido.

⁵⁷⁵ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 36^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 28 de agosto de 1968, p.1.

⁵⁷⁶ *Ibid., loc. cit.*

⁵⁷⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 34^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 16 de agosto de 1968, p.2.

Após amplo debate, foi aprovada a seguinte proposta, de Carlos Fayet: “dedicar as atividades escolares até o dia 31 de agosto para reuniões de estudo sobre o ensino da Faculdade de Arquitetura”⁵⁷⁸. Fayet propôs ainda que fosse designada uma comissão de redação e outra de coordenação. Elas deveriam iniciar os trabalhos imediatamente.

O professor Paulo Gomes de Freitas sugeriu, por fim, que se levasse a decisão ao conhecimento da reitoria, “a fim de esclarecer que a intenção do Conselho é encontrar um clima de harmonia para que a Faculdade retorne a sua vida normal”⁵⁷⁹. Em 19 de agosto de 1968, poucos dias após essa visita, foi realizada reunião extraordinária do Conselho Departamental. Em pauta, a resposta do reitor, desalentadora. A realização do seminário fora julgada “ilegal pelos assessores e pelo próprio Senhor Reitor, em face da legislação atual”⁵⁸⁰. Foi então sugerida a revisão da decisão.

O que fazer? Fayet acreditava haver duas alternativas: “uma seria a realização do Seminário, à tarde, paralelamente com as aulas, e a outra seria interromper as atividades didáticas e prorrogar o início das aulas para após o término do Seminário”⁵⁸¹.

O debate esquentou quando o mesmo Fayet, notando o risco de cancelamento da resolução anterior (que autorizou o debate sobre o ensino da Faculdade), ameaçou abandonar o Conselho. Em solidariedade, Cláudio Araújo declarou que renunciaria à presidência do Departamento. E Julio Ribeiro Castilhos acompanharia ambos, deixando o Departamento de Expressão e Representação.

O presidente tentou mediar o impasse apelando “aos Senhores Conselheiros para que reconsiderem suas atitudes” e propôs “ao Conselho a necessidade de ser tomada uma nova resolução, em face do embasamento legal citado na Reitoria”⁵⁸².

Apesar disso, alguns professores⁵⁸³ mantiveram a vontade de revogar a decisão. Fayet, percebendo a derrota iminente, sugeriu, como última alternativa, “o encaminhamento do expediente à consideração

⁵⁷⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 34^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 16 de agosto de 1968., p.3.

⁵⁷⁹ *Ibid., loc. cit.*

⁵⁸⁰ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 35^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 19 de agosto de 1968, p.1

⁵⁸¹ *Ibid., loc. cit.*

⁵⁸² FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 35^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 19 de agosto de 1968, p.2.

⁵⁸³ São eles: Paulo Gomes de Freitas, Julio Ribeiro de Castilhos, Carlos Antônio Mancuso e Julio Rubbo.

da Congregação, cujo órgão, tem certeza, saberá encontrar a fórmula adequada”⁵⁸⁴. Assim, transferiu a responsabilidade sobre aquela decisão. Ganhava, assim, tempo para convencer os colegas.

Na reunião da congregação de 30 de agosto de 1968, foi discutida a viabilidade da realização do seminário. O professor Daniel Monteiro fez a seguinte proposição:

1. Que seja acolhida a ideia da realização de um Seminário, desde que sejam atendidas as seguintes condições: a – aprovação prévia do temário pela Congregação. b – retorno imediato dos alunos as aulas.
2. Que seja nomeada uma Comissão de Professores e alunos para organizar o temário e apresenta-lo a consideração da Congregação dentro de 7 dias.
3. Que seja fixado o dia de 6 de setembro próximo vindouro para a reunião da Congregação a fim de: a – discutir e aprovar o temário. b – decidir sobre a data, duração e forma da sua realização. c – resolver sobre a prorrogação do ano letivo pelo tempo que durar o seminário, no caso de ser adotada a forma de realização com suspensão das aulas⁵⁸⁵.

A proposta foi aprovada com uma única alteração – a retirada da letra c do item 3, sobre a prorrogação do ano letivo⁵⁸⁶. Na sequência foi definido o Conselho Departamental como a comissão responsável pela organização do seminário.

Na 37^a reunião do Conselho Departamental, de 30 de agosto de 1968, foi revelada a decisão da congregação. O conselho foi informado ainda que a congregação designara o Conselho Departamental para, “em comissão, organizar o temário do Seminário”⁵⁸⁷. Ela foi composta por: “Professor Julio Ribeiro de Castilhos – Presidente, Professores Daniel Monteiro e Marcello Casado d’Azevedo e dos Acadêmicos Newton Paulo Baggio e José Antônio Pinheiro Machado”⁵⁸⁸.

Em 6 de setembro, foi divulgado documento da congregação intitulado “Seminário de Estudos para uma Nova Estrutura de Ensino

⁵⁸⁴ FACULDADE DE ARQUITETURA. *Op. cit.*, *loc. cit.*

⁵⁸⁵ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 30 de agosto de 1968, p.1.

⁵⁸⁶ *Ibid*, *loc. cit.*

⁵⁸⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 37^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 30 de agosto de 1968, p.2.

⁵⁸⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.53. [s.l], 1968, p.6.

da Faculdade de Arquitetura da UFRGS”⁵⁸⁹. Ele apresenta objetivos, temário, regimento, enfim, a estrutura do seminário.

Seus objetivos eram: elaborar sugestões “para a reestruturação da Faculdade de Arquitetura, tendo em vista a adequação de seus padrões de ensino às exigências do país e às leis que determinam a reorganização das Universidades Brasileiras”⁵⁹⁰; e apresentar “sugestões para a estruturação de um processo dinâmico de transmissão de conhecimentos capaz de possibilitar periodicamente a avaliação científica dos resultados alcançados”⁵⁹¹.

O “temário” foi organizado em cinco “faixas”: 1) o projeto, 2) a tecnologia, 3) a história e a cultura, 4) a programação, 5) a legislação.

O projeto, deixava claro o documento, era “entendido como o instrumento básico de criação”⁵⁹². Por meio dele, seria possível abordar as diversas escalas de atuação do arquiteto: o desenho industrial, a edificação e a cidade.

A tecnologia, por sua vez, era entendida “como instrumento que encaminhe a formação do Arquiteto a uma apropriação global de sua aplicação na Arquitetura”⁵⁹³. Os tópicos estudados aqui seriam: a ciência, a tecnologia, a técnica da edificação e a estrutura.

A história e a cultura caracterizavam-se como “suportes fundamentais para o Projeto e uso da Tecnologia”⁵⁹⁴. Eram, por isso, “instrumentos [grifo nosso] teóricos e críticos”⁵⁹⁵ que permitiriam o profissional compreender em que contexto exerceria sua profissão. Os tópicos estudados aqui seriam: a teoria e a formação histórica, a estética, a filosofia da Arquitetura.

A programação seria abordada “segundo critérios que [...] objetivem a aplicação das conclusões do seminário, transformando-as em atividades curriculares”⁵⁹⁶. Nessa quarta faixa, não seriam tratados conteúdos propriamente ditos, mas os seguintes tópicos: as atividades interdepartamentais, a programação curricular e cultural, a implantação da proposta, os recursos materiais e humanos, os sistemas de avaliações periódicas.

⁵⁸⁹ CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA. Seminário de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Porto Alegre, 1968. 6f.

⁵⁹⁰ *Ibid.*, p.1.

⁵⁹¹ *Ibid.*, p.2.

⁵⁹² *Ibid.*, loc. cit.

⁵⁹³ *Ibid.*, loc. cit.

⁵⁹⁴ *Ibid.*, loc. cit.

⁵⁹⁵ *Ibid.*, p.3.

⁵⁹⁶ *Ibid.*, loc. cit.

A quinta e última faixa, de legislação, compareceria no seminário para “adequar as conclusões e proposições às leis que consubstanciam a Reforma Universitária Brasileira, tendo em vista a elaboração do Estatuto e Regimento da UFRGS, e do Regimento da Faculdade de Arquitetura”⁵⁹⁷.

O seminário funcionaria, numa primeira fase, com cinco grupos de trabalho – um para cada faixa. Eles seriam constituídos paritariamente por professores e alunos. Na segunda fase, os grupos seriam tantos quantos fossem necessários “para desenvolver os assuntos dominantes verificados na primeira”⁵⁹⁸. Contudo, pela leitura dos relatórios, parece que não houve segunda etapa e que cada um deles não se restringiu ao seu tema. O seminário ocorreria entre 9 e 23 de setembro.

Os grupos de trabalho se reuniram e apresentaram seus relatórios parciais. O relatório final, datado de 20 de setembro de 1968, foi redigido pelos professores Carlos Maximiliano Fayet (relator geral), Carlos Max Moreira Maia, Miguel Alves Pereira e pelos acadêmicos Claudio Augusto de Rosa Ferlauto e Pedro Mohr.

Os resultados do seminário serão tratados a partir do relatório final. Entretanto, cabe breve nota sobre os relatórios parciais. Neles há defesa de aspectos variados: de uma íntima relação entre universidade e indústria⁵⁹⁹; do arquiteto como um profissional de projeto/design⁶⁰⁰; de uma postura crítica sobre necessidades técnicas, econômicas e políticas do povo brasileiro⁶⁰¹; entre outros. Todavia, havia perspectivas defendidas por todos os relatórios. Uma delas, a de que o projeto era atividade de síntese de conhecimentos variados e, como tal, deveria

⁵⁹⁷ CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA. Seminário de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. 6f. Porto Alegre, 1968, p.3.

⁵⁹⁸ *Ibid.*, p.5.

⁵⁹⁹ “Interação contínua do saber e da técnica com as atividades produtivas” (SEMINÁRIO, 1968[a], p.1).

⁶⁰⁰ “Considerar o profissional que se pretende formar como profissional do projeto/design” (SEMINÁRIO, 1968[b], p.1).

⁶⁰¹ “O curso deve incluir necessariamente a visão lúcida e crítica de todos os problemas (técnicos, econômicos, políticos) que resultam na atual situação de sub-atendimento das necessidades da população brasileira” (SEMINÁRIO, 1968[e], p.2).

submetê-los à sua lógica⁶⁰². Outra é a das três escalas de trabalho do arquiteto: o projeto do objeto, do edifício e da cidade⁶⁰³.

O primeiro argumento – projeto como síntese – foi reproduzido recorrentemente pela instituição como delimitador do campo, desde a defesa de Edgar Graeff pela “Criação de uma Faculdade de Arquitetura”, em 1949. O segundo, novo, coloca objeto, edifício e cidade como temas de preocupação dos arquitetos por serem compreendidos como artefatos projetáveis. Cabe notar também a presença da palavra *design*, associada a projeto. Essa palavra é incorporada ao léxico do campo junto à escala do objeto.

Mas passemos ao relatório final. Nele, o arquiteto era “admitido como o profissional cuja missão social, cultural e humana é, precípua mente, organizar o meio físico, tendo presente o homem e suas múltiplas e complexas necessidades materiais e espirituais”⁶⁰⁴.

O relatório fazia ainda considerações muito gerais sobre a formação do arquiteto – que deveria compreender e atuar na realidade

⁶⁰² O relatório do grupo de trabalho 1 cita que “os conhecimentos adquiridos [pelo arquiteto], próprios de sua formação, incidem no Projeto, como momento de aplicação” (SEMINÁRIO, 1968[a], p.3). O relatório do grupo de trabalho 2 argumenta que a “atividade de criação do arquiteto é um “processo científico de análise e síntese nesta realidade [realidades sociais/culturais/tecnológicas] para a qual é necessário o conhecimento científico dos dados adequados e o processo operacional dos mesmos” (SEMINÁRIO, 1968[b], p.2). O relatório do grupo de trabalho 3 refere que “o projeto criação decorre de uma síntese de conhecimentos, [e] exige para si a convergência de todo o ensinamento” (SEMINÁRIO, 1968[c], p.2). Neste sentido, a “programação deverá ser toda orientada no sentido do projeto que constituirá a espinha dorsal do curso e para o qual se orientará todo o ensino” (SEMINÁRIO, 1968[c], p.2). O relatório do grupo de trabalho 4 aponta que o processo de ensino deve “enfocar o projeto como síntese do conhecimento do arquiteto, relacionando-o estreitamente com as áreas de História e Antropologia e de Tecnologia, tendo estas como um meio integrador e não como fim específico para a criação” (SEMINÁRIO, 1968[d], p.3).

⁶⁰³ O relatório do grupo de trabalho 1 cita que “o campo do conhecimento abrangido pelo Projeto define-se em diferentes escalas, desde o Desenho do Objeto, Projeto do Edifício, até o Planejamento Urbano” (SEMINÁRIO, 1968[a], p.5). O relatório do grupo de trabalho 2 argumenta que “o projeto seria abordado em quatro níveis: desenho da mensagem – desenho do objeto – desenho da edificação – desenho urbano” (SEMINÁRIO, 1968[b], p.3). O relatório do grupo de trabalho 3 refere que “estas atividades [de organização do espaço] fixam-se essencialmente no ato de criar seja o objeto, a edificação ou o urbanismo” (SEMINÁRIO, 1968[c], p.1). E o relatório do grupo de trabalho 5 aponta que o arquiteto deve “saber projetar a edificação, de nível ainda artesanal, sem ignorar os métodos da indústria; [...] Desenhar o objeto, imaculavelmente industrial, sem esquecer sua circulação em ambientes de filiação artesanal; [...] Planejar a cidade, com a consciência de que ela não é apenas a projeção amplificada de tudo isto” (SEMINÁRIO, 1968[e], p.2-3).

⁶⁰⁴ SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da U.F.R.G.S. – 9 a 23 set. 68. Relatório final. 8f. [s.l.], 1968 (f), p.2.

contemporânea brasileira, por exemplo – e sobre a universidade – que deveria integrar o homem em sua circunstância histórica e contribuir com seu desenvolvimento total, por exemplo.

Os fundamentos e a estrutura de ensino que apresentava eram muito semelhantes aos já vigentes na instituição. Mais uma vez, a Faculdade se reunia para um amplo debate de mudança do ensino, mas acabava alterando-o bem pouco. O ensino manteve-se compartido em três ciclos: formação básica, formação profissional e trabalho de diplomação.

O primeiro, de formação básica, caracterizava-se pela “integração de três áreas – criação, tecnologia e ciências sociais”⁶⁰⁵. Mais uma vez são repetidas, com outros nomes, as dimensões referidas por Graeff, em 1949⁶⁰⁶, e na “Exposição de Motivos” que orientou a redação do projeto de regulamento, apresentado em 1952⁶⁰⁷.

O segundo ciclo, de formação profissional, também estava organizado nas mesmas três áreas – Projeto (outro nome para criação), Tecnologia e Ciências Sociais.

A área de Projeto deveria proporcionar cadeiras “optativas que atentem para tendências no campo do desenho do objeto, no campo da edificação ou do Urbanismo, mas que incluam, cada uma, necessariamente, aspectos básicos das demais”⁶⁰⁸. Assim, apesar da

⁶⁰⁵ A criação se vincularia ao “desenvolvimento da percepção visual e do estudo dos materiais e as técnicas de sua utilização na pesquisa da forma, ao nível sintético [ou seria, sintético?]” (SEMINÁRIO, 1968[f], p.4). A tecnologia, por sua vez, deveria “contribuir para o ato criador” (SEMINÁRIO, 1968[f], p.5). Seu ensino é organizado em dois estágios. Inicialmente, são oferecidos conhecimentos sobre os fenômenos físicos e o uso da matemática. Posteriormente, “a matemática, a física técnica, o estudo dos materiais e do seu comportamento, e a construção deverão formar uma unidade didática integrada” (SEMINÁRIO, 1968[f], p.5) proporcionando as bases para a passagem ao ciclo de formação básica. As ciências sociais introduziriam o estudante nos problemas do desenvolvimento brasileiro, “fornecendo os fundamentos de sociologia, economia, política, antropologia cultural, história e arte através da própria análise desta problemática” (SEMINÁRIO, 1968[f], p.5).

⁶⁰⁶ Em sua defesa pela “Criação de uma Faculdade de Arquitetura” Graeff afirmava que arquiteto deveria ter: capacidade criadora, compreensão humana e conhecimento das ciências, conhecimentos técnicos.

⁶⁰⁷ Como já referido no capítulo anterior, há a declaração na “Exposição de Motivos” de que são conhecimentos imprescindíveis ao arquiteto “os que tenham por objeto o homem individual e social”, os de “ordem técnica, teórica e prática, para realização construtiva dos projetos” e, finalmente, os de “ordem artística, para concepção e expressão da obra arquitetônica. FACULDADE DE ARQUITETURA. Comissão de Ensino. Exposição de Motivos. 6f. [s.l., 1952].

⁶⁰⁸ SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da U.F.R.G.S. – 9 a 23 set. 68. Relatório final. 8f. [s.l.], 1968 (f), p.6.

ênfase em alguma das “escalas” do ato de projetar, o estudante de Arquitetura não perderia o vínculo entre elas. E nessa área, ressaltava o relatório, deveria ser garantido também “o desenvolvimento da capacidade de criação para a construção, através do domínio dos fatores (funcionais, estruturais, construtivos e estéticos) que condicionam a definição da forma”⁶⁰⁹.

A área de Tecnologia introduziria os estudantes “no domínio dos aspectos estruturais, construtivos e de condicionamento que implicam no projeto”⁶¹⁰. As ciências sociais, por fim, realizariam o aprofundamento cultural.

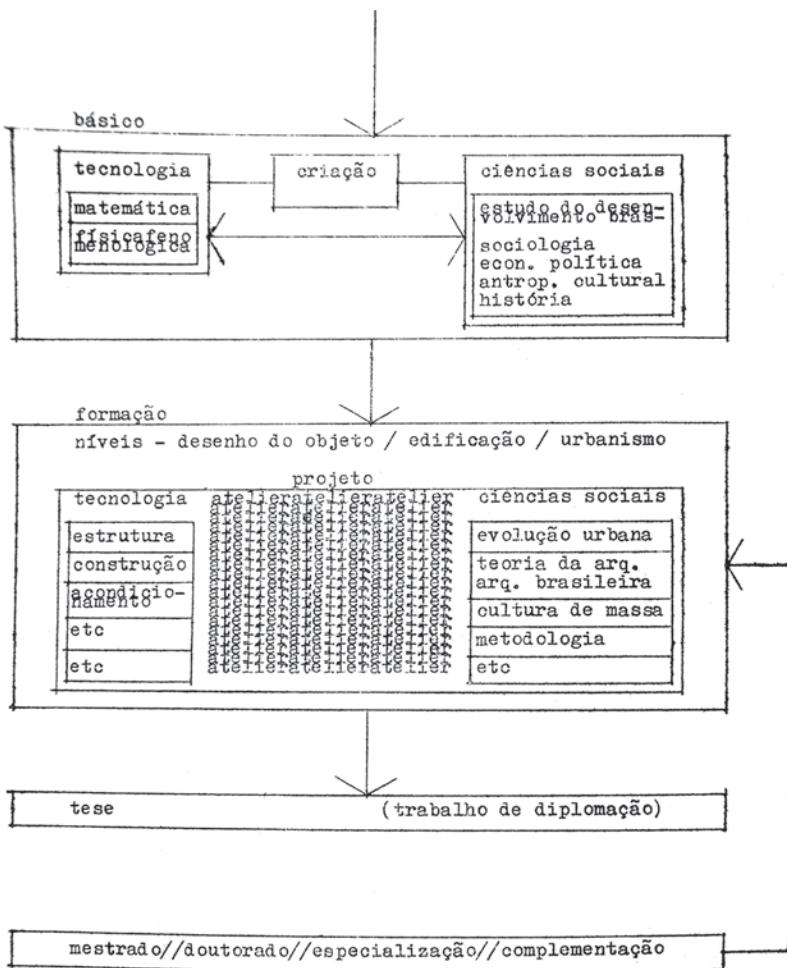
O terceiro e último ciclo, de Trabalho de Diplomação, deveria ser retirado da programação didática, de modo a se caracterizar como instrumento de verificação da capacidade de exercício profissional dos estudantes.

A figura 25, a seguir, que finaliza o relatório final, representa a proposta de ensino exposta acima. Nela ficam evidentes: o estabelecimento de níveis/escalas de abordagem: o desenho do objeto, da edificação e da cidade, todos entendidos como artefatos passíveis de projeto; a prevalência dos exercícios de projeto, em *atelier*, no ciclo de formação profissional.

⁶⁰⁹ SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da U.F.R.G.S. – 9 a 23 set. 68. Relatório final. 8f. [s.l.], 1968 (f), p.6.

⁶¹⁰ *Ibid., loc. cit.*

Figura 25 - Esquema síntese do modelo de ensino proposto.



Fonte: SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da U.F.R.G.S. - 09 a 23 set. 68. Relatório final. 8f. [s.l.], 1968 (f).

Mais uma vez – e repetindo experiências anteriores – a capacidade de projetar é a habilidade central da formação; a tecnologia e as ciências sociais são conteúdos instrumentais (meios de ação, e não fins). A novidade é a concepção de que objetos, edifícios e cidades são artefatos que diferem apenas na escala, todos manipuláveis por meio do mesmo processo mental – o de síntese.

No mês seguinte ao seminário, em 23 de outubro, o Conselho Departamental designou comissão – composta pelos professores Carlos Maximiliano Fayet, Luiz Frederico Mentz, Marcelo Casado de Azevedo e de um representante do diretório acadêmico – para “apresentar um parecer estruturando o Plano de Trabalho da Faculdade, para o curso de Arquitetura e de Urbanismo, a ser desenvolvido no primeiro período letivo de 1969”⁶¹¹. Ele deveria ser apreciado pelo Conselho Departamental e pela congregação.

Pouco depois, em 27 de dezembro de 1968, a reestruturação do ensino voltou à pauta da reunião da congregação. “Após demorados debates a respeito, os Senhores presentes aprovaram o Esquema da Programação do Ensino para 1969 e os programas das disciplinas”⁶¹² com algumas pequenas alterações.

Contudo, a proposta de nova estrutura de ensino não passou a vigorar logo. Ela voltou a ser debatida em outras vezes no ano seguinte, 1969. Por exemplo, ela foi aprovada pela congregação em 30 de dezembro⁶¹³ e voltou a ser debatida em reunião do Conselho Departamental ocorrida em 29 de dezembro⁶¹⁴.

Alterações significativas no ensino da instituição só passariam a valer na década seguinte, 1970. As discutidas nos anos 1960 não culminaram numa transformação efetiva dos pressupostos subjacentes e das práticas da formação.

⁶¹¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.54. [s.l.], 1968 (b), p.7.

⁶¹² FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 27 de dezembro de 1968, p.2.

⁶¹³ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 30 de dezembro de 1969, p.1.

⁶¹⁴ Sua proposta tinha o seguinte teor: “consolidação da unidade do ateliê básico, reunindo os quatro primeiros semestres, com integração ao nível dos semestres, e coordenação vertical, por um coordenador responsável. – Ao nível do ciclo profissional, a estrutura passará a ser a seguinte: definição de dois campos de atuação com dois coordenadores – teoria e prática de projetos. O primeiro aspecto seria o responsável pela atuação dos assuntos teóricos da própria arquitetura, de urbanismo e das áreas da técnica e da cultura; – o segundo aspecto desenvolveria os trabalhos de prática de projetos p. dita, com 5 coordenadores ao nível dos respectivos semestres, coordenados verticalmente pelo coordenador responsável. Será mantida a diversificação de perspectivas com unidade apenas dos temas propostas, e serão ainda particularmente cultivados: os concursos periódicos, já previstos pelo Seminário, e aprovados em dezembro de 1968; e a utilização da faixa de estudos complementares, igualmente prevista e definida na estrutura de ensino já aprovada”. FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 81^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 29 de dezembro de 1969, p.1.

5.2.7 O (novo?) currículo mínimo de 1969

O ano de 1969 foi também, necessário dizer, o da definição do novo currículo mínimo de Arquitetura do país. Ele substituiria o de 1962, já referido.

Foi o Parecer nº 384/69, da Comissão Especial do Conselho Federal de Educação, que opinou sobre o currículo mínimo, aprovado em 6 de maio de 1969. Ele se fundamentou no princípio de que a forma “é antecedente e consequente: preside à formulação em atendimento aos requisitos funcionais e aos elementos construtivos” (ABEA, 1977, p.71-72). A forma era primordial. “Tudo se funde na forma, a qual, porém, continua a ser a preocupação do arquiteto, tão simples e natural como se não existisse em si mesma” (ABEA, 1977, p.72), afirmava o parecer.

Mais uma vez a forma (revelada por meio do projeto) deveria presidir a educação do arquiteto. Esse pressuposto em nada alterava os já manifestos em 1962 e os já expressos no ensino praticado na Faculdade.

A comissão especial definiu ainda, nas observações, que no currículo mínimo o planejamento

[...] constituirá a atividade criativa aplicada, quer quanto à arquitetura das habitações e edifícios em geral, quer quanto a projetos de objetos (arquitetura interior), quer quanto a cidades e regiões (planejamento urbano e regional). Programas específicos objetivarão problemas de maior interesse social: escolas e hospitais, estádios e teatros, clubes e parques recreativos, residências populares, subúrbios, cidades industriais e cidades satélites, e outros reclamados pela comunidade e pelo desenvolvimento, atendendo-se às preferências dos alunos e às possibilidades das escolas. (ABEA, 1977, p.74)

Como ocorria no debate do fim dos 1960 (sobre reforma do ensino da Faculdade de Arquitetura), o objeto comparece como uma das escalas de trabalho do arquiteto (assim como cidades e regiões).

O Conselho Federal de Educação fixava ainda os conteúdos mínimos a serem observados na organização dos cursos. Os currículos deveriam compreender dois grupos de matérias: básicas e profissionais.

As básicas eram seis: 1. Estética, História das Artes e, especialmente, da Arquitetura; 2. Matemática; 3. Física; 4. Estudos Sociais; 5. Desenho e outros meios de expressão; 6. Plástica.

As profissionais, sete: 1. Teoria da Arquitetura; Arquitetura Brasileira; 2. Resistência dos Materiais e Estabilidade das Construções; 3. Materiais de Construção, Detalhes e Técnicas de Construção; 4. Sistemas Estruturais; 5. Instalações e Equipamentos; 6. Higiene da Habitação; 7. Planejamento Arquitetônico.

A organização é similar ao do currículo vigente na Faculdade de Arquitetura desde 1962-63 – os ciclos básicos e profissionais, bem como seus respectivos conteúdos. Fica evidente que o currículo mínimo de 1969 não alterou nada de substancial nos pressupostos da formação em Arquitetura.

5.2.8 A cadeira de Urbanismo no curso de Arquitetura

A cadeira que ministrava o conteúdo de Urbanismo no curso de Arquitetura era *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*. A de *Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades* era uma disciplina “técnica”. Lidava com o cálculo da infraestrutura urbana. A de *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*, por sua vez, apresentava a concepção de Urbanismo conforme já referido – como exercício de síntese, domínio do projeto, complementação da formação do arquiteto. Por isso, apenas ela será tratada aqui.

Ela foi ministrada, em 1964, pelos professores Cyrillo Severo Crestani, Marcos David Heckman, Moacyr Moojen Marques, Roberto Felix Veronese. Seu programa do 9º semestre de 1968 tinha como tema “o projeto de uma cidade industrial (satélite), situada em uma região metropolitana conhecida”⁶¹⁵. O trabalho seria realizado alternando exercícios individuais e em equipe, “atendendo às reais condições de projetos desta espécie dentro da solicitação profissional”⁶¹⁶.

Os trabalhos individuais teriam como temas:

Planejamento de um pequeno núcleo residencial de reduzida complexidade, perfeitamente situado no tema central. Tema destinado ao contacto com a Composição em escala urbana. [...] Projeto de um núcleo de maior complexidade, que constará de uma “unidade vicinal” situada no tema central, e que será o trabalho preparatório para o planejamento de cidades⁶¹⁷.

⁶¹⁵ FACULDADE DE ARQUITETURA. Programa da cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista. IX semestre do curso de Arquitetura. Ano letivo de 1968 (II período). Porto Alegre, 1968, p.1.

⁶¹⁶ *Ibid., loc. cit.*

⁶¹⁷ *Ibid.*, p.2.

O trabalho em equipe teria como temas:

Desenvolvimento dos zoneamentos das equipes até o nível de ante projeto da cidade industrial. Aplicação e síntese dos conhecimentos adquiridos. Nesta fase do projeto, cada aluno adotará seu trabalho individual (unidade vicinal) ao projeto de equipe, sendo que os setores comunitários serão projetados por todos os seus componentes; Elaboração da minuta de legislação urbana, aplicável ao acaso⁶¹⁸.

Ao longo do período, seriam prestadas “as informações relativas à pesquisa, coleta de dados, graficação, interpretação, análise e formação de expedientes urbanos”⁶¹⁹. Ocorreriam também palestras sobre:

[...] o problema metropolitano – conturbações – Região e sítio. As mais características regiões metropolitanas europeias e americanas. A metropolização de Porto Alegre – As modernas tendências do planejamento – Os diversos conceitos quanto a estrutura formal urbana. Zoneamentos – unidades vicinais (conceituação e exemplos)⁶²⁰.

Percebe-se, pela leitura do programa, que esta era efetivamente uma disciplina de síntese de conhecimentos, que tinha como produto final um projeto. Segundo Marques, um de seus professores (que pediu demissão após Veronese abandonar o curso, como já referido), essa cadeira tinha como objetivo contrapor-se ao “falso dilema planejamento versus projetos urbanos” (MARQUES, 2002, p.97), em pauta ao final da década de 1960.

Havia, segundo Marques, à época, “uma supervvalorização no enfoque dos temas integrantes do conceito ‘planejamento’, tais como a Economia, Sociologia, Estatística, História e mais adiante a Ecologia”, o que implicava “uma atitude tendente à minimização do projeto urbano” (MARQUES, 2002, p.96). Para ele, pejorativamente, o alargamento do enfoque do “planejamento” era “a arquitetura e o urbanismo datilografados” (MARQUES, 2002, p.96).

Essa disciplina, para Marques, buscava conciliar ambas as dimensões – a projetual e a multidisciplinar – integrando-as, mas “enfatizando a prática arquitetônica na escala urbana” (MARQUES,

⁶¹⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. Programa da cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista. IX semestre do curso de Arquitetura. Ano letivo de 1968 (II período). Porto Alegre, 1968, p.1.

⁶¹⁹ *Ibid., loc. cit.*

⁶²⁰ *Ibid., loc. cit.*

2002, p.97). Esses esclarecimentos confirmam a centralidade do projeto no ensino da cadeira *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*. E testemunham também que nesse momento as palavras planejamento e projeto (composição), embora denotando campos indefinidamente distintos, ainda eram intercambiáveis.

5.3 O curso de Urbanismo

Alterações introduzidas em 1959 marcaram a segunda fase do curso de Urbanismo. Elas visavam “proporcionar uma formação complementar do arquiteto especialmente dirigida para a elaboração de Planos Diretores. As cadeiras práticas tinham uma preocupação acentuada com a composição urbana em si”⁶²¹. Nessa nova etapa, o estudo do Urbanismo era declarado como uma formação complementar à do arquiteto (e só dele). Esse ponto de vista acaba derrotado com a redação final do regimento de 1963. Além disso, os planos diretores e a composição urbana eram admitidos como atividades de natureza similar (ou tomados como sinônimo). É o que veremos a seguir.

5.3.1 Novo exame de admissão: Planejamento

Em 1960 passou a vigorar novo exame de admissão para o curso de Urbanismo. Além de alterações nas provas de História da Arte e Sociologia, foi incorporada a prova de “Planejamento”.

A inclusão desse último conteúdo havia sido sugerida dois anos antes, em 1958, como já referido, por comissão composta pelos professores Demétrio Ribeiro, Edvaldo Pereira Paiva e Fernando Lunardi. Na ocasião, eles recomendaram que a prova tivesse caráter eliminatório, mas recuaram ante a oposição da congregação.

Da prova de Sociologia foram retirados conteúdos compreendidos como desnecessários. Consequentemente, ela foi reduzida a “pontos específicos de Sociologia Urbana”⁶²². Já em História da Arte, os “extensos

⁶²¹ FACULDADE DE ARQUITETURA. 1ª semana de estudos. Relatório do Departamento de Urbanismo. 4f. Porto Alegre, 1966 (c), p.1.

⁶²² DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.13.

pontos referentes à pintura” foram excluídos e “se procurou calcar o novo programa nos aspectos relacionados com a construção urbana”⁶²³.

Contudo, a modificação mais expressiva foi a inclusão de “Planejamento”. Com ela, pretendia-se “preencher uma sentida lacuna, de uma disciplina que permitisse observar a capacidade de cada candidato no terreno da composição e planejamento dos espaços”⁶²⁴. Essa aptidão, “primordial para formação dos futuros urbanistas [...], não pode ser adquirida durante o Curso, onde, quando muito, poderá ser aperfeiçoada”⁶²⁵.

Percebe-se que a palavra “Planejamento” não se refere à condução de processos sociais, políticos e governamentais de transformações da cidade. Trata-se, isto sim, de uma prova de projeto/composição.

Temos certeza disso quando observamos os pontos organizados pela banca examinadora para a prova⁶²⁶. Ela tinha como tema: “Planejar o aproveitamento de um terreno de 3 ha [hectares] localizado frente a uma radial importante e no interior de uma zona densamente habitada”⁶²⁷. E, para uma população de 600 habitantes, deveriam ser previstos: “a) habitação coletiva (blocos); b) um centro de zona, que também servirá às áreas próximas, com: 1. cinema: 1.500m²; 2. mercado: 1.000 m²; 3. 60m.l. [metros lineares] de frente comercial; 4. praça, com espaço cívico; 5. esportes: 3.000 m²; 6. estacionamentos”⁶²⁸. Pedia-se que fosse estudada a “composição do conjunto, circulação de veículos e pedestres, e relação plástica do conjunto com os logradouros adjacentes”⁶²⁹.

Junto a esse texto vinha um terreno sobre o qual deveria ser realizado o trabalho. Ele está exposto na figura 26.

O resultado deveria ser apresentado a lápis, em plantas, elevações, perspectivas, um detalhe (escolhido pela banca) e memória descritiva. Seus fundamentos e produto revelam que ele era um exercício de projeto.

Essa prova buscava restringir o acesso ao curso apenas aos arquitetos. Era uma forma tácita de afastar os engenheiros. E não

⁶²³ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.13.

⁶²⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁶²⁵ *Ibid., loc. cit.*

⁶²⁶ A banca examinadora era composta por Edvaldo Pereira Paiva, Demétrio Ribeiro, Roberto Felix Veronese e Carlos Maximiliano Fayet.

⁶²⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. Edital nº 33. Concurso de habilitação. 22f. Porto Alegre, 1960, p.20.

⁶²⁸ *Ibid., loc. cit.*

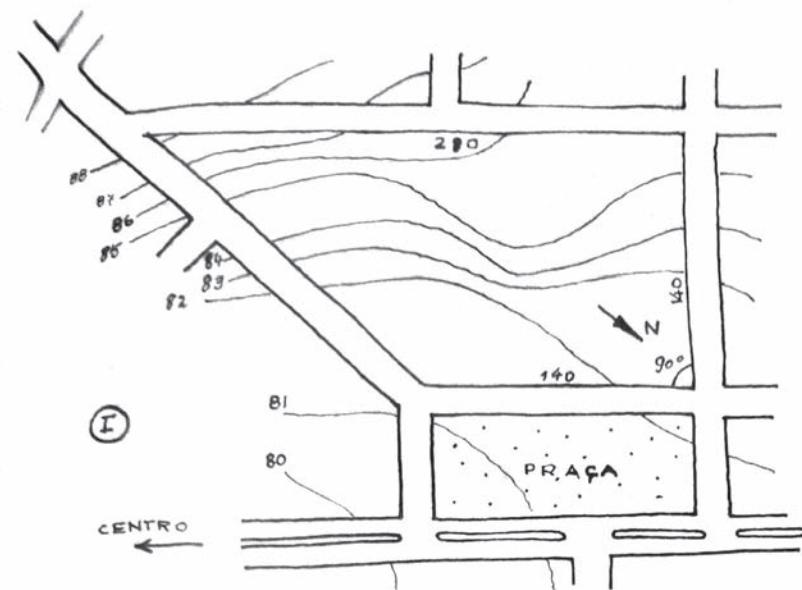
⁶²⁹ *Ibid., loc. cit.*

surpreende que seus propositores, nesse segundo momento, tenham sido Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, defensores da autonomia da Arquitetura em relação à Engenharia. Mesmo não sendo de caráter eliminatório, como ambos propuseram, o fato de constar como uma das provas de admissão já criava imensa dificuldade aos engenheiros.

Descrito o processo de seleção e seus pressupostos, tratar-se-á, a seguir, do currículo do curso de Urbanismo, sutilmente alterado no final da década de 1950 e em funcionamento no início da década seguinte.

Figura 26 - Lote da prova de "Planejamento" do concurso de habilitação ao curso de Urbanismo, 1960.

PROVA DE HABILITAÇÃO DE 1960-1º CHAMADA= URBANISMO-CADEIRA DE PLANEJAMENTO



Fonte: FACULDADE DE ARQUITETURA. Edital nº 33. Concurso de habilitação. 22f. Porto Alegre, 1960.

5.3.2 O currículo no início da década de 1960 como superação do “padrão federal”

Em 1961 foi publicada obra que apresentava o curso de Urbanismo⁶³⁰. Ela trazia disciplinas, professores, programas, além de apresentar as alterações que se contrapunham ao programa do curso que funcionou até 1958. Revelava ainda, em sua primeira parte, os preceitos que o “recriaram”. Trataremos incialmente deles. A apresentação e debate sobre os programas das disciplinas – suas críticas e alterações – ficarão para depois.

O documento dirigia sua primeira crítica ao padrão federal de ensino de Arquitetura – o currículo da FNA, do Rio de Janeiro. Segundo o texto, ele refletia “as precárias condições de um exercício profissional ambíguo e se reportam a programas acadêmicos superados”⁶³¹. Por essa razão, só mesmo “uma orientação nova, o mais possível desligada do chamado ‘padrão federal’”⁶³², faria o curso de Urbanismo gaúcho funcionar adequadamente.

O “total fracasso”⁶³³ do padrão federal decorria, em alguma medida – continuava a publicação – às alterações pelas quais passava o papel do urbanista. Ele já não era aquele profissional “compelido a palmilhar sozinho o campo das ciências que intervêm na análise e interpretação dos fenômenos que interessam à urbanística”⁶³⁴. Substituía-o “uma equipe de sociólogos, economistas, sanitaristas, engenheiros, etc., onde a tarefa de coordenação, síntese e planejamento cabe, via de regra, a um profissional cuja necessária formação coincide, em sua natureza, com a do arquiteto”⁶³⁵.

Reconhece-se, é verdade, que o Urbanismo não era exclusivamente “coisa de arquiteto”. Entretanto, o arquiteto urbanista deveria ser, naturalmente, o coordenador das equipes, liderança essa conferida por seu processo de formação, o que o capacitaria a sintetizar dimensões e conhecimentos variados. Era essa a habilidade necessária ao exercício do Urbanismo. E ela pertencia aos arquitetos.

Esse pressuposto orientou a incorporação da prova de planejamento ao exame de habilitação para o curso de Urbanismo. Essa prova,

⁶³⁰ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961.

⁶³¹ *Ibid.*, p.7.

⁶³² *Ibid.*, p.12

⁶³³ *Ibid.*, loc. cit.

⁶³⁴ *Ibid.*, p.7

⁶³⁵ *Ibid.*, loc. cit.

naturalmente, deveria impedir o acesso àqueles que não eram capazes de realizar a síntese, notadamente os não arquitetos.

A correspondência de identidades entre arquitetos e urbanistas era destacada em outro momento. O documento afirmava ser necessário eliminar “a distinção entre o arquiteto e urbanista, que tende a se transformar em fosso profundo separando atividades idênticas: planificação e a composição de urbanismo”⁶³⁶. Ou seja, planejar e compor eram sinônimos. Logo, deveriam ser realizados por um profissional específico: o arquiteto urbanista.

O curso, continuava a publicação, buscava “completar e tornar eficiente a formação do arquiteto preparando-o para assumir suas responsabilidades na equipe de urbanismo”⁶³⁷. Procuraria ainda superar a inadequação do ensino vigente, que diferenciava “a atividade idêntica do arquiteto e do urbanista”⁶³⁸.

A partir de toda argumentação precedente, percebe-se que a profissão de arquiteto urbanista estava em construção. Havia, como se vê, um elaborado argumento que aproximava ambas as atividades. Esse documento não se limitava a propor um modelo de ensino a partir de uma descrição da realidade. Ele prescrevia: o arquiteto é urbanista. Planejar e compor são atividades dirigidas pela mesma capacidade: de síntese. Ela os aproxima e dirige suas ações.

No quadro 23, vemos a seriação, as disciplinas e os professores vigentes em 1960-61.

Quadro 23 – Currículo e professores, curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, 1960-61.

CURSO DE URBANISMO	
1ª SÉRIE	
Theoria e Prática dos Planos de Cidades I	Edvaldo Pereira Paiva
Evolução Urbana	Demétrio Ribeiro
Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana I	Nely Martins
Organização Social das Cidades	Roberto Veronese
Arquitetura Paisagista I	Francisco Riopardense de Macedo

⁶³⁶ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.7

⁶³⁷ *Ibid., loc. cit.*

⁶³⁸ *Ibid., loc. cit.*

2ª SÉRIE	
Teoria e Prática dos Planos de Cidades II	Edvaldo Pereira Paiva
Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana II	Nely Martins
Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública	Adalberto Carvalho
Arquitetura Paisagista II	Francisco Riopardense de Macedo
Administração Municipal	Waldemar Lubke

Fonte: INFORMAÇÃO da secção de ensino - Proc. nº 945/60 da reitoria. Porto Alegre, 1961. 3f.; DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961.

Em 1961, apenas dois candidatos se inscreveram no curso de Urbanismo. No mesmo ano, na época regulamentar (excetuando-se demais chamadas extras) o curso de Arquitetura teve 172 inscritos⁶³⁹. Quando comparados, os números demonstram que a adesão ao Urbanismo era inexpressiva.

No ano seguinte, 1962, a publicação do CEUA – que apresentava o projeto de reforma curricular do curso de Arquitetura e a proposta de currículo mínimo, já exposta no item 5.2.1 – também fez sugestões para um novo currículo de Urbanismo. E isso um ano após a publicação da proposta descrita acima, de 1961. Em alguma medida, a alteração sugerida na publicação do CEUA (1962) seguia diretrizes semelhantes às do curso de Arquitetura. Vejamos.

Inicialmente o documento (re)definia seu caráter. O curso de Urbanismo passaria a ser de “post-graduação” do de Arquitetura, logo acessível somente a arquitetos. E, para cursá-lo, não seria mais necessário “concurso de habilitação, podendo os arquitetos nele se inscrever sem qualquer outra exigência além da apresentação do diploma ou da carteira profissional”⁶⁴⁰. Facilitava-se assim que qualquer arquiteto fosse também urbanista.

⁶³⁹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Dr. Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1961. Porto Alegre, 1962, p.8.

⁶⁴⁰ CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962, p.47.

O ensino seria uma “preparação especializada”⁶⁴¹ num ramo da atividade profissional dos arquitetos. E só não ocorria durante a graduação em Arquitetura “porque resultaria em aumento do tempo necessário a preparação dos arquitetos como, ademais, obrigaria a determinados estudos que não seriam utilizados pela maioria dos profissionais”⁶⁴².

A intenção do curso de Urbanismo era de “preparar profissionais capazes de colaborar devidamente com equipes compostas dos técnicos de várias especialidades que intervêm no planejamento, tais como: sociólogos, economistas, estatísticos, legisladores, engenheiros, sanitários, etc.”⁶⁴³. Esse ponto de vista repetia o já apresentado em 1961.

Mesmo restringindo o ingresso ao curso, o texto reconhecia que o arquiteto, no exercício do Urbanismo/Planejamento, participava de equipes compostas por outros profissionais. E afirmava ainda que esses outros “deverão receber ensino correspondente e específico, em suas respectivas Faculdades”⁶⁴⁴. Só não esclarecia: se o curso era reservado a arquitetos, como essas outras “especialidades” se formariam para o Planejamento? O que elas deveriam aprender em suas instituições que diferiria do conteúdo ensinado na Faculdade?

O ensino de Urbanismo deveria organizar-se, continua a publicação do CEUA, de maneira análoga ao de Arquitetura, em três momentos: a) formação científico-profissional; b) planejamento; c) técnicas complementares.

No primeiro estavam incluídas “todas as disciplinas básicas”⁶⁴⁵: *Sociologia Aplicada* (Organização Social Urbana); *Geografia Humana* (em especial Geografia Urbana); *Economia Política*; *História das Cidades*; *Estatística* (noções); *Teoria do Planejamento Urbano*; *Teoria do Paisagismo*.

No segundo, estavam as cadeiras: *Expediente Urbano e Composição*. Aqui, os estudantes deveriam aplicar “os conhecimentos adquiridos, de caráter científico-cultural, no planejamento urbano e rural, através do exercício da Composição”⁶⁴⁶. Ao mesmo tempo, deveriam exercitar as “tarefas de análises de estruturas urbanas, de seus aspectos

⁶⁴¹ CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. *Curriculum do curso de Arquitetura e Urbanismo*. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962, p.48.

⁶⁴² *Ibid., loc. cit.*

⁶⁴³ *Ibid., loc. cit.*

⁶⁴⁴ *Ibid., p.48.*

⁶⁴⁵ *Ibid., p.52.*

⁶⁴⁶ *Ibid., p.53.*

econômicos, sociais e humanos, organizando e interpretando os denominados Expedientes Urbanos”⁶⁴⁷. Enfim, nesse momento se exercitaria a elaboração de um diagnóstico e de uma proposta (um projeto) de intervenção.

Já no terceiro momento, as disciplinas *Serviços Públicos* e *Administração Municipal*. Elas seriam ministradas em paralelo às do segundo. Aqui, os estudantes entrariam em “ contato com a técnica dos serviços públicos [...] [adquirindo] conhecimento sobre aspectos legais e administrativos das municipalidades”⁶⁴⁸ e com a legislação pertinente aos planos diretores.

O curso de Urbanismo, segundo essa proposta, duraria dois anos (quatro semestres). No primeiro, seriam “ministradas somente as cadeiras do Grupo I, não havendo temas práticos (projetos)”⁶⁴⁹. No segundo, seriam “reservadas horas para as cadeiras de Teoria do Planejamento e Teoria do Paisagismo, que serão ministradas concomitantemente com a composição (projetos) que ocupará a quase totalidade do tempo de aulas”⁶⁵⁰. Nos dois finais, as aulas seriam destinadas, em sua maioria, aos exercícios de projeto havendo, em paralelo, aulas teóricas das cadeiras complementares.

O currículo pleno teria um total máximo de 1.080 horas⁶⁵¹, das quais 330 seriam do primeiro momento, 630 do segundo e 120 do terceiro. Destas, como refere a proposta, “à cadeira de Composição, considerada como a fundamental do Curso, é reservado mais de 50% do número total de horas”⁶⁵².

Lógica semelhante à da proposta de novo currículo para a Arquitetura dirigiu a revisão curricular do curso de Urbanismo. Ambos foram divididos em três momentos (ou ciclos). O primeiro era de fundamentos básicos, e o segundo centrava sua atenção ao projeto (ou planejamento).

A maior diferença estava no terceiro grupo. Na formação em Arquitetura, o último ciclo era destinado à simulação da atividade profissional – elaboração da tese de conclusão. Na de Urbanismo,

⁶⁴⁷ CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962, p.48.

⁶⁴⁸ *Ibid.*, p.54.

⁶⁴⁹ *Ibid.*, p.57.

⁶⁵⁰ *Ibid., loc. cit.*

⁶⁵¹ O documento de 1962 faz referência a 1.030 horas, mas é um equívoco, pois quando somamos as cargas horárias parciais – 330, 630 e 120 –, o resultado correto é de 1.080 horas.

⁶⁵² *Ibid.*, p.57.

a simulação era realizada ao longo dos semestres, e o conteúdo extraordinário à formação do arquiteto – referente a serviços públicos e administração municipal – era nele reunido. Destaque-se a centralidade da composição – em ambos correspondendo à metade do tempo dos cursos.

Como refere o relatório sobre o ano de 1962, “o aprendizado [oferecido pelo curso de Urbanismo] se faria tendo por base uma série de disciplinas básicas preparatórias ao exercício da Composição”⁶⁵³. O que reforça a relevância do ensino de composição.

5.3.3 O novo regimento interno (1963) e sua repercussão no curso de Urbanismo

No ano seguinte, 1963, o novo regimento interno foi aprovado. Até aquele ano, a instituição tinha formado ao todo 408 arquitetos e 38 urbanistas⁶⁵⁴. São quase 11 vezes mais arquitetos formados do que urbanistas. A formação “complementar” era, ao menos quantitativamente, secundária na vida da instituição.

O novo regimento interno regrou, além do curso de Arquitetura, o de Urbanismo. Ele passou a ser regulamentarmente de pós-graduação, “destinado à formação de urbanista, aberto à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação em arquitetura ou engenharia civil”⁶⁵⁵.

Importante notar que a proposta de limitar seu acesso aos arquitetos⁶⁵⁶ foi, nesse documento, derrotada. Ele permaneceu acessível aos arquitetos e engenheiros civis. A disputa pelo domínio do Urbanismo não fora resolvida definitivamente nesse momento.

⁶⁵³ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Dr. Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1962. Porto Alegre, 1963, p.8.

⁶⁵⁴ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Luiz Leseigneur de Faria, Reitor Magnífico, em exercício, da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1963. Porto Alegre, 1964, p.12.

⁶⁵⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963, p.10.

⁶⁵⁶ Há exemplos diversos acerca disso: i) a perspectiva de identidade entre Arquitetura e Urbanismo expressa em 1960; ii) a incorporação da prova de “planejamento” no processo seletivo do curso, no mesmo ano; iii) e a proposta de restrição do acesso apenas à arquitetos, de 1962.

Apesar de gravado no regulamento como de pós-graduação, o curso ainda levaria algum tempo para ser reconhecido como tal. Documento assinado pelo diretor em exercício da Faculdade, Ernani Dias Corrêa, informava que, ainda em março de 1965, ele não era considerado como de pós⁶⁵⁷. Essa indefinição devia-se ao atraso do Conselho Federal de Educação em aprovar o novo regimento.

O regimento de 1963 determinava ainda que o curso de Urbanismo seria ministrado não mais anualmente, mas “em quatro períodos semestrais consecutivos”⁶⁵⁸. Apesar da nova periodicidade, ele se manteve com dois anos de duração.

Baseado na proposta de novo currículo de 1962, o regimento de 1963 estabelecia sua organização a partir da seguinte sequência: 1. Ciclo de Preparação Básica; 2. Ciclo de Formação Profissional; 3. Ciclo de Formação Complementar.

A lista abaixo sintetiza o currículo do curso de Urbanismo conforme o regimento.

- Ciclo de Preparação Básica (1º semestre)
 - Setor I: Formação Básica (9 horas semanais) – cadeiras de *Teoria e Prática dos Planos de Cidades, Arquitetura Paisagista e Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana*.
 - Setor II: Formação Cultural (6 horas semanais) – cadeiras de *Organização Social das Cidades e Evolução Urbana*.
- O Ciclo de Formação Profissional (2º, 3º e 4º semestres)
 - Setor III: Prática de Projetos (15 horas semanais) – cadeiras de *Teoria e Prática dos Planos de Cidades, Arquitetura Paisagista e Urbanologia – Estatística – Documentação Urbanística*.
- Ciclo de Formação Complementar (3º e 4º semestres)
 - Setor IV – Formação Complementar (3 horas semanais) – cadeiras de *Administração Municipal e Técnica Sanitária – Serviços de Utilidade Pública*⁶⁵⁹.

⁶⁵⁷ CORRÊA, Ernani Dias. [Processo 360/65] 23 de março de 1965, Porto Alegre, [para] SILVA, Álvaro Leão Carvalho, Porto Alegre. Informa ao diretor do departamento de Educação e Ensino da URGES que a Faculdade de Arquitetura mantém o curso de Urbanismo. 2f.

⁶⁵⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Op. cit.*, p.13.

⁶⁵⁹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. 46f. Porto Alegre, 1963, p.14.

Os professores das disciplinas desse novo currículo, em 1964, estão listados no quadro 24.

Quadro 24 - Disciplinas e professores, curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, 1964.

CURSO DE URBANISMO	
CADEIRAS	PROFESSORES
Teoria e Prática dos Planos de Cidades	Edvaldo Pereira Paiva (catedrático) Carlos Maximiliano Fayet (instrutor)
Evolução Urbana	Demétrio Ribeiro (catedrático)
Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana	Nelly Peixoto Martins (professor [sem constar se é adjunto ou contratado])
Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública	Adalberto Rodrigues de Carvalho (catedrático)
Organização Social das Cidades	[Sem referência]
Arquitetura Paisagista	Francisco Riopardense de Macedo (professor [sem constar se é adjunto ou contratado])
Administração Municipal	Max Waldemar Lubke (catedrático)

Fonte: PIANCA, João Baptista. [Processo 311/64] 9 de abril de 1964, Porto Alegre, [para] CROCHEMEORE, Paulo, Porto Alegre. Diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha ao presidente da União Estadual de Estudantes respostas aos quesitos contidos na circular de nº 33/12.2. 8f.

O relatório sobre o ano de 1966 apresentava alterações nesse corpo docente. Expulsos da universidade, Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro deixaram suas disciplinas. *Teoria e Prática de Planos de Cidades*, ministrada por Paiva, foi assumida por Carlos Fayet. *Evolução Urbana*, ministrada por Ribeiro, ficou vaga. Max Lubke deixou *Administração Municipal*, que foi assumida por Álvaro Gonçalves Soares, engenheiro mecânico e bacharel em direito. E a de *Organização Social das Cidades*, vaga, foi assumida por Roberto Felix Veronese.

5.3.4 Gabinete de Planejamento Urbano e Regional (GAPUR)

Ainda no ano de 1965 o Departamento de Urbanismo sugeriu a criação do Instituto de Urbanismo. Essa estrutura assessoraria os demais departamentos da Faculdade no sentido de “relacionar o edifício com a cidade, as funções do prédio com o bairro, as necessidades

urbanas com os programas de equipamento comunitário”⁶⁶⁰. Além disso, a constituição do instituto deveria permitir “pesquisar a essência dos problemas da cidade e assessorar os órgãos públicos para o mais vivo contato com a realidade local e regional”⁶⁶¹. A partir de então, o tema passou a ser debatido.

No ano seguinte, 1966, o CTA aprovou, em 17 de junho, parecer propondo a formação do Instituto. Ele se apoava na orientação do “Escritório de Planejamento da UFRGS quanto à criação de Institutos, como elementos fundamentais na implantação da nova estruturação universitária”⁶⁶².

É necessário referir, retrospectivamente, que a ideia de instituto já fora usada pela Escola de Engenharia quando pretendia submeter a Arquitetura à Engenharia – em contraposição à ideia dos professores do IBA, que buscavam a criação de uma Faculdade. Parece que a relação proposta aqui entre Arquitetura e Urbanismo é semelhante – e a forma institucional de expressá-la, a mesma.

Meses após, em novembro de 1966, o mesmo departamento substituiu a ideia de criar um Instituto pela proposta de um Gabinete de Planejamento Urbano e Regional (GAPUR). O “Departamento espontaneamente comunicou ao Professor Pilla [gestor do Escritório de Planejamento da UFRGS] que desistiria da forma de Instituto para voltar-se à ideia de Gabinete evitando-se assim a criação de um novo órgão”⁶⁶³.

O projeto de regimento interno do GAPUR⁶⁶⁴ foi então submetido à apreciação de uma comissão – composta por Carlos de C. Schimitt,

⁶⁶⁰ FACULDADE DE ARQUITETURA. Proc. 1410/65. Departamento de Urbanismo. Respostas aos quesitos da Circular nº 19. Porto Alegre, 1965, p.4.

⁶⁶¹ *Ibid., loc. cit.*

⁶⁶² GRUNDIG, Werner. [Proc. 1.405/65] 25 de julho de 1965, Porto Alegre, [para] FAYET, Carlos Maximiliano, Porto Alegre. Comunica que o conselho técnico administrativo aprovou parecer sobre o anteprojeto de criação do Instituto de Urbanismo.

⁶⁶³ FAYET, Carlos Maximiliano. Senhores Conselheiros. No momento em que o Conselho Técnico Administrativo... 5f. Porto Alegre, 1966, p.3.

⁶⁶⁴ O projeto de regimento interno do GAPUR colocava como suas finalidades: “a) efetuar pesquisas, análises e estudos, em alto nível, de natureza teórica e aplicada, relacionados com a ciência urbanística e afins; b) assessorar o ensino de urbanismo no Curso de Urbanismo e em outros cursos da Faculdade ou nos de outras unidades da Universidade; c) colaborar com outras instituições oficiais da Universidade ou, através de convênios, com órgão públicos e privados, no que concerne às finalidades do GAPUR; d) manter intercâmbio científico e cultural, com Universidades e outras instituições congêneres, nacionais e estrangeiras; e) organizar, manter e divulgar material documentário e de expressão gráfica de urbanismo; f) promover e colaborar em cursos regulares e extraordinários de aperfeiçoamento, especialização e extensão a alunos da Universidade, a diplomados da mesma ou de outras instituições nacionais ou estrangeiras, seja sob as condições comuns ou como estagiários, bolsistas, etc.; g)

Ary Nunes Tietbohl, Julio R. de Castilhos e Julio Rubbo. Esse grupo, responsável por apresentar parecer sobre a proposta, fez as seguintes considerações: que “a amplitude emprestada pelo projeto de regimento ao ‘GAPUR’ acarreta diversas medidas que deverão ser tomadas, com as consequentes implicações de ordem orçamentária”⁶⁶⁵. Por essa razão, acreditavam ser “inoportuna a instituição do GAPUR neste fim de exercício, às pressas, e em paralelo com alterações profundas no que tange à reestruturação [dos cursos da Faculdade]”.⁶⁶⁶ Sugeriam que o projeto fosse reapresentado no ano seguinte⁶⁶⁷.

Carlos Maximiliano Fayet, presidente do Departamento de Urbanismo, contestou esse parecer em documento de 2 de dezembro do mesmo ano. Para ele, a insuficiência de tempo disponível à pesquisa e treinamento, os recorrentes pedidos de ingresso no curso e a necessidade de prestação de serviços às administrações públicas eram motivos suficientes para criação do GAPUR. Por outro lado, a exiguidade de recursos não era um problema para sua constituição. Como refere Fayet, “imagina-se o Gabinete instalado no próximo ano, a trabalhar com a estrutura de espaço, equipamento e funcionários que já foram postos à disposição do Departamento para o atendimento dos alunos-bolsistas”⁶⁶⁸.

Mas a polêmica durou pouco. O GAPUR foi logo posto em funcionamento. O relatório sobre as atividades do ano de 1966 revela que “a capacidade didática do Curso de Urbanismo [...] foi grandemente ampliada mediante a criação do Gabinete de Planejamento Urbano e Regional (GAPUR)”⁶⁶⁹, o que nos leva a crer que ele tenha sido instalado no fim de 1965.

Para seu funcionamento, “foram adquiridos equipamentos indispensáveis e tomadas as devidas medidas administrativas para dar início às atividades preliminares”⁶⁷⁰. Os responsáveis pelo gabinete tinham a esperança de que a CAPES lhes concedesse mais bolsas. Se

665 preparar pessoal capacitado para a pesquisa, a investigação, o ensino, a divulgação e outras atividades relativas ao Urbanismo”. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Anteprojeto de Regimento Interno do Gabinete de Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura. 7f. [s.l., 1966], p.1-2.

666 SCHIMMITT, Carlos de C.; TIETBOHL, Ary Nunes; CASTILHOS, Júlio R. de; RUBBO, Júlio. Parecer. As Comissões de Educação e Ensino... Porto Alegre, 1966. 3f.

667 *Ibid.*

668 *Ibid.*

669 FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor Werner Grundig, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1966. Porto Alegre, 1967, p.1

670 *Ibid., loc. cit.*

isso ocorresse, ele poderia “realizar trabalhos de planejamento para municípios do Estado e para o próprio poder estadual, integrando, assim, cada vez melhor, a Faculdade no meio a que ela deve servir e dando incentivo à pesquisa aliada à realização e ao ensino”⁶⁷¹.

A propósito dos trabalhos realizados para o poder público local, Marcos David Hekman e Doris Muller relatavam, em 1969, os contratos firmados entre o GAPUR e a prefeitura de Porto Alegre para o “desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa de anatomia dos Bairros Menino Deus e Navegantes e outro com a Sudesul e a Universidade, o qual possibilitará pesquisar o campo do desenvolvimento econômico do Estado”⁶⁷².

Ainda em 1970, um “Acordo de Cooperação SUDESUL [Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul], Governo do Estado/SERFHUAU [Serviço Federal de Habitação e Urbanismo] contratou a Universidade para realizar Estudos Básicos para uma ‘Política de Desenvolvimento Urbano’ na qual trabalharam cinco unidades da UFRGS sob a coordenação do GAPUR”⁶⁷³.

Percebe-se que, ao menos em parte, o GAPUR alcançou o objetivo a que se propôs: oferecer serviço de Urbanismo ao poder público e, em paralelo, inserir os estudantes em processos “reais” de trabalho.

Por outro lado, em que pese o sucesso do GAPUR, os estudantes, no manifesto “Nosso Ensino é uma Farsa”, também lhe fizeram críticas. Afirma o documento que o “GAPUR não funciona”⁶⁷⁴. Mas, como não há considerações complementares, é impossível saber o que, do ponto de vista dos estudantes, não funcionava no gabinete.

O GAPUR não durou muito. Foi extinto em 1971. Com isso, suas funções de pesquisa “foram reassumidas pelo Departamento de Urbanismo”⁶⁷⁵. Sua interrupção parece ter sido fruto de uma banalidade. “Por um lapso, o GAPUR deixou de ser citado como órgão Auxiliar da Faculdade de Arquitetura, quando da elaboração do Estatuto da

⁶⁷¹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor Werner Grundig, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1966. Porto Alegre, 1967, p.2

⁶⁷² FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 30 de dezembro de 1969, p.4.

⁶⁷³ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Exposição à Comissão Especial do Conselho Universitário para revisão do estatuto da UFRGS e de seu RGU. 3f. Porto Alegre, 1973, p.1.

⁶⁷⁴ NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968, p.4.

⁶⁷⁵ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.16.

Universidade, em 1970. Em consequência foi extinto por Portaria do Reitor em março de 1971”⁶⁷⁶.

5.3.5 Primeira semana de estudos (1966): parecer do Departamento de Urbanismo

O ano de 1966 foi também o da realização da 1^a semana de estudos da Faculdade de Arquitetura, já relatada no item, 5.2.4. Será apresentado, aqui, o relatório do Departamento de Urbanismo, não referido no item citado.

Esse relatório, assinado por Carlos Maximiliano Fayet e Doris Maria Muller, trazia suas impressões sobre as reformas no ensino gravadas no regimento da Faculdade, de 1963, e vai além de um balanço de sua condição presente. Revela pressupostos subjacentes ao ensino, atividades didáticas e também cita a criação do GAPUR. Também citava que a formação oferecida pelo curso de Urbanismo não permitia trabalhos hipotéticos, distantes de dados concretos. “Por isso o Curso procurava trazer temas objetivos das repartições estaduais e municipais, pela iniciativa de alguns professores e alunos”⁶⁷⁷. Contudo, os trabalhos de campo, de coleta e apuração de dados eram impossíveis, dada a indisponibilidade de tempo dos alunos, em geral profissionais envolvidos com seus compromissos.

O departamento procurou superar essa dificuldade criando o Instituto e solicitando bolsas de estudos à CAPES. Ambas as iniciativas buscavam “proporcionar treinamento efetivo aos futuros urbanistas, inclusive de trabalho em equipe com outras categorias profissionais”⁶⁷⁸.

O Instituto, como já visto, “encontrou dificuldades para aprovação face às ponderações do chefe do Escritório de Planejamento da Universidade”⁶⁷⁹. Por essa razão, em 1966 o “Departamento de Urbanismo se dedicou ainda à preparação e ao amadurecimento da ideia do GAPUR [...] tendo a possibilidade de testar embrionariamente o seu funcionamento através dos alunos bolsistas da CAPES”⁶⁸⁰.

Sobre a estrutura do curso de Urbanismo, o departamento verificava que “a divisão em ciclo de preparação básica, de formação e

⁶⁷⁶ DEPARTAMENTO DE URBANISMO, *op. cit.*, 2.

⁶⁷⁷ FACULDADE DE ARQUITETURA. 1^a semana de estudos. Relatório do Departamento de Urbanismo. 4f. Porto Alegre, 1966 (c), p.2.

⁶⁷⁸ *Ibid., loc. cit.*

⁶⁷⁹ *Ibid.*, p.2-3.

⁶⁸⁰ *Ibid.*, p.3

complementar, própria de um curso de formação profissional, não era adequada”⁶⁸¹. Relatava ainda que o departamento passou a organizar o currículo “dentro de um sistema de troncais de Teoria e Prática dos Planos de Cidades, de Paisagismo e de Assessoria Técnica Municipal, que, em seu conjunto integralizam o ‘Curso de Urbanismo’”⁶⁸². Esse sistema “possibilitou atendimento de profissionais que buscavam no Curso de Urbanismo formação complementar numa destas faixas”⁶⁸³. Além disso, a “existência dos troncais e a eliminação do exame de habilitação ampliou grandemente o quadro discente do Curso e, portanto, o aproveitamento mais racional de algumas cadeiras, elevando o fator aluno-professor”⁶⁸⁴.

Sobre o “sistema de troncais”, é necessário esclarecimento. Ele funcionou como linhas de especialização dentro da pós-graduação. Os três troncais em que o curso de Urbanismo ficou dividido foram: a) de Planos; b) de Paisagismo; c) de Engenharia Municipal⁶⁸⁵. Os estudantes poderiam complementar sua formação em um ou dois troncais, sem necessariamente se diplomarem urbanistas. Ou, ainda, diplomarem-se urbanistas após terem cursado todos eles. A formação tinha um período mínimo de quatro semestres (um dos troncais) ou nove semestres (os três).

O esquema de troncais e suas respectivas disciplinas estavam estabelecidos conforme demonstra o quadro 25.

Quadro 25 - Disciplinas do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura em seus respectivos troncais, 1973.

PLANOS DE CIDADES	PAISAGISMO	ENG. MUNICIPAL
1º semestre		
Teoria e Prática dos Planos de Cidades I. Evolução Urbana e Economia Política. Organização Social das Cidades. Urbanologia, Estatística I.	Teoria do Paisagismo I.Evolução Urbana e Economia Política.	Evolução Urbana e Economia Política. Organização Social das Cidades. Urbanologia, Estatística I.

⁶⁸¹ FACULDADE DE ARQUITETURA. 1ª semana de estudos. Relatório do Departamento de Urbanismo. 4f. Porto Alegre, 1966 (c), p.2.

⁶⁸² *Ibid.*, p.4.

⁶⁸³ *Ibid., loc. cit*

⁶⁸⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁶⁸⁵ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Parecer sobre a categoria do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura. [Porto Alegre], 1973. 2f.

2º semestre		
Teoria e Prática dos Planos de Cidades II. Urbanologia, Estatística II.	Paisagismo (prático) II. Organização Social das Cidades. Urbanologia, Estatística I.	Urbanologia, Estatística II.
3º semestre		
Teoria e Prática dos Planos de Cidades III. Administração Municipal.	Paisagismo (prático) III.	Administração Municipal.
4º semestre		
Teoria e Prática dos Planos de Cidades IV.	Paisagismo (prático) IV.	Técnica Sanitária e Serviços de Utilidade Pública.

Fonte: DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
 Parecer sobre a categoria do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura.
 [Porto Alegre] 1973. 2f.

Percebe-se, enfim, que desde o ponto de vista do Departamento de Urbanismo, o GAPUR, mesmo que de forma incipiente, funcionava bem; que para ele o currículo apresentava falhas estruturais; e que o sistema de troncais permitia que profissionais se especializassem em uma das atividades próprias ao Urbanismo sem necessariamente se comprometerem com sua diplomação como urbanistas.

5.3.6 Da primeira semana ao final da década

Em 1966, houve um acréscimo importante no número de ingressantes do curso de Urbanismo “(18 estudantes em fins de 1965 para 41 em fins de 1966)”⁶⁸⁶. O curso teve esse crescimento “graças à abolição da supérflua exigência de prestação de um ‘Concurso de Habilitação’ para portadores de diploma universitário”⁶⁸⁷. Essa supressão foi “determinada pelo Conselho Técnico Administrativo e por todos acolhida da melhor forma”⁶⁸⁸.

⁶⁸⁶ FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor Werner Grundig, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1966. Porto Alegre, 1967, p.11.

⁶⁸⁷ *Ibid., loc. cit.*

⁶⁸⁸ *Ibid.*, p.13.

Em dezembro de 1967 o presidente do Departamento de Urbanismo, Nelly Peixoto Martins, solicitou ao diretor da instituição, Werner Grundig, que dirigesse um conjunto de resoluções referentes ao curso de Urbanismo ao Conselho Departamental para possível aprovação. Eram elas: a extensão da cadeira de *Evolução Urbana* para o 1º e 2º semestres, antes ministrada apenas no primeiro; a transferência das cadeiras de *Administração Municipal e Serviços de Utilidade Pública* do 3º e 4º semestres para o 2º e 3º; e a exclusão das cadeiras de *Arquitetura Paisagista e Teoria e Prática de Planos e Cidades* do 1º semestre, mantendo-se nos 2º, 3º e 4º semestres.

Percebe-se que as alterações foram poucas, limitadas à posição e extensão das disciplinas na grade curricular. O final da década 1960 foi de estabilidade no curso de Urbanismo.

5.4 O curso de Urbanismo (1961): cadeiras e conteúdos

Como já referido, em 1961 foi publicada obra que apresentava o curso de Urbanismo⁶⁸⁹ da Faculdade. Ela trazia disciplinas, professores, programas e alterações adotadas em relação ao que funcionou até 1958. Revelava, em sua primeira parte, os pressupostos que “recriaram” o curso. Como isso já foi abordado, é hora de apresentar e debater as disciplinas, seus programas novos e a crítica aos antigos. Passemos a eles.

5.4.1 Teoria e Prática dos Planos de Cidades

Essa disciplina foi ministrada por Edvaldo Pereira Paiva. Seu programa anterior era criticado por sua “exagerada extensão, resultante de suas intromissões no campo de outras cadeiras do Curso”⁶⁹⁰. Outro aspecto negativo do antigo programa era “seu forte caráter

⁶⁸⁹ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961.

⁶⁹⁰ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.17.

tecnicista, sempre focalizando ângulos relacionados com atividades da Engenharia”⁶⁹¹.

A reestruturação do ensino do curso de Urbanismo buscava “uma sucessiva ampliação dos conhecimentos, porém relacionando-os, cada vez mais, com os trabalhos práticos”⁶⁹². Pretendia partir “do particular para o geral, da análise dos elementos componentes das aglomerações urbanas para sua reestruturação e planificação integral”⁶⁹³. Por essa razão, “o volume de material teórico vai sendo reduzido à proporção que avança o Curso, de tal maneira que no último semestre não mais existem aulas teóricas”⁶⁹⁴.

Essa disciplina, que parte da análise à síntese, funcionaria como “cadeira tronco” ao longo dos quatro semestres de duração do curso. E, como está anotado no material de apresentação, “esse papel somente pode ser exercido através dos sucessivos trabalhos práticos, até chegar ao momento no qual todo o Curso passe a funcionar em torno de seu tema prático”⁶⁹⁵. Assim, todas as demais disciplinas do curso deveriam funcionar a partir e em torno desta, capital para o exercício da profissão de urbanista.

Conforme o documento de 1961, seu programa no 1º semestre era: o papel do urbanista e suas relações com outras profissões; alcance da ação do urbanista no meio social; estrutura das cidades: a) tipos de traçados urbanos e suas origens; b) elementos componentes (quarteirões, vias, espaços públicos, verdes, órgãos públicos e de uso público); c) a “unidade funcional” (residencial, industrial, comercial, cívica), suas características, dimensionamento, relações com outros elementos urbanos; estruturação geral do conjunto urbano (traçado geral, zoneamento espontâneo, localização dos órgãos); princípios teórico-práticos de organização das “unidades funcionais”.

O programa referia ainda que, no 1º semestre, seria “feita, além da exposição teórica, uma análise de um tema comum (um núcleo urbano existente, ou parte dele) onde serão aplicados os princípios apreendidos

⁶⁹¹ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.17.

⁶⁹² *Ibid.*, p.18.

⁶⁹³ *Ibid.*, loc. cit.

⁶⁹⁴ *Ibid.*, loc. cit.

⁶⁹⁵ *Ibid.*, loc. cit.

na parte teórica”⁶⁹⁶. Além disso, seria “executado o projeto de uma pequena unidade residencial”⁶⁹⁷.

No 2º semestre, o programa era o seguinte: planejamento urbano, sua natureza, seu objetivo e seus tipos; elementos do planejamento: a diferenciação dos usos; a estruturação dos elementos diferenciados, entre outros. Segundo o programa, haveria ainda dois temas práticos: “o primeiro constante de projeto de uma ‘unidade funcional’, em terreno livre, e, o segundo, [...] o tema comum a todas as cadeiras, a reestruturação de uma ‘unidade’ funcional existente”⁶⁹⁸.

No 3º semestre, o programa contava com os seguintes conteúdos: planos diretores (conceitos gerais, estruturação, reforma de núcleos existentes e planificação de novas cidades); zoneamento de uso, altura e ocupação; plano viário (sua estrutura e relação com os outros elementos das cidades); localização dos órgãos comuns (centros cívicos); planejamento regional; legislação do planejamento das cidades. Nesse semestre o “estudo da planificação” deveria ser “aprofundado através da critica a exemplos existentes”⁶⁹⁹. Haveria “dois temas práticos [ou seja, projetos], referentes à planificação de núcleos satélites”⁷⁰⁰.

No 4º semestre, não haveria aulas teóricas. Os alunos elaborariam o “pré-plano” de uma cidade.

Essa era uma disciplina de projeto, em torno do qual as demais do curso deveriam orbitar.

5.4.2 Evolução Urbana

Essa disciplina foi ministrada por Demétrio Ribeiro. O documento de 1961 cita que o estudo da evolução urbana tinha “por finalidade ressaltar a historicidade dos fenômenos urbanos”⁷⁰¹. Contudo, a “documentação pura e simples ou a erudição histórica não correspondem ao papel da matéria num Curso voltado essencialmente ao proposito de armar o urbanista para o trato de problemas novos”⁷⁰².

⁶⁹⁶ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.18.

⁶⁹⁷ *Ibid., loc. cit.*

⁶⁹⁸ *Ibid.*, p.19.

⁶⁹⁹ *Ibid.*, p.19.

⁷⁰⁰ *Ibid.*, p.19.

⁷⁰¹ *Ibid.*, p.19.

⁷⁰² FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1960 [1961], p.19.

A compreensão profunda da historicidade do fenômeno urbano seria “a melhor defesa contra a adoção de fórmulas ou soluções mecânicas que, pelo prestígio de sua novidade, ameaçam o livre desenvolvimento da inteligência e dos futuros profissionais”⁷⁰³.

O programa da disciplina foi, enfim, mantido em sua cronologia. “Nessa sequência, porém, é dada a preferência às épocas cuja história geral é mais conhecida do estudante e principalmente aquelas que se relacionam mais vivamente com a formação de nossa cultura”⁷⁰⁴. Essa disciplina pretendia, assim, “fornecer ao estudante uma visão ampla e segura do essencial da evolução contribuindo a finalidade principal do Curso que há de ser formar profissionais conscientes de sua participação na história de seu tempo”⁷⁰⁵.

As aulas práticas das disciplinas seriam dedicadas “a debates orientados pelo professor e as sabatinas de aferição do aproveitamento”⁷⁰⁶. Os conteúdos propriamente ditos obedeceriam a duas sequências, “uma relativa à evolução da vida urbana e ao desenvolvimento do urbanismo nas diversas épocas da história universal, e outra relativa ao processo de povoamento e de urbanização do Rio Grande”⁷⁰⁷. Essa segunda parte, referente ao Estado, serviria de “preparação da parte histórica do Expediente Urbano realizado pelos alunos na Cadeira de Urbanologia-Estatística”⁷⁰⁸.

5.4.3 Urbanologia, Estatística e Documentação Urbana

Essa disciplina foi ministrada por Nelly Martins Peixoto. Uma das alterações em relação ao programa do curso anterior foi a “redução do número de pontos, que baixou de 30 para 20; vantagem que não foi só quantitativa, como poderia parecer à primeira vista, porque os pontos eliminados são lecionados em outras cadeiras e até com mais profundidade”⁷⁰⁹.

Como refere o documento de 1961, nessa disciplina “não há propriamente aulas teóricas e formais, onde o professor faça dissertações; o que há são aulas teórico-práticas em que o assunto do ponto é de imediato aplicado no tema prático na mesma aula ou logo na seguinte”⁷¹⁰.

⁷⁰³ FACULDADE DE ARQUITETURA. *Curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1960 [1961], p.20.

⁷⁰⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁰⁵ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁰⁶ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁰⁷ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁰⁸ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁰⁹ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. *Curso de Urbanismo*. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.21.

⁷¹⁰ *Ibid., loc. cit.*

No 1º semestre, o programa era o seguinte: urbanologia (conceituação, relação com as outras cadeiras do curso); fatores na estruturação urbana (geográficos, topográficos, fitológicos, climatológicos); a região (a cidade e a região envolvente, esfera de influência, os caminhos regionais influindo na estruturação da cidade, conurbação); o sítio (fatores topográficos, progresso técnico permitindo o aproveitamento de sítios topograficamente maus); a geologia (solo e subsolo, mutações lentas e bruscas, camada superficial e sua função na agricultura e no saneamento, camada profunda e sua função para saneamento, fundações e serviços subterrâneos); o clima (conceito, elementos do clima – temperatura, pressão, umidade –, clima e vida urbana, microclima); a vegetação (verde regional e urbano, índices urbanos de sua existência e utilização, distribuição e continuidade).

No 2º semestre, o programa era: estatística, sua correlação com a urbanologia e sua aplicação ao urbanismo como elemento para a pesquisa urbanística; coleta (levantamento estatístico, fixação, pesquisa e sistematização dos dados estatísticos, questionários e monografias, amostragem); apuração (manual e mecânica, crítica dos dados obtidos e sua filtragem, aproximações e arredondamentos); apresentação estatística (tabelas, gráficos – geométricos e polares –, cartograma e sua importância nos estudos urbanos); interpretação (análise e conclusões, índices comparativos: números, índices e percentuais); demografia urbana (dados quantitativos e distributivos, densidades demográficas das diferentes cidades, por zonas, bairros ou setores, escalão populacional); fenômenos sociais urbanos (estatísticas relativas aos fatos sociais, sanitários, de salubridade física e moral); saneamento urbano (estudo estatístico e índices dos serviços de água e esgotos, cemitérios e órgãos de saúde); a vida cultural; economia e finanças (estudo estatístico dos fenômenos econômicos urbanos, padrão de vida na cidade, recursos públicos e particulares disponíveis para as realizações urbanísticas); serviços públicos (orçamento municipal e tributações); documentação urbana (cadastro: planta cadastral, cadastro imobiliário fiscal, documentação fotográfica, monografias, planos e projetos técnicos parciais existentes); documentação da evolução do aglomerado (comparativos dos documentos dos principais períodos de crescimento, idades de crescimento, patrimônio histórico, paisagístico e artístico da cidade, museu de Urbanismo).

No 3º semestre seriam realizadas “aulas teórico-práticas ligadas ao trabalho prático de Expediente Urbano relativo ao tema comum a

todas as cadeiras; as aulas práticas serão as de preparo do Expediente Urbano”⁷¹¹.

No 4º semestre, seriam realizadas as mesmas aulas teórico-práticas. Contudo, as aulas práticas seriam referentes às “tarefas de acabamento do Expediente Urbano do semestre anterior”⁷¹².

Essa era uma disciplina que buscava capacitar o estudante a construir dados necessários à intervenção na cidade.

5.4.4 Técnica Sanitária e Serviços de Utilidade Pública

Essa disciplina foi ministrada por Adalberto de Carvalho. Seu programa era dividido em duas partes. A primeira, “que trata da Técnica Sanitária, é um resumo das cadeiras afins lecionadas nos cursos de engenharia e de arquitetura”⁷¹³. A segunda “trata dos Serviços de Utilidade Pública”⁷¹⁴. Essa última parte acompanharia “o trabalho geral de composição a ser executado de acordo com o programa de trabalho fixado pelo Departamento de Urbanismo”⁷¹⁵.

O programa da primeira parte consistia em: i) conhecimentos gerais (relações do urbanismo com a técnica sanitária e os serviços de utilidade pública; o solo e sua influência no estado sanitário das cidades; proteção dos solos nas cidades; diferentes tipos de calçamento, suas vantagens e desvantagens e técnica de execução; o relevo do solo e sua importância no planejamento das cidades; fatores meteorológicos); ii) abastecimento de utilidades econômicas (necessidade do “cinturão verde” para o abastecimento das cidades; armazenamento e distribuição; mercados; entreposto de pasteurização do leite; matadouros; entrepostos frigoríficos para a conservação dos alimentos); iii) abastecimento de água (histórico; quantidade de água necessária ao abastecimento; diferentes espécies de consumo: público, particular e industrial; fugas e desperdícios; flutuações de consumo; composição e caracteres das águas naturais; águas potáveis; qualidade e composição; captação das águas meteóricas; cisternas. captação de águas subterrâneas; fontes; lençóis; potabilização das águas; adução; condução por gravidade; canais; aquedutos; condutos forçados; acumulação; reservatório); iv) esgotos

⁷¹¹ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.24.

⁷¹² ²⁴. *Ibid.*, loc. cit.

⁷¹³ *Ibid.*, loc. cit.

⁷¹⁴ *Ibid.*, loc. cit.

⁷¹⁵ *Ibid.*, loc. cit.

(generalidades; escoamento das águas e sua influência no traçado das cidades; trabalhos preliminares necessários; estudos topográficos e estatísticos, natureza do solo; zoneamento; sistemas de esgotos; deflúvio pela ação da gravidade; sistema separador; volumes de água potável; águas meteóricas; altura, intensidade, duração e frequência das chuvas; destino final dos despejos; causas da poluição dos cursos d'água e purificação natural); v) ruídos urbanos (as vibrações e os ruídos urbanos; medição de intensidade; os efeitos sobre o organismo; meios usados para reduzir os ruídos; regulamentos especiais; defesa das habitações: zoneamento); vi) poluição da atmosfera (poeira das ruas e domiciliares; poeira e odores industriais; fumaça, ácidos e gases de combustão; gases e vapores tóxicos); vii) resíduos urbanos (lixo e sua composição; resíduos de moradias e varredura das ruas; coleta e afastamento; tratamento do lixo; processos usados; lançamento nos mares e nos rios; enchimento ou aterro).

A segunda parte da disciplina, que abordava os serviços de utilidade pública, apresentava o seguinte programa: i) conhecimentos gerais (generalidades; funções econômicas; funções públicas e privadas; funções quase públicas ou serviços de utilidade pública; regimes de prestação de serviços de utilidade pública; administração direta e socialização, concessão e regulamentação por meio de comissões de serviços de utilidade pública; distinção entre os pontos de vista político e técnico; regulamentação pelas comissões; fins de regulamentação; avaliação; custo histórico e custo de reprodução; remuneração do capital; regulamentação para a instalação de serviços de utilidade pública nos loteamentos); ii) serviços de água (modos de distribuição; serviço contínuo e serviço intermitente; indústria; serviço público; fontes, chafarizes, etc.; instalações complementares da rede; registro de parada, de descarga do ar, de incêndio, de irrigação; organização do serviço; conservação, manutenção e custeio dos serviços de abastecimento de água; fixação de taxas); iii) serviços de esgoto (construções das canalizações; materiais empregados; órgãos acessórios da rede; bocas de lobo, caixas de areia; saneamento de rede; ventilação; feixes hidráulicos; organização do serviço; conservação e manutenção; custeio dos serviços de esgoto; fixação das taxas a cobrar); iv) serviços de luz e força (geração; transmissão e distribuição da energia elétrica; iluminação pública e particular; calefação; fornecimento de energia elétrica às indústrias e aos serviços de transporte coletivo; organização do serviço; conservação; manutenção e custeio dos serviços de luz e força); v) serviços de transportes coletivos (dados estatísticos; distribuição e crescimento da população; índice de distribuição; curvas características do transporte urbano; coordenação dos transportes; bondes; ônibus, trólebus; metropolitano; fixação das tarifas; vantagens e desvantagens

de cada um dos meios de transporte; escolha do meio mais adequado); vi) serviço de gás (produção, distribuição e armazenamento do gás; materiais empregados; aproveitamento dos gases provenientes do tratamento das águas residuais e do lixo; organização do serviço).

Essa era uma disciplina que buscava capacitar o estudante para abordar as questões de infraestrutura urbana. Destaque-se o detalhamento e a profundidade das diversas ações públicas sobre o espaço urbano. O programa buscava dar ao egresso uma formação completa sobre o assunto.

5.4.5 Arquitetura Paisagista

Essa disciplina foi ministrada por Francisco Riopardense de Macedo. O documento de 1961 criticava o programa do “padrão-federal” argumentando que ele não se referia, em nenhum momento, “à composição urbana no seu mais amplo aspecto, isto é, como organização de todos os elementos componentes da cidade nas realizações da arte urbana ou arte cívica”⁷¹⁶. E continuava:

[...] ao contrário disto, insiste na exclusiva referência ao verde urbano, ao jardim, à flora, à fitogeografia, esquematizando toda a cadeira à aplicação da jardinagem na arquitetura urbana e, afora isto, faz rápidas referências ao conceito de cor, às cores primárias, secundárias e complementares (item 1), como o faria um programa de Física do 2º ciclo do Curso Ginásial, ou se demora no enunciado de títulos de interesse botânico tais como Hileia Amazônica, Hileia Extra-Amazônica, Pinheiros, Caatingas, Faixa Marítima, etc.⁷¹⁷.

Essa concepção acabou por dissociar essa disciplina da cidade, tratando-a apenas como “técnica de arborização da área urbana e efeitos que desta arborização podem ser obtidos numa cidade existente através de um projeto feito por agrônomo ou botânico”⁷¹⁸. Esse programa,

⁷¹⁶ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.28.

⁷¹⁷ *Ibid., loc. cit.*

⁷¹⁸ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.28.

concluía, “seria razoável numa escola de agronomia; é inconsistente numa Faculdade de Arquitetura”⁷¹⁹.

Como forma de superar essas limitações, a revisão curricular fez com que ela passasse a “acompanhar o desenvolvimento da cadeira de Teoria e Prática dos Planos de Cidades, visto que tem o maior peso de responsabilidades na composição do espaço aberto”⁷²⁰. O “espaço verde” seria tratado junto aos espaços abertos da composição de urbanismo na cadeira de *Teoria e Prática dos Planos de Cidades*.

O programa da disciplina, em seu 1º semestre, trazia o seguinte programa: conceito de arquitetura paisagista, suas relações com a arquitetura e com o urbanismo; categoria da paisagem; espaços livres e verdes; circulação; centros urbanos; estacionamento; estradas; belvederes; cemitérios; escolas; classificação dos espaços verdes de uso coletivo; qualidades plásticas da vegetação; cor e forma; luz e sombra; materiais de composição; vegetação, terra, céu, pedra, água; materiais da indústria; escultura; murais; elementos fundamentais da composição (matéria, proporção, ritmo).

No 2º semestre, o programa era o seguinte: as escolas consagradas (jardim oriental, italiano, do renascimento e parque inglês); os grandes clássicos (Sitte, Gibberd); espaços simples, complexos e de relação; arquitetura e paisagem; visuais e perspectivas; movimentação da paisagem; vegetação (estrutura, porte, cor, matéria, variação com as estações do ano, permanência do equilíbrio plástico); jardim privado, público e semipúblico, *playlot* e *playground*.

O 3º semestre trazia: estudo e análise crítica de grandes composições paisagísticas (centros urbanos, avenidas, *parkways* e parques); reserva de espaços públicos e sua dinâmica; relooteamento e os espaços de uso coletivo; estímulo ao jardim particular e semipúblico participantes da paisagem urbana; previsão da arquitetura paisagista num plano diretor; espaços verdes; fixação de visuais; perspectiva; espaços de interesse especial; problema dos loteamentos particulares; legislação atual; permuta de áreas para garantir a unidade paisagística prevista no plano diretor.

No 4º semestre não seriam ministradas aulas teóricas. Todos os estudantes deveriam trabalhar no tema “pré-plano de uma cidade”⁷²¹.

⁷¹⁹ DEPARTAMENTO DE URBANISMO. Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961, p.28

⁷²⁰ *Ibid.*, p.29.

⁷²¹ *Ibid.*, p.30.

Essa era uma disciplina que buscava capacitar o estudante a elaborar projetos de espaços abertos, aproximando-os do projeto arquitetônico e urbanístico.

5.4.6 Administração Municipal

Essa disciplina foi ministrada pelo professor Waldemar Lubke. Seu programa estava organizado em quatro capítulos.

No primeiro, de introdução, eram apresentados: o urbanismo na legislação brasileira e na de outros países; o ensino de urbanismo no país e no estrangeiro.

No segundo, de história e organização, eram tratados: origens do Município; o Município como instituição primária dos povos; municípios romano e medieval; origem do Município no Brasil; as câmaras no período colonial; o Município na proclamação da República; o Município nas constituições federais de 1891, 1934 e 1937; modernas fontes do direito municipal; o Município brasileiro nas constituições federal e estaduais vigentes; regimes de administração municipal em outros países; organização municipal no Brasil; lei orgânica dos municípios; sistemas adotados; competência do Município (que a ele compete prover e o que lhe é vedado); poder de polícia dos municípios; organização político-administrativa das municipalidades; órgãos da administração municipal; elegibilidade; câmara municipal; instalação e funcionamento; das atribuições e das deliberações da câmara; iniciativa e elaboração das leis; sobre as atribuições, substituições e anulação dos atos do prefeito.

No terceiro, de administração, eram tratados: receita municipal; tributos que ao Município compete criar e arrecadar; impostos que ao Município é vedado lançar; das taxas; distinção entre taxa e imposto; pedágio; taxa de melhoramentos e de rodagem; contribuição de melhoria; das empresas municipais; a assistência social e o Município; seguro social e serviço social; o Município e a instrução pública; do orçamento municipal; características essenciais e técnicas do orçamento; conceito; prorrogação; contabilidade municipal; ano financeiro e exercício financeiro; programa de administração; a técnica na administração municipal; continuidade administrativa; órgãos de assistência técnica aos municípios; o urbanista na administração do Município; centralização administrativa e centralização política; desvantagens da centralização administrativa; descentralização administrativa.

No quarto capítulo, das obras públicas e serviços de utilidade pública, foram tratados: a desapropriação por utilidade pública no

direito brasileiro; concursos públicos de projetos; execução de obras públicas; administração direta e centrada; serviços de utilidade pública; enumeração; exploração direta; relações da União e do Estado com o Município no planejamento e na execução de obras públicas de interesse municipal; legislação sobre o urbanismo; loteamento; posturas municipais; código de posturas e de obras; legislação sobre a proteção às árvores e florestas; reflorestamento.

Era uma disciplina que pretendia capacitar o estudante a compreender e trabalhar junto à administração pública. Destaque-se o detalhamento e a profundidade das diversas ações no campo da administração municipal. O programa buscava dar ao egresso uma formação completa sobre o assunto.

Pôde-se perceber, ao longo deste capítulo, que apesar do discurso indicar uma vontade de alteração nos moldes do ensino de Arquitetura e de Urbanismo vigentes na instituição, as propostas de reforma só fizeram reforçar os pressupostos de sempre. Além disso, o currículo do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura ainda se assemelha ao do curso de Urbanismo do IBA da década de 1940. Por outro lado, o sistema de troncais permitia que profissionais se especializassem em uma das atividades próprias (Planos de Cidades, Paisagismo, Engenharia Municipal), sem necessariamente se comprometerem com sua diplomação como urbanistas.

CAPÍTULO 6

EXTINGUIR, CRIAR, MIGRAR

6.1 A década de 1970

O início da década de 1970 foi um período de endurecimento do governo ditatorial. Durante o período do ditador Emílio Garrastazu Médici, empossado em 1969, cometaram-se graves crimes – censura, prisões, tortura, assassinatos. Essa também foi a década da intensificação da guerrilha armada, do exílio, mas também, ao seu final, do início da abertura política (FAUSTO, 2004).

No ano de 1970, Pelé conduziu a seleção nacional de futebol ao tricampeonato mundial. O êxito em campo, embalado pelo hino “Pra frente, Brasil!”, foi utilizado pela campanha ufanista a favor do regime. Em dezembro do mesmo ano, o embaixador suíço Giovanni Bucher foi sequestrado. Como condição para sua libertação, os guerrilheiros exigiram a soltura de 70 presos políticos. Em setembro de 1971, Carlos Lamarca foi assassinado na Bahia. O movimento guerrilheiro no campo e na cidade começou a ser desarticulado nesse período (FAUSTO, 2004).

Em 1974, Ernesto Geisel assumiu a presidência. No término de seu “mandato” foi iniciada a abertura política de forma lenta, gradual e segura. No fim da década já havia o prenúncio de novos tempos. Em 1977, ganharam corpo os movimentos da sociedade civil pela recuperação dos direitos democráticos. Nos anos seguintes, de 1978 aos primeiros anos da década de 1980, ocorreram as primeiras grandes greves operárias do

ABC paulista (FAUSTO, 2004). Todos esses movimentos antecipavam a abertura política, que ocorreria ao longo dos anos 1980.

Foi também nessa década que, em 1974, num ato de Emílio Garrastazu Médici, foi nomeado pela primeira vez um diretor arquiteto para a Faculdade de Arquitetura: Flávio Figueira Soares⁷²². Até então a instituição só havia sido dirigida por engenheiros (SOARES, 2002). Foram mais de 20 anos de funcionamento sem que um arquiteto seguer estivesse à frente de sua administração.

No que tange ao ensino, a década de 1970 foi período de grande importância para a Faculdade. Nela ocorreram três fatos que marcaram a trajetória do ensino de Urbanismo na instituição: i) a extinção do curso de Urbanismo, ii) a criação Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e iii) a “migração” dos conteúdos do curso desaparecido ao PROPUR e à graduação em Arquitetura.

Esses eventos assinalaram o momento em que o urbanismo dos arquitetos ganhou seus contornos finais, vigentes, em boa medida, até hoje na Faculdade. A partir de então, em que pesem a alteração na nomenclatura de disciplinas, a fusão de outras, a incorporação de novos conteúdos, a estrutura da formação do arquiteto é, hoje, uma continuidade das decisões tomadas naquela década.

O final da década foi marcado pela realização dos seminários de 1978 e 1979. Mas seus resultados só repercutiriam na década seguinte.

6.2 A extinção do curso de Urbanismo

O curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, que era oferecido desde 1954, foi extinto no início dos anos 1970. Ele já havia sofrido breve interrupção em 1958, mas foi retomado e reestruturado em 1959, passando a adotar novo processo de admissão a partir de 1960.

O curso era reconhecido como continuador da experiência de formação em Urbanismo ocorrida no IBA entre 1947 e 1948⁷²³. Assim,

⁷²² Diplomado arquiteto pela Faculdade de Arquitetura em 1953, iniciou sua graduação no final da década de 1940 no curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia.

⁷²³ O “Curso de Urbanismo encerra suas atividades com bom acervo de serviços prestados ao planejamento urbano no Rio Grande do Sul, de quem se constituiu apoio de 1954, quando substituiu o Curso de 1947 e 1948 do extinto Instituto de Belas Artes (hoje Escola de Artes)”. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura da UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [s.l., 1972], p.4.

seu fim encerrou uma experiência de quase duas décadas. Seu término esteve também, em certa medida, vinculado à criação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) que, na percepção da instituição, o substituiu⁷²⁴.

Passemos à descrição de seus momentos finais. Em 16 de junho de 1971, a direção da Faculdade solicitou manifestação da superintendência acadêmica da UFRGS sobre a proposta de extinção do curso de Urbanismo “em face do pedido de credenciamento para o curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional”⁷²⁵. Nesse mesmo ano, a instituição reconhecia que ele estava sendo extinto gradativamente, “passando disciplinas para o curso de graduação em Arquitetura e dando lugar ao atendimento da Reforma Universitária no que concerne à pós-graduação *stricto sensu*”⁷²⁶. O próprio estatuto da Faculdade de Arquitetura, aprovado pela congregação em agosto de 1971, não o citava mais⁷²⁷.

Em 1972, o curso de Urbanismo “continuou em funcionamento nos dois períodos letivos (março-julho e agosto-dezembro), sob o mesmo regime em que funcionou nos últimos anos anteriores à reforma da Universidade”⁷²⁸. A partir de então, não foram acolhidos novos alunos. O curso atendeu apenas aos que já o vinham frequentando.

O relatório sobre o ano de 1972 refere ainda que o fim do 2º semestre letivo representou também o encerramento do curso de Urbanismo. As disciplinas ministradas no 1º e 2º semestres de 1972, seu último ano de funcionamento, estão expostas no quadro 26.

⁷²⁴ Anota o relatório sobre o ano de 1972 que o curso de Urbanismo é, “em parte, substituído pelo PROPUR [...], de pós-graduação sensu-strictu e já em funcionando no Departamento de Urbanismo desde 1971”. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura da UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [s.l., 1972], p.4.

⁷²⁵ CASTILHOS, Júlio R. de. [Carta nº 436] 16 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. Solicita manifestação acerca do pedido de extinção do curso de Urbanismo em face do pedido de credenciamento para o curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 1f.

⁷²⁶ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.13.

⁷²⁷ O art. 21 do regimento aprovado pela Congregação e pelo Conselho Universitário em 1971 gravava que a Faculdade de Arquitetura manteria “como Órgão Auxiliar com atribuições supletivas, o Centro de Estudos e Pesquisas de Arquitetura e Urbanismo”. A ele caberia a “função de ensino de pós-graduação, pesquisa, extensão e serviços no campo da Arquitetura e do Planejamento Urbano e Regional”. O Gapur e o PROPUR, antes integrantes do Departamento de Urbanismo, passam a integrar o órgão auxiliar.

⁷²⁸ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. 7f. [Porto Alegre, 1973], p.1-2.

Quadro 26 - Disciplinas ministradas do 1º e 2º semestres de 1972 do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura.

CURSO DE URBANISMO	
1º semestre de 1972	
Teoria do Urbanismo	
Estudo do Desenvolvimento Sócio-Econômico	
Tráfego	
Paisagismo II	
Análise de Arquitetura II	
Atelier III (os temas foram de “estudo de setores urbanos de Porto Alegre: Recreação no ‘Conjunto Habitacional Castelo Branco’; Gazômetro – bairro ou setor do centro; Centro – renovação de um setor” ⁷²⁹)	
2º semestre de 1972	
Geografia da População	
Estudo do Desenvolvimento Sócio-Econômico	
Geografia Econômica (incluída no I semestre)	
Administração Pública	
Legislação II	
Serviços e Equipamentos Urbano e Regional III	
Paisagismo III	
Estudos dos Problemas Brasileiros	
Atelier IV (os temas práticos “foram abordados, sob etapas de leitura e estudo e síntese e relato individual por aluno em seminário em aula” (relatório, 1973, p.3). Os temas foram: “Planejamento Territorial [...]”; Grande Santa Rosa; CEASA – Central de Abastecimento de Porto Alegre” ⁷³⁰ .	

Fonte: DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. 7f. [Porto Alegre, 1973].

Quando comparadas com as disciplinas vigentes no curso de Urbanismo a partir da reforma de 1959, percebe-se que há inúmeras novidades. O curso se resumia, antes, às seguintes disciplinas: *Teoria e Prática dos Planos de Cidades I e II, Evolução Urbana, Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana I e II, Organização Social das Cidades, Arquitetura Paisagista I e II, Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública e, finalmente, Administração Municipal*.

Disciplinas como *Estudo do Desenvolvimento Sócio Econômico, Tráfego, Análise de Arquitetura, Geografia da População, Geografia Econômica, Estudos dos Problemas Brasileiros*, entre outras, foram

⁷²⁹ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. 7f. [Porto Alegre, 1973]., p.2.

⁷³⁰ *Ibid.*, p.3.

incorporadas ao curso durante a década de 1960. Essas inserções aproximam, em parte, o curso de Urbanismo do Planejamento Urbano, mas sem fazer com que ele perdesse sua vinculação à Arquitetura (como processo de projeto/composição).

O número de titulados pelo curso de Urbanismo ao longo de seus 18 anos de funcionamento não foi grande. Ele “diplomou, de 1954 a 1972, 79 urbanistas”⁷³¹. Com seu encerramento, parte de suas disciplinas “migraram” à graduação em Arquitetura⁷³² e parte ao PROPUR.

Todavia, seu fim não o fez sair da pauta do Departamento de Urbanismo. Uma questão surgida com sua extinção e com a criação do PROPURvinha, em 1973, “preocupando aos membros deste Departamento [de urbanismo], sendo de interesse também dos urbanistas, egressos do mencionado curso”⁷³³. A pergunta que perturbava o departamento à época era a seguinte: o título conferido pelo curso de Urbanismo entre os anos de 1954 e 1972 poderia ser equiparado ao de mestre, oferecido aos egressos do PROPUR?

Sobre esse tema, foi aprovado, em 12 de setembro de 1973, parecer citando que “recentemente [...] a Reitoria, a pedido de diplomados, pronunciou parecer caracterizando o Curso de Urbanismo como pós-graduação ‘Sensu latu’”⁷³⁴. Por essa razão, os professores julgavam que “por isonomia deva ser estendida esta forma legal a todos os diplomados do curso de 1954 a 1972”⁷³⁵.

Assim, o título de urbanista, no entender do departamento, era, no passado, o mesmo conferido no presente pelo PROPUR: o de mestre. Essa é uma anacronia, já que transfere ao passado uma concepção e uma condição de outro tempo.

⁷³¹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Departamento de Urbanismo. 1. No intuito de uma apreciação sobre... 9f. [s.l., 1973], p.9.

⁷³² Em 1971 o projeto de criação do PROPUR refere que o curso de Urbanismo estava “sendo extinto gradativamente, passando disciplinas para o curso de graduação em Arquitetura e dando lugar ao atendimento da Reforma Universitária no que concerne à pós-graduação ‘sensu strictu’”. PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS (revisão). 55f. [s.l., 1971], p.13.

⁷³³ MULLER, Doris Maria. [Ofício 217/73] 14 de novembro de 1973, Porto Alegre, [para] PETZOLD, Nelson Ivan, Porto Alegre. Encaminha assuntos relativos ao curso de Urbanismo, que vinha preocupando aos membros do Departamento de Urbanismo. 2f.

⁷³⁴ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Parecer sobre a categoria do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura. 2f. [Porto Alegre], 1973, p.1.

⁷³⁵ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Parecer sobre a categoria do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura. 2f. [Porto Alegre], 1973, p.1.

Passaremos, a seguir, a tratar da trajetória do PROPUR.

6.3 Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR)

6.3.1 Criação do PROPUR

A ideia de criação do PROPUR deveu-se à “adaptação do curso de Urbanismo às intenções e possibilidades da lei”⁷³⁶. Essa citação – retirada da exposição de motivos sobre a necessidade de criação do programa – referia-se, tudo leva a crer, ao art. 17 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Esse artigo definia que as universidades ministrariam, a partir de então, as seguintes modalidades de ensino: graduação, pós-graduação, especialização e extensão⁷³⁷. Era necessário, assim, criar um curso que se adaptasse às novas determinações legais. Por convite do Departamento de Urbanismo, o professor Jorge Guilherme Francisconi⁷³⁸ e a monitora Waldilea da Rosa⁷³⁹ coordenaram “os estudos necessários para sua possível efetivação”⁷⁴⁰.

⁷³⁶ EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970], p.9.

⁷³⁷ Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso; c) de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes; d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.

⁷³⁸ Indicado para a tarefa ainda em 1969, Francisconi é referido como “professor que recentemente terminou seu mestrado e programa de cursos para Doutorado (PhD nos EE.UU)”. EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970], p.7.

⁷³⁹ Rosa é referida como “uma arquiteta, estudante de urbanismo, presentemente contratada como monitora”. EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970], p.7.

⁷⁴⁰ HEKMAN, Marcos David. [Ofício DU-01/70] 21 de janeiro de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. O Departamento de Urbanismo indica Jorge Guilherme Francisconi e Waldilea da Rosa para coordenarem os estudos necessários à implantação do programa de mestrado e doutorado em Urbanismo. 1f.

As formas de se referir ao PROPUR foram, inicialmente, variadas. Nominavam-no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo⁷⁴¹, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional⁷⁴² ou, ainda, de Planejamento Integrado⁷⁴³. Os primeiros professores que o integraram foram Jorge Guilherme Francisconi, Doris Maria Muller, Osmar Lengler (titulares), Lineu Castello (assistente) e Waldilea da Rosa (monitora)⁷⁴⁴.

Em janeiro de 1970, o Departamento de Urbanismo buscava instalá-lo⁷⁴⁵. Previa-se que suas atividades seriam iniciadas no 2º semestre de 1970. Mas, para que o Departamento de Urbanismo abrigasse, além do GAPUR, um programa de pós-graduação, teria que “ampliar suas dependências e seus quadros”⁷⁴⁶. Eram necessárias, ao menos, a constituição de uma biblioteca e a contratação de um funcionário responsável por ela⁷⁴⁷.

Em 18 de março de 1970, na 85ª reunião do Conselho Departamental, foi aprovada a implantação do PROPUR⁷⁴⁸. Sua defesa foi feita pelo presidente do Departamento de Urbanismo, Marcos David Heckmann. O projeto seria submetido ainda à consideração da congregação, após complementos.

Na reunião seguinte, de 1º de abril de 1970, o conselho aprovou a documentação completa encaminhada pelo Departamento de Urbanismo e após a remeteu à congregação⁷⁴⁹. Em 4 de maio, o Departamento de Urbanismo indicou Jorge Guilherme Francisconi como coordenador do PROPUR⁷⁵⁰. No início de julho, o mesmo Departamento informou à CAPES que contava “com o atual curso de Urbanismo, com o ‘PROPUR

⁷⁴¹ HEKMAN, Marcos David. [Ofício U-02/70] 12 de março de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Relaciona os professores que fazem parte da implantação do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. 1f.

⁷⁴² EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970], p.1.

⁷⁴³ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 85ª reunião do Conselho Departamental, realizada em 18 de março de 1970, p.2.

⁷⁴⁴ HEKMAN, Marcos David. [Ofício U-02/70] 12 de março de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Relaciona os professores que fazem parte da implantação do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. 1f.

⁷⁴⁵ EXPOSIÇÃO. *Op. cit.*

⁷⁴⁶ *Ibid.*, p.9.

⁷⁴⁷ *Ibid.*

⁷⁴⁸ FACULDADE DE ARQUITETURA. *Op. cit., loc. cit.*

⁷⁴⁹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 86ª reunião do Conselho Departamental, realizada em 1º de abril de 1970, p.2.

⁷⁵⁰ HEKMAN, Marcos David. [Ofício DU-13/70] 4 de maio de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Departamento de Urbanismo indica Jorge Guilherme Francisconi como coordenador do PROPUR. 1f.

– Programa de Pós-Graduação em Urbanismo’ e com o GAPUR, Gabinete que já é conhecido desse órgão”⁷⁵¹.

Contudo, apesar da referência acima, o curso de pós-graduação não passou a funcionar prontamente. Em 29 de julho de 1970, seu coordenador sugeriu “medidas administrativas para a implantação do Programa de Especialização em Planejamento Urbano e Regional”⁷⁵².

O número de matrículas foi fixado, inicialmente, em 14⁷⁵³. O programa começou a funcionar sem seus cursos de mestrado e doutorado, mas, provisória e experimentalmente, como especialização⁷⁵⁴.

O início das atividades estava previsto para o dia 3 de agosto de 1970, com a “realização de um ‘Seminário de Planejamento Local Integrado’”⁷⁵⁵. Foi sucedido por outro seminário, o de estatística⁷⁵⁶. Seu processo de entrada em vigor foi, como é possível perceber, lento e gradual. A expectativa era de que o programa de mestrado tivesse início no ano seguinte, 1971.

O PROPUR, desde o início, foi pensado como um programa de pós-graduação aberto a qualquer profissional diplomado. Para a primeira seleção, candidataram-se 30 profissionais “das seguintes categorias profissionais: Arquitetura; Engenharia; Economia; Geografia; Sociologia”⁷⁵⁷. Poderiam acessá-lo “todos os portadores de diploma de Nível Superior”⁷⁵⁸.

⁷⁵¹ FACULDADE de Arquitetura. [Proc. 554/69] 7 de julho de 1970, Porto Alegre, [para] LEITE, Celso Barroso, Porto Alegre. Ofício enviado ao diretor executivo da CAPES informando sobre os cursos de urbanismo/planejamento urbano. 1f.

⁷⁵² FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 92^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 29 de julho de 1970, p.1.

⁷⁵³ *Ibid.*

⁷⁵⁴ Há referências ao curso de especialização, que dá início ao funcionamento do PROPUR, como de “aperfeiçoamento”. O projeto de criação do PROPUR, encaminhado ao Conselho Federal de Educação, refere que, em 1971, havia um “Curso de Aperfeiçoamento ora em realização com 14 alunos” PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS (revisão). 55f. [s.l., 1971], p.48.

⁷⁵⁵ LUNARDI, Fernando Petersen. [Carta] 3 de agosto de 1970, Porto Alegre, [para] MOREIRA, Rafael Cezar, Porto Alegre. Comunica ao secretário de coordenação e planejamento o processo de implantação do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional. 1f.

⁷⁵⁶ LUNARDI, Fernando Petersen. [Carta] 1º de setembro de 1970, Porto Alegre, [para] LEITE, Celso Barroso, Rio de Janeiro. 4f. Confirma ao assessor chefe da CAPES a consulta verbal feita em 30 de julho pela professora Dóris Maria Muller sobre a possibilidade de prever auxílios ao PROPUR, p.1.

⁷⁵⁷ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁵⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 5f. Porto Alegre [1971], p.2.

Alegava-se, à época, que o curso de Urbanismo estaria se “transformando” no PROPUR⁷⁵⁹. Em 1971, por exemplo, há relato de que o “Curso [de mestrado em Planejamento Urbano e Regional] substitui e reforma, com vantagens, o Curso de Urbanismo para Graduados anteriormente existente na Faculdade de Arquitetura”⁷⁶⁰. Não parece haver a transformação de um em outro, mas a extinção de um e a criação de outro, com incorporação de parte de suas disciplinas e do corpo docente ao PROPUR.

Mas passemos a uma descrição mais detalhada do curso oferecido pelo programa. Em 1971, o Departamento de Urbanismo encaminhou à direção da Faculdade documento que o apresentava em suas linhas gerais. Nele consta que o programa teria como objetivos: “a. Promover o aprimoramento técnico e científico; b. Cultivar a investigação científica; c. Elevar a qualidade de ensino”⁷⁶¹. As disciplinas oferecidas pelo curso (e seu número de créditos) estão expostas no quadro 27.

Quadro 27 - Disciplinas do PROPUR, 1971.

Disciplinas básicas obrigatórias
Urb. 01 – Introdução ao Planejamento – 2 cr.
Urb. 02 – Análise do Espaço Urbano e Regional – 2 cr.
Urb. 03 – Equipamento Básico da Comunidade – 2 cr.
Urb. 04 – Economia Urbana e Regional – 2 cr.

⁷⁵⁹ Por exemplo, “procurando ainda a transformação do atual curso [de urbanismo] num Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado” EXPOSIÇÃO de motivos. 10f. [Porto Alegre, 1970?], p.7. Ou, ainda, “o Programa foi criado pelo Departamento de Urbanismo, que se propôs esta transformação do atual Curso de Urbanismo” LUNARDI, Fernando Petersen. [Carta] 1º de setembro de 1970, Porto Alegre, [para] LEITE, Celso Barroso, Rio de Janeiro. 4f. Confirma ao assessor chefe da CAPES a consulta verbal feita em 30 de julho pela professora Dóris Maria Muller sobre a possibilidade de prever auxílios ao PROPUR, p.1.

⁷⁶⁰ MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme de M. [Ofício DU-07/71] 4 de março de 1971, Porto Alegre, [para] OTEIZA, Enrique, [s.l.]. 2f. Comunica ao secretário executivo da Comision de Desarrollo Urbano y Regional a existência do GAPUR e do PROPUR na FA-UFRGS, p.1.

⁷⁶¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 5f. Porto Alegre [1971], p.1.

Disciplinas obrigatórias para Planejamento Urbano
Urb. 05 – Atelier em Planejamento Urbano I – 3 cr.
Urb. 06 – Atelier em Planejamento Urbano II – 3 cr.
Urb. 07 – Seminário sobre Planejamento Municipal Integrado – 3 cr.
Disciplinas obrigatórias para planejamento Regional
Urb. 08 – Atelier em Planejamento Regional I – 3 cr.
Urb. 09 – Atelier em Planejamento Regional II – 3 cr.
Urb. 10 – Seminário sobre Planejamento Regional Integrado – 3 cr.
Disciplinas Optativas
Urb. 11 – Planejamento e Desenvolvimento – 2 cr.
Urb. 12 – Habitação e Uso do Solo – 2 cr.
Urb. 13 – Teoria da Localização e Sistemas Regionais – 3 cr.
Urb. 14 – Planejamento Urbano nos EE.UU. e Europa – 3 cr.
Urb. 15 – Planejamento Regional nos EE.UU. e Europa – 3 cr.
Urb. 16 – História da Cidade e do Urbanismo – 3 cr.
Urb. 17 – Seminário sobre Áreas Metropolitanas e Micro-Região – 3 cr.
Urb. 18 – Sistemas Políticos Administrativos Urbanos – 3 cr.
Urb. 19 – Paisagismo e Espaço Urbano – 3 cr.
Urb. 20 – Pesquisas e Conhecimento em Planejamento – 3 cr.
Disciplinas Suplementares Obrigatórias
Urb. 100 – Estatística Aplicada ao Planejamento
Urb. 101 – Metodologia de Pesquisa
Urb. 102 – Demografia

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 5f. Porto Alegre, [1971].

O curso, afirmava finalmente o documento, poderia transcorrer em 18 meses, se cursado em tempo integral. Se a dedicação do aluno fosse de tempo parcial, poderia ser concluído em até quatro anos.

O início de seu funcionamento foi cheio de dificuldades. Uma das mais importantes, a de estrutura física. É o que veremos a seguir.

6.3.2 Dependências do PROPUR (e do Departamento de Urbanismo)

As dependências do Departamento de Urbanismo – e dos cursos a ele vinculados – foram um grande problema enfrentado no início da

década de 1970. O departamento crescia em atribuições e atividades (GAPUR, curso de Urbanismo, bolsistas, PROPUR, projetos variados), mas suas instalações não acompanhavam esse crescimento.

Em março de 1971, o departamento solicitou à direção da Faculdade remodelações⁷⁶². Meses após, em junho, comunicou as más condições enfrentadas pelo PROPUR “a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias à sua implantação adequada e definitiva, ou suspensão temporária de suas atividades”⁷⁶³.

O PROPUR, nesse ano, funcionou “nas dependências do Departamento de Urbanismo em pavilhão dotado de quatro salas interligadas, sem condições para estudo individual ou para ministrar ensino”⁷⁶⁴. Seus espaços não permitiam privacidade. Não havia lugar para uma biblioteca.

Uma comissão do Departamento de Urbanismo, após estudos, considerou serem necessários mais 600m² de área para um bom funcionamento da pós-graduação. A divisão de obras da universidade, por sua vez, estimava em 1.876m² suas necessidades.

Outro problema se referia aos recursos didáticos. Sem recursos para compra de livros e sem biblioteca própria, o programa não conseguia oferecer aos estudantes obras para serem consultadas, “senão aqueles [livros] fornecidos pelos próprios professores”⁷⁶⁵. Além disso, “planos e estatísticas recebidas pelos professores ou doados ao Departamento ‘empilham-se’ pela carência de recursos materiais e humanos para organizar a biblioteca”⁷⁶⁶. Era, enfim, um quadro de bastante precariedade.

Por isso, o ensino do curso não vinha atingindo “os padrões mínimos desejados”⁷⁶⁷. Se mantinha a qualidade, isso se dava graças a

⁷⁶² HEKMAN, Marcos David. [Ofício DU-08/71] 5 de março de 1971, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. 2f. Solicita remodelação das dependências do Departamento de Urbanismo, p.1.

⁷⁶³ MACEDO, Francisco Riopardense; MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Jorge Osmar. [Ofício DU-81/71] 15 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. 6f. Descreve ao superintendente da UFRGS as dificuldades enfrentadas pelo Departamento de Urbanismo e pelo PROPUR, p.1.

⁷⁶⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁶⁵ *Ibid.*, p.2.

⁷⁶⁶ MACEDO, Francisco Riopardense; MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Jorge Osmar. [Ofício DU-81/71] 15 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. 6f. Descreve ao superintendente da UFRGS as dificuldades enfrentadas pelo Departamento de Urbanismo e pelo PROPUR, p.2.

⁷⁶⁷ *Ibid.*, p.3.

uma especial dedicação e abnegação dos corpos docente e discente, “os quais não têm condições de manter por mais tempo um esforço neste nível”⁷⁶⁸. O momento era tão difícil que o PROPUR se sentia, por vezes, “moralmente” impedido de aceitar candidatos⁷⁶⁹. Tudo isso fazia com que os estudantes, insatisfeitos, solicitassem aos “responsáveis pelo Programa medidas e soluções que mantenham o ensino em condições adequadas à pós-graduação”⁷⁷⁰.

Mas os problemas estruturais do departamento – e consequentemente do PROPUR – não atingiam apenas o moral de seus componentes. O mais importante era que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), apesar do interesse em indicar o PROPUR “como centro nacional de Mestrado nesta área do saber”⁷⁷¹, não o faria naquelas condições de funcionamento. Sem esse reconhecimento, seria impossível pleitear “recursos junto ao FUNTEC [Fundo Tecnológico] do BNDE [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico] [...] [e à] OEA [Organização dos Estados Americanos] e outros órgãos financiadores nacionais e internacionais”⁷⁷².

Cogitava-se, inclusive, à ocasião, a “construção de um pavilhão desmontável, em terreno nas proximidades do Edifício da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, com a área aproximada de 350m², para instalação do Departamento de Urbanismo”⁷⁷³. Imaginava-se que, em breve, seriam iniciados os trabalhos da avenida Primeira Perimetral, o que arrasaria o atual *campus* central da UFRGS e, consequentemente, demoliria o pavilhão de madeira onde estava instalado o programa.

⁷⁶⁸ MACEDO, Francisco Riopardense; MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Jorge Osmar. [Ofício DU-81/71] 15 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. 6f. Descreve ao superintendente da UFRGS as dificuldades enfrentadas pelo Departamento de Urbanismo e pelo PROPUR, p.2.

⁷⁶⁹ *Ibid., loc. cit.* “Sendo o único brasileiro nesta área, temos recebido solicitações de candidatos com os melhores currículos possíveis. Por exemplo, são candidatos ao Programa os professores da UFRGS: Gervásio Neves, Gisela Copstein, Renato Saul, Hans Thofern. Nas condições atualmente existentes, não serão respondidas as expectativas de candidatos, deste nível, sentindo-se o CPG do PROPUR ‘moralmente’ impedido de aceitá-los”.

⁷⁷⁰ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁷¹ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁷² *Ibid.*, p.4.

⁷⁷³ CASTILHOS, Júlio Ribeiro de. [Carta] 22 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] WOLFF, Ivo, Porto Alegre. 2f. Solicita ao vice-reitor da UFRGS autorização para imediata construção de pavilhão desmontável em terreno próximo ao edifício da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, p.1.

E essa proposta por pouco não se realizou. Na reunião do Conselho Departamental, de 25 de junho de 1971, são citadas as providências tomadas junto à reitoria para construção do pavilhão desmontável “em terreno da Universidade, nas proximidades do Planetário, a fim de que possa ser instalado o Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional”⁷⁷⁴.

Todavia, outras soluções foram cogitadas. Outra hipótese seria alugar “um imóvel de aproximadamente 400m², situado preferencialmente na zona central de Porto Alegre, por tempo indefinido, enquanto se aguarda a solução dada pela UFRGS”⁷⁷⁵. Supunha-se ainda que a construção da nova “Cidade Universitária” – o *campus* do Vale – iria “propiciar um amplo local para instalação das funções universitárias em local afastado 15km do centro da cidade”⁷⁷⁶.

Mas como eram exatamente as dependências do departamento e do PROPUR? Em 12 de outubro de 1971, o Departamento de Urbanismo expôs detalhadamente como era o “pavilhão de madeira existente à Rua Sarmento Leite, fundos da Rádio da Universidade e ao lado da Faculdade de Arquitetura”⁷⁷⁷, em que estava acomodado. A figura 27 representa a disposição de seus ambientes.

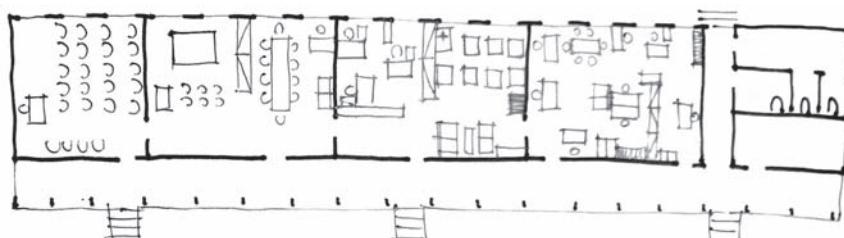
⁷⁷⁴ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 3^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 25 de junho de 1971, p.2.

⁷⁷⁵ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.51.

⁷⁷⁶ *Ibid.*, loc. cit.

⁷⁷⁷ MULLER, Dóris Maria. [Ofício 172-71] 12 de outubro de 1971, Porto Alegre, [para] VIANNA, Luiz Duarte, Porto Alegre. 5f. Encaminhado ao diretor do Setor Físico Territorial (SEFIT) da UFRGS descrição do pavilhão onde estava instalado o Departamento de Urbanismo, p.1.

Figura 27 - Croqui das dependências do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura.



	SALA I	SALA II	SALA III	SALA IV
MANHÃ	AULAS	AULAS PRÁTICAS	REUNIÕES	ADMIN. RECOLH. ESTAC.
TARDE	ESTUDO	TRABALHOS	TRABALHO	ADMIN. TRABALHOS PETRÍQUIA
NOITE	AULAS	AULAS PRÁTICAS	AULAS	TELEFONE ÍDEM + AULA BIBL.

UFRGS - DEPARTAMENTO DE URBANISMO
ESQU. DA OCUPAÇÃO ATUAL.

14.10.71.

D.M.

Fonte: MULLER, Dóris Maria. [Ofício 172-71] 12 de outubro de 1971, Porto Alegre, [para] VIANNA, Luiz Duarte, Porto Alegre. 5f. Encaminhado ao diretor do Setor Físico Territorial (SEFIT) da UFRGS. Descrição do pavilhão onde estava instalado o Departamento de Urbanismo: 1.

O pavilhão era, como se nota, uma sucessão de quatro salas dispostas lado a lado e com sanitários na extrema direita. No inverno, o alpendre na frente de todos os ambientes era pouco usado, “funcionando o pavilhão como um corredor da primeira à última sala”⁷⁷⁸.

A sala 1 (de aulas), na extrema esquerda, era ocupada “no período da manhã por uma turma do PROPUR [...] ou ambas, em disciplinas conjuntas [...]; à noite por turma do curso de Urbanismo”⁷⁷⁹. Além disso, ela era usada como sala para cursos e, de tarde, como local de estudo dos alunos.

⁷⁷⁸ MULLER, Dóris Maria. [Ofício 172-71] 12 de outubro de 1971, Porto Alegre, [para] VIANNA, Luiz Duarte, Porto Alegre. 5f. Encaminhado ao diretor do Setor Físico Territorial (SEFIT) da UFRGS descrição do pavilhão onde estava instalado o Departamento de Urbanismo, p.3.

⁷⁷⁹ *Ibid.*, p.1.

A sala 2 (de aulas e do departamento) era “repartida por dois armários de professores, significando-se um canto para aulas de ateliê e outro, para reuniões do Departamento”⁷⁸⁰.

A sala 3 (de administração, desenho e recepção) era a entrada principal do Departamento. Estava “separada por armários da parte administrativa do Departamento [...]. A outra parte com um conjunto de poltronas serve para receber pessoas além de abrigar mesas de desenho que são ocupadas pelo pessoal auxiliar de pesquisas”⁷⁸¹.

A sala 4 (de professores, pesquisadores, bolsistas e biblioteca) era a da “produção intelectual”⁷⁸². Havia nela “escrivaninhas que servem a 8 professores de ocupação diária no Departamento [...] e aos 5 bolsistas do PROPUR. [...] A sala é ocupada nos três turnos para trabalhos de professores e bolsistas, além de nela serem dadas aulas do curso de Urbanismo, à noite”⁷⁸³.

A situação precária das instalações permaneceu a mesma em 1972. Nesse ano, Francisco Riopardense de Macedo, Antônio Chaves Barcellos e Doris Maria Muller ressaltavam “as deficientes condições de espaço físico do local onde funcionam aquele Departamento [de Urbanismo] e o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional”⁷⁸⁴.

Só em 1973 o galpão foi abandonado. A partir daí, o departamento passou a dispor de “excelentes condições físicas de trabalho, no 4º andar da Faculdade de Arquitetura”⁷⁸⁵. Com a transferência para o prédio da Faculdade de Arquitetura, “o PROPUR concretizou etapa básica para sua implantação, qual seja, o de instalações físicas adequadas ao desenvolvimento de suas atividades”⁷⁸⁶.

⁷⁸⁰ MULLER, Dóris Maria. [Ofício 172-71] 12 de outubro de 1971, Porto Alegre, [para] VIANNA, Luiz Duarte, Porto Alegre. 5f. Encaminhado ao diretor do Setor Físico Territorial (SEFIT) da UFRGS descrição do pavilhão onde estava instalado o Departamento de Urbanismo, p.3.

⁷⁸¹ *Ibid.*, p.2.

⁷⁸² *Ibid.*, loc. cit.

⁷⁸³ *Ibid.*, loc. cit..

⁷⁸⁴ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 28 de junho de 1972, p.3.

⁷⁸⁵ MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Osmar Jorge; VERONESE, Roberto Felix. [Ofício 183/73] 17 de setembro de 1973, Porto Alegre, [para] GONÇALVES, Suzana, Rio de Janeiro. 4f. Encaminha à chefe de assessoria de programas da CAPES o relatório da aplicação de recursos da CAPES no PROPUR, p.2.

⁷⁸⁶ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades de maio a agosto de 1973. 7f. [s.l., 1974?], p.3.

6.3.3 O processo de reconhecimento

Apesar de vigorar, em 1971, “em caráter definitivo e integral”⁷⁸⁷, o PROPUR tardou a ser reconhecido. Seu processo de reconhecimento demandou grande esforço por parte dos membros do programa.

Jorge Guilherme Francisconi, responsável pelo programa, esteve no Rio de Janeiro entre os dias 24 e 26 de maio daquele ano, por determinação da direção da Faculdade, para “tratar de assuntos relativos ao reconhecimento do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional”⁷⁸⁸. Lá fez contatos com o CNPq, com o Conselho Federal de Educação, entre outros.

O relatório que Francisconi encaminhou ao Departamento de Urbanismo sobre essa viagem revela detalhes sobre o tortuoso caminho percorrido para a aprovação do programa junto aos órgãos federais – CNPq e Conselho Federal de Educação.

Afirmava ele que, “durante o 2º semestre de 1970 foram encaminhadas ao CNPq duas cópias do Projeto do PROPUR visando obter o seu reconhecimento como Centro de Ensino de Pós-Graduação”⁷⁸⁹. A primeira delas, entregue pelo próprio reitor. Tempos depois, Ivan Gonçalves de Freitas, “Diretor Técnico do CNPq solicitou a reformulação do Projeto, o qual deveria ser estruturado segundo as normas específicas da instituição”⁷⁹⁰. Sua reelaboração foi concluída em 16 de abril de 1971. Francisconi levou-o pessoalmente ao CNPq e entregou-o em mãos a Ivan Gonçalves.

O professor do PROPUR reconhecia a importância do parecer positivo do CNPq. Afirmava ele no documento:

O veredito deste Conselho é da mais alta importância para o PROPUR, pois que deste reconhecimento depende o prosseguimento (ou não) do Programa de Pós-Graduação, bem como a obtenção de recursos junto ao CAPES, ao FUNTEC do BNDE, bem como de outros órgãos financeiros nacionais e internacionais⁷⁹¹.

⁷⁸⁷ Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 5f. Porto Alegre [1971], p.1.

⁷⁸⁸ FRANCISCONI, Jorge Guilherme. [Ofício 78-71] 8 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. 3f. Encaminha ao chefe do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS relatório das atividades desenvolvidas entre 24 e 26 de maio no Rio de Janeiro, p.1.

⁷⁸⁹ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁹⁰ *Ibid., loc. cit.*

⁷⁹¹ FRANCISCONI, Jorge Guilherme. [Ofício 78-71] 8 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. 3f. Encaminha ao chefe do

Sobre a tramitação no Conselho Federal de Educação (CFE), Francisconi cita que o projeto havia sido encaminhado pela reitoria no final do ano de 1970. Pouco depois, foram feitas buscas para obtenção do número com que foi protocolado e de seu andamento. Contudo, nenhuma informação foi encontrada. A ida de Francisconi ao Conselho Federal era, entre outras razões, para sanar esse problema.

Lá descobriu que o projeto do PROPUR havia sido protocolado junto com outros da UFRGS. Ou seja, não foi um processo numerado à parte. Por essa razão não havia sido encontrado. No Rio, descobriu também que o professor Lauro Bastos Birkholz, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), era o relator do processo. E que o reitor da UFRGS havia solicitado envio de passagem aérea para que Birkholz visitasse as instalações do PROPUR, passo necessário à sua aprovação.

Francisconi achava prematura a visita do professor da FAU-USP, “tendo em vista a situação atual do Programa, que ainda deve melhorar suas condições de atuação antes de receber a honrosa visita”⁷⁹². Em julho de 1971, Birkholz visitou a Faculdade de Arquitetura. O representante do CFE comunicou que aprovaria condicionalmente o projeto. Via ainda como necessária a criação de “melhores condições materiais para trabalho dos alunos”, bem como “uma biblioteca adequada, estrutural e funcionalmente, a um programa em nível de pós-graduação e de manter um número maior de professores em tempo integral”⁷⁹³.

Pouco depois, em 11 de agosto, o diretor técnico do CNPq chegou a Porto Alegre para verificar as condições existentes para o programa. E, conforme documento do Departamento de Urbanismo, “as observações e restrições feitas pelo Professor Ivan foram, em tudo, semelhantes àquelas manifestadas pelo Professor Birkholz”⁷⁹⁴.

Em 19 dezembro de 1971, foi encaminhado a Birkholz novo projeto do PROPUR, “revisto agora de acordo com as recomendações de Vossa Senhoria, por ocasião de sua estada em Porto Alegre, no mês de julho”⁷⁹⁵. As revisões referiam-se à estrutura curricular, ao corpo docente, à biblioteca e ao espaço físico.

Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS relatório das atividades desenvolvidas entre 24 e 26 de maio no Rio de Janeiro, p.2.

⁷⁹² *Ibid.*, p.3.

⁷⁹³ LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme. [Ofício DU-127/71] 18 de agosto de 1971, Porto Alegre, [para] WOLF, Ivo, Porto Alegre. 2f. Informa sobre o processo de reconhecimento do PROPUR, p.1.

⁷⁹⁴ LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme. [Ofício DU-127/71] 18 de agosto de 1971, Porto Alegre, [para] WOLF, Ivo, Porto Alegre. 2f. Informa sobre o processo de reconhecimento do PROPUR, p.2.

⁷⁹⁵ MACEDO, Francisco Riopardense de; MULLER, Doris Maria. [Carta] 1º de dezembro de 1971, Porto Alegre, [para] BIRKHOLZ, Lauro Bastos, [s.l.]. Encaminha via do projeto do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS revisto de acordo com as recomendações de Birkholz. 3f.

Mas os obstáculos ao funcionamento do PROPUR se mantiveram. Os professores do Departamento de Urbanismo, em 1972, queixavam-se ao superintendente acadêmico da UFRGS. Segundo eles, recursos da CAPES “para contratação de professores, compra de livros, de móveis e de equipamentos permanecem desde janeiro [...] depositados na Reitoria porque aguardamos: 1) Nomeação de Coordenador; 2) Espaço físico onde colocar o mobiliário a ser adquirido”⁷⁹⁶.

Por todas as dificuldades encontradas, “o entusiasmo inicial de criação do PROPUR não mais persiste entre os alunos, e entre muitos professores”, referiam Francisconi, Muller e Veronese no mesmo ano⁷⁹⁷. Contudo, meses após, em 6 de junho, Jorge Guilherme Francisconi encaminhou ao chefe do Departamento de Urbanismo, Francisco Riopardense de Macedo, a seguinte notícia: a “comissão de Pós-Graduação do PROPUR tem o prazer de comunicar a Vossa Senhoria que o reconhecimento deste Programa junto ao Conselho Federal de Educação (CFE) recebeu parecer favorável do Relator Lauro Bastos Birkholz”⁷⁹⁸.

Havia ainda restrições a respeito dos currículos dos professores. Com isso resolvido, o PROPUR obteria seu reconhecimento definitivo.

6.3.4 O projeto do PROPUR

O “projeto do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS”, encaminhado em dezembro de 1971 a Lauro Bastos Birkholz, estabelecia três critérios para sua aprovação: a importância para a educação, para o desenvolvimento nacional e para a formação profissional.

A importância para a educação residia na inexistência de tradição de mestrado e doutorado na área de planejamento no país. Na América Latina, por exemplo, existia “apenas o PIAPUR (Projeto Interamericano

⁷⁹⁶ LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme de M.; MULLER, Dóris Maria; VERONESE, Roberto Felix. [Ofício 103/72] 13 de junho de 1972, Porto Alegre, [para] CIBYS, Walter Otto, Porto Alegre. Coordenação do PROPUR expõe ao superintendente acadêmico da UFRGS a evolução do programa desde 1970 e solicita medidas por parte da reitoria, p.3.

⁷⁹⁷ *Ibid.*, p.4.

⁷⁹⁸ FRANCISCONI, Jorge Guilherme [circular nº002/72] 6 de junho de 1972, Porto Alegre, [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. 1f. Comunica que o reconhecimento do PROPUR junto ao CFE recebeu parecer favorável do relator Lauro Bastos Birkholz.

de Planejamento Urbano y Regional) sediado em Lima, Peru”⁷⁹⁹. Assim, seria necessário preencher essa lacuna no país.

Por outro lado, “estando o Brasil inteiro a concentrar seus esforços no aceleramento do processo desenvolvimentista, o Planejamento Territorial a qualquer nível”⁸⁰⁰ era meta prioritária. Como o planejamento das áreas metropolitanas eram de suma importância para o desenvolvimento do país, era “do alto interesse nacional a existência de técnicos altamente capacitados no setor do Planejamento”⁸⁰¹.

Por fim, a carência de profissionais na área de planejamento vinha “restringindo a expansão do processo, determinando, por vezes, retardamento aos planejamentos ou implantações incorretas atrasando e prejudicando o processo como um todo”⁸⁰². Por essa razão, sua importância desde a formação profissional residia na necessidade de “formação de técnicos que possam atuar de forma devida, criando ainda, através da pesquisa, uma independência das tecnologias importadas, nem sempre apropriadas ao caso nacional”⁸⁰³.

Ainda segundo o mesmo documento, na pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional seriam preparados, de um lado:

[...] recursos humanos com ampla capacitação para as atividades de pesquisa, de ensino e de compreensão dos fenômenos urbanos, regionais e locais, e para atuação individual ou em equipes multi-profissionais; por outro lado, poderá ser buscada, através de instrumentos apropriados e adaptados às condições brasileiras, a compreensão global do nosso ambiente para fixação de meios e processos para sua melhora⁸⁰⁴.

No processo de admissão ao PROPUR, os candidatos deveriam demonstrar conhecimentos mínimos em: a) Urbanismo; b) Economia; c) Sociologia; d) Administração; e) Geografia; f) Política; g) Inglês⁸⁰⁵.

O programa do curso estava organizado em “quatro áreas ou categorias principais de disciplinas”⁸⁰⁶: i) instrumentais; ii) básicas; iii) profissionais; iv) complementares.

⁷⁹⁹ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.8.

⁸⁰⁰ *Ibid.*, p.10.

⁸⁰¹ *Ibid.*, p.11.

⁸⁰² *Ibid.*, *loc. cit.*

⁸⁰³ *Ibid.*, p.11-12.

⁸⁰⁴ *Ibid.*, *loc. cit.*

⁸⁰⁵ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971].

⁸⁰⁶ *Ibid.*, p.19-20.

As disciplinas instrumentais seriam “aqueelas que propiciam conhecimentos técnicos de caráter instrumental, permitindo maior compreensão e desenvolvimento das disciplinas básicas e profissionais do currículo”⁸⁰⁷. Seriam elas: *Matemática* (dois créditos), *Estatística Aplicada* (dois créditos), *Metodologia de Pesquisa* (dois créditos), *Estudos de Sistemas e Programação Linear* (dois créditos). O aluno deveria cumprir obrigatoriamente no mínimo quatro créditos.

As disciplinas básicas forneceriam “as bases científicas, necessárias às atividades interprofissionais do planejamento, sendo de caráter obrigatório”⁸⁰⁸. Seriam elas: *Teoria do Planejamento* (dois créditos); *Análise do Espaço Urbano e Regional* (dois créditos); *Economia Urbana e Regional* (dois créditos); *Análise Sociológica Urbana e Rural* (dois créditos); *Estrutura Financeira e Administrativa Municipal* (dois créditos); *Estudos de Problemas Brasileiros* (dois créditos); *Equipamento básico da comunidade* (quatro créditos). O aluno deveria cursar todas as disciplinas.

As disciplinas profissionais visavam desenvolver a “capacidade analítica e criadora dos alunos em áreas específicas de sua atividade profissional, através da aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos e do desenvolvimento de processos metodológicos”⁸⁰⁹. Elas refletiriam “a opção dos alunos quanto à área específica de sua atuação profissional”⁸¹⁰. Seriam duas as opções: formação em Planejamento Local e em Planejamento Regional.

Se a intenção do estudante era formar-se em Planejamento Local, deveria cursar as seguintes disciplinas: *Pesquisa e Análise Municipal e Urbana* (três créditos), *Planejamento e Programação Municipal e Urbano* (três créditos) e *Seminário em Planejamento Local* (três créditos).

Se fosse atuar no Planejamento Regional, deveria cursar: *Pesquisa e Análise Regional* (três créditos), *Planejamento e Programação Regional* (três créditos) e *Seminário em Planejamento Regional* (três créditos).

Havia ainda disciplinas complementares, oferecidas pelo próprio programa e por outros programas de pós-graduação⁸¹¹. As ministradas

⁸⁰⁷ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.20.

⁸⁰⁸ *Ibid., loc. cit.*

⁸⁰⁹ *Ibid.*, p.21.

⁸¹⁰ *Ibid., loc. cit.*

⁸¹¹ As disciplinas complementares do curso compreendiam “tanto aquelas ministradas neste programa como aquelas ministradas em outros Centros de Pós-Graduação desta Universidade, cabendo à Comissão de Pós-Graduação determinar quanto à sua aceitação pelo Programa”. *Ibid.*, p.21-22.

pelo PROPUR seriam: *Habitação* (dois créditos), *Teoria da Localização e Sistemas Regionais* (três créditos), *Seminário em Planejamento Comparado* (três créditos), *Seminário em Áreas Metropolitanas e Micro-Regiões* (dois créditos), *Sistema Político-Administrativo* (dois créditos), *Paisagismo e Espaço Urbano* (dois créditos), *Evolução Urbana* (três créditos) e *Leitura e Pesquisa em Planejamento* (dois a três créditos).

Outras disciplinas complementares poderiam ser cursadas nos seguintes programas: de pós-graduação do Centro de Estudo e Pesquisa em Economia da UFRGS, nas áreas de economia rural, sociologia rural e economia; de pós-graduação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas; de pós-graduação em Administração.

As complementares da Economia eram: *Metodologia de Pesquisas, Técnica de Comunicação, Psicologia Social, Sociologia do Desenvolvimento, Desenvolvimento das Comunidades, Teoria Sociológica, Teoria Econômica – Macro, Administração Rural*. As da Hidráulica eram: *Planejamento de Recursos Hídricos, Análise de Sistemas e Simulação*. As disciplinas da Administração estavam sendo implantadas. Por essa razão, não estão listadas no projeto do PROPUR.

Os alunos deveriam cumprir, obrigatoriamente, sete créditos de disciplinas complementares. O quadro 28 resume a seriação, disciplinas e indica os professores de algumas disciplinas. Adiante serão tratados os conteúdos de parte dessas disciplinas.

Quadro 28 – Disciplinas e professores conforme o projeto de criação do PROPUR, 1971.

DISCIPLINAS INSTRUMENTAIS	PROFESSORES
Matemática	X
Estatística Aplicada [ao Planejamento]	Hebert Q. Calhau (sem titulação indicada)
Metodologia de Pesquisa	X
Estudo de Sistemas e Programação Linear	X
DISCIPLINAS BÁSICAS	PROFESSORES
Teoria do Planejamento	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Análise do Espaço Urbano e Regional	Osmar Jorge Lengler (urbanista)
Economia Urbana e Regional	Hamilton Tolosa (economista, professor convidado) e Celsus Lodder (economista)
Análise Sociológica Urbana e Rural	X
Estrutura Financeira e Administrativa Municipal	X
Estudos de Problemas Brasileiros	X

Equipamento Básico da Comunidade	Francisco Riopardense de Macedo (engenheiro urbanista) e Antônio Chaves Barcellos (arquiteto, urbanista)
DISCIPLINAS PROFISSIONAIS	PROFESSORES
<i>EM PLANEJAMENTO LOCAL⁸¹²</i>	
Pesquisa e Análise Municipal e Urbana	Osmar Jorge Lengler (urbanista) e Roberto Felix Veronese (arquiteto, urbanista)
Planejamento e Programação Municipal e Urbana	Osmar Jorge Lengler (urbanista) e Roberto Felix Veronese (arquiteto, urbanista)
Seminário em Planejamento Local ⁸¹³ [Seminário Planejamento Municipal Integrado]	Mario Laranjeira (engenheiro) Jorge Wilheim (arquiteto) Adina Nera (urbanista) Eduardo Novais (sociólogo)
<i>EM PLANEJAMENTO REGIONAL</i>	
Pesquisa e Análise Regional	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Planejamento e Programação Regional [Planos e Programas Regionais]	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Seminário em Planejamento Regional ⁸¹⁴ [Seminário em Planejamento Regional Integrado]	X
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES	PROFESSORES
<i>MINISTRADAS PELO PROPUR</i>	
Habitação	Marcos David Heckman (arquiteto)
Teoria da Localização e Sistemas Regionais	Hamilton Tolosa (economista)
Seminário em Planejamento Comparado	Doris Maria Muller (arquiteta, urbanista)
Seminário em Áreas Metropolitanas e Micro-Regiões	Jorge Guilherme Francisconi (arquiteto)
Sistema Político-Administrativo [Sistemas Político-Administrativos Urbanos]	Francisco Ferraz (sem titulação)

⁸¹² UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 4f. Porto Alegre [1972], p.2.

⁸¹³ Em 1972 esta disciplina era denominada “Seminário em Planejamento Urbano” e fazia parte das disciplinas complementares. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 4f. Porto Alegre [1972], p.3.

⁸¹⁴ Em 1972 esta disciplina fazia parte das disciplinas complementares. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 4f. Porto Alegre [1972], p.3.

Paisagismo e Espaço Urbano	Francisco Riopardense de Macedo (engenheiro urbanista)
Evolução Urbana	Doris Maria Muller (arquiteta, urbanista)
Leitura e Pesquisa em Planejamento	X
<i>CENTRO DE ESTUDO E PESQUISA EM ECONOMIA⁸¹⁵</i>	
Metodologia de Pesquisas [Pesquisa Aplicada ao Planejamento]	X
Técnica de Comunicação	X
Psicologia Social	X
Sociologia do Desenvolvimento	X
Desenvolvimento das Comunidades	X
Teoria Sociológica	X
Teoria Econômica – Macro	X
Administração Rural	X
<i>INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS</i>	
Planejamento de Recursos Hídricos	X
Análise de Sistemas e Simulação	X

Fonte: PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971].

Delas, as que em alguma medida representaram a continuação de disciplinas do extinto curso de Urbanismo foram: *Teoria do Planejamento* (similar, em parte, à de *Teoria e Prática dos Planos de Cidades*); *Evolução Urbana* (como a de mesmo nome); *Estatística Aplicada ao Planejamento* (análoga, em parte, à de *Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana I*); *Paisagismo e Espaço Urbano* (semelhante à de *Arquitetura Paisagista*); e *Estrutura Financeira e Administração Municipal* (similar, em parte, à de *Administração Municipal*).

Em seu projeto, o PROPUR argumentava que, “sabida é a dificuldade de atender imediatamente, no Brasil, de forma integral as exigências feitas neste particular, pelo Conselho Federal de Educação”⁸¹⁶. Entretanto, a Faculdade de Arquitetura considerava que os professores designados para o curso reuniam “excelentes condições para levar a

⁸¹⁵ As disciplinas complementares oferecidas pelo Centro de Estudos e Pesquisa em Economia não constavam na lista de 1972.

⁸¹⁶ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.42.

bom termo o empreendimento”⁸¹⁷. Mesmo incompleto, o corpo docente era composto por “professores com longa experiência no magistério Superior, inclusive alguns com larga vivência profissional”⁸¹⁸. Apesar de poucos terem “titulação de Mestre ou PhD [...], observa-se em seus Currículos uma larga experiência e um renome profissional que os capacita a coordenarem a implantação do Programa”⁸¹⁹.

Eles eram, como o corpo discente, de origens variadas (arquitetos, urbanistas, economistas, geógrafos, educadores, sociólogos, entre outros) e viriam do Brasil e do exterior. Além do mais, a vinda de professores “de outros países e dos centros mais avançados do país permitem dotar o Curso de um alto nível qualitativo, de acordo com o que os órgãos superiores de Ensino exigem dos Programas de Pós-Graduação”⁸²⁰. Os professores e seu regime de contratação estão expostos no quadro 29.

O PROPUR, segundo Jorge Guilherme Francisconi (2002, p.74) reuniu “o pensamento dos antigos professores do curso de Urbanismo – formados no urbanismo francês – com aqueles mais recentemente chegados do exterior, alguns com a formação de *urban planner* saxônico”. Percebe-se, a partir dos dados expostos e dessa afirmação de Francisconi, que as origens teóricas, profissionais e geográficas dos professores eram de fato variadas.

Mas, ainda segundo o mesmo autor, “o Atelier tinha como função ser o *lócus* de integração do saber e da experiência de alunos e dos professores” (FRANCISCONI, 2002, p.79). O *atelier* era, nessa última referência de Francisconi, o espaço de mediação multidisciplinar de conhecimentos variados (históricos, sociológicos, econômicos, etc.). À centralidade do ateliê corresponde a centralidade do “planejamento” da forma da cidade? O produto do Planejamento Urbano condicionava as demais dimensões da cidade à sua forma física?

É necessário, para completar a compreensão sobre o início do funcionamento do PROPUR, que passemos aos programas das disciplinas do currículo. É o que faremos no próximo subcapítulo.

⁸¹⁷ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.42.

⁸¹⁸ *Ibid., loc. cit.*

⁸¹⁹ *Ibid., loc. cit.*

⁸²⁰ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.42.

Quadro 29 - Professores do PROPUR e seu regime de contratação conforme projeto do PROPUR, 1971.

Solicitando aproveitamento em regime de tempo integral
Profa. Doris Maria Muller;
Prof. Francisco Riopardense de Macedo;
Prof. Jorge Guilherme de M. Francisconi;
Prof. Osmar Jorge Lengler.
Em regime de dedicação parcial
Prof. Antônio Chaves Barcellos;
Prof. Marcos David Hakmann;
Prof. Roberto Felix Veronese.
Professores de outros departamentos da UFRGS
Prof. Francisco Ferraz;
Prof. Herbert Q. Calhau;
Prof. Carlos Veríssimo do Amaral;
Profa. Edi Madalena Fracasso;
Prof. Rudi Braatz.
Professores locais a serem contratados
Prof. Danilo Francisco M. Landó;
Profa. Maria Elizabeth Pereira Lago.
Professores nacionais contratados
Economista Hamilton Tolosa (Rio de Janeiro);
Economista Celso Lodder (Rio de Janeiro);
Geógrafa Maria Adelia de Souza (Rio de Janeiro).
Professores a serem contratados, contando o projeto com carta de aquiescência
Engenheira Adina Mera (Rio de Janeiro);
Engenheiro Mario Laranjeira de Mendonça (São Paulo);
Arq. Jorge Wilheim (São Paulo);
Arq. Brian Thompson (Argentina).
Professor estrangeiro contratado
David Hansen (Estados Unidos da América).
Professores estrangeiros a serem contratados
Prof. John Donohne, USA; Corpo de Pesquisa e Docência da Fundação; Torquatto di Tella, Buenos Aires (convênio aprovado no Conselho Universitário); Jorge Villagran T.

Fonte: PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971].

6.3.5 Os programas das disciplinas

Passamos agora aos programas das disciplinas do PROPUR. Nem todos são citados. Das 35 disciplinas, apresenta os conteúdos de apenas 19, e mesmo assim de maneira bastante concisa. Eles serão expostos como constavam no projeto de criação do programa.

É necessário ainda outra ressalva. O projeto do PROPUR apresenta o nome das disciplinas, em momentos diferentes, de formas diferentes. Referiremos a divergência entre colchetes, quando necessário. Passemos às disciplinas e seus conteúdos.

6.3.5.1 *Teoria do Planejamento*

Essa disciplina teria como responsável Jorge Guilherme Francisconi. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Conceitos e Origens do Planejamento. Planejamento Socialista e Planejamento Indicativo. Teorias do Planejamento Físico, Econômico e Social. Planejamento Integrado. Funções do Planejamento. Experiência Brasileira em Planejamento Nacional, Planejamento Setorial, Regional e Planejamento Municipal⁸²¹.

6.3.5.2 *Análise do Espaço Urbano e Regional*

Essa disciplina teria como responsável Osmar Jorge Lengler. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Conceito de Região e Cidade: Funções e Características Espaciais. Geografia Urbana. Teoria da Evolução Urbana. Funções das Diferentes Áreas da Cidade. Transportes e Sistema Viário. Localização e Integração das diferentes Funções Urbanas e Regionais⁸²².

⁸²¹ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.23.

⁸²² PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.24.

6.3.5.3 Equipamento Básico da Comunidade

Essa disciplina teria como responsáveis Francisco Riopardense de Macedo e Antônio Chaves Barcellos. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Caracteriza, analisa e estuda os elementos essenciais ao funcionamento dos diversos setores públicos fundamentais para a comunidade, tais como educação, saúde, lazer, saneamento, limpeza pública e poluição⁸²³.

6.3.5.4 Economia Urbana e Regional

Para essa disciplina foi convidado Hamilton Tolosa. Como responsável está anotado o professor Celsus Lodder. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Economia Intra-Urbana

Estrutura Espacial Urbana: Estrutura da Cidade; Teoria do Mercado de Terra Urbano; Crescimento Urbano: Teoria dos Lugares Centrais; Teoria da Base Econômica; Abordagem Ecológica do Crescimento Urbano; Teoria das Comunicações e Crescimento Urbano; Problemas de Emprego da M/O Urbana: Estrutura do Emprego Urbano; Fatores que Determinam a Capacidade de Absorção de M/O Urbana; Subemprego e Desemprego nas Cidades; Urbanização e Formação de Capital; Estrutura de Investimentos.

Economia Inter-Urbana

Teoria do Planejamento Econômico; O Conceito de Otimização; Estágio Regional e Dimensão Espacial; Sistemas de Cidades e Localização Terciária; Política Nacional do Desenvolvimento Urbano⁸²⁴.

6.3.5.5 Pesquisa e Análise Municipal e Urbana

Essa disciplina teria como responsáveis Osmar Jorge Lengler e Roberto Felix Veronese. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Trabalho prático de pesquisa, análise e diagnóstico aplicando os conhecimentos teóricos e técnicos aprendidos nos diferentes cursos.

⁸²³ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.25.

⁸²⁴ Ibid, p.26.

Sua função é a de preparar e aperfeiçoar o aluno para a prática profissional⁸²⁵.

6.3.5.6 Planejamento e Programação Municipal Urbana

Essa disciplina teria como responsáveis Osmar Jorge Lengler e Roberto Felix Veronese. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Trabalho prático de atelier aplicando os elementos colhidos na disciplina anterior, contribuindo os alunos nas áreas específicas de sua formação profissional objetivando um trabalho integrado⁸²⁶.

6.3.5.7 Seminário em Planejamento Local [Seminário em Planejamento Municipal Integrado]

Para essa disciplina, cuja responsabilidade recaía sobre a Comissão de Coordenação do PROPUR, haviam sido convidados Mario Laranjeira, Jorge Wilheim, Adina Nera, Eduardo Novais. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Programa: o problema de integração interdisciplinar existente no projeto de Pesquisa “Estudos Básicos para uma política de Desenvolvimento Urbano no Rio Grande do Sul” [...] será o tema de estudo, pesquisa e debate para esse Seminário⁸²⁷.

6.3.5.8 Pesquisa e Análise Regional

Essa disciplina teria como responsável Jorge Guilherme Francisconi. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Estudo em atelier de exemplo do mundo real, onde serão efetuadas pesquisas, análises e diagnósticos, sintetizando as técnicas e os conhecimentos adquiridos em outras disciplinas⁸²⁸.

⁸²⁵ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971], p.28.

⁸²⁶ *Ibid.*, p.28.

⁸²⁷ *Ibid.*, p.29.

⁸²⁸ *Ibid.*, p.32.

6.3.5.9 Planejamento e Programação Regional [Planos e Programas Regionais]

Essa disciplina teria como responsável Jorge Guilherme Francisconi. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Estudo em atelier [de] aspectos regionais, utilizando os dados colhidos na disciplina anterior para o Planejamento contribuindo os alunos nas áreas específicas de sua formação profissional, visando um trabalho integrado e multi-disciplinar⁸²⁹.

6.3.5.10 Seminário Planejamento Regional [Seminário em Planejamento Regional Integrado]

Essa disciplina estava sob a responsabilidade da Comissão Coordenadora PROPUR. Não havia professores indicados ou convidados. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Integração interdisciplinar, utilizando um “estudo de caso” com participação de professores e conferencistas com formação profissional distintas⁸³⁰.

6.3.5.11 Habitação

Essa disciplina teria como responsável Marcos David Hekman. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Teorias e Modelos de Uso do Solo Urbano; Parks, Burgess, Von Thunen e Outros. Economia do Solo Urbano. O Problema da Habitação. Teorias Econômicas, Sociais e Espaciais. Habitação e Desenvolvimento. Planejamento da Habitação. Pré-Fabricação. Modelos e Experiências na América Latina⁸³¹.

⁸²⁹ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971]. p.28.

⁸³⁰ *Ibid.*, p.33.

⁸³¹ *Ibid., loc. cit.*

6.3.5.12 Teoria da Localização e Sistemas Regionais

Essa disciplina teria como responsável Hamilton Tolosa. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

A Teoria da Localização: von Thunen, Weber, Isaard e outros. Modelos de Análise Gravitacional, Isotrópico, Gráficos e Polos de Desenvolvimento. Sistemas Regionais⁸³².

6.3.5.13 Seminário em Planejamento Comparado [Planejamento Comparado]

Essa disciplina teria como responsável Doris Maria Muller. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Análise dos trabalhos práticos e teóricos em planejamento regional. Condições de implantação de planos. Análise comparativa⁸³³.

6.3.5.14 Evolução Urbana

Essa disciplina teria como responsável Doris Maria Muller. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Análise histórica da evolução das cidades nas diferentes civilizações. Características funcionais e espaciais, através dos tempos. Evolução urbana no Brasil⁸³⁴.

6.3.5.15 Seminário sobre Áreas Metropolitanas e Micro-Regiões

Essa disciplina teria como responsável Jorge Guilherme Francisconi. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Conceitos de áreas metropolitanas. Origens e causas. Funções regionais. Análise social, cultural, econômica e administrativa de Área Metropolitana. Estudo comparativo. Experiência brasileira e política governamental⁸³⁵.

⁸³² PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971]. p.28.

⁸³³ *Ibid.*, p.34.

⁸³⁴ *Ibid.*, p.36.

⁸³⁵ *Ibid.*, p.38.

6.3.5.16 Sistemas Político-Administrativos [Sistemas Político-Administrativos Urbanos]

Essa disciplina teria como responsável Francisco Ferraz. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Análise das estruturas de decisão administrativas e políticas do meio urbano. Sistemas decisórios formais e informais de decisões. Tecnologia e estruturas políticas⁸³⁶.

6.3.5.17 Paisagismo e Espaço Urbano

Essa disciplina teria como responsável Francisco Riopardense de Macedo. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Análise da Evolução dos Espaços Urbanos. Relação entre Cultura, Sociedade e Estrutura das Cidades. Evolução das Formas: Fatores Causais de Ordem Social, Econômica e Tecnológica. Metodologia de Análise. A Cidade Moderna: Características Espaciais e Inter-Relação Funcional⁸³⁷.

6.3.5.18 Leitura e Pesquisa em Planejamento [Pesquisa e Leitura em Planejamento]

Essa disciplina não tinha professor responsável. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Leitura orientada em área restrita do setor de Planejamento dirigida e fiscalizada por Professor escolhido pelo aluno e com aprovação do Professor auxiliar⁸³⁸.

⁸³⁶ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971]. p.28.

⁸³⁷ *Ibid.*, p.38-39.

⁸³⁸ *Ibid.*, p.39.

6.3.5.19 Estatística Aplicada [Estatística Aplicada ao Planejamento]

Essa disciplina, complementar, teria como responsável Hebert Q. Calhau. Seu programa trazia os seguintes conteúdos:

Estatística: Indutiva e Dedutiva, Noções Básicas, Variável Aleatória, Modelos Probabilísticos, Distribuições Empíricas; Amostragem: Ideias Fundamentais, Inferência Estatística, Teste de Significância, Distribuições Bivariadas e Multivariadas, Projeção⁸³⁹.

Percebe-se que os temas tratados nas disciplinas eram variados. Iam desde aspectos como a infraestrutura urbana, equipamentos públicos e história da cidade até questões geográficas, econômicas, administrativas, entre diversos outros. Além disso, os estudantes estavam livres para, a partir de sua formação, contribuir nos trabalhos práticos.

É, como se nota, uma formação efetivamente em Planejamento Urbano, se o entendemos como um campo multidisciplinar que aborda a cidade não apenas como artefato ou como objeto “projetável”, mas, isto sim, a partir de uma miríade de fenômenos socioeconômico-políticos-administrativos. Sua razão final seria, enfim, a possibilidade de predição e orientação desses processos de maneira completa. Entretanto, como referido por Francisconi, a centralidade do ateliê no processo de ensino-aprendizagem associa uma dimensão física ao Planejamento Urbano. O ateliê seria uma espécie de momento de síntese de conhecimentos diversos.

6.4 O curso de Paisagismo, fugaz, e o de especialização em Planejamento Urbano, só proposto

O fugaz curso de Paisagismo e o apenas proposto de especialização em Planejamento Urbano foram experiências da Faculdade de Arquitetura, ocorridas na década de 1970, que merecem nota. O curso especial de Paisagismo foi criado pelo Departamento de Urbanismo em

⁸³⁹ PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). 55f. [s.l., 1971]. p.28.

atendimento à demanda que vinha recebendo desde 1971. A condição para sua permissão foi seu caráter experimental. Seu programa era similar ao da cadeira de Paisagismo do curso de Urbanismo.

Nele se matricularam oito estudantes, “todos agrônomos diplomados”⁸⁴⁰. Mas houve estudantes recusados, por se terem apresentado tardiamente. Eles eram de formações diversas: agrônomos, artistas, arquitetos.

Concomitantemente ao seu funcionamento experimental, foi elaborado um novo programa para o curso de Paisagismo, com duração aproximada de 400 horas. Ele deveria ser aberto a egressos de qualquer curso superior.

Contudo, dificuldades inviabilizaram seu funcionamento. Como cita o relatório sobre as atividades de 1972, “a dificuldade do Departamento [de Urbanismo] em atender às sete disciplinas criadas no Curso de Arquitetura, pela carência de professores, não permitiu o prosseguimento dos trabalhos”⁸⁴¹. Logo, não foram mais abertas matrículas para os candidatos no 2º semestre de 1972. Enfim, “restou a experiência realizada”⁸⁴².

Importante destacar que, como veremos adiante, entre as disciplinas do curso de Urbanismo que foram incorporadas à graduação em Arquitetura não há nenhuma que se refira explicitamente a paisagismo. Só passaria a haver, no currículo do curso de Arquitetura, a disciplina de *Arquitetura Paisagista*, a partir de 1976. Contudo, esse conteúdo seria ministrado antes na graduação em Arquitetura, na disciplina de *Prática de Projetos – Urbanismo II*.

O Departamento de Urbanismo propôs ainda, na mesma década, a criação do Programa de Especialização em Planejamento Urbano (PROURB). Não foram encontradas informações que demonstrem que ele tenha ocorrido. Tudo leva a crer que não passou de um projeto.

A proposta de seu funcionamento foi apresentada por Doris Maria Muller na 55ª reunião do Conselho Departamental da Faculdade de Arquitetura, ocorrida em 27 de janeiro de 1977. Ela havia sido aprovada, anteriormente, pelo colegiado do Departamento de Urbanismo, em 23 de dezembro de 1976. Dentro dessa proposta “estava o Arquiteto como candidato em potencial ao Curso, embora a matrícula pudesse ser

⁸⁴⁰ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura da UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [s.l., 1972], p.4.

⁸⁴¹ *Ibid.*, p.5.

⁸⁴² *Ibid., loc. cit.*

aberta, também, a engenheiros, mas que a intenção primordial é que seja dirigido a arquitetos”⁸⁴³.

O “programa de montagem do Curso” foi apresentado na integra por Muller. Ele seria um “Curso especializado na área de conhecimento do urbanismo, compreendendo um conjunto de disciplinas dessa área e de outras que interdependem e se unificam frente aos objetivos do desenvolvimento urbano”⁸⁴⁴. Funcionaria em caráter experimental, “possibilitando assim, a curto prazo, a formação de quadros técnicos municipais especializados, capazes de dar suporte à formulação e implementação do processo de planejamento urbano”⁸⁴⁵.

Boa parte do corpo docente seria do Departamento de Urbanismo. Ele seria acrescido de professores selecionados preferencialmente da UFRGS e de contratados temporariamente. Haveria ainda conferencistas “selecionados entre especialistas de renome das diferentes áreas e contratados especialmente para o Programa”⁸⁴⁶.

Poderiam inscrever-se nele “técnicos de nível superior (arquitetos ou engenheiros civis) atuando no setor de planejamento urbano de prefeituras ou em órgãos estaduais ou regionais de assistência técnica a municípios”⁸⁴⁷. Além destes, “Arquitetos e engenheiros civis interessados no campo de implementação do planejamento urbano”⁸⁴⁸.

O curso teria duração de 26 semanas corridas, em tempo integral, correspondendo a 596 horas de aula e 460 de horas de trabalho, pesquisa, estudo dirigido e coleta de informações. O início das atividades desse curso estava previsto para abril de 1977.

O programa do curso estava organizado em três partes:

Parte I – Fundamentação teórica e bases conceituais do processo de urbanização contemporânea, evidenciando a necessidade de intervenção através de uma ação planejada, viabilizada por uma estrutura administrativa e por um instrumental legal adequado.

Parte II – Instrumentação técnica e capacitação analítica, através do estudo comparativo e interpretação de planos e projetos já realizados

⁸⁴³ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 55^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 27 de janeiro de 1977, p.1.

⁸⁴⁴ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 55^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 27 de janeiro de 1977:1.

⁸⁴⁵ *Ibid., loc. cit.*

⁸⁴⁶ *Ibid., p.5.*

⁸⁴⁷ *Ibid., loc. cit.*

⁸⁴⁸ *Ibid., loc. cit.*

para diversas cidades brasileiras. Esta análise enfocará tanto o conteúdo técnico-científico como os aspectos metodológicos e os instrumentos utilizados na elaboração, implementação, avaliação e controle do Planejamento Urbano.

Parte III – Prática em elaboração de planos de organização físico-territorial de áreas urbanas, como parte de programas de ação municipal. Esta parte terá caráter teórico-prático, já que os projetos desenvolvidos em ateliê serão apoiados por um corpo de disciplinas teóricas, dirigidas à obtenção dos objetivos do trabalho prático⁸⁴⁹.

As disciplinas/conteúdos do curso estão expostas no quadro 30:

Quadro 30 – Currículo do curso de especialização em Planejamento Urbano, 1977.

Parte I – Teórica – 100 horas, 6 créditos	
Introdução ao Planejamento Urbano	16 horas, 1 crédito
O Fenômeno Urbano	46 horas, 3 créditos
Introdução à Administração Pública	15 horas, 1 crédito
Planejamento e Desenvolvimento Urbano	15 horas, 1 crédito
Seminário de Integração	15 horas, 1 crédito
Parte II – Analítica e instrumental – 100 horas, 3 créditos	
Análise de Planos e Projetos	46 horas, 1 ½ créditos
Técnica de Análise Urbana	30 horas, 1 crédito
Noções de Cartografia	16 horas, ½ crédito
Seminário de Avaliação	8 horas
Parte III – Teórico-prática – 296 horas, 15 créditos	
Organização do Espaço Urbano	46 horas, 3 créditos
Serviços e Infraestrutura Urbana	46 horas, 3 créditos
Administração do Desenvolvimento Municipal	30 horas, 2 créditos
Instrumental Técnico	30 horas, 2 créditos
Noções de Estatística para o Planejamento	15 horas
Noções de Demografia	15 horas

⁸⁴⁹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 55^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 27 de janeiro de 1977:1.

Instrumentação da Ação Ação Indicativa, Normativa e Executiva Legislação Urbanística e Municipal Técnicas de Elaboração de Documentos Legais Entidades Oficiais de Planejamento Urbano ou Municipal Fontes de Financiamento de Programas e Projetos	16 horas, 1 crédito
Atelier (Programa de Desenvolvimento Urbano para uma Cidade do Rio Grande do Sul)	220 horas, 4 créditos
Seminário de avaliação	8 horas

Fonte: FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 55^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 27 de janeiro de 1977.

Após essa apresentação da proposta do curso por Doris Muller, passou-se ao debate da proposta. O Conselho Departamental aprovou-o, mas com algumas poucas ressalvas. Entre elas, a destinação do curso, que deveria ser apenas para graduados em Arquitetura, excluindo assim os engenheiros civis. Não foram encontradas outras notícias desse curso.

6.5 Migração do curso de Urbanismo para a graduação em Arquitetura

6.5.1 O início do processo

O processo de “migração” de parte das disciplinas do extinto curso de Urbanismo para a graduação em Arquitetura principia em 1970. Em 17 de julho, o chefe do Departamento de Urbanismo, Marcos David Heckmann, sugeriu ao diretor da Faculdade de Arquitetura um “elenco de disciplinas obrigatórias e optativas, ligadas ao Planejamento Urbano e Regional”, ⁸⁵⁰que deveriam passar a fazer parte do curso de Arquitetura. O que motivou essa comunicação foi a aprovação, no ano anterior, do currículo mínimo de Arquitetura pelo CFE.

O departamento propôs a criação de novas disciplinas; a incorporação de novos conteúdos às já correntes; que as disciplinas optativas proporcionassem aos alunos maior flexibilidade em sua

⁸⁵⁰ HEKMAN, Marcos D. [Ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em Arquitetura. 5f., p.2.

formação, manifestando “suas tendências dentro de ‘áreas de estudo’ [grifo nosso]”⁸⁵¹; entre outras coisas.

A proposta apresentada por Heckman ao diretor da Faculdade consistia na incorporação de conteúdos de Urbanismo nas disciplinas da graduação já existentes ou a criação de novas que dessem conta dessa matéria. Para o ciclo básico da graduação em Arquitetura, indicava que na disciplina de *Estudo do Desenvolvimento Brasileiro IV* deveriam ser incorporados os tópicos conceituação de urbanismo, processo de urbanização, urbanização e desenvolvimento. Em *Estudos de Arte IV* deveriam constar “estudos das manifestações artísticas aos diferentes períodos da civilização humana e sua inter-relação com o espaço urbano; características das cidades em sua época; urbanismo nas diversas épocas”⁸⁵².

No ciclo profissional, sem apontar um semestre em específico, sugeria que fossem incorporadas à graduação em Arquitetura as disciplinas *Evolução Urbana*⁸⁵³, *Introdução ao Urbanismo* (ou seu conteúdo como parte de *Evolução Urbana* ou no início de *Projeto I*)⁸⁵⁴ e *Projeto de Urbanismo* (no lugar de *Projeto III*).

No mesmo ciclo, sugeria ainda que o conteúdo paisagismo fosse incluído “ao Projeto IV ou V, em comum acordo com o Departamento de Projetos”⁸⁵⁵; que o conteúdo *Administração Pública* constasse da disciplina *Organização e Trabalho*; e que legislação para o Planejamento Urbano fizesse parte da disciplina *Legislação Profissional Correlata*⁸⁵⁶.

Para as optativas foram sugeridas a inclusão da disciplina *Serviços e Equipamentos Urbanos*, no VII semestre, com os conteúdos equipamento urbano, microclima urbano, tráfego e transportes coletivos; a criação de *Teoria do Urbanismo*, no IX semestre; *Projeto de Urbanismo*, no VIII e IX semestres; *Projeto de Paisagismo*, no IX; *Sociologia Urbana*, por meio de créditos na Faculdade de Filosofia; *Geografia Urbana e Econômica*, por meio de créditos no Departamento de Geociências.

Heckman propôs ainda acrescer às disciplinas optativas *Condicionamento I* (higiene) os conteúdos noções de abastecimento de

⁸⁵¹ HEKMAN, Marcos D. [Ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em Arquitetura. 5f., p.2.

⁸⁵² *Ibid., loc. cit.*

⁸⁵³ Com os seguintes conteúdos: origem, funções e estruturas das cidades; o crescimento urbano.

⁸⁵⁴ Com os seguintes conteúdos: planejamento urbano, noções de estrutura urbana, circulação, zoneamento e equipamentos urbanos.

⁸⁵⁵ HEKMAN. *Op. cit.*, p.3.

⁸⁵⁶ *Ibid., loc. cit.*

água e de redes de esgoto, lixo e poluição; à de *Condicionamento II* (física) os conteúdos energia, comunicações, som e ruído; à de *Construção/Estudo do Solo*, o conteúdo noções de construção e pavimentação de vias e logradouros públicos. E que o programa da disciplina *Estatística* fosse ampliado⁸⁵⁷. O quadro 31 sintetiza a proposta.

O Conselho Departamental aprovou a proposta em 28 de agosto de 1970. Percebe-se que são poucas as disciplinas obrigatórias de “planejamento urbano e regional” que passariam a fazer parte da graduação em Arquitetura – apenas três. Além delas, o que havia era a incorporação de conteúdos às disciplinas já existentes. E, mais significativo ainda, a oferta de um amplo rol de disciplinas optativas. Essa opção do Departamento de Urbanismo se fundamentava, ao menos em parte, na ideia das “áreas de estudo”, citada anteriormente.

Elá tomou por base o item 10 do Parecer nº 384/69 da Comissão Especial do CFE⁸⁵⁸. Oferecer um bom número de disciplinas optativas permitiria que o arquiteto, sem perder a unidade de sua formação, buscasse uma ênfase no Urbanismo – uma “tendência” ou manifestação de interesse particular do egresso nessa atividade profissional.

Quadro 31 - Proposta de disciplinas do extinto curso de Urbanismo que deveriam “migrar” para o de graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, 1970.

NO CICLO BÁSICO
Inclusão de novos conteúdos nas disciplinas
<ul style="list-style-type: none"> • Estudo do Desenvolvimento Brasileiro IV: conteúdos – conceituação de urbanismo, processo de urbanização, urbanização e desenvolvimento. • Estudos de Arte IV: conteúdos – estudos das manifestações artísticas aos diferentes períodos da civilização humana e sua inter-relação com o espaço urbano; características das cidades em sua época; urbanismo nas diversas épocas.

⁸⁵⁷ HEKMAN, Marcos D. [Ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em Arquitetura. 5f.

⁸⁵⁸ O ofício do Departamento de Urbanismo cita explicitamente o seguinte trecho do parecer 384/69: “O currículo mínimo, cujo desenvolvimento fica a critério das escolas, deve condensar o essencial, em associações de áreas de estudo, que virão a ser atendidas, globalmente ou desdobradas, segundo a organização adotada em cada escola”. HEKMAN, Marcos D. [Ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em Arquitetura. 5f., p.1.

NO CICLO PROFISSIONAL
Novas disciplinas (sem especificação de semestre)
<ul style="list-style-type: none"> • Evolução Urbana. • Introdução ao Planejamento (ou seu conteúdo como parte de Evolução Urbana ou no início de Projeto I). • Projeto de Urbanismo (no lugar de Projeto III).
Inclusão de novos conteúdos nas disciplinas
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto IV ou V: conteúdo – paisagismo. • Organização e Trabalho: conteúdo – administração pública. • Legislação Profissional Correlata: conteúdo – legislação para o planejamento urbano.
OPTATIVAS
Novas disciplinas
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços e Equipamentos Urbanos (VII semestre): conteúdos – equipamento urbano, microclima urbano, tráfego e transportes coletivos. • Teoria do Urbanismo (IX semestre). • Projeto de Urbanismo (VIII e IX semestres). • Projeto de Paisagismo (IX semestre). • Sociologia Urbana (créditos na Faculdade de Filosofia). • Geografia Urbana e Econômica (créditos no Departamento de Geociências).
Inclusão de novos conteúdos nas disciplinas
<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento I (Higiene): conteúdos – noções de abastecimento de água e de redes de esgoto, lixo e poluição. • Condicionamento II (Física): conteúdos – energia, comunicações, som e ruído. • Construção/Estudio do Solo: conteúdos – noções de construção e pavimentação de vias e logradouros públicos. • Estatística (que seu programa fosse ampliado).

Fonte: organizado pelo autor a partir de: HEKMAN, Marcos D. [Ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de Urbanismo no curso de graduação em Arquitetura. 5f.

No ano seguinte, em 26 de agosto de 1970, foi aprovado o regimento da Faculdade de Arquitetura. Ele estabelecia que, a partir de então, a Faculdade de Arquitetura integraria a área de Ciências Exatas e Tecnologia. E definia, também, que ela seria constituída de três departamentos: de Arquitetura, de Urbanismo e de Expressão Gráfica.

Uma das missões da instituição, gravada no art. 1º do regimento, apontava que ela deveria “realizar o ensino especial correspondente às profissões de arquitetura, de urbanismo e de outras”⁸⁵⁹. Percebe-se que

⁸⁵⁹ FACULDADE DE ARQUITETURA. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 26 de agosto de 1971. Aprovado pelo Conselho Universitário em 4 de novembro de 1971. Porto Alegre, 1971, p.1.

o urbanismo é entendido, nesse trecho, como uma profissão dissociada, apesar de relacionada, à Arquitetura.

O mesmo capítulo citava ainda que a instituição deveria “realizar o ensino de pós-graduação no campo da arquitetura, do urbanismo, do planejamento urbano, do planejamento regional, associando-o à pesquisa geral aplicada”⁸⁶⁰. A criação do PROPUR, também no início da década, atendia em parte a essa missão da Faculdade.

No ano seguinte, 1972, as novas disciplinas de Urbanismo passaram a ser ministradas no curso de Arquitetura já no 1º semestre. O relatório do departamento relativo àquele ano revela que ele ofereceu as seguintes disciplinas (quadro 32):

Quadro 32 - Disciplinas do Departamento de Urbanismo ministradas no curso de graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, 1972.

DISCIPLINAS	PROFESSORES
Arq. 201 – Evolução Urbana	Célia Ferraz de Souza
Arq. 202 – Teoria do Planejamento e do Urbanismo	Marcos David Hekman e Paul Dieter Nygaard
Arq. 203 – Análise Urbana Comparada	Paul Dieter Nygaard e Marcos David Hekman
Arq. 204 – Serviços e Equipamentos Urbanos	Antônio Chaves Barcellos
Arq. 205 – Prática de Projetos – Urbanismo I	Militão de Moraes Ricardo e João Paulo Umpierre Pohlmann
Arq. 206 – Prática de Projeto – Urbanismo II A	Edson Waldir de Medeiros Krebs
Arq. 207 – Prática de Projeto – Urbanismo II B	

Fonte: DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [Porto Alegre, 1972]. 7f.

Essas foram as primeiras disciplinas “migradas” do curso de Urbanismo para a graduação em Arquitetura.

6.5.2 O “Plano Geral”

Em 8 de março de 1973, o Departamento de Urbanismo aprovou o “Plano Geral de Ensino das Disciplinas do Departamento de Urbanismo

⁸⁶⁰ FACULDADE DE ARQUITETURA. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 26 de agosto de 1971. Aprovado pelo Conselho Universitário em 4 de novembro de 1971. Porto Alegre, 1971, p.1.

a serem ministradas no Curso de Arquitetura”⁸⁶¹. Era um plano inicial, reconhecia o departamento, passível de correções e mudanças. Isso ocorreu um ano após as disciplinas do departamento já estarem sendo ministradas. Sua aprovação aconteceu, então, *a posteriori*. Segundo o plano, elas deveriam ser distribuídas da seguinte maneira (quadro 33):

Quadro 33 - Disciplinas do Departamento de Urbanismo no curso de graduação conforme o Plano Geral..., 1973.

SEM.	DISCIPLINAS	PROF. RESPONSÁVEL
6º	Evolução Urbana (ARQ. 201)	Doris Maria Muller
7º	Teoria do Planejamento e Urbanismo (ARQ. 202)	Marcos David Hekman
	Análise Urbana Comparada (ARQ. 203)	Paul Dieter Nygaard
	Serviços e Equipamentos da Comunidade (ARQ. 204)	Antônio C. Barcellos
8º	Prática de Urbanismo I (ARQ. 205)	Militão de M. Ricardo João Paulo U. Pohlmann
9º	Prática de Urbanismo II (ARQ.206 e ARQ. 207)	Edison Wladir Krebs

Fonte: DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). 1º período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973.

O documento principia com uma “conceituação necessária”. Cita que a distribuição da estrutura espacial das cidades e suas transformações não ocorrem ao acaso, mas como resultado de processos mais ou menos identificáveis que pretendem satisfazer interesses e funções específicas. Eles – interesses e funções – são traduzíveis em exigências funcionais de sentido físico-espacial, ou seja, como “um conjunto de condições que o espaço de uma cidade deve apresentar para satisfazer, no mesmo tempo, todas as funções ali em desenvolvimento”⁸⁶².

O objetivo do “planejamento espacial” seria, enfim, “maximizar continuamente a satisfação de todas as exigências espaciais de todas as

⁸⁶¹ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). 1º período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1973. 14f.

⁸⁶² DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). 1º período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973, p.2.

funções ao menor nível de investimento”⁸⁶³. Para realizá-lo, não atuaria apenas “sobre a estrutura espacial de uma cidade”⁸⁶⁴. Atuaria “específica e continuamente sobre os processos de distribuição espacial, no sentido de coordená-los, através de medidas financeiras, legais e espaciais”⁸⁶⁵.

Eram esses os pressupostos “conceituais” que permitiram ao Departamento de Urbanismo “estabelecer os objetivos gerais das disciplinas, que tentam racionalizar um pouco a criatividade do arquiteto na atividade do planejamento espacial”⁸⁶⁶.

Percebe-se que, na argumentação inicial do departamento, a razão última do planejamento são as estruturas físico-espaciais (dimensão repetida diversas vezes no trecho). O planejamento, enfim, organiza as funções para satisfazer interesses; maximiza o uso de recursos; coordena processos financeiros e legais. Mas o que importa, ao fim, é a melhor distribuição espacial. É a cidade como um artefato físico e construído. Um objeto. Note-se também que a criatividade do arquiteto deve ser “racionalizada” para que ele atue no planejamento espacial. O Urbanismo seria, assim, mais racional (científico, talvez) do que a Arquitetura (mais artística, talvez).

Mas sigamos na exposição do plano. O objetivo das disciplinas do Departamento de Urbanismo no curso de graduação em Arquitetura seria

[...] fornecer aos estudantes uma base de reflexão e análise para poderem determinar, em um espaço socialmente organizado, conflitos e contradições entre interesses e objetivos das atividades (funções) desenvolvidas neste espaço a estabelecerem medidas e ações capazes de, reduzindo ou eliminando estes conflitos e contradições, aumentar a eficiência geral do espaço analisado⁸⁶⁷.

O plano de ensino passava, a partir daí, a ser descrito. Sua exposição é iniciada, estranhamente, pelo 7º semestre, e não pelo 6º, quando inicia a participação do Departamento de Urbanismo na graduação em Arquitetura. Isto ocorre porque, segundo o plano, o 7º semestre concentrava três das seis disciplinas de Urbanismo; e porque

⁸⁶³ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). 1º período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973, p.3.

⁸⁶⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁸⁶⁵ *Ibid., loc. cit.*

⁸⁶⁶ *Ibid., loc. cit.*

⁸⁶⁷ *Ibid., p.4.*

ele representava o semestre de preparação básica do estudante para as disciplinas práticas (projetais) de Urbanismo – do 8º e 9º semestres. Observa-se que a sequência dessas disciplinas seguia a lógica de “preparatórias” e “práticas”, sucessivamente. Segue-se, a partir daí, uma extensa exposição sobre os moldes do ensino, que será a seguir resumida.

Na primeira etapa do 7º semestre (correspondente a 2/5 do seu tempo) a seguinte tese deveria ser discutida e verificada:

Estruturas físicas, como fábricas, ruas, habitações, escolas, lotes urbanos, etc, são unidade funcionais de atividade (funções) sociais e econômicas localizadas no espaço urbano de forma livre e não coordenada, através de determinados processos que não consideram a convivência geral de localização do conjunto destas atividades, movendo-se apenas por interesses próprios⁸⁶⁸

Sua análise submeteria o processo de ensino das três disciplinas de Urbanismo do semestre. Na de *Teoria do Planejamento e Urbanismo*, seria realizada a “fixação dos conceitos de estrutura espacial, sistema espacial e espaço (condição funcional de atividades sociais e econômicas)”⁸⁶⁹.

Na de *Serviços e Equipamentos Urbanos* seria realizada a “fixação dos conceitos de infraestrutura social, técnica, de transportes, associados às respectivas relações de oferta e procura, nos seus aspectos qualitativos e quantitativos”⁸⁷⁰.

A de *Análise Urbana Comparada* discutiria um conjunto de perguntas: como ocorre a localização de estabelecimentos industriais, escolas, supermercados, ambulatórios, praças, favelas, conjuntos residenciais, etc., em determinado espaço? Como ocorre a transformação de glebas de terra em lotes urbanos?

A primeira etapa desse semestre seria concluída com a apresentação de um relatório que, entre outros aspectos, deveria aceitar ou não a tese formulada.

⁸⁶⁸ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). 1º período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973, p.5.

⁸⁶⁹ *Ibid., loc. cit.*

⁸⁷⁰ *Ibid.*, p.6.

A segunda etapa do 7º semestre (correspondente a 3/5 do tempo) discutiria outra tese. Dizia ela:

A satisfação de exigências espaciais de atividades sociais e econômicas em um espaço (condições espaciais que devem existir para ser possível o adequado desenvolvimento destas atividades ou funções) são prejudicados ou impedidas, quando processos de estruturação do espaço agem de forma independente e não coordenada, gerando os problemas de uso do solo, ou melhor, de distribuição espacial⁸⁷¹.

Para estudá-la, deveria ser definido o espaço de análise e organizados grupos de estudantes. O espaço de análise conteria “um conjunto de atividades heterogêneas e problemas típicos, como elevado índice de renovação urbana, atividades industriais misturadas com atividades residenciais cortadas por vias de tráfego intenso, etc.”⁸⁷². Ele seria definido pelos professores e respeitaria os setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ness momento, como refere o plano, “não se pretende realizar um planejamento espacial, mas apenas ‘fornecer aos estudantes uma base de reflexão e análise’ sobre um espaço socialmente organizado”⁸⁷³.

Sobre a organização dos alunos, cada grupo abordaria um dos espaços e cada estudante, dentro dele, uma atividade (habitação, recreação, indústria, etc.).

Nessa segunda etapa do 7º semestre as disciplinas teriam funções distintas. A de *Teoria de Planejamento e Urbanismo* realizaria a “fixação dos conceitos e significados de conflitos entre atividades localizadas no espaço [...] e de processos de planejamento, com ênfase ao planejamento espacial, seus objetivos, seus instrumentos, suas restrições e pré-condições”⁸⁷⁴.

A de *Serviços e Equipamentos Urbanos* lidaria com os “conceitos, significados e interrelações dos ‘déficits’ em cada uma das infraestruturas estudadas; caracterização e interpretação da política de urbanização e sua relação com o processo de planejamento”⁸⁷⁵.

⁸⁷¹ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). 1º período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973, p.7-8.

⁸⁷² *Ibid.*, p.8.

⁸⁷³ *Ibid., loc. cit.*

⁸⁷⁴ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). 1º período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973, p.10.

⁸⁷⁵ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). 1º período

A disciplina de *Análise Urbana Comparada* buscaria “promover, com os diferentes grupos de alunos, as discussões e atividades necessárias que culminem com a identificação dos diferentes problemas para as várias atividades nos diferentes espaços de estudo”⁸⁷⁶.

O exercício final do 7º semestre consistiria num relatório e numa explanação oral. “No relatório”, refere o plano, seria “descrita a metodologia utilizada, os critérios empregados e os problemas constatados em cada área de estudo, de forma clara e precisa, com caracterização dos conceitos discutidos na disciplina”⁸⁷⁷.

O 7º semestre era momento chave do curso. Foi a partir dele que os demais foram pensados. Sendo ele o momento de “estudo das causas e dos problemas que ocorrem na utilização de espaços por um determinado conjunto de atividades”, o semestre que o antecedia, o 6º, deveria trabalhar: a) “o surgimento e modificação, no tempo, de atividades ou funções sociais e econômicas desempenhadas por uma sociedade”⁸⁷⁸; b) “o surgimento e modificação, no tempo, de fatores estruturais que influenciaram a distribuição destas atividades no espaço de domínio desta sociedade”⁸⁷⁹; c) “o surgimento e modificação, no tempo, de estruturas espaciais e de seus problemas ou conflitos, como decorrência desta distribuição de atividades”⁸⁸⁰.

Já no 8º semestre os graduandos passariam a estudar “a modificação e a evolução histórica de conflitos entre atividades localizadas no espaço de domínio de uma sociedade e, de forma específica, a existência de conflitos (problemas) em espaços atuais especialmente dimensionados”⁸⁸¹. Por essa razão, a disciplina desse semestre – *Prática de Urbanismo I* – deveria discutir e trabalhar: a) “conceitos e importância de medidas acionáveis que tendam a minimizar, eliminar ou impedir conflitos entre as exigências espaciais de atividades, determinados no 7º semestre. Estas medidas poderão ser legais, financeiras e espaciais”⁸⁸²; b) “estudo das pré-condições necessárias e restrições existentes para

letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973, p.10.

⁸⁷⁶ *Ibid.*, p.10.

⁸⁷⁷ *Ibid.*, p.10-11.

⁸⁷⁸ *Ibid.*, p.11.

⁸⁷⁹ *Ibid.*, loc. cit.

⁸⁸⁰ *Ibid.*, p.11-12.

⁸⁸¹ *Ibid.*, loc. cit.

⁸⁸² DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). 1º período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973, p.12.

cada tipo de medida julgada adequada”⁸⁸³; c) “sobre propostas gerais que se referem a medidas do tipo físico”⁸⁸⁴.

E, finalmente, para a disciplina do 9º semestre havia duas possibilidades simultâneas: a) o detalhamento das medidas físicas realizadas no 8º semestre e o estudo de sua viabilidade desde o ponto de vista legal, financeiro e de informações; b) a análise de todas as medidas físicas, “tentando determinar os conflitos internos deste conjunto de medidas [legais e financeiras] e provar alternativas para minimizá-los, afastando as medidas o mínimo indispensável dos objetivos para os quais foram elaboradas”⁸⁸⁵.

É necessário discutir, mesmo que brevemente, o plano de ensino apresentado. As disciplinas do Departamento de Urbanismo – sua sequência, a interlocução entre os conteúdos, a sucessão de exercícios de comprovação e refutação de uma “tese” – parecem dar ao conteúdo Urbanismo um espaço de formação paralelo dentro da própria graduação em Arquitetura. Assumido pela Arquitetura, o Urbanismo manteve a mesma quantidade de semestres – quatro – já vigente no curso de pós-graduação interrompido em 1972 e substituído, em parte, pelo PROPUR. O 1º ano, como no curso de Urbanismo, era o de “preparação” e o segundo de “aplicação”. Além disso, cabe notar a importância fisico-espacial da cidade que a sequência de disciplinas enfoca.

Das disciplinas que “migraram” para a graduação em Arquitetura, pode-se traçar o seguinte paralelo: a de *Evolução Urbana* (6º semestre) é uma manutenção da de mesmo nome do extinto curso de Urbanismo; as de *Teoria do Planejamento e do Urbanismo* (7º semestre) e as de *Prática de Urbanismo I e II* (do 8º e 9º semestres) são uma partição da disciplina de *Teoria e Prática dos Planos de Cidades* do curso de pós-graduação; as de *Análise Urbana Comparada* (7º semestre) e de *Serviços e Equipamentos da Comunidade* (7º semestre) são, respectivamente, a continuação, em parte, de *Urbanologia – Estatística – Documentação Urbana e Técnica Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública*.

Das disciplinas do antigo curso de pós-graduação em Urbanismo, apenas três não tiveram continuidade. Foram elas: *Organização Social das Cidades, Arquitetura Paisagista e Administração Municipal*.

No mesmo ano de 1973, em 12 de novembro, o Departamento de Urbanismo esclarecia ao superintendente acadêmico da UFRGS que

⁸⁸³ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). 1º período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. 14f. Porto Alegre, 1973, p.12.

⁸⁸⁴ *Ibid., loc. cit.*

⁸⁸⁵ *Ibid.*, p.13.

as disciplinas de Urbanismo no curso de graduação em Arquitetura estavam divididas em dois setores: 1. Teoria do Planejamento Urbano; 2. Prática do Planejamento Urbano. As disciplinas do setor de Teoria eram: *Evolução Urbana, Teoria do Urbanismo e Planejamento Urbano, Análise Urbana Comparada*. As disciplinas do setor de prática eram: *Serviços e Equipamentos da Comunidade, Prática de Projetos – Urbanismo I, Prática de Projetos – Urbanismo II, Prática de Projetos – Paisagismo*.

Tanto as disciplinas quanto a sua divisão em setores não existiam no plano de ensino. E elas estavam organizadas “em função do tipo de procedimento didático que necessitam adotar nas salas de aula”⁸⁸⁶, ou seja, uma parte teórica e outra prática, como mencionado.

6.5.3 As disciplinas, os professores e os conteúdos do Departamento de Urbanismo ano a ano na década de 1970

Em 1972, as disciplinas do Departamento de Urbanismo na graduação em Arquitetura foram as seguintes: *Evolução Urbana; Teoria do Planejamento e do Urbanismo; Análise Urbana Comparada; Serviços e Equipamentos Urbanos; Práticas de Projetos – Urbanismo I; Prática de Projetos – Urbanismo II A; Prática de Projetos – Urbanismo II B*.

Até o 2º semestre de 1973 elas permaneceram as mesmas. Em 1974, houve três alterações: 1) as disciplinas *Teoria do Planejamento e do Urbanismo* e *Análise Urbana Comparada* se fundiram, dando origem à *Introdução ao Planejamento Urbano*; 2) As disciplinas *Serviços e Equipamentos Urbanos* e *Prática de Projetos – Urbanismo I* se fundiram, dando origem à *Prática de Projetos e Urbanismo I*; 3) As disciplinas *Prática de Projetos – Urbanismo II A* e *Prática de Projetos – Urbanismo II B* se fundiram, dando origem à *Prática de Projetos de Urbanismo II A e B*.

Essa situação manteve-se até o primeiro semestre de 1976, quando a disciplina *Prática de Projetos e Urbanismo II A e B* desmembrou-se em duas: manteve-se a *Prática de Projetos e Urbanismo II A* e foi criada a disciplina *Arquitetura Paisagista*⁸⁸⁷. A disciplina de *Evolução Urbana*

⁸⁸⁶ MULLER, Doris Maria. [Ofício 219/73] 12 de novembro de 1973, Porto Alegre, [para] CYBIS, Walter Otto, Porto Alegre. 4f. Encaminha ao superintendente acadêmico da UFRGS informações sobre o Departamento de Urbanismo, p.2.

⁸⁸⁷ Em 9 de janeiro de 1976 o Departamento de Urbanismo comunica ao de Arquitetura que a partir daquele ano passaria a ser “ministrada a disciplina ‘ARQ.211 – Arquitetura Paisagista’ no Curso de Graduação desta Faculdade”. Estava responsável por ela, no 1º semestre letivo, o professor Francisco Riopardense de Macedo. Mas, como ele se afastaria logo em seguida, era solicitado que outro professor o acompanhasse para, posteriormente, substitui-lo em sua ausência. E o departamento solicitava que Glenda

foi a única que se manteve ao longo de todo esse período. O quadro 34 representa as alterações citadas.

Cabe referência também aos professores dessas disciplinas nesse mesmo período. Em 1972⁸⁸⁸, a disciplina *Evolução Urbana* foi ministrada por Célia Ferraz de Souza; *Teoria do Planejamento e do Urbanismo*, por Marcos David Hekman e Paul Dieter Nygaard⁸⁸⁹; *Análise Urbana Comparada*, por Paul Dieter Nygaard e Marcos David Hekman; *Serviços e Equipamentos Urbanos*, por Antônio Chaves Barcellos; *Prática de Projetos – Urbanismo I*, por Militão de Moraes Ricardo e João Paulo Umpierre Pohlmann⁸⁹⁰; *Prática de Projetos – Urbanismo II A e B*, por Edson Waldir de Medeiros Krebs⁸⁹¹.

Quadro 34 - Comparativo entre as disciplinas do Departamento de Urbanismo ministradas na graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, de 1972 a 1976.

De 1972/1 a 1973/2	De 1974/1 a 1975/2	1976/1
Evolução Urbana	Evolução Urbana	Evolução Urbana
Teoria do Planejamento e do Urbanismo	Introdução ao Planejamento Urbano	Introdução ao Planejamento Urbano
Análise Urbana Comparada		
Serviços e Equipamentos Urbanos	Prática de Projetos e Urbanismo 1	Prática de Projetos e Urbanismo 1
Práticas de Projetos – Urbanismo 1		
Prática de Projeto – Urbanismo II A	Prática de Projetos e Urbanismo 2 A e B	Prática de Projetos e Urbanismo 2 A
Prática de Projeto – Urbanismo II B		Arquitetura Paisagista

Fonte: elaborado pelo autor.

Pereira da Cruz o acompanha-se. CASTELLO, Lineu. [Ofício 01/76] 9 de janeiro de 1976, Porto Alegre, [para] OBINO, Newton Silveira, Porto Alegre. Comunica ao chefe do departamento de Arquitetura que a partir daquele ano seria ministrada a disciplina Arquitetura Paisagista. 1f.

⁸⁸⁸ DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [Porto Alegre, 1972]. 7f.

⁸⁸⁹ Em 1973 Paul Dieter Nygaard deixa a disciplina e entra em seu lugar Lais de Pinho Salengue. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades de maio a agosto de 1973. [s.l., 1974?]. 7f.

⁸⁹⁰ Em 1973 passam a fazer parte desta disciplina, além dos dois já citados, Nelly Peixoto e Moema Castro Debiagi. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades de maio a agosto de 1973. [s.l., 1974?]. 7f.

⁸⁹¹ Em 1973 esta disciplina passa a ser ministrada por Osmar Jorge Lengler e Maria Soares de Almeida. DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades de maio a agosto de 1973. [s.l., 1974?]. 7f.

No ano de 1974, quando da alteração do currículo, os professores das disciplinas criadas foram⁸⁹²: em *Introdução ao Planejamento Urbano*, o professor responsável foi Paul Dieter Nygaard, o assistente, Marcos David Hekman, e a auxiliar de ensino, Laís Guimarães de Pinto Salengue; em *Prática de Projetos de Urbanismo I*, o professor responsável foi Militão de Moraes Ricardo, o titular, Antônio Chaves Barcellos e a auxiliar de ensino, Moema de Castro Debiagi; em *Prática de Projetos de Urbanismo II A e B*, o professor responsável foi Osmar Jorge Lengler, o adjunto, Nelly Peixoto Martins, o assistente, Edson Waldir Medeiros Krebs, e a auxiliar de ensino, Maria Soares de Almeida. Em 1976, a disciplina *Arquitetura Paisagista* foi ministrada por Francisco Riopardense de Macedo e Glenda Pereira da Cruz.

O quadro 35 apresenta as disciplinas e seus professores:

Quadro 35 – Comparativo entre as disciplinas do Departamento de Urbanismo ministradas na graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e seus respectivos professores, de 1972 a 1976.

Disciplinas	Professores 1972	Professores 1974	Professores 1976
Arq. 201 – Evolução Urbana	Célia Ferraz de Souza	Doris Maria Muller, Célia Ferraz de Souza	X
Arq. 202 – Teoria do Planejamento e do Urbanismo	Marcos David Hekman e Paul Dieter Nygaard	X	X
Arq. 203 – Análise Urbana Comparada	Paul Dieter Nygaard e Marcos David Hekman	X	X
Arq. 204 – Serviços e Equipamentos Urbanos	Antônio Chaves Barcellos	X	X
Arq. 205 – Prática de Projetos – Urbanismo I	Militão de Moraes Ricardo e João Paulo Umpierre Pohlmann	X	X
Arq. 206 – Prática de Projeto – Urbanismo II A	Edson Waldir de Medeiros Krebs	X	X
Arq. 207 – Prática de Projeto – Urbanismo II B	Edson Waldir de Medeiros Krebs	X	X

⁸⁹² DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório das atividades didáticas e administrativas durante o ano de 1974. [s.l., 1975]. 12f.

Disciplinas	Professores 1972	Professores 1974	Professores 1976
Arq. 208 – Introdução ao Planejamento Urbano	X	Paul Dieter Nygaard, Marcos David Hekman, Lais Guimarães de Pinto Salengue	X
Arq. 209 – Prática de Projetos e Urbanismo 1	X	Militão de Moraes Ricardo, Antônio Chaves Barcellos, Moema de Castro Debiagi	X
Arq. 210 – Prática de Projetos e Urbanismo 2	X	Osmar Jorge Lengler, Nelly Peixoto Martins, Edson Waldir Medeiros Krebs, Maria Soares de Almeida	X
Arq. 211 – Arquitetura Paisagista	X	X	Francisco Riopardense de Macedo, Glenda Pereira da Cruz

Fonte: elaborado pelo autor.

Mas é necessário compreender a posição das disciplinas do Departamento de Urbanismo no conjunto de disciplinas da graduação em Arquitetura. Toma-se, para isso, o quadro de disciplinas de 1977⁸⁹³, um ano após cessar o processo de fusão e inclusão de disciplinas. As disciplinas do curso de Arquitetura estão expostas no quadro 36:

⁸⁹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977.

Quadro 36 - Currículo do curso de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, 1977.

Código	Disciplina	C/H	CRE	Caráter
<u>MATRÍCULA 01</u>				
ARQ318 – Desenho Técnico I – A		04	03	Obrig.
ARQ317 – Geometria Descritiva II – A		02	02	Obrig.
FIS101 – Física		06	06	Obrig.
HUM460 – Introdução à Sociologia		04	04	Obrig.
LET180 – Língua Portuguesa		06	06	Obrig.
LET208 – Alemão Instrumental		02	02	Eletiv.
HUM464 – Estudos de Problemas Brasileiros I		02	02	Obrig.
MAT157 – Geometria Analítica		04	04	Obrig.
<u>MATRÍCULA 02</u>				
ARQ321 – Desenho Técnico I – C		04	03	Obrig.
ARQ320 – Geometria Descritiva III		02	02	Obrig.
ARQ304 – Estudo da Forma I		08	05	Obrig.
ARQ305 – Desenho de Observação I		04	03	Obrig.
ART201 – Estudos de Arte I		04	04	Obrig.
ART204 – Fotografia I		03	02	Eletiv.
EFI010 – Prática Desportiva I		02	02	Obrig.
LET268 – Inglês Instrumental I		02	02	Eletiv.
MAT102 – Cálculo I – B		06	06	Obrig.
<u>MATRÍCULA 03</u>				
ARQ306 – Estudo da Forma II		08	05	Obrig.
ARQ307 – Desenho de Observação II		04	03	Obrig.
ARQ308 – Desenho Técnico para Arquiteto		06	04	Obrig.
ARQ104 – Teoria da Arquitetura I		02	02	Obrig.
ART202 – Estudo de Arte II		04	04	Obrig.
EFI020 – Prática Desportiva II		02	02	Obrig.
ENG139 – Mecânica para Arquitetos		06	06	Obrig.
HUM406 – Sociologia I		04	04	Eletiv.

Código	Disciplina	C/H	CRE	Caráter
MATRÍCULA 04				
ARQ103 – Introdução à Arquitetura	08	06	Obrig.	
ARQ105 – Teoria da Arquitetura II	02	02	Obrig.	
ART203 – Estudos da Arte III	04	04	Obrig.	
ENG127 – Resistência dos Materiais	04	04	Obrig.	
GEO501 – Topografia I	04	03	Obrig.	
CPD101 – Computação Básica FORTRAN	04	04	Altern.	
CPD106 – Computação Básica ALGOL	04	04	Altern.	
IPH208 – Condicionamento I	04	04	Obrig.	
LET248 – Francês Instrumental I	02	02	Eletiv.	
LET269 – Inglês Instrumental II	02	02	Eletiv.	
MATRÍCULA 05				
ARQ108 – Prática de Projetos – Arquitetura I	12	09	Obrig.	
BIO417 – Introdução à Ecologia	02	02	Eletiv.	
ECO133 – Pesquisa Operacional – B	04	04	Obrig.	
ENG128 – Estabil. da Constr. B	04	04	Obrig.	
ENG129 – Análise de Sists. Estruturais	04	04	Obrig.	
ENG130 – Técnicas de Edificação I	04	04	Obrig.	
ENG339 – Condicionamento II	04	04	Obrig.	
HUM101 – Estética	02	02	Obrig.	
MATRÍCULA 06				
ARQ109 – Prática de Projetos – ARQ II	12	09	Obrig.	
ARQ115 – Condic. Adm. ao Planej. Arquitetônico	02	02	Obrig.	
ARQ201 – Evolução Urbana	06	04	Eletiv.	
BIO224 – Estudo da Vegetação	03	02	Obrig.	
ENG131 – Estrut. de Concreto Armado III	04	04	Obrig.	
ENG132 – Formas Estrut. em aço e madeira	04	04	Obrig.	
ENG133 – Técnicas de Edificação II	04	04	Eletiv.	
GEO517 – Foto Interpretação Aplicada ao Urbanismo	04	03	Eletv.	
LET 249 – Francês Instrumental II	02	02		

Código	Disciplina	C/H	CRE	Caráter
<u>MATRÍCULA 07</u>				
ARQ110 – Prática de Projetos – Arquit. III		12	09	Obrig.
ARQ.208 – Introdução ao Planejamento Urbano		08	06	Obrig.
ARQ211 – Arquitetura Paisagista		04	04	Obrig.
ECO119 – Org. Mat. de Trabalho Profissional		02	02	Obrig.
ENG 134 – Estrut. em Concreto Armado IV		04	04	Obrig.
ENG135 – Edificação Industrializada		02	02	Obrig.
GEO110 – Geografia Urbana I		04	04	Eletiv.
LET209 – Alemão Instrumental II		02	02	Eletiv.
<u>MATRÍCULA 08</u>				
ARQ106 – Arquitetura Brasileira		04	04	Obrig.
ARQ112 – Prát. de Projetos – Arquitetura IV-B		08	06	Obrig.
ARQ209 – Urbanismo I – Prát. de Projetos		12	09	Obrig.
ECO122 – Governo Local Brasileiro		04	04	Obrig.
ENG137 – Especificação e Custos		02	02	Obrig.
GEO122 – Introdução à Geografia Regional		04	04	Eletiv.
ARQ123 – Introd. ao Desenho Industrial		04	03	Eletiv.
<u>MATRÍCULA 09</u>				
ARQ107 – Probl. da Arq. Brasil. Contemporânea		02	02	Eletiv.
ARQ113 – Prática de Projetos – Arq. V		16	12	Obrig.
ARQ210 – Urbanismo II – Prática Projetos		08	06	Obrig.
DIR202 – Legisl. Prof. p/ Arquitetos		02	02	Obrig.
HUM401 – Est. Probl. Brasileiros II		02	02	Obrig.
<u>MATRÍCULA 10</u>		32	29	Obrig.
ARQ114 – Trabalho Final de Graduação				

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977.

No quadro acima estão destacadas as cinco disciplinas do Departamento de Urbanismo ministradas na graduação em Arquitetura, todas obrigatorias. São elas: *Evolução Urbana*, *Introdução ao Planejamento Urbano*, *Arquitetura Paisagista*, *Urbanismo I*, *Urbanismo II*. Elas são poucas em relação ao total de disciplinas obrigatorias (56). Representam aproximadamente 9% delas.

Além dessas, destacam-se também as vinculadas ao Urbanismo/Planejamento Urbano e Regional ministradas por outros departamentos, todas eletivas. São as seguintes: *Foto Interpretação Aplicada ao Urbanismo* (departamento de Geografia), *Geografia Urbana* (departamento de Geografia), *Introdução à Geografia Regional* (departamento de Geografia).

Passemos, a seguir, aos seus conteúdos.

6.5.4 Conteúdos das disciplinas vinculados ao Urbanismo/Planejamento Urbano

As ementas das disciplinas obrigatórias oferecidas pelo Departamento de Urbanismo na graduação em Arquitetura, em 1977, estão apresentadas a seguir. São informações bastante resumidas. Por isso, só é possível uma visão aproximada quanto a seu conteúdo e objeto.

6.5.4.1 *Evolução Urbana*

Interpretação do processo de crescimento das cidades e das prováveis consequências de uma intervenção do mesmo. Introdução à teoria da evolução urbana. História da cidade. História do Urbanismo.

Percebe-se que, nesse caso, o conteúdo mantém-se similar ao do curso de pós-graduação em Urbanismo, extinto – uma disciplina que apresenta a história da forma urbana e suas teorias.

6.5.4.2 *Introdução ao Planejamento Urbano*

Conceitos básicos de planejamento e desenvolvimento, suas interrelações, características do processo de planejamento, tipos e níveis. Planejamento aplicado ao espaço urbano, objetivos e metodologia. Variáveis de organização do espaço físico. Aspectos intra e interurbanos do planejamento. Identificação de instrumentos de análise e controle do desenvolvimento urbano. Inventário das condições físico-ambientais de uma determinada unidade espacial urbana⁸⁹⁴.

Nota-se que é uma disciplina que pretende apresentar ao estudante instrumentos básicos fundamentais de abordagem do fenômeno urbano.

⁸⁹⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977, p.17.

6.5.4.3 Arquitetura Paisagista

Conceituação teórica com vistas aos conhecimentos básicos necessários à intervenção no espaço aberto de uso da comunidade. Espaço urbano: paisagem urbana; diagnose do espaço urbano; espaços abertos e fechados; categorias dos espaços abertos: equipamento comunitário; espaços especiais, evolução do espaço aberto e espaço verde. Recreação, lazer e patrimônio cultural. Estudo plástico da vegetação⁸⁹⁵.

Compreende-se que essa é uma disciplina que pretende capacitar o estudante a realizar projetos de paisagismo.

6.5.4.4 Urbanismo I – Prática de Projetos

Detalhamento de propostas gerais e de medidas físicas quanto à intervenção em determinado espaço urbano. Identificação de problemas decorrentes dessas medidas e da possibilidade de aplicação de instrumentos legais e financeiros vinculados⁸⁹⁶.

Fica evidente que essa é uma disciplina de projeto da cidade (ou de trecho dela), mas que busca vinculá-lo a sua viabilidade legal e financeira.

6.5.4.5 Urbanismo II – Prática de Projetos

Detalhamento de propostas gerais e de medidas físicas quanto à intervenção de um determinado espaço urbano. Identificação de problemas decorrentes dessas medidas e da possibilidade de aplicação de instrumentos legais e financeiros vinculados⁸⁹⁷.

Fica evidente que essa é, como a anterior, uma disciplina de projeto da cidade (ou de trecho dela), mas que busca vinculá-lo à sua viabilidade legal e financeira.

As ementas das disciplinas eletivas oferecidas pelo Departamento de Geografia na graduação em Arquitetura eram as seguintes:

⁸⁹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977, p.17-18.

⁸⁹⁶ *Ibid.*, p.20

⁸⁹⁷ *Ibid.*, p.22

6.5.4.6 Foto-Interpretação aplicada ao Urbanismo

Tipos de fotografias aéreas. Geometria das fotos. Esteroscopia. Operações sobre fotos aéreas verticais. Mosaicos. Fatores-guia da foto-interpretação. Características físicas e urbanísticas do espaço urbano. Desenho Urbano. Noções de cadastro através de fotografia aérea. Outras aplicações da foto aérea no estudo do espaço urbano⁸⁹⁸.

6.5.4.7 Geografia urbana

Conceitos de cidade; a urbanização; funções urbanas; centralidade; posição e sítio urbano; o planejamento e a extensão das cidades; a estrutura urbana; a população urbana; os serviços urbanos; os problemas espaciais do crescimento urbano⁸⁹⁹.

6.5.4.8 Introdução à geografia regional

Conceito de região. Técnicas de levantamento nos estudos regionais. Teorias de delimitação e qualificação de regiões⁹⁰⁰.

6.6 O seminário de ensino de 1978, seus desdobramentos e breve nota sobre os anos seguintes

Em 1978 ocorreu na Faculdade de Arquitetura mais um seminário de debate, avaliação e superação de dificuldades encontradas no ensino de Arquitetura da instituição. Contudo, um debate nacional sobre a formação do arquiteto ocorrida em Ourto Preto/MG o antecedeu.

Entre os dias 7 e 9 de setembro de 1977, representantes das Comissões de Avaliação de Ensino das Escolas de Arquitetura do país se reuniram na cidade mineira para encontro organizado pela Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA). Lá buscavam encontrar um consenso sobre um novo currículo mínimo.

⁸⁹⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977, p.16.

⁸⁹⁹ *Ibid.*, p.19.

⁹⁰⁰ *Ibid.*, p.20.

Nesse evento foram definidas recomendações que orientariam a formação em Arquitetura. Entre elas, destacam-se: i) preservar “a unidade na formação profissional”⁹⁰¹; ii) que deveria “ser evitada a tendência à formação de especializações”⁹⁰²; iii) e que o currículo mínimo deveria abranger três áreas do conhecimento: “planejamento e projeto”, “tecnologia e instrumentação” e “teoria e história”⁹⁰³.

Houve ainda a recomendação de que se incluisse o paisagismo no currículo. E que se procurasse “diluir as fronteiras interpostas entre o projeto do edifício e o desenho urbano, uma vez que a organização do Espaço Urbano é atribuição do Arquiteto”⁹⁰⁴. Essas definições estiveram presentes, em alguma medida, no seminário da Faculdade.

No ano seguinte ao encontro da ABEA, entre 3 e 7 de abril de 1978, ocorreu na Faculdade de Arquitetura o “Seminário de Ensino de Arquitetura da UFRGS”. A motivação para a sua realização decorreu “das reivindicações surgidas no processo de debate gerado pela greve realizada pelos alunos do Curso de Arquitetura, em solidariedade aos colegas presos por ocasião do III Encontro Nacional de Estudante em fins de 1977”⁹⁰⁵.

Sua comissão coordenadora foi “formada a partir de reivindicação e alunos e professores e posteriormente oficializada pela Comissão de Carreira de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”⁹⁰⁶. Era composta pelos professores Plínio Oliveira Almeida (Comissão de Carreira), Luiz Carlos Macchi Silva (Departamento de Arquitetura), Paul Dieter Nygaard (Departamento de Urbanismo), Ivan Mizoguchi (Departamento de Expressão Gráfica) e pelos estudantes Darel Logueiro da Silva e Luís Alberto Rodrigues.

Após reuniões, esse grupo constatou que era “indispensável enfrentar as dificuldades existentes no ensino de graduação para a formação profissional”; que a “reforma do ensino da Universidade trouxe problemas atinentes a atuação dos 21 [...] departamentos que participam da formação do Arquiteto visto a forma inadequada como passaram a relacionar-se, através de suas disciplinas”; e que “as 57 [...] disciplinas obrigatórias e as 15 [...] opcionais estão estruturadas de forma a dar uma formação não específica ao ensino de Arquitetura, que é por demais imediatista”⁹⁰⁷.

⁹⁰¹ CARTA de Ouro Preto. 4f. Ouro Preto, 1977, p.3.

⁹⁰² *Ibid., loc. cit.*

⁹⁰³ *Ibid., loc. cit.*

⁹⁰⁴ CARTA de Ouro Preto. 4f. Ouro Preto, 1977, p.4.

⁹⁰⁵ AS CONCLUSÕES do seminário na UFRGS [1978?]. p.4-6. In: 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?], p.4.

⁹⁰⁶ ESTRUTURA e Regimento do Seminário de Arquitetura da UFRGS/abril-78. 8f. Porto Alegre, 1978, p.1.

⁹⁰⁷ *Ibid., loc. cit.*

Sendo assim, o seminário pretendia avaliar o ensino de Arquitetura reunindo professores e estudantes da Faculdade da UFRGS e outras do Estado do Rio Grande do Sul, bem como de Santa Catarina, e também de representantes do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS), do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS) e do diretório nacional do IAB. A partir daí, encaminhariam recomendações à Comissão de Carreira da UFRGS e à ABEA “para que o ensino universitário nessa área possa ser conduzido de forma que o preparo profissional seja voltado aos reclamos da sociedade e da verdadeira Arquitetura”⁹⁰⁸.

O temário estava organizado em três eixos: 1. A realidade brasileira e o papel do arquiteto; 2. Formação profissional do arquiteto; 3. Avaliação das áreas de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

O documento que encerra suas recomendações aborda de maneira genérica assuntos variados⁹⁰⁹. Mas é necessário destacar as referências ao perfil profissional e ao ensino.

Sobre o perfil do arquiteto, o seminário concluiu que sua formação deveria ser integrada, o que permitiria “o perfeito desempenho de todas as atribuições profissionais, como também [...] encarar os problemas de espaço, atendo-se às especificidades sem deixar de relacioná-las entre si e com o geral”⁹¹⁰. Combatiam a especialização que afastaria o profissional “mais e mais dos problemas maiores da nossa sociedade, elitizando-o em grande escala”⁹¹¹.

Sobre o modelo de ensino desejado, o seminário propunha, entre outras coisas, “a recondução do *atelier* à posição de espinha dorsal

⁹⁰⁸ ESTRUTURA e Regimento do Seminário de Arquitetura da UFRGS/abril-78. 8f. Porto Alegre, 1978, p.1.

⁹⁰⁹ Sobre a realidade brasileira, afirma, entre outras coisas, que “cabe ao arquiteto manifestar-se como cidadão, ao nível dos problemas, e como profissional, ao nível específico de suas atribuições, segundo sua capacitação profissional reforçando a participação nas entidades de classe”. Sobre a política urbana, cita que “uma política urbana consequente deve necessariamente considerar a questão agrária (fixação do homem ao campo), a contradição entre a organização do espaço urbano e os interesses particulares da especulação e a participação objetiva das populações interessadas no equacionamento dos problemas”. Há referências ainda sobre a política habitacional, a reforma universitária, entre outros tópicos tratados. AS CONCLUSÕES do seminário na UFRGS [1978?]. p.4-6. In: 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?], p.4.

⁹¹⁰ AS CONCLUSÕES do seminário na UFRGS [1978?]. p.4-6. In: 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?], p.5.

⁹¹¹ *Ibid.*, loc. cit.

do curso, com consequente aumento do número de horas para as disciplinas de projeto e conforme mínimos já recomendados pela ABEA [...] e não atingidos pelo atual currículo”⁹¹². Sugeria ainda a “ligação das disciplinas, horizontal e verticalmente, caracterizando por um lado uma situação de interdepartamentalização, com disciplinas das áreas de teoria, história, técnica, etc., participando de *atelier*, além de seu estudo particular sistematizado”⁹¹³, e também “o atelier vertical propiciando maior integração do curso, maior troca de informações e economia de esforços pela concentração de pesquisa e informações em torno de uma temática integrada”⁹¹⁴.

Ao fim, o documento organizava uma série de proposições, “condições básicas para o aprimoramento do nível do curso”⁹¹⁵. Entre elas, destacamos:

4. Que se crie o atelier integrado, de forma que as disciplinas, voltadas para a prática de projeto, estejam interligadas verticalmente a partir do primeiro semestre do curso, através de seus conteúdos e objetivos e com temática integrada.

Torna-se também necessário que se estabeleça uma relação interdisciplinar horizontal, colocando o atelier como eixo central do curso, fazendo com que as disciplinas das áreas de expressão gráfica, tecnologia e estrutura, conforto ambiental, estudos teóricos e analíticos da Arquitetura se inter-relacionem com a prática de projeto;

5. Que as disciplinas da área de projeto devam ter carga horária ampliada e concentrada num período da semana, criando condições de desenvolvimento de tarefas didáticas, do corpo docente e do corpo discente, nas dependências da faculdade⁹¹⁶.

Percebe-se que as propostas são todas no sentido de dar (ou retomar) a centralidade do projeto no processo de ensino (ou, como dito noutrós momentos, como tronco ou espinha dorsal do curso); de criar maior relação (“horizontal e verticalmente”) entre as disciplinas no *atelier*; de reafirmar a necessidade de síntese (ou integração) entre os variados conhecimentos (técnicos, teóricos, expressivos, etc.) que participam da formação durante o trabalho em *atelier*.

⁹¹² AS CONCLUSÕES do seminário na UFRGS [1978?]. p.4-6. In: 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?], p.5.

⁹¹³ *Ibid.*, loc. cit.

⁹¹⁴ *Ibid.*, p.5.

⁹¹⁵ *Ibid.*, loc. cit.

⁹¹⁶ *Ibid.*, p.6.

Todos esses temas estão, aqui, revisitados. Já estiveram presentes em momentos anteriores da história da instituição.

Sobre o Urbanismo, a recomendação era a seguinte:

7. Que as disciplinas das áreas de Urbanismo se integrem efetivamente com o atelier de projeto, com conteúdos e temática que relacionem o processo de desenvolvimento urbano, com o processo de elaboração do projeto da edificação no atelier; que a estrutura do curso de pós-graduação em planejamento urbano seja reavaliada, no sentido de proporcionar suporte teórico-prático ao curso de graduação que dá ao profissional arquiteto atribuições para uma atuação em planejamento urbano, de tal forma que as prioridades ao curso de pós-graduação não esvaziem as prioridades de uma formação graduada de maior profundidade técnico-instrumental e teórica.

Essa necessidade de integração, referida no trecho acima, parece reforçar a posição manifesta anteriormente, de que as disciplinas do Departamento de Urbanismo foram incorporadas à graduação em Arquitetura como curso paralelo dentro da formação do arquiteto.

O Urbanismo, por outro lado, como já acontecera noutros momentos da trajetória do ensino da instituição, deveria submeter-se à logica do projeto de edificação, da composição arquitetônica, sendo dela mais um de seus suportes. O curso de pós-graduação em Planejamento Urbano, por sua vez, deveria contribuir com a formação do arquiteto urbanista na graduação, profissão que se ia legitimando cada vez mais.

Um dos desdobramentos desse seminário foi a criação de uma estrutura de acompanhamento e avaliação permanente do ensino da Faculdade. A comissão de carreira propôs a criação da Comissão de Ensino, a ela ligada, com “funções de assessorar a COMCAR/ARQ [Comissão de Carreira do curso de Arquitetura] na análise, planejamento e avaliação do Ensino na Faculdade de Arquitetura da UFRGS”⁹¹⁷.

Essa comissão passou a se reunir e, “após as reuniões já efetuadas, estabeleceu [...] as datas de 11, 12 e 13 de Setembro [de 1979] para a realização do II Seminário na Faculdade de Arquitetura da UFRGS”⁹¹⁸. Esse novo seminário teria como objetivo “discutir o ensino em nossa Faculdade e sobre o currículo mínimo a ser proposto, discussões estas que deverão resultar em subsídios a serem considerados pela Comissão de Ensino”⁹¹⁹.

⁹¹⁷ SEMINÁRIO de ensino e currículo mínimo. Estrutura e regimento interno. [s.l.1978?]. p.1-3. In: 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?], p.1.

⁹¹⁸ *Ibid., loc. cit.*

⁹¹⁹ *Ibid., loc. cit.*

O seminário seria organizado quatro temas: a) Proposta de currículo mínimo a ser encaminhado à Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU); b) Diagnóstico do ensino atual na Faculdade de Arquitetura da UFRGS; c) Proposições decorrentes do diagnóstico; d) Complementação para o currículo pleno da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

A comissão coordenadora do seminário era composta por professores do Departamento de Arquitetura, Urbanismo, Expressão Gráfica e Comissão de Carreira de Arquitetura⁹²⁰.

Não há repercussão desse seminário no ensino em 1979. Mas sabemos, contudo, que suas consequências se dão nos anos 1980, quando, “após esse [segundo] seminário e com seus resultados, a Comissão Paritária estabeleceu programa de trabalho para a elaboração e reestruturação dos planos de ensino da FAUFRGS visando seu aperfeiçoamento, sua qualificação e adaptação à novos parâmetros”⁹²¹.

A comissão paritária, instituída nos seminários, apresentou, em agosto de 1980, seu “Estudo para reestruturação do currículo pleno da Faculdade de Arquitetura da UFRGS”, documento de 111 páginas contendo propostas para o ensino.

Contudo, só no ano seguinte, 1981, o coordenador da Comissão de Carreira da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura, Roberto Py Gomes da Silveira, comunicou que a “Comissão de Carreira de Arquitetura propôs, e a I Câmara do COCEP [Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa da UFRGS] aprovou, uma série de modificações no Currículo do Curso de Arquitetura, a vigorar a partir de [19]82/1 e atingindo todos os alunos matriculados no curso”⁹²².

⁹²⁰ “1) Departamento de Arquitetura: Prof. Carlos Eduardo Dias Comas; Prof. Sérgio Antônio Volkmer; Acad. Carlos Eduardo Mesquita Pedone; Acad. Genoveva Maia Fruet. 2) Departamento de Urbanismo: Prof. Paul Dieter Nygaard; Prof. Marcos Hekmann; Acad. Hilda Maria Amaral; Acad. Jaime Pretto. 3) Departamento de Expressão Gráfica: Prof. Ivan Mizogucchi; Prof. Ana Maria Py Daniel Busko; Acad. Cláudia da Costa Cabral; Acad. Renata Galbinski. 4) Comissão de Carreira de Arquitetura – COMCAR/ARQ: Prof. Roberto Py Gomes da Silveira”. SEMINÁRIO de ensino e currículo mínimo. Estrutura e regimento interno. [s.l.1978?]. p.1-3. In: 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. 38p. [s.l., 1978?], p.3.

⁹²¹ CURRÍCULO Pleno. Estudo para reestruturação do currículo pleno da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Comissão paritária. Agosto de 80. 111p. Porto Alegre, 1980, p.3.

⁹²² SILVEIRA, Roberto Py Gomes. [Carta] 5 de novembro de 1981, Porto Alegre, [para] GARCIA, Eloy Julius, Porto Alegre. Encaminha ao pró-reitor de graduação da UFRGS solicitação de que o currículo do curso seja impresso não só para distribuição aos alunos que ingressam pelo vestibular, mas também aos alunos e professores do curso de Arquitetura. 1f.

Ao longo da década de 1980, outras disciplinas do Departamento de Urbanismo foram incorporadas à graduação em Arquitetura⁹²³. Em 1982, a disciplina *Teoria do Espaço Urbano* passou a integrar as disciplinas da graduação em Arquitetura. Em 1988 o curso de Arquitetura foi acrescido das disciplinas *Morfologia e Infraestrutura Urbana* e *Administração do Planejamento Urbano*⁹²⁴. Passaram, assim, a ser oito as disciplinas ministradas pelo Departamento de Urbanismo na graduação em Arquitetura.

Há, evidentemente, nas décadas seguintes, alterações nas disciplinas, nos conteúdos. Há ainda novos debates sobre o ensino da instituição, novas diretrizes curriculares. Mas não nos referiremos a nada disso. Para o propósito deste trabalho, a genealogia do ensino de urbanismo dos arquitetos diplomados pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS se encerra aqui. Questões sobre as décadas subsequentes ficarão em aberto para pesquisas futuras.

⁹²³ HEKMAN, Marcos David. [Ofício 27/82] 14 de abril de 1982, Porto Alegre, [para] CARMONA, Ernani da Costa, Porto Alegre. Encaminha ao chefe de seção de programas do Decordi, UFRGS, as disciplinas do Departamento de Urbanismo. 1f.

⁹²⁴ MALINSKY, Rogério. [Ofício nº 51/88] 22 de agosto de 1988, Porto Alegre, [para] SILVEIRA, Roberto Py Gomes da, Porto Alegre. Encaminha lista de disciplinas e professores do Departamento de Urbanismo. 1f.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos princípios orientadores deste trabalho foi de que um conceito como Urbanismo só pode ser plenamente compreendido no contexto de sua formulação. E o ensino – momento em que iniciantes são transformados em praticantes do ofício por meio da apresentação e incorporação de um repertório de práticas e saberes – foi escolhido como o momento chave desse processo de atribuição de sentido.

Ao longo dos capítulos, o Urbanismo foi tratado sincronicamente, ou seja, no contexto próprio em que atributos, significados e métodos foram a ele outorgados. Cabe aqui, nas considerações finais, tratá-lo diacronicamente, ou seja, considerá-lo em temporalidades diversas, pois, como preconiza a abordagem teórico-metodológica da história dos conceitos, é necessário perseguir as alterações em seus sentidos. E foi possível perceber mais repetições e permanências do que alterações ao longo do tempo.

Para identificar o que se manteve e o que mudou, a trajetória do ensino do Urbanismo dos arquitetos será retomada brevemente. A escrita dessa história suscitou interrogações e debates para além de seus limites, fazendo refletir também sobre o presente. Por isso, logo após serão apresentadas reflexões de caráter mais geral acerca do Urbanismo, do Planejamento Urbano, da restrição do exercício do Urbanismo pelos arquitetos, entre outras questões.

Passemos à abordagem diacrônica. Este trabalho teve por objetivo compreender e identificar, no plano conceitual e epistêmico, os sentidos do Urbanismo subjacentes ao ensino oferecido pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Para isso, construiu uma genealogia que

recuperou a trajetória da formação em Arquitetura e do Urbanismo nas instituições que lhe deram origem – a Escola de Engenharia e o Instituto de Belas Artes – e percorreu suas três primeiras décadas de existência.

As questões dirigidas ao *corpus* da pesquisa foram: que Urbanismo foi ensinado aos arquitetos ao longo do tempo? Que repertório de saberes e práticas foram a ele atribuídos? Que habilidades a formação em Urbanismo pretendeu desenvolver nos arquitetos? Como se justificou, no ensino, a relação entre Arquitetura e Urbanismo?

O trabalho dialogou com a pesquisa historiográfica sobre o campo do urbanismo brasileiro, participando, assim, do esforço em compreendê-lo mais profundamente. Todavia, elegeu como fontes documentos inusuais, ligados à formação acadêmica. Distanciou-se, assim, dos projetos, planos, biografias, recorrentemente utilizados.

No início do século XX a Escola de Engenharia tomava a Arquitetura como um de seus “ramos”. Durante suas primeiras décadas de funcionamento, o trato com a cidade seguia, de um lado, a tradição higienista-sanitarista e, de outro, a preocupação com seu traçado, arruamento e melhoramentos (seja nas disciplinas dos cursos ou em suas publicações). A palavra Urbanismo sequer era utilizada nesse momento.

No Instituto de Belas Artes, por sua vez, a Arquitetura foi, no mesmo período, tomada como uma “seção” da arte. Todavia, seu ensino só teve início na década de 1930, quando o curso técnico de Arquitetura foi criado. Essa foi uma etapa capital para incorporação desse conteúdo ao ensino da instituição. Nele, o trato com a cidade apareceu brevemente no currículo de 1941, também como seguidor da tradição higienista-sanitarista.

Em 1945, ambas as instituições passaram a oferecer ensino de Arquitetura: o curso de Arquitetura do IBA e o de Engenheiros-Arquitetos da Escola de Engenharia. O curso do IBA seguiu o “padrão federal” representado pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro. A Escola de Engenharia tomou como referência o ensino da politecnica de São Paulo.

Todavia, em ambas os conteúdos comprometidos com as questões da cidade – seja do ponto de vista compositivo ou de sua infraestrutura – estavam presentes em apenas duas disciplinas do currículo. Eram, assim, igualmente pouco representativas. As disciplinas de *Urbanismo – Arquitetura Paisagista*, do IBA, e a de *Composição Geral e Urbanismo*, da Escola de Engenharia, em especial, pretendiam oferecer todo o conteúdo disponível sobre o projeto na escala urbana.

Houve, contudo, experiências de destaque no que tange ao ensino de Urbanismo. Na Escola de Engenharia, podem-se citar as tentativas de incorporação do “Planejamento” (vinculado à relação entre fenômenos sociais e o seu lugar no território) aos cursos de graduação; e a sugestão de criação de um curso de extensão em Urbanismo com apenas três cadeiras – *História do Urbanismo; Arquitetura Paisagista; Composição Urbana*. Já no IBA, por sua vez, é preciso sublinhar o curso de Urbanismo, oferecido entre 1947 e 1949, que teve apenas oito estudantes, quase todos engenheiros.

Esse último pretendia diplomar urbanistas capacitados a tratar de aspectos variados da cidade: o saneamento e a infraestrutura urbana, seus sistemas e redes, o problema da favelização, a forma da cidade na história, sua administração, etc. No entanto, o centro de sua formação residia na cidade abordada como artefato, manipulável a partir da composição, momento de síntese de conhecimentos variados.

Importante ressaltar também a passagem do arquiteto urbanista uruguai Mauricio Cravotto pelo IBA para ministrar curso de 12 dias. A literatura que abordou sua passagem pelo Estado reconhece a importância desse personagem na afirmação do campo do Urbanismo no Rio Grande do Sul. Todavia, seu curso de Grandes Composições de Arquitetura tratou cidade e edifício como objetos pertencentes ao domínio da composição e do projeto (orientador preciso da construção). Para o uruguai – e, provavelmente, para o corpo docente do IBA, que o convidou – os profissionais arquitetos ou urbanistas deveriam desenvolver habilidades para dominar o desenho que conduz à produção da edificação ou da cidade.

Em 1948, a promulgação da Lei Estadual nº 418 determinou a “fusão” dos cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA. Essa promulgação ensejou um confronto revelador das divergentes concepções sobre Arquitetura e Urbanismo subjacentes à formação oferecida por ambas as instituições. De um lado, os engenheiros sustentavam que a Arquitetura era, como visto, “ramo” da Engenharia, domínio da técnica. De outro, os arquitetos argumentavam que Arquitetura era “secção” da Arte, domínio da composição.

A defesa de Edgar Graeff pela criação da Faculdade de Arquitetura, autônoma, em contraposição à proposta da Escola de Engenharia, de um Instituto de Arquitetura, a ela submetido, é reveladora. O argumento de Graeff, impresso no encarte *Criação de uma Faculdade de Arquitetura*, pode ser resumido em três linhas: i) a defesa da Arquitetura como arte; ii) a oposição análise e síntese; iii) a centralidade da composição.

Na primeira delas, Graeff sustentava que um ambiente de Arte era fundamental à formação em Arquitetura. Só ele permitiria o desenvolvimento das capacidades inatas de criação e expressão estética dos estudantes.

Na segunda, expressava que havia uma oposição entre a formação oferecida pela Engenharia e pela Arquitetura. A Engenharia (próxima à técnica e à ciência), por um lado, analisaria e *decomporia* com a finalidade de melhor compreender os fenômenos físicos. Se entendidos, eles poderiam ser previstos e aplicados à serviço da construção civil. A Arquitetura (próxima à Arte), de outro, sintetizaria e *comporia* com a finalidade de produzir coisas belas (não só construir, mas construir com beleza). Utilizaria o conhecimento sobre os fenômenos físicos como recurso viabilizador do objeto projetado. Sua finalidade seria, enfim, criar prazer estético, o que a distanciava da racionalidade técnico-científica.

Na terceira linha, Graeff definia Arquitetura a partir da composição. Essa última (o eixo convergente dos saberes) representaria a capacidade de síntese particularmente requerida pela Arte. Era, por assim dizer, o artístico da Arquitetura.

Graeff separava e hierarquizava etapas de um processo que, na obra arquitetônica, é uno – concepção e construção. Dava, finalmente, relevância ao processo de concepção e não ao produto. Além disso, a composição a que Graeff se referia não se reduzia à seleção e articulação de elementos físicos (a composição acadêmica do modelo *Beaux-Arts*). Era, fundamentalmente, um processo mental de articulação entre campos disciplinares variados que “convergiriam” para a concretização da obra arquitetônica – fossem eles de caráter tectônico, científico, social, espiritual.

A composição – disciplina e método – deveria, enfim, organizar o processo didático-pedagógico da Faculdade de Arquitetura, colocando-se como centro da formação. E essa capacidade de síntese, representada pela composição, foi também estendida ao Urbanismo, como uma competência requerida ao seu exercício.

A exposição de Graeff não era só interpretativa. Não buscava revelar a verdade sobre a formação em Arquitetura. Sua manifestação, inserida num momento de disputa pela delimitação e domínio do campo, era, como visto, prescritiva. Não se baseava apenas num “espaço de experiências”, mas representava também um “horizonte de expectativas” em relação ao ensino e ao futuro da profissão. Esses argumentos foram revisitados em vários outros momentos da formação em Arquitetura e Urbanismo oferecida pela Faculdade de Arquitetura. Importante notar, finalmente,

sobre a disputa motivada pela sanção da Lei Estadual nº 418, que, no momento do embate pela criação ou não da Faculdade de Arquitetura, o Urbanismo não foi disputado.

Apesar de todo o conflito, a Faculdade de Arquitetura foi instalada em 1952. Sagrou-se vitoriosa a tese defendida pelo IBA: de criação de uma Faculdade de Arquitetura. Foi derrotada a proposta da Escola de Engenharia, de criar um Instituto de Arquitetura vinculado e a ela submetido. Nesse sentido, a Faculdade de Arquitetura surgiu a partir de uma acomodação entre opostos, conciliados a partir da seguinte solução: de um lado, tornar a Arquitetura autônoma em relação à Engenharia tomando como referência o “padrão federal”; de outro, ocupar a instituição majoritariamente por professores engenheiros oriundos da Escola de Engenharia.

A exposição de motivos do projeto de regimento interno da Faculdade, de 1952, reproduziu, em parte, os argumentos expressos por Graeff. E isso ocorreu, depois, em outros momentos da história da instituição – relatórios de debate sobre o ensino, propostas de reforma da instrução.

A preocupação com a cidade permaneceu, nos anos 1950, similar à já vigente nos cursos de Arquitetura da Escola de Engenharia e do IBA. Manteve-se com apenas duas cadeiras – *Higiene da Habitação/Saneamento das Cidades e Urbanismo – Arquitetura Paisagista* –, quantidade pouco representativa no cômputo total do currículo. E o saber vinculado ao Urbanismo continuou sendo o da composição (análogo à Arquitetura, diferindo dela apenas em escala), das técnicas higienistas-sanitaristas (sistemas de infraestrutura que diferiam dos do edifício apenas em escala), acrescido de outros, como os planos diretores, por exemplo.

Essa década, contudo, também teve sua experiência de ensino de Urbanismo fora da graduação em Arquitetura. O curso foi, conforme o projeto de regulamento de 1952, de graduação. Essa definição é muito importante. Ela indica que, na época, pensava-se que um arquiteto ou engenheiro, para exercer a profissão de urbanista, deveria completar sua formação – isto é, se supunha que o ensino ministrado na graduação do arquiteto e engenheiro não contemplava plenamente a formação em Urbanismo.

Mas o curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura só passou a funcionar em 1954. Seu currículo era similar ao do curso do IBA. Essa experiência, como a ocorrida no IBA, também foi breve: foi interrompido em 1958. O centro de sua formação residia, mais uma vez, na abordagem da cidade como artefato manipulável a partir da composição, momento de síntese de dimensões variadas vinculadas à cidade – política,

administrativa, econômica, estrutural, histórica, etc. Contudo, não desconhecia que a cidade está para além de sua forma, incorporando também aspectos administrativos, políticos, sociais, entre outros.

Sua suspensão foi breve. No ano seguinte, 1959, o curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura foi retomado. E, em 1960, seu concurso de ingresso passou a contar com mais uma prova (além das de História da Arte e Sociologia): a de “planejamento”. Mas a palavra *planejamento*, nesse momento, foi usada como *sinônimo* de projeto. A prova de planejamento consistia na elaboração de uma composição em escala grande. Ela foi incorporada ao exame de admissão do curso como forma de restringir seu acesso apenas aos arquitetos.

Passava-se assim, da experiência do curso de Urbanismo do IBA, ocorrida na década de 1940, hegemonizado pelos engenheiros (tanto na docência quanto no corpo de estudantes), à tentativa de dificultar o acesso deles ao curso. Mais do que isso, de seu controle como campo privativo dos arquitetos e urbanistas.

Os anos 1960 foram também de inúmeros debates sobre o ensino da Faculdade de Arquitetura (1962, 1966, 1968). Todavia, as propostas de reforma não alteraram substancialmente o ensino.

A proposta de revisão de 1962, por exemplo, organizou o currículo do curso em três ciclos: básico, de preparação profissional, de tese. Entretanto, o currículo manteve-se o mesmo: a composição permaneceu como o centro da formação (superior em sua carga horária em relação às demais disciplinas e submetendo-as a sua lógica). A noção da Arquitetura como saber prático (ou aplicado), também.

Na primeira semana de estudos, de 1966, foi realizado balanço acerca da alteração proposta em 1962. Foi feita ainda uma série de sugestões. Mas nada ocorreu até que, em 1968, os estudantes lançaram o manifesto *Nosso Ensino é uma Farsa*. Sua publicação impôs uma parada crítica.

O seminário de estudos para uma nova estrutura de ensino, do mesmo ano, representou esse momento de reflexão sobre seus rumos. Todavia, mais uma vez, como se pôde perceber a partir da documentação consultada, as mudanças sugeridas foram pequenas. Houve uma continuidade: a capacidade de projetar manteve-se como a habilidade central da formação; e a tecnologia e as ciências sociais como conteúdos instrumentais (meios de ação, e não fins). A novidade foi a incorporação da escala do objeto que, assim como o edifício e a cidade, seria projetável por meio do mesmo processo mental – o de síntese.

O curso de Urbanismo não esteve distante desse processo de debate sobre novos rumos. Sua reorganização aconteceu, a partir das propostas de 1962, também pela definição de três ciclos: de preparação básica, de formação profissional e de formação complementar. Essa organização curricular foi um espelho da do curso de Arquitetura. O Urbanismo seguiu, assim, a mesma lógica que dirigiu as reformas de ensino da graduação em Arquitetura.

Importante notar como em 1966 foi referida a organização do curso de Urbanismo em três troncais: de planos, de paisagismo e de engenharia municipal. Os profissionais poderiam “especializarem-se” num desses eixos, complementando assim sua formação. E só se diplomaria urbanista aquele que cursasse os três troncais.

Essa condição é análoga à oferecida pela Escola de Engenharia no início do século XX, para a qual a conclusão, concomitantemente, dos cursos de Estradas, Hidráulica e Arquitetura diplomava em Engenharia Civil. Nesse sentido, planos, paisagismo e engenharia municipal poderiam ser compreendidos como (utilizando um termo da Escola de Engenharia) “ramos” da formação em Urbanismo.

Na década de 1970, três processos que se revelariam capitais para o programa de ensino da Faculdade de Arquitetura ocorrem paralelamente: a extinção do curso de Urbanismo, a criação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) e a “migração” dos conteúdos do curso desaparecido ao PROPUR e à graduação em Arquitetura.

A extinção do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, reconhecido como continuador da experiência de formação em Urbanismo ocorrida no IBA entre 1947 e 1948, encerrou uma trajetória de quase duas décadas. Sua extinção e a “migração” de seus conteúdos à graduação em Arquitetura e ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) foi situação análoga ao que ocorreu na Escola de Engenharia no início do século XX. Nela, os cursos de Estradas, Hidráulica e Arquitetura foram extintos e, em parte, incorporados ao ensino de Engenharia Civil.

O fim do curso de Urbanismo esteve ligado também, em certa medida, à criação do PROPUR, pensado, desde o início, como um programa de pós-graduação aberto a qualquer profissional diplomado.

Percebe-se, nesse sentido, que o urbanismo do curso extinto era efetivamente “coisa de arquiteto” por ser dominado pela lógica do projeto. As tentativas de restrição de acesso dos engenheiros a ele – por exemplo, por meio da prova de “planejamento” (projeto) – comprovam. O

Planejamento Urbano, por sua vez, não. Foi, desde o início, reconhecido como campo multidisciplinar.

A incorporação de mais disciplinas de Urbanismo na graduação em Arquitetura, migradas do extinto curso de Urbanismo, deu-se a partir de 1972. Todavia, as primeiras disciplinas não se mantiveram as mesmas por muito tempo. Elas foram desmembradas, reagrupadas.

Ao fim da década de 1970, as disciplinas sob responsabilidade do Departamento de Urbanismo no curso de graduação em Arquitetura eram as seguintes: i) *Evolução Urbana*, ii) *Introdução ao Planejamento Urbano*, iii) *Prática de Projetos e Urbanismo I*, iv) *Prática de Projetos e Urbanismo 2-A* e v) *Arquitetura Paisagista*.

Em relação ao quadro geral de disciplinas obrigatórias do currículo, elas permaneceram presentes de forma pouco representativa. Se, na década de 1940, elas representavam, tanto no IBA quanto na Escola de Engenharia, apenas 7% do total de disciplinas, agora, ao fim da década de 1970, elas representavam quase 9%.

Ou seja, ao longo de todo o período analisado, a formação em Urbanismo oferecida pela graduação em Arquitetura permaneceu similar tanto na quantidade percentual de disciplinas quanto nos pressupostos subjacentes ao Urbanismo.

Segundo as evidências, buscadas no *corpus* documental relacionado ao ensino, pode-se afirmar que na FA-UFRGS, o Urbanismo: a) tomou como referência saberes e práticas análogos aos da Arquitetura; b) buscou desenvolver competências para a composição, momento de síntese de conhecimentos na produção de artefatos (em ponto grande ou pequeno), eixo central do ensino da instituição; e, c) finalmente, compareceu como extensão (marginal) da Arquitetura. De alguma maneira, ao longo do período abordado, a pergunta de Alberti, que inicia este trabalho⁹²⁵, foi tomada como uma afirmação taxativa.

Contudo, cabem algumas ressalvas. Em que pese sua posição secundária (ou marginal) na instituição – ao menos no que tange a sua presença no currículo da graduação – o Urbanismo (seus conteúdos, personagens, história institucional) foi de extrema importância para a Faculdade de Arquitetura. Sua presença incorporou um sentido social e público ao exercício profissional. Seus professores foram personagens destacados da vida político-administrativa local. Os cursos de Urbanismo formaram técnicos que trabalharam nos poderes municipais e estadual

⁹²⁵ “Ora, se a cidade é, na opinião dos filósofos, uma casa em ponto grande e, inversamente, a casa é uma cidade em ponto pequeno, por que não se há de dizer que as partes mais pequenas da casa são habitações em ponto pequeno?” (Leon Battista Alberti).

projetando cidades e contribuindo com a política urbana em âmbito local.

Além disso, a instituição participou de um movimento mais amplo de oferta da formação em Urbanismo e da busca de seu “monopólio” por parte dos arquitetos. Nesse sentido, embora essa questão não tenha sido aprofundada neste trabalho, pode-se dizer que a trajetória da FA-UFRGS acompanha e confunde-se com a das demais instituições de ensino de Arquitetura e de Urbanismo do país. O estudo de suas polêmicas, posições e concepções não circunscreve a pesquisa à experiência gaúcha: retrata, em certa medida, a trajetória brasileira com relação ao tema.

Outra ressalva necessária é que o Planejamento Urbano – entendido como conjunto de medidas sociopolíticas de predição e condução da cidade, não tomada somente como artefato construído, mas como *locus* de interações sociais, econômicas, político-administrativas – esteve presente na formação oferecida na Faculdade de Arquitetura em momentos do período analisado. E, na década de 1970, afirmou-se como um conhecimento que não era somente “coisa de arquiteto”, mas campo de práticas e saberes partilhado por formações variadas.

Como já referido, nos anos 1980, outras disciplinas do Departamento de Urbanismo foram incorporadas à graduação em Arquitetura: em 1982, *Teoria do Espaço Urbano*; em 1988, *Morfologia e Infraestrutura Urbana e Administração do Planejamento Urbano*. Nas décadas seguintes novas alterações, novos conteúdos foram incorporados ao Urbanismo dos arquitetos da FA-UFRGS. Novos debates foram propostos, novas diretrizes curriculares foram aprovadas. Mas essas questões ficarão em aberto para pesquisas futuras.

Entretanto, toda essa trajetória, vislumbrada e escrita a partir do presente, suscita reflexões sobre o momento atual do ensino e do exercício profissional do Urbanismo. Uma delas, jamais tratada diretamente na extensa documentação consultada, diz respeito às semelhanças ou diferenças, no plano epistêmico, entre o projeto do edifício e da cidade. A cidade, reconhecidamente, é uma segunda natureza, criada pelo homem para adaptar o meio às suas necessidades (físicas, sociais, espirituais). A cidade, como um “organismo vivo”, nunca está pronta, diferentemente de um artefato finito, como um edifício. Portanto, questionamos: a lógica do projeto urbano é a mesma da do projeto do edifício? O Urbanismo, nesse sentido, pode tratar seu objeto, a cidade, a partir das mesmas ferramentas empregadas para o projeto de um artefato? Sua abordagem pretensamente científica já não significaria o reconhecimento dessa natureza diferente entre os fenômenos objeto-edifício-cidade?

Seja quais forem as respostas a essas perguntas, o fato é que a história do ensino do Urbanismo na FA-UFRGS demonstra que a composição (expressão do processo mental de síntese) foi tomada como o método diretor da abordagem sobre a cidade. E isso nos parece ser uma forma incompleta e limitada de tratar a questão urbana.

Outra meditação que a pesquisa provoca é acerca do exercício profissional. A resolução 51 do CAU, aprovada em 12 de julho de 2013, definiu uma série de áreas de atuação privativa aos arquitetos e urbanistas. Entre elas, estão o projeto urbanístico e a coordenação de equipes multidisciplinares de Planejamento Urbano (planos diretores, planos de requalificação urbana, planos setoriais de Urbanismo, etc.). Como foi possível perceber ao longo do trabalho, o projeto urbanístico – a partir de princípios análogos aos da Arquitetura – foi incorporado ao campo de preocupações do arquiteto urbanista. Contudo, o Planejamento Urbano – campo multidisciplinar, atividade profissional que não é somente “coisa de arquiteto” –, quando passou a ser ensinado num curso de pós-graduação, foi instalado na FA-UFRGS e dominado pelos arquitetos.

Qual a razão disso? A cidade foi sendo abordada, ao longo do tempo, como objeto que pertencia aos arquitetos. A base dessa captura do Urbanismo pela Arquitetura foi a superficial transposição da “capacidade de síntese” do âmbito do projeto para o âmbito do planejamento. No plano histórico, também contribuiu para isso o fato de a afirmação da Arquitetura como domínio profissional autônomo realizar-se sob a hegemonia de arquitetos tributários do Movimento Moderno no mesmo momento em que esses ideais ganhavam força e visibilidade no país e no exterior.

Como visto ao longo do trabalho, a habilidade mental necessária ao exercício da Arquitetura foi representada como a capacidade de síntese de conhecimentos (tecnológicos, sociais, etc.). E a expressão dessa capacidade mediadora era a sensibilidade plástica.

O Planejamento Urbano, por sua vez, também se pretendeu, no discurso da Faculdade, como um processo de mediação de conhecimentos variados. Mesmo que, nesse caso, a sensibilidade plástica mediadora não estivesse presente. Todavia, para os arquitetos, o planejamento da cidade conduz, finalmente, a construção de um artefato, diferente do edifício apenas em escala. É uma espécie de atrofia do olhar: o arquiteto olha a cidade e só enxerga formas construídas, composições volumétricas. Os outros conhecimentos – históricos, sociológicos, econômicos, etc. – são subsídios instrumentais, submetidos também à forma.

A isso se associa a maneira ambígua, polissêmica e imprecisa com que o termo “planejamento” foi empregado na FA-UFRGS ao longo do tempo. Ele foi tomado não na acepção de um conjunto de ações para condução de processos sociopolítico-econômicos, mas, na maior parte das vezes, como sinônimo de projeto. Sendo assim, a resolução do CAU comprehende que apenas o arquiteto é capaz de liderar equipes de elaboração de planos urbanos por sua capacidade de síntese de conhecimentos variados (ou pelo seu caráter multidisciplinar). Essa liderança “natural” (seja pela capacidade de síntese, pela formação humanista ou por outra razão) já comparecia na experiência de ensino da Faculdade. Contudo, como vimos, a formação do arquiteto pressupõe a cidade como um artefato (como um objeto e edificação) e não como *locus* de processos sociais.

Um sociólogo não seria capaz de liderar uma equipe de Planejamento Urbano? Um político, sem esse caráter “técnico” (como foi o caso de Haussmann, em Paris, apenas para citar um único e célebre exemplo), não teria habilidades para produzir acordos, mediar conflitos, encontrar soluções pactuadas sobre os rumos futuros da cidade?

Ocorre que o curso de Arquitetura forma o profissional para elaborar projetos, instrumento esse que lida com a cidade como forma, artefato, diferente do objeto e da edificação apenas em escala. A instrução acadêmica não apresenta aos aprendizes as ferramentas para lidar com processos políticos, sociais, econômicos, administrativos da cidade. Supõe, enfim, que a cidade como processo social deve submeter-se à sua “forma”. Confunde-se aí a habilidade para projetar o artefato como um todo com a suposta capacidade do arquiteto, ilusória e autoritária, de conhecer e controlar tudo.

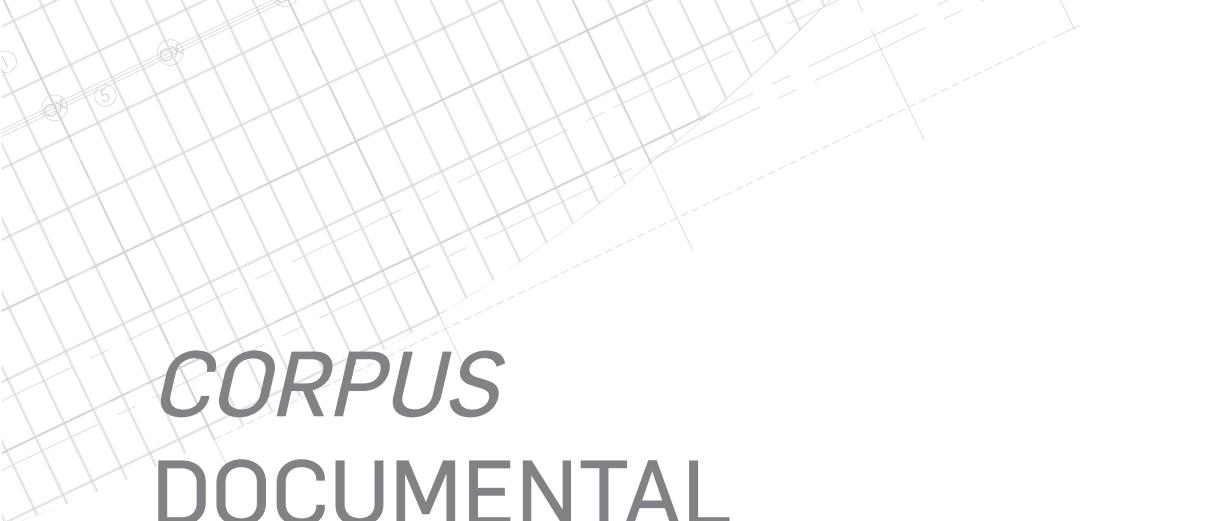
Partindo dos pressupostos delineados anteriormente, o arquiteto e urbanista deve mesmo exercer privativamente a liderança de equipes de Planejamento Urbano? Ele tem mesmo essa capacidade? Se sim, outros profissionais não poderiam desenvolver essas mesmas habilidades? Não pretendo responder a nenhuma dessas questões, mas apenas apresentá-las a partir da história aqui contada.

Por fim, cabe referir sobre os limites enfrentados pela pesquisa ao longo de sua elaboração. Um deles foi o acesso aos relatórios da Escola de Engenharia, dificuldade superada pela generosidade da professora Inês Martina Lersch, que gentilmente cedeu imagens desses documentos.

Outro limite, que se reflete na escrita e na apresentação de dados da tese, foi a pouca profundidade das informações acerca da segunda metade da década de 1960 e principalmente sobre a década de 1970. A

documentação disponível anterior à década de 1960 é mais detalhada, o que permitiu a apresentação de dados mais intrigantes.

Possivelmente, o regime ditatorial vigente nos anos 1960 e 1970 impediu (ou constrangeu) o detalhamento maior sobre as atividades e eventos da instituição. Por essa razão, muitos detalhes do cotidiano da escola ficaram sem registro. A democracia faz bem também à historiografia.



CORPUS DOCUMENTAL

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo da direção da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Arquivo da Coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFRGS

Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS.

Arquivo pessoal de Cícero Alvarez.

ARTIGOS

BARBEDO, Sylvio. Projecto de Villa. *Egatea*, Porto Alegre, v.III, n.2, set.-out. 1916.

BARBEDO, Sylvio. Construcções econômicas: casa para veranear. *Egatea*, Porto Alegre, v.III, n.2, p.97-100, set.-out. 1915.

BARBEDO, Sylvio. Projecto de Construcção. *Egatea*, Porto Alegre, v.I, n.6, p.290-291, maio-jun. 1915.

BRITO, Saturnino Rodrigues de. Saneamento de Rio Grande. *Egatea*, Porto Alegre, v.V, n.1, junho, 1919.

COARACY, V. de Vivaldi. A energia no Rio Grande do Sul. *Egatea*, Porto Alegre, v.III, n.6, p.249-256, maio-jun. 1917.

- ELEJALDE, Benito. Saneamento de cidades. *Egatea*, Porto Alegre, v.2, n.1, p.1-4, jul.-ago. 1915.
- HERVÉ, Egydio. Municipalização dos serviços: empréstimos municipaes. *Egatea*, Porto Alegre, v.III, n.3, p.144-147, nov.-dez. 1916.
- HOFMANN, Benno. Considerações geraes sobre a agua, suas propriedades e sua utilização para o abastecimento de cidades. *Egatea*, Porto Alegre, v.IV, n.1, p.34-40, jul.-ago. 1917.
- HOFMANN, Benno. Notas sobre o arruamento das cidades. *Egatea*, Porto Alegre, v.X, n.1, p.1-7, jan.-fev. 1925.
- HOOGENSTRAATEN, Chrétien. Projecto de um “Bungalow”. *Egatea*, Porto Alegre, v.XII, n.1/6, p.246-249, jan.-dez. 1927.
- HOOGENSTRAATEN, Chrétien. Projecto de um villino. *Egatea*, Porto Alegre, v.XII, n.1/6, p.6-9, jan.-dez. 1927.
- HOOGENSTRAATEN, Chrétien. Projecto de Villa. *Egatea*, Porto Alegre, v.VI, n.3, p.122-123, maio-jun. 1921.
- LEIVAS, Florisbello. Saneamento do Rio Grande: Instrucções para locação dos collectores de exgottos. *Egatea*, Porto Alegre, v.III, n.4, p.276-277, jan.-fev. 1917.
- MACIEL, João Moreira. Melhoramentos de Porto Alegre. *Egatea*, Porto Alegre, v.I, n.3, p.124-128, nov.-dez. 1914.
- MELLO, J. Fagundes de. Edificação do Rio Grande e sua regulamentação. *Egatea*, Porto Alegre, v.IV, n.1, p.254-261, jul.-ago. 1917.
- NETTO, Biriba. Do 1º ao 7º. In: ANTE-PROJETO. Arquitetura, Urbanismo e Arte. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do I.B.A., ano 1, n.1, p.11, ago. 1948.
- RIBEIRO, Ivo Pinto. Construcções pitorescas. *Egatea*, Porto Alegre, v.II, n.3, p.123-126, nov.-dez. 1915.
- SILVA, Ennio P. da. Projecto de um theatro para a cidade de Santa Maria. *Egatea*, Porto Alegre, v.VI, n.5, p.256-257, set.-out. 1921.
- WADDEL & HARRINGTON. A engenharia como profissão. *Egatea*, Porto Alegre, v.II, n.3, p.141-143, nov.-dez. 1915.

ATAS

- ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 110ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, realizada em 3 de maio de 1949. In: *Escola de Engenharia*. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre, 1951.
- ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da reunião da 88ª Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 19 de junho de 1947. In: *Escola de Engenharia*. Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951.
- ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 87ª reunião da Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 13 de junho de 1947. In: *Escola de Engenharia*. Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951.
- ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 218ª reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 13 de novembro de 1946. In: Universidade de Porto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1946. Porto Alegre [1947?].

ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 79^a reunião da congregação, realizada em 22 de janeiro de 1945. *In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre [1946?]. p.196.*

ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 78^a reunião da Congregação da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, realizada em 4 de janeiro de 1945. *In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre [1946?]. p185-195.*

ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 77^a reunião da Congregação da Escola de Engenharia, realizada em 28 de dezembro de 1944. *In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre [1945?]. p.195-202.*

ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 180^a reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 7 de dezembro de 1944. *In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre [1945?]. p.183-185.*

ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 179^a reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 23 de novembro de 1944. *In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre [1945?]. p.180-182.*

ESCOLA DE ENGENHARIA. Ata da 178^a reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 9 de novembro de 1944. *In: Universidade de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre [1945?]. p.177-179.*

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 55^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 27 de janeiro de 1977.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da sessão solene da Congregação da Faculdade de Arquitetura, realizada em 2 de outubro de 1974.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 28 de junho de 1972.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 3^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 25 de junho de 1971.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 92^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 29 de julho de 1970.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 86^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 1º de abril de 1970.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 85^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 18 de março de 1970.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 30 de dezembro de 1969.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 81^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 29 de dezembro de 1969.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 27 de dezembro de 1968.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 30 de agosto de 1968.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 37^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 30 de agosto de 1968.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 36^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 28 de agosto de 1968.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 35^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 19 de agosto de 1968.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 34^a reunião do Conselho Departamental, realizada em 16 de agosto de 1968.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da reunião da congregação realizada em 5 de julho de 1968.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 23^a reunião da congregação, realizada em 23 de dezembro de 1963.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 22^a reunião da congregação, realizada em 28 de novembro de 1963.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 70^a reunião congregação, realizada em 1º de julho de 1958.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 67^a reunião da congregação, realizada em 23 de maio de 1958.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 65^a reunião da congregação, realizada em 18 de março de 1958.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 57^a reunião da congregação, realizada em 24 de setembro de 1957.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 54^a reunião da congregação, realizada em 16 de abril de 1957.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 52^a reunião da congregação, realizada em 25 de março de 1957.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 49^a reunião da congregação, realizada em 14 de novembro de 1956.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 29^a sessão da congregação, ocorrida em 26 de maio de 1954.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 26^a reunião da congregação, realizada em 18 de fevereiro de 1954.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 25^a reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de novembro de 1953.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 24^a reunião da congregação, realizada em 24 de novembro de 1953.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 21^a reunião da congregação, realizada em 27 de maio de 1953.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 7^a reunião da congregação, realizada em 12 de setembro de 1952.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Ata da 1^a reunião de congregação, realizada em 1º de setembro de 1952.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo realizada em 5 de junho de 1948.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo realizada em 24 de fevereiro de 1948.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 24 de abril de 1947.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo realizada no dia 28 de março de 1947.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 30 de janeiro de 1946.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da sessão extraordinária da congregação, realizada em 29 de setembro de 1944.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da reunião extraordinária do Conselho Técnico Administrativo realizada em 21 de setembro de 1944.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 32^a reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 2 de março de 1943.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 26^a reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 27 de maio de 1942.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 25^a reunião ordinária do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 15 de abril de 1942.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 18^a reunião do Conselho Técnico Administrativo, realizada em 14 de março de 1941.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 1^a sessão ordinária do Conselho Técnico Administrativo do Instituto de Belas Artes, realizada em 16 de janeiro de 1939.

INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Ata da 5^a sessão ordinária da Comissão Central, realizada em 10 de fevereiro de 1910.

CARTAS, OFÍCIOS E ASSEMELHADOS

CARTA de 19 de abril de 1949. Ao Exmº Snr. Engº Alexandre da Rosa; D.D. Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l.], 1949. 2f.

CASTELLO, Lineu. [Ofício 01/76] 9 de janeiro de 1976, Porto Alegre, [para] OBINO, Newton Silveira, Porto Alegre. Comunica ao chefe do Departamento de Arquitetura que a partir daquele ano seria ministrada a disciplina Arquitetura Paisagista. 1f.

CASTILHOS, Júlio Ribeiro de. [Carta] 22 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] WOLFF, Ivo, Porto Alegre. Solicita ao vice reitor da UFRGS autorização para imediata construção de pavilhão desmontável em terreno próximo ao edifício da Faculdade de Biblioteconomia e comunicação. 2f.

CASTILHOS, Júlio Ribeiro de. [Carta nº 436] 16 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. Solicita manifestação acerca do pedido de extinção do curso de Urbanismo em face do pedido de credenciamento para o curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. 1f.

CASTILHOS, Júlio Ribeiro de. [Carta] 29 de janeiro de 1970, Porto Alegre, [para] FARACO, Eduardo Zaccaro, Porto Alegre. 1f. Encaminha em anexo pedido de auxílio dirigido à CAPES. 1f.

CORRÊA, Ernani Dias. [Processo 1.243/64] 13 de julho de 1965, Porto Alegre, [para] MILANO, José Carlos Fonseca, Porto Alegre. Adaptação de Regimento às disposições da Lei 4.464 na parte relativa à associação dos alunos. 5f.

CORRÊA, Ernani Dias. [Processo 360/65] 23 de março de 1965, Porto Alegre, [para] SILVA, Álvaro Leão Carvalho, Porto Alegre. Informa ao diretor do departamento de Educação e Ensino da URGS que a Faculdade de Arquitetura mantém o curso de Urbanismo. 2f.

CORRÊA, Ernani Dias. [Carta] 30 de janeiro de 1956, Porto Alegre, [para] TEIXEIRA, Anísio, Rio de Janeiro. O diretor substituto da Faculdade de

Arquitetura encaminha ao secretário geral da CAPES relações de professores e cadeiras dos cursos de Arquitetura e de Urbanismo. 5f.

CORRÊA, Ernani Dias. [Carta] 23 de agosto de 1946, Porto Alegre, [para] ESPARTEL, Lelis, Porto Alegre. Responde ofício do CREA que solicitava informações sobre o Instituto de Belas Artes. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

CORRÊA, Tasso. [Ofício n.99/50] [1950?], Porto Alegre, [para] DORNELLES, Senador Ernesto, Rio de Janeiro. Trata do movimento pela criação da Faculdade de Arquitetura. 2f.

CORRÊA, Tasso [Ofício s/nº] 16 de março de 1948, Porto Alegre, [para] CRAVOTTO, Mauricio, Montevidéu. Faz primeiro contato oficial com Mauricio Cravotto com objetivo de convidá-lo a ministrar curso no Instituto de Belas Artes. CRAVOTTO, Mauricio. [Carta] 20 de julho de 1948, Montevidéu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

CRAVOTTO, Mauricio. [Carta] 5 de junho de 1948, Montevidéu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

CRAVOTTO, Mauricio. [Carta] 1º de abril de 1948, Montevidéu [para] CORREA, Tasso, Porto Alegre. Negocia ida a Porto Alegre para ministrar curso.

COSTA, Ney Chrysostomo da. [Ofício s/nº] 17 de março de 1958, Porto Alegre, [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. Informações sobre a Faculdade de Arquitetura. 2f.

COSTA, Ney Chrysostomo da; CORRÊA, Ernani Dias; LUTZENBERGER, José; TIETBOHL, Ary Nunes; FARIA, Luiz Arthur Ubatuba de; PAIVA, Edvaldo Pereira; NETTO, Demétrio Ribeiro; GRAEFF, Edgar Albuquerque; CORONA, Fernando; GNOCHI, Angelo Guido; CARVALHO, Adalberto Rodrigues de; MOURA, Fernando de Azevedo; LUBKE, Max Waldemar. [Carta] 4 de novembro de 1949, Porto Alegre, [para] Reitor, Porto Alegre. Manifestação dos professores do IBA sobre a fusão dos cursos de Arquitetura. 5f.

DIRETOR da Faculdade de Arquitetura. [Ofício s/nº] 21 de janeiro de 1961, Porto Alegre, [para] A. Leão Carvalho Silva, Porto Alegre. Em atenção a circular nº 3/60, de 12 de dezembro, encaminha relação da seriação e disciplinas dos cursos existentes na Faculdade. 4f.

FACULDADE de Arquitetura. Porto Alegre. *Refere-se ao ano de 1952 [anotado à mão]*, 2f.

FACULDADE de Arquitetura. [Proc. 554/69] 7 de julho de 1970, Porto Alegre, [para] LEITE, Celso Barroso, Porto Alegre. Ofício enviado ao diretor executivo da CAPES informando sobre os cursos de Urbanismo/Planejamento Urbano. 1f.

FRANCISCONI, Jorge Guilherme. [Circular nº002/72] 6 de junho de 1972, Porto Alegre, [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. 1f. Comunica que o reconhecimento do PROPUR junto ao CFE recebeu parecer favorável do relator Lauro Bastos Birkholz.

FRANCISCONI, Jorge Guilherme. [Ofício 78-71] 8 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] MACEDO, Francisco Riopardense de, Porto Alegre. Encaminha ao chefe do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS relatório das atividades desenvolvidas entre 24 e 26 de maio no Rio de Janeiro. 3f. GAY, Ruben da Silva; BONDER, Leo; TITONN, João Oly; HEIT, Tácito A.; BARCELLOS, Mozart Lopes; ANZANELLO, Natalino; GERALDO, Cezar Coufal; GANDOLFI, Paulo José. [Carta] 14 de fevereiro de 1958, Porto Alegre, [para]

PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. Manifestação do Grêmio de Urbanistas sobre a extinção do curso de Urbanismo. 3f.

GRUNDIG, Werner. [Proc. 1.405/65] 25 de julho de 1965, Porto Alegre, [para] FAYET, Carlos Maximiliano, Porto Alegre. Comunica que o conselho técnico administrativo aprovou parecer sobre o anteprojeto de criação do Instituto de Urbanismo.

HEKMAN, Marcos David. [Ofício 27/82] 14 de abril de 1982, Porto Alegre, [para] CARMONA, Ernani da Costa, Porto Alegre. Encaminha ao chefe de seção de programas do Decordi, UFRGS, as disciplinas do Departamento de Urbanismo. 1f.

HEKMAN, Marcos David. [Ofício DU-08/71] 5 de março de 1971, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Solicita remodelação das dependências do Departamento de Urbanismo. 2f.

HEKMAN, Marcos David. [Ofício DU/45-70] 17 de julho de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Trata do ensino de urbanismo no curso de graduação em Arquitetura. 5f.

HEKMAN, Marcos David. [Ofício DU-13/70] 4 de maio de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Departamento de Urbanismo indica Jorge Guilherme Francisconi como coordenador do PROPUR. 1f.

HEKMAN, Marcos David. [Ofício U-02/70] 12 de março de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Relaciona os professores que fazem parte da implantação do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. 1f.

HEKMAN, Marcos David. [Ofício DU-01/70] 21 de janeiro de 1970, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. O Departamento de Urbanismo indica Jorge Guilherme Francisconi e Waldilea da Rosa para coordenarem os estudos necessários à implantação do programa de mestrado e doutorado em Urbanismo. 1f.

LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme. [Ofício DU-127/71] 18 de agosto de 1971, Porto Alegre, [para] WOLF, Ivo, Porto Alegre. Informa sobre o processo de reconhecimento do PROPUR. 2f.

LENGLER, Osmar Jorge; FRANCISCONI, Jorge Guilherme de M.; MULLER, Dóris Maria; VERONESE, Roberto Felix. [Ofício 103/72] 13 de junho de 1972, Porto Alegre, [para] CIBYS, Walter Otto, Porto Alegre. Coordenação do PROPUR expõe ao superintendente acadêmico da UFRGS a evolução do programa desde 1970 e solicita medidas por parte da reitoria.

LUNARDI, Fernando Petersen. [Carta] 3 de agosto de 1970, Porto Alegre, [para] MOREIRA, Rafael Cezar, Porto Alegre. Comunica ao secretário de coordenação e planejamento o processo de implantação do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional. 1f.

LUNARDI, Fernando Petersen. [Carta] 1º de setembro de 1970, Porto Alegre, [para] LEITE, Celso Barroso, Rio de Janeiro. Confirma ao assessor chefe da CAPES a consulta verbal feita em 30 de julho pela professora Dóris Maria Muller sobre a possibilidade de prever auxílios ao PROPUR. 4f.

MACEDO, Francisco Riopardense de. [Ofício 023/72] 28 de fevereiro de 1972, Porto Alegre, [para] CASTILHOS, Júlio Ribeiro de, Porto Alegre. Encaminha ao diretor da FA-UFRGS lista de professores do Departamento de Urbanismo. 1f.

MACEDO, Francisco Riopardense de; MULLER, Dóris Maria. [Carta] 1º de dezembro de 1971, Porto Alegre, [para] BIRKHOLZ, Lauro Bastos [s.l.]. Encaminha via do projeto do Programa de Pós-Graduação em Planejamento

Urbano e Regional da UFRGS revisto de acordo com as recomendações de Birkholz. 3f.

MACEDO, Francisco Riopardense; MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Jorge Osmar. [Ofício DU-81/71] 15 de junho de 1971, Porto Alegre, [para] FURTADO, Jorge Alberto, Porto Alegre. Descreve ao superintendente da UFRGS as dificuldades enfrentadas pelo Departamento de Urbanismo e pelo PROPUR. 6f.

MALINSKY, Rogério. [Ofício nº 51/88] 22 de agosto de 1988, Porto Alegre, [para] SILVEIRA, Roberto Py Gomes da, Porto Alegre. Encaminha lista de disciplinas e professores do Departamento de Urbanismo. 1f.

MULLER, Dóris Maria. [Ofício 217/73] 14 de novembro de 1973, Porto Alegre, [para] PETZOLD, Nelson Ivan, Porto Alegre. Encaminha assuntos relativos ao curso de Urbanismo, que vinha preocupando aos membros do Departamento de Urbanismo. 1973a. 2f.

MULLER, Dóris Maria. [Ofício 219/73] 12 de novembro de 1973, Porto Alegre, [para] CYBIS, Walter Otto, Porto Alegre. Encaminha ao superintendente acadêmico da UFRGS informações sobre o Departamento de Urbanismo. 4f.

MULLER, Dóris Maria. [Ofício 172-71] 12 de outubro de 1971, Porto Alegre, [para] VIANNA, Luiz Duarte, Porto Alegre. Encaminhado ao diretor do Setor Físico Territorial (SEFIT) da UFRGS descrição do pavilhão onde estava instalado o Departamento de Urbanismo. 5f.

MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme de M. [Ofício DU-07/71] 4 de março de 1971, Porto Alegre, [para] OTEIZA, Enrique [s.l.]. Comunica ao secretário executivo da Comision de Desarrollo Urbano y Regional a existência do GAPUR e do PROPUR na FA-UFRGS. 2f.

MULLER, Dóris Maria; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; LENGLER, Osmar Jorge; VERONESE, Roberto Felix. [Ofício 183/73] 17 de setembro de 1973, Porto Alegre, [para] GONÇALVES, Suzana, Rio de Janeiro. Encaminha à chefe de assessoria de programas da CAPES o relatório da aplicação de recursos da CAPES no PROPUR. 4f.

PIANCA, João Baptista. [Processo 311/64] 9 de abril de 1964, Porto Alegre, [para] CROCHEMEORE, Paulo, Porto Alegre. Diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha ao presidente da União Estadual de Estudantes respostas aos quesitos contidos na circular de nº 33/12.2. 8f.

PIANCA, João Baptista. [Processo 806/63] 19 de julho de 1963, Porto Alegre, [para] PAGLIOLI, Elyseu, Porto Alegre. Informa sobre a adoção do currículo mínimo e da nova organização curricular em setores. 4f.

PIANCA, João Baptista. [Carta] 5 de janeiro de 1960, Porto Alegre, [para] FILHO, Celso Ramos, Florianópolis. Diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha ao presidente do CREA da 10ª Região. Informações sobre os cursos de Arquitetura e Urbanismo. 3f.

PIANCA, João Baptista. [Ofício s/nº] 16 de março de 1959, Porto Alegre, [para] PAGLIOLI, Elyseu, Reitor, Porto Alegre. Reestruturação do curso de Urbanismo. 2f.

PIANCA, João Baptista. [Ofício 266/53] 1º de julho de 1953, Porto Alegre, [para] Diretor da Divisão de Pessoal da U.R.G.S., Porto Alegre. Encaminha relação dos professores lotados na Faculdade de Arquitetura com seus respectivos títulos de engenheiro e arquiteto.

PIANCA, João Baptista. [Ofício 371/53] 5 de outubro de 1953, Porto Alegre, [para] SILVA, Pery Pinto Diniz, vice reitor da URGSS, Porto Alegre. Solicita solução ao título profissional dirigido aos seus egressos oriundos da Escola de Engenharia. 1f.

ROCHA, Sely de Quadros. [Ofício s/nº] 24 de março de 1966, Porto Alegre, [para] MAGALHÃES, Sérgio Ferraz, Porto Alegre, Porto Alegre. Encaminha cópia de resolução. 2f.

SILVEIRA, Roberto Py Gomes. [Carta] 5 de novembro de 1981, Porto Alegre, [para] GARCIA, Eloy Julius, Porto Alegre. Encaminha ao pró-reitor de graduação da UFRGS solicitação de que o currículo do curso seja impresso não só para distribuição aos alunos que ingressam pelo vestibular, mas também aos alunos e professores do curso de Arquitetura. 1f.

ESTATUTOS E REGULAMENTOS

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Anteprojeto de Regimento Interno do Gabinete de Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura. [s.l., 1966]. 7f.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 26 de agosto de 1971. Aprovado pelo Conselho Universitário em 4 de novembro de 1971. Porto Alegre, 1971.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Imprensa Universitária. Porto Alegre, 1955.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. Estatutos do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil organizados e aprovados pelo Conselho Diretor em sessão realizada aos 7 dias do mês de Abril de 1948. Porto Alegre, 1948.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Regimento Interno. Porto Alegre, 1946.

INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento. Aprovado em sessão da congregação realizada em 24 de março de 1939. Porto Alegre, 1939.

INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Estatutos. Aprovados em sessão da congregação realizada em 23 de janeiro de 1939. Porto Alegre, 1939.

INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Estatutos aprovados em sessão de 18 de dezembro de 1927. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria do Globo. Santa Maria e Pelotas: Barcellos, Bertaso & Cia Filiaes, 1927.

INSTITUTO DE BELLAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Regulamento aprovado em sessão de 28 de março de 1922. Porto Alegre, 1922.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Universidade do Rio Grande do Sul. Regimento da Faculdade de Arquitetura. Aprovado pela congregação em 23/12/63. Porto Alegre, 1963. 46f.

LEIS, DECRETOS E OUTROS ATOS LEGAIS

BRASIL. Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12378.htm. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Parecer nº 714/90, de 13 de setembro de 1990 do Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação. Arquivo do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul.

BRASIL. Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5194.htm. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 21.221, de 30 de maio de 1946, autoriza o funcionamento dos cursos de Arquitetura e de Minas, da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21221-30-maio-1946-324713-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Decreto Federal nº 19.991 de 26 de novembro de 1945. Autoriza o funcionamento do Curso de Arquitetura no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=1098&norma=2407>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945. Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7918-31-agosto-1945-417265-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 22.897, de 6 de julho de 1933. Altera as disposições do Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, na parte referente à organização do ensino artístico ministrado pela Escola Nacional de Belas Artes, e da outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22897-6-julho-1933-522000-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 20.272, de 3 de agosto de 1931. Autoriza a mudança da Escola de Engenharia de Porto Alegre pra Universidade Técnica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20272-3-agosto-1931-515618-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-publicacao-85622-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2016.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU). Resolução nº 51, de 12 de julho de 2013. Dispões sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES51-2013ATRIB-PRIVATIVAS20-RPO-1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Currículo mínimo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Parecer nº 336. Aprov. em 17-11-1962. [s.l.], 1962. 2f.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CONFEA). Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005. Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/Crea, para efeito de fiscalização do exercício profissional. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=550>. Acesso em: 21 nov. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CONFEA). Resolução nº 218, de 9 de junho de 1973. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=266>. Acesso em: 21 nov. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 413, de 3 de dezembro de 1948. Reincorpora à Universidade de Porto Alegre o Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Estadual nº 2.027, de 25 de julho de 1946. Dispõe sobre a organização didática da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 5.758, de 20 de novembro de 1934. Crea a Universidade de Porto Alegre. Acesso em: 1º out. 2016.

NOTÍCIAS NA IMPRENSA

A FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se contrário à criação do Instituto de Arquitetura o Instituto de Arquitetos do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 abr. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS]. Emeroteca.

A UNIVERSIDADE do Rio Grande do Sul e o I. de Belas Artes. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 30 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS]. AINDA a criação da Faculdade de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 4 abr. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

AINDA a criação de uma Faculdade de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 9 abr. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

CHEGA hoje a Porto Alegre o ilustre arquiteto Mauricio Cravotto. Realizará um curso intensivo de Arquitetura e Urbanismo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

COLOU grau, ontem, no IBA da Universidade, a 1ª turma de urbanistas do Brasil. Foi paraninfo o arquiteto Oscar Niemeyer. *Diário de Notícias*, Porto

Alegre, ano XXIV, n.38, p.7, 14 abr. 1949. In: SIMON, Cirio. *Vestígios de Oscar Niemeyer em Porto Alegre*. [s.l., 2004-2005?]. 33f.

DEFINE-SE o Instituto de Arquitetos do Brasil favoravelmente à campanha dos universitários. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 30 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

EM Porto Alegre o urbanista Mauricio Cravotto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

ESCLARECIMENTOS da Reitoria sobre a fusão dos cursos de Agricultura (sic). *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 30 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

ESTATUTOS do Instituto Livre de Bellas Artes do Rio Grande do Sul. A Federação, Porto Alegre, p.2, 22 ago. 1908.

FRUTIFICA o exemplo do Inst. de Belas Artes: A Escola de Engenharia deseja também criar um curso de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 dez. 1944. In: Salvatori, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – *Correio do Povo*, 1944. Seleção fac-símile de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

FUSÃO dos cursos de Arquitetura. Manifesta-se a respeito o Instituto de Arquitetos do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 6 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

HOMENAGEADO o Professor M. Cravotto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 jul. 1948 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

LANÇAM-SE os alunos do Instituto de Belas Artes na campanha “por uma Faculdade de Arquitetura”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.5, 26 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

MEMORIAL do Interventor: criação do curso de Engenheiros-Arquitetos do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 out. 1944. In: Salvatori, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – *Correio do Povo*, 1944. Seleção fac-símile de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

O INSTITUTO de Belas Artes não mais pleiteará sua reincorporação à universidade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 out. 1944. In: Salvatori, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – *Correio do Povo*, 1944. Seleção fac-símile de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.

SUGERIDA a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.3, 19 nov. 1949 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

UNIVERSIDADE decidiu criar o Instituto de Arquitetura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p.18, 30 mar. 1950 [recorte arquivado no Instituto de Artes da UFRGS].

OUTROS

11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFIA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. [s.l., 1978?]. 38p.

2141. Universidade do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre. 9 páginas [anotado a mão]. Porto Alegre, 1955. 11f.

2142. Universidade do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre. 7 páginas [anotado à mão]. Porto Alegre, 1955. 9f.
- ANTE PROJETO. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Universidade do Rio Grande do Sul. [s.l., 1949?]. 6f avulsas.
- AS CONCLUSÕES do seminário na UFRGS [1978?]. p.4-6. In: 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. [s.l., 1978?]. 38p.
- CARTA de Ouro Preto. Ouro Preto, 1977. 4f.
- CENTRO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE ARQUITETURA. Currículo do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade do RGS. Porto Alegre: [s.n.], 1962.
- CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE ARQUITETURA. Seminário de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Porto Alegre, 1968. 6f.
- CONTRIBUIÇÃO do setor Formação Histórica para debates no seminário – 1ª fase (proposição de discussão do grupo 3). Trabalho apresentado pelo departamento de cultura – setor de Formação Histórica. [s.l., 1968]. 4f.
- COSTA, Ney Chrysostomo. Proposta de alteração, edificação e inserção de artigos de seu regimento que faz a colendíssima Congregação da Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, 1957. 17f.
- CURRÍCULO Pleno. Estudo para reestruturação do currículo pleno da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Comissão paritária. Agosto de 80. Porto Alegre, 1980. 111p.
- CURRICULUM Vitae del Profesor Arquitecto Mauricio Cravotto. [Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. s.l., 1948?]. 1f avulsa.
- CURSO de Arquitetura. nº 1 – Ponto sorteado para o 1º Exame Parcial da cadeira de ‘Grandes Composições de Arquitetura’ na 4ª série [anotado à mão]. [s.l., 1948]. 3f avulsas.
- DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Exposição à Comissão Especial do Conselho Universitário para revisão do estatuto da UFRGS e de seu RGU. Porto Alegre, 1973. 3f.
- DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Parecer sobre a categoria do curso de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura. [Porto Alegre], 1973. 2f.
- DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Primeiro período letivo 1973. Plano Geral de Ensino das disciplinas a serem ministradas pelo Departamento de Urbanismo no Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1973. 14f.
- DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Curso de Urbanismo. Faculdade de Arquitetura. Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Imprensa Universitária da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961.
- ESTRUTURA e Regimento do Seminário de Arquitetura da UFRGS/abril-78. Porto Alegre, 1978. 8f.
- ERNANI Dias Corrêa, nascido em... [Pasta Funcional de Ernani Dias Corrêa. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 196-?]. 22f.
- EXPOSIÇÃO de motivos. [Porto Alegre, 1970?]. 10f.
- EXPOSIÇÃO de Motivos do Ministro Capanema, que Encaminha o Decreto-Lei n.7.918, de 31 de agosto de 1945, relativo à criação da Faculdade Nacional de Arquitetura. In: FÁVERO, Marcos Osmar. *Dos mestres sem escola à escola sem mestres*

mestres: ensino de Arquitetura no Rio de Janeiro – 1816-1965. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2009. [Anexo III (Documentos relativos à criação da FNA-UB)].
FACULDADE DE ARQUITETURA. Departamento de Urbanismo. 1. No intuito de uma apreciação sobre... [s.l., 1973]. 9f.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Programa da cadeira de Urbanismo – Arquitetura Paisagista. IX semestre do curso de Arquitetura. Ano letivo de 1968 (II período). Porto Alegre, 1968.

FACULDADE DE ARQUITETURA. 1^a semana de estudos proposta pela comissão especial. Relatório do Departamento de Projetos. [s.l., 1966 (a)]. 8f.

FACULDADE DE ARQUITETURA. 1^a semana de estudos. Departamento de expressão. Porto Alegre, 1966 (b). 3f.

FACULDADE DE ARQUITETURA. 1^a semana de estudos. Relatório do Departamento de Urbanismo. Porto Alegre, 1966 (c). 4f.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Edital nº 33. Concurso de habilitação. Porto Alegre, 1960. 22f.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Curso de Urbanismo. Considerações apresentadas à egrégia Congregação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1954. 19f.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Conselho Técnico Administrativo. Processo 6418/53. Alunos da 5^a série solicitam que lhes seja conferido o título de Engenheiros-Arquitetos. Porto Alegre, 1953. 1f.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Comissão de Ensino. Exposição de Motivos. [s.l., 1952]. 6f.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Porto Alegre. Refere-se ao ano de 1952 [anotado à mão], 2f.

FAYET, Carlos Maximiliano. Senhores Conselheiros. No momento em que o Conselho Técnico Administrativo... Porto Alegre, 1966. 5f.

INFORMAÇÃO da secção de ensino – Proc.nº 945/60 da reitoria. Porto Alegre, 1961. 3f.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. 2^a série. Porto Alegre, 1948.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Trabalho para os alunos do curso de Urbanismo a ser executado sob a direção do professor Mauricio Cravotto. Porto Alegre [1948]. 2f avulsas.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Teoria e Prática dos Planos de Cidades. 1^a série. Porto Alegre, 1947. 1f avulsa.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de Urbanismo. Caderneta de frequência e matéria lecionada, cadeira Evolução Urbana. 1^a série. Porto Alegre, 1947. 1f avulsa.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.53. [s.l.], 1968 (a).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.54. [s.l.], 1968 (b).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Boletim informativo n.29. [s.l.], 1964.

- NOSSO ensino é uma farsa. Porto Alegre, 1968. 5f.
- PAIVA, Edvaldo Pereira. *A formação de urbanistas no Rio Grande do Sul*: iniciativa do Instituto de Belas Artes. [Pasta Funcional de Edvaldo Pereira Paiva. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS. s.l. 1947-1948?]. 3f avulsas.
- PROJETO do curso de mestrado em Planejamento Urbano e Regional do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. (Revisão). [s.l., 1971]. 55f.
- RELAÇÃO dos professores da Faculdade de Arquitetura. Refere-se à 1952 [anotado à mão]. 2f.
- RELATÓRIO do departamento de técnicas sobre a 1ª jornada de estudos proposta pela comissão especial, no período de 28/11 a 2/12/ de 1966. [s.l., 1966]. 4f.
- SALVATORI, Elena. Memória Arquitetura 1945-1962. Anexo 1 – *Correio do Povo*, 1944. Seleção fac-símile de notícias publicadas (relatório de pesquisa individual). Porto Alegre, 2008.
- SCHIMMITT, Carlos de C.; TIETBOHL, Ary Nunes; CASTILHOS, Júlio R. de; RUBBO, Júlio. Parecer. As Comissões de Educação e Ensino... Porto Alegre, 1966. 3f.
- SEMINÁRIO de ensino e currículo mínimo. Estrutura e regimento interno. [s.l.1978?]. p.1-3. In: 11, 12, 13 setembro. 2º Seminário de Ensino de Arquitetura. Comissão Paritária. COMCAR. Colaboração DAFA. Textos-base para o II Seminário de Ensino de Arquitetura. [s.l., 1978?]. 38p.
- SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS – 9 a 23 set. 68. Relatório do grupo de trabalho 1. [s.l.], 1968 (a). 10f.
- SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS – (09 a 23 de setembro de 1968). Relatório/grupo de trabalho 2. [s.l.], 1968 (b). 5f.
- SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS – 9 a 23 set. 68. Relatório do grupo de trabalho 3. [s.l.], 1968 (c). 4f.
- SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS – 9 a 23 set. 68. Relatório do grupo de trabalho 4. [s.l.], 1968 (d). 6f.
- SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da UFRGS – 9 a 23 set. 68. Relatório do grupo de trabalho 5. [s.l.], 1968 (e). 8f.
- SEMINÁRIO de estudos para uma nova estrutura de ensino da Faculdade de Arquitetura da U.F.R.G.S. – 9 a 23 set. 68. Relatório final. [s.l.], 1968 (f). 8f.
- TÉCNICA Sanitária e Urbana – Serviços de Utilidade Pública. [Pasta Funcional de Luiz Arthur Ubatuba de Faria. Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS, s.l. 1947-1948?]. 1f avulsa.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Comissão de Carreira. Currículo do Curso de Arquitetura. Porto Alegre, 1977.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre [1972]. 4f.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Arquitetura. Departamento de Urbanismo. Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre [1971]. 5f.

URBANOLOGIA – Documentação Urbanística. [Pasta Funcional de Luiz Arthur Ubatubade Faria. ArquivodoInstitutodeArtesdaUFRGS,s.l.1947-1948?]. 1favulsa.
WOLFF, Ivo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar de A.; BREITMANN, Irineu;
FERREIRA, José Américo; PEREIRA, Miguel Alves; MAGGI, Waldyr José.
Comissão para estudos da seriação e métodos de ensino do curso de Arquitetura
– Fac. de Arquitetura. Exposição de motivos. Porto Alegre, 1957. 20f.

RELATÓRIOS

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório das atividades didáticas e administrativas durante o ano de 1974.
[s.l., 1975]. 12f.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório das atividades de maio a agosto de 1973. [s.l., 1974?]. 7f.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório do Departamento de Urbanismo relativo a 1972. [Porto Alegre, 1972]. 7f.
ESCOLA DE ENGENHARIA. Relatório referente ao ano de 1949. Porto Alegre,
1951.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório referente ao ano de 1947. Porto Alegre, 1951.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre. 1929 (extractos). Porto
Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1930

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1915.
Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1916.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1914.
Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1915.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1913.
Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1914.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1912.
Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1911.
Porto Alegre: Officinas Graphicas do Instituto de Electro-Technica da Escola de
Engenharia de Porto Alegre, 1912.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1909.
Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1910.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS).
Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre Referente ao Anno de 1908.
Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1909.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1907. Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1908.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1901. Porto Alegre: Officinas a vapor da Livraria do Commercio, 1902.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1898. Porto Alegre: Typographia e Livraria de Franco & Irmão, 1899.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO (Faculdade de Arquitetura, UFRGS). Relatório da Escola de Engenharia Referente ao Anno de 1887. Porto Alegre: Typographia de Cesar Reinhardt, 1898.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor Werner Grundig, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1966. Porto Alegre, 1967.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Dr. José Carlos da Fonseca Milano, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1964. Porto Alegre, 1965.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Luiz Leseigneur de Faria, Reitor Magnífico, em exercício, da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1963. Porto Alegre, 1964.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Dr. Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1962. Porto Alegre, 1963.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Sr. Professor Dr. Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul, pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1961. Porto Alegre, 1962.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo Professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1960. Porto Alegre, 1961.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1959. Porto Alegre, 1960.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao professor Elyseu Paglioli, Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor João Baptista Pianca, Diretor da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1958. Porto Alegre, 1959.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao egrégio professor doutor Elyseu Paglioli, digníssimo Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pelo professor doutor Ney Chrysostomo da Costa, diretor da Faculdade de Arquitetura. Relatório do ano letivo de 1955-1956. Porto Alegre, 1956.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1953. Porto Alegre, 1953.

FACULDADE DE ARQUITETURA. Relatório apresentado ao Reitor Magnífico, Prof. Dr. Elyseu Paglioli, pelo Prof. Dr. João Baptista Pianca, respondendo pelo expediente da Faculdade de Arquitetura e relativo ao ano de 1952. Porto Alegre, 1953.

INSTITUTO DE BELAS ARTES. Relatório correspondente aos anos de 1951, 1952, 1953, 1954, 1955 e projeto de reforma do ensino. Porto Alegre, 1956.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do curso de Arquitetura – 1949. Porto Alegre, 1949.

INSTITUTO DE BELLAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE. Relatório de 1936 apresentado pelo Director Dr. Tasso Corrêa. Porto Alegre, 1937.

INSTITUTO DE BELLAS ARTES DA UNIVERSIDADE DE PORTO ALEGRE. Relatórios de 1909 e 1912 do Instituto de Bellas Artes do Rio Grande do Sul apresentados pelo presidente Dr. Olinto de Oliveira. Porto Alegre: Officinas Graphicas da Livraria do Globo, 1912.

UNIVERSIDADE de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1945. Porto Alegre [1946?].

UNIVERSIDADE de Pôrto Alegre. Escola de Engenharia. Relatório de 1944. Porto Alegre [1945?].

REVISTAS

ANTE-PROJETO. Arquitetura, Urbanismo e Arte. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do I.B.A., ano 1, n.1, ago. 1948.

EGATEA. Porto Alegre, v.XII, n.1/6, jan.-dez. 1927.

EGATEA. Porto Alegre, v.X, n.1, jan.-fev. 1925.

EGATEA. Porto Alegre, v.VI, n.5, set.-out. 1921.

EGATEA. Porto Alegre, v.VI, n.3, maio-jun. 1921.

EGATEA. Porto Alegre, v.V, n.1, jun. 1919.

EGATEA. Porto Alegre, v.IV, n.1, jul.-ago. 1917.

EGATEA. Porto Alegre, v.III, n.6, maio-jun. 1917.

EGATEA. Porto Alegre, v.III, n.4, jan.-fev. 1917.

EGATEA. Porto Alegre, v.III, n.3, nov.-dez. 1916.

EGATEA. Porto Alegre, v.II, n.3, nov.-dez. 1915.

EGATEA. Porto Alegre, v.III, n.2, set.-out. 1915.

EGATEA. Porto Alegre, v.2, n.1, jul.-ago. 1915.

EGATEA. Porto Alegre, v.I, n.6, maio-jun. 1915.

EGATEA. Porto Alegre, v.I, n.3, nov.-dez. 1914.

EGATEA. Porto Alegre, v.I, n.1, jul.-ago. 1914.

ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo-Arte. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 2, n.4, dez., 1949 (b).

ESPAÇO: Revista de Arquitetura-Urbanismo-Arte. Porto Alegre: organizado por um grupo de alunos do IBA, ano 1, n.3, jun. 1949 (a).

REFERÊNCIAS

- ABEA. Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura. *Sobre a história do ensino de Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Abea, 1977.
- ABREU, Silvio Belmonte de. *Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, 2006.
- ALBERTI, LeonBattista. *Da arte edificatória*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- ALMEIDA, Maria Soares de. Urbanismo no Sul do continente – transferências e intercâmbios 1930/1950. In: *XIII Encontro Nacional da ANPUR*, 2009, Florianópolis/ SC. Planejamento e Gestão do Território – Escalas, Conflitos e Incertezas. Florianópolis/SC: ANPUR – UFSC, 2009. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3037/2972>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- ALMEIDA, Maria Soares de. *Transformações Urbanas: atas, normas, decretos, leis na administração da cidade – Porto Alegre 1937-1961*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2004.
- ALMEIDA, Maria Soares de. O urbanismo em Porto Alegre no inicio do século: do ensino e das práticas. In: *IV Seminário História da Cidade e do Urbanismo*, 1996, Rio de Janeiro. Herança, Identidade e Tendências da Cidade Latino-Americana. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU-PROURB, 1996. v.1. p.98-106. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/433/409>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- ALMEIDA, Maria Soares de; SOUZA, Célia Ferraz de. Dois urbanistas no planejamento de Porto Alegre – 1930/1950. In: *IENANPARQ – Arquitetura, Cidade, Paisagem e Território: percursos e prospectivas*, 2010, Rio de Janeiro. Simpósio temático: percursos profissionais: arquitetos e urbanistas e a contribuição para a teoria e a prática no Brasil 1920-1960, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Sobre o ensino do projeto*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, 2001.
- ALQUATI, Paula Mello Oliveira. *A vanguarda europeia e o ensino no Rio Grande do Sul: repercussões de escolas centro-europeias de Arquitetura no Sul do país entre 1945 e 1951*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pelotas, 2014.
- ANDRADE, Leandro. *Construção e abertura: diálogos Alexander-Piaget*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, PROPUR, 2011.

- ARAÚJO, Mônica de Queiroz Fernando. *A cor incorporada ao ensino de projeto*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2007.
- ARCIPIRESTE, Cláudia Maria. *Entre o discurso e o fazer arquitetônico: reflexões sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo e seus referenciais a partir do trabalho final de graduação*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2012.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARDET, Gaston. *O urbanismo*. São Paulo: Papirus, 1990.
- BAROSSI, Antônio Carlos. *Ensino de projeto na FAUUSP*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2005.
- BARROS, Amélia de Farias Panet. *Permanências e perspectivas no ensino de projeto de arquitetura no Brasil: uma análise a partir da produção científica dos Seminários UFRGS (1985) e Projetar (2003-2011)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2013.
- BIRKHOLZ, Lauro Bastos. *O ensino do planejamento territorial*. Tese (concurso para provimento de cátedra) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1967.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história – ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BUNGE, Mario. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BUNGE, Mario. *Ciência e desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.
- CARSALADE, Flavio de Lemos. *Ensino de projeto de arquitetura: uma visão construtivista*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Minas Gerais, 1997.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo. Utopias e realidades: uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CONFEX. *Trajetória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia–VolumeX–Arquitetura e Urbanismo*. Brasília, DF: CONFEX, INEP, 2010.
- COSTA, Fernando José de Medeiros. *Do modelo geométrico ao modelo físico: o tridimensional na educação do arquiteto e urbanista*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2013.
- COSTA, Lúcio. Considerações sobre arte contemporânea (1940). In: Lúcio Costa, *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- CUPANI, Alberto Oscar. *Filosofia da ciência*. Florianópolis: Filosofia/EAD/UFSC, 2009.
- DOMSCHKE, Vera Lúcia. *O ensino da Arquitetura e a construção da modernidade*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2007.
- DORFMAN, Cesar. *Havana 63*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 2013.
- ELARQA. Mauricio Cravotto. *Coleção Monografia Elarqa*. Montevideo: Dos Puntos, 1995.
- FARAH, Ana Paula. *Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado – o caso das escolas do*

- Estado de São Paulo. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2012.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12.ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.
- FÁVERO, Marcos Osmar. *Dos mestres sem escola à escola sem mestres: ensino de Arquitetura no Rio de Janeiro – 1816-1965*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2009.
- FERRARI, Célon. *Curso de Planejamento Municipal Integrado – Urbanismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.
- FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- FIORI, Renato Holmer. *Arquitetura moderna e ensino de Arquitetura: os cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pós-Graduação em História do Brasil, Porto Alegre, 1992.
- GANDELSONAS, Mario. *eXurbanismo*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2009.
- GÓES, Marilze Barcellos Góes. *A educação no projeto e o projeto na educação: um estudo sobre o ensino e a aprendizagem de projeto de arquitetura*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2010.
- GONÇALVES, Tiago Cargni; LENZI, Maria Helena. O ensino de planejamento urbano e regional: uma revisão de literatura no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). *Anais do XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Porto Alegre, RS, 2012.
- GRAEFF, Edgar. Criação de uma Faculdade de Arquitetura. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- GULLAR, Ferreira. *Argumentação contra a morte da arte*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (org). *A construção de um novo olhar sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo*. Brasília: ABEA, 2013.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAPIASSU, Hilton. *Dicionário básico de filosofia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- KOLLN, Elke Berenice. *Aprendendo a compartilhar: uma experiência de projeto em equipe*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p.134-146.
- KRUFT, Hanno-Walter. *História de la teoría de la arquitectura*. Vol. 2. Desde el siglo XIX hasta nuestros días. Madrid, Espanha: Alianza Editorial, 1990.
- LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. 6.ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2000.
- LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo, SP: Studio Nobel; FUPAM – Fundação para a pesquisa ambiental, 1999.
- LERSCH, Inês Martina. *A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: der Städtebau e a Escola de Engenharia de Porto Alegre*. (Tese de doutorado) PROPUR-UFRGS. Porto Alegre, 2014.
- LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

- MACIEL, Ângela Becker. *Iniciação ao ensino do projeto arquitetônico: paradigmas e reducionismos*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Porto Alegre, 2009.
- MARQUES, Moacyr Moojen. Nove e meio. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma (org). *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p.95-102.
- MARQUES, Ricardo Barros. *A Relação professor-aluno e a afirmação do discente como sujeito do processo projetual: um estudo exploratório sobre a produção do trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFC e na UFRN*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2010.
- MARQUES, Sônia. *Les professions de l'urbanisme au Brésil*. Tese (doutorado) – EHESS, Paris, 1996.
- MOHR, Udo Silvio. *Demétrio Ribeiro, 1916-2003*. Arquitextos, São Paulo, ano 04, n.041.00, Vitruvius, outubro de 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/643>. Acesso em: 3 maio 2015.
- MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. *O ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no estado de São Paulo no período de 1995 a 2005*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, 2007.
- MONTEIRO, Charles. *Breve História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da Cidade; Letra & Vida, 2012.
- NARUTO, Minoru. *Repensar a formação do arquiteto*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2006.
- NETO, João de Paula Lima. *O ensino de Arquitetura como agente transformador da prática profissional*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2007.
- NOGUEIRA, Maria de Lourdes. *Ensino de projeto no primeiro ano e suas abordagens*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de; PERPÉTUO, Maini de Oliveira. *O ensino na primeira escola de Arquitetura do Brasil*. Arquitextos, São Paulo, ano 06, n.066.04, Vitruvius, nov. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/408>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- PEREIRA, Ligia Maria Leite. *Sistema Confea-Creas – 75 anos construindo uma nação*. Brasília: Confea, 2008.
- PEREIRA, Margareth da Silva. *Notas sobre o Urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar*. In: MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro; PEREIRA, Margareth da Silva; SILVA, Rachel Coutinho Marques da. *Urbanismo em Questão*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2003.
- PESAVENTO, Sandra J. Um dia, um outro tempo... In: OLIVEIRA, Carmen Regina de; LICHT, Flavia Boni. *UFRGS 70 anos*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.9-73.
- PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. 9.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- PESAVENTO, Sandra J. Um discurso científico sobre a cidade: a revista Egatea, da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1914-1930). In: *Anais do Encontro Nacional da ANPUR – Porto Alegre*. V.8 (1999). Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1973/1936>. Acesso em: 6 fev. 2015.
- PIQUET, Rosélia Périssé da Silva; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, ideias e lugares. O Ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.10, n.1, p.49-59, maio, 2008.

- PRONSATO, Sylvia Adriana Dobry. *Para quem e com quem: ensino de Arquitetura e Urbanismo*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2008.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. O ensino do planejamento urbano e regional: propostas à ANPUR. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.4, n.1/2, p.63-72, maio-nov. 2002.
- RIBEIRO, Demétrio. Um depoimento sobre a criação, por Tasso Corrêa, do ensino da Arquitetura no Rio Grande do Sul. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. (p.23-27).
- RIBEIRO, Enilda; CARVALHO, Vera Fabrício. Por Uma Faculdade de Arquitetura – PUFA. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma. *Arquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p.39-41.
- RODRIGUEZ, Virgínia Laise da Silva. É ensinando que se aprende: as práticas atuais de ensino de projeto no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2008.
- ROVATI, João Farias. Urbanismo, concepção arquitetônica da cidade e protagonismo. In: *Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto – uma construção coletiva*. São Paulo, 2014, 11p.
- ROVATI, João Farias. Urbanismo versus Planejamento Urbano? In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.15, n.1, p.33-58, maio, 2013.
- ROVATI, João Farias. Caminhos da evolução urbana. In: *XII ENA – Encontro Nacional da ANPUR: Integração Sul-Americana, Fronteira e Desenvolvimento Urbano e Regional*. Belém: Anpur, 2007. Disponível em: <http://unu.hospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3395/3325>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- ROVATTI, João Farias; PADÃO, Fabiano Mesquita (orgs). *Faculdade de Arquitetura: 1952 – 2002*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 2002.
- ROVATI, João Farias. *La modernité est Ailleurs: "ordre et progres" dans l'urbanisme D'Edvaldo Pereira Paiva (1911-1981)*. Tese (doutorado) – Université de Paris 8, Vincennes-Saint-Denis, Paris, 2001.
- SÁ, Flávia Carvalho de. *Profissão: arquiteta. Formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero*. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2010.
- SALVATORI, Elena. *De la originalidad a la competencia: la enseñanza de Arquitectura en la UFRGS, Porto Alegre, Brazil – 1962 a 1994*. Tese (doutorado) – Universidad Politécnica de Cataluña, Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Barcelona, 2005.
- SANTOS, Roberto Eustaaquio dos. *Atrás das grades curriculares: da fragmentação do currículo de graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2002.
- SARAMAGO, Rita de Cássia Pereira. *Ensino de estruturas nas escolas de Arquitetura do Brasil*. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2011.
- SILVA, Deise Cristina Moreira da. *Arquitetura sem matemática? Formação e atuação do arquiteto na contemporaneidade*. Dissertação (mestrado) –

- Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, São Paulo, 2013.
- SILVA, Elvan. *Uma introdução ao projeto arquitetônico*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2006.
- SILVA, Elvan. *Máteria, ideia e forma: uma definição de arquitetura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- SILVA, Elvan. Sobre a renovação do conceito de projeto arquitetônico e sua didática. In: COMAS, Carlos Eduardo Dias (org.). *Projeto arquitetônico disciplina em crise, disciplina em renovação*. São Paulo, Projeto, 1986.
- SIMON, Cirio. *Origens do Instituto de Artes da UFRGS: etapas entre 1908-1962 e contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema das artes visuais do Rio Grande do Sul*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2003.
- SOARES, Flávio Figueira. Faculdade de Arquitetura/UFRGS: 1974-1978. In: LICHT, Flavia Boni; CAFRUNI, Salma (org). *Aquitetura UFRGS: 50 anos de histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p.63-66.
- SOUZA, Célia Ferraz; MULLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- SOUZA, Célia Ferraz de. *O Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: da concepção às permanências*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2004.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- STOCKLER E BREIA, Maria Teresa de. O ensino de Arquitetura na Faculdade de Arquitetura do Mackenzie: do *beaux-arts* ao moderno (1947-1965). In: *Tempo, cidade e arquitetura*. São Paulo: Annablume: FAUUSP: FUPAM, 2007.
- TEIXEIRA, Katia Azevedo. *Ensino de projeto: integração de conteúdos*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2005.
- VIDIGAL, Emerson José. *Ensino de projeto arquitetônico: um estudo sobre as práticas didáticas no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2010.
- VIDOTTO, Taiana Car. *A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no Estado de São Paulo: 1948-1962*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, 2014.
- VILLELA, Dianna Santiago. *A sustentabilidade na formação atual do arquiteto e urbanista*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2007.
- WEIMER, Gunter. *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1989.
- WEIMER, Gunter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: UFRGS/PMPA, 2004.
- WEIMER, Gunter. *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições EST, 2004.